

António Duarte Amaro

O socorro em Portugal

**Organização, formação e cultura de segurança nos
corpos de bombeiros, no quadro da Protecção Civil**



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

António Duarte Amaro

O socorro em Portugal

Organização, formação e cultura de segurança nos corpos de bombeiros, no quadro da Protecção Civil

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Geografia Humana, realizada sob a orientação científica de Professora Doutora Fantina Tedim e Professor Doutor Luciano Lourenço.



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

PORTO, 2009

Agradecimentos

As primeiras palavras de agradecimento destinam-se à Orientadora e Co-orientador deste trabalho, respectivamente a Professora Doutora Fantina Tedim e Professor Doutor Luciano Lourenço, pelo apoio, força e incentivo permanentes ao longo desta caminhada, feita, passo a passo, com persistência, coerência e muito espírito de sacrifício.

Devo a ambos, não só a abertura para a aceitação das mudanças de “ambiente” relativamente às temáticas em apreço, mas também a disponibilidade sistemática para ouvir, aconselhar, sugerir, apontar caminhos e exigir rigorosas e pormenorizadas justificações científicas.

Bem hajam, Professora Doutora Fantina Tedim e Professor Doutor Luciano Lourenço a quem devo, inequivocamente, o despertar para o “espírito geográfico” nos mais de dez anos de actividade conjunta na ENB e, nos últimos anos, na Associação Portuguesa de Prevenção Riscos e Segurança, a cuja direcção me orgulho de pertencer, na qualidade de vice-presidente.

A seguir impõe-se lembrar, reconhecer e agradecer, na pessoa do Comandante Operacional Distrital Rui Esteves, toda a colaboração prestada não só por todos os CODIS, mas também pelos Comandantes dos Corpos de Bombeiros, Sapadores, Municipais e Voluntários, sem o esforço dos quais não teria sido possível obter tão vasto número de respostas ao inquérito lançado no decurso do ano 2007.

Mas a realização da parte empírica da tese deve muito ao insubstituível contributo das 24 comunicações pessoais escritas, enviadas por individualidades com especial preparação e reconhecida experiência nas diferentes vertentes da problemática dos bombeiros e da Protecção Civil, cujo nome consta, por direito próprio, das referências bibliográficas deste estudo.

Também não posso deixar de lembrar o contributo inestimável das entrevistas gravadas que me foram concebidas pelo Padre Victor Melícias, na qualidade de primeiro Presidente do extinto Serviço Nacional de Bombeiros, Dr. António Nunes, na qualidade de Presidente do ex-Serviço Nacional de Protecção Civil, General Paiva Monteiro, enquanto Presidente do ex-Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, Coronel António Antunes, então Comandante do RSB de Lisboa e Ex-Vice Presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil e, ainda, do Coronel Ribeiro de Almeida, na qualidade de Ex-Inspector Regional de Bombeiros do Centro.

Ao Dr. Duarte Caldeira e ao Dr. Américo Mateus, manifesto o meu profundo apreço e admiração pelo franquear das portas da ENB, a cujo Conselho Científico-Pedagógico tenho a honra de pertencer desde 1997.

O agradecimento mais profundo no mundo dos Bombeiros destina-se ao Dr. Artur Gomes, sempre disponível e paciente para esclarecer dúvidas e suscitar novas interrogações no binómio: *Bombeiros – proteção civil*, englobando, neste agradecimento, o Engenheiro Pedro Lopes pelo inestimável apoio quanto ao binómio *Bombeiros-Inem*.

A seguir o meu agradecimento estende-se aos meus colegas da Riscos, Associação Nacional de Riscos, Prevenção e Segurança pela força transmitida destacando o conselho norteador e pleno de sabedoria, quanto à forma e conteúdo, do Professor Doutor Fernando Rebelo.

Neste agradecimento é da maior justiça destacar, ainda, o Professor Doutor Romero Bandeira, Presidente do Conselho Científico-Pedagógico da ENB, com quem convivo há largos anos como membro deste órgão, pela simpatia, fino trato, disponibilidade e eficácia no apoio a este trabalho nas áreas em que é reputado especialista.

Registo, também, o impulso recebido, em termos especiais de encorajamento, para dar prioridade à realização da tese, por parte dos Professores Catedráticos jubilados, João Abrantes e Vasco Reis, que comigo colaboram na exigente função de Director da Escola Superior de Saúde do Alcoitão.

Por fim, agradecimento muito especial não só às muitas centenas de bombeiros, de todas as categorias, quadros, regiões e tipologias, a quem tive o privilégio de ministrar formação no âmbito da ENB, mas também ao Corpo de Bombeiros de Algueirão – Mem Martins com quem partilhei, no terreno, as preocupações, associativas e operacionais, nos quatro anos consecutivos em que desempenhei as funções de Presidente da respectiva Associação.

Para o tratamento do texto contou-se com a preciosa e competente ajuda do técnico Cláudio Barreira e da Dr.^a Paula Costa, aos quais agradeço a disponibilidade e a paciência.

A formatação final do trabalho deve-se ao inestimável contributo do geógrafo Dr. Adriano Nave a quem se presta homenagem pelo empenho, sensibilidade e paciência na elaboração da composição final.

As últimas palavras têm de ser destinadas às pessoas que durante anos suportaram a realização deste trabalho, sempre interligado com outras tarefas com ele conexas e associadas.

À Mili, minha mulher, e ao meu filho Gonçalo, devo desculpas pelo tempo roubado ao convívio que bem mereciam, em especial, nos últimos dois anos, por imperativo de cumprimento de prazos e exigências científicas e metodológicas.

Obrigado aos dois. Bem hajam pelo apoio sem desfalecimentos.

RESUMO

Em Portugal, a base da organização do socorro às populações continua assente nas Associações/Corpos de Bombeiros ditos voluntários.

Este modelo de voluntariado denota enormes fragilidades, quer na componente associativa designadamente nas áreas de gestão, quer na componente operacional, com défices acentuados, não só, ao nível da formação inicial e contínua, mas também, ao nível da cultura de segurança individual e colectiva.

Não estando em causa o valor insubstituível do voluntariado, o carinho e a simpatia das comunidades pelos seus “bombeiros”, impõe-se uma mudança organizacional na dinâmica do socorro, assente na afirmação inequívoca do binómio Municípios – Bombeiros, no quadro das responsabilidades de Protecção Civil que a Lei confere às Autarquias.

Nesta lógica, a implementação do Centro Municipal de Operações de Socorro, constituiria um passo de gigante para o enquadramento racional, não só dos corpos de bombeiros existentes nos Municípios, mas também da figura do Comandante Operacional Municipal.

Obviamente, em todo este processo de mudança e transformação, em que a formação e o treino são cruciais para um socorro eficaz e de qualidade, a resposta da Escola Nacional de Bombeiros, *“autoridade pedagógica de formação dos bombeiros”* tem sido manifestamente insuficiente, face às necessidades sentidas nos CB’s, não só quanto à formação especializada, específica e, sobretudo, de formadores, mas também na definição de um modelo pedagógico de uniformização da formação básica.

Ao nível da análise da cultura de segurança nos bombeiros, efectuada com base em nove grandes questões relativas *“à política de gestão de SHST”, “avaliação de riscos”, “segurança de instalações”, “formação”, “saúde ocupacional”, “registos”, “segurança de veículos”, “treino físico” e “equipamentos de protecção individual”*, foram comprovados défices de cultura de segurança em todas as tipologias de CB’s, com destaque para os voluntários, indicando, claramente, a pouca importância que tem sido dada a estas matérias, não obstante o volume assinalável de feridos e mortos dos últimos anos.

Por outro lado, considerando que a missão e os riscos são idênticos, ficou provada a necessidade de igual formação e de uniformização das carreiras dos bombeiros sapadores, municipais e voluntários.

Em suma, no quadro actual, só a superação do défice do binómio, formação e cultura de segurança, poderá criar condições para a mudança organizacional dos CB’s e construir os bombeiros do século XXI, baseados na convergência entre desempenhos voluntários com verdadeira competência profissional e desempenhos profissionais com sensibilidade voluntária.

Palavras-chave: riscos, socorro, bombeiros profissionais, bombeiros voluntários, competência, segurança, corpo de bombeiros, formação, cultura de segurança, protecção civil.

ABSTRACT

CIVIL PROTECTION AND FIRE-FIGHTERS

Organization, training and safety

In Portugal, the structure of the rescue service is still seating on Fire Brigades composed mostly of volunteer fire-fighters.

This volunteering model denotes enormous fragilities, both in the associative component particularly in the areas of management, as well as in the operational component, with increased flaws, not only, at the level of the initial and on going training, but also in the context of the culture of the individual and collective safety.

Not being in question the irreplaceable value of volunteering, the affection and consideration of the community for their “firemen” an organizational change must be implemented in the dynamics of rescue operations, based on an unequivocal assertion of the combination of Municipalities and Fire Departments, under the responsibility of Civil Protection that the Law gives to Local Authorities.

Following this logic, the implementation of the Municipal Rescue Operations Centre would be a giant step forward in the rational framework, not only in the existing Fire Departments in the municipalities, but also of the figure of the Municipal Operational Commander.

Obviously, in all this process of change and transformation, in which learning and training are crucial for an efficient and first-rate aid, the response of the Firemen’s National School, “teaching authority of firemen training” has been manifestly insufficient, given the felt needs in the Fire Departments, not only on specialized and specific training, especially trainers, but also in the definition of a pedagogical model for the standardization of basic training.

At the level of analysis of the safety culture in firemen, which was based on nine major issues concerning the "management policy of the SHHW (Safety, Hygiene and Health in the Workplace), "risk assessment", "Facilities Safety", "training", “occupational health”, "records", "vehicle safety", "physical training" and "protective equipment, were confirmed deficits in the safety culture in all types of Fire Departments, with prominence for the volunteers,, clearly indicating the low priority that has been given to these matters, despite the remarkable amount of injured and deaths in recent years.

On the other hand, considering that the mission and the risks are identical it has been proven the need for equal training and standardization of the careers of all fire-fighters, professional as well as volunteers.

In short, in today’s framework, only the overcoming of the deficit of the current combination between training and safety culture, can create conditions for structural change in Fire Departments and create the firemen of the XXI century, based on the convergence between volunteer performances with real professional competence and professional performances with a volunteer’s sensitivity.

Key Words: Hazards, Rescue, Professional Fire-fighter, Volunteer Fire-fighter, Competence, Security, Training, Safety Culture, Civil Protection.

Sumário

Introdução

Capítulo I – Organização do Socorro em Portugal: Incongruências do Sistema

1. Evolução Histórica
2. Novo Ordenamento Jurídico, Funcional e Operacional
3. Atribuições, Competências e Responsabilidades dos Agentes de Protecção Civil no Socorro

Capítulo II – Formação nos Bombeiros Portugueses

1. Organização de Formação
2. O Papel da Escola Nacional de Bombeiros na Certificação e na Formação Contínua dos Bombeiros

Capítulo III – Cultura de Segurança nos Bombeiros Portugueses

1. Enquadramento
2. Perfil de Risco dos Bombeiros Portugueses
3. Política de Prevenção e Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, nos Corpos de Bombeiros

Capítulo IV – Perspectivas de Mudança na Organização do Socorro

1. Análise do Défice de Instrução/Formação nos Corpos de Bombeiros
2. Análise do Défice de Cultura de Segurança nos Corpos de Bombeiros
3. Mudança de Paradigma na Organização do Socorro

Conclusão

Índice de Abreviaturas

ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho
AETL – Aerotanques Ligeiros
AFN – Autoridade Florestal Nacional
AETM – Aerotanques Médios
AETP – Aerotanques Pesados
AHBV – Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários
AFOCELCA – Agrupamento complementar de empresas, constituído pelo Grupo Portocel, Soporcel, Celbi e Celulose do Caima para a Prevenção e Combate dos Incêndios Florestais.
AGRIS – Programa de apoio ao desenvolvimento agrícola e florestal
ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses
ANPC – Autoridade Nacional de Protecção Civil
ANTEPH – Associação Nacional de Técnicos de Emergência Médica Pré-Hospitalar
APC – Agentes de Protecção Civil
APIF – Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais
BBSF – Brigadas de Bombeiros Sapadores Florestais
BCIN – Brigadas de Combate a Incêndios
BHATI – Brigada Helitransportada de Ataque Inicial
BHV – Brigada Helitransportada de Voluntários
BI – Brigada de Incêndio
BM – Bombeiro Mergulhador
BPH – Bases Permanentes de Helicópteros
CAP – Certificado de Aptidão Profissional
CB – Corpo de Bombeiros
CBM- Curso de Bombeiro Mergulhador
CB's – Corpos de Bombeiros
CCO – Centro de Coordenação Operacional
CCOD - Centro de Coordenação Operacional Distrital
CCOM – Centro de Coordenação Operacional Municipal
CCON - Centro de Coordenação Operacional Nacional
CDOS – Comando Distrital de Operações de Socorro
CFGR – Centro de Formação Geral Regional
CI – Combate a Incêndios
CIF – Coordenador de Incêndios Florestais

CIUI – Combate a Incêndios Urbanos e Industriais
CNEC – Centro Nacional Especializado Coordenador
CNPIC – Comissão Nacional de Protecção Civil
CDPC – Comissão Distrital de Protecção Civil
CEB – Companhia Especial de Bombeiros
CES – Condução de Embarcação de Socorro
CMPC – Comissão Municipal de Protecção Civil
CM – Câmara Municipal
CMA – Centro de Meios Aéreos
CMOS – Centro Municipal de Operações de Socorro
CMDFCI – Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
CNIF – Coluna Nacional de Intervenção Florestal
CNOS – Comando Nacional de Operações de Socorro
CNPV- Comissão Nacional para a Promoção do Voluntariado
CODIS – Comandante Operacional Distrital
CODU – Centro de Orientação de Doentes Urgentes
COFA – Comando Operacional da Força Aérea
COM – Comandante Operacional Municipal
COMTE - Comandante
COS – Comandante de Operações de Socorro
CPE – Comunicação Pessoal Escrita
CTT – Condução Todo Terreno
CVP – Cruz Vermelha Portuguesa
DAE – Desfibrilhação Automática Externa
DECIF – Dispositivo Especial de Combate a Incêndios
DFCI – Defesa da Floresta contra Incêndios
DGAM – Direcção-Geral de Autoridade Marítima
DGRF – Direcção Geral de Recursos Florestais
DISP. - Disponibilidade
DON – Directiva Operacional Nacional
ECIN – Equipa de Combate a Incêndios
ECF – Equipas de Contra-Fogo
EF – Educação Física
EFTS - Equipas de Fogos Táticos de Supressão
EHATI – Equipa Helitransportada de Ataque Inicial
EHV – Equipa Helitransportada de Voluntários
EI – Equipas de Intervenção

EIP – Equipa de Intervenção Permanente
ELAC – Equipas Logísticas de Apoio ao Combate
EMAC – Equipas Móveis de Apoio ao Combate
EMGFA – Estado-Maior General das Forças Armadas
ENB – Escola Nacional de Bombeiros
EPI – Equipamento de Protecção Individual
EPI's – Equipamentos de Protecção Individual
ERAS – Equipas de Reconhecimento e Avaliação de Situação
ESF – Equipas de Sapadores Florestais
FA – Forças Armadas
FAP – Força Aérea Portuguesa
FEB – Força Especial de Bombeiros
FOCON – Força Operacional Conjunta
FP – Formação Pedagógica
GIPS / GNR – Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro/GNR
GCIF – Grupo Combate Incêndios Florestais
GLOR – Grupo Logístico de Reforço
GNR – Guarda Nacional Republicana
GRIF – Grupo de Reforço Incêndios Florestais
GTF – Gabinete Técnico Florestal
HEBL – Helicópteros Bombardeiros Ligeiros
HEBM – Helicópteros Bombardeiros Médios
HEBP – Helicópteros Bombardeiros Pesados
HEATI - Helicópteros de Ataque Inicial
HEATA - Helicópteros de Ataque Ampliado
ICNB – Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade
IDICT – Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições do Trabalho
IF – Incêndios Florestais
IM – Instituto de Meteorologia
INAG – Instituto Nacional da Água
INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica
IU – Incêndios Urbanos
IUI – Incêndios Urbanos e Industriais
ISHST – Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho
LBP – Liga dos Bombeiros Portugueses
LBPC – Lei de Bases de Protecção Civil
LMF – Laboratório Móvel de Fogo

MAI – Ministério da Administração Interna
MD – Ministério da Defesa
MER - Mergulhador
MJ – Ministério da Justiça
MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros
MP – Matérias Perigosas
MRCC – Centro Coordenador de Busca e Salvamento Marítimo
NP – Norma Portuguesa
NRBQ – (Nucleares, Radiológicos, Biológicos e Químicos)
NS – Nadador Salvador
OHSAS – Occupational Health and Safety Management Systems
PAI – Programa de Apoio às Infra-estruturas.
PAL – Pessoal Apoio Logístico
PEM – Posto de Emergência Médica
PCO – Posto de Comando Operacional
PCOC – Posto de Comando Operacional Conjunto
PJ – Polícia Judiciária
PM – Primeiro-Ministro
PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios
PNDFCI – Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios
PEM – Posto de Emergência (Posto INEM, sedado nos Corpos de Bombeiros)
POM – Plano Operacional Municipal
PSP – Polícia de Segurança Pública
PV – Posto de Vigia
RCC – Rescue Coordination Center da Força Aérea Portuguesa
REN – Rede Eléctrica Nacional
RES – Reserva INEM
RNPV – Rede Nacional de Postos de Vigia
SAP – Serviço de Atendimento Permanente
SAV – Suporte Avançado de Vida (ambulância SAV)
SBV – Suporte Básico de Vida (ambulância SVB)
SD – Salvamento e desencarceramento
SE – Segurança Externa
SEPNA / GNR – Serviço da Protecção da Natureza e do Ambiente da GNR
SF – Sapadores Florestais
SGA – Salvamento em Grande Ângulo
SGO – Sistema de Gestão de Operações

SHST – Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho
SHT – Segurança e Higiene no Trabalho
SI – Segurança Interna
SIEM – Sistema Integrado de Emergência Médica
SIG – Sistema de Informação Geográfica
SIOPS – Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro
SISI - Sistema Integrado de Segurança Interna
SITREP – “Situation Report”
SIV – Suporte Imediato de Vida (ambulância SIV)
SMPC – Serviço Municipal de Protecção Civil
SNA – Serviço Nacional de Ambulâncias
SNB – Serviço Nacional de Bombeiros
SNBPC – Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil
SOE – Sector Operacional Especial
SST – Segurança e Saúde no Trabalho
SSLI – Sistema de Socorro e Luta contra Incêndios
SWOT – Análise dos pontos Fortes (Strengths) e Fracos (Weaknesses) de uma organização com as Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats) do meio envolvente.
TAE – Técnico de Ambulância de Emergência (pertencente ao INEM)
TAS – Tripulante de Ambulância de Socorro (pertencente aos CB’s)
TAT – Tripulante de Ambulância de Transporte (pertencente aos CB’s)
TO – Teatro de Operações
UI – Urbanos e Industriais
VMER – Viatura Médica de Emergência e Reanimação
ZA – Zona Apoio
ZCR – Zona Concentração e Reserva
ZS – Zona de Sinistro

Introdução

1. Segurança e Socorro: Novo Paradigma

No âmbito da segurança e protecção civil, a análise de riscos, o socorro e a gestão das crises têm assumido importância crescente, sobretudo a partir do final do último quartel do século passado, com o objectivo de dar uma resposta imediata e eficaz aos desastres sejam acidentes graves ou catástrofes, que, entretanto, passaram a ocorrer com maior frequência, ou talvez melhor, passaram a ser objecto de muito maior divulgação mediática.

De facto, as sociedades modernas, nomeadamente as mais desenvolvidas, debatem-se hoje com problemas que, não sendo novos, assumem, por vezes, uma dimensão redobrada, porque os riscos cresceram com o acelerado desenvolvimento tecnológico e com a expansão dum urbanismo desenfreado. Paralelamente os cidadãos, mais evoluídos, mais informados e daí naturalmente mais sensíveis, estão também psicologicamente menos preparados para os aceitar.

O Tsunami de Dezembro de 2004 que vitimou mais de 250 mil pessoas, o furacão Katrina que arrasou a cidade de Nova Orleães e matou perto de 2000 pessoas, o sismo do Paquistão no qual faleceram perto de 60 mil pessoas, ou o tufão de Myanmar (só para citar alguns dos mais recentes e devastadores) alertaram-nos para uma nova realidade a que os Estados modernos não podem fechar os olhos. As grandes variações demográficas e as mudanças climáticas criaram muitas e novas preocupações que remetem para atitudes de contínua prevenção, análise e gestão de risco.

Os atentados de Nova Iorque de Setembro de 2001, de Madrid em 2004 ou de Londres em 2005, confrontam os Estados com a necessidade de rapidamente agirem concretizando respostas integradas e profissionais.

Em Portugal, a gravidade e dimensão dos incêndios florestais, em especial os de 2003 e 2005 contribuíram para uma súbita tomada de consciência, quer pela população, quer pelo poder político, de uma nova realidade que pôs a nu as deficiências do sistema de prevenção e socorro.

Foram então suscitadas sérias interrogações ao nível político e social quanto à adequação da Organização de Protecção Civil e, sobretudo, do principal agente, corpos de bombeiros, de matriz predominantemente voluntária, para assegurar, em tempo útil e em situação de emergência, uma resposta de socorro bem articulada, por um lado, e, por outro, a necessária protecção de pessoas e bens.

Neste quadro de ameaças à segurança humana em sociedades com um elevado grau de complexidade e risco, como a nossa, os Corpos de Bombeiros profissionais, mistos, ou

voluntários constituem, entre nós, a base da resposta para o socorro das populações e salvaguarda do património, ao nível local, distrital ou nacional. No preâmbulo do Decreto-Lei n.º 247/2007 de 27 de Junho, também designado “*Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros*” (CB’s) é claramente referido que “*em Portugal, o socorro às populações assenta nos corpos de bombeiros e assim continuará a ser mesmo que, entretanto, se tenham criado brigadas de sapadores ou o grupo de intervenção de protecção e socorro (GIPS da Guarda Nacional Republicana - GNR) que colaboram no âmbito da primeira intervenção em incêndios florestais, ou se venham a formar mais agentes e constituam outras forças*”.

Porém, “*a componente operacional do sistema são os bombeiros voluntários, são a espinha dorsal. Eles cumprem mais de 90% das missões de protecção civil e tendem a ser profissionais na sua acção. São voluntários, mas têm de tender a estar disponíveis para receber uma formação cada vez mais abrangente e qualificada. Não me parece que exista o risco de o sistema soçobrar por estar assente em voluntários. Eles dependem de nós sobre o ponto de vista operacional e isso decorre de uma situação em que, até hoje, não tem havido quebras de solidariedade.*” (Arnaldo Cruz, 2007: 34).

Considerando o volume, diversidade e complexidade dos serviços prestados, (Quadro I), interrogamo-nos se os mesmos poderiam ser desempenhados, em larga medida, por bombeiros verdadeiramente voluntários, mormente ao nível do socorro pré-hospitalar, conhecidas que são as faltas de disponibilidade de pessoal voluntário, sobretudo ao nível da primeira intervenção.

Quadro I: Bombeiros em Missão de Protecção Civil.

SERVIÇOS PRESTADOS - 2007	
a) Incêndios	47 502
b) Acidentes	40 510
c) Pré-Hospitalar	772 237
d) Ocorrências Diversas	32 810
e) Serviços de Apoio	112 372
f) Actividades de Formação	11 724
g) Falsos Alertas (Alarmes)	11 511
h) Transporte de Doentes	7 956
Total	1 059 015

Fonte: ANPC/2007.

a) Inclui incêndios rurais, urbanos e industriais.

b) Mais de 84% dos acidentes envolvem viaturas;

c) Não está incluído o transporte de doentes, mas 43154 são transportes Inter-Hospital.

d) Inclui maioritariamente conflitos legais (agressão/violação), danos vários em infra-estruturas e vias de comunicação (inundações/infiltrações).

- e) Inclui limpeza de via, patrulhamento, participação em actividades desportivas, espectáculos, serviços variados a empresas, e outros.
- f) Inclui 1685 exercícios/ simulacros.
- g) Inclui serviços gerais de apoio à população, actividades de evacuação terrestre, entre outros.
- h) No SITREP (Situation Report) nacional para 2007 apenas estão registados estes números.

A falta de meios e os atrasos no socorro, prendem-se com o facto de “*nem todas as associações de voluntários têm condições financeiras e humanas para prestar um bom serviço de socorro, como aliás ficou visível em Alijó, onde não havia tripulação para levar a ambulância até à vítima de acidente que veio a morrer*”. (Caldeira, 2008:11).

Por outro lado, “*a circunstância da maioria dos Corpos de Bombeiros Voluntários possuir pessoal profissionalizado para assegurar a prestação de serviços ambulatoriais de transporte de doentes e de, muitas vezes, este pessoal ser utilizado para ocorrer a emergências – com prejuízo dos doentes a transportar para consultas ou tratamentos (missão que não é exclusiva dos CB’s) é suficiente para demonstrar a extrema dificuldade de mobilização de recursos humanos voluntários, em especial nos dias de semana, no período das 7 às 20 horas, para fazer face às solicitações dos serviços. Esta debilidade impede também uma maior rentabilização dos investimentos de formação, uma vez que o voluntário tem cada vez mais dificuldade em dispor de tempo para frequentar acções de formação e a sua assiduidade ao Corpo de Bombeiros é cada vez mais reduzida. A solução para este grave problema é a institucionalização em todos os corpos de bombeiros voluntários de grupos da intervenção permanente para garantir uma primeira e qualificada resposta às emergências que tenderão a ser mais frequentes e complexas.*” (LBP, 2003: 8-9).

Ora, seguindo de perto Caldeira (CPE, 2008:1), “tal estrutura permanente” já existe ainda que mitigada, na medida que “*os funcionários bombeiros e não bombeiros que têm uma relação contratual com as Associações ascendem a 5200 no País, segundo dados de 2003*”. Desagregando os dados, tais “funcionários” dividem-se em:

- *Administrativos (não bombeiros): 15%;*
- *Outras funções (não bombeiros): 10%;*
- *Bombeiros com várias funções (nos CB’s): 75%”.*

Estes números permitem-nos inferir que a maioria dos serviços assinalados no quadro I foi executado por 75% dos 5200 elementos contratados nas respectivas Associações, ou seja, por 3900 bombeiros *permanentes* ligados sobretudo à urgência pré-hospitalar.

Obviamente o voluntariado em si mesmo, enquanto doação solidária e espírito altruísta, não está em causa, bem pelo contrário. Todavia, a segurança e o socorro enquanto direitos de cidadania constitucionalmente consagrados, exigem níveis de prontidão, qualidade e eficácia na acção que o modelo vigente já não pode satisfazer, no quotidiano da sociedade de risco em que vivemos.

“Hoje em dia, só dedicação e boa vontade já não são suficientes para se ser um bom bombeiro, embora continuem a ser atributos essenciais para um voluntariado consciente. Nos dias de hoje são necessárias, no mínimo três condições para se ser um bom bombeiro voluntário. São elas: querer, poder e saber. A primeira é o querer porque, sendo o bombeiro um ente solidário e altruísta, gosta de ajudar aqueles que, por qualquer razão momentânea, carecem de auxílio. O segundo pressuposto é poder, o que significa ter disponibilidade, não só para colaborar regularmente nas missões de socorro, mas também para receber a formação adequada para o desempenho da sua nobre missão de bombeiro. O terceiro predicado, e não menos importante, é saber, o que implica não só ter a formação adequada, mas também possuir formação actualizada. Nos dias de hoje, a formação adequada comprova-se através da certificação, a qual garante a aquisição de competências para o desempenho de determinadas funções, ao passo que a formação actualizada se obtém através de recertificações regulares, cada uma das quais comprova a manutenção de determinada competência antes adquirida.” (Lourenço, 2006:65).

Neste quadro, podemos interrogar-nos, como aliás fez Lourenço (2006: 65) será que todos os bombeiros, voluntários ou não, que participam no socorro em geral e no combate a incêndios em particular, cumprem as três condições atrás referenciadas?

E será que, nos dias de hoje, continua o mesmo autor, face às situações de manifestação de riscos a que qualquer bombeiro possa ser chamado a dar resposta, o conceito de bombeiro voluntário mantém o mesmo significado de há mais de cinquenta anos, quando foi publicado o paradigmático Regulamento dos Corpos de Bombeiros pelo Decreto-Lei n.º 38439/51, de 17 de Setembro?

Ser bombeiro voluntário ou profissional é uma actividade ocupacional de elevado risco. Para se ser bombeiro é necessário passar por um conjunto de patamares e adquirir um conjunto de saberes: de *saber conhecimento*, de *saber fazer* e de *saber ser*. Esses saberes estão relacionados, não só com *conhecimentos* gerais sobre os riscos e perigos com que têm de lidar no quotidiano das acções de socorro e salvamento, mas também *saberes fazer/executar* e *saberes ser/estar* fundamentais para uma actuação tecnicamente eficiente e eficaz.

Por outro lado, tratando-se de uma actividade de alto risco, para além da formação e medidas de protecção e segurança, é exigida ao bombeiro robustez física adequada para transportar equipamentos e percorrer distâncias até locais de difícil acessibilidade e ainda para resistir a prolongados períodos de esforço, seja para transportar sinistrados, seja para demolir, cortar, escalar ou escavar.

Necessita de boa capacidade visual e auditiva e capacidade de resistência a odores fortes e poeiras.

Exige-se ainda ao bombeiro desembaraço e rapidez de movimentos, agilidade física elevada e rapidez de reacção face ao perigo.

A gestão dos riscos em presença exige também resistência psíquica, equilíbrio emocional e mesmo atenção dispersa para apreciar e equacionar os factores presentes nos sinistros e agir em conformidade.

A qualidade das relações interpessoais a estabelecer, seja com colegas de serviço seja com o público, mormente com pessoas em estado de choque, exige do bombeiro flexibilidade e abertura na relação.

É ainda confrontado com marcadas exigências a nível de controlo e estabilidade emocionais para exercer as suas actividades, em situações em que tanto a própria vida como a de outrem podem correr perigo. Além disso, pode ser sujeito a intenso e prolongado esforço susceptível de provocar stress e desconforto emocional.

Saliente-se, ainda, o espírito de iniciativa, coragem e arrojo que lhe são pedidos em situações limite que se lhes são deparadas.

Muito embora o risco esteja presente em qualquer profissão, a pluralidade de actividades de socorro que os bombeiros desempenham em condições e ambientes hostis sujeita-os, de forma muito singular, a riscos biológicos, físicos, químicos, ergonómicos e psicológicos que lesam a sua saúde e podem causar a morte.

Na sociedade de risco em que vivemos, o novo quadro de ameaças à segurança dos cidadãos, configura-se com a rapidez e a sofisticação das comunicações na sociedade globalizada, com indústrias agressivas para o ambiente, inovações tecnológicas geradoras de perigos acrescidos, possibilidades de acesso a armas letais e, em especial, a armas de destruição massiva (nucleares, radiológicas, biológicas e químicas), fazendo sobressair associações criminosas e o terrorismo internacional, em parte pelo recrudescimento de antagonismos nacionalistas e religiosos, em que a concepção tradicional da segurança do Estado, associada à manutenção da ordem pública e ao controlo da criminalidade, tende a estar ultrapassada.

A sociedade parece revelar, inclusivamente, uma hipersensibilidade ao risco, tomando consciência de que os recursos que constituem a base da riqueza das sociedades estão cada vez mais poluídos e de que crescem as forças destrutivas. Deixa, assim, de se preocupar, cada vez mais, com as consequências graves do próprio desenvolvimento urbano-industrial, e do sistema produtivo que o suporta, ou seja, além de “socialmente reflexivos”, os riscos e as suas consequências tornam-se também “politicamente reflexivos”, obrigando os Estados a novas formas de regulação pública (Gonçalves, 2002:94).

Neste quadro de instabilidade e certezas, a segurança assume um novo conceito, abrangendo não só a segurança individual ou nacional: “*o risco social tornou-se numa inevitabilidade suportada quotidianamente pelas massas*” (Sennett, 2001:125), mas também a segurança global, motivando a redefinição dos sistemas de informação e o papel das forças de segurança e das forças de socorro e assistência às populações.

Estarão os estados impotentes perante as vulnerabilidades globais? Poderão superá-las ou preveni-las, sem uma efectiva cooperação transnacional?

Como bem assinala Pereira (2006:44), os fundamentos estruturais e reguladores da ordem mundial, parecem cada vez mais incapazes de oferecer um mínimo de segurança a muitos povos do planeta.

Em resumo, “*el Estado está siendo sutilmente deformado, en cuanto a instrumento de bienestar humano, por la dinámica de la globalización que lo impulsa, en diferentes grados, hacia una relación de subordinación respecto a las fuerzas globales del mercado. En parte como repuesta a esto y en parte como resultado de las deficiencias del secularismo como fuente de realización humana, en muchos terrenos el Estado está perdiendo también su capacidad para procurar los componentes sociales, económicos y materiales de la seguridad dentro de sus propias fronteras.*” (Falk, 2002:72).

Estas transformações que afectam toda a conceptualização sobre os entendimentos anteriores sobre a segurança estão a deixar sem significado o que tradicionalmente se vinha entendendo por segurança interna e segurança externa (Pereira, 2006:147).

No quadro do conceito de segurança humana, as pessoas, os cidadãos exprimem e experimentam hoje outras preocupações e sentimentos de insegurança e incerteza da sua vida quotidiana, seja a nível do trabalho, da saúde ou do meio ambiente. Estamos perante demandas da mais variada ordem no quadro dos direitos da cidadania.

Nalguns casos, estamos a falar de segurança política frente a abusos e violações de direitos humanos; de segurança pessoal e individual face à criminalidade, à violência contra as mulheres, ou ao terrorismo; noutros trata-se de segurança ambiental face à degradação do ar, água, solo e florestas; ou ainda segurança alimentar frente à escassez de alimentos ou aos riscos derivados de produtos perigosos para a saúde humana; também a segurança frente a doenças e enfermidades novas, transmissíveis por contágio, inalação e secreções; à segurança económica frente ao trabalho precário e à desigualdade de rendimentos e, finalmente, a segurança financeira com as crises bolsistas, como por exemplo o *subprime*.

Em suma, estamos perante um conceito integrador da segurança humana, humanocêntrico que tem a sua génese na luta pelos direitos humanos, e por uma vida digna e plena para todos, ao nível ambiental, industrial, alimentar, sanitário, segurança ante novos

riscos sociais, tecnológicos, novas formas de trabalho, e não unicamente o fundamento da ordem, ou seja a perspectiva estatocêntrica, a qual deve ceder passo à perspectiva humanocêntrica, introduzindo a segurança humana como eixo integrador das políticas públicas de protecção e socorro perante as inúmeras vulnerabilidades sociais. (Pereira, 2006: 143-176).

Fundamentalmente, a segurança humana implica proteger as liberdades vitais, socorrer as pessoas expostas a ameaças e a situações difíceis, de tal modo que possam criar-se sistemas com dispositivos operacionais de sobrevivência, dignidade e meios de vida, apelando não só à protecção, mas também à prevenção e à habilitação das pessoas para valer-se a si mesmas em situação de vulnerabilidade.

Os novos riscos são qualitativamente diferentes dos riscos da sociedade industrial. Embora reconhecendo que os países pobres são naturalmente mais vulneráveis aos riscos do que os países ricos, Beck considera que os riscos tendem a ser “globais” no sentido de que transcendem as fronteiras nacionais, afectando potencialmente toda a humanidade e todas as formas de vida animal e vegetal (Beck, 1992:21,22). Este entendimento não é indiferente ao facto de os riscos serem indissociáveis dos processos de globalização económica e social, escapando, do mesmo passo, às instituições de controlo e protecção da sociedade industrial e dos Estados.

Efectivamente, os *novos riscos* são, em grande parte, riscos *globais*, por exemplo, os riscos ambientais e de saúde pública mais em foco nos últimos tempos transcendem as fronteiras nacionais. A propagação de doenças emergentes como a Sida, a pneumonia atípica ou a disseminação de produtos alimentares contaminados acompanham o comércio de mercadorias, a mobilidade de pessoas e a circulação das tecnologias. A onnipresença do risco na sociedade contemporânea encontra-se, assim, estreitamente associada à sua globalização (Gonçalves, 2003:6).

Uma outra ideia central é a de que os cidadãos se tornam cada vez mais “*socialmente reflexivos*”, deixando de aceitar sem discussão novas tecnologias ou novos modelos produtivos. Os riscos tendem a dominar o debate público, dando origem a novos tipos de conflitos e controvérsias, numa sociedade cada vez mais mediatizada. As imagens que nos entram em casa todos os dias, tal como as leituras da imprensa e os discursos mediáticos, tendem a gerar um estranho sentido de risco permanente, como se a vida estivesse continuamente no arame (Silveirinha, 2007:11).

Não tendo o nosso País sido atingido, até agora, pelos graves atentados que têm assolado a humanidade, Leandro (2007: 16) interroga-se se estaríamos preparados para responder bem, como aconteceu em Nova Iorque e Madrid. “*A resposta só pode ser um rotundo*

Não. E é com vergonha que o reconheço, bastando recordar o que se passou em 2002 com o desastre da Ponte de Entre-os-Rios em Castelo de Paiva, quer o modo amador, assustado e improvisado como essa crise foi gerida. No mundo actual não se pode funcionar naqueles moldes” (Leandro, 2007: 16).

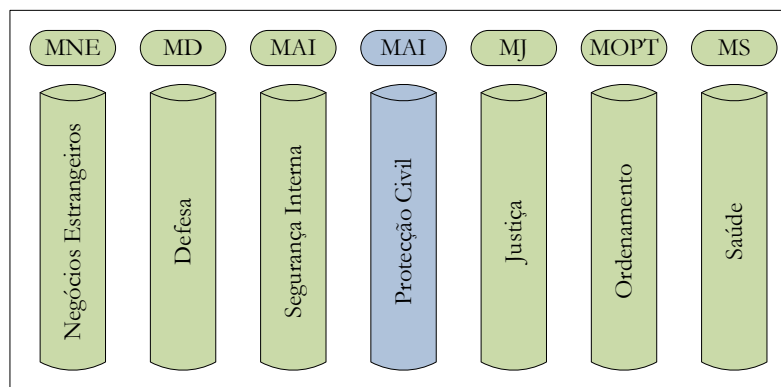
Mais recentemente ocorreu um desastre com a embarcação “*Luz do Sameiro*” na Nazaré, vitimando seis vidas humanas, tragédia perante a qual o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas “*assumiu com enorme dignidade toda a responsabilidade*” (...), constatando-se que “*a origem das falhas deve encontrar a sua explicação no sistema em vigor que é histórico e tradicional, burocratizado, estando desfasado das ameaças actualmente existentes e do armamento, da sua frequência e ritmo*” (Leandro, 2007: 16).

Por outro lado, todos os anos somos vítimas das consequências de graves situações meteorológicas traduzidas em incêndios florestais durante o tempo quente, como durante o período frio através de grandes chuvadas e consequentes inundações ou da acção erosiva do mar, não estando só em causa o nosso interior e as florestas, mas também a nossa costa que, se bem tratada, é uma das áreas que mais receitas pode proporcionar e que tem vindo a ser progressivamente destruída. “*E tudo se repete anualmente sem grandes melhorias significativas, indiciando que parte dos desastres que têm afectado os nossos ecossistemas é consequência da falta de um correcto, devidamente cumprido e acompanhado ordenamento territorial*” (Leandro, 2007:16).

Hoje a questão relativa às ameaças provenientes das rápidas mudanças climáticas deve ser encarada do mesmo modo que uma verdadeira guerra, que não podemos perder, em termos de planeamento, coordenação e execução (Leandro, 2007: 16).

No fundo, a segurança é só uma, devendo ser concebida no topo do Estado e sendo responsável pela sua concepção o chefe do Governo, “*a fim de que haja um Planeamento Integrado que procure ultrapassar nas questões de Segurança, as históricas barreiras entre Ministérios, percebendo que cada vez mais há zonas de sobreposição que devem ser trabalhadas em conjunto, coordenadas e ganhando sinergias, o que virá a beneficiar toda a Comunidade Nacional*” (Leandro, 2007: 28).

Os Ministérios da Soberania (Negócios Estrangeiros, Defesa, Administração Interna e Justiça) têm áreas de sobreposição e daí que não se possa continuar a trabalhar no modelo de cilindros estanques e numa relação apenas verticalizada (Leandro, 2007: 30). Por outro lado, para que possa haver segurança deve existir coordenação entre os sistemas e é necessário dar àqueles que se encontram no terreno todas as informações necessárias, de um modo transversal. O mesmo deve ocorrer na área operacional executiva, ou seja, em matérias como a protecção e o socorro, temos de responder de um modo coordenado, integrado em rede, sem preocupação de protagonismos desnecessários da parte de quem quer que seja, dos “*cilindros estanques*”, sejam ministérios ou corporações (fig. 1).



Fonte: Adaptado de Leandro, 2007.

Fig. 1 - Paradigma Tradicional das Responsabilidades de Segurança e Defesa.

Parece claro que em questões de Segurança Humana ou “*Grande Segurança*”, é a de que ninguém é suficiente e, muito menos auto-suficiente, ninguém pode ficar de fora, “*nem ninguém deve actuar de modo isolado*”, porque, não é demais dizê-lo, o objectivo final da segurança é o cidadão (“*modelo humanocêntrico*”) e não apenas o Estado (“*modelo estatocêntrico*”), cabendo a este organizar, com a sociedade civil, a segurança colectiva, onde todos e cada um dos sistemas e subsistemas de defesa, protecção e socorro deverão ter o seu quinhão de responsabilidade na execução, coordenada, de planos de segurança e socorro das populações em risco.

E “*se as Autarquias têm sido responsáveis por grande parte do desenvolvimento do País, reconhecimento que deve ser feito são, em muitos casos, as grandes responsáveis, não só pelos gravíssimos atentados ambientais que têm ocorrido e que estão à vista de todos, como também pela falta de prontidão da Protecção Civil nas suas áreas de responsabilidade. Estamos, como sociedade nacional, já a pagar o preço de omissões e de decisões desastradas, o que se pode agravar no futuro*” (Leandro, 2007:16).

Quanto a propostas para obviar à situação actual, Garcia Leandro, aponta a junção da Segurança e da Defesa, asseverando que “*para efeitos de segurança, as Autarquias e a Protecção Civil (incluindo os bombeiros) deviam depender deste Ministério (diga-se Ministério da Segurança e Defesa) que teria um Secretário de Estado para a Segurança do Território Nacional; os Bombeiros, tendencialmente, terão que ser profissionalizados e sujeitos a uma estrutura hierarquizada*” (Leandro, 2007:18).

Parece-nos hoje claro que “*se no passado e em termos históricos, se poderia separar a segurança militar (ameaças externas) da segurança interna e da segurança (protecção) civil, hoje a situação é completamente diferente, as áreas sobrepõem-se e tudo deve ser concebido, estruturado e planeado de modo integrado ao nível da Estratégia Total (topo do Estado) até chegar, para o planeamento e execução, à autarquia, à empresa, aos serviços, à escola, ao hospital, às estradas, portos e aeroportos, aos complexos desportivos, etc., até ao cidadão, de modo a que ninguém fique de fora. É o único modo de conseguirmos os resultados de que precisamos, dando segurança e tranquilidade à nossa população e investimentos.*” (Leandro, 2007: 16-17).

É, no fundo, o novo conceito que a realidade e a dinâmica social da sociedade globalizada nos impõe não só transformando o cidadão e os povos no ponto fulcral de toda a segurança e da chamada “*democratização dos riscos*”, mas também como participantes activos e responsáveis pela própria segurança, pois ninguém pode ser dispensado do seu contributo comunitário. “*A Segurança Humana não é algo que as pessoas possam esperar e receber passivamente das instituições sociais. É parte substancial delas a sua participação activa e a sua capacidade para assumir riscos*” (Pereira, 2006: 183).

Em síntese, seja nos grandes desastres naturais, que se têm verificado um pouco por todo o mundo, seja em grandes acidentes provocados pelo terrorismo internacional e ou outras situações de catástrofe humanitária, resultante da actividade e dos movimentos populacionais, uma das constatações mais relevantes e também mais preocupantes é a deficiente articulação entre forças ou serviços de segurança e estruturas ou serviços de protecção e socorro e das forças armadas, bem patente, entre nós, nos incêndios de 2003 (Livro Branco, 2003: 75-89).

Os novos conceitos de segurança interna (pelo menos ao nível legislativo) vão, pois, no sentido de promover a articulação permanente entre todas estas forças e serviços na planificação, organização operacional e execução, não obstante, na Constituição Portuguesa, os conceitos de Segurança Interna e Defesa ainda surgirem diferenciados.

Em síntese, na figura seguinte (fig. 2), tenta mostrar-se uma compreensão integrada e indivisível da Segurança englobando três linhas fundamentais: Segurança Externa, Segurança Interna e Protecção Civil.

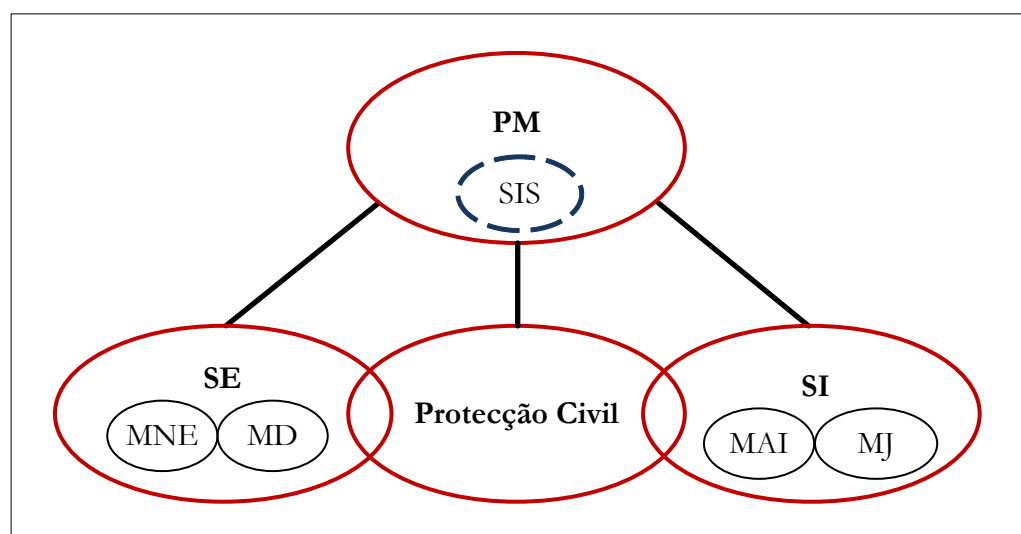


Fig. 2 – Novo Paradigma de Segurança (adaptado de Leandro, 2007).

Todo o processo legislativo nesta matéria é, ainda, muito recente. O problema está na aceitação pelos diferentes sistemas (forças, serviços de segurança, de intervenção e socorro), com culturas muito próprias, do processo de coordenação, direcção, controlo e comando operacional, por parte da figura do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, nos termos previstos nos artigos 16º ao 19º da Lei de Segurança Interna, Lei nº 53/2008, de 29 de Agosto.

Resumindo, com a globalização do risco, os conceitos e paradigmas da segurança que perduraram desde a Segunda Guerra Mundial entraram em crise, conduzindo às situações seguintes:

- Fim da “*segurança garantida*”;
- Diluição dos conceitos de segurança interna/segurança externa, dando assim origem ao conceito alargado de segurança, ou à grande segurança como diria Garcia Leandro (2007:24-30);
- Estados a não garantirem, por si sós, a segurança, a protecção e o socorro, constatando-se, não só a necessidade da forte interdependência no seu funcionamento, mas também numa forte dependência da participação social e privada e da dinâmica da cooperação internacional (fig. 3).

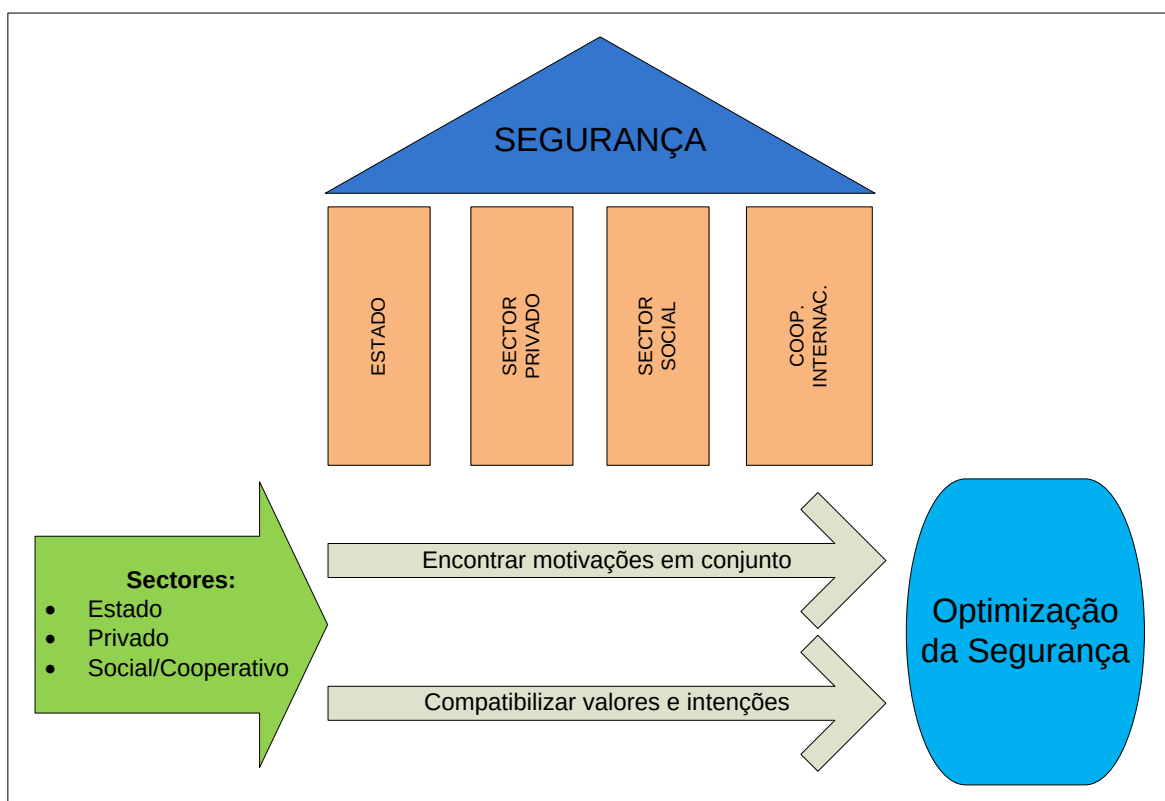


Fig. 3 - Os Pilares da Segurança Humana na Sociedade da Globalização do Risco (*Adaptado de Isabel Pais, 2008*).

Por outro lado, cada vez mais o aumento do nível de protecção e segurança das populações vai depender da promoção e fomento de campanhas de sensibilização e de comunicação de uma cultura de segurança, explicitamente orientadas para as comunidades e grupos mais vulneráveis, sendo crucial potenciar a participação desses cidadãos e das suas estruturas associativas de âmbito local em tarefas ligadas à prevenção, socorro e reabilitação.

Considerando a distribuição geográfica de proximidade (fig. 4), os CB's "ditos voluntários" (pese embora as dificuldades de prontidão para a primeira intervenção) são indiscutivelmente os primeiros guardiões das comunidades, a quem os cidadãos recorrem quando sujeitos aos mais variados e diferentes tipos de riscos, "*cumprindo, como atrás referido, mais de 90% das missões de protecção civil*" (Cruz, 2007:34).

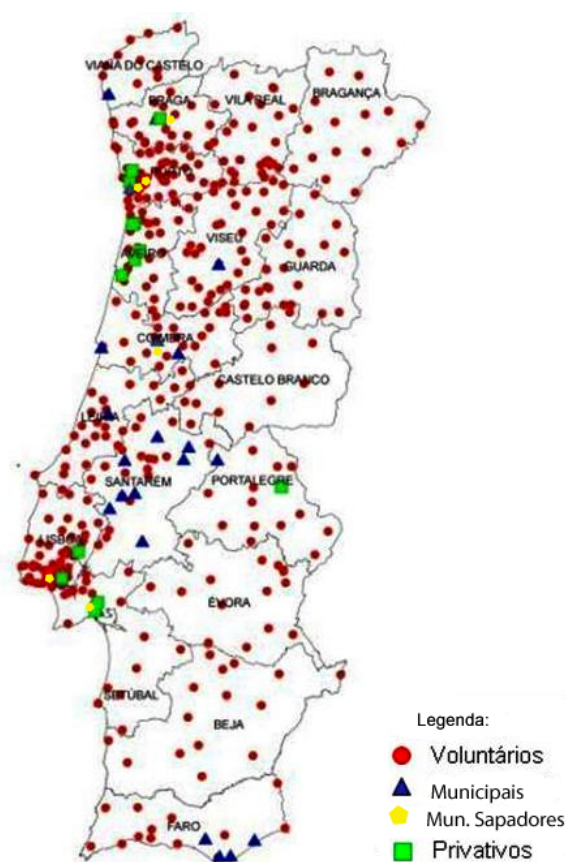


Fig. 4 - Distribuição geográfica dos corpos de bombeiros portugueses.

De facto, no quadro dos modelos de organização do socorro, "*Portugal é o caso único na Europa, e provavelmente no mundo, em que o âmbito de intervenção dos bombeiros está dependente, na sua esmagadora maioria, da mobilização da sociedade civil em torno das associações. Em todos os países, a estrutura profissional é o principal pilar e que no final de contas orienta e enquadra toda a estrutura voluntária que tem um nobre papel, mas que não pode de forma alguma subverter o sistema, até pelos níveis de responsabilização que a cada um cabe*" (Curto, CPE, 2007:2).

A questão central que está colocada ao actual modelo de socorro baseado nos CB's voluntários é que, mesmo havendo voluntários, *“há uma crescente crise de disponibilidade dos voluntários, pelo que o modelo de voluntariado existente enquanto alicerce da resposta dos Corpos de Bombeiros às exigências do socorro quotidiano, regista grandes fragilidades em quase todo o território nacional”*. (LBP, 2003:9).

Por outro lado, há défices de preparação física, profissional e de cultura de segurança que colocam em risco a integridade dos bombeiros em geral e dos ditos voluntários em particular.

No Portugal de hoje, as pessoas querem uma resposta rápida e eficaz, que resolva o problema no mais curto espaço de tempo possível e com o mínimo de consequências. Ora, esta resposta não se compadece com tempos de espera e de disponibilidade dos bombeiros.

“A primeira intervenção do socorro é uma questão de tempo e deve ser profissionalizada.” (Costa, 2008:39). Ou seja, a vertente da eficácia que a acção da primeira intervenção tem que ter, deve estar sustentada por bombeiros que possam treinar-se todos os dias e com formação contínua permanente. É esta a perspectiva da profissionalização da primeira intervenção, sem prejuízo da prestimosa e insubstituível contribuição complementar do voluntariado. Nesta linha, a questão central da tese é saber até que ponto é viável continuar a manter um sistema de socorro baseado em CB's voluntários, com falta de *disponibilidade, formação e segurança*.

2. Objectivos e estrutura do trabalho

Discutida a problemática, este trabalho procurará responder, à seguinte hipótese/interrogação principal:

No quadro da protecção civil, o modelo de voluntariado existente, enquanto alicerce de resposta dos corpos de bombeiros, às exigências do socorro quotidiano, registará défices quanto à disponibilidade, formação e segurança dos agentes?

E às seguintes sub-hipóteses/interrogações:

A. Nos corpos de bombeiros, os resultados em saúde ocupacional e segurança estarão associados à cultura organizacional e de segurança neles existente?

B. As melhores performances ao nível da formação e segurança dos bombeiros estarão associadas ao respectivo estatuto profissional?

Subsequentemente, dar-se-á resposta a outras interrogações complementares e confinantes com a hipótese principal, como sejam:

Quanto à formação ministrada nos CB's

1. Os corpos de bombeiros garantem aos recrutas/aspirantes (ora chamados estagiários) instrução/formação mínima de 280h, aprovada pelo SNB em 1 de Agosto de 2001, conforme consta do *Manual de Formação Inicial de Bombeiros*?
2. Que diferenças existem e como se explicam as disparidades, ao nível da formação entre profissionais e voluntários?

Quanto à formação ministrada na Escola Nacional de Bombeiros (ENB)

3. Qual a responsabilidade da ENB no panorama geral e actual da formação dos bombeiros?
4. A ENB garante a formação especializada e específica e a formação de formadores necessários aos 413 CB's de Portugal Continental?
5. A ENB descentralizada seria uma boa solução para aumentar a formação dos bombeiros?

Quanto à existência de uma carreira única para todos os bombeiros

6. Sendo idênticas as funções e os riscos, porque não existe uma carreira única para Bombeiros voluntários e profissionais baseadas em competências básicas comuns?

Quanto à cultura de segurança existente nos CB's

7. É ministrada formação no domínio da Segurança e Prevenção de riscos profissionais nos CB's?
8. Qual a periodicidade dos exames médicos nos CB's?
9. Considerando o grau de exigência da função do bombeiro qual a periodicidade do treino e recuperação física nos CB's voluntários e profissionais?
10. Quem fiscaliza a aptidão física, técnica e psicológica dos bombeiros para o desempenho da sua missão?

Quanto à organização interna dos CB's

11. Considerando a centralidade da figura do comandante na dinâmica dos Corpos de Bombeiros, qual o perfil dominante nos CB's voluntários e profissionais?
12. Quais as razões da falta de homogeneidade na distribuição dos meios de socorro básico e nos equipamentos de protecção individual, em CB's da mesma espécie?
13. Como se justifica, a nível operacional, a reduzida utilização de ferramentas de sapador nas acções de combate a incêndios florestais?

Quanto à organização do socorro

14. Qual a lógica de distribuição geográfica dos CB's?

15. Quais as vantagens e inconvenientes da nomeação dos comandos dos CB's ditos voluntários pelas direcções das respectivas associações?
16. Quais as vantagens e inconvenientes da criação da figura de Comandante Operacional Municipal?
17. Quem “*manda*” nas Associações Humanitárias de Bombeiros e a quem prestam contas?
18. Haverá Corpos de Bombeiros a mais em alguns Distritos ou Concelhos?

A resposta a estas interrogações que constituem o cerne dos objectivos deste estudo, visa permitir uma análise das principais fragilidades e défices do actual sistema organizacional de socorro, estribado nos CB's ditos voluntários, sobretudo ao nível da primeira intervenção, comparando-a com a realidade dos CB's profissionais, de molde à apresentação de propostas concretas para ultrapassagem das actuais vulnerabilidades e estrangulamentos organizacionais de uns e de outros.

Quanto à estrutura do trabalho propriamente dita, no **primeiro capítulo**, começamos por analisar a evolução histórica da organização do socorro em Portugal até aos nossos dias, com especial enfoque na nova legislação decorrente da Lei de Bases da Protecção Civil, enunciando as incongruências do sistema.

No **segundo capítulo**, aborda-se a problemática das competências e da formação dos bombeiros, não só quanto à formação inicial, mas também quanto à formação especializada e específica e as disparidades existentes nos diferentes tipos de CB's (voluntários e profissionais). Analisa-se o papel da Escola Nacional de Bombeiros enquanto autoridade pedagógica de formação dos Bombeiros Portugueses, aludindo-se à sua oferta e eficácia formativa, à problemática da Carreira Única e ao Ensino Superior em Bombeiros e Protecção Civil.

No **terceiro capítulo**, define-se o perfil de riscos profissionais dos bombeiros portugueses e espelha-se a crua realidade da cultura de Segurança e Saúde Ocupacional nos CB's. Por outro lado, traduzem-se as diferenças entre bombeiros profissionais e voluntários, não só quanto a equipamentos de protecção individual, mas também quanto ao controlo de riscos profissionais.

No **quarto capítulo**, são analisadas as vulnerabilidades, défices e fragilidades dos CB's e do sistema de socorro nas vertentes associativa e operacional. Espelha-se o défice de qualificação dos recursos humanos, as disparidades formativas e as debilidades dos meios de prevenção dos riscos profissionais, apontando-se caminhos, modelos e perspectivas de superação dos problemas, de organização do socorro, formação e cultura de segurança dos CB's, no quadro da protecção civil.

Por fim, retomam-se, sinteticamente, numa perspectiva de conjunto, as principais conclusões relativas à problemática em estudo, centrada nas insuficiências do sistema de socorro, assente no modelo de voluntariado existente em Portugal.

3. Metodologia

O processo de investigação desenvolveu-se em função das questões levantadas em torno da problemática atrás exposta (que assumem, naturalmente, um papel orientador) e operacionaliza-se numa estratégia de pesquisa integrada, a qual privilegia uma combinação entre uma abordagem “qualitativa” e uma abordagem “quantitativa”. Existe, aliás, “uma efectiva distinção entre estes dois tipos de abordagem metodológica na pesquisa social” (Tavares, 2007:65). Contudo, também existe a consciência de que a fronteira que as separa nem sempre é rigorosamente delimitável e, por vezes, é artificial. Basta referir o facto das chamadas técnicas “quantitativas” incorporarem elementos qualitativos e ser cada vez mais comum as chamadas técnicas “qualitativas” terem elementos quantitativos, sobretudo quando se procede à análise de conteúdo da informação (Tavares, 2007:65).

Tais abordagens metodológicas assentam na utilização de um conjunto diversificado de técnicas de investigação, “*chegar à realidade por partes*” (Machado Pais, 2002:72), cuja articulação permite obter resultados complementares entre si e sucessivamente inter-relacionados, numa perspectiva global.

Desde logo, foi essencial o recurso não só às técnicas não documentais do processo de pesquisa (entrevistas, observação directa e inquéritos), mas também às técnicas documentais (recolha e análise bibliográfica, recolha e análise documental), com vista a produzir um conjunto amplo e variado de informação subjacente ao aprofundamento dos temas.

A hierarquização interna e a definição do posicionamento relativo das técnicas de investigação aplicadas, quanto ao grau de importância que desempenham no processo de pesquisa, parece um exercício desnecessário, pois a função de cada uma delas é específica e complementar face aos objectivos globais. Aliás, como bem assinala Tavares (2007:67), a investigação e as diferentes formas de produção do conhecimento nas várias áreas científicas têm um carácter cumulativo.

Este trabalho não podia, pois, deixar de ser, como já foi assinalado, não só o produto acumulado da reflexão acerca da minha participação activa, ao longo de mais de dezasseis anos, de *bombeiro sem farda*, mas também, da investigação empírica sobre o objecto em estudo.

Considerando, apesar de tudo, a escassa produção científica sobre a problemática da protecção civil e dos bombeiros portugueses, a primeira etapa de desenvolvimento do projecto de investigação, iniciado em finais de 2005, cingiu-se muito à recolha, análise bibliográfica e documental – técnicas, aliás, aplicadas ao longo de todo o processo de pesquisa – com vista a dissecar intensivamente a informação disponível relativa ao quadro teórico e ao objecto empírico¹.

A natureza dos documentos recolhidos e analisados é muito distinta e variável. Nela se incluem documentos “utilitários”, de carácter meramente informativo (jornais e revistas dos bombeiros), textos escritos de diferentes tipos, desde os que revelam preocupações científicas e técnicas (manuais), até aos que são redigidos com objectivos instrumentais, normalmente caracterizados por terem uma carga “ideológica” e por serem pouco rigorosos. Sobretudo, nestes casos, a análise dos documentos submete-se a um estado de contínua tensão entre “*texto*” e “*contexto*”, cada um definindo e redefinindo o outro (Tavares, 2007:79), ou seja, os documentos contribuem para contextualizar a realidade em estudo e, por outro lado, toda a sua análise é determinada pela necessidade de identificar e interpretar o contexto que lhe está subjacente, e simultaneamente, a necessidade de considerar o contexto dos discursos aí produzidos, para avaliar os significados presentes no seu conteúdo e, eventualmente, a sua credibilidade.

Ainda, nesta fase, começou a pôr-se em prática a técnica da entrevista presencial (com recurso a gravador) e ao envio de questionários com questões abertas via correio electrónico, a informantes privilegiados face ao tema em estudo, prática essa que foi utilizada ao longo de todo o trabalho de campo, para precisão de afirmações, textos e contextos.

A opção metodológica pela entrevista, desde o início do trabalho, revelou-se essencial para o desenvolvimento da pesquisa, posto que, através da recolha, análise, sistematização e interpretação das concepções explícitas e implícitas, nos discursos produzidos por protagonistas no activo e, mais posteriormente, por personalidades que já desempenharam funções centrais na vida das organizações de Protecção Civil e Bombeiros potencializaram o aprofundamento nas várias vertentes da problemática em estudo.

De todo este trabalho de campo, obtiveram-se um total de 30 entrevistas aprofundadas, das quais, 24, recepcionadas, por via postal e por e-mail (a larga maioria) constituindo verdadeiras “*comunicações pessoais escritas*” com o mínimo de três e o máximo de vinte páginas e as restantes seis, obtidas através de entrevista presencial e registadas em suporte gravado.

¹ Quer a pesquisa documental, quer a pesquisa bibliográfica são fundamentais em qualquer trabalho de investigação. No entanto, a nosso ver, a primeira é mais vasta do que a segunda, que se cinge, em regra, a publicações na forma de livro e revistas, enquanto a pesquisa documental, além destes, inclui séries estatísticas, cartografia, suportes audiovisuais e informáticos.

As entrevistas, subordinaram-se a um questionário previamente testado (ANEXO I), com perguntas abertas e de grande amplitude, divididas em seis blocos, que enquadravam as seguintes temáticas:

- lógica de organização e distribuição geográfica dos corpos de bombeiros;
- voluntariado *versus* profissionalização dos bombeiros enquanto agentes de Protecção Civil;
- carreira única;
- disparidades de instrução/formação nos corpos de bombeiros;
- competências estratégicas dos bombeiros;
- cultura de segurança e saúde ocupacional nos corpos de bombeiros.

A escolha dos entrevistados tomou como ponto de partida a convicção de que se trata efectivamente de actores que estão, ou já estiveram, envolvidos em função de destaque e poder de decisão no âmbito do sistema de protecção e socorro e, portanto, excepcionalmente posicionados para “oferecer” uma informação privilegiada sobre a problemática em análise. Obedeceu, ainda, a critérios de selecção centrados na tentativa de garantir a diversidade dos mesmos, no sentido de assegurar a constituição de um conjunto heterogéneo e plural, que abarque as várias “*vertentes/sensibilidades*” da problemática da Protecção Civil e dos Bombeiros.

Por outro lado, o facto do investigador conhecer, previamente, a maioria dos entrevistados, e algumas das suas características, constituiu uma vantagem importante, não só no sentido da “*segurança*” e proficuidade dos depoimentos recolhidos, mas também porque permitiu ao investigador suscitar interrogações e receber, nalguns casos, novas *comunicações pessoais*, complementares, de reforço ou esclarecimento de posições. Estas novas *comunicações pessoais*, complementares, encontram-se devidamente agrupadas, por data e autor, nas referências bibliográficas.

Um dos aspectos mais importantes, por motivos técnicos e por motivos éticos, prendia-se, desde o início, com a necessidade de garantir aos entrevistados o anonimato e, consequentemente, a confidencialidade, muito embora a maioria deles, sobretudo os 24 que enviaram “*comunicações pessoais escritas*” via e-mail e que, em regra, já não se encontram no activo, não tenham levantado qualquer óbice à identificação e publicação das suas opiniões escritas. Trata-se de um factor técnico, pois a garantia de anonimato confere potencialmente maior fiabilidade e qualidade às entrevistas, ao contribuir para aumentar a relação de confiança estabelecida entre o entrevistador e os entrevistados, aspecto que assume um carácter decisivo na aplicação desta técnica.

A análise das “*comunicações pessoais escritas*” recepcionadas via e-mail, ou por correio, foi efectuada por análise de conteúdo simples e categorização muito aberta. Assim, utilizando os procedimentos de estruturação do significado das representações presentes nos discursos dos entrevistados, ou seja, durante a dissertação da problemática em estudo, construída com base na discussão dos resultados da pesquisa empírica realizada, são utilizados excertos de discursos escritos emitidos nas entrevistas. Este constitui um dos procedimentos mais “abertos” da análise de dados provenientes da aplicação desta técnica, o que potencializa ainda mais a sua função típica de exploração, aprofundamento, complementaridade e reforço da informação. O investigador tem uma margem de liberdade muito maior, na medida em que “*escolhe os seus dados para fins ilustrativos mais do que para fins demonstrativos*” (Dubet, 1994:255).

Por outro lado, *o facto desta forma de análise das entrevistas reduzir a função de verificação, sobretudo quando se procede a formas de categorização mais “fechadas” da análise de conteúdo, não significa, naturalmente, que a categorização esteja ausente, visto que todas as formas de observação sociológica, em sentido lato, supõem necessariamente “a categorização do que é observado [...] a orientação do racional para o real”*.² (Almeida e Pinto, 1986:62).

Na segunda etapa do desenvolvimento do processo de investigação, ultrapassada a fase mais exploratória, foram aplicadas a observação directa e o inquérito, com objectivos e funções diferentes: se a primeira dessas técnicas visa a exploração “qualitativa” de informação (a exemplo da entrevista) e, simultaneamente, a verificação de hipóteses ao assentar num guião orientador não totalmente “aberto”, o inquérito, por sua vez, é uma técnica “quantitativa” por definição e, sobretudo quando a sua estrutura se configura a partir de um formulário composto basicamente por questões fechadas, potencializa essencialmente a verificação de hipóteses.³

Em suma, a observação directa e continuada foi aplicada no contexto de uma estratégia de pesquisa integrada, em complementaridade com um conjunto diversificado de outras técnicas, de natureza documental (*pesquisa e análise bibliográfica, pesquisa e análise documental*) e não

² Na técnica de entrevista, e muito particularmente quando se utilizam os seus procedimentos mais “abertos”, a exemplo da observação directa, os resultados são potencialmente mais subjectivos. Tal não constitui propriamente uma preocupação, porque a existência de algum grau de subjectividade é inerente a todas as formas de conhecimento científico, mas obriga o investigador a tentar diminuir ao mínimo “as margens de erro”, ou seja, tentar, dentro do possível, “objectivar a subjectividade” (Tavares, 2007: 74).

³ De forma rigorosa, a observação directa existiu, com maior ou menor intensidade, ao longo de todo o trabalho, dado que o investigador está dentro do “sistema”, na qualidade de membro do Conselho Científico - Pedagógico da Escola Nacional de Bombeiros, mas que, nesta fase, se focalizou de forma particularmente relevante e intensiva na “internalidade funcional” dos corpos de Bombeiros enquanto agentes da protecção civil e na ligação às estruturas de protecção civil recém criadas.

documental (*entrevista e inquérito*). Deste modo, consubstancia-se como uma técnica e não como um método de investigação, é pois um dos instrumentos de recolha de informação em paridade com outros de natureza “*qualitativa*” e “*quantitativa*” e não o método em que assenta todo o processo de pesquisa.⁴

Para além disso, uma especificidade assinalável reside no facto do principal instrumento de investigação ser o próprio investigador, “*ele é uma fonte de dados (através da observação participante, da interacção), instrumento da sua recolha (através da escuta, da interrogação, dos registos) e do seu tratamento*” (Fernandes, 2002: 27). Nesta perspectiva, “*observa os locais, os objectos e os símbolos, observa as pessoas, as actividades, os comportamentos, as interacções verbais, as maneiras de fazer, de estar e de dizer, observa as situações, os ritmos e os acontecimentos. Participa duma maneira ou doutra no quotidiano desses contextos e dessas pessoas*” (Tavares, 2007: 76).

Por outro lado, circulando com relativo à vontade nos contextos de investigação (corpos de bombeiros, alguns CODIS e ENB principalmente), é bastante frequente encontrar “*informantes privilegiados*”, interlocutores preferenciais “*com quem contacta mais intensamente ou de quem obtém informações sobre aspectos a que não pode ter acesso directo*” (Costa, 1986: 132), podendo envolvê-los, caso se justifique, com cunho mais formalista. De qualquer modo, a observação directa permite desvendar outras dimensões da realidade que não se atinge ao nível da “*reflexão de gabinete*”, da documentação disponível ou até das simples respostas a perguntas. Não havendo necessidade de um guião estruturado, a observação directa permite fundamentalmente esclarecimentos pontuais e alguns realinhamentos das dimensões e das categorias em estudo, no que concerne sobretudo a pormenores não previstos inicialmente.

Se o processo de pesquisa documental e o trabalho de campo visaram a exploração e o aprofundamento da informação teórica, de carácter mais qualitativo, o inquérito visou, através da obtenção de dados de natureza quantitativa, a procura de generalizações, singularidades e de regularidades que permitem verificar as tendências predominantes e a sua comparabilidade.

Considerando a intercomplementaridade entre as diferentes técnicas de investigação empírica aplicadas, com o inquérito pretende-se saber essencialmente quais são as opiniões dos comandantes (ou outros elementos do comando) dos Corpos de Bombeiros, voluntários (associativos) e profissionais (sapadores) e municipais (puros e mistos) representativos do

⁴ Não se trata, portanto, de um estudo etnográfico, embora a observação directa realizada, de natureza mais “aberta” e “qualitativa”, não deixe de constituir, de certa forma, uma aproximação aos estudos etnográficos, tendo como denominador comum os procedimentos subjacentes à sua aplicação.

universo em estudo, relativamente às variáveis utilizadas que se reportam a factores cujo conhecimento, já obtido através de outras técnicas, era, nesta fase, ainda insuficiente⁵.

Assim, para além das questões enunciadas na folha de rosto do inquérito, relativas à tipologia do Corpo de Bombeiros e ao perfil do comando, as questões que compõem o formulário do inquérito (ANEXO II) reportam-se, em larga medida, à cultura de segurança e saúde ocupacional dos bombeiros voluntários e profissionais, às competências estratégicas detidas pelos bombeiros, conforme definidas pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP-2004), à formação inicial ministrada nos CB's e à oferta formativa da ENB ao nível da formação especializada, específica e de formação de formadores. Fazem ainda parte do inquérito questões ligadas à criação de uma carreira única nos bombeiros portugueses e às vantagens e inconvenientes da criação da figura do Comandante Operacional Municipal e às funções e competências da Escola Nacional de Bombeiros.

A estruturação do questionário, construído naturalmente em função dos objectivos inerentes ao conteúdo, forma e tipo de perguntas, favorece as questões “fechadas”, visando fins essenciais da aplicação desta técnica relacionados com a verificação (quantitativa) de tendências predominantes. Deste modo, a maioria das questões que o compõem são “fechadas” ou “semi-fechadas”, sob a forma dicotómica, de escala ou de escolha exclusiva entre hipóteses múltiplas de resposta e apenas uma questão aberta, relativa à questão da carreira única.

Importa salientar que a elaboração das questões constitui sempre um exercício intensivo de aperfeiçoamento metodológico na procura da maior redução possível da margem de erro do instrumento utilizado e, conseqüentemente, dos resultados obtidos. Seria, porventura, supérflua a explicitação total dos pormenores relativos aos múltiplos procedimentos, mobilizados na construção definitiva do formulário de inquérito, não obstante o carácter decisivo para a maior ou menor fiabilidade dos resultados daí provenientes.

Não obstante, alguns dos cuidados necessários para a elaboração do formulário do inquérito prendem-se, em grande parte, com o suporte linguístico, ou seja, foi fundamental cuidar da linguagem utilizada, ou, mais precisamente, do sentido, evitando questões de semântica, de modo a obviar as ratoeiras provenientes das possibilidades de leitura múltipla de uma mensagem” (Tavares, 2007: 84).

⁵ A informação produzida por qualquer inquérito visa conhecer essencialmente as opiniões dos inquiridos. Mesmo quando as questões aí colocadas se relacionam com práticas, profissionais ou de outro tipo, as respostas não traduzem directamente essas práticas mas apenas aquilo que os inquiridos afirmam serem as suas práticas (Tavares, 2007: 82).

Efectivamente, de entre os erros mais usuais da formulação de inquéritos, procurou-se evitar:

- Existência de determinados termos (particularmente os qualificativos e/ou os de cariz afirmativo), que influenciam e induzem de diversas maneiras (consciente ou sobretudo inconscientemente) as respostas;
- O uso de termos *ambíguos*, cujo significado não é percepcionado da mesma forma por todos os inquiridos;
- As questões duplas, que pretensamente mediriam duas variáveis em simultâneo, mas, na prática, não medem uma nem a outra, e também as perguntas de linguagem técnica dificilmente descodificáveis (ou, pior ainda, descodificadas de maneira diferente por quem concebeu o inquérito e pelos inquiridos) (Carmo e Ferreira, 1998:138).

Nesta linha, exige-se ao investigador um cuidado meticoloso na formulação das questões, de molde a que as mesmas signifiquem o mesmo para todos os inquiridos. (Judith Bell, 1997: 27).

Por outro lado, a *ordenação* das questões constitui também um procedimento essencial na construção do formulário de inquérito, na medida em que a inclusão de cada pergunta e a posterior interpretação do resultado de cada resposta não é, de forma alguma, independente da sua posição no (conjunto do) formulário, podendo a mesma questão assumir resultados bem distintos consoante o *local* em que está colocada. A ordenação das questões obedeceu essencialmente a critérios assentes em procedimentos técnicos conhecidos, colocando no fim as mais polémicas e/ou de natureza pessoal e procurando evitar-se o chamado *efeito de halo*, ou seja, garantindo uma determinada sequência, de modo a não permitir que determinadas questões influenciem as respostas das seguintes (Tavares, 2007: 84).

Foi também considerado como factor relevante a dimensão dos formulários de inquérito, ou seja, o número de questões a introduzir, posto que, “se fossem em número excessivamente reduzido, não abrangeriam toda a problemática que se pretendia inquirir; se, pelo contrário, fossem demasiado numerosas, não só se arriscaria a ser de análise impraticável, no tempo disponível para investigação, mas também teria um efeito dissuasor sobre os inquiridos, aumentando a probabilidade de não resposta. O número de perguntas do questionário foi, por isso, o adequado à pesquisa em presença e não mais do que esse *quanto bastê*” (Carmo e Ferreira, 1998:141).

As desvantagens típicas dos inquéritos por questionário de auto-preenchimento (a nossa opção) relacionadas com o menor controlo global do seu processo, podem ser mais facilmente ultrapassadas quando o formulário se estrutura em torno de questões de (relativamente) fácil

resposta, entendidas uniformemente e sem equívocos pelos inquiridos. Tal aspecto, aliás, foi previamente aferido em virtude da realização do pré-teste, cujo objectivo geral, em termos procedimentais, foi o de obter indicações acerca da forma como as perguntas eram compreendidas, ainda numa fase reversível anterior ao lançamento do inquérito. Por outro lado, compreendeu também a aferição de factores relativos, por exemplo, à ordem sequencial das perguntas, ao facto das questões fechadas cobrirem todo o leque de possibilidades de resposta, às recusas ou hesitações nas respostas a determinadas perguntas, ou à reacção geral ao questionário.

Com efeito, “*para que a eficácia teórica do inquérito seja potenciada, haverá que diminuir a delegação de funções [...] de modo a diminuir a cadeia de filtragem entre a resposta e o “dado” e o aprofundamento da uniformização controlada das decisões que dirigem o processo de produção de dados*” (Virgínia Ferreira, 1986: 193).

O universo de estudo a que se reporta o inquérito é constituído por todos os Corpos de Bombeiros de Portugal Continental, num total de 437, divididos por, 413 Corpos de Bombeiros Voluntários/Associativos, 18 Corpos de Bombeiros Municipais Mistos e 6 Corpos de Bombeiros Municipais Sapadores.

A estratégia de lançamento do inquérito visou a cobertura máxima possível do universo de estudo, tendo sido enviados inquéritos, *repetidas vezes*, com envelopes pré-comprados e pré-endereçados a todos os 437 corpos de bombeiros de Portugal Continental, acompanhados, simultaneamente, por largas centenas de *telefonemas de recomendação*.

Ainda assim, não foi possível vencer a resistência de alguns elementos de comando que, por receios infundados, criaram a convicção de que o preenchimento do inquérito se poderia inserir numa estratégia para descobrir fragilidades de funcionamento do respectivo corpo de bombeiros ou pôr em causa o comando e o sistema de voluntariado.

Após a recepção dos questionários, foram validadas 332 respostas, correspondentes a 74,6% do total do universo em estudo (437 CB's a nível de Portugal Continental), amostra indubitavelmente representativa do universo em estudo.

Independentemente da tipologia dos CB's, do total dos 278 concelhos existentes em Portugal continental, apenas 10 não se encontram representados (fig. 5), um deles, no distrito de **Faro**, Castro Marim, por ser o único concelho do continente que não possui Corpo de Bombeiros. Os restantes nove correspondem aos distritos de **Bragança** (3), Carrazeda de Ansiães, Alfândega da Fé, Freixo de Espada à Cinta, distrito de **Viseu** (2), Moimenta da Beira e Mortágua, distrito de **Setúbal** (2), Montijo e Sines, no distrito de **Aveiro** (1), Murtosa e no distrito de **Lisboa** (1), Odivelas.

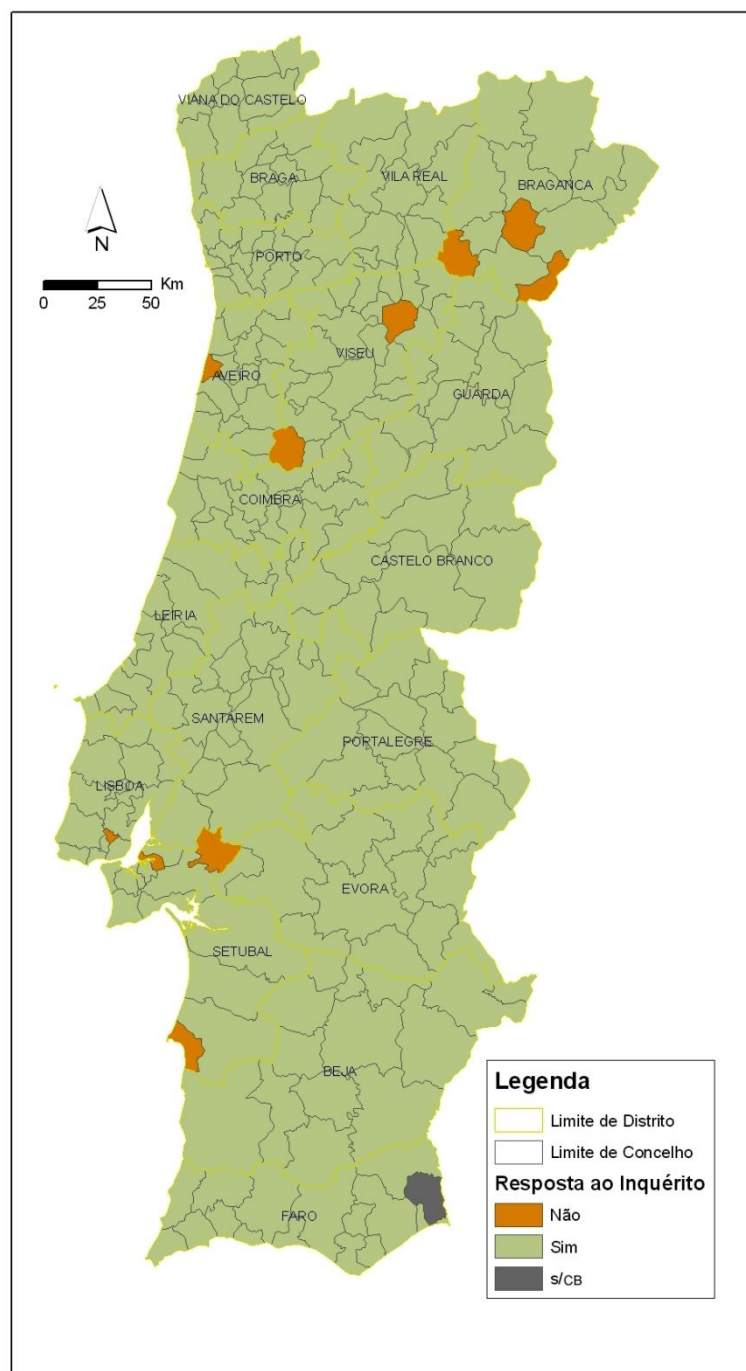


Fig. 5 - Incidência geográfica do inquérito, por município.

Ainda no domínio da elevada representatividade da amostra, face ao universo das hipóteses, de salientar a incidência, ao nível distrital, onde foram obtidas respostas de 100%, respectivamente nos distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro e Portalegre (fig. 6).

Por outro lado, no cômputo geral, apenas o distrito do Porto fica abaixo dos 50% de respostas (fig. 6). Todavia, nos 46,7% de respostas, estão representados CB's de todos os concelhos deste distrito (fig. 5).

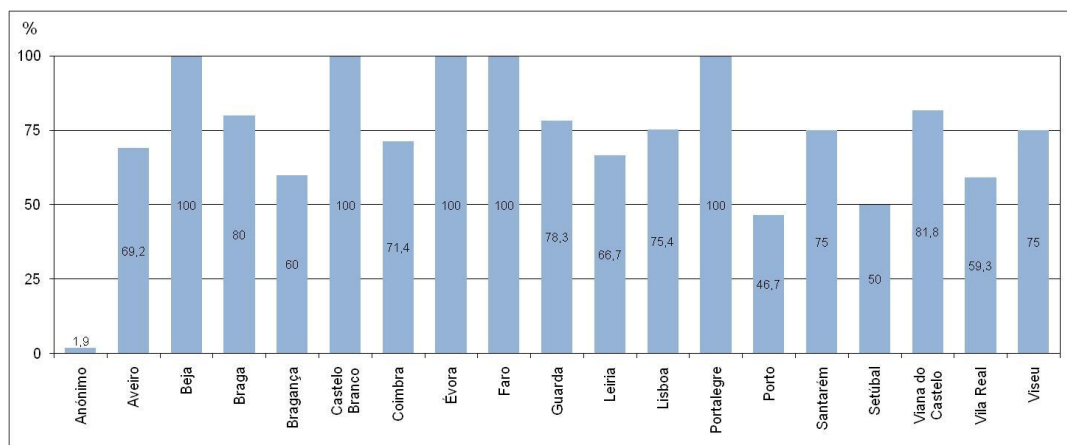


Fig. 6 - Amostragem do Inquérito dos Corpos de B.V., por distrito.

Como nota final, importa salientar que a obtenção deste enorme volume de respostas, nesta área difícil e problemática, fica a dever-se não só, à insistência sistemática do envio do inquérito (quer pelo correio, quer por e-mail), mas também ao esforço suplementar do investigador, traduzido em muitas dezenas de deslocações e contactos pessoais, utilizando toda a “*margem de manobra*” decorrente do conhecimento de muitos dos interlocutores do sistema de socorro, em especial, dos elementos de comando dos Centros Distritais de Operações de Socorro (CDOS).

4. Definições e Conceitos

A definição de conceitos é essencial numa área de estudo ainda recente, como é a problemática da protecção civil e socorro, de modo a tornar o texto mais conciso, explicativo e consistente. Alguns conceitos básicos, desta área, como por exemplo, o conceito de risco, têm sido utilizados, ao longo do tempo, com diversos significados, quer em sentido lato, quer em sentido restrito, não só devido à sua interdisciplinaridade, mas também consoante a sua utilização em linguagem de uso comum ou técnico-científica.

Para efeitos deste trabalho, interessa-nos não só a utilização técnico-científica, mas também a legislação oficial pertinente, sobre os conceitos mais utilizados e de maior significância no quadro referencial do sistema de protecção e socorro.

Vulnerabilidade

Em primeiro lugar, uma alusão ao termo vulnerabilidade que, no âmbito da protecção civil, pode definir-se como *“a condição resultante de factores físicos, sociais, ambientais e económicos que aumentam a susceptibilidade de uma comunidade ao impacto de um perigo”* (ANPC/Glossário, 2007:46) ou seja, *“a vulnerabilidade, ao nível da protecção civil resulta de falhas em prevenção como o ordenamento do território, a falta de aplicação de normas de contenção e a falta de fiscalização, podendo, também, aludir-se à vulnerabilidade urbana, em que, a acção do homem altera permanentemente a vulnerabilidade de um local que assim vai variando no espaço e no tempo.”* (ANPC/Glossário, 2007:46).

Por outro lado, a heterogeneidade e a interactividade da vulnerabilidade social, as políticas públicas, no caso da protecção civil, devem assumir uma dimensão multiescalar e atender aos factores de diferenciação espacial mesmo em territórios contíguos. Isto implica uma revisão dos paradigmas dominantes de preparação, de mitigação e de análise dos acidentes, *“enfatizando o planeamento pré-evento e a cartografia das populações vulneráveis, procedendo-se também a um rigoroso inventário das redes sociais e do potencial de resistência e de resiliência dos indivíduos e dos grupos mais vulneráveis”* (Mendes, 2007:41).

Sabemos que, quanto maior for a vulnerabilidade de uma comunidade/lugar, mais exposta estará a sofrer perdas e danos em caso de acidente grave ou catástrofe. Nesta linha, o Estado não pode dispensar a *protecção civil de proximidade* que as Associações Humanitárias de Bombeiros, de *emanação popular local* representam, mesmo com dificuldades.

Risco

Na obra *The Risk Society* (A Sociedade do Risco) 1992, Ulrich Beck, autor a quem é atribuída a paternidade do conceito, os riscos são uma entidade omnipresente em qualquer actividade humana, embora apenas possam ser imaginados parcialmente, visto que ninguém consegue identificar todas as situações de risco possíveis (Areosa, 2007:1234)

Contudo, *“o tipo de riscos que temos nas sociedades de hoje difere dos do passado, na medida em que hoje eles são potencialmente ilimitados, seja geograficamente (na medida em que os perigos são globalizados, não se limitando ao seu espaço de origem – a sociedade de risco é mundial), seja em termos de tempo, seja ainda no alcance dos seus danos que se podem perpetuar para as próximas gerações. O risco atinge todos, sem distinção de classe, é democrático, é invisível, imprevisível, incalculável (as consequências desconhecidas indesejadas tornam-se uma força dominante na história e na sociedade).* (Silveirinha, 2007:13).

Os perigos são reais mas os riscos são construções sociais. Por outro lado, as incertezas que são o que constitui um risco, podem tornar-se visíveis quando são socialmente definidas pelo conhecimento ou por formas de processamento de conhecimento como a ciência, o

sistema legal e os media. “O que escapa à percepção sensória só se torna socialmente disponível à experiência nas imagens e relatos dos media. As imagens de esqueletos de árvores, de peixes infestados de vermes, de focas mortas (cujas imagens vivas ficaram gravadas nos corações humanos) condensam e concretizam o que não se compreende de outra forma na vida quotidiana” (Beck, 1995:100).

Vejamos de seguida algumas definições, em termos de enquadramento “legal”, do conceito de risco:

- “a probabilidade de que um efeito específico ocorra dentro de um período, determinado ou em circunstâncias determinadas?”. (Decreto-Lei nº 164/2001 de 23 de Maio);
- “a combinação da probabilidade e da(s) consequência(s) da ocorrência de um determinado acontecimento perigoso” (Norma Portuguesa 4379, 2001:7);
- “a probabilidade do potencial danificador ser atingido nas condições de uso e/ou exposição, bem como a possível amplitude do dano” (Comissão Europeia; 1996:11);
- “sistema complexo de processos cuja modificação de funcionamento é susceptível de acarretar prejuízos directos ou indirectos (perda de recursos) a uma dada população. (Antiga Lei de Bases da Protecção Civil - Lei nº 113/91, de 29 de Agosto).

O conceito de Segurança é uma das palavras mais associadas ao risco na terminologia técnico-científica, outra é incerteza, que é uma das características do risco. A primeira designa uma situação que, progressivamente, tem vindo a ser considerada como um direito dos cidadãos. Este “direito” tem, contudo, uma particularidade singular: não pode ser absoluto nem, tão pouco, garantido.

Trata-se de um direito de expectativa no espaço e no tempo, só verificável “*a posteriori*”. Esta singularidade dificulta a discussão prática do conceito de segurança no âmbito das relações com o público, nomeadamente sempre que, em situações específicas, se coloca o problema de apreciar um estado ou nível de segurança, no presente ou no futuro.

Em cada situação, a segurança pressupõe a continuidade da existência do que nos rodeia, ou da realidade tal como é considerada no presente ou é prevista no futuro, sem perturbações que provoquem prejuízos ou danos relativamente significativos, de ordem material ou imaterial, incluindo a perda de vidas.

De uma forma integrada, o *risco* pretende caracterizar a possibilidade de ocorrência de perturbações que alterem o estado de segurança existente ou previsto e que provoquem os correspondentes danos.

No dizer de Lourenço (2003:90) “a noção de risco mais vulgarizada tem a ver com “*o perigo que se corre*”, isto é, em linhas gerais, risco é a probabilidade da ocorrência de um perigo. Corresponde a uma situação latente que pode vir, ou não, a manifestar-se. Por exemplo, o *risco*

de incêndio florestal traduz a probabilidade de deflagração de fogo, ou seja, consiste na possibilidade de ignição de combustível florestal, pelo que normalmente se fala em risco de deflagração de incêndio florestal. Rebelo (2001-241) personalidade académica incontornável do estudo da Teoria de Risco, referindo-se à tríade “risco-perigo-crise” em torno da qual se organiza a “teoria do risco”, assinala com um exemplo concreto e acessível a sequência hierárquica daqueles conceitos.

“Pensemos numa viagem por estrada. Sabemos dos riscos que corremos quando entramos num automóvel – pode acontecer um acidente ou uma avaria, podemos adoecer... No entanto, só de vez em quando nos surge o sinal de perigo (...). Felizmente, a crise (que neste exemplo, será o acidente, a avaria ou a doença) é rara, embora gostássemos que nunca acontecesse”. (Rebelo, 2001:241).

Aliás, a maior parte de nós tem um sentimento intuitivo do que é o *perigo* e do que é o *risco* e que estes são indesejáveis, embora inerentes à nossa vida diária. Porque rezamos? E porque rezamos a Santa Bárbara?

De facto, apesar dos riscos financeiros de uma operação em bolsa, do risco de aceitação de um seguro pelas Companhias de Seguros, da probabilidade de mortes como consequência de um acidente numa central nuclear, do risco de cancro como resultado de emissões radioactivas, dos danos ambientais resultantes de certas actividades poderem originar definições aparentemente diferentes, existe, em todas elas, um conceito comum de um fenómeno mensurável chamado risco. Numa perspectiva mais global, a avaliação de “*risco*” pode ser definida como o processo de estimar a probabilidade de ocorrência de um evento e da provável magnitude dos efeitos adversos para a saúde, segurança, ambiente ou economia, num determinado período de tempo. (Amaro, 2005:6)

Por outro lado, na avaliação e gestão de riscos, é comum olhar para uma determinada situação ou cenário e colocar os seguintes tipos de questão: O que pode correr mal e porquê? Qual será a probabilidade? Quais serão as consequências e o que poderemos fazer?

Resumindo, como bem assevera Rebelo (2005:301) “*risco é uma palavra ligada inicialmente à navegação marinha e utilizada com algumas variantes, desde o século XIII. Como quaisquer outros riscos, os riscos naturais relacionam-se com fenómenos potencialmente perigosos e com a presença do homem, daí falar-se em “hazards” e em vulnerabilidade. Mas há uma sequência na socialização do risco: o risco pode considerar-se omnipresente, embora nem todas as pessoas tenham consciência da sua presença; o perigo é já algo muito próximo de que se torna fundamental ter a percepção; a crise é a manifestação do risco sem qualquer possibilidade de controlo pelo homem*”.

Independentemente das palavras utilizadas, prossegue o mesmo autor está, na prática, aceite por todos os que se dedicam a este tipo de estudos, que o risco é, então o somatório de

algo que nada tem a ver com a vontade do homem (aleatório, acaso, causalidade ou perigosidade) com algo que resulta da presença directa ou indirecta do homem, a vulnerabilidade (Rebelo, 2001:242).

Em suma, o risco afigura-se como um conceito polissémico e pluridimensional que pode ser analisado a partir de diferentes disciplinas e configurando diversas unidades de estudo. É também um conceito descritivo e normativo, uma vez que define e estabelece, complementarmente, normas a seguir para o minimizar ou modificar no sentido desejado.

Perigo

Do ponto de vista legislativo pode ser definido como:

- “a propriedade intrínseca de uma substância perigosa ou de uma situação física de poder pode provocar danos de saúde humana e ou ao ambiente”. (Decreto-Lei nº 164/2001 de 23 de Maio);
- “fonte ou situação com um potencial para o dano, em termos de lesões ou ferimentos para o corpo humano ou de danos para a saúde, para o património, para o ambiente do local de trabalho, ou uma combinação destes”. (Norma Portuguesa 4397, 2001:7).

Em suma, ao termo perigo corresponde um determinado fenómeno capaz de causar danos com gravidade, no local onde se produza. O perigo implica a presença do homem, que é o protagonista central na definição dos perigos, mesmo naturais, pois é através da sua localização, das suas acções e percepções que um fenómeno natural se torna ou não perigoso (Lourenço, 2003:90).

Voltando ao exemplo de perigo de incêndio florestal, “o mesmo ocorre, numa situação de risco máximo, pelas características da vegetação e pelas condições de tempo, se detecta uma coluna de fumo na floresta ou seja, franqueia-se um limiar e o perigo instala-se.” (Rebelo, 1994:25). Seguindo a hierarquia da tríade - risco-perigo-crise- o risco (probabilidade) manifestou-se através da ignição e passou a existir perigo de propagação de incêndio florestal. A crise instala-se quando ocorre uma situação anormal ou grave, correspondente à plena manifestação do risco ou seja, quando os incêndios não são controlados atempadamente e acabam por atingir grandes proporções. (Lourenço, 2003:91).

Crise

- “Situação anormal e grave correspondente à plena manifestação do risco. Traduz-se pelo franqueamento dos limiares normais, ou seja, pela incapacidade de agir sobre os processos e pela incerteza absoluta sobre o desenvolvimento da crise e dos seus impactos” (Lourenço, 2003:91).
Por outras palavras, “a crise ocorrerá quando não for possível controlar o perigo (extinguir o

incêndio nascente, controlar a fuga da matéria perigosa ...) e, por consequência, quando não for possível evitar a plena manifestação do risco, quer seja acidente grave, quer se trate de catástrofe” (Lourenço, 2008:124);

- *“Uma situação anormal resultante de uma ocorrência grave, de origem natural ou tecnológica, perante a qual a sociedade reconhece um perigo ou uma ameaça a bens muito importantes ou vitais, implicando a urgência de acções e o emprego de meios extraordinários, no sentido da salvaguarda desses bens e do restabelecimento da normalidade.”* (Decreto-Lei nº 173 de 2004 de 21 de Junho).

Gestão de Crises

Se nos debruçarmos sobre o processo de resposta por exemplo, a um incêndio, importa assinalar que não basta apagar o fogo para resolver o problema. Depois de apagar o incêndio é necessário limpar tudo, no mínimo repor os materiais e equipamentos destruídos dependendo da gravidade do incêndio, reconstruir alguns edifícios e outras infra-estruturas. Do ponto de vista operacional podemos considerar, assinala Lourenço (2003:97) que a gestão das crises se deve efectuar numa tripla perspectiva de gestão – **pré, durante e pós desastre**, configurando a atenuação dos efeitos de um previsível desastre, a resposta de urgência e a reabilitação.

Nos termos do já referido Decreto-Lei nº 173/2004, de 21 de Julho, o sistema de gestão de crises estrutura-se a três níveis: o da decisão constituído pelo Gabinete de Crise, de natureza eminentemente política; o da execução, ao nível dos ministérios envolvidos ou a envolver e o de apoio, garantido pelo Gabinete de Apoio, de características exclusivamente técnicas.

Bombeiros e termos relacionados

No quadro do novo regime jurídico dos corpos de bombeiros, aprovado pelo Decreto-Lei nº 247/2007 de 27 de Junho, adoptamos, para efeitos deste trabalho, as definições constantes do artigo 2º daquele diploma.

“a) «Área de actuação» a área geográfica predefinida, na qual um corpo de bombeiros opera regularmente e ou é responsável pela primeira intervenção;

b) «Bombeiro» o indivíduo que, integrado de forma profissional ou voluntária num corpo de bombeiros, tem por actividade cumprir as missões do corpo de bombeiros, nomeadamente a protecção de vidas humanas e bens em perigo, mediante a prevenção e extinção de incêndios, o socorro de feridos, doentes ou náufragos e a prestação de outros serviços previstos nos regulamentos internos e demais legislação aplicável;

c) **«Corpo de bombeiros»** a unidade operacional, oficialmente homologada e tecnicamente organizada, preparada e equipada para o cabal exercício das missões atribuídas pelo presente decreto-lei e demais legislação aplicável;

d) **«Entidade detentora de corpo de bombeiros»** a entidade pública ou privada que cria, detém e mantém em actividade um corpo de bombeiros com observância do disposto no presente decreto-lei e demais legislação aplicável”.

Competência(s)

A noção de “*competência(s)*” ganhou, hoje, um lugar significativo nas diferentes esferas de actividades, como a economia, o emprego e a educação e a formação. Trata-se de um conceito polissémico, ainda pouco clarificado, surgindo, associado, nalguns casos, à noção de “*qualificação*”, “*performance*” e “*atitude*”. Noutros, aparece reduzida ao “*saber-fazer*” sem a detenção de um “*diploma*”, de uma “*certificação*” e de determinadas capacidades cognitivas. (Ferreira, 2004:24).

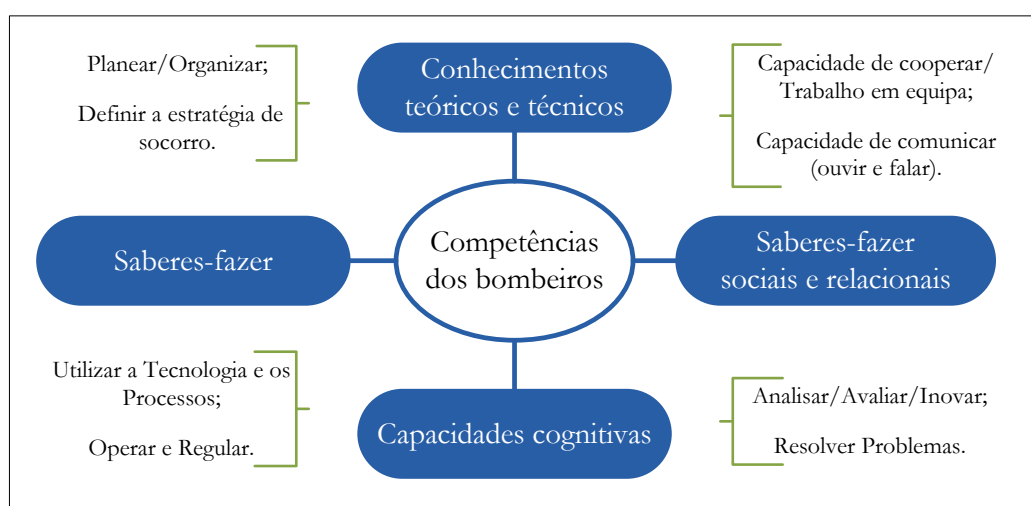
Outros autores, falam em competências “*para insistir na necessidade de expressar os objectivos em termos de condutas ou práticas observáveis*” ou como “*indicador de desempenho observado*” (Perrenoud, 1999:19).

Por outro lado, confundem-se, muitas vezes, as noções de competência e de conhecimentos adquiridos através da formação, importando, por isso, lembrar que a competência não se resume a um saber, nem sequer a um saber fazer. De facto, a experiência demonstra que pessoas que possuam os conhecimentos e dominam as técnicas muitas vezes não as sabem utilizar devidamente em determinado contexto laboral/profissional.

É, portanto, necessário distinguir a noção de “*competência*” da de “*conhecimentos adquiridos através da formação*”. Estes são os comportamentos e as capacidades que os indivíduos passam a deter, depois de concluída a sua formação profissional. Ora, as competências existem quando os indivíduos que receberam a formação aplicam, eficazmente, e com conhecimento de causa, aquilo que aprenderam numa situação de trabalho/acção concreta. Logo, possuir capacidades e conhecimentos, não significa, necessariamente, ser-se competente.

“Uma competência é a aptidão de mobilizar, combinar e coordenar os recursos no quadro de um determinado processo de acção, para atingir um resultado suficientemente predefinido para ser reconhecido e avaliado” (Teulier, 2002:23). Nesta linha, o lugar central da competência e a sua emergência é no terreno privilegiado da acção/intervenção (fig. 7). Parafraseando Guy Le Boterf (1999) em “*L’ingénierie des compétences*” (cit. em Sousa *et al.*, 2006:143) poderíamos distinguir os seguintes tipos de conhecimentos e capacidade nas competências:

- *Conhecimentos teóricos*: que integram os conceitos, os conhecimentos disciplinares, organizacionais e racionais e, ainda, conhecimentos técnicos sobre o contexto, processos, métodos e procedimentos;
- *Saberes-fazer*, relativos à capacidade de executar, de realizar operações e de utilizar instrumentos e aplicar métodos e procedimentos. Estes saberes-fazer têm um carácter operacional, de aplicação prática ou de operacionalização dos conhecimentos teóricos;
- *Saberes-fazer sociais e relacionais*, relativos a atitudes e qualidades pessoais para agir e interagir com os outros. Ou seja, a capacidade de cooperar com os outros;
- *Capacidades cognitivas*, dizem respeito a operações intelectuais, que podem ser mais simples (enumerar, comparar, definir, descrever) ou mais complexas (generalização indutiva, generalização construtiva, raciocínio analógico, raciocínio abstracto). Descrevem capacidades de combinação de saberes heterogêneos, de coordenação de acções para encontrar soluções e resolver problemas.



Fonte: adaptado de Sousa *et al*, 2006:143.

Fig. 7 – Tipologia de Competências dos Bombeiros.

Em suma, utilizando a terminologia de Le Boterf (1999) ser bombeiro competente, implica “*saber mobilizar*”, em tempo oportuno, as capacidades ou conhecimentos que foram adquiridos através da formação (mas não necessariamente), ou, seja, um bombeiro pode possuir cursos de técnicas de salvamento e desencarceramento, ou de combate a incêndios florestais e não as saber utilizar no momento adequado/oportuno. Saber escolher “*o que se faz e o que não se faz*”, saber estabelecer as prioridades na urgência é inerente à condição de “*bombeiro competente*” no socorro.

Por outro lado, ser bombeiro competente “*implica saber integrar*” os múltiplos conhecimentos e saberes-fazer ou seja, possuir capacidades cognitivas. Para se ser competente é preciso saber organizar, seleccionar e integrar o que pode ser útil para se executar determinada actividade operacional, remediar uma disfunção ou levar um projecto a bom termo.

Por exemplo, ser bombeiro competente é saber utilizar o conhecimento ajustando-o à situação concreta da acção de socorro, o que implica “*saber optar por*” e “*saber organizar*” um conjunto coerente de capacidades e conhecimentos, a aplicar naquelas circunstâncias. E, finalmente, um “*saber transferir*”, ou seja, toda a competência digna dessa norma é transferível ou adaptável, não se limitando à execução de uma tarefa única repetitiva. Logo, o bombeiro competente além de bom executante é um profissional que, através das capacidades de assimilação e de integração cognitiva, faz evoluir a situação de trabalho na qual opera.

Todas estas características da competência são essenciais a um sistema de formação profissional dos bombeiros. Elas significam, nomeadamente, que a produção de competências e não apenas de conhecimentos incumbe, não só à Escola Nacional de Bombeiros, enquanto autoridade pedagógica da formação de bombeiros, mas também aos corpos de bombeiros, enquanto “casas-escolas”, por excelência, da formação básica inicial, bem como de produção e aplicação de competências.

Tal como o conceito de qualificação profissional (conceito em constante evolução conforme o patamar social e tecnológico em que se encontra a sociedade), também o conceito de competência, na linha de Le Boterf, está ainda em construção e não tem um suporte teórico consensual que permita definir concretamente os seus atributos. Assim, “*a competência situa-se claramente na intersecção de três campos: o campo do percurso para a sociabilização/biografia, o campo da experiência profissional e o campo da formação. As competências produzem-se e transformam-se nestes três campos*” (Wittorski, 2002:38).

Para a nossa pesquisa, aceitamos que as competências dos bombeiros sejam constituídas de múltiplas disposições e recursos pessoais, que se combinam de diferentes maneiras e em permanência, para se adaptarem aos constrangimentos das situações profissionais de uma profissão de alto risco.

Finalmente, é necessário ter em consideração que, embora o conceito de competências tenha vindo a ser usado para referir as características individuais, existem autores, entre os quais Le Boterf (2001), para quem as competências comportam duas dimensões: a individual e a organizacional.

“As competências organizacionais são construídas a partir da história da empresa, da sua cultura, do seu sistema de valores, da combinação de saberes individuais e colectivos, dos métodos de gestão e desenvolvimento das pessoas, das tecnologias existentes e dos activos materiais e financeiros”. (Sousa et al; 2006:142).

Repercutindo esta definição na análise das organizações dos bombeiros, (que não constituem uma realidade homogénea), tais competências distintivas, aparecem reflectidas na visão da organização, nos valores, atitudes e hábitos de trabalho partilhados pelos elementos (bombeiros) que fazem parte da organização.

Assim, alguns corpos de bombeiros, como “organizações aprendentes” são detentores das *competências nucleares* para a missão e, além disso, definem valores e prioridades organizacionais no sentido de melhorar continuamente as “*performances*” de socorro, em detrimento de outras cuja cultura organizacional se concretiza pela “*apatia e anomia organizacionais*” e manutenção do “*status quo*”, com défices aos vários níveis da intervenção operacional.

Acidente Grave e Catástrofe

A título de exemplo, um acidente grave pode ter origem involuntária, como um derrame a partir de um veículo de transporte de matérias perigosas ou origem voluntária como sejam descargas para cursos de água de efluentes provenientes de unidades industriais, ou a ruptura de uma barragem provocada por acto terrorista. Nos acidentes graves, enquadram-se os acidentes NRBQ ou seja, de origem nuclear, radiológica, biológica e química, passíveis de libertarem elementos/partículas destas naturezas, em acidentes tecnológicos ou em acções militares. No âmbito dos bombeiros, generalizaram-se algumas confusões no uso e significado de termos como, por exemplo “ocorrências”, “incidentes”, “acidentes” ou “desastres”, termo que, no dizer de Lourenço (2004:18) engloba as situações correspondentes aos acidentes graves, e catástrofes.

O mesmo autor, citando Georges Kerven (1995:85-6) assevera que os significados dos termos mencionados deverão ser hierarquizados em função da intensidade cindínica, utilizando o referencial da Lei de Bases da Protecção Civil, Lei nº 27/2006, de 3 de Julho.

Com base nas definições deste quadro, sintetizamos, no seguinte, (Quadro nº III) as ideias chave da teoria de risco com a perspectiva operacional da Protecção Civil, procurando estabelecer uma “*ligação/articulação*” entre os conceitos e os agentes no desenrolar das operações que decorrem da manifestação dos diferentes tipos e graus de risco, em função da respectiva hierarquia cindínica.

Quadro II – Definições de conceitos.

<i>Stricto sensu</i> Hierarquia	Definição
Catástrofe	<i>“Catástrofe é o acidente grave ou a série de acidentes graves susceptíveis de provocarem elevados prejuízos materiais e, eventualmente, vítimas, afectando intensamente as condições de vida e o tecido sócio-económico em áreas ou na totalidade do território nacional”. (nº 2, art. 3º, Lei 27/2006).</i>
Acidente	<i>“Acidente grave é um acontecimento inusitado com efeitos relativamente limitados no tempo e no espaço, susceptível de atingir as pessoas e outros seres vivos, os bens ou o ambiente”. (nº 1, art. 3º, Lei 27/2006).</i>
Incidente	<i>“Episódio repentino que reduz significativamente as margens de segurança sem, contudo, as anular, apresentando por isso apenas potenciais consequências para a segurança, levando a uma actualização das bases de dados, mas sem acarretar uma revisão dos modelos, das finalidades, das regras e dos valores.” (Lourenço, 2004:19).</i>
Anomalia	<i>“Violação das situações operacionais autorizadas, que não põem em risco a segurança mas revelam deficiências nos sistemas” (Lourenço, 2004:19).</i>
Desvio	<i>“Violação das situações operacionais autorizadas, que não põem em risco a segurança mas revelam deficiências nos sistemas” (Lourenço, 2004:19).</i>

Fonte: Adaptado de Lourenço, 2004:19.

Com base nas definições deste quadro, sintetizamos, no seguinte, (Quadro nº III) as ideias chave da teoria de risco com a perspectiva operacional da Protecção Civil, procurando estabelecer uma “ligação/articulação” entre os conceitos e os agentes no desenrolar das operações que decorrem da manifestação dos diferentes tipos e graus de risco, em função da respectiva hierarquia cindínica.

Emergência e Urgência

Muito embora os termos sejam, muitas vezes, utilizados como sinónimos, mormente ao nível de enquadramento legal, no dicionário da língua portuguesa Porto Editora, encontramos as seguintes definições:

- Emergência – *“acontecimento inesperado que requer re(acção) imediata ou urgente”* (Dicionário da Língua Portuguesa, Porto Editora, 2008:605;
- Urgência – *“situação que exige atenção imediata”* ou *“serviço de hospital onde se prestam cuidados e cirurgias com carácter de emergência”* (Dicionário da Língua Portuguesa, Porto Editora, 2008:1699.

Quadro III - Teoria do Risco e Gestão de Crises em Protecção Civil.

Teoria do Risco					Escala e Classificação de Ocorrências	
Nível	Conceitualização	Socialização	Observação	Palavra-chave	Limiar	Reacção
Crise	Fenomenologia, reacções, custos	Gestão da crise	Modelização e simulação	Devastação, catástrofe, cataclismo, paroxismo, flagelo, calamidade, desastre, devastação, drama, pânico, tragédia, urgência e socorro	Franqueamento dos limiares normais, incapacidade de agir sobre os processos, incerteza absoluta sobre o desenvolvimento da crise e dos seus impactos	De tipo reflexo, individuais e colectivas, não concertadas (solidariedade) e concertadas (planos de emergência)
Perigo	Desarranjo, percepção, reacções	Avaliação do perigo	Deteção de correlações	Acaso, incerteza, eventualidade, alerta, alarme, insegurança, ameaça, pânico		Preventivas, individuais (desordenadas) e colectivas (simulações, seguros)
Risco	Sistemas de processos	Análise do risco, avaliação do risco	Análitica	Agentes e processos, complexidade, potencialidade, probabilidade e variabilidade; pressões e custos; limiares		Medidas de contenção, simulações
Abaixo da escala						
					Anomalia	Violação das situações operacionais autorizadas, que não põem em risco a segurança mas revelam deficiências nos sistemas
					Desvio	Sem significado para a segurança

Legenda:

APC – Agentes Protecção Civil
 SIOPS – Sistema Integrado de Organização Protecção e Socorro
 CNOS – Comando Nacional de Organização e Socorro
 CDOS – Comando Distrital de Organização e Socorro

Fonte: Adaptado de L. Lourenço, 2003:95.

No quadro do Glossário de Protecção Civil, da Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), 2008, apenas consta o termo “Emergência” com as seguintes definições:

- “*Um acontecimento inesperado que coloca a vida e/ou a propriedade em perigo e exige uma resposta imediata através dos recursos e procedimentos de rotina da comunidade*”. Exemplo: um acidente envolvendo vários automóveis com feridos ou mortos; um incêndio causado por um relâmpago que se espalhe a outros edifícios. (ANPC, 2007:21);
- “*Qualquer acontecimento exigindo coordenação acrescida ou resposta para além da rotina, de modo a salvar vidas, proteger a propriedade, proteger a saúde pública e a segurança ou diminuir ou evitar a ameaça de um desastre*”. (ANPC, 2007:21).

Em termos da legislação em vigor, nomeadamente no Decreto-Lei nº 270/2007, de 29 de Maio, que aprova a Lei Orgânica do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) o conceito de *emergência* surge associado, ao longo do articulado da lei, ao termo *urgente*, da forma que segue: *urgente/emergente* ou *urgência/emergência*, conceptualização que perfilhamos neste trabalho. Por exemplo, na alinha a) do nº 4 do artigo 3º é referenciado que o Sistema Integrado de Emergência Médica (SIEM), “*compreende toda a actividade de urgência/emergência, nomeadamente o sistema de socorro pré-hospitalar, o transporte, a recepção hospitalar e a adequada referenciação do doente urgente/emergente*”.

Contudo, para Bandeira e Pinto (1998:15-16), “*levantamento, transporte, evacuação, salvamento, socorro, acidente, desastre, catástrofe (media ou major), calamidade, urgência, posto médico avançado, centro médico de evacuação, hospital de retaguarda, são termos que juntamente com poucos mais são o suficiente para definir e conceptualizar as situações de urgência pré-hospitalar ou de catástrofe, sem nos vermos obrigados a recorrer a outros termos como emergente, incidente, resgate, etc., que só servem para confundir e tornar sincrético o que há já longas dezenas de anos está consignado e bem, quer no vocabulário do português culto, quer no possuidor de instrução elementar*”.

Socorro

Em termos da legislação em vigor, entende-se por socorro:

- “*a actividade de carácter de emergência, de socorro às populações, desenvolvido em caso de incêndios, inundações e de um modo geral, em caso de acidentes, de socorro a náufragos, de buscas subaquáticas e de urgência pré-hospitalar*” (Portaria nº 571/2008, de 3 de Julho);
- “*assistência e/ou intervenção, durante ou depois do desastre ou catástrofe, com o objectivo de preservar a vida humana e as suas necessidades básicas de subsistência, podendo servir apenas a situação de emergência ou prolongar-se no tempo ainda em ambiente de pós-catástrofe*” (ANPC/Glossário, 2008:43).

Segurança

Nos países anglo-saxónicos é usual ver-se a expressão “*segurança*”, no seu aspecto genérico, dividida em duas grandes áreas; o “*safety*” que se refere a tudo o que é protecção contra incêndios, protecção ambiental (poluição, ruído, etc.) e segurança, higiene e saúde no trabalho. A segunda área, o “*security*”, refere-se à segurança contra intrusão, furto ou roubo, vandalismo, criminalidade grave e terrorismo.

Nesta perspectiva, têm-se desenvolvido novas técnicas de concepção dos espaços, de articulação das actividades e de organização da sociedade quanto a medidas de prevenção, protecção e intervenção que sucintamente poderiam encaixar no conceito de Engenharia de Segurança. Entre nós, Cartaxo Vicente (2004:1) refere-se a uma divisão da Segurança nas seguintes quatro áreas:

- **Segurança contra incêndios**, onde incluímos todos os aspectos das medidas passivas e activas de prevenção e combate aos riscos de incêndios;
- **Segurança contra a criminalidade**, onde associamos os meios passivos e activos para fazer face às acções de intrusão, roubo, furto, agressão, assalto, vandalismo, terrorismo;
- **Segurança no trabalho** ou, mais concretamente, *saúde, higiene e segurança no trabalho*, onde são consideradas as medidas preventivas e interventivas para a melhoria e desenvolvimento das condições de trabalho nas organizações de diversa índole;
- **Segurança ambiental**, onde se contemplam as acções preventivas e fiscalizadoras para a protecção do meio ambiente e das pessoas que nele vivem.

Alargando o leque do nosso raciocínio poderíamos ainda falar, ao nível empresarial/organizacional, na segurança documental (por exemplo, emissão e circulação de documentos/ou na segurança das comunicações (por exemplo, informáticas e telefónicas).

Regressando às quatro áreas-chave, importa assinalar que a primeira área é objecto de uma orientação legal clara na perspectiva, primeiramente, da protecção das pessoas e, secundariamente, da protecção dos bens, contando com três grandes entidades reguladoras:

- O Estado como entidade responsável pela regulamentação e normalização;
- As seguradoras como responsáveis pelas indemnizações em casos de sinistros completos;
- Os Corpos de Bombeiros como entidades intervenientes no socorro das pessoas e no combate aos sinistros.

A segunda área-chave, que não é tratada neste trabalho, é hoje objecto de prioridade legislativa no âmbito da segurança interna e externa, face à globalização de alguns riscos como sejam a criminalidade grave de massa e violenta, sabotagem, espionagem e terrorismo, sem prejuízo de alguma regulamentação em casos específicos, “por exemplo na banca, na actividade aeroportuária, nuns casos na perspectiva primordial da segurança dos bens e noutros casos tendo em vista a segurança das pessoas.” (Cartaxo Vicente, 2004:2).

A terceira área é objecto de forte regulamentação e fiscalização do Estado, no quadro das exigências da Comunidade Europeia e da Organização Internacional do Trabalho. Finalmente, quanto à quarta área começa agora a ser objecto de forte regulamentação do Estado, com forte participação cívica dos cidadãos e das associações ligadas à problemática ambiental, na perspectiva da melhoria das condições de vida da comunidade e de cada um dos cidadãos, face aos riscos naturais, antrópicos e mistos.

Segurança humana

A expressão segurança humana foi utilizada pela primeira vez em 1994 pela Organização das Nações Unidas, no âmbito do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD). Este programa foi o início de uma reflexão mundial sobre as novas dimensões da segurança humana. Hoje este conceito é utilizado por um grande número de especialistas e investigadores académicos, no sentido de relevar que a segurança humana tem um carácter multidimensional, interdependente, universal e preventivo. Por outro lado, faz-se notar que o conceito é mais amplo ou seja, vai mais além do que a presença ou ausência de um conflito armado e que a segurança em sentido mais *básico*, se refere à vida e saúde da pessoa e da comunidade.

Em si mesmo, o conceito tem muitas caras e dimensões. Nalguns casos estamos a falar de segurança política, frente a abusos e violações de direitos humanos; de segurança pessoal e individual, face à criminalidade e à violência contra as mulheres, ou face ao terrorismo; noutros, trata-se de segurança ambiental e ecológica, face à degradação do ar, água, terra e florestas; ou, ainda, segurança alimentar, frente à escassez de alimentos ou aos riscos derivados de produtos perigosos para a saúde humana; também, a segurança frente a doenças e enfermidades transmissíveis e enfermidades respiratórias, produzidas pela contaminação; finalmente, segurança económica, frente ao trabalho precário e à desigualdade de rendimentos (Pereira, 2006:71-88).

Isto é, a segurança humana não está só relacionada com a ordem pública e o cumprimento das leis, mas também abarca outras dimensões do ser humano e da relação deste

com o seu contexto social e natural, apelando não só à protecção, bem como à prevenção e à habilitação das pessoas para valer-se as si mesmas em situação de vulnerabilidade social na sociedade de risco (Mendes, 2007:33-34).

Cultura de Segurança

A cultura pode ser definida como o conjunto de valores, crenças, rituais, símbolos e comportamentos que partilhamos com outros e nos ajudam a caracterizar como um grupo. Nesta linha, a cultura de segurança “é o produto de valores individuais e colectivos, atitudes, percepções, competências e padrões de comportamento que determinam o empenho e a eficácia, bem como a gestão de segurança e saúde do trabalho ao nível da empresa”. (Freitas, 2003:92).

Também sabemos que as organizações com uma cultura de segurança positiva se caracterizam por um sistema de informação/comunicação assente na confiança mútua, nas percepções comuns acerca da importância da prevenção de riscos e na confiança da eficácia das medidas de prevenção que estão definidas a **todos** os níveis hierárquicos. Assim, “a cultura de segurança é uma construção social aprendida e partilhada, que envolve valores, crenças e normas, relativas à segurança, transmitida por processos de interacção social, e que orienta o sistema cognitivo e de acção dos seus membros face à segurança. (Monteiro e Duarte, 2007:1169).

No âmbito dos corpos de bombeiros existe, como se provará, um grande défice de cultura de segurança, aos vários níveis hierárquicos, não só quanto aos valores declarados, mas também e sobretudo nos valores em uso.

Estas matérias são consideradas secundárias, imperando a cultura do “desenrasque” subjacente à ideia da invulnerabilidade do bombeiro herói, em que” as reacções típicas à introdução da medidas de segurança ou à defesa da respectiva supressão assentam em argumentos do tipo “*verdadeiramente o que me pode acontecer?... de qualquer modo, tudo isso de nada serve... na minha situação é natural que tenha de conviver com o perigo*”. (Amaro, 2005:8).

Georges Kervern (1995:57-60), na sua obra “Elementos Fundamentais das Ciências Cindínicas” refere-se aos défices culturais, organizacionais e administrativos precursores de vários acontecimentos catastróficos, como sejam:

- A cultura da infalibilidade;
- A cultura do simplismo;
- A cultura da não comunicação;
- O egocentrismo e falta de vigilância;

- O domínio do critério produtivista sobre os critérios da qualidade e segurança;
- A diluição das responsabilidades;
- Ausência de experiência;
- Ausência de um sistema de retorno de experiência;
- Ausência de um procedimento escrito deduzido do diagnóstico cindínico efectuado;
- Ausência de uma formação contínua em ciências cindínicas;
- Ausência de preparação para as situações de crise.

Em conclusão, a segurança deve constituir parte essencial dos valores e objectivos de uma organização, não podendo ser considerada uma mera prioridade, porque as prioridades mudam. Pelo contrário, deve constituir uma valência de todas as prioridades, um desafio organizacional permanente.

Protecção Civil

Nos termos do artigo 1º da Lei de Bases – Lei nº 27/2006, de 3 de Julho, “*a protecção civil é a actividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos colectivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram*”.

Mais se assinala no nº 2, do corpo do mesmo artigo, que “*a actividade de protecção civil tem carácter multidisciplinar e plurisectorial, cabendo a todos os órgãos e departamentos da Administração Pública promover as condições indispensáveis à sua execução, de forma descentralizada*”, competindo-lhe **prevenir** e **atenuar** os riscos colectivos, **socorrer** e **proteger** pessoas e bens e apoiar a **reposição da normalidade** da vida das pessoas nas áreas afectadas (fig. 8).

A mesma lei, na alínea b) do artigo 5º assinala “*O princípio da **prevenção**, por força do qual os riscos de acidente grave ou de catástrofe devem ser considerados de forma antecipada, de modo a eliminar as próprias causas, ou reduzir as suas consequências, quando tal não seja possível*”. Pode também definir-se como um conjunto de medidas destinadas “*a socorrer e assistir pessoas e outros seres vivos em perigo, proteger bens e valores culturais, ambientes e de elevado interesse público*” (alínea c) do nº 1 do art.º 4º da Lei nº 27/2006).

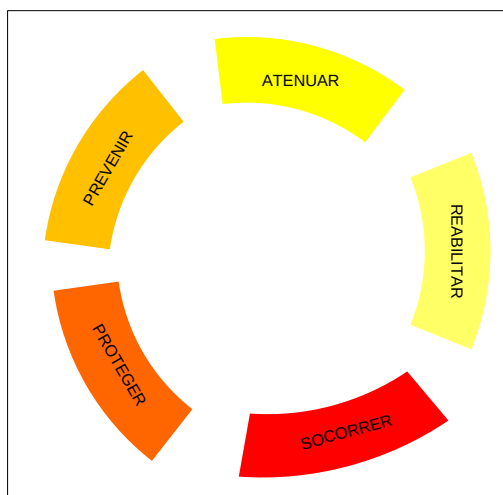


Fig. 8 - Objectivos da Protecção Civil.

(Adaptado do n.º 1, art.º 4 da Lei n.º 27/2006, 03 de Julho).

Neste quadro, dada a diversidade e especificidade de riscos a analisar e avaliar, compete à ANPC, nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 27/2006 “*garantir, em permanência e sem amputações a segurança das populações e a salvaguarda do património, com vista a prevenir a ocorrência de acidentes graves e catástrofes, dando execução aos domínios da actividade da protecção civil*” (fig. 9) que são os seguintes:



Fig. 9 - Domínios da actividade da Protecção Civil.

Capítulo I
A organização do Socorro em Portugal

1. Evolução histórica

1.1. Nascimento e desenvolvimento nos séculos XV, XVI e XVII – medidas de prevenção e iniciativas das Câmaras de Lisboa e Porto

Na Idade Média era comum as cidades surgirem apertadas entre muralhas como era o caso de Lisboa, com as muralhas Fernandinas, onde nem sempre era seguro e higiénico viver e onde espreitavam grandes calamidades nomeadamente incêndios e epidemias. Foi neste contexto que o rei D. João I, por carta régia de 25 de Agosto de 1395, e para proteger Lisboa determinou a constituição de um grupo de pessoas destinadas a vigiar e a combater os incêndios nos seguintes termos.

“...que por quanto pr vezes se levanta fogo em essa cidade, considerando sobrelo alguu boõ Remedio: Acordastes q era bem q os pregoeiros dessa cidade pr freguesias e cada hua noute, depois do signo da colbença, andem pr a dita cidade apregoando q cada huu guarde e ponha guarda ao fogo em suas casas. E q ds nõ queira, q todos os carpenteiros e calafates venham aaquel lugar, cada huu cõ seu machado, pr auere de atalhar o dito fogo: E q outº ssi todas as molheres q ao dito fogo acodiram, tragam cada huã seu cântaro ou pote pª carretar auga [fig. 10] pª apagra o dito fogo.” (Matos, 1995: 21 – 22).



Fonte: Cristiano Santos, 1995:367-368.

Fig. 10 – Mulheres com os seus cântaros e homens com seus machados e enxadas.

Durante os séculos XV e XVI não se conhecem outras medidas, senão esta, de organização e funcionamento dos serviços de extinção de incêndios em Lisboa. No entanto, em 14 de Julho de 1513, no reinado de D. Manuel I, a Câmara do Porto estabeleceu um contrato com alguns fiscais encarregados de verificarem se o “*lume*” era apagado à noite na cidade, ou seja, foi estabelecido o primeiro sistema de vigilância nocturna fora da cidade de Lisboa e de que se tem conhecimento (Matos, 1995:29).

No reinado de Filipe II, várias medidas preventivas contra o risco de incêndio foram tomadas pela Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente respeitantes ao lançamento de foguetes na cidade e ao uso e comércio de pólvora, estabelecendo-se que este produto não podia ser vendido em mercearias. Além destas medidas, a Câmara de Lisboa determinou que os fornos de cal e as casas de pólvora fossem transferidos para fora da cidade, o que foi alvo de grandes polémicas (Santos, 1995:14).

Em 1612, no seguimento das medidas adoptadas em 1513 e já no reinado de Filipe III, a Câmara do Porto decidiu colocar um certo número de machados à disposição de carpinteiros com a obrigação destes acorrerem aos incêndios na cidade.

Também a partir desta data a Câmara de Lisboa passou a pagar um salário (pela primeira vez) a dez carpinteiros, nomeados pelo respectivo mestre da Ribeira das Naus, dez pedreiros nomeados pelo mestre-de-obras da cidade e dez trabalhadores para andarem com escadas e baldes de água, (fig. 11) tendo como obrigação apagar os incêndios da cidade, que, nesta altura, eram maioritariamente originados por explosões no fabrico e venda de pólvora (Caldeira, 2006:17).



Fonte: Neto, 2002:184.

Fig. 11 - Utilização de baldes em madeira com cercadura de ferro para extinção dos incêndios.

Em 1678, no reinado de D. Pedro II e por determinação real de 28 de Março, foram criados os primeiros “*quartéis*” (um no Bairro Alto, outro em Alfama e outro num bairro intermédio a estes). Tais “*quartéis*” configuravam fisicamente armazéns onde seria guardado material destinado ao combate aos incêndios, nomeadamente escadas, baldes de couro ou madeira, machados, picaretas, alavancas e arpéus (as primeiras mangueiras) tendo, por determinação real de 24/10/1681, sido deliberada a aquisição de material na Holanda, exigência que a Câmara de Lisboa teve dificuldade em satisfazer. Começava, assim, a pensar-se no aperfeiçoamento do “serviço” de incêndios da cidade (Matos, 1995:30).

Em 1683, no reinado de D. Pedro II, foi publicado o primeiro regulamento destinado ao pessoal que, por obrigação, deve acorrer aos incêndios, em Lisboa, cabendo aos “*juizes do crime*” fazer uma lista de todos os pedreiros, carpinteiros, calceteiros, serradores e outros trabalhadores que deveriam apresentar-se à Câmara de Lisboa para serem seleccionados com vista ao combate dos incêndios e cada um dos ofícios deveria nomear 2 oficiais mais idóneos para servirem de “cabos”⁶. Ainda no reinado de D. Pedro II, em 1700, algumas medidas de prevenção foram tomadas, nomeadamente quanto à proibição do uso de *fogos de pólvora*, principal causa de incêndios da cidade de Lisboa.⁷ Em resumo, ao longo do século XVII, os instrumentos de combate aos incêndios variavam entre *machados, enxadas, picaretas, alviões, varas de madeira com bicheiros e escadas dobradiças manejadas por trabalhadores dos mais variados ofícios: calceteiros, carpinteiros, pedreiros, sob as ordens dos respectivos mestres*.

Em 1734, no reinado de D. João V, procedeu-se à compra das primeiras 4 bombas-tanques com suporte para baldes (fig. 12), em Inglaterra, sendo também, neste reinado, que, devido a dificuldades financeiras, a Câmara de Lisboa chegou a dever cinco anos de salários ao pessoal destacado para combater incêndios.



Fonte: Cristiano Santos, 1995:367-368.

Fig. 12 – Bomba com suporte para baldes.

Daqui à desorganização do serviço de incêndios foi um passo, o que infelizmente aconteceu várias vezes. Foi também nesta altura que apareceu pela primeira vez o termo *bombeiro*, aplicado aos trabalhadores das bombas dos serviços de incêndios (fot. 1) (Santos, 1995:16).

Em Janeiro de 1766, ainda no reinado de D. José, Domingos da Costa foi nomeado mestre dos calafates, com vista a organizar e dirigir o serviço de incêndios de Lisboa,

⁶ Designação dada ao “coordenador/comandante” dos “bombeiros” da época.

⁷ Já no reinado de D. João IV, em 1714, a Câmara de Lisboa voltou a publicar novas medidas que tiveram por base a resolução de Sua Majestade Real, no sentido de uma melhor actuação nos incêndios, a partir dos três armazéns (“quartéis”), entretanto criados, prestando instruções quanto ao modo de utilização do material/equipamentos armazenados.

obrigando-se todos os capatazes a comparecer nas acções de combate a incêndios. É considerado o primeiro comandante remunerado dos bombeiros municipais e capitão das bombas, cuja acção não foi muito relevante tendo sido demitido e substituído por Mateus António da Costa, conforme Portaria do Senado da Câmara de 21/07/1786, que posteriormente, por portaria de 01/01/1794, foi nomeado Inspector de Incêndios, com jurisdição sobre os capatazes, cabos e aguadeiros (Matos, 1995:35-36).

“E é em Lisboa que o capitão das bombas, Mateus António da Costa, se dedica a conceber uma bomba, que se construirá segundo vários modelos, nos anos de 1782, 1792, 1796 e 1802. É a designada bomba picota [fot. 2], pois o mecanismo hidráulico que fazia com que a água jorrasse com uma certa pressão era accionada através de uma haste de êmbolo. A picota atravessava longitudinalmente a caixa de ar deste sistema aspirante-premente. Todo este conjunto assentava num carro com quatro rodas de reduzidas dimensões” (Almeida, 1994b: 34, cit. por Barreiros, 2001:136).



Fonte: Cristiano Santos, 1995:369.

Fot. 1 - Bomba braçal dos B.M. de Santarém.



Fonte: Gomes, 1995:397.

Fot. 2 - Bomba portuguesa concebida por Mateus da Costa – 1796.

Em 31 de Maio do mesmo ano, a câmara decidiu designar um vereador para o sector de incêndios, publicando-se a 13 de Agosto um regulamento que veio a ser completado, após algum tempo, com mais medidas sobre a organização do serviço de incêndios.⁸

⁸ A acção de Mateus António da Costa foi relevante, inclusive no fabrico de bombas aspirantes, em Portugal, para serem utilizadas no combate a incêndios e idealizadas por ele. Entretanto, foram tomadas diversas medidas no âmbito da prevenção e do combate a incêndios desde a obrigatoriedade de limpeza das chaminés, à identificação do local do fogo, além da anexação dos serviços de incêndios aos dos chafarizes, de modo a uma articulação profícua entre os serviços. Aliás, com Mateus António da Costa o número de pessoal adstrito à Inspecção de Incêndios atingiu os 3000 homens, entre patrões de bombas, capatazes, aguadeiros e trabalhadores, tendo havido necessidade de criação de um lugar de sub-inspector para o coadjuvar – Francisco Sales da Silva.

Em 1788, foi criado o corpo de bombeiros municipais de Viana do Castelo e por provisão de 8 de Junho de 1799, D. João VI acedeu a “*que a Câmara da cidade de Braga, forme huma companhia de 100 homens, à semelhança de Porto e Lamego, inclusos os competentes Officiais, para o laboratório da dita machina, e que promptos acudão aos incêndios que na cidade houver*” (Santos, 1995:18).

Também por determinação régia, de 17 de Setembro de 1799, a Câmara de Guimarães foi incumbida de formar uma Companhia de Bombeiros, composta por 60 homens e duas bombas, importadas de Inglaterra pelo juiz de fora, Manuel Falcão, que foram pagas com o somatório dos donativos que angariou (Santos, 1995: 18). A criação destes *corpos de bombeiros* é um sinal evidente de que a estruturação dos serviços de incêndios, de modo organizado, vai ultrapassar no final do século XVIII, as duas maiores cidades do território português – Lisboa e Porto – em grande evidência na primeira fase da Idade Contemporânea⁹.

Importa salientar que é no último quartel do século XVIII, (Santos, 1995:18), que surgem os primeiros serviços de incêndios privativos, instalados em repartições públicas, de Lisboa, e em palácios reais da capital e dos arredores.

1.2. Século XIX – Relevo para a acção dos Municípios, nascimento e desenvolvimento do associativismo

Pode afirmar-se que, no seguimento da expansão iniciada no final do século anterior, este século vai ser de autêntica explosão na implantação de corpos de bombeiros no País, porque, *a par de uma actuação mais dinâmica do poder local, que promoveu a criação de alguns CBs*, se assistiu, ao longo dos séculos XIX e XX, à criação de inúmeras associações de beneficência ou humanitárias, por iniciativa das populações que constituíam as comunidades locais, no sentido da defesa das próprias pessoas e bens (Matos, 1995:40).¹⁰

Foi um bom período para o serviço de incêndios, onde foi reposta a ordem e a autoridade para ordenar e coordenar os meios de combate. Várias medidas foram tomadas na área de policiamento, em especial durante e depois do combate ao fogo. Foram ainda adoptadas várias disposições legais, visando regulamentar a actuação dos aguadeiros e dos meios de alerta, sendo atribuídos prémios aos primeiros elementos que acoressem ao fogo, após o toque dos sinos (Matos, 1995:37).

⁹ De qualquer modo, assinala Matos (1995: 39), em matéria de legislação promulgada neste período, no âmbito da prevenção e extinção de incêndios, não se foi muito além das cidades de Lisboa, do Porto, Viana do Castelo, Braga e Lamego, sendo evidente que o rei D. João V foi o mais actuante nesta área, tendo reinado durante 44 anos, sendo de aceitar que a organização dos bombeiros, no período que se seguiu tenha sido favorecida pelas ideias liberais proclamadas pela Revolução Francesa, sobretudo ao nível do voluntariado (Matos, 1995:39).

¹⁰ Estribados nas Associações a quem competia o “sustento” dos corpos de bombeiros, até ao final de 1889 inclusive, foram criados e mantiveram-se no continente 11 corpos de bombeiros municipais, 41 associativos

Aliás, no espírito da época, a prevenção de incêndios era uma grande preocupação dos responsáveis dos municípios. De acordo com o decreto nº 23 de 16 de Maio de 1832, de Mouzinho da Silveira, competia ao provedor do concelho (a que corresponde na actualidade o cargo de presidente da câmara municipal) no cumprimento das obrigações de superintendência da polícia, *“o dever de evitar os incêndios, fazendo visitas às chaminés e fornos, condenando as que se achem em estado perigoso e impondo multas e proibindo os fogos de artifício em lugares perigosos e disparar armas de fogo e semelhantes.”* (Matos, 1995: 43).

Em 17 de Julho de 1834, a Câmara reorganiza os serviços de incêndio e delibera criar a primeira companhia de bombeiros de Lisboa, a que o povo chamou de **Companhia de Caldo e Nabo**, (mais tarde Corpo de Salvação Pública e transformada em Batalhão em 1937) dividindo a cidade em três distritos para efeitos de socorro e combate a incêndios. Em 1852 o serviço de incêndios de Lisboa foi novamente reorganizado e foi publicado o “Regulamento para os Empregados da Repartição dos Incêndios.” (Matos, 1995:44).

Em 1853, a Câmara estabeleceu que todos os empregados da repartição de incêndios que se aleijassem no “*serviço de fogos*” seriam contemplados pela mesma, para efeitos de apoios sociais.

Antes, em 1839, foi criada a Companhia de Incêndios de Vila Nova de Gaia. Dezassete anos depois, em 1856, Viseu abre a sua Companhia de Bombeiros, composta por quarenta e sete elementos. Dois anos mais tarde, 1858, a “*bomba*” de Braga deu lugar a uma Companhia de Incêndios, e em 1860, foi o Município de Abrantes que criou a sua própria companhia.

Em 1864, Vila Real cria a Companhia de Socorro contra Incêndios, seguindo-lhe a Figueira da Foz. É ainda neste ano que o Corpo de Bombeiros de Lisboa adquire uma bomba a vapor (fot. 3), de tracção braçal e hipomóvel, importada de Inglaterra, com desempenho superior às bombas de caldeira existentes¹¹.

(voluntários) e 1 privativo, além de 1 corpo de bombeiros voluntários nos Açores, 1 municipal na Madeira e ainda 1 em Macau, criado em 1883. De 1889 a 1920, foram criados 86 corpos de bombeiros, enquanto de 1920 a 1940 foram identificados num total de 150 (Matos, 1995:40).

¹¹ Estas bombas eram normalmente abastecidas por aguadeiros e o seu rendimento era notoriamente superior ao das bombas de caldeira (Barradas, 2001:136-138).

Em 26 de Junho de 1867, sucedendo ao código administrativo de 1842, foi aprovada a primeira “*Lei de Administração Civil*” que dividiu o Reino de Portugal em distritos, concelhos e paróquias civis¹².



Fonte: Almeida, 1997:32.

Fot. 3 – Bomba a vapor Shand Mason & Co. (finais séc. XIX).

Pelo n.º 13 do art. 87 competia às câmaras municipais tomar *resoluções sobre polícia de segurança e limpeza pública, serviço sanitário, socorros para a extinção dos incêndios e contra inundações e demolição de edifícios arruinados ou que ameaçam ruína, nos termos da legislação em vigor* (Matos, 1995:49).

No n.º. 18, do mesmo artigo, “*competia a distribuição de socorros dentro das forças do respectivo orçamento, quando se dê alguma calamidade pública*” (Matos, 1995: 49).

Pela resolução n.º 577, de 21/07/1870 foi aprovado novo código administrativo, dizendo-se no artigo 121º que a Câmara delibera nos termos das leis e dos regulamentos, nomeadamente: “*sobre polícia de segurança e de limpeza pública, serviço sanitário, socorros para extinção de incêndios e contra inundações e demolição de edifícios arruinados, ou que ameaçam ruína, nos termos da legislação em vigor*” (Matos, 1995: 50).

¹² Pelo artigo 12 do Código Administrativo de 1842 (reinado de D. Maria II) cabia à Câmara Municipal fazer posturas e regulamentos “para regular o depósito e guarda de combustíveis e a natureza das chaminés e fornos”.

Por força de lei competia ao Administrador do concelho “*providenciar nos casos de incêndio, inundações, naufrágios e semelhantes e promover a distribuição de socorro no caso de calamidades públicas*”.

Sucedeu-se o código administrativo de 1878, que, no artigo 103º, n.º 2, aludia à competência da Câmara para (...) “*conceder pensões aos bombeiros, que se impossibilitarem de trabalhar por desastre sofrido no serviço dos incêndios, devendo cessar a pensão, quando cesse a impossibilidade*”.

Em suma, os diversos códigos administrativos de 1836, 1842, 1870, 1878, 1886, 1895/96 e 1900, que podem ser, até certa medida, “*consideradas sucessivas edições actualizadas do mesmo diploma*”, colocaram sempre a tónica da responsabilidade da Câmara e do seu “provedor/administrador/presidente” na organização dos serviços de extinção de incêndios, prevenção e socorro das populações em situações de calamidade (Quadro IV).

Além disso, cabia-lhe, como se disse, a concessão de pensões aos bombeiros acidentados. Ora, com tais responsabilidades legais, que razões explicam a existência de tão poucos corpos de bombeiros municipais ao nível do País, ontem e hoje?

A falta de recursos dos Municípios, num Estado centralizado, explicará tal fenómeno?

Que razões levaram alguns Municípios (ao todo 22) que detinham corpos de bombeiros, a “prescindirem” dos mesmos, como sucedeu por exemplo, em Lamego e Guimarães, logo que foram criadas as Associações Humanitárias locais?

Quadro IV - Disposições dos Códigos Administrativos no Âmbito da Organização dos Serviços de Bombeiros – de 1836 a 1906.

Data do Diploma	Organização do Serviço de Incêndio ou Socorros para Ext. Incêndio	Concessão de Pensões a Bombeiros (N.º e Art.º)	Elaboração de Posturas para Limpeza de Chaminés (N.º e Art.º)	Despesas com os Serviços de Incêndios (N.º e Art.º)	Actuação dos Administradores do Concelho (N.º e Art.º)
12/07/1836	-----	-----	-----	-----	art.º 63
18/03/1842	-----	-----	N.º 3/ art.º 120	Ver art.º 120º	N.º 15/ art.º 249
20/06/1867	N.º 13/ art.º 83 (socorros)	-----	Refere-se “posturas” em geral	N.º10/ art.º 158	Promover a dist. de socorros
21/07/1870	N.º 22/ art.º 121	-----	Refere-se “posturas” em geral	N.º 13/ art.º 150	N.º 15/ art.º 279
1878	N.º 23/ art.º 103	N.º 20/ art.º 103	N.º 4/art.º 104	N.º 13/art.º 127	N.º 15/art.º 203
17/07/1886	N.º 19/art.º 117	N.º 22/art.º 118	N.º 4/art.º 120	N.º 10/art.º 141	N.º 15/art.º 242
04/05/1896	N.º 8/art.º 50	N.º 26/art.º 51	N.º 5/art.º 52	N.º 14/art.º 81	N.º 17/art.º 278
21-06-1900	N.º 8/art.º 109	N.º 26/art.º 109	N.º 5/art.º 111	N.º 14/art.º 131	N.º 17/art.º 318

Fonte: adaptado de Matos, 1995:60.

Importa salientar que até à publicação dos Códigos 1936/1940 vigoraram as disposições dos Códigos de 1878 e 1896, em que:

- a) A entidade que aprovava os estatutos e regulamentos das Associações Humanitárias era o Governador Civil;
- b) A aprovação dos regulamentos e dos quadros dos corpos de bombeiros municipais competia à entidade tutelar.

1.3. Expansão do Associativismo nos Bombeiros

Foi Guilherme Cassoul que, na tarde de 17 de Outubro de 1869, sugeriu, num grupo de amigos (individualidades da cidade), a criação de uma companhia de bombeiros voluntários. Este acontecimento deu-se na farmácia dos irmãos Azevedo, em Lisboa, na sequência de várias discussões sobre o deficiente estado em que se encontrava o serviço de incêndio na cidade (Caldeira, 2006:19).

No dia seguinte, em reunião presidida pelo barão de Mendonça, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, foi deliberado criar uma “*companhia de voluntários bombeiros*”, que ficou adstrita ao Corpo de Bombeiros Municipais. Acordou-se ainda que ficavam desde logo inscritos 26 cidadãos (Caldeira, 2006:19).

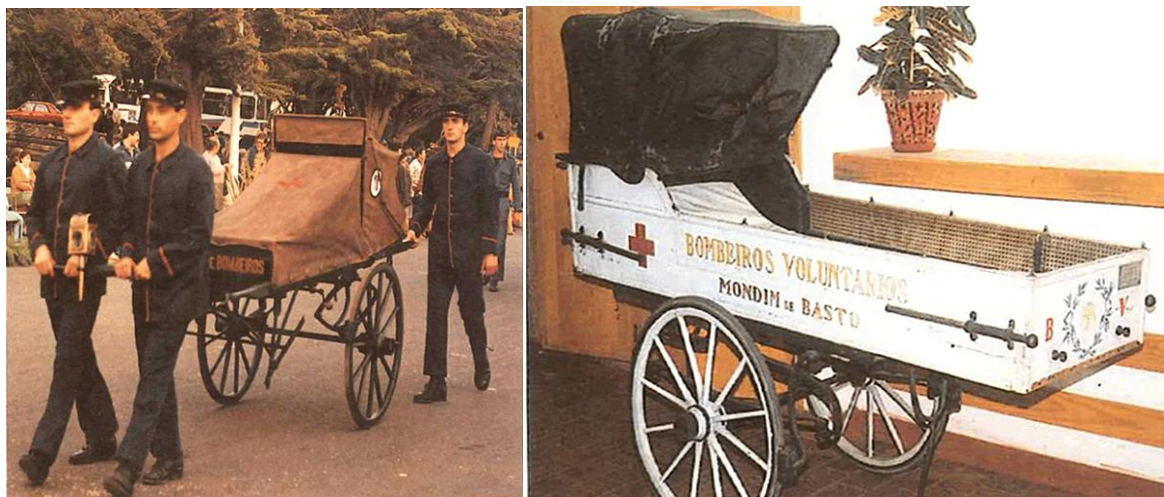
Depois da criação em 1880 da “*companhia voluntária de bombeiros*” transformada na Associação dos Bombeiros Voluntários de Lisboa, até ao final do século XIX, foram fundadas 82 associações de bombeiros voluntários e corpos de bombeiros municipais, sucedendo a algumas associações entretanto extintas (Santos, 1995: 22).

O movimento associativo nascente deu lugar ao aparecimento de grupos de homens e mulheres que abraçaram a causa dos bombeiros portugueses e que, integrando os corpos gerentes, deram e continuarão a emprestar o seu prestimoso contributo, administrando as associações de bombeiros. São os vulgarmente chamados “*bombeiros sem farda*”.

E se, nesta primeira fase da sua actividade, as associações de bombeiros tinham como grande objectivo a extinção de incêndios, depressa se aperceberam que podiam alargar a sua acção a duas importantes áreas de socorro: a urgência extra-hospitalar e os socorros a náufragos.

Na área da urgência, começaram a ser organizadas as “*ambulâncias*”, que tinham como objectivo “*o serviço médico e cirúrgico, em ocasiões de sinistro e suas consequências*” e dispunham de macas de padiola e de macas rodadas (fot. 4), e de pessoal próprio, isto é, o “*pessoal da ambulância*”, normalmente dirigido pelo “*facultativo*” (Santos, 1995: 23).

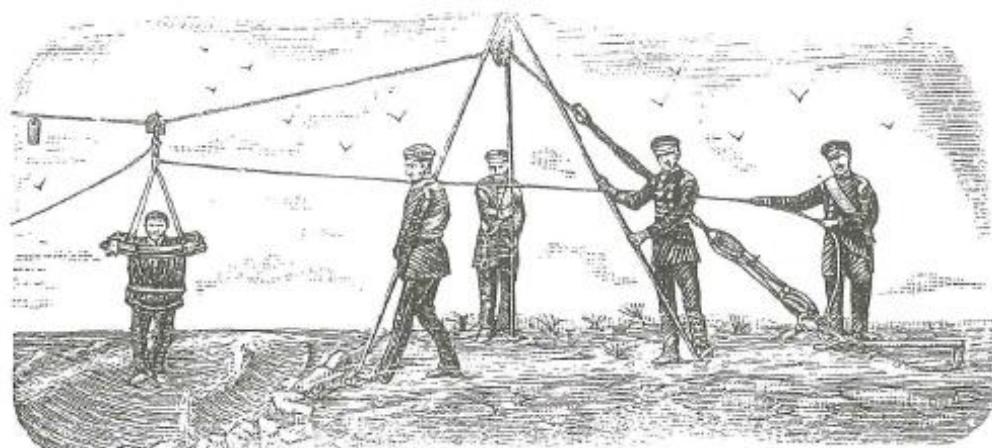
A acção dos bombeiros nos socorros a náufragos teve o seu início em 1870. Antes mesmo da criação do Real Instituto de Socorros a Náufragos, em Abril de 1882, *“os bombeiros de Portugal espalhados pelo país em várias associações humanitárias e vocacionados para socorrer o próximo em caso de cataclismo, cedo se aperceberam da sua utilidade para salvar náufragos de navios encalhados e perdidos na costa (...) com cabos de vaivém passados aos navios encalhados.”* (Fialho, 1995:61).



Fonte: Cristiano Santos, (1995, 388).

Fot. 4 – Macas rodadas.

Ainda hoje existe uma estreita ligação entre os bombeiros e o Instituto de Socorros a Náufragos (ISN), cooperando muitos corpos de bombeiros com esta Instituição, através de socorros a partir da terra (fig. 13), disponibilizando o Instituto equipamentos necessários e ministrando a formação especializada aos bombeiros destacados nos serviços de socorros a náufragos.



Fonte: Fialho, 1995:61.

Fig. 13 – Salvamento a náufragos com cabos de vaivém.

Na sequência de códigos anteriores, o código administrativo de 1878 deu às câmaras a responsabilidade de “*organizar serviços ordinários ou extraordinários para extinção dos incêndios...*”. Competia-lhes ainda fazer posturas “*para limpeza das chaminés e fornos, e o serviço para a extinção de incêndios e contra inundações*” (Santos, 1995: 24).

Entretanto, no cumprimento das obrigações legais que lhes atribuíram os diferentes códigos administrativos, as câmaras municipais continuaram a adquirir material para a extinção de incêndios, não obstante se constatar o facto de muitas vezes o socorro não funcionar com prontidão e eficácia, já que o material disponível não era utilizado correctamente, mormente por falta de instruções e competências. Nesta linha, “*algumas câmaras municipais¹³ e muitas comunidades locais tomaram a iniciativa de organizarem corpos de bombeiros devidamente enquadrados e comandados*” (Santos, 1995: 24).

A formação dos bombeiros era ministrada nos “*quartéis*” constando basicamente de exercícios práticos com bombas e com escadas. “*Tratava-se, com certeza, de conhecimentos empíricos, obtidos ou transmitidos pela via da experiência, se preferirmos, através da formação em contexto de trabalho, porventura com técnicas e métodos pouco pedagógicos, aos olhos de hoje, mas, quiçá, tão eficazes quanto os actuais*” (Lourenço, 2002:26).

Em 1876 foi então criada uma Escola de Bombeiros, dependente do Corpo de Bombeiros Municipais de Lisboa, na rua da Inveja, tendo-se iniciado por essa altura a realização de manobras, exercícios de salvamento e simulacros pelo País.

Um extracto da Ordem de Serviços do inspector de incêndios de 15 de Janeiro de 1876, entre outros, determina que na Escola de Bombeiros se cumpra o seguinte:

Art.º 1.º - A instrução é obrigatória para que todos os homens que compõem o corpo de bombeiros, e em cumprimento do art.º 131 do Regulamento ninguém poderá passar à classe imediatamente superior, nem mesmo ter preferência por qualquer serviço dentro da sua própria classe, senão em virtude das habilitações que tiver alcançado pela sua aplicação. Para este efeito, nenhum “*patrão*” ou “*aspirante*” será nomeado para lugar imediatamente superior sem prévio exame das disciplinas que se ensinaram na Escola. “*Cento e trinta e dois anos depois, o espírito desta ordem de serviço continua perfeitamente actual. Seria bom que fosse aplicado a todos os bombeiros, sobretudo aos elementos de comando*” (Lourenço, 2001: 26).

¹³ Entre outras, Vila do Conde e Peso da Régua (1873), Portalegre (1875), Póvoa de Varzim (1875), Castro D’Aire (1898), Monção (1879), Aveiro (1879), Celorico da Beira (1879), Beja (1881), Tomar e Mirandela (1883), Oliveira de Azeméis (1885), Cascais (1886), Tavira (1887), Oeiras (1889), Vila Real de Santo António, Chamusca, Mealhada, Azambuja e Torres Vedras.

Em 1882 o corpo activo de bombeiros de Lisboa passou a chamar-se “*Corpo de Bombeiros Municipais*”, constituído por 163 homens, coadjuvados por um “*corpo auxiliar*” de 530 sotas, condutores e moços, “*além de todos os homens que se acharam matriculados como aguadeiros na cidade de Lisboa*” (Santos, 1995:25-26).



Fonte: Almeida (1997:70).

Fot. 5 – Manobras em esqueleto.



Fonte: Almeida (1997:96).

Fot. 6 – Exercícios de salvamento.

Em finais do século em análise estão registadas as primeiras manifestações desportivas, a publicação do primeiro poema em dedicatória dos bombeiros, a participação em concursos internacionais, o início da prestação de serviços de saúde para os sócios das associações, o aparecimento das primeiras bandas de música, bibliotecas e o aparecimento dos primeiros capelães dos bombeiros portugueses (Caldeira, 2006: 20).

1.4. Os Bombeiros no Século XX

O início do século XX representa um momento glorioso na história dos bombeiros. Foi a 18 de Agosto de 1900 que um grupo de bombeiros do Corpo de Salvação Pública do Porto, sob o comando de Guilherme Fernandes, conquistou em Vincennes, nos arredores de Paris, o

concurso internacional de bombeiros, mostrando as suas perícias técnicas no combate a incêndios. Foi aliás, neste contexto, que terá nascido o lema “Vida por Vida” (Santos, 1995:27).

Entretanto o novo código administrativo, aprovado em 21 de Junho de 1900, volta a cometer (como os anteriores, desde 1834) às câmaras municipais a responsabilidade de deliberar sobre prevenção e organização de incêndios e de fazer posturas e regulamentos “*para limpeza das chaminés e fornos*”, competindo ao administrador do concelho “*providenciar para protecção e segurança das pessoas e cousas nos casos de incêndio, inundações, naufrágios, calamidade pública e semelhantes, promovendo a prestação e distribuição de socorros*” (Santos, 1995: 27).

Em 1901, o serviço de incêndios do município de Lisboa passou a fazer parte do Estado, “*ficando sob imediata superintendência do respectivo governador civil, continuando a ser encargo obrigatório do mesmo município a respectiva dotação*” (Santos, 1995:27) ”¹⁴.

Nos primeiros dez anos do século XX fundaram-se 21 associações e, entre 1910 e 1929, foram criadas 95 associações de bombeiros voluntários, dois corpos de bombeiros municipais e um corpo de bombeiros privativo (Santos, 1995:27). Esta forte explosão “*criadora de corpos de bombeiros, sobretudo voluntários, decorria naturalmente da força da população integrada nas comunidades locais e com base nos Concelhos, por não existência de estruturas de socorro ou por deficiente funcionamento das estruturas existentes, por bairrismos ou influência de figuras carismáticas ou até por dissidências com as estruturas já existentes*” (Laranjeira, 2007:1). A entidade *licenciadora* era o Governador Civil que aprovava os estatutos das respectivas Associações Humanitárias, donde emanavam os Corpos de Bombeiros, e a quem estas apresentavam os respectivos relatórios de actividades e contas, situação que, com o decurso do tempo, deixou de ser cumprida por grande parte das associações.

Entretanto, depois das tentativas falhadas para a criação de uma estrutura federativa dos bombeiros portugueses, respectivamente em 1889, 1904 e 1929, as associações e corpos de bombeiros, reunidos em congresso no Estoril em 1931, decidiram fundar uma Confederação Nacional denominada Liga dos Bombeiros Portugueses (LBP) com o grande objectivo de

¹⁴ Segundo as disposições do Regulamento de 1901, com 225 artigos agrupados em 25 capítulos, o Comandante do Corpo de Bombeiros de Lisboa passou a ficar dependente das ordens e instruções do governador civil e bem assim das Resoluções do Ministério do Reino. O corpo passou a ser *militarmente organizado* e o seu pessoal considerado sob dois regimes ou tipos: - os aquartelados e os permanentes não aquartelados ou auxiliares, em que os primeiros eram bombeiros de 3.^a sem acesso na carreira e os segundos podiam ascender ao posto de chefe e possuíam em sua casa telefones ligados à Estação Central para serem chamados em caso de sinistro. Os condutores eram admitidos como aquartelados e sujeitos a instrução após o que passavam a bombeiros de 3.^a classe. As despesas com o pessoal eram suportadas pela Câmara Municipal, como até hoje se mantém.

O regulamento de 1901 criou ainda a Divisão Auxiliar de Bombeiros Voluntários, dependente do corpo municipal, mas esta disposição foi revogada em 1902, atenta à grande celeuma criada que levou à extinção de alguns corpos de bombeiros voluntários.

“defender e promover quanto importa aos interesses dos serviços de incêndios e socorro em calamidades públicas” (Santos, 1995:30).

Com a criação da Liga, a ocorrência de acidentes em serviço originou uma preocupação social para com os bombeiros e as suas famílias, criando-se uma Caixa de Previdência e Socorros aos Órfãos e Viúvas de Bombeiros, em funcionamento durante alguns anos, sucedendo-lhe o Fundo de Protecção Social do Bombeiro, ainda hoje existente, no âmbito da Fénix Social dos Bombeiros. Além desta vertente social, a Liga publica desde 1943 o *Boletim da Liga dos Bombeiros Portugueses* que em 1978 passou a denominar-se *o Fogo e a Técnica*, a que sucedeu, desde 1982, o actual jornal mensal *Bombeiros de Portugal*.

O Dia do Bombeiro era comemorado no dia 18 de Agosto e a primeira comemoração foi no ano de 1923. Mais tarde, no congresso de 1986, a data foi alterada para o último Domingo do mês de Maio com a designação de *“Dia Nacional do Bombeiro”*.

Os anos trinta do século XX foram ainda marcados por grandes acontecimentos para os bombeiros. Um dos mais importantes foi a substituição do material de tracção humana e hipomóvel (fot. 7) por viaturas mecânicas (fot. 8) (Barreiros, 2002:139).



Fonte: Santos (1995:370).

Fot. 7 – Hipomóvel.



Fonte: Santos (1995:375).

Fot. 8 – Viatura mecânica.

Sendo certo que a organização dos bombeiros, ao nível associativo se revigorou e adquiriu maior prestígio e direitos próprios sob a égide e orientação da LBP, liderada por uma plêiade de figuras de elevado nível da organização operacional, eram muito significativas as dificuldades com que se debatiam os corpos de bombeiros, seja devido à sua autonomia e dispersão, seja devido à ausência de um órgão nacional aglutinador e coordenador.

Não obstante os esforços da Liga, não existia uma matriz comum, quer no que se refere à organização interna das Associações e dos seus corpos de bombeiros, quer na organização

voltada para o exterior, relevando os aspectos disciplinares, a constituição do corpo de bombeiros, a nomeação dos elementos do comando, a instrução, o fardamento, entre outros, sendo evidente a necessidade de uma certa uniformização e a existência de uma entidade que represente convenientemente os bombeiros.

Neste contexto é legítimo referir que, *“no período em apreço, é inexistente um quadro verdadeiramente estruturante, bem evidenciado pela diversidade de conceitos e práticas verificados na organização dos bombeiros, ainda que neste período tenham sido introduzidas inovações dignas de registo, reconhecendo-se a necessidade de ser convenientemente institucionalizada a criação de entidades voltadas essencialmente para o socorro”* (Matos, 1995: 78).

Ainda assim, em 1937, a LBP lançou um *Plano de Uniformes* para todos os corpos de bombeiros intentando contribuir também para regular a organização e funcionamento dos mesmos. Ora, volvidos 71 anos, ainda não está conseguido este desiderato, comprovando-se, assim, a “singularidade autonómica” de cada um dos corpos de bombeiros ditos voluntários.

O Estado, pelo seu lado, evidenciava a sua vulnerabilidade no domínio da organização nacional dos serviços de incêndios (e outros serviços de socorro), e somente a partir do Código Administrativo de 1936 assumiria a publicação da primeira regulamentação de carácter global dos corpos e associações de bombeiros. Foi então, o País dividido em duas zonas: Norte e Sul, com as respectivas Inspeções de Incêndios, dirigidas pelos comandantes dos Batalhões do Porto e de Lisboa, que detinham poderes de “inspecção técnica em tudo o que respeita à aquisição, conservação e utilização de material e à instrução do pessoal” (art.º 159 do Código Administrativo, de 1936).

Pela primeira vez, a Administração Central do Estado Português, mantendo a independência das associações, assume a tutela administrativa de todos os corpos de bombeiros: Sapadores, Municipais, Voluntários e Privativos¹⁵.

¹⁵ A preparação dos códigos de 1936 e 1940 foi coordenada pelo professor Marcelo Caetano. Na sua subsecção V, sob o título “serviços de incêndios” o código de 1940 define e estabelece no seu art.º 156.º, pela primeira vez, a classificação de corpos de bombeiros – batalhão de sapadores bombeiros, corpos de bombeiros municipais e associações de bombeiros voluntários – definindo-se as exigências mínimas necessárias para que sejam instituídos batalhões de sapadores de bombeiros, *além da obrigatoriedade da criação de corpos de bombeiros municipais nos concelhos de 1.ª ordem*, desde que não existisse organização de bombeiros voluntários ou estes, só por si, não preenchessem a função a que se destinavam – consagração do princípio supletivo das câmaras municipais quanto à criação de corpos de bombeiros, princípio que se manteve até aos tempos de hoje.

As disposições deste artigo foram revogadas expressamente pelo Dec. Lei 312/80 de 29 de Agosto que, por sua vez, foram expressamente revogadas pelo Dec. Lei n.º 407/93, de 14 de Dezembro, conforme dispõe o seu art.º 15, mas somente no que respeita à classificação dos corpos de bombeiros (Matos, 1995: 85, 86). Mais recentemente e de forma gradual a legislação vai atribuindo responsabilidades acrescidas aos Municípios no âmbito da Protecção Civil, Lei n.º 113/91 de 29 de Agosto, e Lei n.º 27/2006 de 3 de Julho (a actual Lei de Bases) em especial artigos 40 e 41, o Decreto-Lei n.º 247/2007 de 27 de Junho que aprova o actual regime jurídico dos

Dez anos volvidos, merece especial menção a tentativa de uma maior organização nacional dos Serviços de Incêndios, através da publicação do Decreto-Lei n.º 35857, de 11 de Setembro de 1946, que criava o Conselho Nacional do Serviço de Incêndios, ao qual competia, entre outras incumbências, *“fomentar a criação de corpos de bombeiros nas localidades onde se tornam necessários e indicar aos corpos existentes os serviços que mais convenha estabelecer”* (Santos, 1995: 32).

Em suma, o Decreto – Lei n.º 35857, de 11 de Setembro de 1946, regrou o que já estava instituído nas associações e corpos de bombeiros. Foram definidas normas de organização dos corpos de bombeiros em que cada um deles deveria ter total ou parcialmente os seguintes serviços: *serviço de incêndios, serviço de saúde, serviço de socorros a náufragos*. Estes seriam constituídos internamente por comando e quadros activo, auxiliar e honorário.

Este diploma determinou também a classificação do material e as denominações das unidades (divisão, secção, pelotão, companhia e batalhão), definiu normas sobre categorias, quadros, recrutamento, situações no quadro, licenças, disciplina, instrução e prestação de serviço. Inclui ainda o primeiro plano de uniformes de iniciativa governamental, determinando os tipos de uniformes e a sua composição, os distintivos dos postos e especialidades do pessoal dos corpos de bombeiros, definiu o papel da mulher na estrutura dos bombeiros, ao nível dos serviços de enfermagem, condução de viaturas, cantinas, secretária e outras semelhantes e abriu a possibilidade de, nas localidades afastadas das sedes dos corpos de bombeiros, serem organizadas brigadas ou secções destacadas, como hoje são designadas (Santos, 1995:32-33). Datam também dos anos 40 os primeiros quartéis construídos de raiz com instalações mais adequadas à missão dos bombeiros e, em muitos casos, tendo também em vista objectivos de solidariedade social e de índole sociocultural com forte implantação na vida das respectivas comunidades locais (Branco, 1995:331-336).

Decorridos cinco anos sobre a publicação deste primeiro regulamento geral dos corpos de bombeiros, o governo embora reconhecendo o “notável êxito alcançado” e correspondendo a sugestões dos próprios corpos de bombeiros, aprovou pelo Decreto-Lei n.º 38439, de 27 de Setembro de 1951, novo regulamento geral, alterando apenas alguns preceitos estabelecidos de encontro ao contexto da época e aspirações dos próprios bombeiros.

A nova lei atribuiu aos Inspectores de Zona (Norte e Sul) as competências de *“aprovar os modelos de material e dar parecer sobre os tipos de viaturas e restante material de incêndios de que deviam ser dotados os corpos de bombeiros, tendo em atenção as características dos serviços a que se destinavam”* (art.º 9º do Dec. Lei nº 38439).

corpos de bombeiros, culminando na Lei nº 65/2007 de 12 de Novembro que define o enquadramento institucional e operacional da protecção civil municipal.

Intentava-se desta forma “*uniformizar a diversidade verificada até então na organização dos corpos de bombeiros municipais, voluntários e privativos.*” Por outro lado, no domínio da organização de conjuntura o referido Decreto-Lei n.º 38439, estabelecia na parte final, Capítulo V – *Da prestação de serviços* – algumas normas de uso interno, para cada corpo de bombeiros e princípios de comando, em caso de actuação conjunta de unidades idênticas ou de diferentes tipos (Cristiano Santos, 1995:124).

A década de 60 é ainda marcada pela realização, em Lisboa, do II Congresso Mundial do Fogo, promovido pelo Comité Técnico Internacional do Fogo (C.T.I.F.) e em 1963, são conhecidas as primeiras instruções conhecidas do Governo manifestando preocupações aos Governos Cívicos, Câmaras e Direcções das Associações, sobre o número e a extensão dos incêndios florestais “*que causavam avultados prejuízos à economia nacional*”, mas que, nesta fase, não eram ainda responsabilidade dos Corpos de Bombeiros (Gomes, 2002:111).

Aliás o Decreto-Lei n.º 38439, de 27 de Setembro de 1951, verdadeiro Regulamento Geral dos Corpos de Bombeiros “*é omissivo no que se refere a situações graves (consideradas de calamidade pública) como sejam: incêndios em vastas zonas florestais, inundações de grande vastidão nos meios populacionais, terremotos, ciclones, etc. Se é certo que a solução de tais emergências compete à Defesa Civil do Território, não é menos certo que em tais circunstâncias são as corporações de bombeiros os principais agentes de socorro, como aconteceu em 1967 nas grandes inundações ocorridas na área de Lisboa*” (Laranjeira, 2002:63).

Por outro lado, quando tais emergências tinham lugar, sobretudo em áreas muito grandes ou em zonas dispersas, é evidente que os corpos de Bombeiros não podiam ter uma actuação oportuna e eficiente “*enquanto não for criado, em cada Distrito, um Comando que tenha a seu cargo: o estudo dos meios necessários para as debelar; o planeamento da actuação das Corporações; a requisição directa e imediata dos elementos actantes e de reforço e a direcção dos trabalhos de socorro e salvamento*” (Laranjeira, 2002:63).

Num quadro de “intenso fervilhar de novas ideias”, no Congresso da LBP, em Aveiro, realizado em 1970, ganha força a, já antiga, aspiração dos bombeiros para a criação de um serviço nacional, como entidade única de coordenação e apoio às actividades dos corpos de bombeiros, entidade que só viria a ser criada nove anos depois.

Em 1978, depois de trinta e dois anos de vigência do regulamento de 1951, foi reconhecido de “*interesse público nacional e face às enormes carências em matéria de recursos humanos, de equipamentos e de meios financeiros*” reestruturar o Conselho Nacional de Serviços de Incêndios, criando-se o Conselho Coordenador do Serviço de Bombeiros, o qual estava incumbido de apoiar o Governo na definição da política a desenvolver no sector, promover a realização de

estudos sobre o ordenamento territorial dos meios de combate a incêndios e de acções gerais de planeamento, coordenação e implementação de medidas para uma utilização racional dos esforços e de equipamentos de combate a incêndios. Quanto às inspecções, o diploma previa a existência de serviços de apoio próprio a cargo de pessoal a destacar dos Batalhões (Lisboa e Porto), onde funcionavam as sedes daquelas instituições (Santos:1995:35).

Um ano mais tarde, a Lei n.º 10/79 cria o Serviço Nacional de Bombeiros, competindo-lhe orientar e coordenar as actividades e serviços de socorro exercidos pelos corpos de bombeiros e assegurar a sua articulação, em caso de emergência, com o Serviço Nacional de Protecção Civil, criado em 1975, após a extinção em 1974, da Defesa Civil do Território (Santos, 1995:34-35).

Em 1980 é publicado o Decreto-Lei n.º 418/80, de 29 de Setembro (um mês mais tarde publica-se a Lei Orgânica da Protecção Civil, Decreto-Lei n.º 510/80, de 25 de Outubro), que implementou uma nova e autonomizada estrutura do Serviço Nacional de Bombeiros, com competências de orientar, coordenar e fiscalizar as actividades e serviços exercidos pelos corpos de bombeiros, assegurando a sua formação. Este diploma criou ainda cinco inspecções regionais de bombeiros que asseguram a nível regional a inspecção e coordenação do Serviço Nacional de Bombeiros. Além, destas atribuições, cabia ao SNB, “*promover a instalação gradual de uma escola nacional de bombeiros e assegurar a realização de acções de formação e de aperfeiçoamento profissional, com vista à melhoria contínua de conhecimentos técnicos do pessoal dos corpos de bombeiros.*” (Santos, 1995:36).

Por outro lado, o Decreto Regulamentar n.º 55/81 veio cometer aos corpos de bombeiros, pela primeira vez, *a responsabilidade do combate aos incêndios florestais, o que provocou uma profunda modificação na organização e actividade daqueles corpos, posto que os meios humanos e materiais dos CB's não tinham formação nem adequação às respectivas missões de combate na floresta. Além disso, salvo raras excepções subsistia um certo isolamento operacional intercorpos de bombeiros, logo inexistência de qualquer estrutura orgânica globalizante no âmbito operacional e ausência de quaisquer normas e procedimentos de natureza operacional conjunta* (Santos, 1995: 214-215).

Mas para além destas dificuldades e disfunções com que o SNB e as suas Inspecções Regionais e Superior se depararam, acrescia ainda “*a inexistência de normas e procedimentos de telecomunicações e de qualquer tipo de formação e treino de comandos, e bem assim desconhecimento por parte dos corpos de bombeiros da temática concernente ao transporte de mercadorias perigosas e, também, das técnicas e práticas tendentes ao estabelecimento de planos prévios de intervenção*” (Santos, 1995:215).

Em conclusão, no decurso do século XIX, mais propriamente entre 1900-1980, foram fundadas 298 Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, 9 corpos de bombeiros

Municipais e 10 corpos de bombeiros privativos. A fundação e distribuição geográfica dos Corpos de Bombeiros, obedeceu, salvo raras exceções, à iniciativa de alguns elementos das diversas comunidades locais, na grande maioria, ou à intervenção de uma outra Câmara Municipal, em alguns casos, ou ainda, em muitos casos, por pressão de responsáveis superiores dos bombeiros nos concelhos onde não havia corpos de bombeiros (Guedes de Moura, 2007:2).

Sendo certo que, até Dezembro de 1981, a responsabilidade dos incêndios florestais não competia aos Corpos de Bombeiros, em termos operacionais e não obstante algumas exceções, comportavam-se “por tradição e em termos de actuação” como autênticas “ilhas”, (variando de cidade para cidade e de vila para vila). *“Quando em acção conjunta, imperava a improvisação e a indefinição de comando”* (Santos, 1995: 217).

Em suma, nascendo no seio de Associações de Direito Privado, em contexto de parca intervenção do Estado, sobretudo até aos anos oitenta, os Corpos de Bombeiros – *sem prejuízo do reconhecido altruísmo e abnegação da maioria dos bombeiros voluntários e dos dirigentes* – foram espelhando ao longo do século XX, um desenvolvimento desigual, muito baseado no “espírito de courela”, ao nível organizacional, e de projecção externa e de forte improvisação, ao nível operacional, face às disparidades de instrução/formação e de meios e equipamentos de intervenção existentes. Tais disparidades eram também verificáveis ao nível dos quartéis (fot. 9 a 11).



Fot. 9 – B.V. Benedita, em 1995.



Fonte: Lopes (1995:357).

Fot. 10 – B.V. Bombarral, em 1995.



Fonte: Lopes (1995:357).

Fot. 11 – B.V. Torres Vedras, em 1995.

1.5 Organização do Sistema de Socorro até 2002

Os anos que se sucederam até ao início dos anos oitenta caracterizaram-se por um intenso e participado debate entre o poder político e as entidades representativas da sociedade, mormente a LBP, quanto ao modelo estrutural e organizativo das actividades de socorro e emergência em Portugal.

Importa salientar, como já foi referido, que o nascimento do SNPC veio, de algum modo, substituir a “Defesa Civil do Território”, organização criada pela Lei 2093, de 20 de Junho de 1958, na dependência do Ministério da Defesa Nacional e inspirada pela Convenção de Genebra de 12 de Agosto de 1949, relativas à protecção das vítimas de conflitos armados. Todavia, assevera Duarte Caldeira (2003:16) *desde a sua criação nunca assumiu, no espírito e na forma, a função social e política que na Europa do pós-guerra assumiram estruturas congéneres*. Por sua vez, Veloso (2002:10-12), alude ao facto da “Defesa Civil do Território” *ter dado origem no pós 25 de Abril a dois sistemas: o Sistema Nacional de protecção Civil e o Sistema de Planeamento Civil de Emergência*” que não é tratado neste trabalho.

Dos diplomas já citados, nomeadamente o código Administrativo de 1940, o Decreto-Lei n° 38439, de 27 de Setembro de 1951, o Decreto-Lei n° 418/80, de 29 de Setembro, alterado pelo Decreto Regulamentar n° 277/94, de 3 de Novembro, o Decreto-Lei n° 407/93, de 14 de Dezembro, só para referir alguns, verifica-se que a organização de bombeiros, além dos serviços de incêndios, presta serviços na área de saúde, em especial na prestação de

primeiros socorros, no transporte de doentes para unidades hospitalares, na área de socorros a náufragos, além da sua actuação como força de socorro na protecção civil.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 510/80, de 25 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do SNPC, é consagrado no ordenamento jurídico nacional um conceito amplo da função protecção civil, estabelecendo que esta *“compreende o conjunto de medidas destinadas a proteger o cidadão como pessoa humana e a população no seu conjunto, de tudo o que represente perigo para a saúde, recursos, bens culturais e materiais, limitando os riscos e minimizando os prejuízos quando ocorram sinistros, catástrofes ou calamidades, incluindo os imputáveis à guerra.”* Quanto ao SNB, a respectiva Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 418/80, de 29 de Setembro, conforme atrás referido, consagrou a sua missão específica definindo-o como um organismo com as atribuições genéricas de *“orientação, coordenação e fiscalização das actividades e serviços exercidos pelos corpos de bombeiros”* que na sua maioria eram (e continuam a ser) mantidos por Associações de Bombeiros Voluntários, criadas pela sociedade civil organizada e independentes do Estado.

Relativamente à componente do socorro extra-hospitalar, na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 84/80, de 11 de Março, é dado início a um trabalho de análise e aprofundamento do Serviço Nacional de Ambulâncias, criado pelo Decreto-Lei n.º 511/71, de 22 de Novembro, tendo em vista criar um novo organismo que materializasse o conceito de Sistema Integrado de Emergência Médica, entretanto identificado como adequado para a elevação da qualidade do socorro prestado às populações. É neste quadro que, através do Decreto-Lei n.º 234/81, de 3 de Agosto, é criado o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM).

Em Dezembro do ano seguinte, o já referido Decreto Regulamentar n.º 55/81 clarificou as competências das diferentes entidades quanto aos incêndios florestais, até aí dependentes dos serviços florestais do Ministério da Agricultura, ou seja, segundo Lourenço (2006:62):

- Os Serviços Florestais do Estado passaram a ficar responsáveis apenas pela prevenção e detecção;
- Os Corpos de Bombeiros passaram a responder pelo combate e rescaldo;
- Os Municípios assumiram a responsabilidade da protecção civil municipal e da dinamização das Comissões Municipais Especializadas em Fogos Florestais.

Decorridos sete anos da aprovação da Lei Orgânica do SNB, foi publicada a Lei n.º 21/ 87, de 20 de Junho, que aprovou o Estatuto Social do Bombeiro, sendo alterada anos depois pela Lei n.º 23/95, de 18 de Agosto, a Liga dos Bombeiros Portugueses criou, com base nesse diploma de 1987, o já referido Fundo de Protecção Social do Bombeiro.

O regime jurídico dos corpos de bombeiros foi estabelecido no Decreto-Lei n.º 407/93, de 14 de Dezembro, e foi também criado um novo Conselho Nacional dos Bombeiros Portugueses, órgão de cariz consultivo, presidido pelo Ministro da Administração Interna.

Entre 1980 e 1995 foram criadas 54 associações de bombeiros voluntários e 8 corpos de bombeiros privativos (Santos, 1995: 36).

Mas a década de 90 foi marcada, no plano legislativo, pela aprovação da Lei n.º 113/91, de 29 de Agosto (Lei de Bases da Protecção Civil), definindo esta como uma *“actividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos”*.

A publicação desta lei marca um momento de viragem na função protecção civil no nosso País, uma vez que retira o SNPC do âmbito da legislação reguladora da Defesa Nacional e confere-lhe um conceito doutrinário autónomo e específico.

Esta evolução legislativa e conceptual foi consolidada pela Resolução da Assembleia da República n.º 10/92, de 1 de Abril, que integrou, na ordem jurídica nacional, os Protocolos Adicionais I e II das Convenções de Genebra, de 12 de Agosto de 1949, concluídos em Genebra em 12 de Dezembro de 1977, que, nos primeiros protocolos referidos, consagra um conceito amplo de protecção civil (Caldeira, 2003: 17).

O artigo 6.º da Lei 113/91 considera a Protecção Civil *“permanente, multidisciplinar e plurisectorial, cabendo a todos os órgãos e departamentos do Estado promover a sua execução de forma descentralizada”* (delegações distritais). No artigo 8.º (informação e formação dos cidadãos) diz-se que *“os programas de ensino, nos seus diversos graus, incluirão, na área de formação cívica, matérias de Protecção Civil e auto protecção”*¹⁶ e no artigo 18.º (Agentes de Protecção Civil), consideram-se *“SNB, Forças de Segurança, Forças Armadas, Sistema de Autoridade Marítima e Aeronáutica, Instituto Nacional de Emergência Médica. Especial dever de cooperação: Serviços e Associações de Bombeiros”*¹⁷

Relativamente aos agentes de protecção civil, o legislador tipificou as suas funções, classificando-as como de *“alerta, intervenção, apoio e socorro, de acordo com as suas atribuições próprias”* e actuando *“sob a direcção dos comandos ou chefias próprios”*.

¹⁶ Infelizmente, transcorridos 18 anos, ainda não está suficientemente cumprido este desiderato da Lei.

¹⁷ Relativamente à problemática dos incêndios florestais e à incongruência da sua política, Luciano Lourenço (2006: 63) assevera que *“o aumento quer do número das ocorrências quer da dimensão das áreas ardidas, aspectos sempre recorrentes na discussão do problema, esteve na base da aprovação tanto da lei de Bases de Protecção Civil (em 1991), sem qualquer referência à defesa da floresta, como da Lei de Bases de Política Florestal (em 1996), sem qualquer referência à protecção civil”*. Nos aspectos relacionados com os agentes salienta-se o relevo dado aos bombeiros (SNB), sendo de maior interesse que sejam considerados *“braço armado”* da Protecção Civil, nela se integrando completamente.

Quanto às operações de protecção civil, este diploma estruturante do Sistema, prevê a activação de centros operacionais de protecção civil de nível nacional, regional, distrital ou municipal, de harmonia com programas e planos de emergência previamente elaborados.

Mas esta década ficou igualmente marcada pela revisão de diversos diplomas reguladores do Sistema. Neste período foram revistas as Leis Orgânicas do SNPC, SNB e INEM, antevendo a necessidade de se proceder a uma análise integrada e de conjunto do sistema e subsistemas de socorro no nosso País (Caldeira, 2003:17).

Em 1992 foi reconhecida a *“necessidade de promover a reestruturação do quadro em que é exercida a actividade pelos bombeiros, pela importância primordial e pelos valores e tradição de que são depositários”* (Santos, 1995: 37). Foi aprovado o novo estatuto de bombeiro profissional, pelo Decreto n.º 293/92, de 30 de Dezembro, alterado, por rectificação, pela Lei n.º 52/93, de 14 de Julho.

Particularmente importante é o Decreto-Lei n.º 203/93, de 3 de Junho (Lei Orgânica do SNPC), que estabelece a organização, as atribuições, as competências, o funcionamento, o estatuto e as estruturas inspectivas dos serviços que integram o *Sistema Nacional de Protecção Civil*, bem como a orgânica e competências do Serviço Nacional de Protecção Civil. No seu art. 5.º pode ler-se que os Municípios dispõem de Serviços Municipais de Protecção Civil, devendo aqueles que à data de publicação do diploma os não tenham criado promover a sua criação. Eis a primeira referência expressa de motivação para a organização do subsistema municipal de protecção civil, que alerta para o cumprimento do DL n.º 100/84, de 29 de Março – o qual define o regime de atribuições das autarquias locais e as competências dos respectivos órgãos, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 18/91, de 12 de Junho – que comete ao Presidente da Câmara Municipal a direcção, em estreita articulação com o SNPC, do Serviço Municipal de Protecção Civil: *“tendo em vista o cumprimento dos planos e programas estabelecidos e a coordenação das actividades a desenvolver no domínio da protecção civil, designadamente em operações de socorro e assistência, com especial relevo em situações de catástrofe e calamidade pública.”* (alínea i, do n.º 1, do art.º n.º 53).¹⁸

Ora, como sabemos, decorridos 15 anos, existem Câmaras Municipais em que Serviço Municipal de Protecção Civil, ainda não se encontra organizado, não obstante o disposto na

¹⁸ As próprias Juntas de Freguesia e respectivos Presidentes devem prestar toda a colaboração que lhes for solicitada, para cumprimento dos planos e projectos estabelecidos, designadamente em operações de socorro e assistência. (Cfr. Alínea O, do n.º 1, do art.º 27.º e alínea h), do n.º 1, do art.º 28.º, na Lei n.º 18/91 de 12 de Junho. Importa ainda salientar, para além da Lei de Bases n.º 113/91 e da Lei Orgânica DL n.º 203/93, o DL n.º 222/93 – Centro de Operações; DL n.º 18/93 – Apoio das Forças Armadas; DR n.º 20/93 – Cooperação Orgânica e Investigação Técnica e Científica; DR n.º 23/93 – Comissão Nacional de Protecção Civil.

Lei 27/2006, de 3 de Julho (Lei de Bases da Protecção Civil) e em especial na Lei n.º 65/2007 de 12 de Novembro que define o enquadramento institucional e operacional da protecção civil no âmbito municipal e estabelece a organização dos serviços municipais de protecção civil e determina as competências do comandante operacional municipal.

Por outro lado, na sequência da iniciativa legal que criou o novo Estatuto Social do Bombeiro, seguiu-se o estabelecimento do novo regime jurídico dos corpos de bombeiros, pelo Decreto Regulamentar n.º 62/94, de 2 de Novembro, que constitui “nova peça do quadro legislativo, definidor da actividade desenvolvida pelos bombeiros” (Santos, 1995:37).

Ainda em 1994, sobressai uma alteração à Lei Orgânica do SNB, com vista à sua participação “numa associação de direcção privada, sem fins lucrativos, entretanto fundada, destinada à formação técnica dos bombeiros, ou seja, a Escola Nacional de Bombeiros¹⁹”.

1.6 Fusão do SNB, SNPC e CNEFF - Antes, durante e depois

Em 1997, o Governo em funções, sob a orientação do Secretário de Estado da Administração Interna, iniciou um processo de “nova” abordagem do sistema de protecção civil, impulsionado pela ocorrência das inundações no Alentejo e Algarve, de que resultaram graves consequências e puseram em causa, com ampla cobertura mediática, a forma de actuação e de coordenação dos serviços e agentes envolvidos nas operações de socorro e assistência às populações afectadas (Caldeira, 2003:17-18).

Neste mesmo ano, foi transposta para o ordenamento jurídico nacional a decisão do Conselho de Ministros da Comunidade Europeia de 29 de Julho de 1991 que criou o número de telefone 112 para toda a comunidade e que foi instituído como número nacional de emergência, através do Decreto-Lei n.º 73/97 de 3 de Abril, confiando-se ao Ministério da Administração Interna “a reformulação e gestão das centrais de emergência”.

O Governo de então, a partir de um diagnóstico de vulnerabilidades, tomou a decisão programática de fundir três serviços do Ministério da Administração Interna (SNPC, SNB e CNEFF) ligados à protecção das populações, num único serviço tendo por objectivo, com tal

¹⁹ É particularmente relevante salientar que a génese da Escola Nacional de Bombeiros se encontra na criação do próprio SNB, instituído com o objectivo prioritário da criação de uma “escola nacional do fogo” (Lei 10/79, de 20 de Março) projecto que veio a desenvolver-se com o objectivo de dar resposta a uma necessidade de formação programada e certificada para os bombeiros portugueses. Hoje a ENB é uma associação privada sem fins lucrativos (Decreto-Lei 277/94, de 3 de Novembro) que assumiu personalidade jurídica em 4 de Maio de 1995, tendo como associados o SNB (actual ANPC) e a LBP.

medida, “*garantir uma coordenação operacional eficaz e eficiente, em caso de acidente grave, catástrofe e calamidade*”. Esta intenção, assinala Caldeira (2003:18), deu origem a um anteprojecto de lei que chegou a ser explicitado, nas suas linhas gerais, aos parceiros associativos do Ministério da Administração Interna (MAI), Liga dos Bombeiros Portugueses e Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais.

Esta iniciativa da reforma do sistema falhou, assevera Caldeira (2003:18), em consequência da falta de consenso quanto à matriz organizacional e funcional, em especial porque os responsáveis políticos que então lideravam o processo esqueceram aspectos essenciais que os “*arquitectos legislativo*” do Sistema de Socorro sempre tiveram presente, aquando da sua elaboração conceptual, no período decorrente entre o final da década de 70 e o início da década de 80, a saber:

- As Associações de Bombeiros Voluntários são entidades privadas e os corpos de bombeiros sapadores e municipais são unidades orgânicas dos respectivos municípios;
- A génese dos corpos de bombeiros confere-lhes uma dimensão essencialmente local, estando muito ligados às autarquias;
- A Administração Central não dispõe de corpos de bombeiros, nem de estruturas operacionais de reserva ou complemento.

E, finalmente, que o sistema de protecção civil em Portugal está sustentado no princípio da subsidiariedade (Caldeira, 2003: 18).

Em 1999, o objectivo “*Reforma do Sistema*” voltou à agenda do poder político e dos parceiros envolvidos e, no ano seguinte, surge desenvolvido pela mão do Secretário de Estado, Professor Carlos Zorrinho, responsável pela Protecção Civil, o conceito de *Sistema Nacional de Protecção e Socorro*, consubstanciado em dois pilares institucionais (SNPC e SNB) e três parceiros associativos Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Liga dos Bombeiros Portugueses (LBP) e Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais (ANBP). Pela sua importância, vejamos, em liminar síntese, as principais linhas de acção estratégicas definidas pelo então responsável político do sector, Professor Carlos Zorrinho:

- a) “*Reforço do voluntariado, “com mecanismos complementares adequados – tratava-se de valorizar a matriz voluntária do Sistema Nacional de Protecção e Socorro, mas garantindo, gradativamente, a criação de grupos de intervenção permanente nos corpos de bombeiros, para efeitos de prontidão no socorro.*”
- b) “*Definição de metodologias participadas e rigorosas de afectação de recursos”, ou seja, distribuir, com racionalidade (sem bairrismos) os recursos disponíveis, concertados com os vários parceiros do sector.*”

- c) *“Implantação duma rede de emergência e circulação rápida de informação e desenvolvimento de uma cultura de rede e complementaridade de meios” – com vista à implantação de uma rede integrada de comunicações de emergência que interligará todas as associações e agentes do sistema.*
- d) *“Atribuição à competência de protecção e socorro dum carácter qualificante” – ou seja, considerando a exigência da função bombeiro, é imperiosa a formação permanente e especializada, aludindo-se ao redesenhar do papel da ENB – Escola Nacional de Bombeiros, no sentido de priorizar a certificação das qualificações, à função de formadores e à formação descentralizada dos agentes do sistema.*

Infelizmente, a este nível, a implementação do carácter qualificante veio a traduzir-se, na prática, pela substituição à frente da ENB, de um académico e pedagogo da Universidade de Coimbra, por uma personalidade que é reconhecida pelas suas competências de cariz político, no âmbito da confederação dos bombeiros portugueses.

- e) *“Estruturação de mecanismos intergovernamentais e interinstitucionais de resposta rápida a situações de acidente grave, catástrofe e calamidade – A lei de bases da protecção civil traça os mecanismos de coordenação a acionar em situações classificadas.” Tratava-se, no fundo, de criar um Manual de Conduta em situações de acidente grave, catástrofe ou calamidade (Caldeira, 2003: 19).*

Em boa verdade, as linhas de acção estratégica definidas não se traduziram em projectos concretos dignos de nota, considerando a resistência à mudança muito característico das Associações e respectivos corpos de bombeiros, sem prejuízo de aqui e ali se assistir ao incremento de estruturas permanentes nos CB's, com dimensão financeira para tal.

Regia então o sistema, ao nível dos bombeiros o pacote legislativo iniciado com a nova *“Lei Orgânica do Serviço Nacional de Bombeiros – Decreto-Lei n.º 293/2000, de 17 de Setembro”*. Nesse mesmo *Diário da República* de 17 de Setembro de 2000, para além do Decreto-Lei n.º 293/2000 foram publicados os seguintes normativos: *Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros*; Decreto-Lei n.º 294/2000, *Regulamento Geral dos Corpos de Bombeiros*; Decreto-Lei n.º 295/2000, *Centros de Coordenação de Socorros (CCS) a nível nacional e distrital*, Decreto-Lei n.º 296/2000 e *Estatuto Social do Bombeiro*, Decreto-Lei n.º 297/2000. De relevar ainda a Portaria n.º 449/2001, de 5 de Maio, que cria o *“Sistema de Socorro e Luta contra Incêndios (SSLI)”*. Não obstante, esta profusa legislação subsistiram as dificuldades de articulação e coordenação entre os vários serviços e sectores envolvidos nas operações de protecção e socorro, agravadas quanto maior era o número de agentes do sistema envolvidos, atenta a cultura diferenciada da sua natureza e matriz organizacional.

Por outro lado, dá-se conta, da reduzida exigência de habilitações literárias no recrutamento a todos os níveis, Inspectores, Quadro de Comando e Bombeiros em geral, não se seguindo princípios em desenvolvimento noutros países europeus, como a França ou a

Inglaterra. Neste aspecto é sintomático que, até no Estatuto Social do Bombeiro (Decreto-Lei n.º 297/2000), no que respeita a “*Ienção de propinas e taxas de inscrição*”, apenas se menciona o *ensino secundário* (Art. 17º) (Pena, 2005:266).

Apesar de tudo, em Janeiro de 2002, o balanço do projecto reformista concebido pelo Professor Carlos Zorrinho apresentava um rumo, uma estratégia e a séria vontade dos parceiros do Sistema se envolverem activamente na construção conjunta de uma efectiva Reforma das estruturas de socorro em Portugal (Caldeira, 2003: 20).

“A Protecção e Socorro em Portugal recorre a uma confluência de contributos, que vão desde o papel basilar das Associações Voluntárias de Bombeiros e das Corporações Municipais ou Privadas, até ao papel regulador do Serviço Nacional de Bombeiros e do Serviço Nacional de Protecção Civil e à parceria indispensável das Autarquias Locais.

Procurando concretizar esta visão fundada na sinergia e na complementaridade funcional, em parceria com os principais agentes do sector, foi possível desenvolver e iniciar a aplicação do conceito de Sistema Nacional de Protecção e Socorro, traduzido num modelo organizacional coordenado pelo Secretário de Estado com a tutela e estruturado em dois pilares institucionais (Serviço Nacional de Protecção Civil e Serviço Nacional de Bombeiros) e três parceiros associativos (Associação Nacional de Municípios Portugueses, Liga de Bombeiros de Portugal e Associação Nacional de Bombeiros Profissionais). Este modelo está a ser progressivamente reproduzido à escala Distrital com a instalação de Centros Coordenadores de Socorros onde se aplica o conceito de Sistema Distrital de Protecção e Socorro, sob coordenação dos Governadores Civis e à escala Municipal com a aplicação do conceito de Sistema Municipal de Protecção e Socorro sob Coordenação do Presidente da Autarquia.” (Zorrinho, 2002:8-9).

É evidente que, ao tempo, não obstante a bondade das propostas do Professor Zorrinho, nem as autarquias, nem a estrutura dirigente e operacional dos bombeiros, pouco qualificada, mas mantida quase intacta, estavam dispostas a eventuais mudanças que apontavam no sentido da criação de Equipas Permanentes nos CB's, rendo-se mantido a “espinha dorsal” do socorro, baseada no modelo de voluntariado existente, não obstante as *insuficiências de disponibilidade, formação e segurança, dos bombeiros “ditos voluntários”*.

Por outro lado, a legislação não conseguiu resolver os problemas de articulação e coordenação entre as entidades intervenientes no socorro, em especial a cultura de comando único.

Em Abril de 2002, inicia-se um novo ciclo político resultante das eleições legislativas e, com ele, uma nova abordagem à problemática da reforma da Protecção Civil e dos Bombeiros, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 49/2003 de 25 de Março.

1.6.1. Criação do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil (SNBPC) – Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de Março

Este diploma, publicado no Diário da República, série I, n.º 71, de 25 de Março de 2003, criou o SNBPC, em substituição dos então existentes *Serviço Nacional de Bombeiros* (SNB), *Serviço Nacional de Protecção Civil* (SNPC) e *Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais* (CNEFF).

De acordo com a nova legislação, cabe ao SNBPC “*prevenir os riscos inerentes a situações de acidente, catástrofe ou calamidade, bem como resolver os efeitos decorrentes de tais situações, protegendo e socorrendo pessoas e bens*”, mas também “*orientar, coordenar e fiscalizar as actividades exercidas pelos corpos de bombeiros e todas as actividades de protecção civil e socorro*”. (n.º 1 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 49/2003).

Entre outras, o SNBPC tem a responsabilidade de “*exercer a acção inspectiva sobre os corpos de bombeiros e as estruturas de protecção civil*”, homologar a criação de novos corpos de bombeiros voluntários e privativos e suas secções e “*emitir parecer sobre projectos de natureza legislativa que visem questões de socorro e protecção civil*” (alínea e) do art.º 3.º do Decreto-Lei 49/2003).

Dita ainda o citado Decreto-Lei n.º 49/2003 que o SNBPC passará a “*emitir parecer obrigatório sobre os pedidos de isenção de impostos ou taxas relativos a importação de material ou equipamentos para os corpos de bombeiros, bem como sobre o reconhecimento de benefícios fiscais ao abrigo da lei do mecenato*” (alínea m) do n.º 3 do art.º 3.º).

Em matéria de formação, este serviço deverá “*assegurar a realização das acções de formação e de aperfeiçoamento operacional com vista à melhoria contínua de conhecimentos técnicos do pessoal dos corpos de bombeiros*”.

O SNBPC é dirigido por um presidente – apoiado por três vice-presidentes, a quem cabe, entre outras tarefas, “*orientar e dirigir a participação do SNBPC na actividade da Escola Nacional de Bombeiros, no âmbito da formação técnica do pessoal dos corpos de bombeiros e dos agentes de protecção civil*”. (alínea d) do n.º 2 art.º 6.º). É também ao presidente que cabe “*elaborar o plano anual de apoio às associações e corpos de bombeiros*”. (alínea g) do n.º 2 do art.º 6.º).

O novo serviço passa a ser dividido em serviços centrais e distritais. No primeiro caso subdividiu-se em o Centro Nacional de Operações de Socorro, Núcleo de Protecção da Floresta, Direcção de Serviços de Recursos Humanos e Financeiros, Direcção de Serviços Técnicos e Direcção de Serviços de Prevenção e Protecção. No que toca aos distritos, o diploma refere a criação de Centros Distritais de Operações de Socorro (dirigidos por coordenadores distritais).

Entre os serviços de apoio, o SNBPC contou com um Gabinete de Inspeção e uma novidade, o Gabinete de Apoio ao Voluntariado.

Em matéria de orgânica deste serviço, passou a existir a Divisão de Saúde, à qual competia *“promover e desenvolver as acções necessárias à instalação e funcionamento de um sistema destinado à vigilância sanitária do pessoal dos corpos de bombeiros desde a sua admissão no quadro”*.

Fazia ainda parte do SNBPC a Divisão de Segurança contra Incêndios, cuja missão era *“propor medidas legislativas, efectuar estudos, emitir pareceres, definir critérios de análise e elaborar planos de inspecções no âmbito da segurança contra incêndios”*. De qualquer forma, o diploma remete para regulamentação futura as matérias de segurança contra incêndios.

Ainda no que toca à Escola Nacional de Bombeiros, diz o referido Decreto-Lei que constituem encargos do SNBPC *“as despesas decorrentes do funcionamento dos seus órgãos e serviços, bem como as despesas resultantes da sua participação na ENB”* (alínea a) do art.º 39). O diploma refere que o SNBPC participa na ENB como associado, em moldes definidos por despacho conjunto dos ministérios das Finanças e da Administração Interna. De resto, o documento refere que *“os planos, os programas e o desenvolvimento das actividades formativas são estabelecidos pelos associados em conformidade com as necessidades e os recursos disponíveis”*.

No que toca aos apoios às associações e corpos de bombeiros, mantêm-se as condições anteriormente existentes no Serviço Nacional de Bombeiros. Actualmente com a extinção do SNB e do SNBPC, o apoio financeiro e logístico à actividade associativa é regulado pelo art.º 31 da Lei nº 32/2007 de 13 de Agosto, que aprovou o novo regime jurídico das associações humanitárias de bombeiros, aplicável às Regiões Autónomas, *“sem prejuízo da sua adaptação às competências dos órgãos de governo próprios.”* (art.º 49).

Observemos, de seguida, as reacções de então, vindas de diversos quadrantes, na sequência da publicação deste diploma.

“Guerra na Protecção Civil. Os bombeiros criticam a sua integração no serviço e avisam que o combate aos fogos está atrasado.

O recém-criado Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil (SNBPC) ainda mal nasceu e já está a ser contestado pelas principais organizações de bombeiros. (...) Todos acusam o Governo de “falta de debate”. (...) Duarte Caldeira diz que todo “o processo decorreu de forma muito atribulada” e que “só com marcação cerrada” teve acesso ao projecto de diploma. (...) O Presidente da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais (ANBP) – que integra sapadores municipais das maiores cidades do país, servindo mais de dois terços da população – é ainda mais feroz nas suas críticas: “É inconcebível que toda esta reforma se tenha feito sem ouvir os profissionais”, destaca Fernando Curto. “Fomos completamente ignorados em todo o

processo daí reacearmos que tudo não passe de uma reforma no papel”, reitera este dirigente (...)” (Expresso, 2003/02/15, p. 14 – Valentina Marcelino).

“Reestruturação do Serviço Nacional de Bombeiros deixa corporações sem dinheiro. Fusão alvo de críticas.

(...) A reestruturação dos meios de socorro portugueses, com a fusão do Serviço Nacional de Bombeiros e da Protecção Civil, é vista com cepticismo por algumas corporações de bombeiros. A ausência do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) do novo organismo e a incapacidade de dar resposta aos principais problemas dos bombeiros são as críticas mais repetidas. Salvador da Luz, da Federação de Bombeiros do Distrito de Lisboa, defende que esta é apenas uma “arrumação técnica das cúpulas”, que não resolve as deficiências existentes. (...)” (Público, 2003/03/29 – Mariana Oliveira - cit. por Pena, 2005: 278).

As reacções sucediam-se, além dos inspectores distritais, só três bombeiros compareceram fardados à tomada de posse de Leal Martins, como Presidente do SNBPC. (Pena, 2005: 279).

“Bombeiros ausentes na posse de Presidente. polémica marca entrada em funções do responsável do novo serviço.

(...) Aliás, de bombeiros fardados apenas estiveram presentes 14 inspectores do ex-Serviço Nacional de Bombeiros já que, apurou o Correio da Manhã, nem para uma pretendida guarda de honra houve disponibilidade dos bombeiros voluntários. (...) A respeito de ser um responsável oriundo de fora do meio dos bombeiros e socorro, Leal Martins referiu que embora a ligação às instituições seja fundamental, a existência de “conhecimentos mínimos” e a “capacidade de aprendizagem com a instituição em tempo útil” determinaram a sua aceitação no lugar. (...)” (Correio da Manhã, 2003/04/03, p. 10 – Falcão Machado).

Em resumo, a entrada em vigor do diploma 49/2003, de 25 de Março, mereceu o seguinte comentário do Primeiro-Ministro de então, Dr. Durão Barroso, que no discurso de tomada de posse frisou que *“a entrada em vigor do diploma orgânico que criou o novo Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil é um importante passo numa das mais exigentes e difíceis reformas que o Programa do XV Governo preconiza na área da Administração Interna. Brevemente teremos o Serviço a operar em conformidade com o novo modelo orgânico, assim que tomem posse os coordenadores distritais cuja nomeação obedecerá a critérios rigorosos de competência e idoneidade²⁰, como é o meu desejo expressamente reiterado (...)”* (Semanário, 2003/04/04, p. 22).

²⁰ Sem prejuízo de voltarmos, mais adiante às competências dos Comandos da Protecção Civil, importa salientar que a maioria dos coordenadores distritais da época não detinham formação superior, muito embora, alguns deles, possam, com justiça, reivindicar “saber de experiência feito” não só ao nível de comando de corpos de bombeiros, mas também de dirigente associativo. Todavia, sem qualificação adequada, dificilmente poderiam desempenhar as competências definidas nos artigos 31 do Decreto-Lei n° 97/2005 de 16 de Junho. Por isso, é

Particularmente relevante era a opinião, ao tempo, do Presidente da Liga (...): “O Decreto-Lei n.º 49/2003 de 25 de Março constitui o produto final de uma visão inconsistente, incompleta e conceptualmente pobre, em especial no que concerne às articulações operacionais entre os vários níveis em que se estrutura o Sistema definido pela Lei de Bases da Protecção Civil. Só a título de exemplo, importa sublinhar que o nível municipal é completamente esquecido no diploma, isto é, a base em que se sustenta toda a doutrina da Protecção Civil” (Caldeira, 2003: 21).

O sentimento dominante na época era de grande desconfiança perante o novel serviço, no quadro do ambiente criado pelos catastróficos incêndios de 2003.

“Bombeiros estão a passar dificuldades como nunca sentiram (...) A LBP reivindicou junto do Ministro da Administração Interna uma nova lei orgânica que não se circunscreve ao SNBPC, um serviço que foi criado por um erro político. A Liga quer também uma central integrada de coordenação entre as várias estruturas de socorro e quer estruturas permanentes de bombeiros que actuam nas populações entre as 8 h e as 20 h, um período crítico durante o qual há dificuldade de garantir o socorro em algumas zonas do território.” (Bombeiros de Portugal, s/autor, n.º 216/2004:24).

Por outro lado, merece relevo o “*equivoco semântico*” da designação do novo serviço, dando-se a entender que os Bombeiros é que continham a Protecção Civil e não o contrário,

particularmente relevante e singular nesta matéria, que o governo, face à dificuldade de recrutamento “de indivíduos vinculados ou não à Administração Pública, que possuam licenciatura e experiência funcionais adequadas ao exercício daquelas funções” tenha sido obrigado a proceder através do Decreto-Lei n.º 21/2006 de 2 de Fevereiro, ao aditamento ao Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de Março nos termos que seguem:

Artigo 2º (do Decreto-Lei n.º 21/2006

Aditamento ao Decreto-Lei n.º 49/2003 de 25 de Março

É aditado ao Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 97/2005, de 16 de Junho, o artigo 49º- A, com a seguinte redacção:

«Artigo 49º- A

Recrutamento excepcional transitório

Transitoriamente, pelo período de 10 anos após a entrada em vigor do presente diploma, podem ser nomeados a título excepcional, para as funções a que se reporta o n.º 1 do artigo 42.º, indivíduos que possuam uma das seguintes condições:

- a) Serem comandantes ou 2ºs comandantes de corpos de bombeiros, com, pelo menos, cinco anos de serviço efectivo nas respectivas funções, possuidores das competências exigidas pelo Regulamento Geral dos Corpos de Bombeiros e habilitados com o 12.º ano de escolaridade;
- b) Serem chefes de corpos de bombeiros municipais ou de bombeiros sapadores com, pelo menos, cinco anos de serviço nas respectivas funções e habilitados com o 12.º ano de escolaridade;
- c) Terem exercido cargos dirigentes, funções de inspecção, de coordenação dos centros distritais de operações de socorro, de comandante operacional ou de chefe de operações em centros operacionais de âmbito nacional, durante mais de cinco anos, podendo estes ser cumulativos.»

Em suma, prevalece, até hoje, a incongruência entre as palavras e os actos, entenda-se, entre o discurso político da exigência e a realidade prática vivenciada.

ou seja, os bombeiros estavam contidos na Protecção Civil como seu “*braço armado*” na filosofia da Lei de Bases. Este erro semântico, aliado a toda a “*dramatização*” que se seguiu aos fogos florestais do Verão de 2003, não permitiram um mínimo de serenidade à presidência do serviço pelo Engenheiro Maquinista Naval Leal Martins, substituído “*com mágoa*” pelo Major General Paiva Monteiro, em 9 de Setembro de 2003, no rescaldo da pior época de incêndios de sempre. No balanço de quatro meses de trabalho, nega a presença de “*lobbies*” no serviço, mas defende que é necessário clarificar e fiscalizar o sistema. (...) “*Preocupa-me a formação deficiente dos responsáveis pelas associações humanitárias de bombeiros que dirigem as associações. (...) Outra das finalidades é dotar a ENB da vertente de protecção civil e isso demora o seu tempo. Não há ainda cultura de protecção civil e, porventura, formadores adequados*” (Pena, 2005: 282).

Relativamente à sua posição sobre a profissionalização dos bombeiros, o General Paiva Monteiro refere em entrevista à Revista *Alto Risco* de Junho 2004, o seguinte: “*A minha permanência à frente do serviço permite-me dizer que o voluntariado é importante na prevenção e socorro, por isso, devemos incentivá-lo. A estrutura do voluntariado tem de ser apoiada por um núcleo permanente de bombeiros que deve ir a cursos, visto o voluntário não ter disponibilidade para frequentar essas acções de formação.*

Temos auscultado diversas entidades, designadamente câmaras municipais, quanto à forma de actuação na captação de voluntários, não só para a área dos bombeiros, mas também da protecção civil, que é uma área para a qual, em situação de catástrofe, é importante ter bolsas de voluntariado. É importante que o serviço tenha uma referência com voluntários para determinadas áreas.” (Monteiro, 2004:9-10).

Seguiram-se períodos de grande instabilidade organizacional no SNBPC, com a sucessiva nomeação e demissão de responsáveis a que não era alheia a instabilidade política no quadro do XVI Governo Constitucional e uma enorme desorientação no sector, que culminou na tristemente célebre frase do Secretário de Estado da Administração Interna de então, Dr. Paulo Coelho à revista *Alto Risco* (2006:17-18), “*(...) tenho vergonha da protecção civil que temos (...), porque o mal, muitas vezes, do próprio SNBPC é que ele é demasiadamente partidarizado. Mudava o governo, mudavam logo os protagonistas, porque este é da cor A e tinha que ser da cor B (...). Nesta área eu considero um ultraje. (...) Estão em causa vidas de pessoas e o património nacional. (...) Aqui o critério deve ser a capacidade técnica e a adequação das qualidades humanas ao posto de liderança que se está a exercer no momento. (...) Daí que eu defenda que haja uma responsabilização, uma profissionalização... deixemo-nos de amadorismo*”.

Da legislação produzida, até à tomada de posse do XVII Governo Constitucional, em 12 de Março de 2005, merecem ainda destaque, para a problemática da Protecção Civil e Bombeiros, na nossa perspectiva, os seguintes diplomas (Quadro V).

Quadro V – Diplomas confinantes com a problemática da Protecção Civil e Bombeiros.

Decreto-Lei n.º 80/2004, de 10 de Abril – Na sequência da aprovação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 178/2003, de 17 de Novembro, que institui a reforma do sector florestal.	• Criou a Direcção-Geral dos Recursos Florestais (DGRF), sucessora nas atribuições da Direcção-Geral das Florestas e das direcções regionais de agricultura, competindo-lhe, na qualidade de autoridade florestal nacional “<i>promover o desenvolvimento sustentável dos recursos florestais e dos espaços associados e, ainda, dos recursos cinegéticos e aquícolas das águas interiores, através do conhecimento da sua evolução e fruição, garantindo a sua protecção, conservação e gestão e promovendo os equilíbrios intersectoriais, a responsabilização dos diferentes agentes e uma adequada organização dos espaços florestais</i>”. (n.º 2 do art.º 2 do Decreto-Lei n.º 80/2004, de 10 de Abril).
Decreto Regulamentar n.º 5/2004, de 21 de Abril	• Criou a Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais. Trata-se de um serviço central (Direcção Geral) de coordenação do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, “<i>com a missão de concertar estratégias, compatibilizar e orientar acções concretas de prevenção e protecção da floresta contra incêndios</i>”.
Decreto-Lei n.º 94/2004, de 22 de Abril	• Alterou o Decreto-Lei n.º 179/99, de 21 de Maio, que criou equipas de sapadores florestais e regulamenta a sua actividade. Quatro anos de vigência do anterior diploma “<i>evidenciaram deficiências e fragilidades que urge corrigir com a melhoria do desempenho das equipas existentes e do alargamento da respectiva constituição a outras entidades</i>”. Esta é a intenção do legislador que assim altera alguns aspectos relacionados com a criação das equipas de sapadores florestais.
Portaria n.º 1524/2004 - Licenciatura em Protecção Civil - Do Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior, publicada no Diário da República, 1.ª Série B, n.º 305, de 31 de Dezembro	• Aprovou o plano de estudos do curso bietápico de licenciatura em Protecção Civil, ministrado pela Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche do Instituto Politécnico de Leiria, “<i>cujo programa curricular foi articulado com o SNBPC</i>”. (Bombeiros de Portugal s/autor, n.º 216, p. 8).

Após a criação desta primeira licenciatura em Protecção Civil criada, em 2004, pelo Estado, ainda em modelo bietápico, seguiram-se mais duas licenciaturas criadas, também, em estabelecimentos do ensino superior público, respectivamente na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Beja e na Escola Superior Agrária de Castelo Branco. Mais recentemente, foram criadas, em estabelecimentos superiores privados, mais duas licenciaturas em Protecção Civil, respectivamente no Instituto Superior de Educação e Ciências e no Instituto Superior de Línguas e Administração, ambas em Lisboa e uma licenciatura que, embora com outra designação – Segurança Comunitária – também se situa na área da Protecção Civil e é ministrada no Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração (ISCIA), em Aveiro.

Sem prejuízo da importância e necessidade de formação superior nesta área, “*existem problemas transversais às várias instituições que lecionam estas licenciaturas. Uma dessas situações é a incapacidade da adequação das áreas de componente geral, tais como as físicas, químicas, matemáticas, entre outras, dos conteúdos à real actuação e intervenção da actividade de protecção civil. Embora exista uma abordagem a estas problemáticas não é nada concreto e específico, acabando por criar uma certa lacuna que exige uma aprendizagem posterior e mesmo quase autodidacta, para a qual nem todos os alunos estão despertos*” (Carmo, 2008:24).

Por outro lado, não sendo fácil encontrar docentes com elevadas qualificações académicas em protecção civil (por se tratar de uma área científica recente), o recurso sistemático aos técnicos e profissionais do sector (independentemente das competências detidas), tende a dar a esta formação um cunho, ainda, marcadamente, técnico-profissional.

2. Novo Ordenamento Jurídico, Funcional e Operacional, “dito estruturante”, do Sistema de Protecção e Socorro (2005 – 2008)

No Capítulo da Segurança Interna do Programa do XVII Governo Constitucional, que entrou em funções em 12 de Março de 2005, pode ler-se: “*A prevenção e a minimização das consequências de catástrofes – naturais ou provocadas -, como os grandes incêndios florestais ocorridos no Verão de 2003 ou, à escala internacional, o ataque terrorista às torres de Nova Iorque em 11 de Setembro de 2001 e o maremoto asiático de Dezembro de 2004, requerem a elaboração ou actualização de planos de emergência relativos a incêndios, cheias e abalos sísmicos. A planificação é essencial para evitar uma política puramente reactiva. A simulação de situações de perigo, por seu lado, é indispensável para criar uma capacidade de resposta efectiva nas comunidades.*

A sensibilização de crianças e adolescentes para estes problemas, através de prelecções e exercícios realizados nas escolas, afigura-se muito relevante. Para dar um cunho sistemático a tais acções, será valorizado o Dia Nacional da Protecção Civil. Para coordenar estas actividades, é imperioso reabilitar a Protecção Civil, cometendo-lhe a missão de elaborar um Plano Nacional de Detecção, Aviso e Alerta de Catástrofes.

Os corpos de bombeiros, por seu turno, carecem de um aumento do nível de profissionalização, de uma revisão do sistema de financiamento (que deve tornar-se mais transparente) e da aprovação de um plano de reequipamento. Por outro lado, torna-se necessário rever a legislação em vigor, de forma a introduzir ou actualizar as regras de construção anti-sísmica e zelar pela sua efectiva aplicação.

*Ao nível do sistema de protecção civil, é necessário reavaliar os termos da articulação entre a Protecção Civil e os Bombeiros, de forma a assegurar o reforço da coordenação e da operacionalidade. Por outra parte, devem ser criados Serviços Distritais de Protecção Civil, vocacionados para a **análise de riscos, o planeamento operacional e a informação das populações**. Para que os corpos de bombeiros voluntários e municipais possam desempenhar com proficiência a sua missão de prestação de primeiro socorro, proceder-se-á à **progressiva profissionalização, no decurso desta legislatura, da respectiva estrutura de comando** e serão criadas, em parceria com os municípios, **equipas profissionalizadas de primeira intervenção**. Será ainda consagrado o princípio da inter-operacionalidade dos meios, permitindo aos corpos de bombeiros a utilização, em cada caso, dos equipamentos situados mais perto da sua área de intervenção.*

*A **prevenção de incêndios florestais**, pela sua vital importância para o País, até como factor de desenvolvimento rural, envolve hoje responsabilidades transversais a todo o Governo, às autarquias e aos cidadãos. Serão reforçados os mecanismos de prevenção de fogos florestais, **potenciando-se a intervenção da Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais (APIF)** e melhorando-se a capacidade operacional de alguns instrumentos, de que são exemplo as equipas de sapadores florestais.*

O diagnóstico da situação estava, em boa medida bem feito, entretanto, contra todas as expectativas relativamente à política de prevenção de incêndios florestais, o governo ao contrário do anunciado no seu programa, pelo Decreto-Lei 69/2006, de 23 de Março, extinguiu a Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais (APIF), entidade criada pelo Decreto Regulamentar n.º 5/2004, que constituiu uma verdadeira “lufada de ar fresco” no mar de “interesses” e “modismos” da política de gestão florestal vigente. A extinção da APIF, organização que era gerida pelo Professor Luciano Lourenço, figura incontornável do estudo técnico-científico da problemática da prevenção dos incêndios florestais, mereceu em 24/10/05, um requerimento entregue na Assembleia da República pelo deputado do partido ecologista “os Verdes”, José Luís Ferreira, sustentando que “a APIF apesar de ter sido criada há pouco mais de um ano, tem um papel fundamental na compatibilização das intervenções a nível central e local no âmbito da prevenção e protecção da floresta contra incêndios. A triste realidade dos incêndios em Portugal comprova a inegável importância da APIF, no sentido de assegurar os necessários mecanismos de prevenção de incêndios. Todas as estratégias implementadas com o objectivo de pôr um ponto final definitivo neste drama sazonal são poucas”, frisa o parlamentar no seu requerimento (Diário de Notícias 24/10/05). Ficava assim provado, na perspectiva deste parlamentar, que a cultura da prevenção, tarda em impor-se como um dos pilares fundamentais da problemática da política de gestão florestal.

Vejamos, de seguida, a legislação “dita **estruturante**” ou “revolução tranquila” dos Sistema de Protecção e Socorro:

a) Nova Lei de Bases de Protecção Civil – Lei 27/2006, de 3 de Julho, publicada no DR, 1.ª Série, n.º 126 de 3 de Julho.

Esta nova Lei promoveu, uma profunda alteração no sistema. Desde logo, porque provocou uma clarificação das estruturas **política** (competências do Ministro da Administração Interna, Governadores Cíveis e Presidentes de Câmara) e **operacional**, definindo-se a forma de participação e articulação dos agentes de protecção civil e as obrigações de colaboração de entidades agregadas. Por outro lado determinou quem declara as situações de, alerta, contingência e calamidade e em que circunstâncias (art.º 9º). Definiu os conceitos de **acidente grave** e de **catástrofe** (art.º 3º). Todavia, no seu extenso articulado, não se encontra claramente expresso o conceito de **análise de risco**, como metodologia de trabalho a” institucionalizar” o que consideramos uma séria limitação à dinâmica de gestão de riscos em protecção civil.

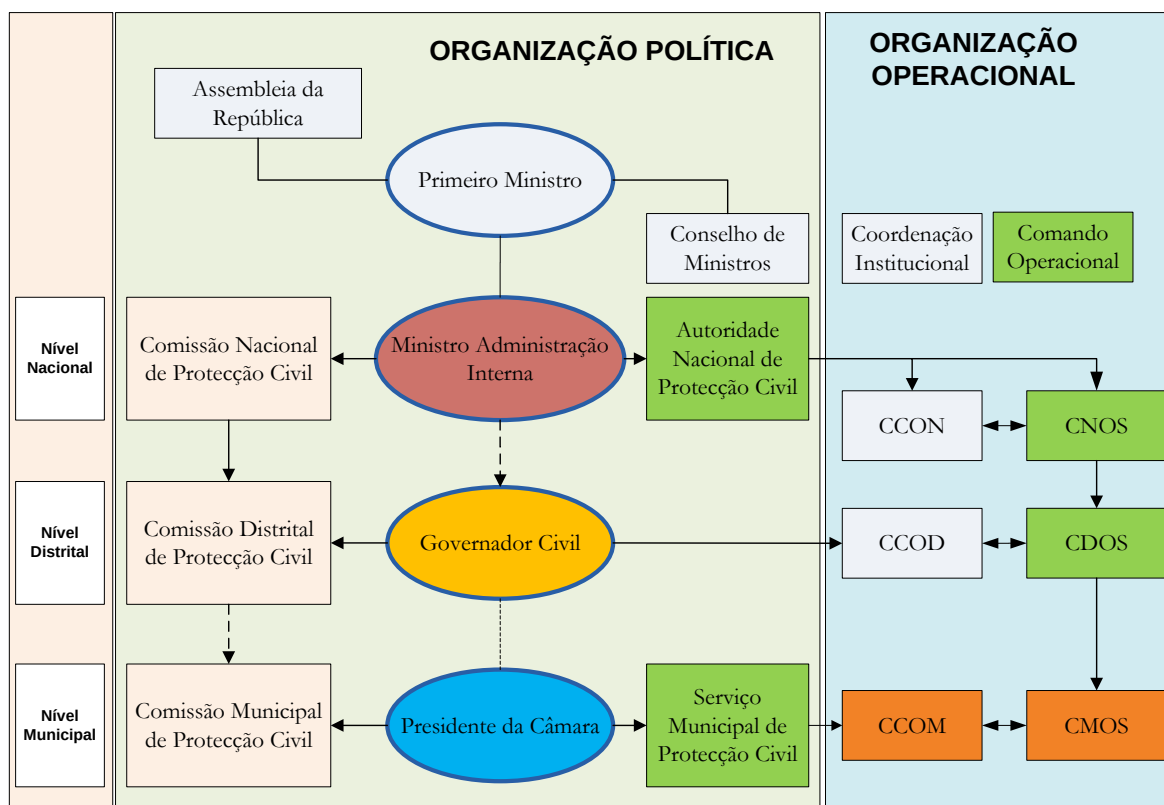
b) Sistema Integrado de Operações e Socorro (SIOPS) – Decreto-Lei 134/2006, de 25 de Julho, publicado, no DR, 1.ª Série, n.º 142, de 25 de Julho.

As acções de socorro integradas numa operação de protecção civil podem envolver agentes e serviços que advêm de diferentes organismos do Estado, das regiões autónomas, das autarquias locais e das organizações não governamentais, entre outros.

Foi neste quadro que se definiu o SIOPS, criado pelo Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho, *“como um conjunto de estruturas, normas e procedimentos de natureza permanente e conjuntural que assegurem que todos os agentes de protecção civil actuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respectiva dependência hierárquica e funcional”*.

Este sistema *“visa responder a situações de urgência ou de ocorrência de acidente grave ou catástrofe”* (n.º 2 do art.º 1º), situações em que o sistema nacional de protecção civil deve ser activado, constituindo um instrumento global e centralizado de coordenação e comando de operações de socorro, ainda que a sua execução seja competência de diversas entidades não integradas na ANPC, mas que, **operacionalmente**, enquadram o SIOPS.

O princípio de **comando único** assenta nas duas dimensões do sistema respectivamente **Coordenação institucional** e **Comando operacional**. A compreensão **global** do sistema, implica ainda o conhecimento da direcção, coordenação e execução da política de protecção civil, nos termos do capítulo III, artigos 31 a 35 da LBPC, com a inclusão **lógica** do Centro Municipal de Organização do Socorro (CMOS) na dependência do Comandante Operacional Municipal (COM), (fig. 14).



Fonte: Adaptado de Ribeiro, 2009.

Fig. 14 – Organização política e operacional da Protecção Civil.

Nesta perspectiva, para conseguir uma eficaz coordenação institucional, o SIOPS prevê a constituição de centros de coordenação operacional (CCO), que integram representantes das entidades, cuja intervenção se justifica em função de cada ocorrência em concreto.

No âmbito da lei, os centros de coordenação são:

De âmbito nacional – Centro de Coordenação Operacional Nacional (CCON).²¹

De âmbito distrital – Centro de Coordenação Operacional Distrital (CCOD).²²

De âmbito municipal - Centro de Coordenação Operacional Municipal (CCOM)²³

No regulamento de funcionamento dos CCON e CCOD, aprovado pela Comissão Nacional de Protecção Civil (CNPC), estão previstas as formas de mobilização e de articulação

²¹ O CCON integra representantes da Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), da Guarda Nacional Republicana (GNR), da Polícia de Segurança Pública (PSP), do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), do Instituto de Meteorologia (IM) e da Autoridade Florestal Nacional (AFN).

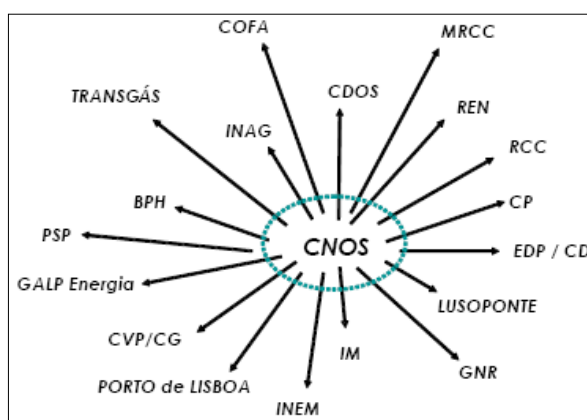
²² Os CCOD integram, obrigatoriamente, representantes da ANPC, GNR, PSP, INEM e AFN e das demais entidades que cada ocorrência em concreto venha a justificar. A nosso ver, a lógica do sistema, aponta, como pertinente, a criação futura do Centro de Coordenação Operacional Municipal.

²³ Os CCOM integrariam, obrigatoriamente, os mesmos representantes referenciados para o CCOD, no âmbito municipal.

entre as entidades integrantes, as relações operacionais com o Comando Nacional de Operações de Socorro (CNOS) e com os Comandos Distritais de Operações e Socorro (CDOS), bem como a recolha e articulação da informação necessária à componente operacional.

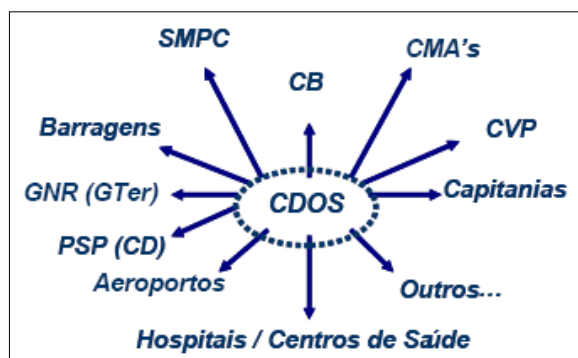
Os CCO, Nacional e Distrital, asseguram, nos termos do artigo 2.º do SIOPS, que todas as entidades e instituições se articulam entre si, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto (fig.s 15 e 16). Têm as seguintes atribuições genéricas:

- Assegurar a coordenação dos recursos e do apoio logístico das operações de socorro, emergência e assistência;
- Proceder à recolha de informação estratégica, relevante para as missões de protecção e socorro e proceder à sua gestão;
- Recolher e divulgar informações de carácter estratégico essencial à componente de comando operacional táctico;
- Informar permanentemente a autoridade política respectiva, de todos os factos relevantes que possam gerar problemas ou estrangulamentos no âmbito da resposta operacional;
- Garantir a gestão e acompanhar todas as ocorrências, assegurando uma resposta adequada, no âmbito do SIOPS.



Fonte: ANPC, (2008).

Fig. 15 – Rede estratégica de Protecção Civil de âmbito Nacional.



Fonte: ANPC, (2008).

Fig. 16 – Rede estratégica de Protecção Civil de âmbito distrital²⁴.

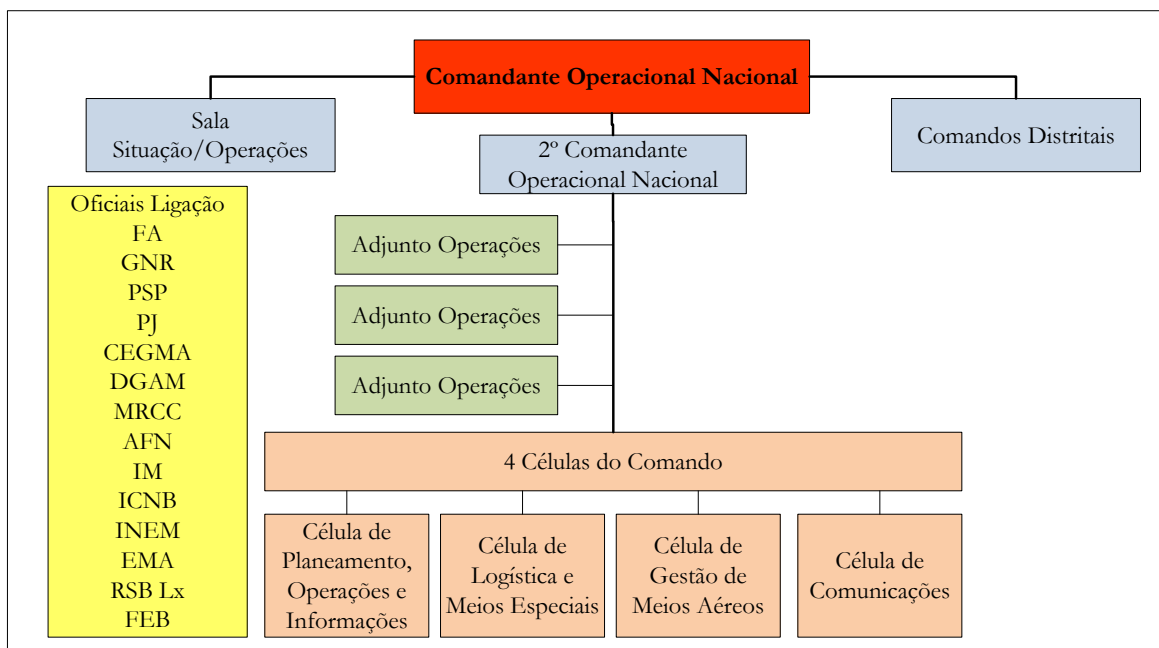
Ao nível da gestão de operações, todas as instituições representadas nos centros de coordenação operacional dispõem de estruturas de intervenção com direcção e comando próprios, competindo, no entanto, à ANPC assegurar o Comando Operacional Integrado de todos os corpos de bombeiros, de acordo com o previsto no seu regime jurídico.

Nos termos do artigo 6.º do SIOPS, o comando das operações de socorro desempenhado pela ANPC é assegurado pelo CNOS que dispõe de um Comando Operacional Nacional, de um 2.º Comandante Operacional Nacional e dos dois adjuntos de operações e informações e a célula de logística. Dispõe ainda de células de planeamento de operações logística, gestão de meios aéreos e de comunicações (fig. 17).

Ao nível da gestão de operações propriamente dito, no Capítulo IV do diploma de criação do SIOPS (art.º 12 a 25) está estabelecido um sistema de gestão de operações (SGO) onde se define a organização dos teatros de operações (TO), dos postos de comando, clarificando-se competências e a doutrina operacional.

Ao nível da definição, o SGO é um esquema de organização operacional que se desenvolve de forma modular, de acordo com a importância e o tipo de ocorrência. Sempre que uma força de socorro de uma qualquer das entidades que integra o SIOPS seja accionada para uma ocorrência, o chefe da primeira força a chegar ao local assume o comando da operação e garante a construção de um sistema evolutivo de comando e controlo da operação. Este comandante das operações de socorro deve tomar a decisão de desenvolvimento da organização sempre que os meios disponíveis no ataque inicial e respectivos esforços se mostrem insuficientes.

²⁴ Esta lógica deverá aplicar-se, igualmente, à escala municipal.



Fonte: ANPC, (2009).

Fig. 17 – Organigrama do Comando Nacional de Operações de Socorro.

Nos termos do artigo 13.º do SIOPS, o SGO configura-se nos níveis estratégicos, tático e de manobra.

No nível estratégico, n.º 2 do art.º 13 do SIOPS, assegura-se a gestão da operação, que inclui:

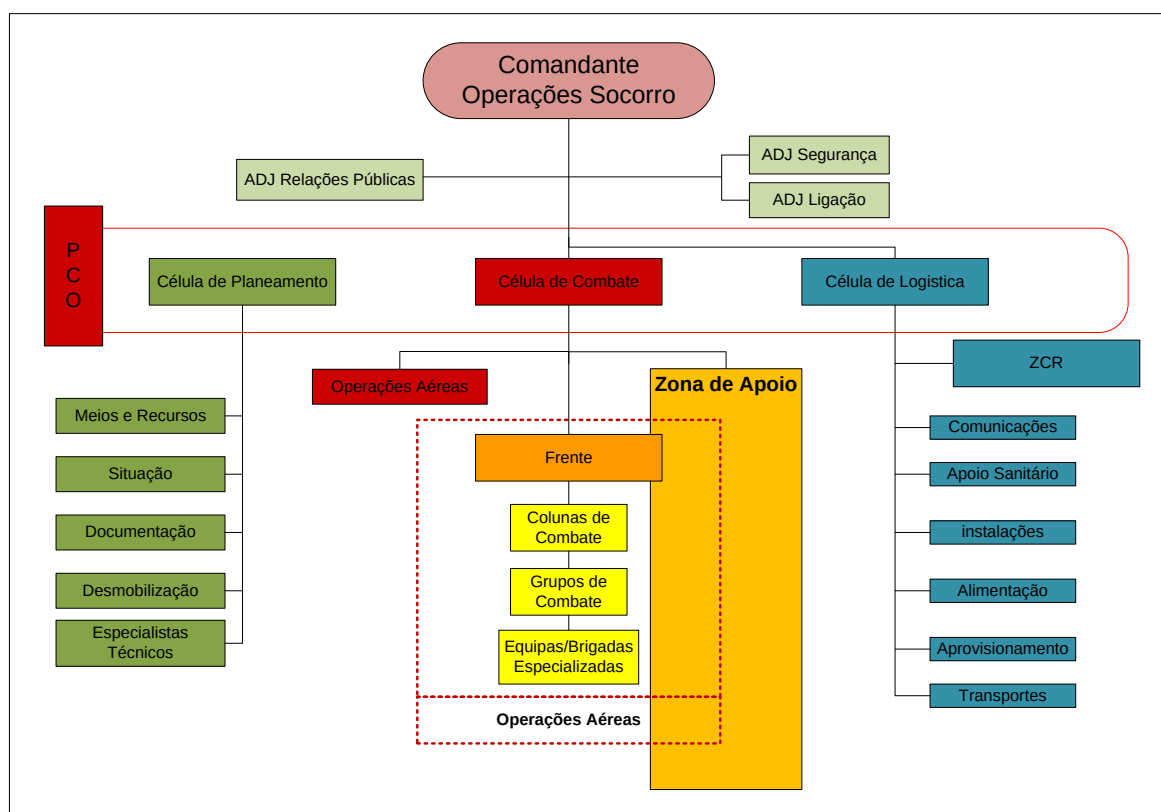
- “A determinação da estratégia apropriada;
- O estabelecimento dos objectivos gerais da operação;
- A definição de prioridades;
- A elaboração e actualização do plano estratégico de acção;
- A recepção e colocação de meios de reforço;
- A previsão e planeamento de resultados;
- A fixação de objectivos a nível tático”.

No local da ocorrência, o órgão director das operações é o posto de comando operacional (PCO) e destina-se a apoiar o responsável das operações na preparação das decisões e na articulação dos meios no teatro de operações.

O PCO, nos termos do art.º 15 do SIOPS, tem como missões genéricas:

- “A recolha e o tratamento operacional das informações;
- A preparação das acções a desenvolver;
- A formulação e a transmissão de ordens, directrizes e pedidos;
- O controlo da execução das ordens;
- A manutenção das capacidades operacionais dos meios empregues;
- A gestão dos meios de reserva.”.

O Posto de Comando Operacional é constituído, nos termos do n.º 1 do art.º 16, “*pelas células de planeamento, combate e logística, cada uma com seu responsável e coordenadas pelo Comandante das Operações de Socorro*” (COS). Assessorando o COS existem ainda três oficiais, um como adjunto para a segurança, outro para as relações públicas e outro para a ligação com outras entidades, activando os recursos disponíveis e na adopção e coordenação de outras medidas que venham a ser oportunamente julgadas necessárias (fig. 18).



Fonte: ANPC 2008.

Fig. 18 – Organograma do Sistema de Comando Operacional, de acordo com a Directiva Operacional Nacional nº 01/2008.

A gravidade da situação e o grau de prontidão que esta exige dá origem a um diferente nível de alerta especial, graduado progressivamente entre os níveis azul, amarelo, laranja e vermelho.

As regras de activação do estado de alerta especial são determinadas por directiva operacional, devidamente aprovada pela comissão nacional de protecção civil (CNPC), nos termos do art.º 37 da LBPC, e a sua determinação é da competência exclusiva do CCON.

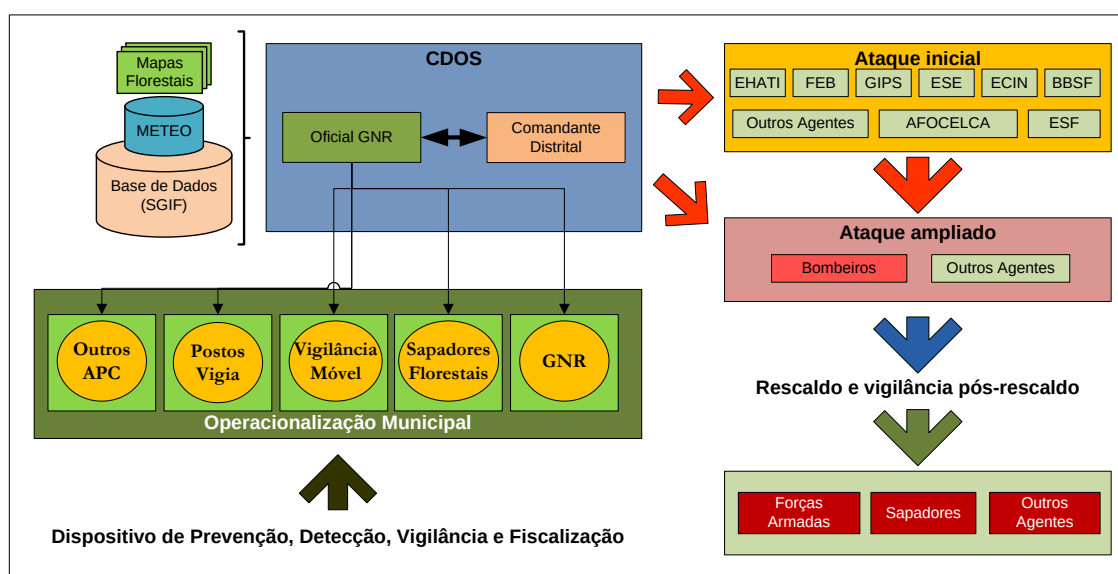
É ao CCON que compete a informação aos centros de coordenação operacional distritais (CCOD) sobre a activação do estado de alerta especial, determinando as áreas abrangidas, tipo de situação, gravidade, nível de prontidão exigido e período de tempo em que se preveja especial incidência do fenómeno.

O dispositivo de resposta operacional é constituído por equipas de intervenção permanente destinadas à intervenção prioritária em missões de socorro e são dimensionadas de acordo com as competências e disponibilidades de cada um dos agentes de protecção civil (APC).

Para fazer face a determinadas ocorrências ou conjunto de ocorrências previsíveis ou verificadas, como seja o caso dos incêndios florestais, existem dois dispositivos, respectivamente, o dispositivo de Prevenção, Detecção, Vigilância e Fiscalização e o dispositivo especial de combate a incêndios florestais (DECIF). Este actua a dois níveis: ataque inicial e ataque ampliado.

No primeiro caso, o ataque inicial configura uma primeira intervenção organizada e integrada, de resposta imediata a fogos nascentes, envolvendo equipas terrestres e meios aéreos com equipas helitransportada até o incêndio ser considerado resolvido (circunscrito) pelo comandante de operações (COS), o que deverá suceder nos primeiros 90 minutos.

O ataque ampliado, inicia-se sempre que, chegado aos 90 minutos de incêndio, o mesmo não seja dado por circunscrito pelo COS, entrando em acção meios de reforço e outros agentes. (fig. 19).



Fonte: ANPC, (2008).

Fig. 19 - Organização Global da Resposta à Directiva Operacional Nacional N.º 01/2008.

Ainda no domínio dos incêndios florestais as Forças Operacionais Conjuntas (FOCON) que constituem o socorro, organizam-se nos termos da directiva operacional n.º 1/2008/ANPC, consoante as seguintes fases:

- Fase ALFA – (1 de Janeiro a 14 de Maio)
- Fase BRAVO – (15 de Maio a 30 de Junho)
- Fase CHARLIE – (1 de Julho a 30 de Setembro)
- Fase DELTA – (1 de Outubro a 15 de Outubro)
- Fase ECHO – (16 de Outubro a 31 de Dezembro)

Em síntese, vale a pena assinalar, mais uma vez, que a ligação entre os diferentes intervenientes do sistema de protecção e socorro obriga, necessariamente, a uma perfeita coordenação e entrosamento que garanta uma acção eficaz e uma rentabilidade adequada aos meios disponíveis, seja no domínio dos incêndios florestais, seja noutros domínios de riscos naturais e antrópicos.

Todavia, as experiências de anos anteriores e mormente dos anos críticos 2003 e 2005 mostraram quão difícil é de ser conseguida esta coordenação, sobretudo antes da instalação de um posto de comando operacional conjunto (com forças de culturas organizacionais diferentes) que ainda não está instalado aquando da primeira intervenção, no período em que a coordenação referida é, a todos os títulos, essencial.

No entanto é justo salientar alguma melhoria ao nível organizacional global e designadamente, quanto ao sistema de comunicações, de vigilância e detecção. Talvez por estas razões e outras de ordem meteorológica, os anos de 2007 e 2008 não foram anos problemáticos ao nível dos incêndios florestais.

c) Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) – Decreto-Lei n.º 75/2007 publicado no DR, I Série, n.º 63, de 29 de Março de 2007, que substitui o SNBPC.

É na sequência das alterações “estruturais” atrás referenciadas, consubstanciadas na LBPC e do SIOPS, que surge a necessidade de alterar a estrutura do SNBPC, criando-se a Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC). Esta nova entidade culmina um processo institucional evolutivo iniciado nos anos 80 (fig. 20).

A nova organização passou a contar com três novas Direcções Nacionais de nível superior: uma Direcção Nacional de Recursos de Protecção Civil, uma Direcção Nacional de Planeamento de Emergência e uma Direcção Nacional de Bombeiros, (...) *“pretendendo-se cada vez mais prestigiar o papel dos bombeiros que passaram a ter uma direcção nacional que vai assumir daqui para a frente tudo o que tiver a ver com eles”* (Cruz, 2007:32) (fig. 21).

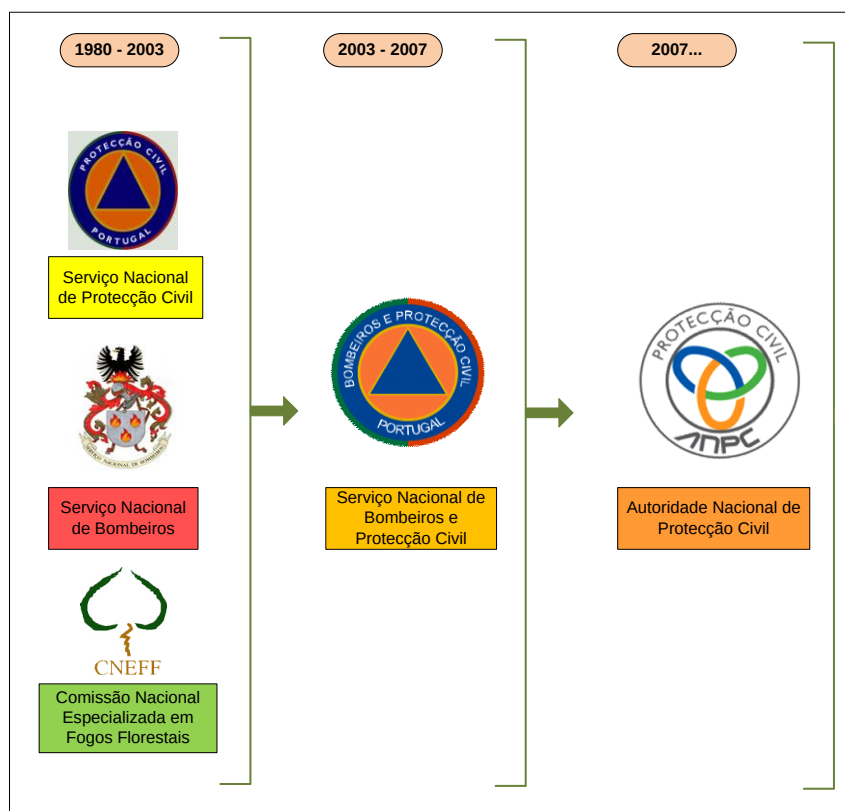


Fig. 20 – Evolução institucional da organização do socorro.



Fonte: Adaptado da ANPC (2009).

Fig. 21 – Organização Superior da ANPC.

Ao nível legislativo, não pode deixar de reconhecer-se que este diploma respeita, “*latu sensu*”, a especificidade dos bombeiros no quadro da protecção civil e trouxe alguma inovação ao nível institucional e operacional do sistema, cabendo-lhe planear, coordenar e executar a política de protecção civil, “*designadamente na prevenção e reacção a acidentes graves e catástrofes, de protecção e socorro das populações e de superintendência da actividade dos bombeiros*” (n.º 1 art.º 2.º).

Todavia, leis tecnicamente bem elaboradas não garantem só por si boas e adequadas dinâmicas funcionais. Neste domínio, assevera Duarte Caldeira *“urge que se ponha cobro à falta de coerência e de unidade ao nível das estruturas distritais, tanto do ponto de vista operacional, como do projecto de liderança. É desejável que os 18 “países” que muitas vezes parecem existir nos 18 CDOS sejam substituídos por um nível distrital unificado no contexto da ANPC. Esta medida é mais importante do que a habitual mudança de cadeiras, tradicionalmente inerente às alterações legislativas. Primeiro, não é desejável que os comandantes distritais (CODIS) sejam partilhados pelos governadores civis e pelo comandante nacional de operações de socorro. O Decreto-Lei 134/2006, de 25 de Julho, é claro ao definir que o comandante operacional distrital reporta hierarquicamente ao comandante operacional nacional. Todos os dias, digo eu, e não às vezes”. Segundo, a Portaria 338/2007, de 30 de Março, veio fixar as competências da Inspeção de Protecção Civil (IPC), enquanto unidade orgânica nuclear da ANPC. Deste modo, à IPC é conferida, entre outras, a competência de “fiscalização da actividade dos comandos distritais de operações de socorro e dos corpos de bombeiros” (Caldeira, 2007:4).*

d) Lei n.º 65/2007 de 12 de Novembro, DR, I Série – n.º 217 de Novembro de 2007.

Esta lei define o enquadramento institucional e operacional da protecção civil municipal, no âmbito municipal, estabelece a organização dos serviços municipais de protecção civil e determina, nos termos do art.º 14, as competências do comandante operacional municipal (COM), em desenvolvimento da Lei de Bases da Protecção Civil.

A criação da figura do comandante operacional municipal que depende hierárquica e funcionalmente do Presidente da Câmara, a quem compete a sua nomeação (n.º 2 do art.º 13.º), de entre o universo de recrutamento que a lei define para os comandantes operacionais distritais (n.º 4 do art.º 13.º) tem sido alvo de alguma controvérsia por parte dos bombeiros, que maioritariamente (59,6% dos inquiridos) discordam da sua criação (fig. 22).

Quanto à opinião dos inquiridos, por tipologia dos CB's, a discordância provém claramente dos CB's voluntários, com 63% dos inquiridos a responderem negativamente, já nos sapadores e nos municipais observa-se que a esmagadora maioria concorda com a criação do comandante operacional municipal (fig. 23).

A nosso ver, a maior contestação à criação do comandante operacional municipal estará nos concelhos onde convivem mais do que um corpo de bombeiros voluntários posto que, conforme determina o n.º 5 do art.º 13 da Lei 65/2007, *“nos municípios com corpos de bombeiros profissionais ou mistos criados pelas respectivas câmaras municipais, o comandante desse corpo é, por inerência o comandante operacional municipal.*

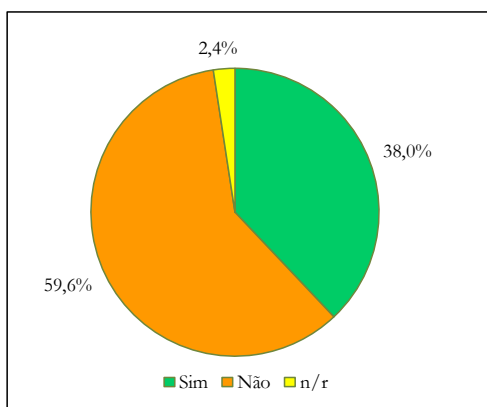
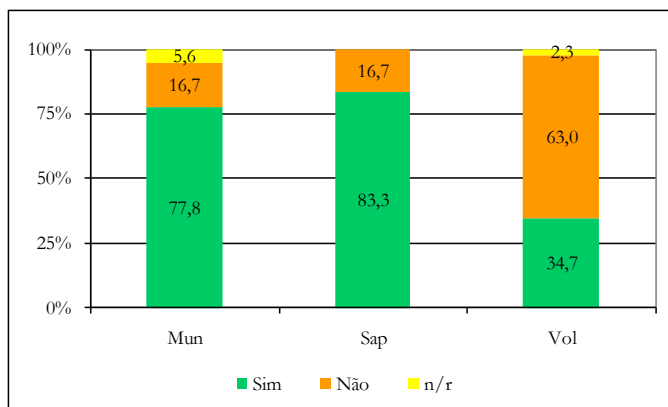


Fig. 22 - Opinião dos bombeiros sobre a criação do Comandante Operacional Municipal.



Fonte: Inquérito próprio (2007).

Fig. 23 - Opinião sobre a criação do comandante operacional municipal por tipologia dos CB's.

No dizer do ex-Presidente do SNPC, Artur Gomes, “*o ruído prende-se essencialmente com o facto de se chamar comandante. Ora, na verdade não há comandante sem comandados. Em rigor o COM vai ser um coordenador e não tem necessariamente que ser recrutado entre os bombeiros.*” (Gomes, 2007:5).

Na mesma linha, para o Presidente da LBP, Duarte Caldeira, “*a criação da figura do Comandante Operacional Municipal constitui um erro. Os municípios, como base do sistema de protecção civil, necessitam de serviços municipais dirigidos por técnicos detentores de competências para exercerem missões de coordenação dos agentes. É absurdo criar comandantes sem comandados. Por outro lado, corre-se o risco de criar conflitos desnecessários com os comandantes dos CB's existentes na área do concelho, seja qual for o número. Afinal é uma solução que ninguém conseguiu explicar com precisão, as razões porque foi adoptada. Isto é suficiente para concluir da sua utilidade.*” (Caldeira, 2008:2).

De facto, a criação do COM faz sentido se, na base da protecção civil, que é municipal, existirem bombeiros integrados no sistema (que podem ser voluntários se estiverem dispostos a isso), para que possa ser coerente o quadro de comando. Caso contrário, continuamos a ter “telhado” (a “super-estrutura” criada com CNOS, CDOS e COM), infra-estrutura que, no contexto actual, é constituída pelos CB's dependentes de organizações de carácter privado.

Quanto à legislação específica para o sector dos bombeiros são de relevar:

e) O Regime Jurídico das Associações Humanitárias de Bombeiros, aprovado pela Lei n.º 32/2007, de 13 de Agosto, publicado no DR, I Série, n.º 155, onde se determina o seu enquadramento, a sua estrutura organizativa, a forma de relacionamento com os seus corpos de bombeiros e os regimes de financiamento e de gestão.

De qualquer modo, não obstante a sua relevância no preenchimento do vazio existente nesta matéria, parece-nos que a lei deveria ir mais longe quanto à imperatividade de, na escritura de constituição de uma Associação de Bombeiros, ser obrigatória a apresentação de pareceres vinculativos, do respectivo município e da entidade responsável pela homologação dos CB's. Desta forma evitar-se-iam, para o futuro, situações como:

- i. *“Corpos de Bombeiros criados em zonas já devidamente protegidas;*
- ii. *Sobrelotação de Corpos de Bombeiros em alguns concelhos, como presentemente se verifica;*
- iii. *Problemas de ordem política local, regional e até nacional, com o jogo de influências;*
- iv. *Movimentos populares, ou outros, que se criam, já que os cidadãos não percebem, e dificilmente aceitam, porque estando constituída uma Associação, devidamente registada em escritura pública e com estatutos publicados no Diário da República, e até com “...personalidade jurídica e reconhecida como pessoa de utilidade pública” (Art. 3.º da nova Lei) haja alguém – Câmara Municipal e ou, a Autoridade Nacional de Protecção Civil – com competência para negar a criação do respectivo Corpo de Bombeiros. Para um cidadão que entrou de boa fé no processo, isto é um absurdo e até um abuso de poder.*
- v. *Ou ainda o triste espectáculo de Associações que até com instalações, com viaturas, e por vezes com apoio camarário – sei bem do que falo – não têm intervenção operacional porque não está homologado o respectivo Corpo de Bombeiros, originando graves situações de toda a ordem que só podem acabar por decisão judicial.” (Laranjeira, 2008:26).*

Por outro lado, era importante que a lei clarificasse a dependência hierárquica do elemento bombeiro contratado pela Direcção da Associação, mas que exerce a sua função na área de actividade do Corpo de Bombeiros. Esta situação tem dado origem a uma elevada conflitualidade e deterioração das relações entre Comandos e Direcções, com recurso a conturbados processos judiciais, que “*minam*” o salutar espírito do mundo associativo.

f) O Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de Junho, publicado no DR, I Série, n.º 122 que veio determinar a organização, funcionamento e extinção dos corpos de bombeiros no território continental, as circunstâncias em que se desenvolve o serviço operacional, a valorização do comando e consagrar, no seu artigo 4.º, que nos municípios podem existir os seguintes corpos de bombeiros:

- i. **Corpos de bombeiros profissionais**, criados na dependência de uma Câmara Municipal e exclusivamente integrados por elementos profissionais, designando-se bombeiros sapadores. Este quadro implica que os actuais Corpos de Bombeiros Municipais, constituídos exclusivamente por profissionais, passem a ser sapadores, o que apenas altera o seu estatuto remuneratório, sem qualquer outra mais-valia

para o cidadão que paga impostos, a não ser passar a pagar mais pelo mesmo serviço. Aliás, o que faria sentido seria, paulatinamente, á medida que os lugares fossem extintos quando vagassem, que os sapadores se transformassem em CB's Municipais, como está a suceder em Braga, onde existem, simultaneamente, Bombeiros Sapadores e Municipais, não estando em causa a justa remuneração a atribuir a uma das profissões mais exigentes e perigosas.

- ii. **Corpos de bombeiros mistos**, criados na dependência de uma Câmara Municipal ou de uma Associação humanitária de bombeiros, são constituídos por bombeiros profissionais e voluntários, sujeitos aos respectivos regimes jurídicos e organizando-se nos termos do regulamento aprovado pela ANPC, ouvido o Conselho Nacional de Bombeiros;
- iii. **Corpos de bombeiros voluntários**, dependem de uma Associação Humanitária de Bombeiros e são constituídos por bombeiros em regime de voluntariado, podendo dispor de uma unidade profissional mínima a definir por regulamento da ANPC. Também aqui, faz sentido reforçar a ideia de que, em rigor, estamos a falar de bombeiros associativos, designação que melhor espelha aquilo que especificamente são.

No quadro deste novo regime jurídico, é particularmente relevante salientar que 88,9% dos corpos de bombeiros inquiridos tenham manifestado a sua concordância com a existência de bombeiros profissionais nos CB's voluntários (fig. 24).

Quanto à opinião dos inquiridos por tipologia do corpo de bombeiros, verifica-se maior concordância (89,9%) nos CB's voluntários, seguindo-se os sapadores e os municipais (fig. 25).

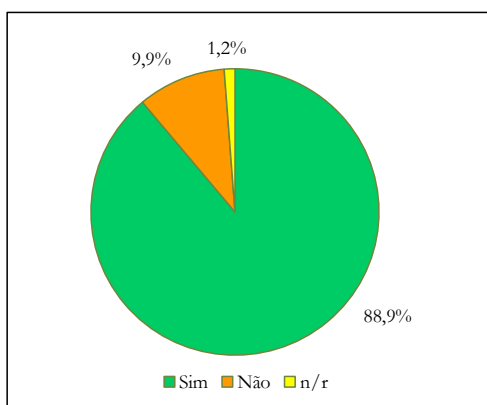


Fig. 24 – Opinião dos CB's sobre a existência de profissionais nos CB's voluntários.

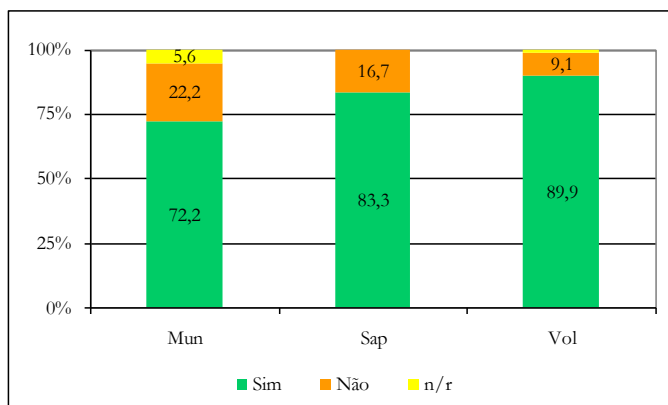


Fig. 25 – Opinião sobre a existência de profissionais nos CB's voluntários, por tipologia.

Fonte: inquérito próprio (2007).

Relacionada com a questão anterior, foi também importante registar a opinião dos inquiridos sobre a existência de corpos de bombeiros mistos. Com efeito, 91,6% dos inquiridos concorda com a existência de corpos de bombeiros mistos, que incluam no mesmo corpo, voluntários e profissionais (fig. 26).

Na análise por tipologia, obtiveram-se 100% de respostas concordantes nos sapadores, seguindo-se os voluntários com 92,2% e finalmente os municipais com 77,8%. (fig. 27).

Em resumo, entre os bombeiros, parece claro o sentimento de que o voluntariado, por si só, sem prejuízo da sua alta relevância, já não responde às exigências do socorro quotidiano.

g) O Regime Jurídico dos Bombeiros Portugueses, no território continental, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de Junho, publicado no DR. I Série – n.º 118, que consagra o designado “*estatuto social*” do bombeiro. Para além dos direitos já consagrados – ressurgimento de propinas, pensão de preço de sangue, seguro social, voluntário, assistência medicamentosa, isenção de taxas moderadoras, regime especial de seguros – são contemplados novos direitos e benefícios a citar:

- Patrocínio judiciário;
- Apoio nas doenças contraídas em serviço;
- Vigilância médica de saúde;
- Pagamento de taxas de inscrição em creches;
- Justificação de faltas para a actividade operacional.

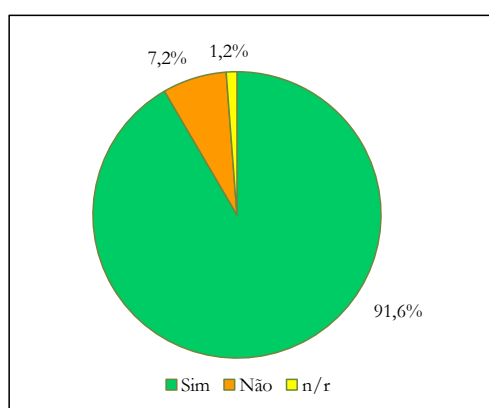


Fig. 26 – Opinião sobre a existência de corpos de bombeiros mistos.

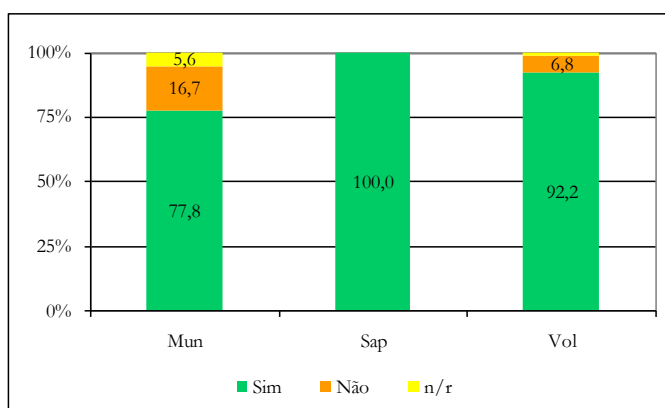


Fig. 27 – Opinião sobre a existência de corpos de bombeiros mistos, por tipologia.

Fonte: inquérito próprio (2007).

Manteve-se, ainda, a bonificação de 15% de tempo para aposentação, que passou a abarcar, a partir de agora, os bombeiros com mais de cinco anos de actividade operacional comprovada e passaram a ser reconhecidos os bombeiros dos antigos territórios ultramarinos.

Ao nível operacional, propriamente dito, surgiram, de facto, novas estruturas, a citar:

h) Criação do Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro (GIPS) (Decreto-Lei n.º 22/2006, de 2 de Fevereiro)

O GIPS, criado pelo Decreto-Lei n.º 22/2006, de 2 de Fevereiro, na dependência directa do Comando Geral da GNR, tem como missão específica a execução, no âmbito da protecção civil, de acções de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de protecção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, inundações, sismos e outras catástrofes ou acidentes graves.

A criação desta unidade, cuja formação é feita no Centro de Formação da Lousã, da Escola Nacional de Bombeiros e, naturalmente, pelos mesmos formadores dos Canarinhos, correspondeu, nos termos preambulares do diploma referido, *“a uma necessidade há muito sentida de existência de um corpo nacional, no Estado, altamente treinado e motivado e com grande capacidade de projecção para o território nacional, de intervenção em operações de protecção civil”*, articulando-se operacionalmente no comando único do sistema integrado de operações de protecção e socorro (SIOPS) sem prejuízo da dependência hierárquica e funcional no quadro da GNR.

No mesmo preâmbulo, explicitam-se, ainda, os critérios que presidiram à escolha da GNR como instituição acolhedora e tutelar da nova força: *“Razões de racionalidade e eficiência económica, que desaconselhariam desde logo a criação de um serviço autónomo da Administração Pública, aliadas à capacidade organizativa e à natureza militar da GNR, elegem esta força de Segurança como a estrutura do Estado mais apta para formar e levantar, suportar administrativa e logisticamente e projectar com elevada prontidão para os locais de ocorrência o GIPS.”*

A criação do GIPS não constituiu uma opção pacífica e consensual como pode observar-se nas opiniões críticas vindas a “lume” ao tempo. *“A nossa discordância está na escolha de uma força de segurança para intervir numa intervenção natural atribuída aos bombeiros, não apenas em Portugal, mas em toda a Europa”*, afirmou Duarte Caldeira na 1ª Conferência Nacional sobre a Saúde do Bombeiro em Oeiras, a 15.5.2006. Noutro fórum, reiterou o Presidente da LBP *“é nossa posição de que esta foi uma escolha política que visa sobretudo obter uma estrutura de socorro de cariz militar, que possa ser facilmente controlável e obedeça sem quaisquer reservas ou hesitações à mesma tutela que parece desconfiar dos voluntários”*.

Já a Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais, através do seu Presidente Fernando Curto, defendeu que a *“urgência de uma estrutura a tempo inteiro é uma situação incontornável. Não podemos pôr o socorro de primeira linha nas mãos de um grupo de voluntários quando eles não estão lá. Tem de haver uma organização profissional que assegure as acções de socorro e que, depois, será completada pelos voluntários”*.

Parece-nos evidente que o governo, ao criar o GIPS na GNR, enveredou pela via mais fácil e rápida, ao invés de investir numa força disciplinada e profissionalizada dos bombeiros, credibilizando-os e conferindo-lhes o estatuto adequado ao papel de primeiros agentes do sistema de socorro e protecção civil. Aliás, não deixa de ser estranho que os primeiros agentes da protecção civil constantes do n.º 1 do artigo 46 da Lei de Bases, os corpos de bombeiros, sejam efectivamente os menos qualificados e profissionalizados.

Reagindo ainda à criação do GIPS, que surgiram bem equipados, o Presidente da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais afirmou no editorial do Jornal *Alto Risco*, Maio/2006, *“os bombeiros profissionais estão deveras revoltados. (...) Ou seja: os bombeiros não possuem equipamento ignífugo. Alguns andam em mangas de camisa a combater incêndios, não possuem equipamento de sobrevivência, não possuem GPS para que o comando de Lisboa saiba onde se encontra a equipa, caso se percam. Os bombeiros portugueses não merecem também este equipamento! Qual vai ser a sua vontade e disponibilidade?”* (Curto, 2006:3).

Por outro lado, ambas as organizações, LBP e ANPC, pela voz dos respectivos presidentes, aludiram à tentativa de *“militarização da protecção civil”*, e *“à dificuldade de articulação e colaboração da nova unidade com os bombeiros”*. Já o presidente da LBP, insistia na *“secundarização dos bombeiros e do papel do voluntariado”*, sustentando, *“a ideia de que ao invés do investimento avultado na nova força se investisse na profissionalização dos bombeiros”*. No jornal Correio da Manhã, de 22 de Março de 2006, dá o seguinte exemplo: *“o GIPS actua no ataque inicial de cada incêndio. Se o fogo não for controlado, serão os bombeiros a ir para o terreno. Como se vai fazer a transferência do Comando? Por outro lado, a GNR vai actuar nos cinco distritos de risco, mas sendo totalmente equipada. Os outros 13, incluindo cinco de risco médio, ficam para a primeira intervenção dos bombeiros, mas até agora não houve uma única palavra sobre os meios que vão ser atribuídos”* (Caldeira, 2006:10).

O mesmo jornal assinala que *“vários comandantes de bombeiros do distrito de Coimbra demitiram-se por recusarem ser comandados por militares da GNR nas estruturas distritais de protecção civil.”* Por seu turno, a ANBP, pela voz do seu Presidente, defendia que *“a nova força fosse criada de raiz e emanasse dos bombeiros”*. O Ministro da Administração Interna de então, António Costa, sublinhava que *“não vamos militarizar a protecção civil, mas sim aproveitar efectivos, instalações e enquadramento da GNR para criar uma reserva profissional pronta para intervir em situações de*

catástrofes, nomeadamente incêndios”. Acrescentava ainda que “criar o GIPS no âmbito da ANPC (ao tempo, Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil), sairia muito mais caro do que integrar na GNR uma força de segurança que tem instalações em todo o território”. Finalmente, realçava que o “voluntariado nos bombeiros é uma grande riqueza e desempenha uma acção de grande importância, mas temos que possuir em Portugal uma reserva profissional estratégica do socorro para enfrentar as calamidades.” (SIC Notícias, 15/05/2006).

Em suma, a criação desta unidade trouxe, no imediato, a vantagem do Governo passar a dispor, na sua directa dependência, de um grupo profissional devidamente preparado (no caso da formação no combate a incêndios, pela ENB) e disponível para ser mobilizado para qualquer acção de emergência e socorro, no todo nacional. Ora, até então, esta situação era inexistente, mormente quanto ao combate a incêndios, uma vez que os únicos agentes profissionais devidamente habilitados para essa missão eram os corpos de bombeiros sapadores, na respectiva área de actuação, que não dependem do Governo, mas sim dos Municípios.

E se noutros países a opção foi criar subunidades de exército especializadas e disponíveis para missões de protecção civil, compreende-se, atenta as características institucionais da GNR e da sua cultura de proximidade das populações (aliás na linha dos corpos de bombeiros) que em Portugal a opção tenha recaído nesta força de segurança, muito embora não seja pacífica a sua integração numa área de intervenção específica e plurissecular dos bombeiros, além dos avultados recursos financeiros que a mesma consome.

Nesta decisão pesou também a facilidade de projecção, em contexto internacional, para missões de socorro e reabilitação no quadro da protecção civil (cujos resultados e metodologia de actuação serão, porventura, diferentes dos conseguidos com algumas missões, desta natureza, realizadas por bombeiros!).

i) Criação da Companhia Especial de Bombeiros – Canarinhos (Despacho n.º 22396/2007, publicado no DR, II Série – n.º 186 de 26, de Setembro de 2007)

Em 2006, foi promovido um conjunto de mudanças à estrutura de combate a incêndios florestais que levaram a um novo enquadramento dos recursos humanos existentes. O Decreto-Lei n.º 247, de 27 de Junho, vem, posteriormente, permitir a criação e organização de forças especiais nos bombeiros (FEB). Assim nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 19 deste diploma, foi criada a Força Especial de Bombeiros (designados Canarinhos, pelo fardamento amarelo que envergam) composta por duas companhias situadas nos distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Guarda, Portalegre, Santarém e Setúbal, dispondo ainda de uma

unidade sediada em Lisboa, não superior a quinze elementos, que intervirá nas missões e nos locais determinados pelo presidente da ANPC.

Nos termos do n.º 5 do despacho n.º 22 309/2007 *“o recrutamento do quadro de comando de oficiais bombeiros e de bombeiros para a FEB é efectuado no universo dos corpos mistos e voluntários, através de contrato técnico-profissional.”* Esta força profissionalizada de bombeiros assume-se apta a intervir em qualquer cenário no domínio da protecção e socorro, seja em território nacional seja fora do País.

Os Canarinhos, que são uma força de primeira intervenção em incêndios florestais, tal como o GIPS, são transportáveis por via aérea (equipas de 5 ou 9 elementos helitransportados) ou por via terrestre, e usam como ferramentas de combate, enxadas, pás, machados e ancinhos, de forma a “cortar” o caminho do fogo. Portanto, *“as ferramentas do bombeiro sapedor, muito pouco utilizadas pelos CB’s ditos voluntários”* (Curto, 2008:17).

Embora desempenhando *“latu sensu”* funções iguais às do GIPS e, possuindo formação similar, como já foi referido, o principal problema dos Canarinhos, que têm como máxima *“do desafio ao triunfo”*, está no vínculo contratual precário de que são detentores, contrariamente à segurança contratual dos elementos do GIPS, enquanto corpo militar especial da função pública, recebendo, além do salário correspondente ao posto detido, um subsídio operacional e, quando deslocados, ajudas de custo.

Muito embora o actual Ministro da Administração Interna, na apresentação em Serpa, da 2.ª Companhia de Canarinhos, em 1 de Maio de 2008, referindo-se à contratação destes bombeiros haja confirmado que *“não está completamente estabilizada, mas vai ficar até ao fim da legislatura”*, os actuais canarinhos continuam a ser recrutados e pagos nas respectivas Associações, com vínculo precário, e vencimento substancialmente menor que o dos congéneres do GIPS, para idênticas missões.

Por outro lado, desempenhando funções similares às dos GIPS e Canarinhos, existem, ainda, as equipas de combate a incêndios florestais, dos CB’s ditos voluntários *“que recebem apenas 41 euros por cada 24h de serviço, valor extensível aos elementos de apoio logístico e de apoio aos centros de meios aéreos. Os comandantes de permanência às operações recebem 57,5 euros por 24h”*. (Cerdeira, 2008:8).

Contudo, na perspectiva do Governo, o sistema de protecção e socorro *“assenta nos corpos de bombeiros e assim continuará a ser, mesmo que, entretanto, se tenham criado Brigadas de Sapadores Florestais ou o Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro ou se venham a formar mais agentes e constituam outras forças.”* (Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de Junho).

Porém, na perspectiva do presidente da LBP, *“com a profissionalização dos Canarinhos, o GIPS deixa de ser tão necessário, quanto à necessidade de se dispor de uma intervenção permanente e profissionalizada, mas levantada a partir dos recursos humanos dos bombeiros, como a experiência dos Canarinhos está a demonstrar.”* (Caldeira, 2007).

No entanto, os GIPS executam muitas outras missões que estão vedadas aos Canarinhos, sobretudo, fora do período crítico de incêndios, no âmbito da fiscalização e detenção de prevaricadores. A nosso ver, consolidada a posição dos Canarinhos, no todo nacional, os GIPS fariam mais sentido como força especial de intervenção rápida em dimensão de catástrofe.

j) Equipas de Intervenção Permanente (EIP) - (Portaria n.º 1358/2007, de 15 de Outubro, publicada no DR, I Série – n.º 198

No n.º 5 do artigo 17 do Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de Junho, está previsto que, nos municípios em que se justifique, os CB's detidos por associações humanitárias de bombeiros possam dispor de equipas de intervenção permanente, cuja composição e funcionamento é definida por portaria do membro do governo responsável pela área da administração interna.

Por outro lado, segundo o programa do Governo e fruto de protocolo a celebrar entre a ANPC, a ANMP e a LBP, está previsto instalar, até 2009, 200 Equipas de Intervenção Permanentes, nos Corpos de Bombeiros dos concelhos de maior risco, visando colmatar fragilidades e promover uma resposta atempada ao nível do socorro prestado às populações.

Contudo, em 2007 seriam constituídas até 60 equipas, mas, aconteceu que, até Junho de 2008, apenas existiam 35 EIP, divididas pelos distritos de Viseu (11), Guarda (4), Braga (8) e Viana do Castelo (1), provando-se, assim, que da intenção da lei à sua concretização vai uma longa distância.

As Equipas de Intervenção Permanentes são compostas por cinco elementos, respectivamente *“o chefe de equipa, recrutado na estrutura de comando ou de outras chefias existentes no quadro activo do CB e quatro bombeiros, devendo dois deles possuir carta de condução que o habilite a conduzir veículos pesados.”* (alínea b) do art.º 1 da Portaria 1358/2007).

Em conclusão, o sistema de socorro em Portugal integra-se num longo processo histórico, multifacetado, onde se conjugam épocas, necessidades e relações de poder bastante distintas, muito embora, a sua evolução, de uma forma mais ou menos incisiva, estivesse associada à autoridade municipal, a quem, os sucessivos Códigos Administrativos, atribuíam competências na área da prevenção, socorro e combate a incêndios e outras calamidades públicas.

Aliás, a assunção, por parte das Câmaras, da responsabilidade pelos serviços de incêndio, manifesta-se de modos diversos: natural e espontaneamente; por pressão dos municípios; e pela obrigatoriedade de um enquadramento legal. Na maioria dos casos, a delonga e o desinteresse em criar estruturas de socorro, entroncou na crónica magreza dos erários municipais, e daí a motivação para o aparecimento de corpos voluntários, que era relativamente fácil e mais espontânea, no contexto da sociedade rural.

Com efeito, a evolução dos serviços de incêndio obedeceu, quase sempre, a motivações e necessidades locais, normalmente relacionadas com o progresso económico e o crescimento populacional da área. Não obstante, em termos estruturais, a formalização dos diferentes corpos copia modelos, ora regredindo nas soluções ora inovando nas propostas.

Por exemplo, a cidade de Castelo Branco, capital de distrito, já teve bombeiros municipais, constituídos em 1928, e hoje tem apenas um corpo de bombeiros voluntários. Entre 1860 e 1861, houve bombeiros municipais em Ponte de Lima, extintos quando apareceu um corpo de bombeiros voluntários. Paradigmáticos são também os casos de outras cidades, como Lamego e Vila Real.

Por outro lado, *“Desde 1885 que existia em Oliveira de Azeitões material de combate a incêndios comprado pela Câmara, nomeadamente uma bomba e alguns metros de mangueira. A falta de meios do Município conduziu a um desinteresse progressivo pelo serviço, ao ponto da população se indignar. Esta situação será alterada com a fundação, em 1906, da Associação de Voluntários”* (Almeida, 1995: 172).

Em 1889, o Município de Póvoa de Varzim organizou um corpo municipal de bombeiros que se extinguiu com o reaparecimento do corpo de voluntários, em 1892, e que se havia extinguido em 1884.

Benavente passou a ter, desde 1900, um corpo de bombeiros municipais, *“adequadamente disciplinado, adaptado e equipado”*, desconhecendo-se a data da sua extinção. Hoje tem um corpo de bombeiros voluntários (Almeida, 1995:173).

O corpo de bombeiros municipais de Estremoz nasceu em 1934, *“como resultado do desentendimento entre a Câmara e o recente corpo de bombeiros voluntários”*. Ainda que tivessem a efémera existência de um ano, os bombeiros municipais receberam equipamentos e uniforme e apresentavam uma estrutura hierárquica definida. Após a sua extinção, todos os recursos transitaram para o corpo de bombeiros voluntários de Estremoz. (Almeida, 1995:174).

A corporação municipal de Nisa foi instituída a 2 de Maio de 1937. Em Maio de 1990, deu lugar à actual Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Nisa.

Em 1938 devem ter sido criados os Municipais de Vagos, cuja data de extinção se desconhece.

Estes são alguns dos muitos exemplos que poderiam ser apresentados com igual interesse para este contexto. No cômputo geral, segundo Almeida (1995:161-174) houve 22 municípios (alguns deles capitais de distrito), que criaram e extinguíram corpos de bombeiros municipais, logo que criados CB's voluntários.

Resumindo, a garantia da segurança de pessoas e bens, quer quanto ao risco de incêndio, quer quanto à prevenção e à organização do socorro, estiveram, desde sempre, “*ancoradas*” legalmente aos poderes públicos constituídos, nos termos dos respectivos Códigos Administrativos.

Todavia, face à passividade destes, as populações e comunidades locais (sem uma lógica de planificação racional) tomaram a iniciativa de, após a fundação dos Bombeiros Voluntários de Lisboa, em 18 de Outubro de 1869, criar por todo o País Associações Humanitárias para estribo dos respectivos corpos de bombeiros. “*Não obstante os louváveis fins humanitários a que se propunham, é óbvio que essas iniciativas espontâneas nada tiveram a ver com uma conjuntura racionalizada do território nacional e, pior do que isso, algumas das nóveis instituições não tinham sequer condições de sobrevivência, vindo a sucumbir perante as dificuldades que tiveram que enfrentar*” (Caruna, 1995:119)²⁵.

Uma análise particularmente interessante sobre o surgimento das Associações de Bombeiros Voluntários é a do ex-Presidente do SNB, Eng. José António Laranjeira (2007), que exerceu funções entre 1983 - 1992:

“*Considero que as actuais Associações e os respectivos Corpos de Bombeiros (C.B.) surgiram pelas seguintes vias:*

Primeira via:

- *Por deficiente funcionamento das estruturas de socorro existentes ou por incapacidade de resposta dessas estruturas;*
- *Por não existência de estruturas de socorro;*

Neste grupo de motivos podem englobar-se, como exemplo, as Associações criadas nas cidades de Lisboa (1868) e Porto (1875), Coimbra (1889), Viana do Castelo (1881); Viseu (1886); Braga (1877) que já tinham estruturas municipais de socorro, e as criadas em cidades e vilas que não tinham qualquer estrutura de socorro como: Santarém (1871); Covilhã (1875); Guimarães (1875); Guarda (1877); Almada (1881); Aveiro (1882), etc; só para referir algumas das criadas no século XIX;

Segunda via:

²⁵ Do estudo efectuado por este autor, constam mais de meia centena de associações humanitárias extintas a partir de 1868 até 1995.

- *Por bairrismos;*
- *Por dissidências com as já existentes nas cidades ou vilas;*
- *Por influências de figuras carismáticas de uma vila ou cidade e ou de políticos;*

Neste grupo não deixaria de incluir casos como, por exemplo, os de cidades ou vilas como Aveiro; S. Tirso; S. Pedro do Sul; Espinho; Famalicão; ou Concelhos como o caso muito particular de Alijó (...), - Concelho que, tendo apenas 14 mil habitantes, tem seis corpos de bombeiros, e a situação excepcional, de na freguesia de Sanfins do Douro coexistirem dois CB's, respectivamente Sanfins do Douro e Cheires (situação que também ocorre na freguesia de Colares do concelho de Sintra, em que na mesma freguesia coexistem dois CB's, o CB de Colares e o CB de Almoçageme).

Em suma, a nosso ver, nem os riscos em presença, nem a densidade populacional, parecem justificar tais regimes de excepção. Aliás, se houvesse lógica político-administrativa ou técnico-científica, na organização do socorro, o concelho de Castro Marim (no Algarve), não poderia ser o único concelho de Portugal sem bombeiros. (...) Neste sentido *“a existência destes corpos de bombeiros nestas freguesias e noutras pouco ou nada tem a ver com a gestão do risco. Aliás, duvido até que haja uma caracterização desse mesmo risco com recurso a métodos objectivos e cientificamente sustentados”* (Macedo, CPE-2008:22-23).

Particularmente interessante é a observação do ex-Inspector Superior de Bombeiros do antigo SNB, Dr. Cristiano Santos, que ao referir-se à situação do número de CB's dos concelhos de Alijó, Loures, Oeiras, Gaia e Sintra, entre outros, assinala que *“não existe qualquer justificação científica, a lógica foi a de cisão, dos antagonismos, dos brios pessoais, etc... mas torna-se impraticável modificar esta situação, pois cada CB tem a sua quinta e existem factores sociais e políticos impeditivos”* (Santos, CPE-2007:12-13).

Neste espírito, *“os que existem têm que ser mantidos, face ao respeito português pela natural organização municipal. Em rigor, não se trata de organização municipal, pois, nesse caso, haveria um CB municipal, que seria responsável por assegurar o socorro no município, o que não se verifica”* (Bandeira, CPE-2008:4).

“Terceira via:

- *Pelo princípio de que em cada Concelho deve existir um Corpo Bombeiros;*

Aqui dou como exemplo a criação, no Distrito de Aveiro, nos anos setenta, do século passado, das Associações e respectivos CBs, de Oliveira do Bairro, da Murtosa ou de Arouca, ou posteriormente, no Distrito de Faro, no Concelho de Vila do Bispo.

Assim se verifica que, com raras excepções, a criação de CB's não seguiu qualquer estratégia local, regional ou nacional.” (Laranjeira, CPE-2007:1).

Parece-nos claro, que sendo o município a base da protecção civil, só após uma análise objectiva dos riscos municipais se pode planificar a estrutura de socorro adequada, livre da subjectividade dos “interesses” ou “modas” do momento. Aliás, uma análise séria dos riscos municipais iria certamente alterar a distribuição vigente de meios humanos e materiais, chegando-se ao dispositivo adequado aos riscos em presença.

Neste sentido, como bem assevera Laranjeira, (...) *“uma Protecção Civil Municipal bem definida em função dos riscos da área de municípios, resolve mais de 90% dos problemas referentes à protecção e defesa de pessoas e bens. Assim, sou defensor que deve competir não só na legislação, aos Municípios criarem e desenvolverem a Protecção Civil Municipal e considerando que a existência de um ou mais CB's é parte importante e básica dessa Protecção Civil, só resta a cada Município, as seguintes alternativas:*

- *Ou cria um ou mais CB's Municipais:*
- *Ou celebra com a ou as Associações de Bombeiros “ditos voluntários” um protocolo de prestação de serviços.” (Laranjeira, CPE, 2007:3).*

Na perspectiva política actual vislumbra-se claramente uma tendência para uma maior profissionalização do sector dos bombeiros, a nível Municipal, *“muito embora se afigure lento, gradual e eventualmente conturbado o respectivo processo. O voluntariado continuará a ter o seu papel nas comunidades mas enquanto estrutura complementar, em segunda linha.” (Laranjeira, CPE-2007:3).*

3. Atribuições, Competências e Responsabilidades dos agentes de protecção civil no Socorro

Nos termos do n.º 2 do art.º 1.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, *“A actividade de protecção civil tem carácter permanente, multidisciplinar e plurisectorial, cabendo a todos os órgãos e departamentos da Administração Pública promover as condições indispensáveis à sua execução, de forma descentralizada, sem prejuízo do apoio mútuo entre organismos e entidades do mesmo nível ou proveniente de níveis superiores.”*

Neste quadro, a necessidade de diversos agentes de protecção civil e socorro intervirem, complementando a sua intervenção e conjugando os seus esforços para a eficácia da operação, obriga a que haja uma perfeita coordenação de toda a acção de socorro num determinado teatro de operações (TO).

Assim, abordaremos de seguida as estruturas e agentes do sistema de protecção civil com responsabilidades e competências no socorro, cabendo à Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) *“um papel fundamental no âmbito do planeamento, coordenação e execução da política de protecção civil”* (Decreto-Lei n.º 75/2007 de 29 de Março).

Em situações normais, consoante o tipo de acidente/emergência que lhes deu origem, as acções de socorro podem dividir-se em cinco grandes grupos:

- Combate a incêndios;
- Urgência pré-hospitalar;
- Desencarceramento;
- Salvamento em grande ângulo;
- Socorro a náufragos e buscas subaquáticas.

A competência para o desempenho de cada uma destas missões é atribuída especificamente, em função das respectivas características, designadamente:

- Combate a incêndios

- Corpos de Bombeiros;
- Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro (GIPS) da Guarda Nacional Republicana (GNR) – neste caso, apenas, para o combate a incêndios florestais e em matérias perigosas.

- Urgência pré-hospitalar

- Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM);
- Corpos de Bombeiros;
- Cruz Vermelha Portuguesa (CVP)

- Desencarceramento

- Corpos de Bombeiros

- Salvamento em grande Ângulo

- Corpos de Bombeiros

- Socorro a Náufragos e buscas subaquáticas

- Autoridade Marítima
- Corpos de Bombeiros (apenas em operações da terra para o mar, com cabos de vaim).

Ora a sobreposição de muitas destas competências obriga a uma coordenação eficaz e ao respeito pelas determinações contidas no Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS), ou seja, nos termos do n.º 3 do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 22/2006 *“sem*

prejuízo da dependência hierárquica e funcional no quadro da GNR, o GIPS articula-se operacionalmente no comando único do sistema integrado de operações e socorro.”

Contudo, é sabido que nem sempre esta coordenação se faz da melhor forma, considerando que as instituições em presença, Corpos de Bombeiros, GNR, INEM, CVP e Autoridade Marítima, possuem natureza, culturas institucionais, experiência, disciplina e estatutos diversos.

São disso exemplo, entre outros, o episódio ocorrido em Braga, por ocasião da apresentação pelo Ministro da Administração Interna do “*Dispositivo de Defesa da Floresta contra Incêndios*”, (a qual decorreu distrito a distrito, entre 25 de Abril e 4 de Maio de 2008), em que contrariando a Directiva Operacional N.º 1/2008, da Autoridade Nacional de Protecção Civil, o elemento que comandava o GIPS se dirigiu directamente ao Ministro, em desobediência clara ao Comandante Operacional Distrital, que legitimamente comandava a força conjunta (CB’s+GIPS), prova, irrefutavelmente, quanto está por fazer no capítulo da cooperação estratégica entre forças de entidades e culturas diferentes, mas com missões comuns.

Conforme salienta Patrícia Cerdeira (...) “*depois da situação já se ter repetido algumas vezes, (...) fonte da GNR contou ao Bombeiros de Portugal que 2.º Comandante Geral da Guarda garantiu que a GNR iria respeitar as ordens do Governo, apesar de não concordar com as mesmas, alegando que a instituição tem estatuto militar próprio.*” (Cerdeira, 2008:7)

A Lei de Bases da Protecção Civil (LBPC), define, no seu artigo 46.º, como Agentes da Protecção Civil (APC) e de acordo com as suas atribuições próprias:

- Corpos de Bombeiros;
- Forças de Segurança;
- Forças Armadas;
- Autoridades marítimas e aeronáutica;
- Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) e demais serviços de saúde;
- Sapadores florestais.

É ainda estabelecido no n.º 2 do citado artigo 46.º que a Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) exerce, em cooperação com os demais agentes e de harmonia com o seu estatuto próprio, funções de protecção civil nos domínios de:

- Intervenção;
- Apoio;
- Socorro;
- Assistência sanitária e social.

Para além dos agentes atrás referidos, como tendo competências específicas nas missões de socorro em situação de emergência, “impende especial dever de cooperação com os agentes de protecção civil sobre as seguintes entidades:

- a) Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários;
- b) Serviços de Segurança;
- c) Instituto Nacional de Medicina Legal;
- d) Instituições de Segurança Social;
- e) Instituições com fins de socorro e de solidariedade;
- f) Organismos responsáveis pelas florestas, conservação da natureza, indústria e energia, transportes, comunicações, recursos hídricos e ambiente;
- g) Serviços de segurança e socorro privativos das empresas públicas e privadas, dos portos e aeroportos.” (Lei n.º 27/2006, art.º 46).

De seguida serão analisadas as competências nas missões de socorro de cada um dos APC, com especial destaque para os CB's, deixando de fora desta análise os sapadores florestais, criados no âmbito do Decreto-Lei n.º 38/2006 de 20 de Fevereiro, sem responsabilidades específicas no socorro das populações. *“Os sapadores florestais, independentemente da sua titularidade, intervêm na vigilância e na detecção, sob a coordenação da GNR, e nas ações de ataque inicial a incêndios florestais, sob a coordenação do CDOS respectivo; a sua intervenção desencadear-se-á na dependência operacional do COS, (...) participando também em ações de rescaldo e de vigilância activa pós-rescaldo, desde que requisitados pelo COS.”* (Directiva Operacional n.º 1/2008/ANPC, p. 26).

Em suma, estamos perante mais uma das situações de difícil cooperação na intervenção, considerando que os agentes têm uma coordenação tripartida entre entidades com cultura, valores e práticas institucionais diferentes.

3.1. Corpos de Bombeiros

3.1.1. Missão dos Corpos de Bombeiros

De harmonia com o novo regime jurídico, aplicável à constituição, organização, funcionamento e extinção dos corpos de bombeiros no território continental, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de Junho, “um corpo de bombeiros é uma unidade operacional, oficialmente homologada e tecnicamente organizada, preparada e equipada para o cabal exercício das missões.”

A diversidade das missões dos CB's, sejam eles profissionais ou voluntários, está descrita no artigo n.º 3, do citado Decreto-Lei, como sendo:

- a) *Prevenção e o combate a incêndios;*
- b) *Socorro às populações, em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral, em todos os acidentes;*
- c) *Socorro a náufragos e buscas subaquáticas;*
- d) *Socorro e transporte de acidentados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar, no âmbito do sistema integrado de emergência médica;*
- e) *Emissão, nos termos da lei, de pareceres técnicos em matéria de prevenção e segurança contra riscos de incêndio e outros sinistros;*
- f) *Participação em outras actividades de protecção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhe forem cometidas;*
- g) *Exercício de actividades de formação e sensibilização, com especial incidência para a prevenção do risco de incêndio e acidentes junto das populações;*
- h) *Participação em outras acções e o exercício de outras actividades, para as quais estejam tecnicamente preparados e se enquadrem nos seus fins específicos e nos fins das respectivas entidades detentoras;*
- i) *Prestação de outros serviços previstos nos regulamentos internos e demais legislação aplicável.*

Mais se assinala que o exercício “da actividade definida nas alíneas a), b), c) e e) do número anterior é exclusivo dos corpos de bombeiros e demais agentes de protecção civil.” (n.º 2 do art.º 3º).

Nos termos do artigo 5.º, alíneas a) e b) do já citado Decreto-Lei n.º 247, “cada corpo de bombeiros tem a sua área de actuação definida pela ANPC, ouvido o Conselho Nacional de Bombeiros, de acordo com os seguintes princípios:

- a) *A área de actuação de cada corpo de bombeiros é correspondente à do município onde se insere, se for o único existente;*
- b) *Se existirem vários corpos de bombeiros voluntários no mesmo município, as diferentes áreas de actuação correspondem a uma parcela geográfica que coincide, obrigatoriamente, com uma ou mais freguesias contíguas.*

Todavia, havendo no mesmo município um corpo de bombeiros profissional ou misto e um ou mais corpos de bombeiros voluntários, a responsabilidade de actuação prioritária e comando cabe ao corpo de bombeiros profissional ou, quando este não exista, ao corpo de bombeiros misto, sem prejuízo de eventual primeira intervenção de algum dos outros CB’s da respectiva área de actuação, em benefício da rapidez e prontidão de socorro.

Em rigor, no n.º 3 do artigo 4.º do Novo Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros, assinala-se que “a criação e extinção dos corpos de bombeiros devem resultar de uma ponderação técnica dos riscos, dos tempos de actuação na área a proteger e das condições humanas, técnicas e operacionais disponíveis nos corpos de bombeiros existentes e sua articulação na correspondente área municipal.”

Por outro lado, conjugando o teor dos n.º 5 e 6 do citado artigo 4.º, conclui-se que o parecer do Município “relativo à criação dos corpos de bombeiros, quando negativo, é **vinculativo**”, o que nos reconduz à ideia chave de que é na análise, cientificamente comprovada, do risco municipal que deve fundamentar-se a criação, extinção ou adequação dos corpos de bombeiros.

Em suma, parece-nos óbvio que uma análise séria de âmbito nacional, centrada na avaliação técnico-científica dos riscos municipais, irá certamente modificar a actual distribuição dos recursos humanos e materiais afectos ao dispositivo de socorro. Contudo, porque tal análise/avaliação iria incomodar decisores políticos, locais e nacionais, destas matérias, vai-se adiando a verdadeira reforma.

Embora não sejam objecto de análise neste trabalho, vale a pena assinalar que os **Corpos de Bombeiros privativos** pertencem a uma pessoa colectiva privada que, por razões da sua actividade ou património, tem necessidade de criar e manter um corpo profissional de bombeiros para auto protecção. A sua área de actuação restringe-se aos limites da propriedade da entidade detentora, podendo actuar fora dela por requisição do Presidente da Câmara do respectivo município ou da ANPC.

3.1.2. Estrutura de comando dos Corpos de Bombeiros: diferenciação entre Profissionais e Voluntários

Nos termos da alínea c) do artigo 7.º do Decreto-Lei 247/2007 *“os corpos de bombeiros profissionais detêm uma estrutura que pode compreender a existência de regimentos, batalhões, companhias ou secções, ou pelo menos de uma destas unidades.”*

Diferentemente, dos corpos de bombeiros mistos e voluntários, como adiante veremos, os elementos que compõem estes corpos de bombeiros profissionais integram apenas dois tipos de quadro: o quadro de comando e o quadro activo, enquanto que nos CB's Voluntários também existem, nos CB's organizados em regimentos e batalhões existe ainda a seguinte estrutura organizativa interna:

- O comando;
- A secção técnica;
- A companhia de instrução;
- As companhias operacionais;
- Os serviços logísticos.

Nos corpos de bombeiros voluntários ou mistos a estrutura de comando é composta por:

- Comandante;
- 2º Comandante;
- Adjuntos de Comando.

Por outro lado, a estrutura operacional do corpo de bombeiros voluntários, compreende, nos termos do artigo 4.º do Despacho nº 20915/2008, de 11 de Agosto, as seguintes unidades (fig. 28):

- Companhia;
- Secção;
- Brigada;
- Equipa.

Por outro lado, os bombeiros profissionais integrados em CB's sapadores (seis no País), são enquadrados no quadro do respectivo município, na qualidade de corpo especial da função pública. Já os restantes CB's municipais (dezoito no Continente) são enquadrados no quadro do respectivo município na qualidade de bombeiros funcionários municipais.

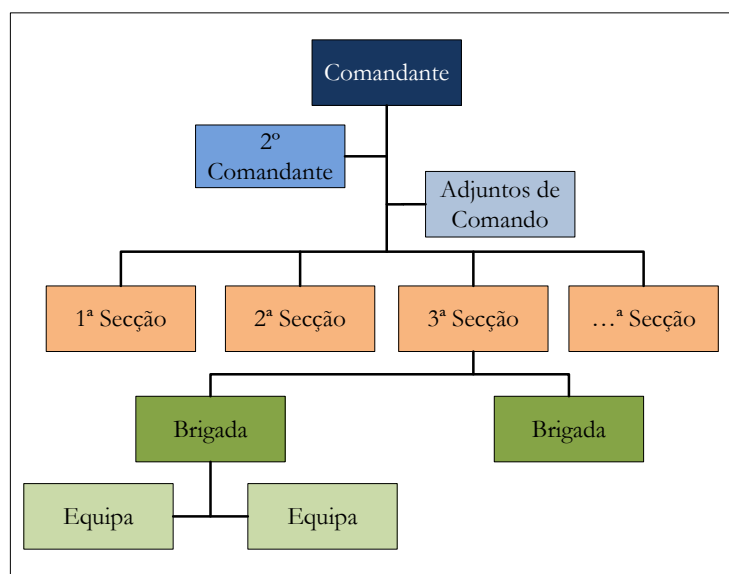


Fig. 28 – Organograma de um CB voluntário, segundo o modelo organizativo definido no Despacho nº 2091/2008 da ANPC.

Quanto ao provimento das estruturas de comando nos corpos de bombeiros profissionais da administração local, o provimento do comandante, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 106/2002, de 13 de Abril, “é feito por concurso de entre indivíduos licenciados com experiência de, pelo menos, quatro anos na área da protecção e do socorro e no exercício da

função de comando ou de chefia”, ou por escolha e nomeação do respectivo Presidente da Câmara, em regime de comissão de serviço, por cinco anos, renovável, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 7.º do citado Decreto-Lei 106/2002.

O método de selecção para os comandos e adjuntos técnicos das companhias segue os padrões normais do regime geral de recrutamento e selecção de pessoal para os quadros da administração local, nos termos, do n.º 4 do artigo 7.º do já referenciado Decreto-Lei 106/2002.

Quanto ao provimento da Estrutura de Comando nos Corpos de Bombeiros Voluntários ou Mistos não pertencentes ao Município, o comandante é nomeado pela entidade detentora do CB, de entre indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 60 anos e *“preferencialmente de entre os oficiais bombeiros ou, na sua falta ou por razões devidamente fundamentadas, de entre bombeiros da categoria mais elevada, habilitados com o 12.º ano ou equivalente, pelo menos, e cinco anos de actividade nos quadros do CB”* (alínea a) do art.º 32 do Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de Junho). A nomeação é feita por cinco anos, renovável, até ao limite máximo de 65 anos de idade (n.º 2 art.º 32).

A Lei permite ainda que sejam nomeados indivíduos de reconhecido mérito no desempenho de anteriores funções de liderança ou comando. *“Contudo, a nomeação destes outros elementos não pertencentes à carreira de oficial bombeiro deve ser precedida de avaliação destinada a aferir as capacidades físicas e psicotécnicas dos candidatos, bem como a aprovação em curso de formação, nos termos de regulamento a aprovar pela ANPC.”* (n.º 3 do art.º 32). O 2.º Comandante e os Adjuntos de Comando são também nomeados pela Direcção da Associação, sob proposta do comandante, observando-se idênticos critérios de recrutamento.

Nos corpos de bombeiros voluntários o novo regime jurídico (Decreto-Lei n.º 247/2007) assinala no seu artigo 9.º que os elementos que compõem os corpos de bombeiros voluntários ou mistos integram os seguintes quadros de pessoal:

- a) **Quadro de Comando** – onde se inserem os elementos com poder e autoridade para comandar o respectivo corpo nas missões que lhes estão conferidas.
- b) **Quadro activo** – onde se inserem os bombeiros aptos para a execução de missões, normalmente integrados em equipas operacionais.
- c) **Quadro de reserva** – onde se inserem os bombeiros que atingiram o limite de idade para permanecer na respectiva categoria (60 e 65 anos, respectivamente, para o quadro activo e quadro de comando) ou que, “não podendo permanecer nos restantes quadros por motivos profissionais ou pessoais, o requeiram e obtenham aprovação do comandante do CB.”

d) Quadro de honra – onde se inserem os elementos que durante longo período de tempo serviram com zelo, dedicação, disponibilidade e abnegação, sem qualquer punição disciplinar, o seu corpo de bombeiros ou que adquiriam doença ou incapacidade ocorridas em serviço.

Como se pode constatar, a nova legislação deixa cair o antigo quadro de *especialistas* e *auxiliares* que se podem inserir nos quadros existentes, como supranumerários nos termos da alíneas a), b), c) e d) do Despacho n.º 22 397/2007.

Por outro lado, o novo regime jurídico, consoante o número de elementos integrantes dos corpos de bombeiros voluntários ou mistos, define as seguintes tipologias:

- Tipo 4 – até 60 elementos;
- Tipo 3 – até 90 elementos;
- Tipo 2 – até 120 elementos;
- Tipo 1 – superior a 120 elementos.

O Comandante dirige o corpo de bombeiros *“e é o primeiro responsável pelo desempenho do corpo e dos seus elementos, no cumprimento das missões que lhe são cometidas”* (n.º 2 do art.º 12 do Decreto-Lei 247/007), sendo coadjuvado pelo 2.º Comandante que o substitui nos seus impedimentos e pelos adjuntos de comando, cujo número varia em função da tipologia do respectivo corpo de bombeiros. A título de exemplo, num CB misto ou voluntário de tipologia 1 (mais de 120 elementos no quadro activo), o respectivo quadro de comando compreenderá um Comandante, um 2.º Comandante e três adjuntos.

Finalmente, o novo regime jurídico dos corpos de bombeiros mistos e voluntários prevê nos artigos 18.º e 19.º, respectivamente, a criação pela ANPC de Forças Especiais (por exemplo os Canarinhos), com recrutamento nos CB's mistos e voluntários, que *“devem ter estrutura e comando próprio”* e podendo cumprir *“missões de cooperação internacional ou de auxílio a operações nas regiões autónomas.”* O que distingue, em primeira instância, os Canarinhos dos restantes bombeiros voluntários é, a disponibilidade permanente, a qualidade da formação e a remuneração.

3.1.3. Centralidade da função do Comandante na Organização Interna de um Corpo de Bombeiros

Naturalmente, como se compreenderá, a organização interna de um corpo de bombeiros está assim dependente da espécie de corpo de bombeiros em causa, ressaltando-se nos termos do artigo 16, do Decreto-Lei n.º 247/2006, o princípio de que todos os corpos de bombeiros se organizam de acordo com o princípio da unidade de comando.

Neste caso, importa que nos debrucemos sobre a realidade dos CB's ditos voluntários. Ora, se nos termos do n.º 2 do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 247/2007, *“o comandante dirige o corpo de bombeiros e é o primeiro responsável pelo desempenho do corpo e dos seus elementos, no cumprimento das missões que lhes são cometidas”*, desde logo se compreende a centralidade da figura do comandante na dinâmica dos CB's ditos voluntários, como também nos mistos e, bem assim, da responsabilidade que cabe às direcções das entidades detentoras, na sua escolha e nomeação, considerando a complexidade das funções que estão cometidas aos comandantes nos termos do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei 241/2007, a citar:

- a) *“Garantir a unidade do corpo de bombeiros;*
- b) *Velar e garantir a prontidão operacional;*
- c) *Assegurar a articulação operacional permanente com as estruturas de comando operacionais de nível distrital;*
- d) *Assegurar, nos termos da lei, a articulação com o respectivo serviço municipal de protecção civil;*
- e) *Garantir a articulação operacional com os corpos de bombeiros limítrofes;*
- f) *Zelar pela segurança e saúde dos bombeiros;*
- g) *Planear e desenvolver as actividades formativas e operacionais;*
- h) *Elaborar as normas internas necessárias ao bom funcionamento do corpo de bombeiros, bem como as estatísticas operacionais;*
- i) *Garantir a articulação, com correcção e eficiência, entre o corpo de bombeiros e a respectiva entidade detentora, com respeito pelo regime jurídico do corpo de bombeiros e pelos fins da mesma entidade.”*

Com tal volume de tarefas e complexidade de funções, poderá ser comandante quem quer, ou apenas o deverá ser quem detiver as adequadas competências e disponibilidade suficiente para o cargo?

Porque a problemática de quem nomeia os comandos tem sido alvo de forte controvérsia ao nível das associações e corpos de bombeiros voluntários, e da própria ANPC, é pertinente referenciar algumas opiniões “a favor” e “contra”, relativamente a esta matéria.

“Na realidade, o CB pertencente juridicamente à Associação, embora sujeito à tutela administrativa do Estado, expressa no poder de inspecção e obediência a normativos. Logo o poder de nomear e exercer acção disciplinar sobre os comandantes deveria ser das Direcções. Todavia, nos anos 70/80, questões de ordem política vulnerabilizavam completamente a posição dos comandantes perante as direcções de campo contrário. Daí que, e parece-me bem, os comandantes são nomeados pelas direcções, mas depende à posteriori da homologação pela opção estatal” (Santos, CPE-2007:4).

Para o Comandante Nacional de Operações de Socorro Gil Martins, *“o fundamental não é quem nomeia, mas quem é nomeado (...) o comandante acima de tudo deve ser um técnico e gestor de homens e deve ter formação adequada e normalizada”* (Martins, CPE-2008:2).

Parafraseando o actual Presidente da LBP e da ENB, *“o modelo em vigor tem vantagens inconvenientes. Mas é um falso problema colocar esta questão com condicionantes da existência de bons ou maus comandantes. Nomeie quem nomear, o que é fundamental é que deixe de ser comandante quem quer, passando a ser comandante que reúne condições de base para esse efeito”* (Caldeira, CPE-2008:1).

Na prática, atento o conhecimento que detemos do sector, verifica-se uma quase total ausência de critérios na escolha e nomeação dos Comandantes, inclusive não se salvaguarda, nalguns casos, a própria condição física do nomeado.

Para o experiente comandante da companhia dos bombeiros sapadores de Setúbal, Engenheiro Mário Macedo *“a nomeação de um Comandante deve obedecer a critérios de competências que não podem ser negociados. Quem perde com isto tudo? Todos. Ao não existirem pessoas com qualificações/competências necessárias, não pode haver uma condição do grupo, uma gestão orçamental, um planeamento/execução/validação da formação adequados, entre muitos outros aspectos, para além do factor meramente operacional em que, sinceramente, o comandante tem um peso e preponderância menores”* (Macedo, CPE-2008:5).

Particularmente interessante é a opinião do Ex-Inspector Superior do SNB, Guedes de Moura: *“A nomeação e exoneração dos elementos do comando nunca poderão ser competência das Direcções das Associações. Um dos grandes erros da anterior dita reforma do sistema foi alterar essa competência. O processo de nomeação não deve sustentar-se numa escolha de alguém sem qualquer currículo de comando, de protecção e socorro. É incompreensível que se prepare em 15 dias úteis um Comandante de Bombeiros com a enorme responsabilidade que lhe advém do cargo, em serviços onde, de uma ordem mal dada, poderá resultar uma tragédia. Salvar vidas e haveres requer muito conhecimento (saber) e muita experiência. A nomeação dum comandante só deve ser ultimada após conclusão duma formação completa, mesmo que intensiva, e avaliação final positiva. Doutra forma será impossível melhorar os níveis de actuação dos CB's como será desejável”*. (Moura, CPE-2007:3-4).

Já para o Ex-Inspector e antigo Vogal do SNB, Engenheiro Ferreira de Castro *“só deveria ser nomeado comandante um elemento que já pertencesse ao quadro de comando do respectivo CB (ou eventualmente de outro) com habilitações mínimas de 12º ano de escolaridade, para os provenientes de carreira, ou curso superior nos restantes casos”* (Castro, CPE-2008:3).

Vai nesta linha a proposta do Professor Romero Bandeira quando assevera que “as direcções das Associações deveriam única, pura e simplesmente remeter para escolha propostas acompanhadas de adequado curriculum vitae estabelecido de acordo com a lei.” (Bandeira, CPE-2007:2).

Ainda neste sentido, o Ex-Presidente do SNB, Inspector Cascada, afirma peremptoriamente porque não concorda: “Vantagens, só para as Direcções, que tiram e põem Comandantes a seu belo prazer e de acordo com as suas tendências políticas. Inconvenientes. Muitos, entre outros:

- Deficiente dependência hierárquica do CODIS;
- Padronização do amiguismo e a da cor política, ao invés da capacidade técnica, do conhecimento e da experiência.

Esta situação, existente antes de 1980, era considerada redutora para um desempenho eficaz das estruturas de bombeiros, pelo que foi alterada com a criação do extinto SNB. O restabelecimento da renovação do Comandante pelas Direcções é, para mim, um retrocesso.” (Cascada, CPE-2007:3).

Para o Ex-Comandante de Bombeiros Voluntários e formador da ENB, Matos Guerra, não existem inconvenientes na nomeação do Comandante pelas direcções, “desde que sejam definidos a nível da tutela pré-requisitos, critérios de selecção, etc..., isto é, deixar de se escolher o “afilhado” e escolher-se pelo perfil, competência, saber, liderança e formação “(...), asseverando ainda que “o curso prévio específico para o desempenho da função deve ser eliminatório”. (Guedes, CPE-2007:2).

Ainda antes de encerrarmos esta vasta problemática, que não se esgota nestas páginas, importa salientar a opinião cientificamente avalizada do Professor Luciano Lourenço para quem a nomeação do comandante nos CB's voluntários é uma questão de importância incontornável. “No entanto, essa importância tem de ser analisada sob várias ópticas. Com efeito, ela deveria ser eminentemente operacional. No entanto, frequentemente, o Comandante é dos elementos menos operacionais e, por vezes, quando o é, apenas complica o normal desenrolar da situação. Também a resolução desta situação passa por decisões politicamente incómodas o que faz com que a indefinição se perpetue. Com efeito, a importância da figura do Comandante do Corpo de Bombeiros deveria resultar dos seus conhecimentos, dos saberes que possui e que lhe conferem competências específicas para a resolução de problemas concretos, não só de comando das operações de socorro, mas também de planeamento e, até, de formação, no âmbito das competências que a Lei lhe confere. Todavia, a nomeação dos Comandantes não obedece a qualquer critério objectivo, face à missão que vai desempenhar, o que até pode ser admissível face aos condicionalismos em que vivem as Associações de Bombeiros, mas já não é compreensível que essas nomeações sejam tacitamente aceites por quem deveria zelar pela prestação de um socorro de qualidade. Admito que, em muitos locais, não seja fácil encontrar alguém disponível para, nas actuais circunstâncias, aceitar a espinhosa missão de ser Comandante de Bombeiros. No entanto, não duvido de que, se essa missão fosse desempenhada num outro contexto organizacional, porventura no subjacente ao actual Comandante Operacional Municipal, e em que a selecção

dos candidatos obedecesse ao reconhecimento das suas competências para o desempenho da missão, não faltariam candidatos e de que tal seria extremamente benéfico para o sistema”. (Lourenço, CPE-2007:3-4)

Em síntese, estamos perante uma matéria de forte discussão e controvérsia, em que as opiniões se dividem quanto às vantagens e desvantagens da nomeação do Comandante do CB pelas direcções das associações, considerando que do desempenho deste elemento fulcral da vida organizacional do CB decorre, em boa medida, a dinâmica deste na prestação do socorro com prontidão e eficácia.

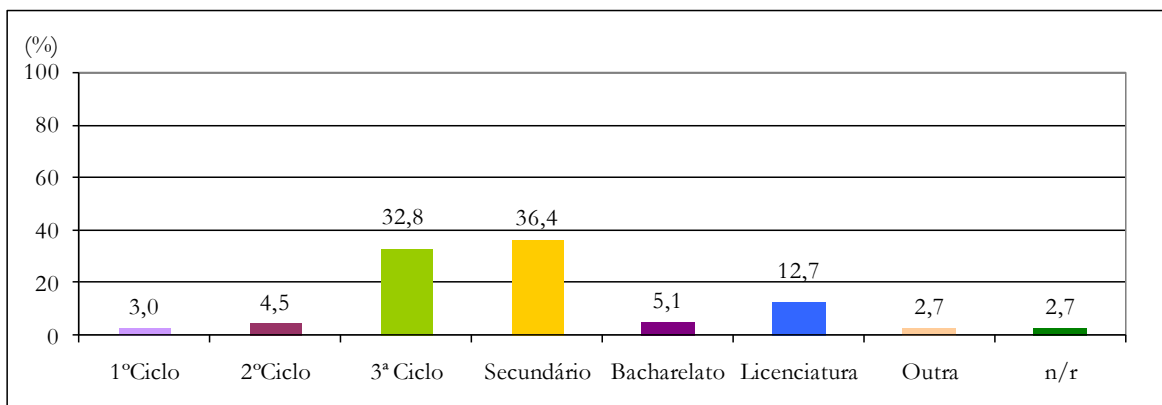
O Ex-Presidente do SNB, Rebelo Marinho (CPE-2008:1) é bem claro quando assinala que *“sendo as associações detentoras dos CB’s, faz todo o sentido, aliás só faz sentido que a escolha e nomeação dos Comandantes sejam reportadas às Direcções. Julgo mesmo que o poder disciplinar devia ser transferido igualmente para as Direcções. Só assim o edifício terá coerência. O inconveniente que vejo tem a ver com a excessiva proximidade que pode contaminar a relação e as responsabilidades. Ao Estado estará reservado o papel regulador e fiscalizador que deve ser forte e criterioso, dotado de mecanismos de intervenção. O Estado deve ser capaz de definir regras e ser capaz de as fazer cumprir.”*

Já o Ex-Presidente do SNBPC, Manuel João Ribeiro assevera que as vantagens da nomeação pelas direcções associativas *“resultam da possibilidade de identificação e partilha comum de objectivos entre direcção e corpo de bombeiros, não criando mecanismos de resistência entre ambos, devido a visões distintas. Como inconvenientes poderão ser considerados eventuais faltas de sintonia com as estruturas hierárquicas do comando operacional.”* (Ribeiro, CPE-2007:2).

Sem prejuízo da imprescindível competência técnica e de gestão dos comandantes, compreendem-se os prós e contras quanto ao processo de nomeação pelas direcções nos termos da alínea a) do artigo 32 do citado Decreto-Lei n.º 241/2007, considerando a natureza bicéfala do poder e autoridade nos CB’s ditos voluntários. Assim, no actual enquadramento, parece-nos crucial para o bom funcionamento de qualquer CB que a direcção e o comando estabeleçam um relacionamento harmónico com vista a um objectivo comum: *socorrer com prontidão e qualidade*. Todavia, este desiderato não pode prejudicar, ou pôr em causa, a transparência e neutralidade de um processo de recrutamento e selecção baseado na definição legal e imperativa do perfil de competências físicas, técnicas, psicológicas e relacionais, bem como nas qualificações académicas exigidas para o exercício da função de comandante, sem prejuízo dos necessários ajustamentos à espécie e tipologia do corpo de bombeiros.

3.1.3.1. Habilitações literárias e proveniência da estrutura de comando dos bombeiros

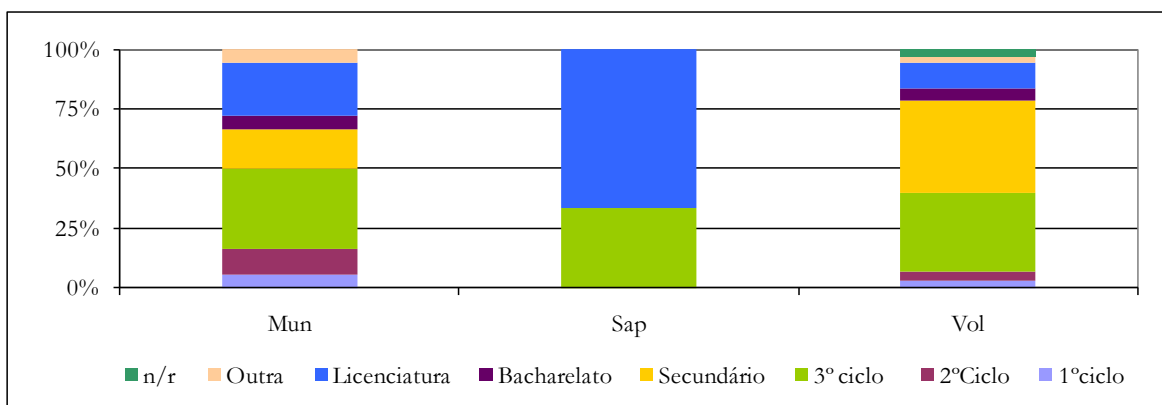
As habilitações literárias da estrutura de comando dos corpos de bombeiros sapadores, municipais e voluntários, correspondem, maioritariamente ao 12º ano de escolaridade, com 36,4%, seguidos pelo 3º Ciclo, com 32,8%, e licenciatura, com 12,7% (fig. 29).



Fonte: Inquérito próprio (2007).

Fig. 29 - Habilitações literárias dos comandos dos CB's.

Já quanto às habilitações literárias dos elementos de comando dos CB's, por tipologia, verifica-se que é nos sapadores onde a percentagem de habilitações (licenciatura) é mais elevada, seguido pelos municipais não sapadores (fig. 30).

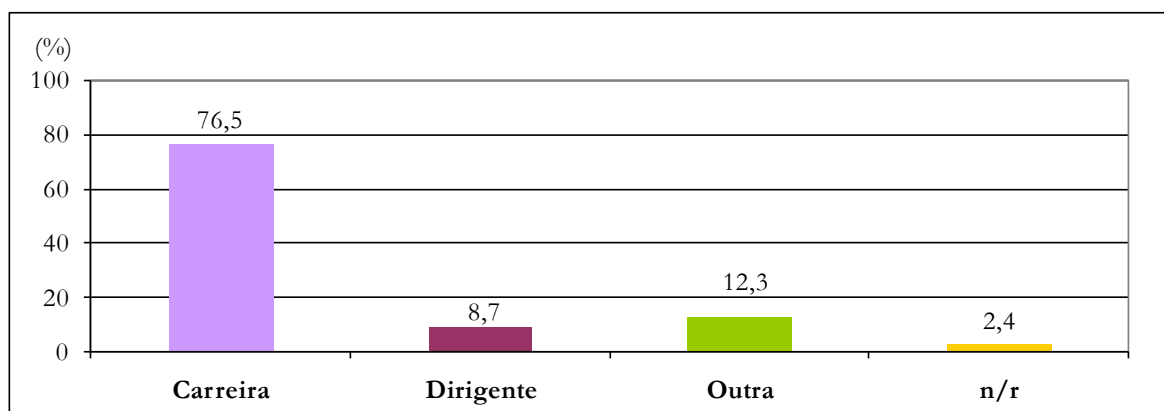


Fonte: Inquérito próprio (2007).

Fig. 30 - Habilitações literárias do comando por tipologia.

Considerando a importância do perfil do comandante particularmente ao nível das qualidades de liderança e experiência técnica, procurámos conhecer também, no âmbito do

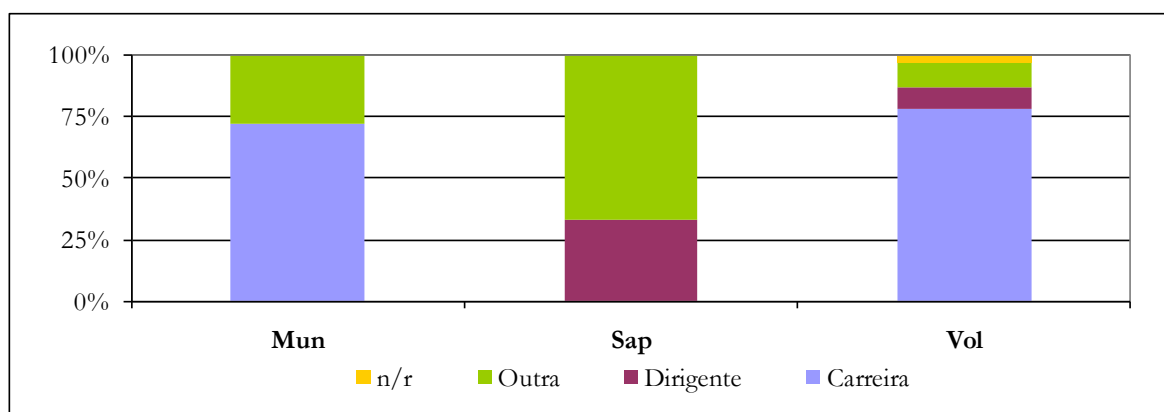
nosso inquérito, a proveniência do comandante, uma vez que, sobretudo nos corpos de bombeiros voluntários, nem sempre a escolha recai sobre os mais competentes e experientes. Assim verificámos que 76,5% dos comandantes provêm da carreira de bombeiro, 8,7% da carreira de dirigente associativo e 12,3% de outra carreira (fig. 31).



Fonte: Inquérito próprio (2007).

Fig. 31 – Proveniência do Comandante nos CB's.

Já quanto à proveniência do comandante por tipologia dos CB's, verificámos que a percentagem mais alta de comandantes oriundos da carreira de bombeiro se verifica nos bombeiros voluntários, seguida dos municipais e, por último, dos corpos de bombeiros sapadores, sem comandantes oriundos da carreira. Nos sapadores é bastante comum que o comandante tenha origem em elementos dos quadros superiores das forças armadas, em especial do exército, sendo provenientes do ramo científico das engenharias (fig. 32).



Fonte: Inquérito próprio (2007).

Fig. 32 - Proveniência do Comandante, por tipologia.

Em suma, nos CB's voluntários está a cumprir-se bastante bem o disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 32 do Decreto-Lei nº 241/2007 quanto à proveniência do comandante. Nos termos do mesmo art.º 32, já o mesmo não acontece quanto às habilitações académicas dos comandantes posto que, a lei exige o mínimo do 12º ano.

3.1.3.2. Opinião dos bombeiros sobre a criação de uma Carreira Única

Considerando que os riscos e a missão são idênticos para bombeiros profissionais e voluntários, parece justificar-se a criação de uma carreira única para todos os bombeiros portugueses, assunto que há muito se discute e que merece a concordância da generalidade (86,1%) dos bombeiros inquiridos (fig. 33), o que poderá ser mais um passo importante para a sua concretização. Quanto aos resultados obtidos, segundo a tipologia dos corpos de bombeiros verifica-se que é nos municipais (não sapadores) que a percentagem de respostas afirmativas é maior 89,9%, seguindo-se os voluntários, 86,0% e por fim, os sapadores com 83,3% (fig. 34).

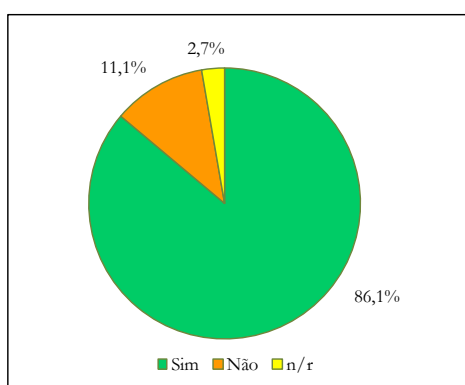


Fig. 33 – Opinião dos bombeiros sobre a carreira única.

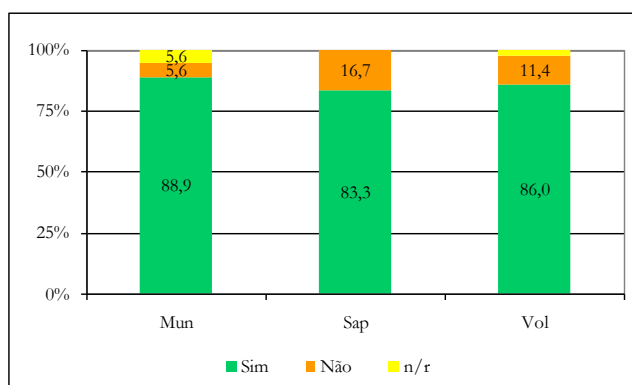


Fig. 34 – Opinião dos bombeiros, segundo a tipologia dos CB's.

Fonte: Inquérito próprio (2007).

Quando questionados sobre um modelo concreto de carreira única (Quadro VI), embora a larga maioria dos inquiridos se tenha mostrado favoravelmente, (fig.s 34 e 35), número significativo parece não concordar com a proposta apresentada.

Quadro VI - Proposta de carreira única.

ACTUAL DESIGNAÇÃO		NOVA PROPOSTA (Carreira única)	
Sapadores	Voluntários e Municipais	CARREIRA	CATEGORIA
N/existe	N/existe	Oficial Superior	Chefe Superior Principal (1)
			Chefe Superior (2)
Chefe Principal	Comandante	Oficial	Chefe Principal (3)
Chefe de 1ª classe	2ª Comandante		Chefe de 1ª classe (4)
Chefe de 2ª classe	Adjunto do Comando		Chefe de 2ª classe (5)
Subchefe Principal	Chefe (6)	Chefia	Subchefe Principal
Subchefe 1ª classe	Subchefe		Subchefe de 1ª classe
Subchefe 2ª classe	Bombeiro 1ª classe		Subchefe de 2ª classe
Bombeiro Sapador	Bombeiro 2ª classe	Bombeiro	Bombeiro Especialista
	Bombeiro 3ª classe		Bombeiro
(1) - Comandante de Regimento; (2) - Comandante de Batalhão; (3) - Comandante de Companhia (e de C. B. Municipais e Voluntários, tipo 1 e 2); (4) - Comandante de Secção/Pelotão (e de C. B. Voluntários, de tipo 3); (5) - Comandante de C.B. Voluntários, de tipo 4; (6) - Esta categoria passaria a corresponder à carreira de oficial bombeiro, que será subdividida em diversas categorias.			

Fonte: Inquérito próprio (2007).

Da análise das respostas constatámos que do total dos inquiridos, 59,6% concordaram com a proposta por nós apresentada, cerca de 1/3 deles (34%) não concordaram e, 6,3%, não responderam (fig. 35). A análise das respostas afirmativas, obtidas segundo a tipologia dos CB's, é esclarecedora, na medida em que quem mais teria a ganhar, os bombeiros voluntários, são aqueles que apresentam a menor percentagem de respostas positivas (58,4%), enquanto os sapadores são aqueles que menos terão a ganhar, são, no entanto e porventura os mais esclarecidos, já que, 83,3%, responderam positivamente (fig. 36).

Auscultámos ainda os CB's quanto à sua opinião sobre a criação da carreira de oficial bombeiro, determinada também pelo novo regime jurídico dos corpos de bombeiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 247/2007, tendo-se verificado que mais de três quartos (79,4%) dos inquiridos respondeu afirmativamente, 22,6% não concorda e 3% não responde (fig. 37).

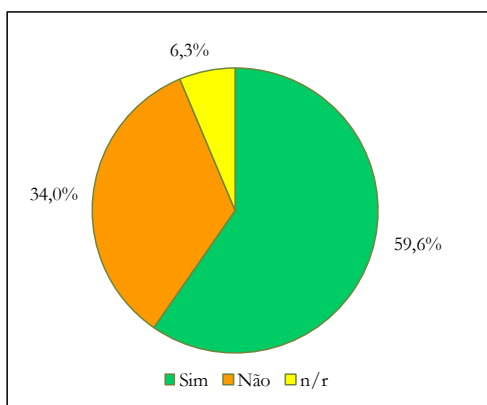
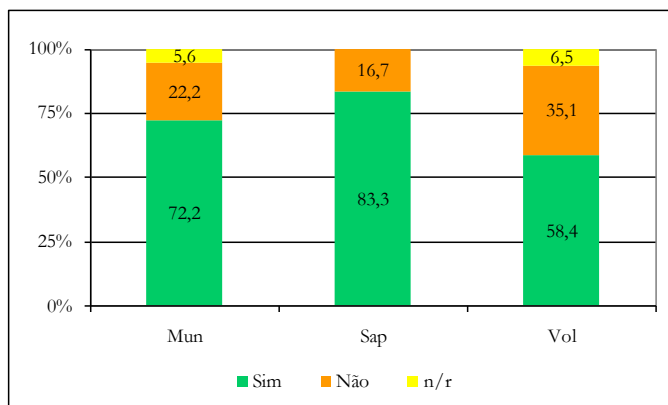


Fig. 35 – Concordância com a proposta de Carreira Única.



Fonte: Inquérito próprio (2007).

Fig. 36 – Percentagem de respostas afirmativas quanto à proposta de carreira única.

Relativamente à opinião dos inquiridos por tipologia dos CB's, a totalidade dos sapadores (100%) respondeu afirmativamente seguindo-se os municipais (83,3%) e, embora, em menor percentagem os voluntários (73,4%), pelo que esta não pode deixar de ser considerada muito significativa. (fig. 38).

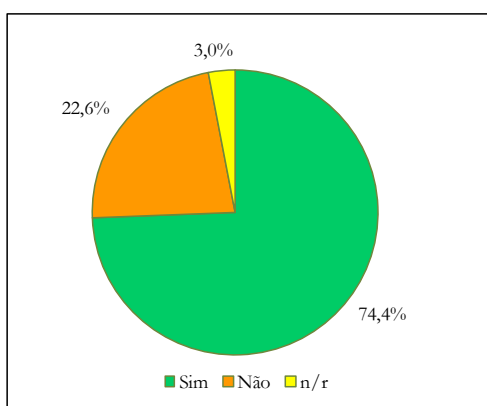
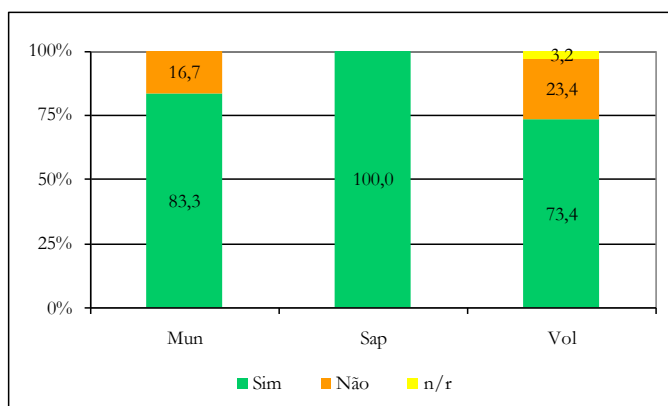


Fig. 37 – Opinião sobre a criação da carreira de Oficial Bombeiro.



Fonte: Inquérito próprio (2007).

Fig. 38 – Opinião sobre a criação da carreira de Oficial Bombeiro, por tipologia. Bombeiro.

É provável que as questões suscitadas não tivessem sido interpretadas de igual forma por profissionais e voluntários, posto que, para os primeiros, sobretudo para os profissionais sapadores, é importante o alargamento ao todo nacional para reforço do seu estatuto e em conformidade com o discurso e o ideário da sua associação e sindicato nacionais. Por seu turno, aos municipais não sapadores interessa ascender ao estatuto de sapador atento

sobretudo o índice remuneratório daqueles. Já quanto aos voluntários, os que se encontram contratados pelas associações preferiam, certamente, auferir do estatuto social e remuneratório dos profissionais, posto que, *“para funções e riscos iguais, salários iguais”*.

Finalmente, é nossa convicção que muitos comandos dos CB's voluntários tomaram já consciência da tendência de esgotamento do actual modelo de socorro baseado no voluntariado, tornando-se “simpatizantes” do modelo de CB's mistos (voluntários + profissionais) para garantir a prontidão no socorro que as comunidades de hoje exigem.

3.2. Papel das Forças de Segurança e das Forças Armadas no Socorro

Nos termos do teor preambular do SIOPS, citado pelo Decreto-lei n.º 134/2006, de 25 de Julho, *“todos os agentes de protecção civil actuam no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respectiva dependência hierárquica e funcional”*. Assim, quer a GNR, quer a PSP, enquanto agentes de protecção civil, cumprem todas as missões que legalmente lhe são atribuídas, de acordo com directivas operacionais próprias, sendo a sua colaboração requerida pela ANPC *“de acordo com os planos de envolvimento aprovados ou quando a gravidade da situação assim o exija, mas sempre enquadrada pelos respectivos Comandos e legislação específica”* (ANPC, 2008: 22).

À GNR compete a coordenação de acções de prevenção, vigilância, detecção e fiscalização da floresta, disponibilizando informação permanente de apoio à decisão, ao CNOS e CDOS, através do seu oficial de ligação colocado naquelas estruturas.

Por outro lado, durante os períodos críticos, a GNR e a PSP (neste caso, a pedido da autoridade competente e na sua área de competência territorial) exercem missões de condicionamento de acesso, circulação e permanência de pessoas e bens no interior de zonas críticas, bem como missões de fiscalização sobre o uso de fogo, queima de sobranes, realização de fogueiras e a utilização de foguetes ou outros artefactos pirotécnicos.

Finalmente, a pedido do CODIS ou do COS (Comandante das Operações de Socorro) exercem missões de:

- *“Isolamento de áreas em zonas e períodos críticos;*
- *Abertura de corredores de emergência para as forças de socorro;*
- *Escolta e segurança de meios dos bombeiros no TO (teatro de operações) ou em deslocamento para operações;*
- *Apoio à evacuação de populações em perigo.”* (Directiva Operacional, 2008:23).

As Forças Armadas (FA) colaboram com a protecção civil, nos termos dos artigos 52.º a 58.º da LBPC. Neste quadro jurídico, compete aos Governadores Cívicos e Presidentes de Câmaras Municipais solicitar ao Presidente da ANPC a participação das FA em missões de protecção civil nas respectivas áreas operacionais.

Estas necessidades, após parecer do Comandante Operacional Nacional quanto ao tipo e dimensão da ajuda e definição de prioridades, são apresentadas ao Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA), ainda que a coordenação das acções e meios das FA, ao nível do CNOS, seja feita através do seu oficial de ligação colocado em regime de permanência naquela estrutura. Em caso de manifesta urgência, a autorização de actuação compete aos comandantes das unidades implantadas na área afectada para os efeitos solicitados.

Nos termos da Directiva Operacional (1/2008) da ANPC e de acordo com os planos próprios e disponibilidade de recursos, as FA colaboram em acções de protecção civil com:

- a) *“Meios humanos e materiais para actividades de patrulhamento, vigilância e detecção, sob a coordenação da GNR, ataque inicial, rescaldo e vigilância activa pós-incêndio;*
- b) *Máquinas de Rasto para combate indirecto a incêndios, defesa de aglomerados populacionais e apoio ao rescaldo;*
- c) *Apoio logístico às forças de combate em TO, nomeadamente infra-estruturas, alimentação, água e combustível;*
- d) *Apoio à evacuação de populações em perigo;*
- e) *Disponibilização de infra-estruturas para operação de meios aéreos, nacionais ou estrangeiros, apoio logístico e reabastecimento de aeronaves ao serviço da ANPC, quando exequível e previamente coordenado;*
- f) *Disponibilização de dois helicópteros Alouette III para a coordenação de operações aéreas e transporte de pessoal;*
- g) *Apoio à vigilância e detecção de incêndios quando da realização de missões regulares das Forças Armadas.*
- h) *Disponibilização de um Oficial de ligação ao CNOS e aos CDOS” (ANPC, 2008:23-24).*

De forma a intervirem em determinadas operações de apoio e socorro às populações, estão definidos, os seguintes planos de operações:

- Plano de operações Lira: apoio do Exército na prevenção, detecção e eventual combate aos incêndios florestais e no abastecimento de água às populações carenciadas;

- Plano de operações Tejo: colaboração da Marinha nas zonas afectadas pelas cheias do rio Tejo;
- Plano de operações Aluvião: apoio do Exército à estrutura de protecção civil em caso de eventuais situações de cheias (Lopes, CPE-2007:2).

Nos termos do n.º 1 do art.º 59, da Lei de Bases de Protecção Civil, *“em situação de guerra e em estado de sítio ou estado de emergência, as actividades de protecção civil e o funcionamento do sistema instituído pela lei, subordinam-se ao disposto na Lei de Defesa Nacional e na Lei sobre o Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência.”*

3.3. Papel das Autoridades Marítima e Aeronáutica

No essencial, a colaboração da Autoridade Marítima no âmbito da Protecção Civil, *“será requerida através do Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo e dos seus órgãos locais (Capitanias dos Portos) na coordenação e georeferenciação das acções de “scooping” dos aerotanques anfíbios para reabastecimento, em espaços jurisdicionais da Autoridade Marítima, de forma a garantir que estas decorram com segurança.”* (Directiva Operacional, 2008: 24).

Quanto às formas de colaboração da Autoridade Aeronáutica, a mesma cinge-se à cooperação contínua com a ANPC na avaliação, apoio técnico e controlo de manutenção das aeronaves do dispositivo da protecção civil, bem como no levantamento e determinação operacional dos pontos de *“scooping”* associados às aeronaves anfíbias e helicópteros.

Ambas as autoridades, disponibilizam, a pedido e sempre que a situação o justifique, um delegado para integrar cada um dos Centros da Coordenação Operacional Distrital ou participar em *briefings* do CDOS respectivo, no caso da Autoridade Marítima e no Centro de Coordenação Operacional Nacional e nos *briefings* do CNOS (Centro Nacional de Operações de Socorro) no caso da Autoridade Aeronáutica.

3.4. Competências no Socorro Pré-Hospitalar

Nos termos do Decreto-Lei n.º 220/2007, de 29 de Maio, o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) é o agente de protecção civil a quem cabe a função de coordenação do Sistema Integrado de Emergência Médica (SIEM), no quadro do qual se

inclui toda a actividade de urgência/emergência, nomeadamente nos termos do n.º 2 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 220/2007, o sistema de:

- *“Socorro pré-hospitalar, nas suas vertentes medicado e não medicado;*
- *Transporte, recepção hospitalar e a adequada referenciação do doente urgente/emergente;*
- *Referenciação e transporte de urgência/emergência;*
- *Recepção hospitalar e tratamento urgente/emergente;*
- *Formação em emergência médica;*
- *Planeamento civil e prevenção;*
- *Rede de telecomunicações de emergência médica.”*

Para além de outras missões relacionadas com o Sistema Integrado de Emergência Médica, incumbem ainda ao INEM, no âmbito do socorro a prestar à população, nos termos do n.º 3 do art.º 3.º do diploma atrás referenciado, as seguintes missões:

- *“Assegurar o atendimento, triagem, aconselhamento das chamadas que lhes sejam encaminhadas pelo número de emergência 112 e accionamento dos meios de socorro apropriados no âmbito da emergência médica;*
- *Assegurar a prestação de socorro pré-hospitalar e proceder ao transporte para as unidades de saúde adequadas;*
- *Promover a recepção e o tratamento hospitalar adequado do urgente/emergente;*
- *Promover a criação e correcta utilização de carregadores integrados de urgência/emergência (“vias verdes”);*
- *Promover a integração coordenada dos serviços de urgência/emergência no SIEM;*
- *Promover a correcta referenciação do doente urgente/emergente;*
- *Promover a adequação do transporte inter-hospitalar do doente urgente/emergente;*
- *Promover a formação e qualificação do pessoal indispensável às acções de emergência médica;*
- *Assegurar a elaboração dos planos de emergência/catástrofe em colaboração com as administrações regionais de saúde e com a Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC);*
- *Orientar a actuação coordenada dos agentes de saúde nas situações de catástrofe ou calamidade, integrando a organização definida em planos de emergência/catástrofe.”*

A legislação em vigor refere, ainda, que o transporte de doentes em situação de emergência está reservado ao INEM e às entidades por ele reconhecidas ou com as quais celebre acordos com essa finalidade, nomeadamente:

- Corpos de bombeiros (CB's);
- Polícia de Segurança Pública (PSP);
- Cruz Vermelha Portuguesa (CVP).

O INEM é um instituto público dotado de personalidade jurídica e financeira e património próprio, com sede em Lisboa e delegações regionais, no Porto, Coimbra, Lisboa e Faro, exercendo a sua actividade a nível de todo o território continental.

Nos termos dos seus Estatutos aprovados pela Portaria nº 647/2007, de 30 de Maio, as delegações regionais asseguram a gestão, na respectiva área geográfica, dos processos relativos à frota, rede de telecomunicações e centro de formação, bem como do funcionamento do CODU (Centro de Orientação de Doentes Urgentes), que é responsável pela triagem telefónica, aconselhamento médico e accionamento de meios. Prevê-se para breve a georeferenciação dos meios de socorro, a qual permitirá a escolha de meio em função da distância/tempo e não da área de influência. O avanço nas novas tecnologias permitirá também, em futuro próximo, o acompanhamento de meios no local das ocorrências por telemedicina (Lopes, CPE-2007:2).

Por outro lado, nos termos da Directiva Operacional Nacional 1/2008 ANPC, o INEM coordena todas as actividades de saúde em ambiente pré-hospitalar, a triagem e evacuações primárias e secundárias, a referenciação e transporte para as unidades de saúde adequadas, bem como a montagem de postos médicos avançados. Cabe também ao INEM a triagem e o apoio a prestar às vítimas no local da ocorrência, com vista à sua estabilização emocional e posterior referenciação para as entidades adequadas. No âmbito dos incêndios florestais articula, no seu âmbito próprio, com o CNOS, a nível nacional, com o CDOS, a nível distrital e com o COS, no local da ocorrência, e disponibiliza ainda um elemento da ligação ao CNOS e ao CDOS, respectivamente.

3.4.1. Competências do INEM e Bombeiros e respectivos Meios de Intervenção

No âmbito do socorro pré-hospitalar, a história do INEM é, “a partir de dada altura”, indissociável da dos bombeiros, sendo esta mais antiga e culturalmente mais rica, *“porque a história dos corpos de bombeiros é a história de cada uma das comunidades onde nasceram, onde se desenvolveram e progrediram, em muitos casos há mais de um século.”* (Silva, 2008:2)

Eduardo Agostinho (1995:44-60) parece situar o aparecimento do Serviço de Saúde e das primeiras ambulâncias de socorro por altura da fundação, em Lisboa, da 1.^a Associação de Bombeiros Voluntários, em 1868. Tal serviço, surgido então de forma espontânea e empírica, *“confínava-se basicamente a auto-macas, servidas por guarnições que procuravam cumprir cabalmente o seu dever através de vicissitudes múltiplas. No entanto, há que relevar que muitos corpos de bombeiros possuíam um número elevado de médicos, enfermeiros e farmacêuticos, a que se associavam os maqueiros que eram recrutados entre aqueles que, pelos mais variados motivos, estavam associados para o serviço de saúde.”* (Bandeira et al, 2007:100).

Efectivamente, no quadro da evolução histórica do sistema de urgência pré-hospitalar importa referenciar que, antes de 1970, as ambulâncias limitavam-se ao transporte das vítimas/doentes para o hospital mais próximo, não só porque, em regra, não estavam equipadas com materiais de assistência, mas também porque não estava oficialmente consagrada formação específica para os respectivos tripulantes. Esta situação começa a ser ultrapassada pelo Decreto-Lei n.º 511/71, de 22 de Novembro, que cria o Serviço Nacional de Ambulâncias e a figura do tripulante de ambulância, já com alguma formação, sobretudo ao nível das técnicas de imobilização. No entanto, aos tripulantes de ambulância não estava cometida ainda a responsabilidade de prestar cuidados durante o transporte.

Entretanto, face ao aumento das necessidades de socorro, a resolução do Conselho de Ministros n.º 84/80, de 11 de Março, procede à análise e avaliação do Serviço Nacional de Ambulâncias, com vista à criação de um novo organismo que dê forma ao conceito integrado de Emergência Médica.

Assim, pelo Decreto-Lei n.º 234/81, de 3 de Agosto, foi criado o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), materializando-se, desta forma, o conceito de Sistema Integrado de Emergência Médica (SIEM). Surgiu, pela primeira vez, a figura do Tripulante de Ambulância de Emergência Médica TAE (específico do INEM), com formação para a prestação de cuidados no local de ocorrência, bem como durante o transporte. Seguidamente, o Decreto-Lei n.º 38/92, de 28 de Março, regulou a actividade do transporte de doentes efectuada por via terrestre. Um ano mais tarde, através da Portaria n.º 439/93, o Estado especificou os tipos de ambulância, os cursos de formação, currículos e cargas horárias dos tripulantes de ambulância de socorro e dos cursos básicos de socorrismo.

Na sequência da criação dos Técnicos de Ambulância de Emergência (TAE) do INEM, nasciam, assim, no âmbito dos corpos de bombeiros, os TAS (Tripulante de Ambulância de Socorro) e os TAT (Tripulante de Ambulância de Transporte), com formação ministrada no INEM, no primeiro caso, e nos corpos de bombeiros, INEM e Cruz Vermelha, no segundo caso. Por sua vez, a ENB iniciou em 1997, a formação de tripulantes de ambulância de socorro, com a realização do primeiro curso de TAS.

Com a possibilidade da abertura do transporte de doentes ao sector privado, através da Portaria n.º 1147/2001, o Estado explicitou a concessão do Alvará (Licenciamento), o tipo de ambulâncias e respectivas características técnicas, o enquadramento e respectiva formação dos tripulantes.

Decorrido um ano, a Portaria n.º 1301/2002, alterou as disposições do regulamento anterior, quanto às características e equipamentos da célula sanitária e clarificou o processo de licenciamento e vistorias.

Finalmente, a Portaria n.º 402/2007, de 10 de Abril, alterou e actualizou normas do regulamento aprovado pelas Portarias n.ºs 11247/2001 e 1301-A/2002, sobretudo ao nível do equipamento de imobilização, cardiovascular e de telecomunicações. Por outro lado, reduziu a equipa de tripulantes, de três para dois elementos, fragilizando, de algum modo, a eficácia do socorro. De qualquer modo, face à exiguidade de recursos humanos do INEM, para fazer face às necessidades do socorro no todo nacional, *“os bombeiros são aqueles que na prática têm vindo a garantir a existência de uma rede de ambulâncias. No entanto não se pode afirmar que existe homogeneidade na prestação deste socorro uma vez que este está apoiado na sua boa vontade e na capacidade financeira das respectivas associações. Verdade é que junto ao litoral e aos grandes centros urbanos o socorro prestado pelos corpos de bombeiros é na sua maioria de qualidade, estando praticamente apoiado em equipas profissionalizadas. No entanto no interior do País este é praticamente inexistente, facto motivado quer pela incapacidade financeira das associações ou mesmo pelo desinteresse de alguns dos seus dirigentes que usam as associações como empresas de transporte de doentes desvalorizando a sua principal missão que o socorro.”* (Batista, CPE-2008:4).

Actualmente, o INEM tem uma estrutura dependente do Ministério da Saúde, dispõe de uma rede nacional de ambulâncias de socorro, distribuídas pelos 199 postos de emergência médica (PEM), sedeados em corpos de bombeiros, sendo estes responsáveis pela guarnição da ambulância, mas cuja intervenção se encontra subordinada à coordenação dos Centros de Orientação de Doentes Urgentes (CODU).

Nas áreas urbanas de Lisboa, Porto, Coimbra, Setúbal e Faro estão localizadas ambulâncias com suporte imediato de vida (SIV), tripuladas por funcionários do INEM, num dispositivo próprio que assegura cerca de 30% do total de emergências registadas no continente. A tripulação tem um enfermeiro e um técnico de ambulância de emergência.

Ainda em Lisboa, Coimbra e Porto, o INEM dispõe de três ambulâncias especificamente destinadas a recém-nascidos e tripuladas por um médico com a especialidade em neonatologia. Estas ambulâncias deslocam-se a qualquer ponto do continente, permitindo a evacuação de recém-nascidos de alto risco para as unidades hospitalares adequadas. Em Lisboa e Porto, o INEM dispõe também de motos tripuladas por um tripulante de ambulância de socorro (TAS), com formação específica em desfibrilhador automático externo, permitindo uma rápida chegada desta valência em períodos de trânsito muito intenso.

Ao longo do País e sedeadas nos hospitais que possuem urgência médico-cirúrgica ou urgência polivalente, encontram-se 39 viaturas médicas de emergência e reanimação. Estas viaturas são tripuladas por um médico e um enfermeiro com formação específica em emergência médica, permitindo técnicos altamente especializados no local da ocorrência.

Finalmente, complementando os meios de actuação, o INEM dispõe de dois helicópteros de evacuação aeromédica, actualmente estacionados em Tires e Matosinhos, havendo a “promessa política” de mais três a sedear respectivamente em Ourique, Macedo de Cavaleiros e Aguiar da Beira, no quadro da grande controvérsia do encerramento dos Serviços de Atendimento Permanente (SAP) e de alguns Centros de Saúde ao longo do País.

Ora, relativamente a este assunto está instalada a polémica considerando que, conforme se assinala no jornal Expresso de 25/10/2008, primeiro caderno p. 14, não há evidência de que à utilização de mais três helicópteros correspondam melhorias no socorro, comparativamente à utilização de meios menos dispendiosos.

De facto a operacionalização dos dois aparelhos actualmente existentes, têm um custo dia de 14.131€ fazendo uma média diária inferior a dois transportes. Em contrapartida, a saída de uma Viatura Médica de Emergência e Reanimação (VMER) com a mesma ajuda medicalizada que existe a bordo do helicóptero, mas sem capacidade de transportar vítimas fica por 800.31€. E se for uma ambulância de socorro menos diferenciada, a factura reduz-se a 25€.

Para António Marques, elemento do Colégio de Competência de Emergência Médica da Ordem dos Médicos, *“os helitransportes não vão resolver os problemas do País. Os helicópteros fazem sentido desde que haja investimento nas outras peças do puzzle e a base está nas ambulâncias do sistema. Os helicópteros e as VMER melhoram a resposta, mas o objectivo único é ter uma actuação rápida e o que está mais perto das populações são as ambulâncias de socorros sedeadas, nos CB’s”* (Expresso, de 25/10/2008, 1º caderno, p.10 – Vera Lúcia Arreigoso).

O INEM dispõe também de um hospital de campanha, com capacidade para 60 camas, bloco cirúrgico e meios complementares de diagnóstico, destinado a situações de catástrofes em que fiquem condicionadas as capacidades de resposta hospitalares na área mais afectada. Igualmente, para situações de excepção, dispõe de quatro veículos com capacidade de transporte de um posto médico avançado e equipamento logístico de comunicação e apoio. Existe já capacidade técnica e material para intervir em incidentes NRBQ (nucleares, radiológicos, biológicos e químicos), *“competindo ao INEM a descontaminação das hipotéticas vítimas que possam vir a existir”*. (Lopes, CPE-2007:4).

Em resumo, entre 2003 e 15 de Fevereiro de 2008, sob a presidência do médico Cunha Ribeiro, o INEM reforçou substancialmente os meios próprios de intervenção, suscitando

reações tempestuosas dos bombeiros, face ao “protagonismo” crescente do Instituto nos cenários do socorro pré-hospitalar, parecendo claro que quanto mais intervenção do INEM, menor acção dos Bombeiros.

A este propósito, Duarte Caldeira, na qualidade de Presidente da LBP, assevera que *“não está em causa a missão do INEM enquanto Autoridade do sistema, cabendo-lhe uma importante função reguladora dos vários intervenientes na cadeia do socorro. O que questionámos foi a intenção dos anteriores responsáveis do INEM em excluir os bombeiros do sistema, ocupando com meios próprios todo o dispositivo de socorro pré-hospitalar, com custos elevadíssimos para o País e sem garantir uma rede de proximidade às populações. Os corpos de bombeiros consubstanciam uma rede única de socorro de proximidade, que carece de meios intervenientes na formação de tripulações e na profissionalização das mesmas. O papel dos bombeiros não concorre com o INEM, nem este organismo concorre com os bombeiros. Cada um no seu papel, com as melhores condições para a prestação de serviço à população”* (Caldeira, CPE-2008:1).

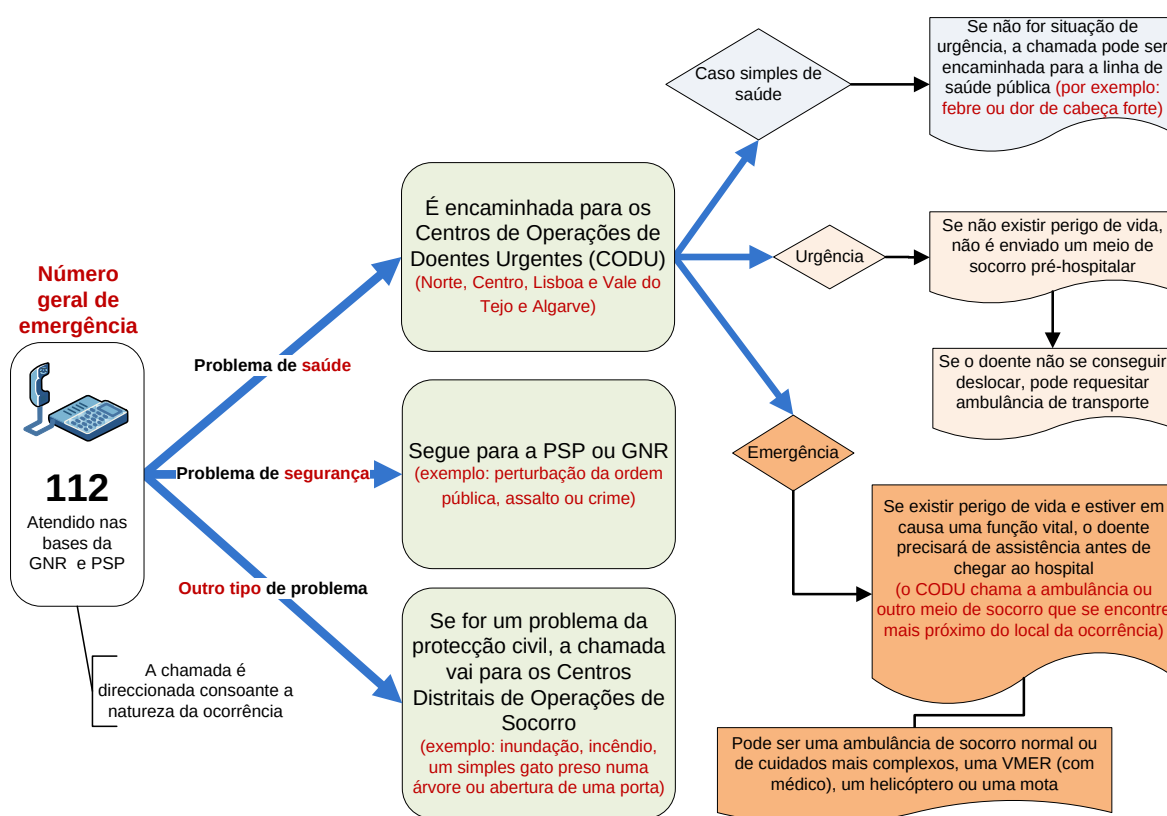
Contudo, a política do INEM e do seu Presidente Cunha Ribeiro era não só a de reforçar ao máximo a rede própria do INEM, no sentido de maior cobertura possível no País, mas também a defesa intransigente da profissionalização da urgência pré hospitalar, tendo dispensado grande parte das Associações com quem o INEM trabalhava, face à falta de habilitações dos bombeiros, para garantir a qualidade dos cuidados no socorro. Aliás, asseverava que, sendo exigido aos técnicos de ambulância do INEM o 12.º ano, tal exigência excluiria da profissionalização, a grande maioria dos bombeiros. (Ribeiro, CPE-2008:26).

Perante este cenário de contestação, por parte do presidente do INEM, ao modelo vigente de socorro pré-hospitalar baseado nos bombeiros ditos voluntários, o Presidente da LBP argumentava no *Jornal de Notícias* de 23/2/2008: *“Agora o INEM – naturalmente não discutindo uma pessoa que reconheço que foi o melhor presidente dos últimos anos para o Instituto, numa lógica de fechamento sobre si próprio, porque trouxe-lhe maior visibilidade e investimento – construiu uma estratégia avalizada pelos decisores políticos, de aumento da estrutura, dos recursos humanos e das responsabilidades, utilizando a capacidade instalada dos bombeiros até um dia em que possa prescindir dela. E assim secundarizou a única rede que lhe permitiria olhar para o país por inteiro. Ficámos satisfeitos por ter conseguido conter essa lógica de subalternização dos bombeiros.”*

Abstraindo a polémica entre duas organizações que disputam o mesmo terreno, no domínio do socorro pré-hospitalar, o País ao nível do continente continua a ter 35 concelhos sem ambulância INEM. Considerando que o critério internacional é o de uma ambulância por 40 mil habitantes, tal critério não poderia aplicar-se ao concelho de Alijó (caso atrás referenciado pelo impacto que teve nos media) por ter apenas cerca de 14 mil habitantes, critério aplicável aos restantes 34 concelhos com baixa densidade populacional.

3.4.1.1. Défice de coordenação das centrais CODU, do INEM, com as centrais dos CCOD, da ANPC

Quando ligamos o 112, número internacional de emergência, se o problema é de saúde vai-nos atender do outro lado da linha um operador do CODU, para quem foi transferida a chamada, que vai fazer-nos uma série de perguntas, realizando uma triagem preliminar, para encaminhamento (fig. 39).



Fonte: Adaptado do Diário de Notícias nº 50926 de 7/9/08.

Fig. 39 – O que acontece quando ligamos o 112? Fluxograma do socorro pré-hospitalar.

A triagem efectuada permitirá definir algumas tipificações da situação e respectivo grau de urgência, podendo, desde logo, dar-nos indicações de como devemos actuar até à chegada do socorro. Será depois este operador, que é suposto ter formação adequada, que comunicará com os meios de socorro mais indicados para a urgência tipificada e providenciará para que a vítima seja socorrida o mais depressa e melhor possível.

Considerando que, maioritariamente, os meios de socorro disponíveis se encontram sedeados nos CB's ditos voluntários, são frequentes os "atritos pessoais" e de competências,

bem como as dificuldades de coordenação e articulação de serviços. Por exemplo, se for feito um pedido de socorro ao CB da comunidade residente do indivíduo a socorrer, a ambulância só poderá sair com autorização do INEM, ou seja, *“os corpos de bombeiros estão sempre obrigados a passar a chamada ao CODU para fazer uma triagem que inicialmente já foi realizada pelo operador da central dos bombeiros, caindo-se no ridículo de o INEM (CODU) ignorar por completo as informações clínicas que lhe são transmitidas numa atitude arrogante e injustificável que somente tem contribuído para a existência de atrasos significativos na saída das ambulâncias.”* (Batista, 2008:6).

O mesmo autor assevera ainda que, *“não se compreende a diferenciação da triagem ou os seus critérios, ou seja, se for um acidente de trabalho o INEM manda ligar para o CB da área uma vez que o pagamento do serviço é da responsabilidade da companhia de seguros. Situação idêntica ocorre nas escolas, situação que não se compreende, até porque o orçamento do INEM tem origem nos prémios de seguro.”* (Batista, 2008:6).

Por outro lado, assevera o mesmo autor, *a” falta de operadores nas centrais CODU tem originado problemas no atendimento atempado das chamadas, em parte resultante da sobrecarga a que cada operador está sujeito, com consequências na prontidão do socorro.”* (Batista, 2008:6).

Para o Presidente da LBP, numa perspectiva crítica, *“a rede CODU constitui uma peça da estratégia de socorro virtual, que os anteriores responsáveis do INEM procuraram implementar. Somos fervorosos defensores do conceito de Central Integrada de Emergência, onde funcionam todos os agentes. Os actuais CODU estão alicerçados na lógica do “orgulhosamente sós”, que a vida provou ser desajustada dos interesses das populações. Quando hoje a palavra de ordem é cooperar, integrar e racionalizar os actuais CODU são um absurdo”* (Caldeira, 2008:2).

Por seu turno, para o Presidente da Associação Nacional de Técnicos de Emergência Pré-Hospitalar (ANTEPH) *“o facto de existirem as centrais CODU e as centrais dos CCOD somente tem servido para a desarticulação do socorro a nível nacional. Os CCOD na dependência da ANPC, possuem o registo de todos os meios pertencentes aos CB’s. Os CODU na dependência do INEM, somente possuem o registo dos meios pertencentes ao INEM que não cobrem todo o território nacional. Assim, verifica-se, em alguns casos, a duplicação dos meios nas ocorrências, e, noutros, o atraso no envio dos meios, uma vez que o CODU desconhece por completo a realidade de cada localidade, facto agravado pelo motivo dos CODU’s (que são quatro ao nível do País) atenderem chamadas de diversos distritos, enquanto as centrais dos CCOD são de âmbito distrital. A solução deste problema era a integração das duas estruturas numa única central de âmbito distrital ficando assim a gestão do socorro mais ajustada às realidades locais/distritais, evitando-se a descoordenação actualmente existente.”* (Batista, 2008:4).

Já o Ex-Presidente do SNBPC, General Paiva Monteiro, não faz sentido e constitui enorme desperdício de meios e recursos, que o número de emergência **112**, esteja a cargo,

simultaneamente, de 18 centrais da PSP, 2 da GNR, 4 centrais CODU e ainda 18 centrais dos CDOS, todos a fazer a mesma coisa, quando, ao nosso lado, a região da Andaluzia para o mesmo efeito apenas possui duas centrais. (Comunicação apresentada no V Encontro Nacional de Riscos, Coimbra, 29 de Maio de 2009).

Particularmente elucidativa é também a opinião do Ex-Comandante do Regimento de Sapadores de Bombeiros, Coronel António Antunes, ao considerar que *“o problema do INEM está na falta de quadros, já que a estrutura directiva, o cérebro, é muito bom. Considero também que há que expurgar responsabilidades, pois nos bombeiros também existe, em alguns casos, falta de qualidade no serviço prestado. Além da falta de quadros, já que a maioria está concentrada nas grandes cidades, o que acaba por traduzir-se nalgum défice, existe a dificuldade de comunicação que a entidade demonstra. Não há mecanismos de ligação interactiva, são demasiado autoritários e acho que não têm arte para conseguir estabelecer pontos com os que têm e que o INEM não tem – o manancial humano para um socorro rápido, pois é aqui que está o factor crítico de sucesso”* (Antunes, 2007:18).

Em suma, quando duas instituições “pisam” o mesmo terreno, como os bombeiros maioritariamente enquadrados em Associações privadas, embora de utilidade pública, cada uma reflectindo o meio sociocultural onde se insere, e o INEM, instituição de direito público “com fama de entidade rica”, é inevitável que, aqui e ali, surjam polémicas, por vezes, de questões menores, designadamente protagonismo dos agentes, factores de desconfiança em relação ao outro, receios de submissão e, ao invés, desejo de preponderância, entre outros.

Todavia, caso a lógica política dominante se incline para uma maior profissionalização do socorro pré-hospitalar, parece inevitável que os corpos de bombeiros em matéria do socorro hospitalar sejam “relegados” para um papel complementar do INEM. Vai nesta perspectiva de profissionalização futura a opinião do actual vogal do INEM, Engenheiro Pedro Lopes ao referir que, *“contrariamente ao que era meu desejo, tenho que admitir que, no futuro, os bombeiros tendem a ser apenas um complemento nas acções de emergência médica pré-hospitalar, apoiando a missão do INEM ou substituindo-o nos locais do interior do País, onde o número de serviços não justificar o investimento em meios humanos e/ou materiais que o INEM necessitaria de fazer”* (Lopes, CPE-2007:1).

Em Junho de 2009, segundo dados fornecidos pelo INEM²⁶, existiam 192 protocolos de posto de emergência PEM (com ambulâncias cedidas pelo INEM, sediadas nos corpos de bombeiros) e 190 protocolos de posto de reserva (RES) do INEM, utilizando ambulâncias pertencentes aos respectivos CB's (fig. 40).

²⁶ Em **ANEXO III**, encontra-se especificado o quadro global de existência de ambulâncias PEM, RES, SIV e SBV, e respectivo CB.

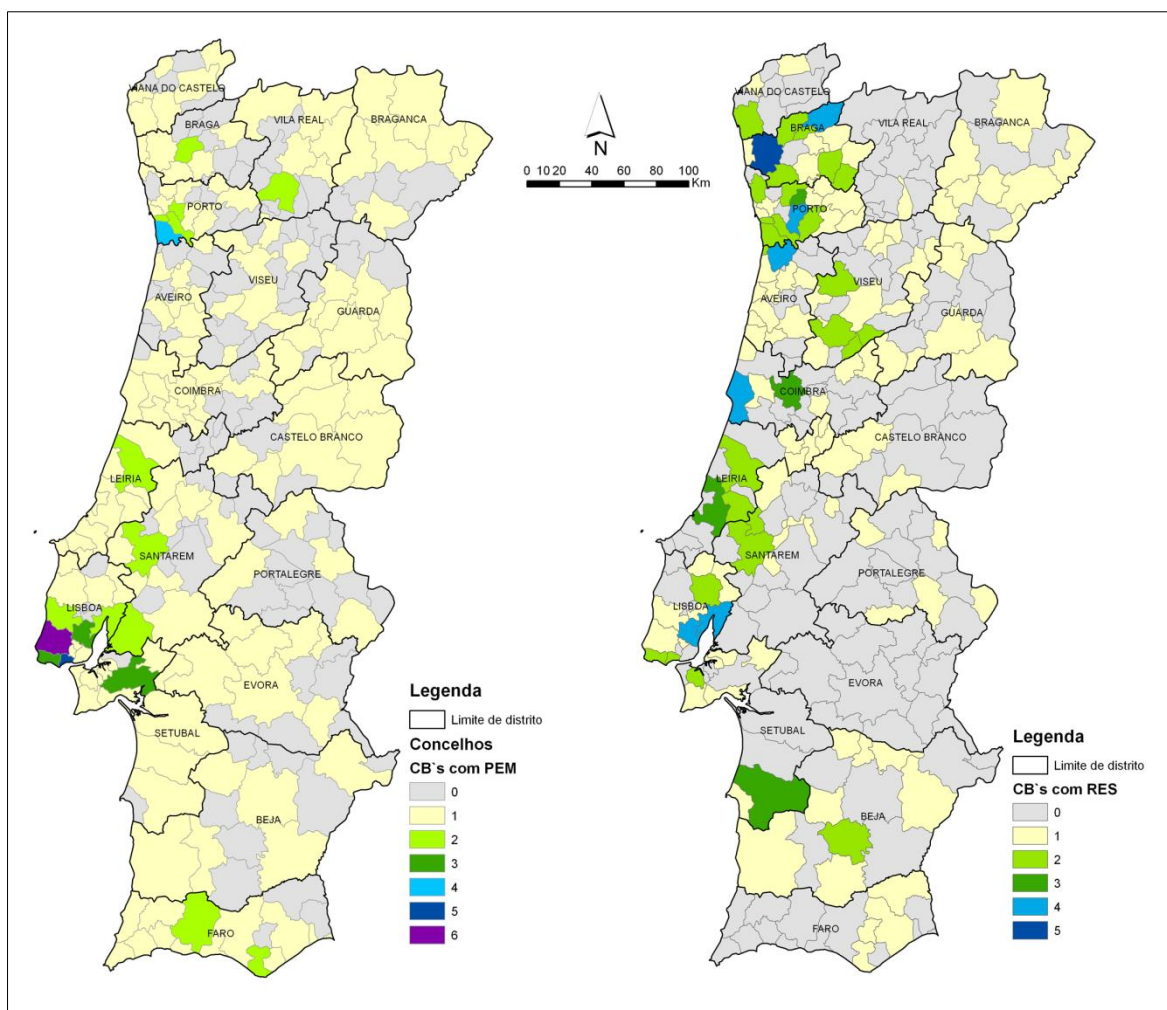


Fig. 40 – Número de CB's com protocolos de ambulâncias PEM e protocolos de ambulâncias RES, por concelho.

Do total de corpos de bombeiros existentes no País, 110 CB's, não têm qualquer protocolo com o INEM, não sendo conhecidos estudos que contenham os critérios de atribuição dos referidos protocolos.

No entanto, no seio das organizações dos bombeiros existem fortes convicções, no sentido de que a atribuição de postos PEM ou postos RES (reserva INEM) poderá estar associada a *interesses corporativistas e de índole política*.

Por outro lado, dos 278 concelhos de Portugal Continental, 30 concelhos, de acordo com os dados do INEM, não têm ainda CB's com protocolo PEM ou RES, estando o socorro pré-hospitalar integralmente a cargo de ambulâncias dos respectivos CB's voluntários como era o caso do concelho de Alijó, situação corrigida em 12-5-2008, com colocação, **reactiva**, de ambulância SIV (Suporte Imediato de Vida) cerca de três meses após a forte mediatização causada pela morte de uma pessoa, em 22-2-2008, alegadamente, por falta de prontidão do socorro (fig. 41).

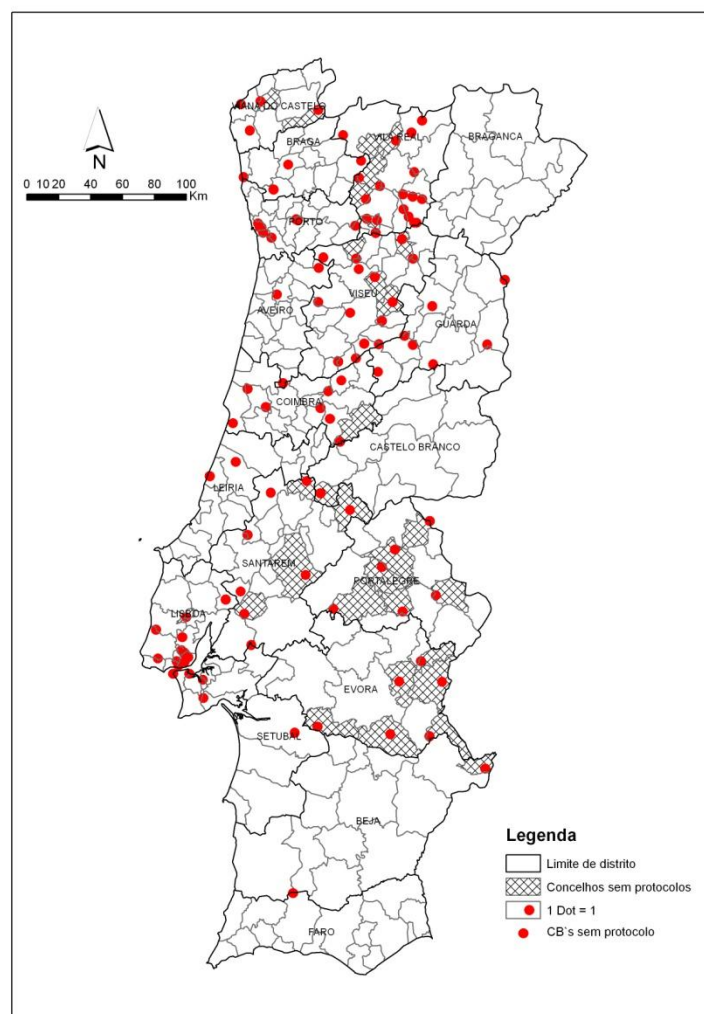


Fig. 41 – Distribuição geográfica dos CB's sem protocolo com o INEM e dos concelhos sem protocolos PEM ou RES.

Para o INEM, assinala Lopes (CPE-2009) “ *o que importa é se o SIEM (Sistema Integrado de Emergência Médica) tem ou não alguma ambulância no concelho em análise, quer seja dos bombeiros (PEM) ou do INEM (SBV- Suporte Básico de Vida idêntica às dos PEM) ou SIV (Suporte Imediato de Vida), em que a tripulação é constituída por um TAS (Tripulante de Ambulância de Socorro) no caso dos CBs e de TAE (Técnico de Ambulância de Emergência), ao nível do INEM, que, neste caso, além do curso TAS, possui o curso em DAE (Desfibrilhação Automática Externa) e em condução de emergência*”.

Mais uma vez, estamos perante uma situação de incongruência, em que, para funções idênticas, existem estatutos, formação e designações diferentes.

Muito provavelmente, caso venha a verificar-se a assumpção plena, pelo INEM, do socorro pré-hospitalar (situação que não parece estar em agenda), conduzirá os bombeiros (tal como sucede na generalidade dos países) a focalizar-se no **desencarceramento** e no **combate**

a incêndios – o cerne da sua missão – e ficando disponíveis para complementarem a acção dos profissionais do INEM.

Esta é a situação mais comum em toda a Europa, EUA e América Latina, em que as ambulâncias se encontram sediadas nos hospitais, podendo até pertencer a entidades privadas, assumindo os bombeiros um papel complementar.

Noutros casos, como, por exemplo, no Chile, os bombeiros (todos voluntários) apenas têm atribuições na área dos *incêndios urbanos e no salvamento e desencarceramento*, com Companhias especializadas, apenas numa destas missões, como é o caso da cidade de Santiago do Chile, com seis milhões de habitantes, com socorro garantido por 22 companhias de bombeiros voluntários.

Em resumo, hoje em dia, a maior parte das operações de socorro são partilhadas por vários agentes de protecção civil, para além dos bombeiros, em regra, os primeiros a intervir. É o caso, por exemplo, dos incêndios urbanos e industriais, em que além da presença dos bombeiros, estará também a PSP, Polícia Municipal ou GNR e, eventualmente, técnicos do INEM. Já nos acidentes rodoviários, além dos bombeiros, estará o INEM e a Brigada de Transito da GNR.

Nos exemplos referidos, o comando das operações de socorro é dos bombeiros *“dado o carácter residual dos outros agentes”* (Gomes, CPE-2008:21).

Se, pelo contrário a operação de socorro for de grandes dimensões, obrigando ao envolvimento mais substancial dos vários agentes de protecção civil (cada um com o seu comando próprio), *“a actividade de cada uma dessas forças terá de ser coordenada com as manobras dos bombeiros, no âmbito do Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS), criado pelo Decreto-Lei nº 134/2006”* (Gomes, CPE-2008:21).

Este sistema é definido no n.º 1 do art.º 1.º do citado Decreto-Lei, *“como um conjunto de estruturas, normas e procedimentos de natureza permanente e conjuntural que assegurem que todos os agentes de protecção civil actuam, no plano operacional, articuladamente sob um Comando Único, sem prejuízo da respectiva dependência hierárquica e funcional.”*

Ora, a realidade é outra, pois a prática demonstra haver problemas com a interpretação do conceito de comando único, que requer um esforço enorme e uma abertura de espírito total por parte dos responsáveis pelas diferentes entidades e organizações, incluindo dos corpos de bombeiros.” (Gomes, CPE-2008:24).

Esta problemática de se saber quem conduz e coordena as diferentes forças de intervenção da protecção civil (desde os CB's, GNR, PSP, Forças armadas e outros APC) em operações de socorro de grandes dimensões, não está, ainda, culturalmente, superada pela

doutrina do SIOPS, não obstante o avanço inquestionável que este instrumento jurídico trouxe à coordenação institucional e operacional das operações de protecção e socorro.

Segundo o Comandante Artur Gomes, *“as soluções encontradas noutros países são bem diversas. Em França, é sempre o oficial de bombeiros quem comanda. No Reino Unido é sempre o oficial da polícia quem comanda. Obviamente que, em França, o oficial de bombeiros não diz à polícia como esta deve exercer a sua função. Tão pouco no Reino Unido a polícia diz aos bombeiros como fazer.*

A anterior solução portuguesa (posto de comando conjunto, previsto na Portaria 449/2001) tinha sido adaptada dos EUA, pois o norte-americano “Incident Command System” que é utilizado por todas as forças de intervenção americanas, prevê a existência dos chamados postos de comando multi-jurisdicionais, quer para as ocorrências que abranjam mais do que uma divisão administrativa, quer para operações multi-agente.” (Gomes, CPE-2008:24).

Concluindo, no quadro conjugado do SIOPS (Capítulo II e III do Decreto-Lei n.º 134/2006) e da Lei de Bases da Protecção Civil (em especial do capítulo III da Lei n.º 27/2006) as dimensões de coordenação institucional e de comando operacional da protecção civil, de níveis nacional e distrital, contrariamente ao nível municipal, parecem estar consolidadas, dos pontos de vista doutrinal e estratégico da protecção civil.

Já o mesmo não se passa quanto ao nível municipal, com a criação da figura do Comandante Operacional Municipal (art.º 13 da Lei 65/2007 de 12 de Novembro) contestada, não só por 63% dos Corpos de Bombeiros Voluntários (segundo dados do inquérito próprio), mas também por muitos municípios considerando o número exíguo de nomeados para o cargo até este momento.

Nesta matéria, parece claro, que o Estado deve clarificar a problemática da protecção civil municipal – a base do sistema – e re(enquadrar) ou re(criar) a figura do Comando Operacional Municipal, por ora, o elo mais fraco do sistema de comando operacional.

Também não deixa de constituir elo mais fraco do sistema, o facto dos bombeiros, os principais agentes de protecção civil e socorro terem base voluntária, contrariamente aos outros agentes de protecção civil, profissionalizados (PSP, GNR, Forças Armadas, INEM e Sapadores Florestais).

Nesta linha, assevera António Malheiro (2007) *“não consigo perceber que, no século XXI, a mesma população que usufrui da maior variedade de polícias para todos os fins e feitios (totalmente suportadas pelo Estado), que usufrui da protecção das Forças Armadas (que inclusive, exercem actividade noutros países), depende para sua própria protecção quanto a incêndios, emergências médicas e protecção dos seus bens, de um sistema fundamentalmente baseado no voluntariado e amadorismo.”* (Malheiro, 2007:48).

Sabemos que o País necessita de uma boa Rede Nacional de Ambulâncias que garanta uma efectiva resposta às populações. Este é, indubitavelmente, o salto qualitativo que urge dar *“apostando-se, definitivamente, na criação da carreira de Técnico de Emergência Médica e na consequente profissionalização da Rede de Emergência Pré-Hospitalar. Porém, nenhuma destas fundamentais medidas poderão ter efectivo sucesso, sem o contributo e necessário envolvimento da estrutura dos bombeiros.”* (Caldeira, Jornal Bombeiros de Portugal nº 256/2008, p. 3).

Nestas e noutras matérias da organização do socorro e da protecção civil em geral, o caminho a percorrer é ainda longo, quando a própria Lei de Bases praticamente ignora conceitos fundamentais com sejam, por exemplo, *Análise de Riscos, Gestão de Riscos e Reabilitação* ou seja, a tríade de uma protecção civil do século XXI: **Prevenção-Socorro-Reabilitação**.

Por outro lado e na sequência do que já foi dito, não faz sentido, assevera Nunes *“que a nova legislação não haja tido coragem para criar um centro integrado de socorros, continuando a manter por exemplo, em simultâneo, CODU’s, CDOS e Central de Emergência 112, ou seja, apesar de, nos últimos anos se ter feito a junção da protecção civil e dos bombeiros, continuamos a não ter um sistema único integrado de resposta para a emergência global, seja de ordem pública, catástrofes naturais ou tecnológicas, havendo vários sistemas que utilizam os mesmos meios com fins diferentes”*. (Entrevista a António Nunes, Ex-Presidente do SNPC, em 19-2-2008).

Capítulo 2

A Formação dos Bombeiros Portugueses

1. Organização da Formação

Após a criação da sua Escola Nacional, em 1987, a formação dos bombeiros portugueses foi evoluindo paulatinamente, até que, a partir do ano lectivo 2001/2002, passou a estar estruturada em *formação inicial* e *formação contínua*, seguindo, em traços gerais, o padrão previsto no art.º 10.º do Decreto-Lei 50/98, de 11 de Março, que definiu objectivos, princípios e estrutura da formação profissional, para a Administração Pública, em geral, e para o Instituto do Emprego e Formação Profissional, em particular.

A formação inicial, ou formação de qualificação inicial dos bombeiros, visa a aquisição do conjunto de competências básicas definidas no respectivo perfil profissional (elaborado pela ENB), destinando-se a preparar os recrutas dos CB's sapadores e municipais (carreira profissional) e os aspirantes dos Corpos de Bombeiros Municipais, Voluntários e Privativos para ingresso respectivamente, na carreira de bombeiro profissional e no quadro activo.

Este tipo de formação inicial é ministrada nas instalações dos CB's, que são as escolas básicas dos bombeiros, sob a responsabilidade do respectivo Comandante e/ou em campos de treino adequados para o efeito, por formadores devidamente certificados e de acordo com programa definido pela ENB e aprovado pelo Serviço Nacional de Bombeiros.

Inclui, ainda, a preparação dos novos quadros de Comando, sobretudo quando estes provêm do exterior da carreira de bombeiro (logo, sem preparação) designados pelas Direcções das Associações nos termos da legislação em vigor.

Esta formação inicial dos Quadros de Comando é ministrada na ENB, através de um curso específico formatado para o efeito, e sujeita a avaliação, nos termos do n.º 3 do art.º 11 do citado Decreto-Lei nº 50/98, "*o processo de formação inicial é sempre objecto de avaliação e classificação*".

Contudo, lamentavelmente, o processo de avaliação dos cursos de formação inicial nem sempre é efectivado, de forma salutar, nos CB's e mesmo, nalguns casos, na própria entidade pedagógica, por excelência, a ENB.

Por isso, em regra, a formação tende a não ter consequências, não contribuindo para determinar quem deve ou não assumir esta ou aquela função ou categoria.

É o caso, por exemplo, dos novos quadros de Comando que, deslocando-se à ENB para frequentar o respectivo curso de formação inicial, o fazem, muitas vezes, quando já estão nomeados e, caso não obtenham sucesso, não são destituídos.

Este desvirtuar do processo de avaliação da formação, mostra, à saciedade, a falta de rigor, seriedade e ligeireza com que são tratados os assuntos de suma relevância para a organização técnico/operacional dos CB's.

A formação continua, ou “formação contínua de actualização” que, em regra é ministrada na Escola Nacional de Bombeiros inclui:

- *Formação especializada para bombeiros*, ou seja “*formação complementar específica que visa dotar os CB's de especialistas em diversas matérias essenciais*”, como, por exemplo, tripulante de ambulância de socorro, salvamento em grande ângulo, condução em todo o terreno ou cursos de combates a incêndios florestais e urbanos para equipas de primeira intervenção. Este tipo de formação é da responsabilidade da Escola Nacional de Bombeiros, podendo ser ministrada nas instalações dos CB's ou noutras adequadas, consoante o seu nível e de acordo com os programas definidos pela ENB.
- *Formação específica para chefes de equipa*, em salvamento e desencarceramento, combate a incêndios urbanos e industriais, acidentes com matérias perigosas e combate a incêndios florestais. Estes cursos são ministrados sobre responsabilidade da ENB, nas suas instalações ou em campos de treino adequados.
- *Formação de formadores*, em socorrismo, salvamento e desencarceramento²⁷, salvamento em grande ângulo e condução de todo o terreno. Esta formação é realizada na ENB ou nos seus pólos, tendo como objectivo dotar os CB's de formadores credenciados nos cursos referidos. “*Incluem-se ainda nos objectivos da formação de formador as acções destinadas aos graduados dos CB's, com vista à correcta utilização dos auxiliares pedagógicos aplicáveis no programa de formação geral.*” (ENB, 1998:8).²⁸

²⁷ Este curso deveria ser de salvamento, desencarceramento e desobstrução, como está previsto no programa de formação inicial de bombeiro, definido nos *perfis funcionais* aprovados pelo SNB em 1 de Agosto de 2001, tendo em conta a necessidade de desobstrução de edifícios e outras infra-estruturas para proceder a salvamentos. Mas, incompreensivelmente, a ENB não teve capacidade de o formatar neste sentido, continuando confinado apenas ao desencarceramento de veículos automóveis.

²⁸ Deveria comportar ainda a formação de formadores dos módulos de formação inicial, ou seja, os módulos de *tecnologias de base, combate a incêndios, manobras, educação física e desportos* e de *salvamento, desencarceramento e desobstrução*, de acordo com o modelo aprovado para a formação inicial dos bombeiros. Infelizmente, decorridos nove anos, a ENB não conseguiu dar cumprimento àquele desiderato. Só em Maio de 2009, a Escola conseguiu, por fim, editar, em formato digital, o *manual de formação inicial do bombeiro* definido no despacho da ANPC, n.º 21722/2008, de 20 de Agosto. Contudo, mantendo-se a famigerada falta de formadores, o impacto desta medida será muito reduzido.

- *Formação para progressão na carreira*, destinada a todos quanto pretendam subir de categoria na carreira de progressão dos bombeiros, designadamente formação especializada para a promoção a cabo/bombeiros de 2ª classe, formação específica para promoção a subchefe/bombeiro de 1ª classe, curso para promoção a chefe de 2ª classe/chefe, curso para promoção a chefe de 1ª classe e curso para promoção a chefe ajudante.

Importa salientar, desde já, que, no âmbito dos cursos para progressão na carreira, não obstante funções e riscos idênticos, nos termos do art.º 17 do Decreto-Lei n.º 106/2002, de 13 de Abril, *“a duração, o conteúdo programático, o sistema de funcionamento e a avaliação dos cursos de promoção nas carreiras de bombeiros sapador e bombeiro municipal são aprovados por despacho conjunto dos membros do governo responsáveis pelas áreas da Administração Interna, da Administração Local e da Administração Pública, ouvidas a Associação Nacional dos Municípios Portugueses e as organizações sindicais.”* (Preâmbulo do despacho conjunto n.º 297 de 31 de Março de 2006).

Tal significa que, apesar deste tipo de formação ter sido definida e formatada pela ENB, no quadro da aprovação dos *perfis funcionais* dos bombeiros, em 1 de Agosto de 2001, nove anos volvidos, o papel da Escola, enquanto “autoridade pedagógica da formação dos bombeiros” (n.º 1 do artigo 8.º. Do Decreto-Lei n.º 293/2000) voltou a ser subalternizado, o que denota bem a fragilidade com que, nos últimos anos, tem desempenhado a sua acção formativa em prol dos bombeiros.

A **formação contínua** compreende ainda:

- *Formação de aperfeiçoamento destinada aos elementos do quadro de comando* dos CB's que pretendam aperfeiçoar e reforçar conhecimentos em distintas áreas de saber, como por exemplo: comunicação pedagógica, protocolo e relações públicas, determinação de causas de incêndio e protecção do ambiente;
- *Formação de actualização*, que compreende as recertificações as quais visam actualizar técnicas e conhecimentos, e os seminários temáticos, para actualização de conhecimentos numa área específica do saber, decorrendo em auditórios de média/grande dimensão, cujo tema é tratado por especialistas convidados.

A nova legislação sobre formação de bombeiros, designadamente o art.º 20 do Novo Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 247/2007 segue, em boa medida, a estrutura referida, utilizando uma terminologia de cariz mais “operacional” (ligado aos saberes-fazer) substituindo o termo formação (quanto a nós mais abrangente) pelo de instrução, dividindo-a nas seguintes modalidades:

- “a) Instrução inicial, destinada a habilitar os cadetes e estagiários para o ingresso na carreira de bombeiro;*
- b) Instrução inicial, destinada a habilitar os estagiários para o ingresso na carreira oficial de bombeiros;*
- c) Instrução de acesso, destinada a todos os elementos da carreira de oficial bombeiro e bombeiro, necessária à progressão na respectiva carreira;*
- d) Instrução contínua, que visa o treino e o saber fazer, através do aperfeiçoamento permanente do pessoal do corpo de bombeiros.*

Mais se assinala no n.º 2 do referido art.º 20 que *“o comandante elabora, até final de cada ano, um plano de instrução que estabelece as actividades mínimas a desenvolver no ano seguinte, pelo seu corpo de bombeiros, do qual dá conhecimentos à entidade detentora e submete a aprovação da ANPC”*.

Aliás, o novo quadro jurídico que enquadra o papel dos bombeiros no âmbito da protecção civil apresenta várias referências quanto à necessidade e relevância da instrução e formação dos bombeiros para a eficácia do socorro. Por exemplo, na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do novo regime jurídico dos Bombeiros Portugueses (Decreto-Lei n.º 241/2007) *“o bombeiro deve zelar pela actualização dos seus conhecimentos técnicos e participar nas acções de formação que lhe forem facultadas”*.

Por outro lado, na alínea g) do mesmo artigo, assinala-se que compete ao Comando *“planejar e desenvolver as actividades formativas”*. E, mais adiante, na alínea e) do artigo 5.º do novo regime jurídico, expressa-se claramente o direito dos bombeiros à sua formação integral, competindo-lhes *“frequentar cursos, colóquios e seminários, tendo em vista a sua educação e formação pessoal, bem como a instrução, formação e aperfeiçoamento como bombeiro”*.

É, neste quadro, que o artigo 26 do novo regime jurídico *“ressalva as faltas dos bombeiros para formação, em média três dias/mês e no máximo de 15 dias ano, sendo as empresas ressarcidas pela Autoridade Nacional de Protecção Civil, nos termos da Lei.”* Mais se assinala que, em regra, *“a entidade empregadora não pode opor-se à formação do bombeiro a não ser em circunstâncias excepcionais”*.

Por sua vez, a relevância da formação para a eficácia dos serviços de protecção civil está, desde logo, patente na alínea d) do n.º 3 do artigo da Lei de Bases da Protecção Civil (Decreto-Lei 27/2006) ao atribuir à Comissão Nacional de Protecção Civil, a competência para *“determinar a realização de exercícios, simulacros ou treinos operacionais que contribuam para a eficácia de todos os serviços intervenientes em acções de protecção civil”*. Esta mesma competência é exigida pela mesma LBPC às Comissões distritais e municipais de protecção civil, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 38 e do n.º 2 do artigo 40.^a respectivamente.

Numa perspectiva legal, mais imperativa, a operacionalização da política de formação dos bombeiros compete à Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) nos termos da alínea c) do n.º 5 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 75/2007 de 29 de Março, *“assegurar a realização de formação pessoal e profissional dos bombeiros portugueses e promover o aperfeiçoamento operacional do pessoal dos Corpos de Bombeiros”*.

De resto, é particularmente relevante assinalar que todo o capítulo III do novo Regime Jurídico (Decreto-Lei 247/2007) é dedicado à instrução, formação inicial e formação específica dos CB's respectivamente os artigos 20, 21 e 22, a que adiante aludiremos.

Em suma, analisando toda a legislação actual, relativa aos bombeiros, enquanto agentes de protecção civil, dir-se-ia que o edifício da formação está construído, coerentemente, *“navegando à vista”* e em ritmo de cruzeiro.

Todavia, como veremos, da produção legislativa à sua aplicação prática, mormente nos corpos de bombeiros estribados nas Associações Humanitárias, entidades privadas, embora de utilidade pública administrativa, vai uma longa distância, quanto ao cumprimento dos normativos legais. (...) *“por vezes a existência de legislação não chega e é por esta razão que devemos ter o máximo de cuidado com a sua produção e se, para chegar a uma boa lei, for preciso levar mais tempo, talvez seja mais produtivo”* (Medeiros, 2008:25).

Finalmente, não obstante o reconhecimento inequívoco da formação dos bombeiros para a qualidade e eficácia do socorro, não vislumbrámos na legislação em vigor, mecanismos adequados de supervisão e fiscalização que tornem imperativo o cumprimento dos referenciais programáticos estabelecidos, considerando que, à Inspecção de Protecção Civil, prevista no art.º 8º, da Portaria nº 338/2007, de 30 de Março, não estão cometidas funções inspectivas nesta matéria, mantendo-se, assim, a *“impunidade”* de quem não cumpre a lei.

1.1. Organização da formação até 1 de Agosto de 2001

Uma breve resenha histórica da evolução da formação dos bombeiros portugueses, diz-nos que, desde do início da sua existência, os CB's constituíram-se (uns mais que outros, considerando a heterogeneidade que os caracteriza), como primeiras instâncias formativas dos bombeiros.

No começo, ainda no século XIV, havia balde, cântaro, pote e machado; depois, no século XVII, bombas e escadas, transportadas por tracção animal; no século XIX as bombas a vapor e no princípio do século XX os pronto-socorro, os autotanques e as primeiras auto-

escadas. Havia “armazéns” como instalações (Despacho Real de 28 de Março de 1678), depois “casas” e “lojas” e finalmente, “quartéis” (muitos dos quais são hoje edifícios de “fino” recorte arquitectónico, de índole mais “civilista” do que operacional.

Agora, em aperfeiçoamento permanente, há viaturas sofisticadas de auto-salvamento, agulhetas de projecção e expansão diversificadas; extintores polivalentes, aeronaves e equipamentos individuais apropriados a diversos tipos de socorro e meios de comunicação da última geração.

Certamente que, a toda esta evolução necessária e indispensável ao nível dos equipamentos e instalações correspondeu a necessidade de aquisição por parte dos bombeiros, de conhecimentos, perícias e competências para a operacionalização dos meios de socorro disponíveis. *“Tratava-se, com certeza, de conhecimentos empíricos, obtidos ou transmitidos pela via da experiência, ou se preferirmos através de formação em contexto real de trabalho, porventura com técnicas e métodos poucos pedagógicos aos olhos de hoje, mas, quiçá, tão eficazes quanto aos actuais”* (Lourenço, 2002:25).

Nesta perspectiva, a história da formação dos bombeiros portugueses é contemporânea do surgimento dos primeiros bombeiros e dos respectivos meios de intervenção.

A primeira referência conhecida sobre uma escola de instrução e manobras para aspirantes a bombeiros surge por iniciativa do inspector de incêndios Carlos José Barreiros, em 1868, localizando-se em Lisboa na Rua da Inveja. *“Nesta escola aprenderam o primeiro Comandante dos Bombeiros Voluntários de Lisboa, Guilherme Cassoul e o Comandante dos Bombeiros Voluntários do Porto, Guilherme Gomes Fernandes, entre muitos outros, que figuram na história, não só como elementos do Comando de Corpos de Bombeiros, mas também como instrutores de pessoal de vários Corpos de Bombeiros”* (Silva e Monginho, 1995:14).

Por outro lado, através do Regulamento do Serviço de Incêndios na Cidade de Lisboa, aprovado em 9 de Dezembro de 1969, (que dedica nove artigos especificamente à instrução dos bombeiros) e da Ordem de Serviço do Inspector de incêndios de 15 de Março de 1876, é possível verificar já *“uma instrução organizada e relativamente aprofundada, incluindo um ensino e exercício sobre sinais, nomenclatura de peças e utensílios, bombas e carros, águas, regulamentos, salvamentos e tácticas de combate a incêndios e manobras”* (Silva e Monginho, 1995:14).

Particularmente elucidativo é também o extracto da ordem de serviço atrás referida, onde se determina que na Escola de Bombeiros se cumpra o seguinte:

Art.º 1º - *“A instrução é obrigatória para todos os homens que compõem o corpo de bombeiros e em cumprimento do artigo 131 do regulamento (que se refere à gravidade das faltas de comparência à instrução e ao seu castigo por desobediência) ninguém poderá passar à classe imediatamente superior,*

nem mesmo ter preferência por qualquer serviço dentro da sua própria classe, senão em virtude das habilitações que tiver alcançado pela sua aplicação.

Para este efeito nenhum patrão ou aspirante será nomeado para lugar imediatamente superior sem prévio exame das disciplinas que se ensinaram na escola.” (Silva e Monginho, 1995:14).

Nos artigos 125 e 129 do citado regulamento, face à apologia do cumprimento rigoroso da instrução “*em conformidade com o que se achar superiormente disposto*”, e à necessidade de instrução prática contínua posto que “*é nos exercícios de machina que os instrutores têm obrigação de apreciar qual o estado das guarnições, e quaes d’ellas precisam de mais aturado trabalho para se aperfeiçoarem*” (Silva e Monginho, 1995:14), verifica-se que, decorridos cento e trinta e sete anos, o espírito e a filosofia de acção subjacentes nos documentos referenciados, continua actual e, infelizmente, ainda não é aplicado a todos os bombeiros como adiante verá.

No século XX, com o grande incremento de criação de Corpos de Bombeiros começaram a surgir as chamadas casas-escola, (na esteira do “esqueleto” da 1.^a Escola de instrução e manobras, situada, como já foi referido, na Rua da Inveja-Lisboa), ainda hoje utilizadas para se ministrar formação prática.

Por outro lado, a criação em 1930, da Liga dos Bombeiros Portugueses veio contribuir também para o aparecimento de algumas iniciativas de carácter formativo, “*já numa perspectiva de alargamento geográfico do trabalho e do interesse pela formação, tendo partido dela, Liga, a organização de alguns cursos a nível de federações distritais, utilizando, por exemplo, as instalações da Escola de Limitação de Avarias da Armada*” (Silva e Monginho, 1995:16).

Entretanto, por acção da própria Liga e dos bombeiros em geral surge uma movimentação tendente à criação de um serviço do Estado que, em substituição do Conselho Nacional de Serviços de Incêndio, viesse reunir todos os poderes de tutela e de coordenação dos bombeiros até aí dispersos por vários organismos da Administração Pública.

Nascia, assim, o Serviço Nacional de Bombeiros, através da Lei n.º 10/79 de 20 de Março, que teve como primeiro presidente o padre Vítor Melícias Lopes e como objectivo prioritário a criação de uma Escola Nacional de Bombeiros.

Enquanto se desenrolavam as diligências tendentes à criação da escola, o que veio a acontecer em finais de 1987, a formação ministrada nos CB’s, sem referencial oficialmente conhecido, teve nos chefes do Regimento e do Batalhão de Sapadores Bombeiros, respectivamente, os grandes arautos da dinâmica formativa nos Corpos Bombeiros voluntários. Seguiu-se o recurso a Comandantes formados no estrangeiro, com o intuito de, posteriormente, virem a transmitir os conhecimentos entretanto adquiridos.

Por fim, com o alargamento do número de Inspeções de duas para cinco e mais tarde, no ano 2000, com a criação de 18 inspeções distritais, os formadores por excelência passaram a ser, nalguns casos, os próprios inspectores de bombeiros, sem prejuízo dos formadores próprios dos CB's, normalmente os bombeiros com as categorias de chefes e subchefes e alguns comandantes *“com saberes de experiencia feito”*.

Este período, assinala Lourenço (2002:27), *“antecedeu a actual situação, em que os formadores são, na generalidade, elementos dos corpos de bombeiros, devidamente credenciados e enquadrados pedagogicamente pela escola.”*

Antes de finalizarmos este friso histórico da evolução da formação dos bombeiros, no período anterior à criação da ENB importa nomear, entre muitos outros, a figura do célebre Coronel Engenheiro Rogério Jaime de Campos Cansado, inspector de bombeiros da região sul, autor de diversos manuais e curricula formativos dos bombeiros.

Não deve esquecer-se, também, o papel do engenheiro Ferreira de Castro, vogal do Serviço Nacional de Bombeiros que, a pedido deste Serviço, efectuou uma viagem de estudo sobre a formação de bombeiros em França, Reino Unido, Itália e Jugoslávia, cujo relatório apresentou em 28 de Outubro de 1981, e que serviu de referência inicial para o lançamento de um projecto de curricula para a formação a desenvolver na ENB.

No dizer de Lourenço (Lourenço, 2002:27-28), *“o embrião da escola poderá considerar-se, porventura, o primeiro curso básico para comandantes, realizado no hotel do Luso, entre 25 de Fevereiro e 2 de Março de 1985.”*

Entretanto, em 18 de Março de 1998, por proposta da ENB, o Conselho Superior de Bombeiros, aprovou o primeiro *“referencial de formação”* dos bombeiros portugueses (Quadro VII) que teve como precursores alguns documentos fundamentais produzidos pela comissão instaladora da Escola²⁹ dos quais se destacam: *Escola Nacional de Bombeiros – Objectivos e Implementação da ENB – Programa preliminar* (Lourenço, 2002:28).

Este programa mínimo, comum a todos os corpos de bombeiros, constitui, indubitavelmente, o primeiro referencial oficial de formação, e *“justifica-se com o facto de se considerar que a qualidade do desempenho de um corpo de bombeiros deve ser independente do estatuto do seu pessoal – profissional ou voluntário – tendo em conta que são iguais os objectivos de protecção de vidas e bens prosseguidos”*. (ENB, 1998:1).

Contudo, este referencial não suscitou interesse entre a generalidade dos CB's que, em regra, não o adoptaram, alegando desconhecimento, prosseguindo a rotina da aprendizagem dos mais novos com os mais velhos e experientes, normalmente sem metodologia programada e ao sabor da dinâmica e *modus vivendi* de cada CB.

²⁹ A Comissão Instaladora era constituída pelo vogal da Direcção do SNB, Engenheiro Carlos Ferreira de Castro, pelo Chefe de Divisão, Manuel Monginho e pelo Engenheiro Francisco Guedes Soares nomes que ficarão sempre ligados ao início da Escola Nacional de Bombeiros.

Quadro VII – Programa referencial de concurso para promoção á categoria de bombeiro sapador/bombeiro de 3ª classe.

Temas	Método	Carga Horária
Organização do serviço de bombeiros	Expositivo	2
Organização interna do corpo de bombeiros	Expositivo	2
Organização operacional	Expositivo	2
Química do fogo	Exp. /Dem.	4
Agentes extintores	Exp. /Dem.	2
Noções de construção civil	Expositivo	2
Redes de água	Exp. /Dem.	2
Noções de electricidade	Dem. /Activo	2
Matérias perigosas	Dem. /Activo	3
Protecção individual	Dem. /Activo	3
Viaturas e equipamentos	Dem. /Activo	8
Aparelhos respiratórios	Dem. /Activo	8
Combate a incêndios urbanos e industriais	Expositivo	5
Combate a incêndios florestais	Expositivo	5
Comunicações	Dem. /Activo	2
Montagem de mangueiras e agulhetas	Activo	20
Montagem de bombas	Activo	5
Manobras de escadas	Activo	20
Salvamento e desobstrução	Activo	20
Desencarceramento	Activo	15
Nós e ligações	Dem. /Activo	2
Manobra de combate a incêndios urbanos e industriais	Activo	10
Busca e salvamento	Activo	6
Ventilação	Dem. /Activo	5
Manobra de combate a incêndios florestais	Dem. /Activo	15
Socorrismo básico	Activo	18
Ordem unida	Dem. /Activo	12
Educação física e desportos (facultativo)	Activo	*
TOTAL		200
* De acordo com as condições existentes em cada Corpo de Bombeiros.		

Fonte: ENB (1998:3).

Por outro lado, as inspecções distritais a quem incumbia, por lei, garantir o cumprimento da formação oficialmente definida, não exerciam a fiscalização adequada, aliás, *“desde sempre os serviços oficiais (SNB e SNBPC) tiveram 18 políticas diferentes, uma por distrito”* (Gomes, CPE, 2007:6).

Não se devendo ignorar a iniciativa de muitas individualidades na concepção, evolução e desenvolvimento da organização da formação dos bombeiros (de que atrás demos exemplos) um passo decisivo na construção dos alicerces do “edifício” pedagógico e formativo dos bombeiros portugueses, foi o da definição dos *“perfis funcionais dos bombeiros”* (equipa que tivemos a honra de integrar) respeitantes às categorias existentes nos CB's, documento

aprovado por despacho do então Presidente do Serviço Nacional de Bombeiros, Joaquim Marinho, em 1 de Agosto de 2001. *“A Escola Nacional de Bombeiros, autoridade pedagógica para a formação técnica dos Bombeiros Portugueses, de que o SNB é associado fundador, entretanto elaborou, propôs e eu aprovei o documento normativo (...) que constitui o Plano de Estudos e Desenvolvimento Curricular daquela formação. (...) A clareza na definição de competências para os diferentes patamares formativos é, com certeza, factor decisivo para a actuação global dessa formação. Os Bombeiros têm, assim, construído o seu edifício formativo. A ENB deu corpo aos objectivos da política de formação dos bombeiros portugueses definida pelo SNB que, também a este nível, mantém as condições para a “Revolução Tranquila” no sector.”* (Marinho, 2001:3-4).

Neste mesmo período, para o Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses, Duarte Caldeira, que, pouco tempo depois, viria a assumir, em simultâneo e, até hoje, as funções de Presidente da ENB, a definição dos *perfis funcionais* dos bombeiros, constituiu, ao tempo, o *perfil de um sonho tornado realidade*, asseverando que, *“não se ignora a iniciativa de muitos antes desta data. Simplesmente é óbvio e justo reconhecer que foi com a criação institucionalizada da ENB que se iniciou de forma consistente a edificação de um efectivo sistema de formação dirigido aos bombeiros, sapadores, municipais, voluntários e privativos de todo o País”* (...) Mais adiante reforçou a ideia de que, (...) *“Na viragem para um novo ciclo de vida da ENB, no qual a Liga assume particulares responsabilidades, fica o compromisso de tudo fazermos para continuar a realizar este sonho, feito realidade, que é a Escola Nacional de Bombeiros”*. (Caldeira, 2001:5).

Ora, como veremos, mais adiante, das palavras aos actos vai uma longa distância e, decorrido apenas um ano lectivo, no plano de formação da ENB, para 2003, são suprimidos vários cursos de especialização e de progressão formatados na lógica dos *perfis funcionais*, com relevância provada para a solidez do plano curricular evolutivo da formação dos bombeiros.

1.2. Referencial de formação em vigor entre Agosto de 2001 e 2008

Efectivamente, com base na definição dos *perfis funcionais*, conhecia-se agora a formação necessária para alcançar determinada categoria na hierarquia dos CB's e *“foi possível proceder à organização pedagógica de todos os cursos ministrados na escola, de forma articulada, coerente e sequencial e através deles formatar o plano de formação adequado aos diferentes objectivos de formação: de integração, inicial, especializada, de progressão, de aperfeiçoamento e, por último, de actualização de conhecimentos.”* (Lourengo, 2002:32).

Abstraindo a formação de integração destinada aos cadetes³⁰, da qual constavam 70 horas de observação no 1º ano, e 105 de horas de observação participante no 2º ano, a formação inicial propriamente dita, destinada a todos quantos ingressavam nos bombeiros voluntários e profissionais, passava a reger-se, a partir de 1 de Agosto de 2001, pelo referencial de formação inicial seguinte (Quadro VIII).

Quadro VIII – Novo referencial de Formação Inicial para Bombeiro Recruta/Aspirante³¹.

Temáticas/Módulos	Carga Horária	
	Bombeiros Profissionais	Bombeiros Voluntários
Introdução e Tecnologias de Base	55	35
Combate a Incêndios	225	70
Manobras, Educação Física e Desportos	385	105
Tripulante de Ambulância de Transporte	35	35
Salvamento, Desencarceramento e Desobstrução	70	35
Legislação e Organização	35	
Salvamentos	105	
Formação em contexto real de trabalho	900	
TOTAL	1810	280

Fonte: ENB, 2001:15-19.

³⁰ A regulamentação das novas Escolas de **Infantes** e de **cadetes** será efectuada, actualmente, nos termos do art.º 29 do Decreto-Lei nº 247/2007 de 27 de Junho (Novo Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros).

³¹ Como pode observar-se, é manifesta a diferença substancial entre a carga horária exigida para a formação inicial dos bombeiros voluntários e dos profissionais (municipais sapadores), mormente em áreas nevrálgicas, onde se ganham competências operacionais como, por exemplo, “Manobras, Educação Física e Desportos”, “Salvamento, Desencarceramento e Desobstrução”, “Combate a Incêndios” entre outros. Ou seja, para a mesma missão e riscos idênticos, persistem conteúdos de formação e cargas horárias diferenciadas, não obstante a base do socorro continuar a ser garantida pelos corpos de bombeiros voluntários, cuja malha de implantação abrange todo o país. Esta discrepância formativa, histórica e culturalmente “assumida” pelas entidades tutelares dos bombeiros portugueses, constitui, entre outras, um dos entraves mais sérios à uniformização das carreiras.

Por outro lado, importa clarificar ainda que, entre nós, a designação de bombeiros profissionais é atribuída não só, dos bombeiros que integram os seis CB’s municipais (sapadores), mas também aos bombeiros que integram os dezoito CB’s Municipais (n/sapadores), nos quais podem coexistir bombeiros profissionais (funcionários municipais) e voluntários. Alguns sectores ligados à problemática dos bombeiros e protecção cívica, tendem a considerar, que os bombeiros que detêm contrato de trabalho com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, deveriam, também, ser considerados bombeiros profissionais, muito embora tenhamos consciência das diferenças de formação entre uns e outros, incluindo entre os CB’s com a mesma natureza.

Em suma, esta “amalgama estatutária” dificilmente poderá ser ultrapassada sem a criação de uma carreira única e uniformidade formativa, independentemente do estatuto voluntário ou profissional.

Partindo desta base, e sem prejuízo das diferenças curriculares manifestas, era preciso chegar mais longe criando, na lógica dos *perfis funcionais*, outras vertentes de formação inicial e contínua, compreendendo as seguintes subdivisões:

Formação Inicial:

- Formação inicial de bombeiros, para recrutas e aspirantes;
- Formação inicial para novos quadros de comando.

Formação Contínua:

- Formação especializada para bombeiros;
- Formação específica para chefes de equipa;
- Formação de formadores;
- Formação para progressão na carreira:
 - Formação especializada para promoção a cabo/bombeiro de 2ª classe;
 - Formação específica para promoção a subchefe/bombeiro de 1ª classe;
 - Curso para promoção a subchefe-ajudante/subchefe
 - Curso para promoção a chefe de 2ª classe/chefe
 - Curso para promoção a chefe de 1ª classe
 - Curso para promoção a chefe-ajudante
- Formação de aperfeiçoamento:
 - Para bombeiros de quadro activo;
 - Para quadros de comando;
- Formação de actualização:
 - Recertificações;
 - Seminários.

Uma vez aprovado este projecto foi-se trabalhando no sentido da formatação dos respectivos cursos/módulos (de acordo com os recursos humanos disponíveis), em ordem à construção da “auto-estrada” da formação dos bombeiros, projectando-se para o ano lectivo 2001/2002 a oferta formativa seguinte (Quadro IX), assinalando-se, a cor amarela, o número de cursos que foram suprimidos no plano de formação da ENB para 2003, (Quadro X).

Como pudemos observar, as alterações verificadas, entre as duas ofertas formativas, estão consubstanciadas fundamentalmente ao nível da diminuição de cursos de *formação especializada, específica, formação de formadores* e da supressão, completa, e de extrema gravidade pedagógica, da *formação de progressão*.

Efectivamente, nesta tipologia de formação contínua, não existiam discrepâncias, quer na duração, quer nos conteúdos programáticos, dos cursos formatados para profissionais e voluntários, nos termos da lógica definida nos *perfis profissionais*, como, por exemplo, nos cursos de promoção de subchefe/bombeiro de 1.ª e de subchefe ajudante/subchefe, entre outros.

Tal significa que, não obstante haver diferenças formativas substanciais, sobretudo ao nível da carga horária da formação inicial, essas diferenças eram praticamente esbatidas ao nível da formação contínua, em especial na formação de progressão, na perspectiva de, paulatinamente, se caminhar na via da uniformização da formação, um dos pressupostos essenciais da génese dos *perfis funcionais*, para poder aspirar-se a uma futura carreira única dos bombeiros portugueses.

Ora, este processo foi interrompido abruptamente, com a não inclusão da formação de progressão na oferta formativa da ENB, para 2003 e anos subsequentes, invocando-se a publicação do Decreto-lei n.º 106/2002 de 13 de Abril, que estabeleceu, que a duração, os conteúdos programáticos e o funcionamento dos cursos de promoção dos bombeiros profissionais seriam autorizados por despacho conjunto do MAI e dos ministérios tutelares da Administração Local e da Administração Pública.

Este acontecimento, não deixa de constituir factor de inexplicável estranheza política, ao subalternizar completamente a ENB, enquanto *autoridade pedagógica da formação dos bombeiros*, nos termos do n.º 1 do art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 293/2000, transformando-a, na prática e, a partir daí, em Escola Nacional dos Bombeiros Voluntários.

Importa salientar ainda, que, a supressão da formação de progressão, afectou, de forma crucial, entre outras categorias, a progressão das chefias intermédias (chefes e subchefes), “*que são, em princípio, um dos pilares da estrutura interna de cada CB, quer pelo que fazem como formadores, quer pela confiança que transmitem aos seus subordinados já que, normalmente, estão mais próximos do seu pessoal quando das intervenções em sinistros*” (Laranjeira, CPE, 2007:8).

Em suma, como mais adiante iremos constatar, até ao aparecimento do novo referencial de formação, por Despacho do Presidente da ANPC, de 20 de Agosto de 2008, a ENB continuou a ministrar formação nos moldes anteriores, mas introduzindo muitos cursos a título mais ou menos avulso, a pedido e interesse de várias entidades, ligadas ou não aos bombeiros e protecção civil, não se descortinando o respectivo enquadramento e muito menos a articulação com os princípios definidos nos *perfis funcionais*.

Quadro IX - Oferta formativa para o ano lectivo 2001/2002.

<i>I – Formação Inicial</i>
<i>Curso de Formação Inicial do Bombeiro</i>
<i>Curso para Novos Quadros de Comando</i>
<i>II – Formação Contínua</i>
<i>1. Formação Especializada</i>
Curso de Tripulante de Ambulância de Socorro
Curso de Combate a Incêndios Urbanos e Industriais para Equipas de 1ª Intervenção
Curso de Salvamento em Grande Ângulo
Curso de Bombeiro Mergulhador
Curso de Operador de Central
Curso de Combate a Incêndios Florestais para Equipas de 1ª Intervenção
Curso de Condução Todo-o-Terreno
Curso para Equipas de Controlo de Acidentes com Matérias Perigosas
Curso de Nadador Salvador
Curso de Condutor de Embarcação de Socorro
Curso de Condutor de Ambulâncias
Curso de Animador de Preparação Física
Curso de Operador de Socorros e Náufragos com Cabos de Vaivém
Curso de Operador de Centro de Coordenação de Socorro
Curso de Topografia Aplicada
Curso de Hidráulica Aplicada
Curso de Combate a Incêndios em Navios
Curso de Combate a Incêndios em Aeronaves
<i>2. Formação Específica para chefes de equipa</i>
Curso de Chefe de Equipa de Salvamento, Desencarceramento e Desobstrução
Curso de Chefe de Equipa de Combate a Incêndios Urbanos e Industriais
Curso de Chefe de Equipa de Salvamentos em Grande ângulo
Curso de Chefe de Equipa de Bombeiro Mergulhador
Curso de Chefe de Equipa de Centro de Coordenação de Socorro
Curso de Chefe de Equipa de Combate a Incêndios Florestais
Curso de Chefe de Equipa de Controlo de Acidentes com Matérias Perigosas
<i>3. Formação de Formadores</i>
Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores
Curso de Formador de Tecnologia de Base
Curso de Formador de Combate a Incêndios
Curso de Formador de Manobras, Educação Física e Desportos
Curso de Formador de Tripulante de Ambulância de Transporte
Curso de Formador de Salvamento, Desencarceramento e Desobstrução
Curso de Formador de Salvamento em Grande Ângulo
Curso de Formador de Condução Todo-o-Terreno
Curso de Formador de Nadadores-Salvadores
Curso de Formador de Condutores de Embarcação de Socorro
<i>4. Formação para progressão</i>
Formação especializada para promoção a cabo/bombeiro de 2ª classe
Formação específica para promoção a subchefe/bombeiro de 1ª classe
Curso de promoção a subchefe ajudante/subchefe
Curso de promoção a chefe de 2ª classe/chefe
Curso de promoção a chefe de 1ª classe
Curso de promoção a chefe ajudante
<i>5. Formação de Aperfeiçoamento</i>
Cursos para Quadros de Comando
<i>6. Formação de Actualização</i>
Recertificações
Seminários

Fonte: ENB, 2001.

Quadro X - Oferta Formativa da ENB – 2003.

I – Formação Inicial
Curso de Formação Inicial do Bombeiro
Introdução, Tecnologias de Base
Combate a Incêndios
Manobras e Educação Física
Tripulante de Ambulância de Transporte
Salvamento e Desencarceramento
Formação de quadros de comando
Curso para Quadros de Comando
Organização e Liderança
Gestão Operacional
Práticas de Combate a Incêndios
II – Formação Contínua
<i>1. Formação de aperfeiçoamento para quadros de comando</i>
<i>Cursos de Aperfeiçoamento para Quadros de Comando</i>
Curso de Topografia Aplicada
Curso de Identificação das Causas de Incêndio
Curso de Coordenação de Meios Aéreos
Curso de Aplicação de Planos Prévios de Intervenção
Curso de Técnica Analista de Segurança Contra Incêndios
<i>2. Formação Especializada</i>
Curso de Tripulante de Ambulância de Socorro (TAS)
Curso de Salvamento em Grande Ângulo
Curso de Bombeiro Mergulhador
Curso de Operador de Central
Curso de Condução Todo-o-Terreno
Curso de Nadador Salvador
Curso de Condutor de Embarcação de Socorro
<i>3. Formação Específica</i>
Curso de Chefe de Equipa de Salvamento e Desencarceramento
Curso de Chefe de Equipa de Combate a Incêndios Urbanos e Industriais
Curso de Chefe de Equipa de Combate a Incêndios Florestais
Curso de Chefe de Equipa de Controlo de Acidentes com Matérias Perigosas
<i>4. Formação de Formadores</i>
Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores
Curso de Formador de Tecnologia de Base
Curso de Formador de Combate a Incêndios
Curso de Formador de Manobras, Educação Física
Curso de Formador de Tripulante de Ambulância de Transporte
Curso de Formador de Salvamento, Desencarceramento e Desobstrução
Curso de Formador de Salvamento em Grande Ângulo
Curso de Formador de Condução Todo-o-Terreno
<i>5. Formação de actualização</i>
Recertificação de Tripulantes de Ambulância de Transportes
Recertificação de Salvamento e Desencarceramento
Recertificação de Tripulantes de Ambulância de Socorro
Recertificação de Salvamentos em Grande Ângulo
Recertificação de Condução Todo-o-Terreno
Recertificação de Nadador Salvador
Seminários

Fonte: ENB, 2003.

1.3. Após Agosto de 2008

O novo referencial do curso de instrução inicial do bombeiro voluntário foi estabelecido por despacho nº 21722/2008 do Presidente da ANPC, com um total de 350 horas de formação (Quadro XI).

Quadro XI – Novo referencial da Formação Inicial do bombeiro voluntário.

Curso de Instrução Inicial de Bombeiro	Nível	Nº Horas Práticas (P)	Nº Horas Teóricas (T)	Nº Horas P+T	Nº Horas Treino no Posto de Trabalho	Total
Modulo I – Introdução ao Serviço dos Bombeiros	I	5	20	25	25	50
Modulo II – Técnicas de Socorrismo	I	20	15	35	15	50
Modulo III – Equipamentos, Manobras e Veículos	I	30	5	35	15	50
Modulo IV – Técnicas de Salvamento e Desencarceramento	I	30	5	35	15	50
Modulo V – Operações de Extinção de Incêndios Urbanos e Industriais	I	30	20	50	25	75
Modulo VI – Operações de Extinção de Incêndios Florestais	I	30	20	50	25	75
<i>Total horas</i>		140	90	230	120	350

Fonte: Despacho da ANPC, nº 21722/2008.

Comparando o aparente aumento da carga horária deste novo referencial, com o referencial aprovado em 1 de Agosto de 2001, com base nos *perfis funcionais*, compreendemos a diminuição real do número de horas de formação (teórica e prática) que de 280 passam efectivamente para 230 horas, dado que o número de horas no posto de trabalho, correspondem a um contexto de enquadramento formativo diferente.

Por outro lado, como pode observar-se no programa de formação inicial do *recruta/sapador* (Quadro XII) verifica-se, a título de exemplo, um forte investimento nas áreas de **manobras** (área fulcral, onde se ganham competências operacionais estratégicas) e em **educação física** outra área fulcral, face às exigências músculo-esqueléticas, entre outras, da profissão de bombeiro.

Ora, nos *voluntários*, a exigência curricular no módulo **manobras** é diminuta comparativamente (50 horas versus 364 horas) e, quanto à **educação física**, paradoxalmente, nem sequer figura no currículo. Nas restantes áreas do conhecimento, a carga horária do plano de formação inicial do *bombeiro voluntário* é, como pode observar-se, substancialmente inferior à do *bombeiro sapador*.

Quadro XII – Formação Inicial do Recruta/Sapador.

Curso de Formação Inicial do Recruta/Sapador (Formação Teórico-Prática)	Carga Horária
Módulo I – Incêndios	88 h
Módulo II – Técnicas de Base	67 h
Módulo III – Recursos Humanos	14 h
Módulo IV – Cultura Administrativa	20 h
Módulo V – Socorro a Pessoas	165 h
Módulo VI – Manobras	364 h
Módulo VII – Ordem Unida e Protocolo	60 h
Módulo VIII – Educação Física	230 h
Estágio	840 h
Carga Horária Total	1810 h

Fonte: Adaptado da Escola do Regimento de Sapadores/bombeiros de Lisboa.

Além disso, em contexto de formação inicial, não se percebe a distinção e o reforço da formação em operações de extinção de incêndios, com a separação em incêndios urbanos e industriais, por um lado, e incêndios florestais por outro. Tal separação teria justificação, ao nível seguinte, da formação especializada, com separação clara dos incêndios urbanos, dos florestais e, também, dos industriais.

Nesta perspectiva, o referencial proposto no despacho constitui, a nosso ver, um retrocesso no edifício formativo dos bombeiros, retirando-lhe a coerência, especialização e a estruturação hierárquica na lógica dos *perfis funcionais* que deveriam ser os seus pilares de sustentação.

Resumindo, a diminuição real da carga horária e até de conteúdos, afasta, ainda mais, a possibilidade de uniformização dos currícula de formação dos voluntários e dos sapadores como um dos pressupostos mais importantes da almejada carreira única.

Importa ainda salientar, finalmente, que o novo despacho ignorou, o referencial programático do *curso de formação de qualificação inicial de bombeiro*, aprovado pela Portaria n.º 247/2004 de 6 de Março, para obtenção do Certificado de Aptidão Profissional (CAP/Bombeiro), (Quadro XIII).

Quadro XIII – Domínios programáticos do curso de formação de qualificação inicial de bombeiro.

Conteúdos Programáticos	Duração Total mínima da Unidade
Domínio Sócio-Cultural	325 horas
Domínio Científico-Tecnológico	205 horas
Domínio Prático	
• Prática simulada em contexto de formação	370 horas
• Prática real em contexto de trabalho	900 horas
Total	1800 horas

Fonte: <http://www.iefp.pt>

Como podemos observar, pela soma das cargas horárias dos domínios “sócio-cultural” e “científico-tecnológico” (530 h, no seu conjunto) e das cargas horárias de “prática simulada” e “prática real em contexto de trabalho” (1270 h, no seu conjunto) este referencial (aprovado pela Portaria atrás referenciada) ao totalizar 1800 h de formação, está muito mais próximo do referencial do bombeiro sapador, do que do referencial definido no despacho da ANPC, n.º 21722/2008.

2. O papel da Escola Nacional de Bombeiros na certificação e na formação contínua dos bombeiros

A Escola Nacional de Bombeiros (ENB), em cuja génese está a criação o Serviço Nacional de Bombeiros (Lei n.º 10/79 de 20 de Março), é uma associação privada sem fins lucrativos constituída em 4 de Janeiro de 1995, tendo como associados fundadores o Serviço Nacional de Bombeiros (hoje incorporado na Autoridade Nacional de Protecção Civil) e a Liga dos Bombeiros Portugueses

Reconhecida como de utilidade pública, em 3 de Maio de 1997 e como **autoridade pedagógica na formação técnica dos bombeiros portugueses** (n.º 1, do art.º 8 do Decreto Lei n.º 293/2000, de 17 de Novembro), a ENB, concretiza, hoje, de algum modo, *“uma parceria entre o Estado e a sociedade civil, tendo por objectivo dar resposta às necessidades de formação, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos bombeiros de todo o País, bem como a formação especializada de formadores.”* (ENB, 2004:15).

Simultaneamente, a ENB estabelece uma oferta da formação, destinada a outros técnicos e entidades, em matérias relacionadas com a sua actividade, nomeadamente nos primeiros socorros, sensibilização de extintores, brigadas de incêndio, segurança contra incêndios e outras.

Nos termos do artigo 3º do seu estatuto, a ENB tem como principais objectivos estatutários:

- A formação humana, profissional e cultural dos bombeiros e demais agentes de protecção e socorro;
- Formação cívica no domínio da auto-protecção dos cidadãos;

- Produção de estudos e investigação no domínio da protecção contra o risco de incêndio e outros âmbitos das competências e missões atribuídas aos corpos de bombeiros e demais agentes de protecção e socorro;
- Concepção, normalização e aprovação de técnicas, equipamentos e materiais de socorro;
- Edição e distribuição de publicações de natureza informativa e formativa relativa às actividades desenvolvidas pelos bombeiros e outros agentes de protecção e socorro.

Além de acreditada pelo Instituto para a Qualidade na Formação (IQF), a ENB, no sentido de reforçar a sua credibilização e reconhecimento, obteve credenciação junto de diversas entidades certificadoras de formação, nomeadamente das seguintes:

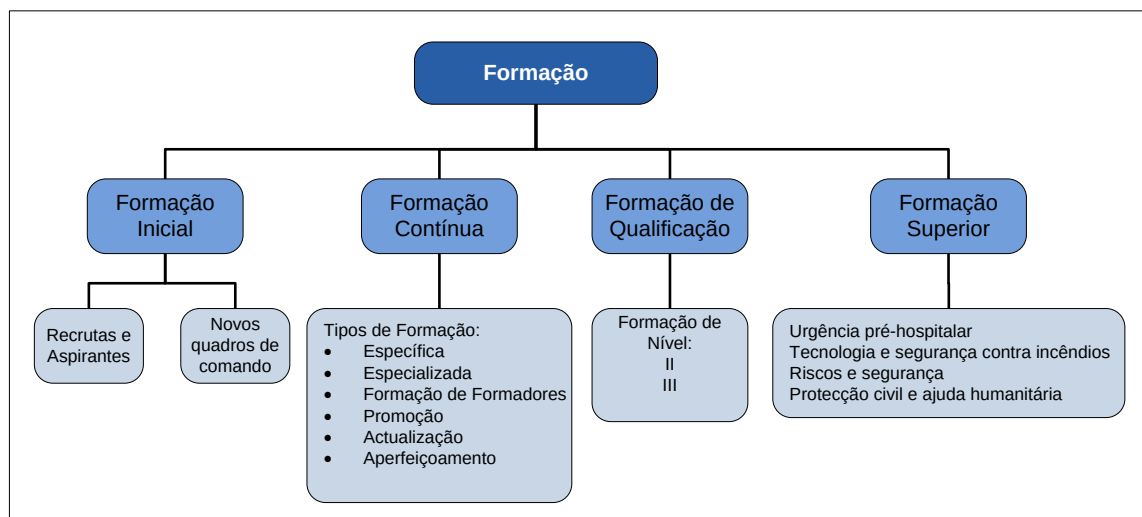
- **Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM)**, para a área do Socorro Pré-Hospitalar (cursos de tripulante de ambulância de transporte, tripulante de ambulância de socorro e formador de tripulante de ambulância de transporte);
- **International Centre for Emergency Techniques (ICET)**, para a área do salvamento e desencarceramento (cursos de chefe de equipa de salvamento e desencarceramento e formador de salvamento e desencarceramento) e no início de 2009, credenciada pelo ICET para ministrar o método do SAVER (Systematic Approach to Victim Entrapment Rescue);
- **Instituto de Socorros a Náufragos (ISN)**, para ministrar cursos e certificações de bombeiro nadador salvador e formador de bombeiro nadador salvador;
- **Instituto Marítimo Portuário (IMP)**, para ministrar cursos e recertificações de condutor de embarcação de socorro;
- **Escola de Mergulhadores da Armada (EMA)**, para cursos na área do socorro aquático (cursos de bombeiros mergulhadores e supervisores de mergulho);
- **Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA)**, para ministrar, não só cursos de formação profissional, mas também a avaliação e reconhecimento de competências, até ao 12º ano de escolaridade, nos termos do modelo pedagógico definido pelo Programa “Novas Oportunidades”.

Na aurora do século XXI, a dinâmica da Escola era de grande expansão pedagógica e ambiciosos projectos formativos entre os quais, em breve síntese, destacamos:

- Dotar cada distrito de um grupo de formadores em diversas áreas de formação inicial e de formação especializada, que pudessem responder às necessidades reais e específicas de cada distrito, de forma faseada.
- Dotar cada corpo de bombeiros dos formadores necessários a suprir as suas necessidades de formação, tendo-se presente que os chefes deverão ser os formadores por excelência dos respectivos CB's (assim era no passado, mas cada vez menos no presente) credenciando-os não só com formação pedagógica adequada, mas também, pelo menos, numa das especialidades curriculares;
- Implementar, a nível nacional, o referencial de formação inicial das 280 horas, atrás assinalado no quadro VIII, com vista ao estabelecimento de um programa mínimo comum a todos os CB's e à uniformidade pedagógica nas matérias leccionadas nos cinco módulos que o constituem
- Implementar o ensino à distância (a chamada Escola Virtual dos Bombeiros), no sentido de colmatar as dificuldades de acesso à formação por falta de disponibilidade e/ou afastamento dos centros de formação.
- Dotar a Escola de uma unidade de investigação e desenvolvimento e implementar o ensino técnico-profissional de nível II e III de qualificação e o ensino superior em áreas técnico-científicas ligadas à problemática de Protecção Civil e Bombeiros.

Resumindo, **as principais linhas de força da formação dos bombeiros portugueses nos primórdios do século XXI** – *“texto que corresponde, com ligeiras alterações, ao documento apresentado pelo Dr. António Amaro à Comissão Coordenadora do Conselho Científico-Pedagógico para apreciação, o qual tendo merecido parecer favorável, foi posteriormente remetido à direcção da ENB que, em reunião realizada no dia 16 de Novembro de 2000, o aprovou na generalidade e, depois, remeteu ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, como resposta ao solicitado durante a cerimónia de abertura oficial do ano lectivo 2000/2001”*, podem sintetizar-se, *latu sensu*, na figura 42.

Com a substituição da Direcção presidida pelo Professor Doutor Luciano Lourenço, em Janeiro de 2002, estes projectos e outros, como, por exemplo, a implementação do ensino técnico-profissional e superior, não lograram êxito por múltiplas e variadas razões, desde as habituais resistências à mudança dos bombeiros em geral e das suas cúpulas tutelares, até à falta de vontade e determinação dos decisores políticos que, em regra, têm ignorado o sector da formação dos bombeiros.



Fonte: Amaro, 2000:24.

Fig. 42 – Principais Linhas de Força da Formação dos Bombeiros nos Primórdios do Século XXI.

Neste quadro, de mudança de rumo e estratégia pedagógica, da ENB, em contra ciclo com o caminho pedagógico estruturante que vinha sendo seguido (e não obstante o rasgado elogio, atrás referido, da nova Direcção à filosofia matricial dos *perfis funcionais*), passamos, de seguida, a enumerar os cursos que, nem sempre com fundadas justificações técnico-pedagógicas, tendo em conta os destinatários, passaram a ser ministrados (alguns com alteração de nome), não só na sua sede, em Sintra, mas também nos três centros de formação nela integrados, respectivamente na Lousã, Bragança e São João da Madeira.

Na sua sede, em Sintra, (fot. 12), são ministrados, em regra, os seguintes cursos. (ENB, 2006:67):

- **tripulante de ambulância de socorro;**
- **Nadador-salvador;**
- **operador de centro de operações de socorro;**
- **formador de tripulante de ambulância e transporte;**
- **formador de embarcação de socorro,**
- **curso geral de quadros de comando;**
- **curso de aplicação de conceitos tácticos,**
- **curso de técnicas de estado maior;**
- **curso de organização de centros de operações e postos de comando;**
- **curso de organização de postos de operações e postos de comando;**
- **curso geral de protecção civil;**
- **recertificação de tripulantes de ambulância de socorro.**



Fonte: www.enb.pt

Fot. 12 – Sede da Escola Nacional de Bombeiros (Sintra).

O Centro de Formação da Lousã (fot. 13) *“inicialmente criado por decisão política, veio a ser transformado em centro de formação especializado de incêndios florestais em 2003, por decisão da Direcção da ENB, à qual o poder político se colou”*. (Caldeira, CPE, 2008:2). Ora, no dizer de Lourenço (2009) o centro foi criado, logo no início, como centro especializado em incêndios florestais, como se demonstra pela formação que nele era ministrada, embora com tendência para uma menor especialização.

Neste centro são ministrados (ENB, 2006:67), em regra, os seguintes cursos:

- **curso geral de quadros de comando;**
- **curso de chefe de equipa de combate a incêndios florestais;**
- **curso de grupo de combate a incêndios florestais**
- **curso de formador de condução todo-o-terreno.**

Também, por decisão política, se criou, em 27 de Maio de 1998, o Centro de Formação de Bragança (fot. 14), onde são ministrados (ENB, 2006:67), em regra, os seguintes cursos:

- **curso de operador de central;**
- **curso de formação pedagógica inicial de formadores;**
- **curso de actualização de formação pedagógica de formadores.**



Fonte: www.enb.pt

Fot. 13 – Centro de Formação da Lousã.



Fonte: www.enb.pt

Fot. 14 – Centro de Formação de Bragança.

Mais tarde, em 26 de Outubro de 2005, foi criado o Centro de Formação de São João da Madeira (fot. 15), como centro especializado no combate a incêndios urbanos e industriais, e *“desde que este centro foi criado, reduziu-se substancialmente o investimento na deslocação de grupos de bombeiros aos centros de treino da Galiza (Espanha). (Caldeira, 2008:2)³²*.

³² Todavia, conforme assinala Lourenço (2009), antes desta opção por Espanha, havia disponível o recurso ao protocolo com a GALP, para que este tipo de formação pudesse ser feito em Sines, o que não se verificou, por decisão, não justificada, da direcção da ENB.

Neste centro são ministrados (ENB, 2006:67), em regra, os seguintes cursos:

- **curso geral de quadros de comando;**
- **curso de bombeiros mergulhador** (trata-se de um curso, cuja complexidade formativa e de manutenção e actualização, exigiria uma análise mais aprofundada das reais necessidades do País).
- **curso de combate a incêndios urbanos e industriais.**



Fonte: www.enb.pt

Fot. 15 – Centro de Formação de São João da Madeira.

2.1. Os CB's com escolas de formação inicial dos bombeiros

Ontem, como hoje, está estabelecido, pelo menos, desde o Regulamento Geral de 1951, que a formação inicial do bombeiro, é ministrada nos respectivos corpos, sob responsabilidade do respectivo comandante, constituindo-se, cada CB, como a primeira escola de aprendizagem básica³³, independentemente da existência ou não de formadores credenciados pela ENB.

Por outro lado, sendo o bombeiro, no início da carreira, o executor, por excelência, das manobras de socorro elementares, da guarnição das viaturas de socorro, da montagem do material e da sua utilização nas mais diversas situações, a formação inicial deve conferir-lhe,

³³ Não é por acaso, que, em cada quartel existe, em regra, a chamada *Casa-Escola*, estrutura de treino prático (nem sempre muito utilizada), ocupando um espaço central e privilegiado na parada dos CB's.

obrigatoriamente, conhecimentos teórico-práticos, não só de todo o material, sua localização e manobra, mas também ter adquirido a prática necessária à resolução com desembaraço das missões que lhe são confiadas, mesmo que com orientação superior quando tal é possível, no contexto do respectivo CB.

Ora, num quadro de exigência social crescente, é de capital importância que o bombeiro, sobretudo em início de carreira, detenha uma formação inicial sólida, não só porque “*quem não sabe não salva e nem se salva*”, mas também, enquanto matriz base imprescindível de toda a formação contínua subsequente.

Infelizmente, como veremos de seguida, este desiderato não é atingido em parte substancial da rede nacional de CB's, ditos voluntários, o que constitui manifesta fragilidade da estrutura de socorro, no quadro da protecção civil.

2.1.1. Incumprimento por parte dos CB's do referencial de formação

Na perspectiva de controlar e avaliar o grau de cumprimento do referencial de formação inicial, estabelecido nos *perfis funcionais* e aprovado pelo SNB em 1 de Agosto de 2001, inquirimos os CB's segundo os seguintes intervalos de carga horária:

1810 h; entre 1000 e 1799; entre 500 e 999; entre 280 e 499; entre 100 e 279 e inferior a 100 h.

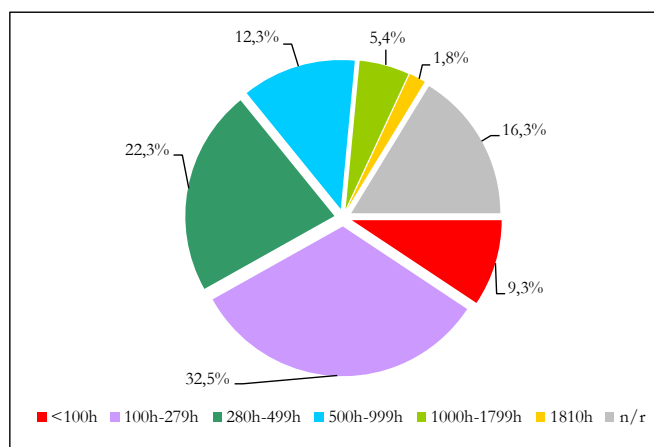
A esta pertinente questão não responderam 16,3% CB's. As respostas obtidas (fig. 43) permitiram-nos concluir, em valores relativos, que:

- 9,3% dos CB's apresentaram um plano de formação inicial com menos de 100 horas;
- 32,5% dos CB's situavam o seu plano de formação no intervalo 100 a 279 horas;
- 22,3% dos CB's situavam-se no intervalo de 280 a 499 horas,
- 12,3% dos CB's situavam-se no intervalo 500 a 999 horas,
- 5,4% dos CB's situavam-se no intervalo de 1000 a 1799 horas;
- 1,8% dos CB's apresentaram plano de formação inicial com 1810 horas.

Em valores absolutos, segundo a tipologia dos CB's, podemos extrair as conclusões seguintes (Quadro XIV):

Nos CB's sapadores e municipais:

- 3 CB's *sapadores* cumpriam integralmente o referencial estabelecido, ou seja, 1810h de formação inicial para o bombeiro sapador/recruta.



Fonte: Inquérito Próprio, 2007.

Fig. 43 – Carga horária global do plano de formação inicial nos CB's.

- 2 CB's situavam-se nos intervalos 500-999h e 1000-1799h respectivamente, não cumprindo o referencial sapador estabelecido. Um CB sapador não respondeu.
- 5 (em dezoito) CB's *municipais* não cumpriam o referencial mínimo de 280h:
- 11 CB's situam-se nos intervalos 281-499h, 500-999h e 1000-1799h, respectivamente, não tendo respondido 2 CB's municipais.

Nos *voluntários* observaram-se os seguintes resultados:

- 31 CB's não cumpriam sequer as 100h de formação inicial, o que é particularmente grave;
- 103 situavam-se no intervalo 100-279h, não cumprindo, assim, o referencial mínimo de 280h;
- 69 CB's situavam-se no intervalo 280-499 cumprindo o referencial mínimo;
- 37 CB's situavam-se no intervalo 500-999, cumprindo o referencial, mas esta situação levanta-nos algumas dúvidas, tendo em conta o conhecimento que detemos do sector.
- 13 CB's situavam-se no intervalo 1000-1799, o que nos parece pouco provável, pelas razões antes apontadas.
- 3 CB's voluntários diziam cumprir 1810 horas que, como sabemos, constitui o referencial dos profissionais (sapadores), pelo que nos parece muito estranha e paradoxal esta resposta.

Quadro XIV - Carga horária global do plano de formação inicial nos CB's, por tipologia.

Tipo	Mun	Sap	Vol	Total	Mun %	Sap %	Vol %	Total %
<100h	0	0	31	31	0,0	0,0	10,1	9,3
100h-279h	5	0	103	108	27,8	0,0	33,4	32,5
280h-499h	5	0	69	74	27,8	0,0	22,4	22,3
500h-999h	2	2	37	41	11,1	33,3	12,0	12,3
1000h-1799h	4	1	13	18	22,2	16,7	4,2	5,4
1810h	0	3	3	6	0,0	50,0	1,0	1,8
n/r	2	0	52	54	11,1	0,0	16,9	16,3
Total	18	6	308	332	5,4	1,8	92,8	100,0

Fonte: Inquérito Próprio, 2007.

Em suma, considerando que 134 dos CB's não cumpriam o referencial mínimo estabelecido, além das dúvidas que nos levantam algumas das outras respostas, concluímos que há imenso trabalho a desenvolver, quer pela ENB, no domínio da formação de formadores, quer pela ANPC, no domínio da fiscalização, até que seja cumprido, na íntegra, um programa mínimo de formação inicial em todos os corpos de bombeiros voluntários.

2.1.2. Módulos de formação inicial ministrados nos CB's

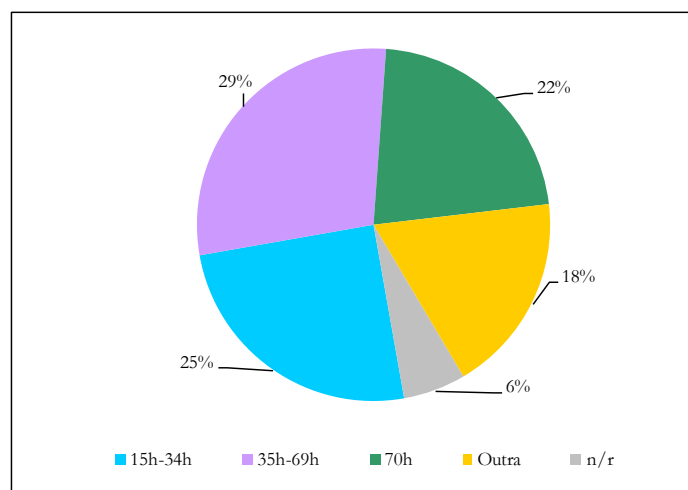
O referencial aprovado pelo SNB, em 2001, no quadro dos *perfis funcionais*, contemplava cinco módulos de formação inicial para os corpos de bombeiros ditos voluntários e oito módulos para os sapadores.

Para aferirmos do grau de cumprimento do referencial enunciado no Quadro VII, entendemos, como suficiente, para os objectivos deste trabalho, inquirir os CB's quanto à carga horária de formação ministrada nos módulos seguintes:

- ***Combate a Incêndios – 70 h;***
- ***Salvamento, Desencarceramento e Desobstrução – 35 h;***
- ***Manobras, Educação Física e Desportos – 105 h.***

2.1.2.1. Módulo *Combate a Incêndios*

Desde logo, 6% dos CB's não responderam à questão. Dos que responderam, apenas 22% cumpriam as 70 horas de formação previstas no referencial. Por outro lado, 25% cumpriam uma carga horária situada no intervalo 15 a 34 horas e 29% uma carga horária compreendida no intervalo 35h-69h. Finalmente, 18% referiram outra carga horária não especificada (fig. 44).



Fonte: Inquérito Próprio, 2007.

**Fig. 44 - Carga horária ministrada no módulo
Combate a Incêndios – 70 horas.**

Considerando a tipologia dos CB's, os resultados mostram que é nos profissionais (sapadores) que se verifica a maior taxa de cumprimento da carga horária, 66,7% (fig. 40).

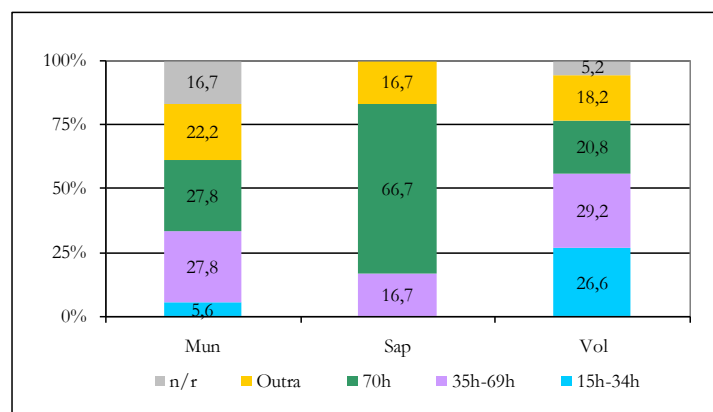
Naturalmente, estamos a falar de 6 CB's profissionais, para os quais o referencial do módulo de "*Combate a Incêndios*" é de 225 horas. Estranha-se, pois, que um dos CB's sapadores não cumpra o referencial³⁴ e outro responda com "outra" carga horária não especificada. Tal significa que mesmo entre os CB's profissionais (sapadores) podem existir discrepâncias que decorrem certamente dos respectivos comandos e dos municípios de que dependem.

Quanto aos CB's municipais 16,7% não respondem à questão. Dos que responderam 27,8% cumpriam o referencial, cifrando-se também, em 27,8%, os CB's que cumpriam uma carga horária situada entre 35 e 69 horas.

Ainda nos Municipais, 22,2% referiram outra carga horária 5,6%, ou seja, um corpo de bombeiros cumpria uma carga horária situada no intervalo de 15 a 34 horas.

Na tipologia voluntários 5,2% não responderam. Dos que responderam, 20,8% cumpriam a carga horária legal, 29,2% uma carga horária de formação compreendida entre as 35 e as 69 horas e 18,2% outra carga horária não especificada. Por último, 26,6% cumpriam uma carga horária situada entre 15 a 34 horas (fig. 45).

³⁴ Trata-se do corpo de bombeiros de Braga que, mantendo a designação de CB sapador, em rigor é municipal, dado que os lugares de bombeiro sapador ainda existentes, são a extinguir quando vagarem por decisão do município. Nesta linha, o actual CB (que inclui bombeiros sapadores e bombeiros municipais) tende a adoptar, recorrentemente, o referencial formativo destes últimos, cuja carga horária é inferior ao referencial adoptado pelo Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa.



Fonte: Inquérito Próprio, 2007.

Fig. 45 - Carga horária ministrada no módulo “Combate a Incêndios – 70 horas”, por tipologia de CB.

Estes resultados demonstram, no mínimo, que o facto de haver bombeiros com estatuto de bombeiro profissional, inseridos em CB’s municipais, tal não significa o cumprimento integral do referencial de formação inicial aprovado o que configura situação grave a merecer a atenção redobrada das autoridades do sector.

Esta situação de défice formativo poderá encontrar atenuantes na eventual falta de formadores certificados no módulo “Combate a incêndios” tendo-se observado, efectivamente, que, a maioria dos CB’s inquiridos (56%) não possuíam formador credenciado neste domínio, tendo respondido, afirmativamente, apenas 22% com 22% de abstenções (fig. 46).

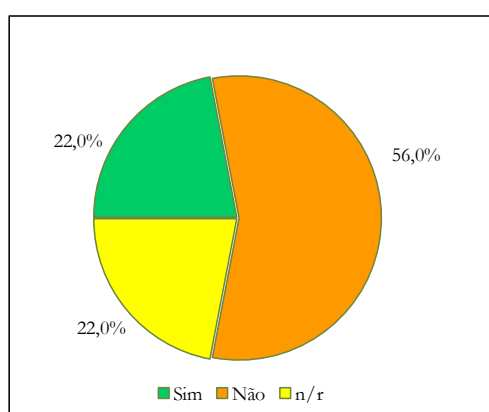
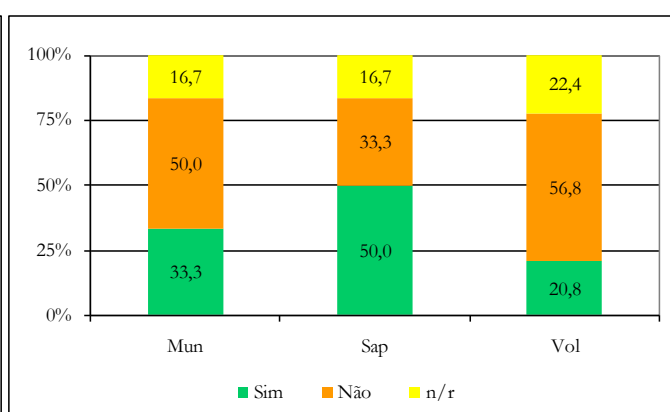


Fig. 46 – Existência nos CB’s de formador certificado no combate a incêndios.



Fonte: Inquérito Próprio, 2007.

Fig. 47 - Formador certificado no combate a incêndios por tipologia de CB.

Já quanto aos resultados obtidos face à tipologia dos CB's, observa-se que 50% dos CB's sapadores possuem formador certificado, enquanto nos CB's voluntários e municipais as respostas positivas são muito mais baixas respectivamente, 20,8% e 33% (fig. 47).

Face a estes resultados, podemos inferir que a falta de formação na área do “*Combate a Incêndios*” nos CB's, mormente nos voluntários e municipais, fica a dever-se, não só, à falta de formadores certificados e, neste caso, a “falha” deve imputar-se à Escola Nacional de Bombeiros, mas também, em boa medida, à falta de profissionalismo e responsabilidade dos respectivos comandantes, a quem a lei atribui a “ *direcção da instrução de acordo com programa previamente estabelecido e aprovado pela ANPC*” (nº1 do art.º 20 do Decreto-Lei nº 247/2007).

Olhando a realidade, em números absolutos, nos CB's sapadores existem 3 formadores certificados, nos 18 CB's municipais existem apenas 6, metade dos quais em Santarém, e nos CB's voluntários um total de 64, dos 308 CB's que constituíram a amostra (Quadro XV).

Estranhamente, no distrito de Braga, por exemplo, não foi apurado nenhum formador credenciado. Nos CB's de Lisboa e Viseu apuraram-se 12 e 6 formadores, respectivamente, constituindo as maiores concentrações por distrito.

2.1.2.2. Módulo *Salvamento, Desencarceramento e Desobstrução*

Relativamente ao cumprimento da carga horária exigida pelo referencial para este módulo, observou-se que 81% dos inquiridos cumpriam o referencial e apenas 12% dos CB's cumpriam menos das 35 horas, não tendo respondido 4% dos inquiridos e 2% referiram outra carga horária não especificada (fig. 48)³⁵.

Já quanto ao cumprimento do referencial por tipologia de CB's constatou-se que os sapadores cumpriam 100%, os municipais cumpriam 88,9%, ou seja, 16 CB's observavam integralmente o referencial.

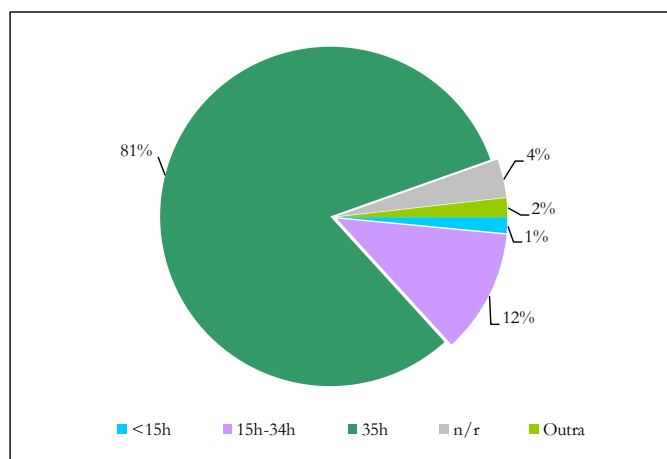
Nos voluntários não responderam 11 CB's. Dos que responderam, 248 (80,5%) cumpriam o referencial previsto, 44 CB's não cumpriam o referencial, dos quais, cinco CB's, apresentaram menos de 15 horas de formação neste módulo (Quadro XVI).

³⁵ Contudo, a formação ministrada refere-se apenas a *salvamento e desencarceramento*, uma vez que a *desobstrução* não tem sido ministrada, apesar dos bombeiros serem chamados, frequentemente, para desempenhar missões que exigem tarefas de desobstrução.

Quadro XV – N.º de formadores do módulo de *combate a incêndios* certificados, e carência, por distrito.

Distrito	Sim				Não				n/r				Total
	Mun	Sap	Vol	Total	Mun	Sap	Vol	Total	Mun	Sap	Vol	Total	
Anónimo	0	0	2	2	0	0	2	2	0	0	4	4	8
Aveiro	0	0	5	5	0	0	10	10	0	0	3	3	18
Beja	0	0	1	1	0	0	12	12	0	0	2	2	15
Braga	0	0	0	0	0	1	9	10	0	0	7	7	17
Bragança	0	0	1	1	0	0	6	6	0	0	2	2	9
Castelo Branco	0	0	3	3	0	0	4	4	0	0	5	5	12
Coimbra	0	1	4	5	1	0	9	10	1	0	2	3	18
Évora	0	0	2	2	0	0	11	11	0	0	1	1	14
Faro	1	0	4	5	3	0	7	10	0	0	2	2	17
Guarda	0	0	4	4	0	0	12	12	0	0	2	2	18
Leiria	1	0	5	6	0	0	8	8	0	0	3	3	17
Lisboa	0	1	12	13	0	0	19	19	0	0	12	12	44
Portalegre	0	0	3	3	1	0	10	11	0	0	1	1	15
Porto	0	1	4	5	0	1	13	14	0	0	4	4	23
Santarém	3	0	2	5	3	0	10	13	2	0	3	5	23
Setúbal	0	0	4	4	0	0	8	8	0	1	0	1	13
Viana do Castelo	1	0	1	2	0	0	7	7	0	0	1	1	10
Vila Real	0	0	1	1	0	0	7	7	0	0	8	8	16
Viseu	0	0	6	6	1	0	11	12	0	0	7	7	25
Total	6	3	64	73	9	2	175	186	3	1	69	73	332

Fonte: Inquérito Próprio, 2007.



Fonte: Inquérito Próprio, 2007.

Fig. 48 - Carga horária ministrada no módulo
“*Salvamento, Desencarceramento e Desobstrução*”.

Quanto à existência de formadores certificados, 16% dos CB's inquiridos não responderam à questão. Dos que responderam observou-se que a maioria (44%) não detinha formador certificado nesta área, tendo respondido positivamente 40% dos corpos de bombeiros (fig. 49).

Quadro XVI - Carga horária ministrada no módulo “*Salvamento, Desencarceramento e Desobstrução*” por tipologia de CB.

Tipo	Mun	Sap	Vol	Total	Mun %	Sap %	Vol %	Total %
<15h	0	0	5	5	0,0	0,0	1,6	1,5
15h-34h	0	0	39	39	0,0	0,0	12,7	11,7
35h	16	6	248	270	88,9	100,0	80,5	81,3
Outra	1	0	5	6	5,6	0,0	1,6	1,8
n/r	1	0	11	12	5,6	0,0	3,6	3,6
Total	18	6	308	332	5,4	1,8	92,8	100,0

Fonte: Inquérito Próprio, 2007.

Por tipologia, verificou-se que dos 18 CB's *municipais*, 15 têm formador certificado, o que representa 83,3%. Nos *sapadores*, dos 6 CB's, 4 têm formador certificado, ou seja, 66,7%. Nos *voluntários*, dos 308 CB's inquiridos, apenas 113 (36,7%) detinham formador certificado nesta área, o que poderá ajudar a explicar o défice de formação ainda existente neste domínio (fig. 50), não se podendo isentar de grandes responsabilidades, nesta matéria, os comandantes e a ENB.

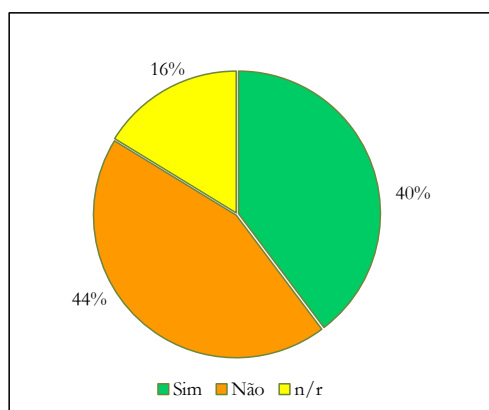
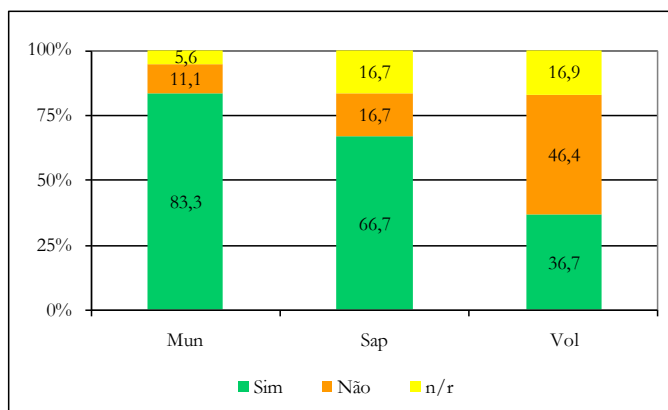


Fig. 49 – Existência de formador certificado no módulo “*Salvamento e Desencarceramento*”.



Fonte: Inquérito Próprio, 2007.

Fig. 50 - Existência de formador certificado no módulo “*Salvamento e Desencarceramento*” por tipologia.

2.1.2.3 Módulo *Manobras, Educação Física e Desportos*

Relativamente ao cumprimento do referencial de 150 horas, previsto para este módulo, não responderam à questão 13,6% dos CB's inquiridos.

Dos que responderam, a larga maioria dos CB's (81,9%) não cumpria o referencial, cifrando-se, em apenas 15 CB's (4,5%), o número de corpos de bombeiros cumpridores (fig. 51).

Quanto aos resultados obtidos por tipologia de CB's, constatou-se que nos *sapadores* apenas 1 (16,7%) dos 6 CB's, recorrentemente o de Braga, não cumpria as 150 horas.

Ao contrário, nos *voluntários* apenas 8 (2,6%) do 308 CB's cumpriam a carga horária de referência, com 30% dos corpos de bombeiros abaixo das 35 horas. Nos *municipais*, onde, em regra, parte dos bombeiros são funcionários das respectivas câmaras, apenas 2 CB's (11,1%) dos 18 existentes, cumpriam a carga horária estabelecida, com 22,2% abaixo de 35 horas (fig. 52).

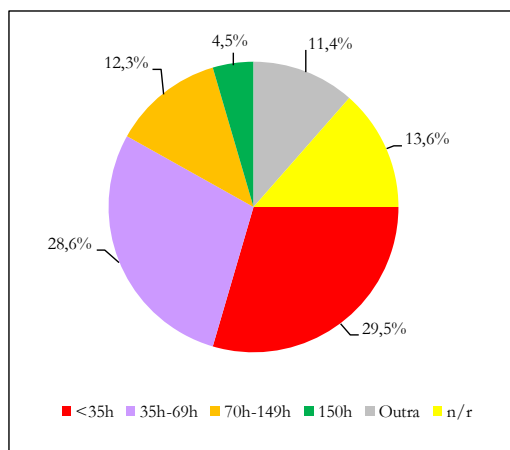
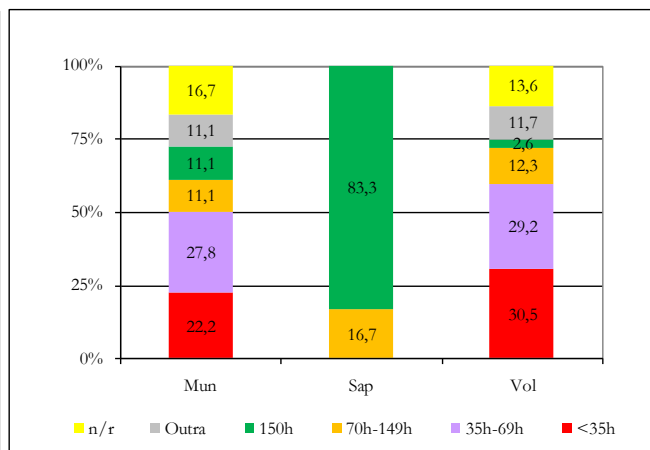


Fig. 51 – Cumprimento do referencial estabelecido no módulo “*Manobras, Educação Física e Desportos*”.



Fonte: Inquérito Próprio, 2007.

Fig. 52 – Cumprimento do referencial estabelecido no módulo “*Manobras, Educação Física e Desportos*”, por tipologia de CB.

Deste modo, estes valores, podem ainda ser apresentados para uma visão, em termos absolutos, do cumprimento do referencial, segundo a tipologia do corpo de bombeiros, por distrito (Quadro XVII).

Tal como nos módulos anteriores, questionámos os CB's quanto à existência de formadores de “*Manobras, Educação Física e Desportos*” nos respectivos corpos de bombeiros, no sentido de correlacionarmos os défices formativos, com a eventual carência de formadores nesta importante área de formação inicial.

Observou-se que nos *sapadores* apenas 4 (66,7%) dos 6 CB's possuíam formador credenciado na área, um CB (Braga) não tinha formador e outro não respondeu (Setúbal). Nos *voluntários*, 48 CB's (15,6%) não responderam à questão.

Dos que responderam apenas 43 CB's (14%) detinham formador nesta área, cifrando-se em 217 (70,5%) o número de CB's que não possuíam formador neste módulo.

Quadro XVII – Valores absolutos, segundo tipologia do corpo de bombeiros, por distrito.

Distrito	<35h			150h				35h-69h			70h-149h				Outra			n/r			Total
	Mun	Vol	Total	Mun	Sap	Vol	Total	Mun	Vol	Total	Mun	Sap	Vol	Total	Mun	Vol	Total	Mun	Vol	Total	
Anónimo	0	0	0	0	0	1	1	0	3	3	0	0	0	0	0	2	2	0	2	2	8
Aveiro	0	3	3	0	0	2	2	0	6	6	0	0	4	4	0	1	1	0	2	2	18
Beja	0	6	6	0	0	0	0	0	3	3	0	0	3	3	0	1	1	0	2	2	15
Braga	0	5	5	0	0	1	1	0	6	6	0	1	0	1	0	3	3	0	1	1	17
Bragança	0	4	4	0	0	0	0	0	1	1	0	0	3	3	0	1	1	0	0	0	9
Castelo Branco	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	0	0	0	0	0	6	6	0	3	3	12
Coimbra	1	4	5	1	1	0	2	0	5	5	0	0	2	2	0	2	2	0	2	2	18
Évora	0	6	6	0	0	0	0	0	4	4	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4	14
Faro	0	1	1	0	0	0	0	1	5	6	1	0	2	3	1	3	4	1	2	3	17
Guarda	0	5	5	0	0	0	0	0	3	3	0	0	4	4	0	4	4	0	2	2	18
Leiria	0	11	11	0	0	0	0	0	3	3	0	0	2	2	0	0	0	1	0	1	17
Lisboa	0	13	13	0	1	1	2	0	18	18	0	0	4	4	0	0	0	0	7	7	44
Portalegre	0	8	8	0	0	1	1	0	1	1	0	0	1	1	1	1	2	0	2	2	15
Porto	0	6	6	0	2	0	2	0	9	9	0	0	4	4	0	0	0	0	2	2	23
Santarém	3	4	7	0	0	0	0	3	4	7	1	0	3	4	0	2	2	1	2	3	23
Serúbal	0	3	3	0	1	0	1	0	3	3	0	0	0	0	0	2	2	0	4	4	13
Viana do Castelo	0	1	1	1	0	1	2	0	2	2	0	0	2	2	0	2	2	0	1	1	10
Vila Real	0	7	7	0	0	0	0	0	5	5	0	0	2	2	0	0	0	0	2	2	16
Viseu	0	7	7	0	0	1	1	1	6	7	0	0	2	2	0	6	6	0	2	2	25
Total	4	94	98	2	5	8	15	5	90	95	2	1	38	41	2	36	38	3	42	45	332

Fonte: Inquérito Próprio, 2007.

Já nos *Municipais*, um dos CB's (5,6%) não respondeu à questão. Dos que responderam 15 (83,3%) corpos de bombeiros não detinham formador credenciado na área, cifrando-se em apenas dois CB's, (11,1%) o número de respostas positivas (Quadro XVIII).

Deste modo, estes valores, podem também ser apresentados para uma visão, em termos absolutos, segundo a tipologia do corpo de bombeiros, por distrito (Quadro XIX).

Quadro XVIII - Existência de formador certificado no módulo “Manobras, Educação Física e Desportos”, por tipologia de CB.

Tipo	Mun	Sap	Vol	Total	Mun %	Sap %	Vol %	Total %
Sim	2	4	43	49	11,1	66,7	14,0	14,8
Não	15	1	217	233	83,3	16,7	70,5	70,2
n/r	1	1	48	50	5,6	16,7	15,6	15,1
Total	18	6	308	332	5,4	1,8	92,8	100

Fonte: Inquérito Próprio, 2007.

2.2. Repercussões da formação contínua da ENB nos CB's

Na qualidade de *autoridade pedagógica* da formação por excelência dos bombeiros portugueses a ENB, desde a sua criação (1988) até Dezembro de 2007, realizou 12096 cursos/módulos de formação (ver especificações em **ANEXO IV**) envolvendo 128377 bombeiros voluntários, municipais e sapadores (Quadro XX).

Paralelamente, a ENB realizou vários cursos/acções/módulos de formação destinados a empresas, mormente em áreas ligadas ao socorrismo e à utilização de meios de intervenção no combate a incêndios, como forma de prestação de serviços à comunidade e angariação de receitas.

Quadro XIX - Existência de formador certificado no módulo *Manobras, Educação Física e Desportos*”, por tipologia de CB e distrito.

Distrito	Sim				Não				n/r				Total
	Mun	Sap	Vol	Total	Mun	Sap	Vol	Total	Mun	Sap	Vol	Total	
Anónimo	0	0	1	1	0	0	2	2	0	0	5	5	8
Aveiro	0	0	7	7	0	0	9	9	0	0	2	2	18
Beja	0	0	0	0	0	0	14	14	0	0	1	1	15
Braga	0	0	2	2	0	1	10	11	0	0	4	4	17
Bragança	0	0	2	2	0	0	7	7	0	0	0	0	9
Castelo Branco	0	0	2	2	0	0	4	4	0	0	6	6	12
Coimbra	0	1	2	3	2	0	11	13	0	0	2	2	18
Évora	0	0	0	0	0	0	13	13	0	0	1	1	14
Faro	0	0	4	4	4	0	6	10	0	0	3	3	17
Guarda	0	0	1	1	0	0	14	14	0	0	3	3	18
Leiria	0	0	1	1	1	0	13	14	0	0	2	2	17
Lisboa	0	1	11	12	0	0	26	26	0	0	6	6	44
Portalegre	0	0	2	2	1	0	12	13	0	0	0	0	15
Porto	0	2	1	3	0	0	15	15	0	0	5	5	23
Santarém	2	0	1	3	5	0	13	18	1	0	1	2	23
Setúbal	0	0	1	1	0	0	11	11	0	1	0	1	13
Viana do Castelo	0	0	1	1	1	0	8	9	0	0	0	0	10
Vila Real	0	0	1	1	0	0	11	11	0	0	4	4	16
Viseu	0	0	3	3	1	0	18	19	0	0	3	3	25
Total	2	4	43	49	15	1	217	233	1	1	48	50	332

Fonte: Inquérito Próprio, 2007.

Segundo a actual Direcção da ENB, o menos volume de formação realizada em 1999/2000 e no ano 2005, respectivamente, prendeu-se, no primeiro caso, com razões de ordem financeira, resolvidas no ano seguinte com recurso a candidaturas a programas comunitários e no segundo caso, pela opção, não só, de um maior investimento na formação destinada às empresas, mas também, *“pela formação à pressa da GNR” (...)* *“Não valendo a pena a ENB elaborar Planos Pedagógicos se depois o SNBPC ou o Secretário de Estado aparecem a priorizar outras situações (...)* *No momento, a ENB limita-se a fazer o que a ANPC manda”* (Entrevista ao Vogal da Direcção da ENB, Américo Mateus, em 14-11-2008).

Um breve recuar ao passado recente, poderá ajudar-nos a melhor enquadrar a evolução pedagógica da Escola, sendo que, **para efeitos deste trabalho, consideramos suficientemente ilustrativo, estudar, apenas, a evolução da formação produzida pela ENB, entre 1998 e 2007**, com dados fornecidos pela própria Escola, para os anos 2000-2007, constantes do **ANEXO IV**³⁶.

³⁶ Os dados relativos aos anos lectivos 98/99 e 99/2000, foram obtidos, respectivamente, nas Revistas da ENB n.º 11/1999 e n.º 15/2000, referenciadas na bibliografia.

Quadro XX- Formação realizada na ENB de 1998 – 2007.

Total de Cursos		Total de Formandos
Ano Lectivo	N.º de Cursos	N.º Formandos
1988/89	22	684
1989/90	18	585
1990/91	18	522
1991/92	18	440
1992/93	20	500
1993/94	27	600
1994/95	73	1618
1995/96	45	873
1996/97	143	1995
1997/98	742	9196
1998/99	1310	13037
1999/2000	469	5297
2001 a)	1668	14182
2002	1261	13548
2003	1724	17640
2004	1263	13080
2005	585	6270
2006	1211	13041
2007	1479	15269
Total	12096	128377
a) a partir deste ano a ENB apresenta os dados por ano civil e não por ano lectivo como até ali, o que não deixa de traduzir uma nova atitude pedagógica, uma vez que as escolas se organizam por anos lectivos. Por outro lado, a partir de 2003, o plano pedagógico da ENB deixou de contemplar formação de progressão para os CB's sapadores e municipais. Convém realçar ainda que estes números nem sempre coincidem com outras fontes da ENB, designadamente os da Revista Técnica e Formativa, bem como os resultados de outras aplicações informáticas da Escola, não obstante a fonte ser a mesma.		

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela ENB.

Com efeito, a definição dos perfis funcionais dos bombeiros, realizada pela ENB em 2001, constituiu um salto qualitativo de enorme importância científico-pedagógica para a formatação de um plano de formação global coerente e devidamente sustentado, aplicável a todos os bombeiros portugueses, *“que começa com a formação inicial destinada a todos quantos ingressam nos quadros de comando e activo e depois se processa ao longo da carreira através da formação continua (...) que enquadra a formação especializada, específica, de formadores e ainda a formação de progressão, aperfeiçoamento e actualização”* (Lourenço *et al*, 2001:8).

Nesta perspectiva, e na aurora do século XXI, o “edifício” pedagógico da formação dos bombeiros portugueses estava estruturado, havia um rumo e uma estratégia formativa.

Nos anos subsequentes ao plano pedagógico de 2003 (sobretudo nos últimos seis anos) e, não se negando o volume de formação produzida, o modelo pedagógico que vinha sendo seguido, cede lugar à realização de inúmeros cursos de “perfil avulso”, sem obediência a qualquer estratégia pedagógica conhecida, pelo menos por parte do Conselho Científico-Pedagógico, a quem competia, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 23, do Estatuto da Escola, emitir parecer sobre “*a organização dos planos de formação e dos programas dos cursos*”.

O volume de formação atrás apresentada realizou-se não só, nos vários centros de formação da ENB (Sintra, Lousã, Bragança e São João da Madeira) designando-se ***formação interna*** mas também, nos respectivos corpos de bombeiros designando-se ***formação externa***.

Infelizmente, não existiam disponíveis, na ENB, dados estatísticos, devidamente organizados, que especificassem, quer o número e designação dos cursos/módulos realizados na modalidade de formação interna ou externa, quer a distribuição do volume de formação por distrito (CDOS), o que não compreendemos.

Por outro lado, não obstante as discrepâncias observadas, na análise dos dados fornecidos pela Escola, por comparação com a linguagem dos números impressos nas Revistas Técnica e Formativa ENB (n.º 11/99, n.º 15/2000, n.º 19/2001, n.º 20/2001 e n.º 23/2002, n.º 30/2004, n.º 33/2005, n.º 36/2005, n.º 37/2006, n.º 38/2007), importa, sobretudo, confrontar o volume de formação ministrada pela ENB, com as reais necessidades de formação dos corpos de bombeiros, não só ao nível da formação ***especializada e específica***, mas também dos cursos de ***formação de formadores***, nas diferentes áreas do socorro.

2.2.1. A formação vista pelos bombeiros

2.2.1.1. Formação especializada

No quadro da formação especializada do bombeiro (ENB, 2003:31-43) inserem-se, entre outros, os cursos seguintes:

- *Combate a incêndios urbanos e industriais para equipas de primeira intervenção;*
- *Combate a incêndios florestais para equipas de primeira intervenção;*
- *Triplante de ambulância de socorro;*
- *Salvamento em grande ângulo;*
- *Condução todo-o-terreno.*

No inquérito aos CB's, fomos apurar, não só o número de bombeiros detentores desta formação especializada nas diferentes tipologias de CB's, mas também o número de formadores existentes em cada CB, nesta área de especialização do socorro.

2.2.1.1.1. Curso de combate a incêndios urbanos e industriais para equipas de primeira intervenção

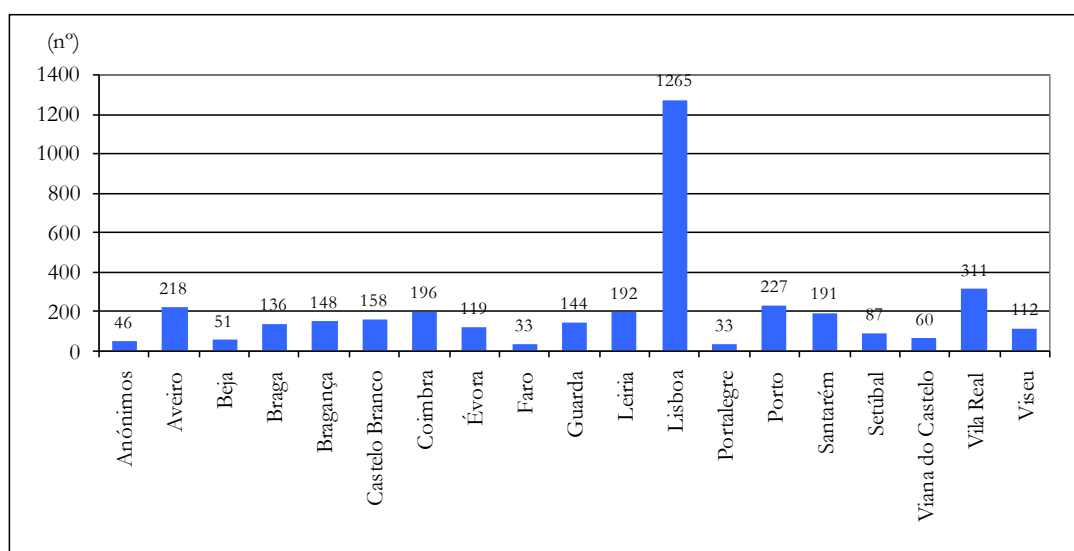
Relativamente a este curso de 35 horas, apesar de 70,1% (2613) dos bombeiros formados com o curso de Incêndios Urbanos e Industriais para Equipas de Primeira Intervenção, pertencerem a Corpos de Bombeiros Voluntários, verificou-se que são os CB's Sapadores aqueles que, em regra, estão melhor preparados nesta área de segurança.

Na verdade, os únicos 6 Corpos de Sapadores existentes em Portugal, localizados em cidades de grande e média dimensão, conseguem registar um valor superior a 24% do total de bombeiros formados, o que equivale a 917 bombeiros (Quadro XXI).

Ao analisar a distribuição geográfica do efectivo, verifica-se que o distrito de Lisboa (33,9%) é aquele que mais se destaca o que faz todo o sentido, atenta a elevada densidade populacional da sua área metropolitana e, bem assim, da edificação existente.

Exceptuando o distrito de Vila Real, que, estranhamente, regista o segundo valor mais elevado (8,3%), seguem-se distritos do litoral como Porto, que alberga a segunda maior área metropolitana do País mas com apenas 6,1%, Aveiro (5,8%), e outras cidades capitais de distrito de média dimensão como Coimbra (5,3%), Leiria (5,2%) e Santarém (5,1%) (fig. 53 e Quadro XXI).

Correlacionando o défice de bombeiros com a existência nos CB's de *formador certificado no Combate a Incêndios Urbanos e Industriais para Equipas de Primeira Intervenção* verificou-se que quatro CB's sapadores, detêm formador certificado o que corresponde a 67,7% do universo, estranhando-se que os dois restantes não detenham formador nesta área tratando-se de corpos de bombeiros instalados em zonas fundamentalmente urbanas e capitais de distrito.



Fonte: Inquérito Próprio, 2007.

Fig. 53 - Número de bombeiros detentores do curso de combate a incêndios urbanos e industriais para equipas de primeira intervenção, por distrito.

Quadro XXI – Número de Bombeiros detentores do curso de Combate a Incêndios Urbanos e Industriais para Equipas de Primeira Intervenção, por distrito.

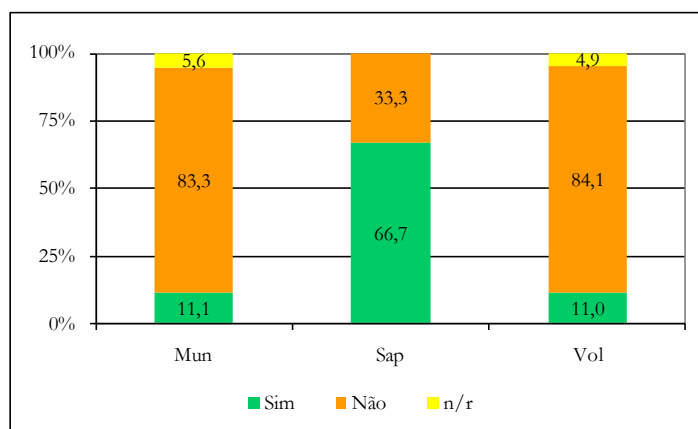
Distrito	Mun	Sap	Vol	Total	(%)
Anónimos	0	0	46	46	1,2
Aveiro	0	0	218	218	5,8
Beja	0	0	51	51	1,4
Braga	0	5	131	136	3,6
Bragança	0	0	148	148	4,0
Castelo Branco	0	0	158	158	4,2
Coimbra	0	4	192	196	5,3
Évora	0	0	119	119	3,2
Faro	6	0	27	33	0,9
Guarda	0	0	144	144	3,9
Leiria	2	0	190	192	5,2
Lisboa	0	876	389	1265	33,9
Portalegre	12	0	21	33	0,9
Porto	0	29	198	227	6,1
Santarém	117	0	74	191	5,1
Setúbal	0	3	84	87	2,3
Viana do Castelo	50	0	10	60	1,6
Vila Real	0	0	311	311	8,3
Viseu	10	0	102	112	3,0
Total	197	917	2613	3727	100
(%)	5,286	24,6	70,11	100	

Fonte: Inquérito Próprio, 2007.

Tal facto, ajuda a comprovar a ideia que, mesmo entre os CB's sapadores, totalmente profissionais, existem diferentes graus de exigência formativa.

Por seu turno, nos municipais 15 dos 18 CB's não detinham formador certificado na área o que equivale a 83,3%.

Quanto aos voluntários apurou-se que dos 308 inquiridos, 259 CB's não detinham formador certificado nesta área, o que corresponde a 84,1% (fig. 54).



Fonte: Inquérito Próprio, 2007.

Fig. 54 – Existência de formador certificado no combate a incêndios urbanos e industriais para equipas de primeira intervenção, por distrito.

2.2.1.1.2. Curso de combate a incêndios florestais para equipas de primeira intervenção

Quanto a este curso de 35 horas, à semelhança do anterior, e até com maior ênfase, são os Corpos de Bombeiros Voluntários que albergam o maior número de efectivos por tipo de curso, considerando, naturalmente, os seus 413 CB's.

Ainda assim, é perceptível a importância relativa dos Corpos de Bombeiros Sapadores, apenas 6, mas que reúnem 22,5% do total do efectivo, em contraste com os CB's Municipais, 18 no total, mas que apenas reúnem 324 bombeiros (7%) de um total global de 4621 bombeiros formados.

Com efeito, o elevado valor atribuído ao distrito de Lisboa resulta do facto de todo o efectivo do Regimento de Sapadores desta cidade (876 bombeiros) possuir este curso, incluído, como atrás referimos, no currículo de formação inicial do recruta/sapador (realizado na Escola do Regimento de Sapadores Bombeiros – Chelas), significando que, do total de 1039 bombeiros sapadores com o referido curso, 84,3% correspondem aos bombeiros do Regimento (Quadro XXII).

Quadro XXII- Número de bombeiros detentores do curso de combate a incêndios florestais para equipas de primeira intervenção.

Distrito	Mun	Sap	Vol	Total	(%)
Anónimos	0	0	38	38	0,8
Aveiro	0	0	227	227	4,9
Beja	0	0	115	115	2,5
Braga	0	78	104	182	3,9
Bragança	0	0	190	190	4,1
Castelo Branco	0	0	195	195	4,2
Coimbra	45	60	190	295	6,4
Évora	0	0	199	199	4,3
Faro	6	0	76	82	1,8
Guarda	0	0	230	230	5,0
Leiria	3	0	123	126	2,7
Lisboa	0	876	475	1351	29,2
Portalegre	60	0	154	214	4,6
Porto	0	25	183	208	4,5
Santarém	154	0	71	225	4,9
Setúbal	0	0	58	58	1,3
Viana do Castelo	50	0	16	66	1,4
Vila Real	0	0	364	364	7,9
Viseu	6	0	250	256	5,5
Total	324	1039	3258	4621	100
(%)	7,011	22,5	70,5	100	

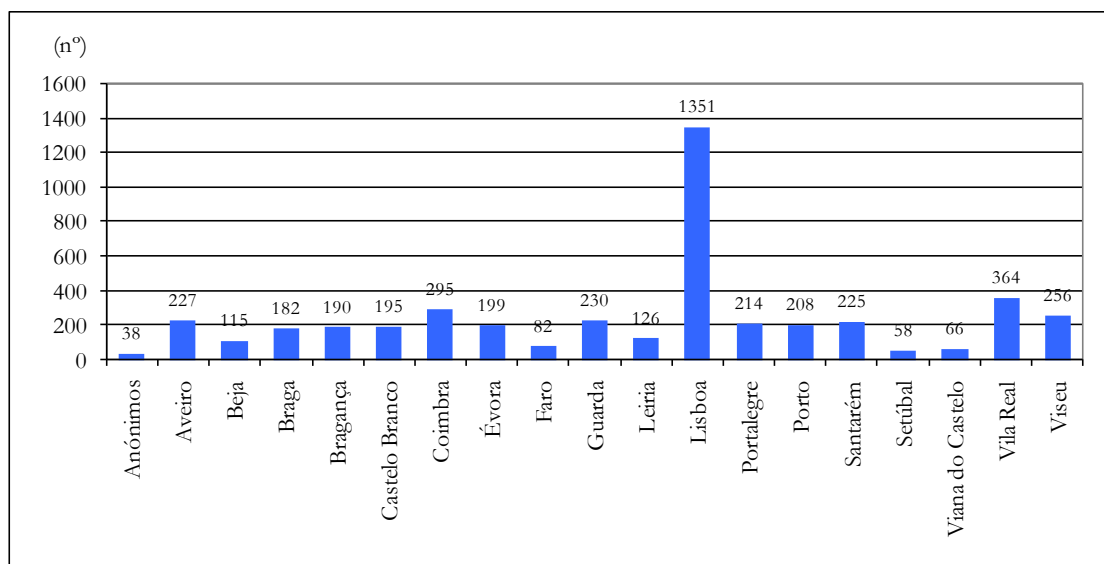
Fonte: Inquérito Próprio, 2007.

Analisando a distribuição do número de bombeiros formados por distrito, destaca-se, como atrás observámos, o peso de Lisboa face aos restantes distritos (29,2%), seguindo-se, com uma diferença significativa, o distrito de Vila Real e Coimbra, com 7,9 e 6,4%, respectivamente.

De realçar que, no distrito de Coimbra, do total de 295 bombeiros com o referido curso, 60 bombeiros (20,3%) pertencem ao Corpo de Sapadores de Coimbra.

Destaque, também, para os distritos de Viseu e Guarda que surgem logo a seguir, denotando o seu carácter mais florestal, com 5,5% (256 bombeiros) e 5% (230 bombeiros), respectivamente.

Dos distritos com mais de 200 bombeiros formados, surgem ainda os de Aveiro, Santarém, Portalegre e Porto com valores significativamente baixos (fig. 55), tratando-se de distritos que, nos últimos anos têm sido assolados com incêndios florestais.

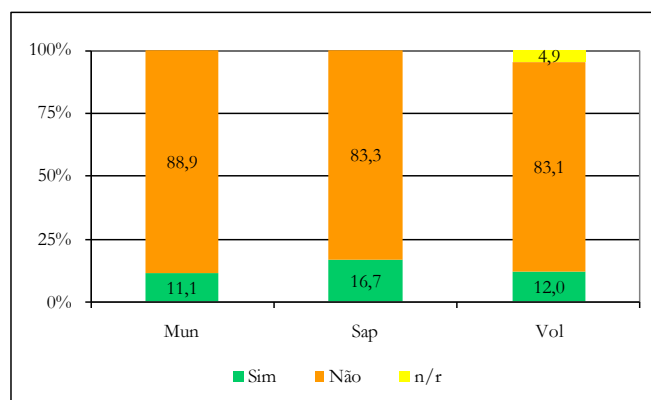


Fonte: Inquérito Próprio, 2007.

Fig. 55- Número de bombeiros detentores do curso de combate a incêndios florestais para equipas de primeira intervenção, por distrito.

Correlacionando os dados obtidos com existência de formador certificado no combate a incêndios florestais para equipas de primeira intervenção, o panorama é bastante desolador em todas as tipologias (fig. 56).

Efectivamente, cinco dos CB's sapadores não detinham formador certificado nesta modalidade, o que equivale a 83,3% do universo, podendo, tal situação, explicar-se pelo facto de, em regra, as zonas de intervenção dos bombeiros sapadores serem fundamentalmente urbanas.



Fonte: Inquérito Próprio, 2007.

Fig. 56 – Existência de formador certificado no combate a incêndios florestais para equipas de primeira intervenção, por tipologia de CB.

Quanto aos municipais, 16 dos 18 CB's não detêm formador certificado nesta modalidade, o que equivale a 88,9% do universo.

Curiosamente, nos voluntários, a situação é ligeiramente melhor que nos municipais, com 83,1% dos CB's sem formador na área.

No entanto, sabendo-se que parte muito significativa dos corpos de bombeiros voluntários se localizam em zonas rurais, não pode deixar de assinalar-se esta enorme carência de recursos com importância estratégica directa na missão destes CB's.

2.2.1.1.3. Curso de tripulante de ambulância de socorro

Neste curso de 210 horas, da área de intervenção do socorro pré-hospitalar, a importância dos CBs voluntários está, compreensivelmente, bem vincada, registando 3339 bombeiros detentores desta formação (que além da ENB é também ministrada pelo INEM), equivalentes a 89,1% do total, seguindo-se os municipais com 231 (6,2%).

Ora, neste tipo de formação, o papel desempenhado pelos corpos de bombeiros sapadores decresce consideravelmente, não indo além dos 177 bombeiros (4,7%), num total de 3747, posto que, em regra, o socorro pré-hospitalar não está contemplado nas atribuições dos CB's Sapadores (Quadro XXIII).

A distribuição geográfica, por distrito, surge relativamente equilibrada e heterogénea, não existindo nenhum distrito que se destaque em demasia.

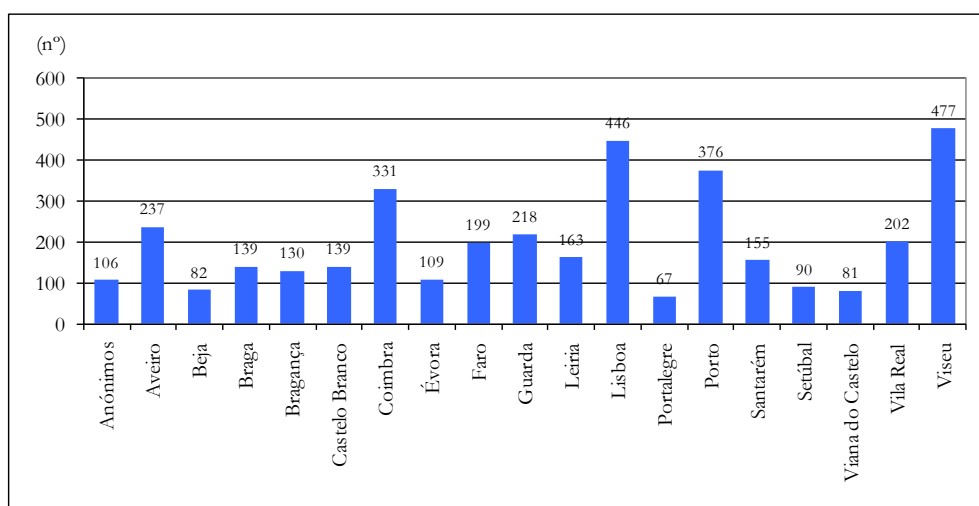
No entanto, a merecer alguma reflexão, de destacar o distrito de Viseu, com 477 bombeiros (12,7%), logo seguido pelos de Lisboa (449), Porto (376) e Coimbra (331), com 11,9%, 10% e 8,8%, respectivamente (fig. 57).

Correlacionando estes dados com a existência nos CB's de formador certificado na área de tripulante de ambulância de socorro concluiu-se que, na totalidade dos sapadores (100%) não existe formador nesta área, posto que, como já assinalámos, não se enquadra nas suas atribuições.

Quadro XXIII - Número de bombeiros detentores do curso de tripulante de ambulância de socorro.

Distrito	Mun	Sap	Vol	Total	(%)
Anónimos	0	0	106	106	2,8
Aveiro	0	0	237	237	6,3
Beja	0	0	82	82	2,2
Braga	0	10	129	139	3,7
Bragança	0	0	130	130	3,5
Castelo Branco	0	0	139	139	3,7
Coimbra	9	35	287	331	8,8
Évora	0	0	109	109	2,9
Faro	59	0	140	199	5,3
Guarda	0	0	218	218	5,8
Leiria	37	0	126	163	4,4
Lisboa	0	50	396	446	11,9
Portalegre	8	0	59	67	1,8
Porto	0	82	294	376	10,0
Santarém	87	0	68	155	4,1
Setúbal	0	0	90	90	2,4
Viana do Castelo	13	0	68	81	2,2
Vila Real	0	0	202	202	5,4
Viseu	18	0	459	477	12,7
Total	231	177	3339	3747	100
(%)	6,165	4,724	89,111	100	

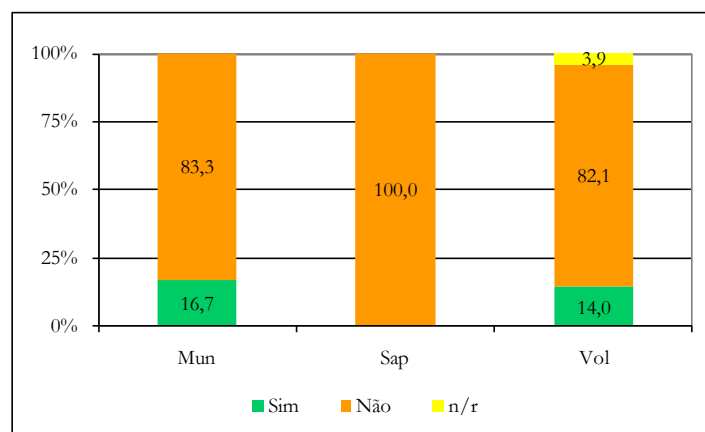
Fonte: Inquérito Próprio, 2007.



Fonte: Inquérito Próprio, 2007.

Fig. 57 - Número de bombeiros detentores do curso de tripulante de ambulância de socorro, por distrito.

Nos municipais, 15 dos 18 CB's também não detêm formador nesta área (83,3%), enquanto, nos voluntários, estranhamente, dos 308 CB's inquiridos, apenas 43 detêm formador nesta área de socorro (14%) sabendo-se que o socorro pré-hospitalar constitui a maioria dos serviços prestados à comunidade (fig. 58).



Fonte: Inquérito Próprio, 2007.

Fig. 58 – Existência de formador certificado no curso de tripulante de ambulância de socorro, por distrito.

2.2.1.1.4. Curso de salvamento em grande ângulo

Neste tipo de curso de especialização com 35 horas, o maior destaque vai para os CB's Sapadores, que registam cerca de 30% do total, o que equivale a 858 bombeiros de um total de 2941, seguindo-se os voluntários com 63,9%, o que equivale a 1880 bombeiros e, finalmente, os municipais, com apenas 6,9%, equivalendo a 203 bombeiros (Quadro XXIV).

Assim, à semelhança de casos anteriores, o distrito de Lisboa surge com os valores mais elevados, 1050 bombeiros, dos quais, 678 são sapadores do Regimento.

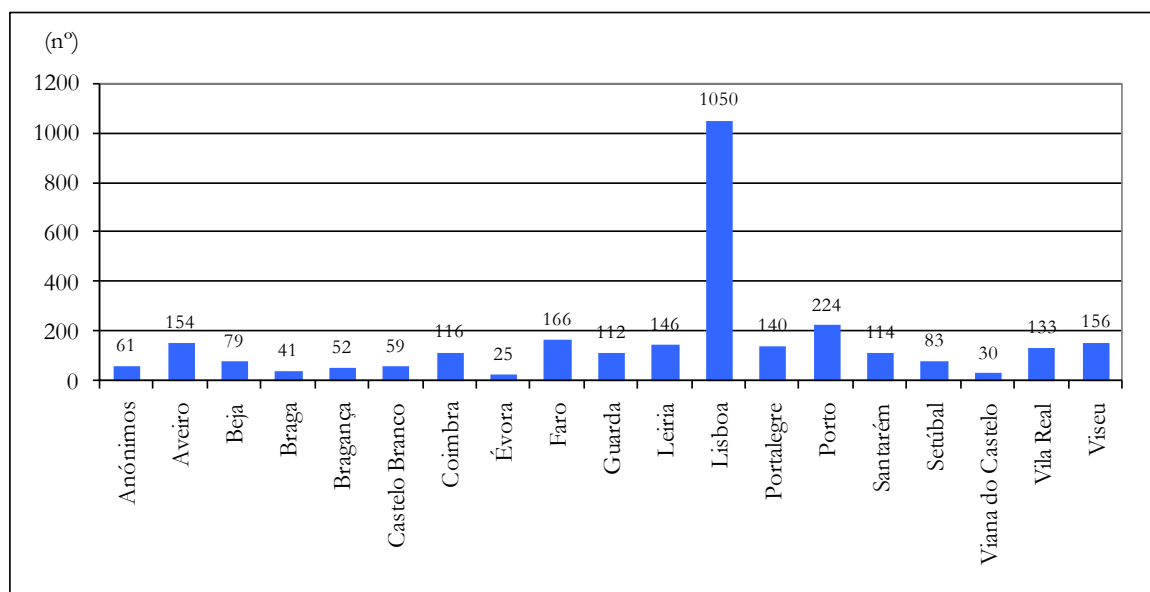
Ao nível da distribuição geográfica, volta a verificar-se uma enorme diferença de Lisboa face aos restantes distritos, dos quais destacamos os do Porto, com 224 bombeiros (7,4%) e o de Faro com 166 bombeiros (5,6%). Este último, talvez surja associado à actividade turística e balnear intensa numa área de litoral na qual o contacto entre a terra e o mar se faz maioritariamente sob a forma de arribas.

No extremo oposto, podem ainda, destacar-se os distritos de Braga, Viana do Castelo e Évora, que registam valores inferiores a 50 bombeiros formados (fig. 59).

Quadro XXIV – Número de bombeiros detentores do curso de salvamento em grande ângulo.

Distrito	Mun	Sap	Vol	Total	(%)
Anónimos	0	0	61	61	2,1
Aveiro	0	0	154	154	5,2
Beja	0	0	79	79	2,7
Braga	0	10	31	41	1,4
Bragança	0	0	52	52	1,8
Castelo Branco	0	0	59	59	2,0
Coimbra	25	50	41	116	3,9
Évora	0	0	25	25	0,9
Faro	47	0	119	166	5,6
Guarda	0	0	112	112	3,8
Leiria	25	0	121	146	5,0
Lisboa	0	678	372	1050	35,7
Portalegre	0	0	140	140	4,8
Porto	0	118	106	224	7,6
Santarém	48	0	66	114	3,9
Setúbal	0	2	81	83	2,8
Viana do Castelo	30	0	0	30	1,0
Vila Real	0	0	133	133	4,5
Viseu	28	0	128	156	5,3
Total	203	858	1880	2941	100
(%)	6,902	29,17	63,924	100	

Fonte: Inquérito Próprio, 2007.

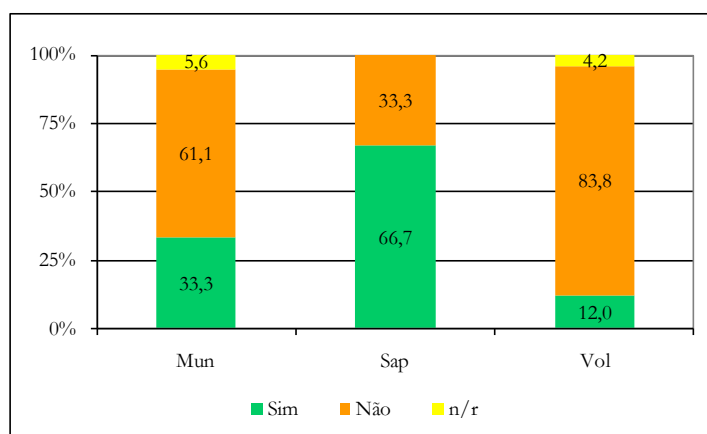


Fonte: Inquérito Próprio, 2007.

Fig. 59 - Número de bombeiros detentores do curso de salvamento em grande ângulo, por distrito.

Correlacionando estes dados com a existência de formador certificado no curso de salvamento em grande ângulo concluiu-se que apenas 4 dos 6 CB's sapadores detêm formador na área (66,7%), estranhando-se esta carência em corpos de bombeiros com intervenção privilegiada em tecido urbano em que esta competência é estratégica para a eficácia do socorro.

Nos municipais, apenas 6 CB's (33,3%) detêm formador nesta área, sendo que, também aqui, se aplica *latu sensu* a referência feita relativamente aos sapadores, considerando que alguns dos CB's municipais se localizam em cidades de média dimensão. Quanto aos voluntários a carência é enorme verificando-se que 83,8% dos CB's, ou seja 258 dos 308 inquiridos, não detêm formador nesta área (fig. 60).



Fonte: Inquérito Próprio, 2007.

Fig. 60 – Existência de formador certificado do curso de salvamento em grande ângulo.

2.2.1.1.5. Curso de condução todo o terreno

Em termos relativos, é neste tipo de formação específica de 35 horas, que os corpos de bombeiros voluntários assumem maior destaque, ao reunirem 91,7% do total, o que equivale a 3532 bombeiros de um total de 3853.

Por outro lado, verifica-se que, pela primeira vez, os corpos municipais têm uma importância maior face aos corpos de sapadores, que apenas reúnem cerca de 1% (42 bombeiros) dos quais 25 são sapadores de Coimbra, numa clara relação com um maior número de serviços relacionados com os incêndios florestais e a orografia mais acidentada do distrito, face aos restantes corpos de sapadores existentes no País (Quadro XXV).

Quadro XXV – Número de bombeiros detentores do curso de todo o terreno.

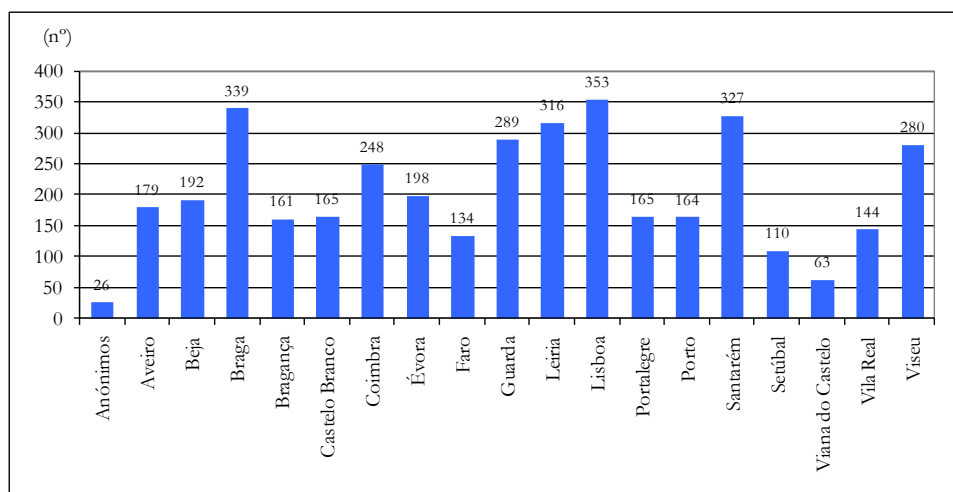
Distrito	Mun	Sap	Vol	Total	(%)
Anónimos	0	0	26	26	0,7
Aveiro	0	0	179	179	4,6
Beja	0	0	192	192	5,0
Braga	0	10	329	339	8,8
Bragança	0	0	161	161	4,2
Castelo Branco	0	0	165	165	4,3
Coimbra	30	25	193	248	6,4
Évora	0	0	198	198	5,1
Faro	43	0	91	134	3,5
Guarda	0	0	289	289	7,5
Leiria	20	0	296	316	8,2
Lisboa	0	6	347	353	9,2
Portalegre	12	0	153	165	4,3
Porto	0	0	164	164	4,3
Santarém	119	0	208	327	8,5
Setúbal	0	1	109	110	2,9
Viana do Castelo	30	0	33	63	1,6
Vila Real	0	0	144	144	3,7
Viseu	25	0	255	280	7,3
Total	279	42	3532	3853	100
(%)	7,241	1,09	91,669	100	

Fonte: Inquérito Próprio, 2007.

Ao analisar a distribuição geográfica do total de bombeiros formados, verifica-se que também neste aspecto, existe um maior equilíbrio. Ainda assim, o distrito de Lisboa é o que apresenta os valores mais elevados 9,2% (353 bombeiros), logo seguido por um grupo de distritos no qual é notória uma clara relação entre a orografia acidentada que os caracteriza e/ou um maior risco de incêndio florestal, como é o caso dos distritos de Braga, Santarém, Leiria, Guarda, Viseu ou Coimbra. Apenas o distrito de Viana do Castelo regista um valor inferior a 100 bombeiros formados (fig. 61).

Correlacionando os dados obtidos com a existência, nos CB's, de formador certificado no curso de condução todo o terreno concluiu-se que, os municipais, apresentam, pela primeira vez, um valor percentual mais alto que os sapadores e voluntários, em que cerca de metade dos CB's (44,4%) detêm formador na área.

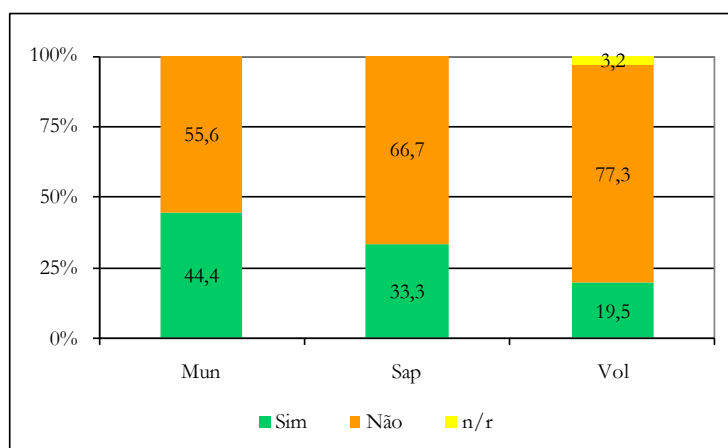
Nos sapadores 66,7% dos CB's não detêm formador na área o que se compreende considerando que a sua actuação se processa normalmente em tecido urbano.



Fonte: Inquérito Próprio, 2007.

Fig. 61 - Número de bombeiros detentores do curso de todo o terreno, por distrito.

Ao contrário, nos voluntários em que o socorro se processa em regra em zonas de maior ruralidade a carência de formador nesta área é muito significativa (77,3%), constituindo, a nosso ver, um défice operacional de cariz estratégico para esta tipologia de CB's (fig. 62).



Fonte: Inquérito Próprio, 2007.

Fig. 62 - Existência de formador certificado no curso de condução todo o terreno.

Em conclusão, muito embora a ENB tenha realizado um número considerável de cursos/acções/módulos de formação, tal volume de oferta formativa não foi de encontro às reais necessidades dos CB's mormente ao nível da formação especializada, conforme pode verificar-se no Quadro XXVI.

**Quadro XXVI – N.º de Cursos de Formação Especializada realizada na
ENB de 1998-2007.**

Designação do Curso	98/99		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007	
	Nº cursos	Nº frmds	Nº cursos	Nº frmds	Nº cursos	Nº frmds	Nº cursos	Nº frmds	Nº cursos	Nº frmds	Nº cursos	Nº frmds	Nº cursos	Nº frmds	Nº cursos	Nº frmds	Nº cursos	Nº frmds
Combate a Incêndios Urbanos e Ind. para equipas de 1ª Intervenção	—		1	18	2	36	—		—		—		—		13	201	4	36 88
Combate a Incêndios Florestais para equipas de 1ª Intervenção	18	360	16	320	—		—		—		—		—		—		—	
Curso de tripulante de Ambulância de Socorro (TAS)	—		5	80	10	160	7	100	14	280	8	160	2	32	—		4	71
Curso de Salvamento em Grande Ângulo	19	190	18	180	2	32	11	100	10	140	31	450	10	100	50	500	42	137
Curso de Condução Todo-o-Terreno	44	220	36	180	—		107	535	238	1190	137	695	—		—		199	995

Fonte: Elaboração própria, com dados fornecidos pela ENB.

Da análise do quadro, sobressai, desde logo, o facto de, ao longo de sete anos, a ENB ter formado apenas 343 bombeiros no “*combate a incêndios urbanos e industriais para equipas de 1ª intervenção*” a distribuir pelos 437 CB’s voluntários, sapadores e municipais (significa menos de 1 bombeiro por CB), e, no âmbito do curso de “*combate a incêndios florestais para equipas de 1ª intervenção*”, que apenas funcionou nos anos lectivos 98/99 e 99/2000, o número também “desolador” de 680 bombeiros, não chegando, em média, a dois bombeiros por cada CB.

Fica, assim, demonstrado, que a ENB não tem respondido às carências dos corpos de bombeiros, mormente nas áreas da formação **especializada**, atrás referenciadas.

2.2.1.2. Formação Especifica dos Bombeiros

Nesta modalidade de formação continua, também ministrada sob a responsabilidade da ENB, integram-se, entre outros, os seguintes cursos de formação especifica para chefes de equipa:

³⁷ Neste caso, considerando a alteração sistemática da designação dos cursos/módulos, estamos a aceitar que o Curso de “Combate a Incêndios Urbanos e Industriais” equivale ao Curso de “Combate a Incêndios Urbanos e Industriais de 1ª Intervenção”, embora uma coisa seja formar indivíduos e outra, bem diferente, seja formar equipas que, por isso, devem trabalhar em conjunto.

- *Salvamento e desencarceramento;*
- *Incêndios urbanos e industriais;*
- *Acidentes de matérias perigosas;*
- *Incêndios florestais.*

O nosso objectivo foi o de inquirir os CB's quanto à existência de bombeiros com o curso de chefe de equipa nas áreas específicas do socorro atrás referenciadas, por tipologia.

2.2.1.2.1. Curso de chefe de equipa em *salvamento e desencarceramento*.

Em termos gerais, as respostas negativas rondam os 51%, equivalentes a 170 corpos de bombeiros. Assim, menos de metade dos corpos de bombeiros (149), cerca de 45%, possui chefes de equipa de salvamento e desencarceramento. A taxa de abstenção ronda os 4% e equivale a 12 corpos de bombeiros voluntários e 1 corpo municipal (fig. 63).

Entre as três tipologias, de destacar que a totalidade dos corpos sapadores possui chefes de equipa nesta categoria. Entre os municipais, apesar de existirem 3 corpos que responderam negativamente, o número de respostas positivas é francamente superior àquele, atingindo cerca de 78% (14/18) (fig. 64).

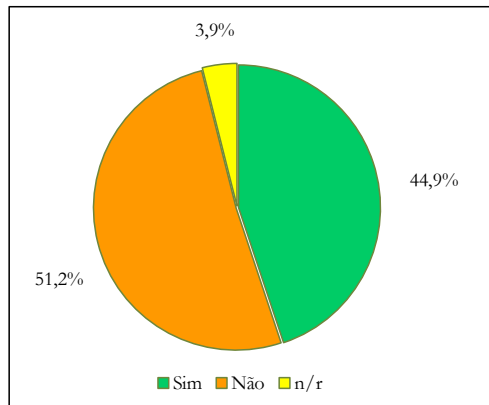


Fig. 63 – Existência de chefes de equipa em salvamento e desencarceramento.

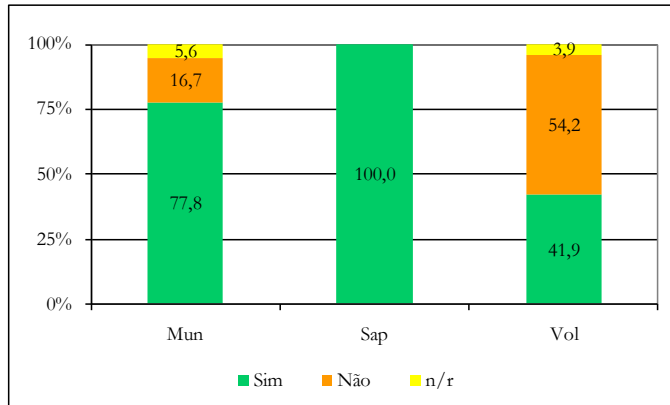


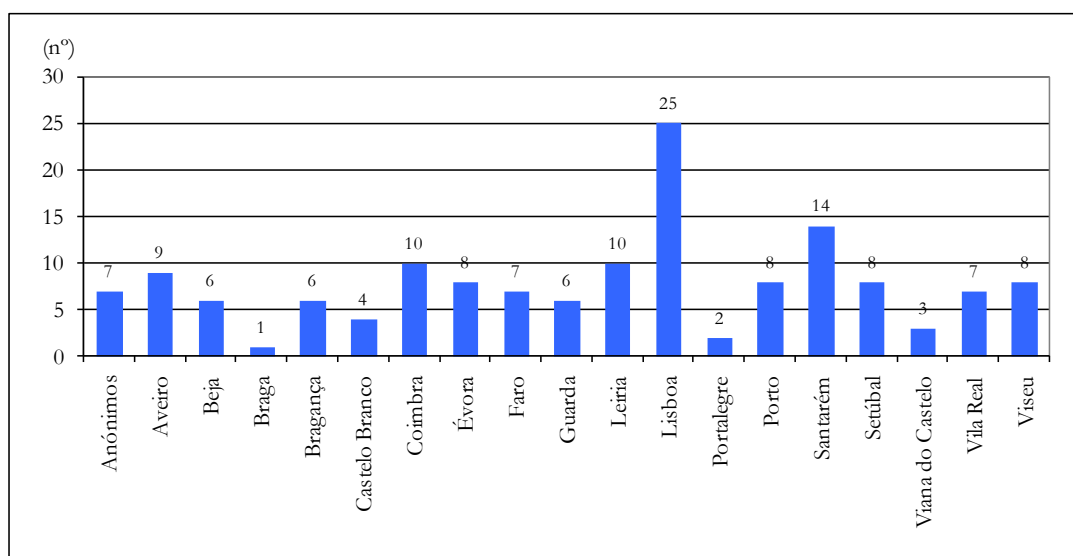
Fig. 64 – Existência de chefes de equipa em salvamento e desencarceramento, por tipologia de CB.

Fonte: Inquérito próprio/2007.

Os corpos de bombeiros voluntários registaram os piores resultados, já que o número de respostas positivas não ultrapassou 42%, ou seja, 129 corpos não detinham esta competência organizacional, num total de 308.

Analisando a distribuição distrital dos resultados, verificou-se que o distrito de Lisboa surge destacado com 25 corpos de bombeiros, seguindo-se Santarém com 14 CB's e Leiria e Coimbra com 10 corpos cada, superando, paradoxalmente, o distrito do Porto.

De destacar, pela negativa, os distritos de Portalegre e Braga, com 2 e 1 corpo de bombeiros, respectivamente. Em termos relativos são igualmente estes dois distritos que registam os piores resultados, não indo além dos 13,3% e 5,9%, respectivamente. Pelo contrário, os distritos onde se verificou um maior índice de respostas positivas, foi nos de Santarém (60,9%), Setúbal (61,5%) e Bragança (66,7%) (fig. 65).



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 65 – Número de corpos de bombeiros com cursos de chefe de equipa em salvamento e desencarceramento, por distrito.

2.2.1.2.2. Curso de chefe de equipa em *Incêndios Urbanos e Industriais*

A existência de chefes de equipa em incêndios urbanos e industriais registou o segundo valor mais negativo, 62,7%, o que equivale a 208 corpos de bombeiros. As respostas afirmativas ficaram-se pelos 33,4%, ou seja, 111 corpos de bombeiros. A taxa de abstenção voltou a rondar os 4%, embora, desta vez, se refira exclusivamente a 13 corpos de bombeiros voluntários (fig. 66).

Entre as três tipologias, de destacar a elevada percentagem de respostas negativas, (65%) entre os voluntários, com os municipais e sapadores, a apresentarem comportamento bastante similar, com 61,1% e 66,7% de resposta positivas, respectivamente (fig. 67).

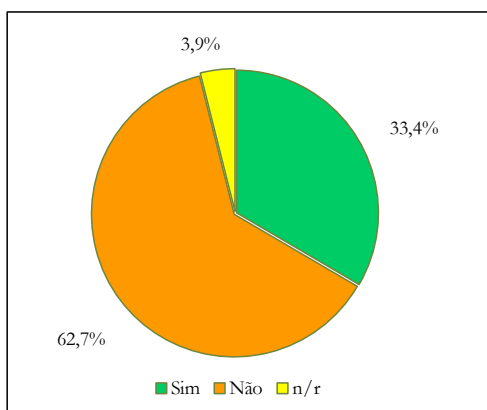
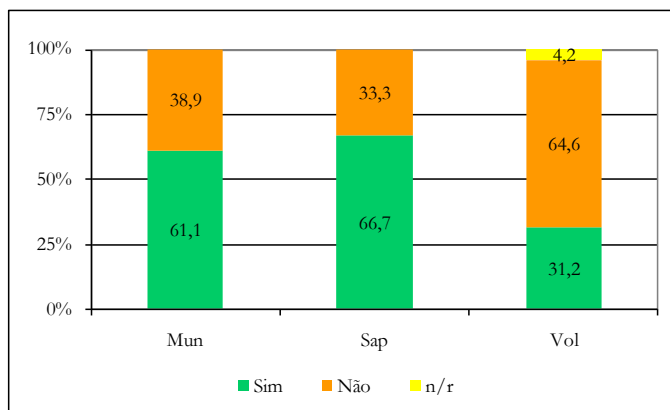


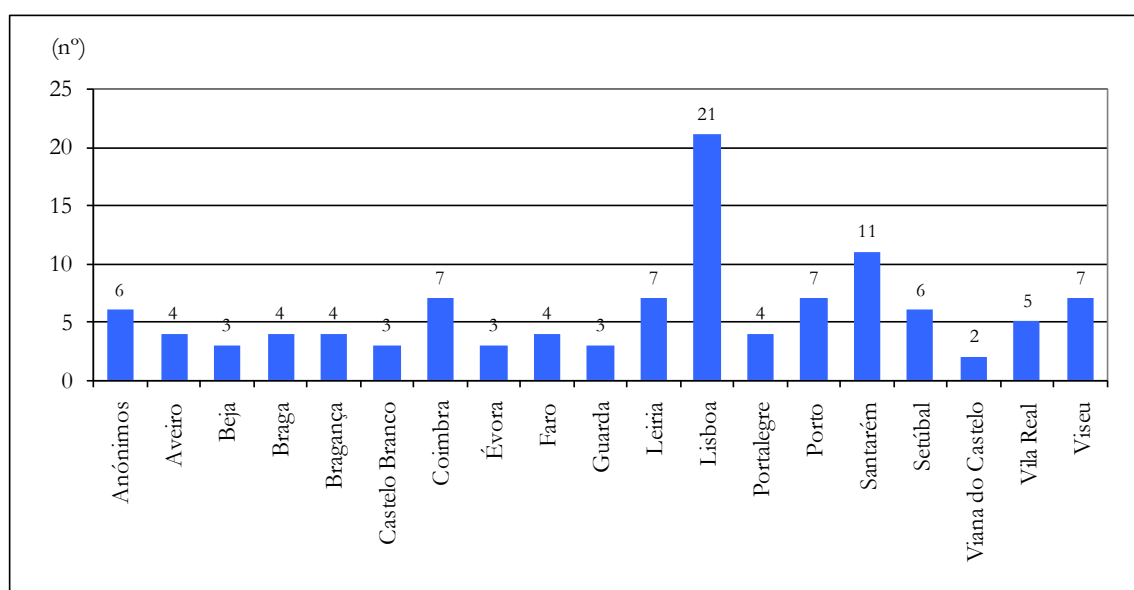
Fig. 66 – Existência de chefes de equipa em incêndios urbanos e industriais.



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 67 – Existência de chefes de equipa em incêndios urbanos e industriais, por tipologia de CB.

Ao nível distrital, a distribuição dos valores absolutos oscila entre 21 corpos em Lisboa e, apenas, 2 no distrito de Viana do Castelo (fig. 68). Já em termos relativos, são os distritos de Santarém e Lisboa que encabeçam a lista, com 47,7% e 48,8%, respectivamente. O distrito da Guarda, com apenas 16,7%, regista o valor mais baixo.



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 68 – Número de corpos de bombeiros com cursos de chefe de equipa em incêndios urbanos e industriais, por distrito.

2.2.1.2.3. Curso de chefe de equipa em *matérias perigosas*

É nesta competência organizacional, em chefes de equipas de acidentes com matérias perigosas, que se verifica o maior défice nos corpos de bombeiros.

Na verdade, apenas 51 CB's (15,4%) dos 332 da amostra responderam positivamente, com as respostas negativas a subirem para um valor superior a 80%, equivalente a 267 CB's, e abstenção, também elevada, de 4,2%, equivalente a 14 corpos de bombeiros voluntários (fig. 69).

Por tipologia, são os bombeiros voluntários os menos preparados nesta área específica do socorro, ultrapassando os 82,1% de respostas negativas, seguindo-se de igual forma, os municipais que ultrapassam os 72% de respostas negativas.

Assim, nesta área específica do socorro, o contraste com os CB's sapadores é extremamente marcante, já que estes, apenas registam 16,7% de respostas negativas, ou seja, apenas um em seis CB's (fig. 70).

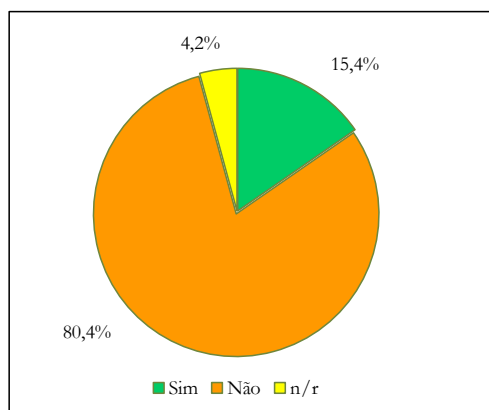


Fig. 69 – Existência de chefes de equipa em matérias perigosas.

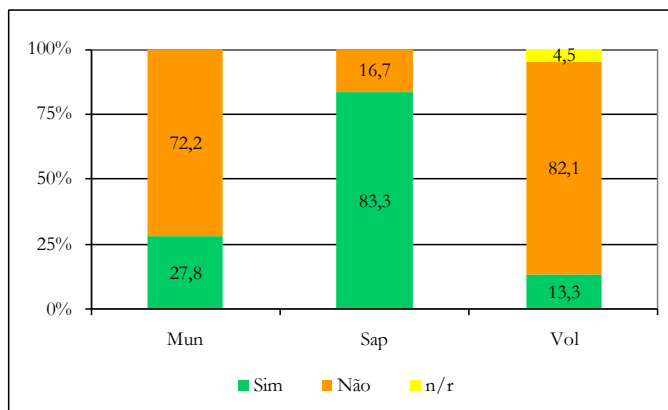


Fig. 70 – Existência de chefes de equipa em matérias perigosas, por tipologia de CB.

Fonte: Inquérito próprio/2007.

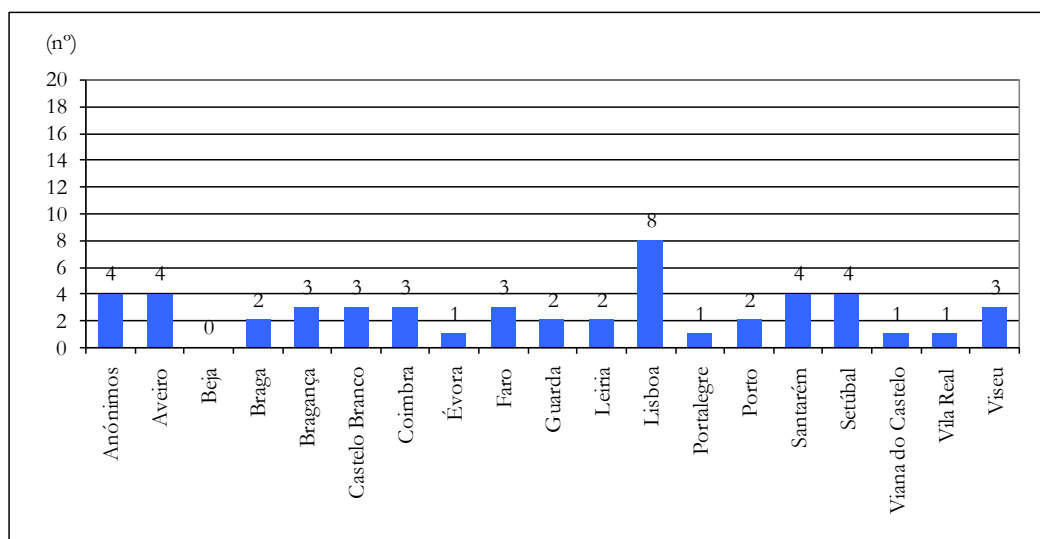
Ao nível distrital, verifica-se que é no distrito de Lisboa que se encontra o maior número de corpos de bombeiros com chefes de equipa desta especialidade, nomeadamente, 8 CB's.

Destaque ainda, pela positiva, para os distritos de Aveiro, Setúbal e Santarém, com 4 corpos de bombeiros cada.

Pela negativa, de destacar os distritos de Vila Real, Portalegre, Évora e Viana do Castelo com, apenas, 1 corpo cada, sendo que, o distrito de Beja, não possui qualquer corpo de bombeiros com chefe de equipa nesta área específica do socorro.

Em termos relativos, os distritos de Bragança e Setúbal foram os que registaram os melhores valores, mas, ainda assim, não foram além dos 33,3% e 30,8%, respectivamente.

Para além de Beja, que não registou qualquer resposta positiva, destacam-se ainda os distritos de Portalegre e Vila Real, com 6,7% e 6,3%, respectivamente (fig. 71).



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 71 – Número de corpos de bombeiros com cursos de chefe de equipa em matérias perigosas, por distrito.

2.2.1.2.4. Curso de chefe de equipa em *incêndios florestais*

É na formação específica de incêndios florestais que se regista o maior número de chefes de equipa, tendo respondido afirmativamente 293 CB's (cerca de 88%).

Por outro lado, as respostas negativas rondam os 10%, ou seja, apenas 34 CB's, com taxa de abstenção de 1,5%, correspondente a 5 corpos voluntários (fig. 72).

Por tipologia, todos os CB's sapadores (100%) possuem chefes de equipa em incêndios florestais, com os municipais e voluntários, a apresentarem um comportamento quase idêntico (fig. 73).

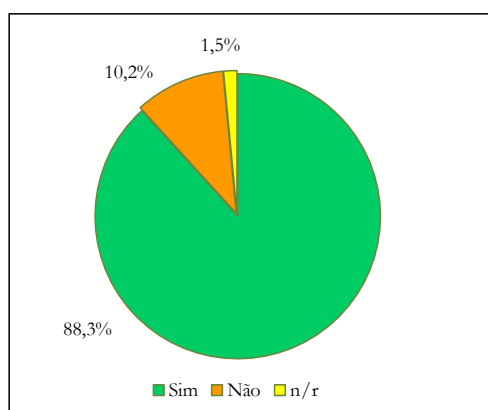


Fig. 72 – Existência de chefes de equipa em incêndios florestais.

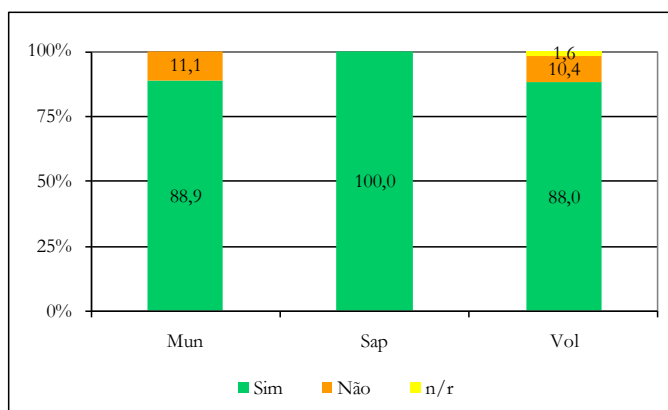
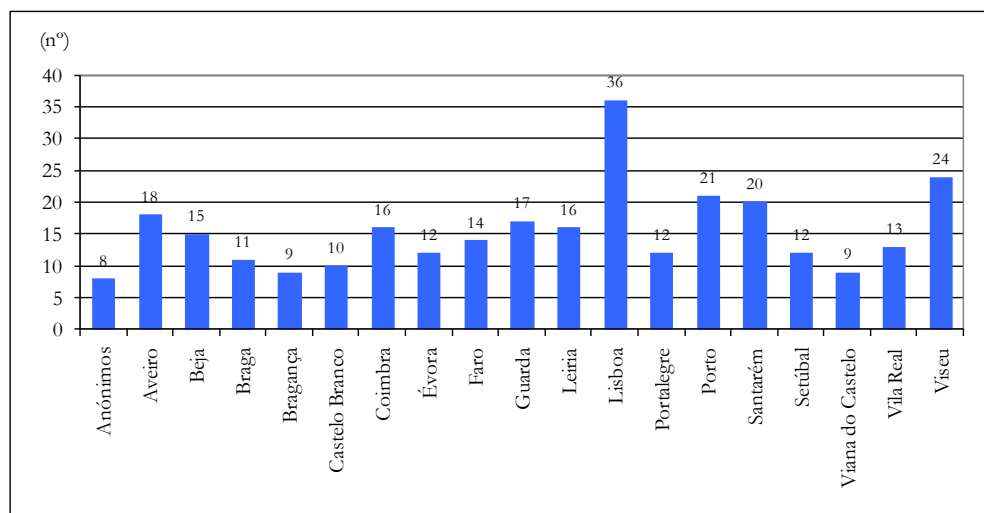


Fig. 73 – Existência de chefes de equipa em incêndios florestais, por tipologia de CB.

Fonte: Inquérito próprio/2007.

Quanto à distribuição distrital, verifica-se que o valor absoluto mais elevado foi registado no distrito de Lisboa, com 36 corpos, seguido pelo distrito de Viseu (24), Porto (21) e Santarém (20).

No extremo oposto, destacam-se, pela negativa, os distritos de Viana do Castelo e Bragança, ambos com apenas 9 corpos de bombeiros, logo seguidos por Castelo Branco (10) e Braga (11) (fig. 74).



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 74 – Número de corpos de bombeiros com cursos de chefe de equipa em incêndios florestais, por distrito.

Em resumo, em termos médios, as respostas positivas atingem 45,5% da amostra. O valor mais elevado registou-se na questão relativa aos chefes de equipa de incêndios florestais, com 88,3% (293/332). O valor mais baixo corresponde aos chefes de equipa em matérias perigosas, com 15,4% (51/332). A taxa de abstenção média foi de 3,4% da amostra.

Entres as três tipologias, destaca-se a média de respostas positivas de 87,5% para os sapadores, enquanto para os municipais decresce para 63,3%, com os CB's voluntários a registar 43,3%.

A taxa de abstenção média, é nula para os sapadores, de 1,4% para os municipais e de 3,6% para os voluntários.

Ao nível distrital, também em termos médios, existem 6 distritos com mais de 50% de respostas positivas, dos quais se destacam os de Setúbal e Bragança, com 57,7% e 61,1%, respectivamente. Os valores médios mais baixos pertencem aos distritos de Portalegre e Braga, com 31,7% e 26,5%, respectivamente.

2.2.1.3. Número de chefes de equipa por tipologia de corpo de bombeiros

Naturalmente, em termos globais, são os bombeiros Voluntários que reúnem o maior número de chefes, 2059 bombeiros (82,9%), seguidos dos Municipais 285 (11,5%) e Sapadores com 140 (5,6%) (fig. 75).

Do total de 28130 bombeiros pertencentes aos corpos de bombeiros que responderam ao inquérito, 2484 (8,8%) possuíam cursos de chefe de equipa. Este efectivo encontra-se repartido por 4 grandes áreas específicas do socorro, nomeadamente, *salvamento e desencarceramento*, *incêndios urbanos e industriais*, *matérias perigosas* e *incêndios florestais*.

Entre estes, os que assumiram maior destaque foram os *incêndios florestais*, que registaram 1420 bombeiros (57,2%), seguindo-se os chefes em *salvamento e desencarceramento*, com 555 bombeiros (22,3%) e, os menos representados, com apenas 117 bombeiros, os chefes em *matérias perigosas* (cerca de 5% do total) (fig. 76).

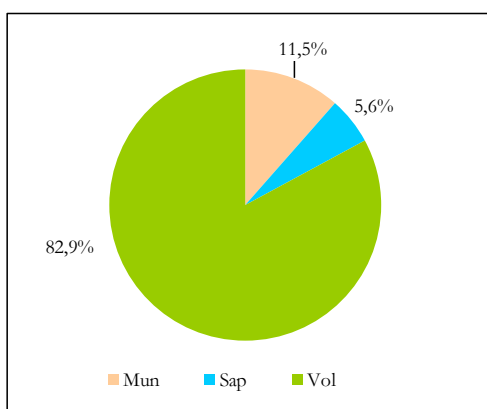


Fig. 75 – Distribuição do total de chefes de equipa, segundo tipologia de CB.

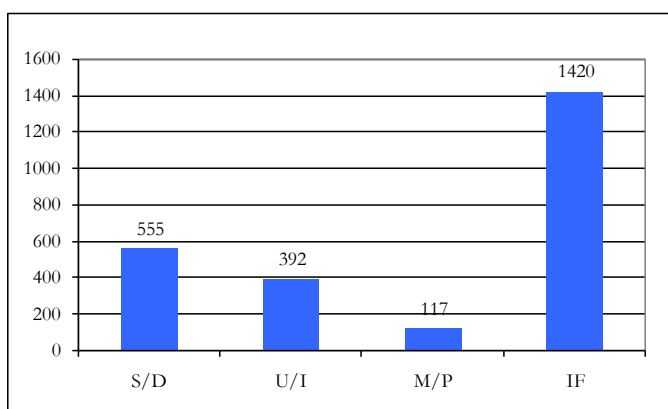
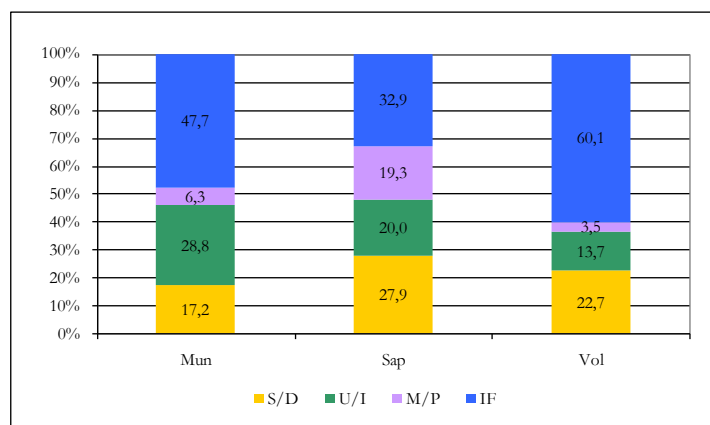


Fig. 76 – Número total de chefes de equipa, segundo área de socorro.

Fonte: Inquérito próprio/2007.

No entanto, ao analisar a distribuição dos valores relativos obtidos pelas 4 áreas específicas do socorro, nos diferentes tipos de corpos de bombeiros, verificam-se algumas diferenças relevantes. Em primeiro lugar, de destacar a elevada preponderância de chefes de equipa de incêndios florestais nos corpos de bombeiros voluntários, cerca de 1238 (60%).

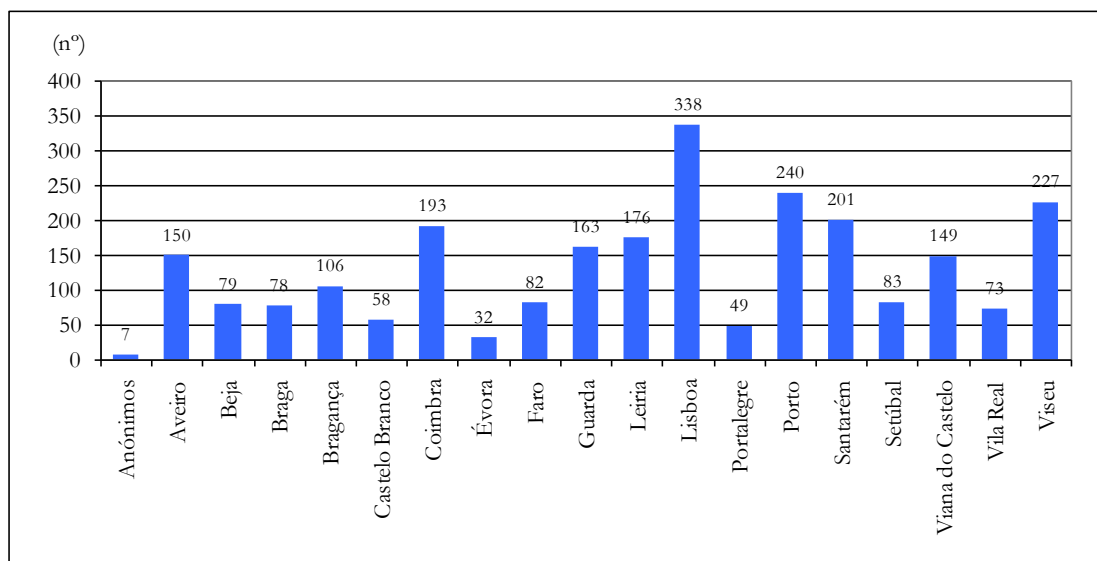
Embora esta área específica de socorro seja preponderante, mesmo nos corpos municipais e sapadores (47,7% e 32,9%, respectivamente), os efectivos decrescem de forma abrupta nos voluntários, noutras áreas específicas como, por exemplo, na intervenção em matérias perigosas com apenas 3,5% (fig. 77).



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 77 – Distribuição do número de chefes de equipa, por tipo de CB e área específica do socorro.

Em termos gerais, verifica-se que a distribuição do efectivo de chefes por distrito se encontra concentrado nas grandes áreas metropolitanas, nomeadamente Lisboa e Porto, com 338 (13,6%) e 240 (9,7%), respectivamente. Destaque ainda para os distritos de Viseu e Santarém, ambos a ultrapassar os 200 chefes. Na situação oposta, surgem os distritos de Portalegre e Évora, com menos de 50 chefes (fig. 78).



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 78 – Distribuição por distrito, do número total de chefes de equipa segundo o tipo de urgência.

Para melhor se perceber a distribuição geográfica e a respectiva importância dada a cada uma das áreas específicas do socorro, apresentam-se, de seguida, os resultados em separado.

2.2.1.3.1. Salvamento e Desencarceramento

Como vimos anteriormente, os corpos de bombeiros voluntários, nos quais continua a assentar a estrutura de socorro nacional, reúnem, sempre, o maior efectivo de chefes de equipa, já que, compreensivelmente, as respostas são em muito maior número.

No entanto, veremos, com maior detalhe, que nalgumas áreas, como é o caso das matérias perigosas, os corpos de bombeiros municipais e sapadores adquirem um maior peso relativo.

Começando, pela área de salvamento e desencarceramento, do total de 555 chefes de equipa 467 (84,1%) são voluntários (fig. 79).

Quanto á sua distribuição geográfica, são os distritos de Lisboa e Porto que reúnem o maior efectivo, nomeadamente, 88 (15,9%) e 66 (11,9%), logo seguidos pelo distrito de Viseu com 61 (11%). Os distritos com menor número de chefes são Faro, Braga, Évora e Portalegre, todos eles com 10 ou menos chefes de equipa (fig. 80).

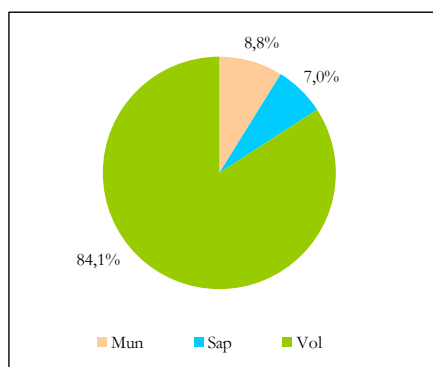
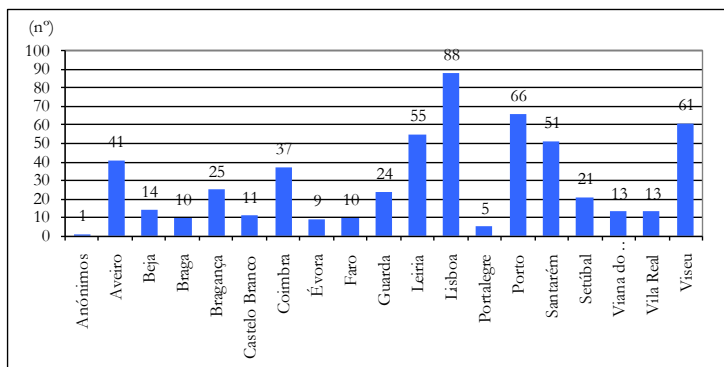


Fig. 79 – Distribuição do total de chefes de equipa segundo tipologia de CB.



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 80 – Número total de chefes de equipa em salvamento e desencarceramento, por distrito.

Entre os corpos de bombeiros municipais, a maior parte localiza-se no distrito de Santarém (distrito que possui 8 dos 18 CB's municipais do País) que reúne 31 chefes num total de 51. Entre os corpos de bombeiros sapadores, é o distrito do Porto que mais se destaca, com 18 chefes de equipa, num total de 66.

Destaque ainda para os distritos de Braga, cujos chefes de equipa (10) são todos sapadores, e Viana do Castelo, no qual 10 de 13 chefes de equipa são bombeiros municipais.

Finalmente, destaque para os distritos de Aveiro, Bragança, Guarda, Beja, Vila Real, Castelo Branco, Évora e Portalegre cujos chefes de equipa são, na sua totalidade, bombeiros voluntários.

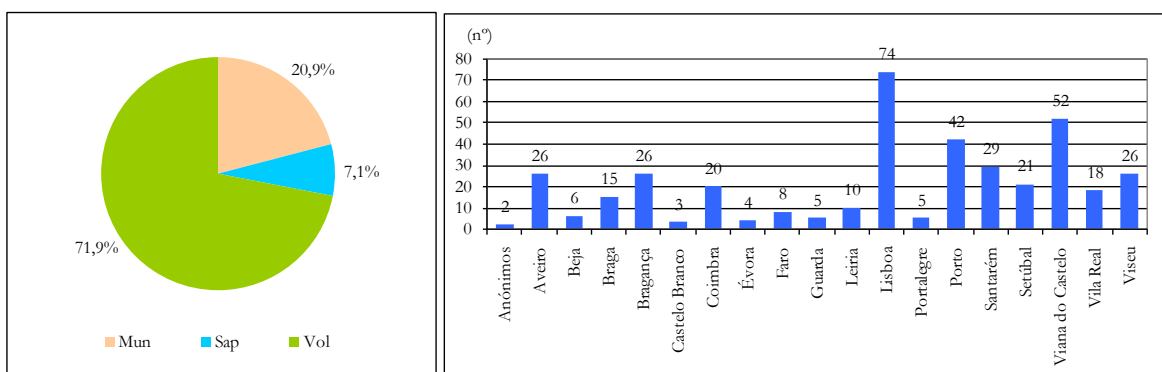
2.2.1.3.2. Incêndios Urbanos e Industriais

No que diz respeito ao número de chefes de equipa em incêndios urbanos e industriais, verificou-se que existe um ligeiro aumento da importância dos corpos de bombeiros municipais (20,9%), em detrimento dos corpos voluntários, que ainda assim ultrapassam os 70% no conjunto (fig. 81).

O distrito de Lisboa aparece destacado dos restantes, contabilizando cerca de 19% o que equivale a 74 chefes de equipa, registando o distrito de Viana do Castelo o segundo maior efectivo, com 52 chefes de equipa (13,3%), seguido pelo Porto com 42 (10,7%).

Os distritos com menor número de chefes de equipa em incêndios urbanos e industriais são os de Portalegre, Guarda, Évora e Castelo Branco (distritos mais rurais), todos com 5 ou menos bombeiros com o referido curso de chefe de equipa.

No que respeita aos bombeiros municipais, destaque para os distritos de Viana do Castelo em que, dos 52 chefes de equipa existentes, 50 são bombeiros municipais e, para o distrito de Santarém em que dos 29 bombeiros chefes de equipa, 18 são, também, compreensivelmente, municipais (fig. 82).



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 81 – Distribuição do total de chefes de equipa segundo tipologia de corpo de bombeiros.

Fig. 82 – Número total de chefes de equipa em incêndios urbanos e industriais, por distrito.

Os chefes de equipa de sapadores destacam-se nos distritos do Porto e Braga, com 15 e 10 chefes respectivamente. Resumindo, em mais de metade dos distritos (10) o efectivo de chefes de equipa desta área específica do socorro pertence exclusivamente aos corpos de bombeiros voluntários, nomeadamente, e por ordem decrescente do efectivo, Bragança (26), Aveiro (26), Coimbra (20), Vila Real (18), Faro (8), Beja (6), Portalegre (5), Guarda (5), Évora (4) e Portalegre (3).

2.2.1.3.3. Acidentes com Matérias Perigosas

É na área de intervenção específica das matérias perigosas que se revela a menor preparação dos corpos de bombeiros voluntários.

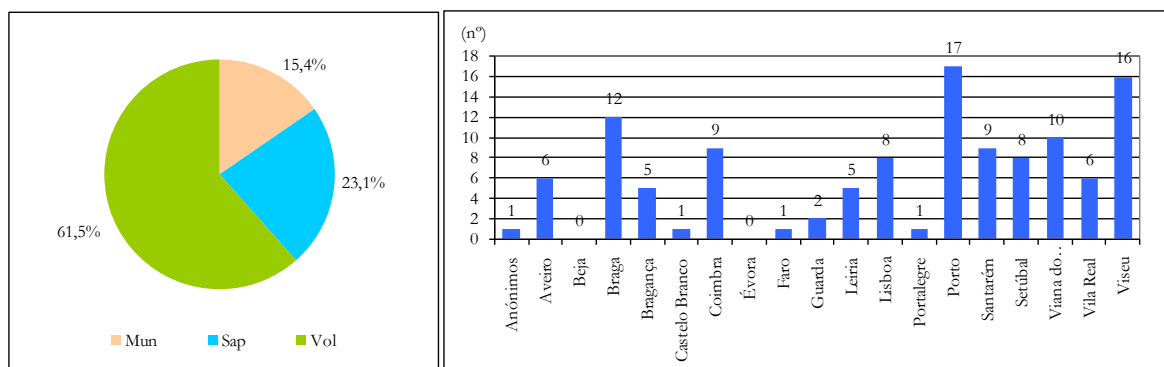
Efectivamente, os chefes de equipa do conjunto dos 308 CB's da amostra, totalizam 61,5%, enquanto os 6 CB's sapadores, conseguem reunir um impressionante valor de 23,1%, ou seja, 27 chefes num total de 117 (fig. 83).

Quanto à distribuição geográfica, por distrito, é no Porto e Viseu que se regista o maior numero, com 17 (14,5%) e 16 (13,7%), respectivamente, seguindo-se, Braga com 12 (10,3%) e Viana do Castelo com 10 (8,5%) (fig. 84).

Ao contrário do que seria de esperar, Lisboa surge com apenas 8 chefes de equipa, valor só explicável pelo facto do Regimento não ter especificado o número de existências, sabendo-se que este CB é, no quadro nacional, o maior expoente referencial nesta área específica do socorro.

Os distritos de Évora e Beja não possuem chefes de equipa neste tipo de socorro, enquanto os distritos de Portalegre, Faro e Castelo Branco registam apenas 1 chefe de equipa.

Finalmente, de referir, que dos 16 distritos onde existe este tipo de chefes de equipa, em 9 esse efectivo é inteiramente assegurado por bombeiros voluntários.



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 83 – Distribuição do total de chefes de equipa segundo tipologia de corpo de bombeiros.

Fig. 84 – Número total de chefes de equipa em matérias perigosas, por distrito.

2.2.1.3.4. Incêndios Florestais

É nesta área do socorro que os corpos de bombeiros voluntários vêm reforçado o seu maior peso face aos restantes, posto que, de um total de 1420 chefes de equipa em incêndios florestais, 1238 são voluntários, o que equivale a 87,2%.

Os sapadores, de cariz mais urbano, registam apenas 46 chefes, cerca de 3% do total de chefes de equipa desta área de socorro (fig. 85).

Relativamente à sua distribuição geográfica, verifica-se que é o distrito de Lisboa que regista o valor mais elevado, cerca de 12%, o que se afigura estranho num distrito com feição menos florestal.

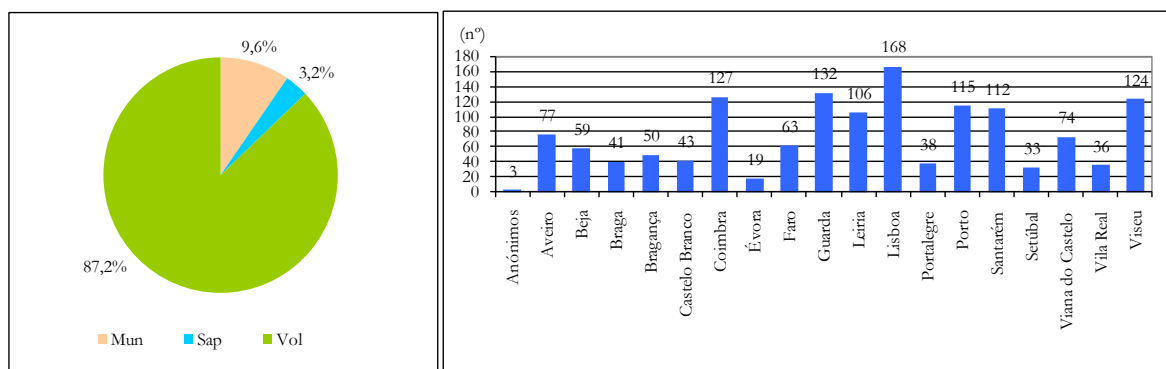
Seguem-se, depois, os distritos onde já era de esperar um maior número de chefes de equipa, ou seja, aqueles que detêm maiores áreas florestais e onde o risco de incêndio é maior, por exemplo, Guarda (132), Coimbra (127), Viseu (124) e Santarém (112) (fig. 86).

Por outro lado, o distrito do Porto regista apenas 115 chefes de equipa de incêndios florestais, um número não explicado pelas áreas ardidas, mas talvez por ser neste distrito que se registam o maior número de ocorrências de incêndios florestais.

Já o distrito de Castelo Branco regista um valor baixo de chefes de equipa (43), face ao que seria de esperar num distrito que tem sido tão afectado pelos incêndios florestais.

Não é menos estranho, que abaixo dos 40 chefes de equipa em incêndios florestais se encontrem os distritos de Portalegre (38), Vila Real (36), Setúbal (33) e Évora (19).

Mais uma vez, de referir que os sapadores apenas possuem chefes de equipa em incêndios florestais, nos distritos de Coimbra (20/127) e no Porto (15/115).



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 85 – Distribuição do total de chefes de equipa segundo tipologia de corpo de bombeiros.

Fig. 86 – Número total de chefes de equipa em incêndios florestais, por distrito.

Já os municipais, destacam-se nos distritos de Santarém, com 61 chefes de um total de 112 e no distrito de Viana do Castelo, com 50 de um total de 74 chefes de equipa, sendo que os bombeiros voluntários, são responsáveis, exclusivos, em 9 distritos.

Efectivamente, da análise do quadro sobressai, desde logo, o facto de entre 2003 e 2007, exceptuando a formação de 1635 chefes de equipa de “*combate a incêndios florestais*”³⁸, não se ter realizado qualquer curso de chefe de equipa de “*salvamento e desencarceramento*”, “*combate a incêndios urbanos e industriais*” e de “*acidentes com matérias perigosas*”, ou seja, a Escola não cumpriu, nesta área formativa, o seu compromisso estatutário com os corpos de bombeiros de Portugal.

Na sequência do que já foi exposto relativamente à formação **especializada** e **específica**, não podemos deixar de salientar o enorme défice de cursos de **formação de formadores** nas diferentes áreas da formação (Quadro XXVII).

Quadro XXVII - Número de cursos de formadores em termos de formação especializada da ENB, entre 98-2007.

Designação do Curso	98/99		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007	
	N.º Cursos	N.º fmds	N.º Cursos	N.º fmds	N.º Cursos	N.º fmds	N.º Cursos	N.º fmds	N.º Cursos	N.º fmds	N.º Cursos	N.º fmds	N.º Cursos	N.º fmds	N.º Cursos	N.º fmds	N.º Cursos	N.º fmds
Formador de Salvamento em Grande Ângulo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	22	—	—	—	—
Formador de Nadador-Salvador	—	—	1	12	—	—	—	—	—	—	1	16	—	—	—	—	1	19
Formador Todo-o-Terreno	—	—	1	10	1	10	—	—	15	251*	—	—	—	—	1	10	1	10
Formador Socorrismo Básico	—	—	2	24	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Formador de SD	—	—	2	32	2	32	—	—	15	248*	1	16	—	—	—	—	—	—
Formador CES	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	24	—	—
Formador TAT	—	—	—	—	3	42	—	—	3	50	1	16	1	16	1	17	—	—

Fonte: Elaboração própria, com dados fornecidos pela ENB.

* Estes dados não estão em coerência com outras fontes consultadas e sendo assim também, nestas áreas, se verificou resposta insuficiente da ENB.

Da análise do quadro extrai-se, de imediato, o número realizado de cursos de formação de formadores, no período de 1998-2007, nas áreas de “Nadador-Salvador” (3 cursos), “Socorrismo Básico” (2 cursos), “Condução de Embarcação de Socorro” (2 cursos) e “Tripulante de Ambulância de Transporte (9 cursos), constituindo tal facto, mais um quebra de compromisso da Escola com os corpos de bombeiros, altamente carenciados de formadores nestas áreas de especialização do socorro.

³⁸ Curiosamente, em 2007, aparece um curso designado *curso de chefe de grupo de combate a incêndios florestais* (FC208) que nos parece constituir mais uma das alterações, sem lógica fundada, do curso de *chefe de equipa em incêndios florestais* (FC204).

Finalmente, como exemplo, elucidativo, da ausência de planeamento de recursos de protecção civil, com base numa efectiva análise de risco, vamos confrontar o número de Chefes de Equipa em *salvamento e desencarceramento, incêndios urbanos e industriais, acidentes com matérias perigosas e incêndios florestais*, distribuídos pelos diferentes corpos de bombeiros, com a classificação de risco distrital, definido na Portaria n.º 1035/95 de 25 de Agosto, que não contempla, na sua análise, o risco de incêndio florestal.

2.2.1.4. Chefes de equipa nos CB's dos distritos de alto risco: Aveiro, Lisboa, Porto e Setúbal (Portaria n.º 1033/95, de 25 de Agosto)

A definição do tipo de distrito, pelas categorias de ***Alto, Médio e Baixo Risco*** “*resulta da avaliação integrada dos riscos existentes na respectiva área territorial aferidos pelos factores mais relevantes no domínio da protecção civil, em particular a cartografia e tipologia dos riscos naturais e tecnológicos e o tipo de povoamento*”

Assim, nos termos do n.º 3 da Portaria atrás referida (que se encontra em vigor) os distritos são classificados em:

- **Distritos de baixo risco:** Beja, Bragança, Castelo Branco, Évora, Guarda, Portalegre e Viseu;
- **Distritos de médio risco:** Braga, Coimbra, Faro, Leiria, Santarém, Viana do Castelo e Vila Real;
- **Distritos de alto risco:** Aveiro, Lisboa, Porto e Setúbal.

2.2.1.4.1. Salvamento e Desencarceramento

No distrito de Aveiro verificou-se que 50% dos CB's não detinham chefes de equipa de salvamento e desencarceramento, ou seja, dos 18 CB's que responderam 9 não detinham esta competência. No distrito de Lisboa 36,4% dos CB's que responderam não detinham essa competência. Em números absolutos dos 44 corpos de bombeiros que responderam ao inquérito 25 detinham esta competência, respectivamente 24 voluntários e 1 sapador (Regimento Sapadores Bombeiros) (Quadro XXVIII).

Quadro XXVIII – Número total de CB's com chefes de equipa de salvamento e desencarceramento, segundo tipologia, por distrito.

Salvamento/Desencarceramento	Sim				Não			n/r			Total
	Mun	Sap	Vol	Total	Mun	Vol	Total	Mun	Vol	Total	
Anónimo	0	0	7	7	0	0	0	0	1	1	8
Aveiro	0	0	9	9	0	9	9	0	0	0	18
Beja	0	0	6	6	0	9	9	0	0	0	15
Braga	0	1	0	1	0	16	16	0	0	0	17
Bragança	0	0	6	6	0	3	3	0	0	0	9
Castelo Branco	0	0	4	4	0	7	7	0	1	1	12
Coimbra	2	1	7	10	0	8	8	0	0	0	18
Évora	0	0	8	8	0	6	6	0	0	0	14
Faro	2	0	4	6	2	9	11	0	0	0	17
Guarda	0	0	6	6	0	11	11	0	1	1	18
Leiria	1	0	9	10	0	7	7	0	0	0	17
Lisboa	0	1	24	25	0	16	16	0	3	3	44
Portalegre	0	0	2	2	1	12	13	0	0	0	15
Porto	0	2	5	7	0	16	16	0	0	0	23
Santarém	7	0	7	14	0	7	7	1	1	2	23
Setúbal	0	1	7	8	0	4	4	0	1	1	13
Viana do Castelo	1	0	2	3	0	6	6	0	1	1	10
Vila Real	0	0	7	7	0	8	8	0	1	1	16
Viseu	1	0	5	6	0	15	15	0	4	4	25
Total	14	6	125	145	3	169	172	1	14	15	332

Fonte: Inquérito próprio/2007.

Continuando a análise do quadro, no distrito do Porto a carência é mais acentuada posto que, dos 23 CB's que responderam, 15 corpos voluntários declaravam que não detinham esta competência, ou seja, 65,2%. Em Setúbal, dos 13 CB's que responderam, 8 detinham esta competência, ou seja, 61,5% dos corpos de bombeiros.

2.2.1.4.2. Incêndios Urbanos e Industriais

Nesta área de socorro, dos 18 CB's voluntários que responderam em Aveiro, apenas 4, declararam deter esta competência, ou seja, 14 corpos de bombeiros não possuem no seu quadro activo chefes de equipa de incêndios urbanos e industriais, o que pode ajudar a explicar à existência de 7 corpos de bombeiros privativos nas principais empresas de maiores riscos industriais e tecnológicos deste distrito.

Por sua vez, em Lisboa, dos 44 CB's que responderam, verifica-se que menos de 50%, ou seja, apenas 21 CB's, detinham esta competência (20 CB's voluntários+1 sapador), sabendo-se, contudo, que esta competência está bastante desenvolvida no âmbito do Regimento de Sapadores Bombeiros, que são, inquestionavelmente, o referencial de excelência para este tipo de formação (Quadro XXIX).

Quadro XXIX - Número total de CB's com chefes de equipa de incêndios urbanos e industriais, segundo tipologia de CB, por distrito.

Incêndios Urbanos/Industriais	Sim				Não				n/r		Total
	Mun	Sap	Vol	Total	Mun	Sap	Vol	Total	Vol	Total	
Anónimo	0	0	6	6	0	0	1	1	1	1	8
Aveiro	0	0	4	4	0	0	13	13	1	1	18
Beja	0	0	3	3	0	0	12	12	0	0	15
Braga	0	1	3	4	0	0	13	13	0	0	17
Bragança	0	0	4	4	0	0	5	5	0	0	9
Castelo Branco	0	0	3	3	0	0	8	8	1	1	12
Coimbra	0	0	7	7	2	1	8	11	0	0	18
Évora	0	0	3	3	0	0	11	11	0	0	14
Faro	1	0	2	3	3	0	11	14	0	0	17
Guarda	0	0	3	3	0	0	14	14	1	1	18
Leiria	1	0	6	7	0	0	9	9	1	1	17
Lisboa	0	1	20	21	0	0	20	20	3	3	44
Portalegre	0	0	4	4	1	0	10	11	0	0	15
Porto	0	1	5	6	0	1	16	17	0	0	23
Santarém	7	0	3	10	1	0	11	12	1	1	23
Setúbal	0	1	5	6	0	0	6	6	1	1	13
Viana do Castelo	1	0	1	2	0	0	7	7	1	1	10
Vila Real	0	0	4	4	0	0	11	11	1	1	16
Viseu	1	0	6	7	0	0	17	17	1	1	25
Total	11	4	92	107	7	2	203	212	13	13	332

Fonte: Inquérito próprio/2007.

Quanto ao Porto mais uma vez se verifica uma carência muito acentuada (73,9%) desta competência nos corpos de bombeiros, sendo que, dos 23 CB's que responderam apenas 6 detinham chefe de equipa nesta área, respectivamente 5 CB's voluntários e 1 CB sapador (Batalhão Sapadores Bombeiros). Esta carência também não é alheia à existência no distrito do Porto de 4 corpos de bombeiros privativos nas principais empresas de referência para este tipo de riscos.

Finalmente, quanto a Setúbal, menos de 50% dos CB's que responderam detinham esta competência, ou seja, dos 13 CB's apenas 6 detinham chefes de equipa nesta área. Também neste distrito existem 3 corpos de bombeiros privativos nas principais empresas.

Numa primeira conclusão pode dizer-se que as grandes empresas de risco acentuado, ao nível de incêndios urbanos/industriais optaram por ter a sua própria estrutura de prevenção e combate face à famigerada carência de meios e/ou à eventual falta de confiança nos CB's ditos voluntários, quanto à disponibilidade e prontidão no socorro.

2.2.1.4.3. Acidentes de Matérias Perigosas

Neste domínio de competência, em Aveiro, dos 18 CB's que responderam apenas 4 (22,2%) detinham esta competência o que constitui carência grave de meios e explica mais uma vez o investimento das empresas sedeadas no distrito, nos corpos de bombeiros privativos.

Em Lisboa, a carência desta competência é também muito acentuada nos corpos de bombeiros voluntários posto que, dos 44 CB's que responderam 33 (75%) não detinham competência nesta área de socorro. Uma das respostas positivas é, inevitavelmente, do Regimento Sapadores Bombeiros que detém os melhores especialistas nesta matéria que aliás faz parte do curriculum da formação inicial do recruta/sapador (Quadro XXX).

Quadro XXX - Número total de CB's com chefes de equipa de acidentes com matérias perigosas, segundo tipologia de CB, por distrito.

Acidentes Matérias Perigosas	Sim				Não				n/r		Total
	Mun	Sap	Vol	Total	Mun	Sap	Vol	Total	Vol	Total	
Anónimo	0	0	4	4	0	0	2	2	2	2	8
Aveiro	0	0	4	4	0	0	14	14	0	0	18
Beja	0	0	0	0	0	0	15	15	0	0	15
Braga	0	1	1	2	0	0	15	15	0	0	17
Bragança	0	0	3	3	0	0	6	6	0	0	9
Castelo Branco	0	0	3	3	0	0	8	8	1	1	12
Coimbra	0	1	2	3	2	0	13	15	0	0	18
Évora	0	0	1	1	0	0	13	13	0	0	14
Faro	1	0	1	2	3	0	12	15	0	0	17
Guarda	0	0	2	2	0	0	15	15	1	1	18
Leiria	1	0	1	2	0	0	14	14	1	1	17
Lisboa	0	1	7	8	0	0	33	33	3	3	44
Portalegre	0	0	1	1	1	0	13	14	0	0	15
Porto	0	1	0	1	0	1	21	22	0	0	23
Santarém	2	0	0	2	6	0	14	20	1	1	23
Setúbal	0	1	3	4	0	0	8	8	1	1	13
Viana do Castelo	1	0	0	1	0	0	8	8	1	1	10
Vila Real	0	0	0	0	0	0	15	15	1	1	16
Viseu	0	0	1	1	1	0	19	20	4	4	25
Total	5	5	34	44	13	1	258	272	16	16	332

Fonte: Inquérito próprio/2007.

No Porto, a situação é muitíssimo grave, posto que, dos 23 CB's que responderam apenas o Batalhão de Sapadores Bombeiros detinha esta competência, ou seja, 95,7% dos CB's do distrito (que se caracteriza como um dos mais industrializados do País) não tinham, nos seus quadros activos, chefes de equipa em acidentes de matérias perigosas. Naturalmente, também aqui, as empresas de referência neste tipo de riscos optaram pelos seus corpos de bombeiros privativos, como sejam a Efacec, Saint-Eclair e Salvador Caetano, entre outras.

Quanto ao distrito de Setúbal, a carência não é tão acentuada, sendo que, dos 13 CB's que responderam 4 (30,8%) detinham esta competência. Neste distrito, esta carência também é colmatada com recurso a corpos de bombeiros privativos como seja entre outros, o CB da Portucel, Concorco (Sociedade Corticeira).

2.2.1.4.4. Incêndios Florestais

Em Aveiro (que não é um distrito de alto risco de incêndios florestais) curiosamente os 18 CB's responderam afirmativamente, ou seja, 100% dos corpos de bombeiros deste distrito estão apetrechados neste domínio do socorro.

Esta situação de 100% de respostas afirmativas, também se verificou em distritos de baixo risco, (nos termos da Portaria 1095/1995) como sejam os de Beja e Bragança, este com maior índice de incêndios florestais (Quadro XXXI).

Quadro XXXI - Número total de CB's com chefes de equipa de incêndios florestais, segundo tipologia de CB, por distrito.

Incêndios Florestais	Sim				Não			n/r		Total
	Mun	Sap	Vol	Total	Mun	Vol	Total	Vol	Total	
Anónimo	0	0	8	8	0	0	0	0	0	8
Aveiro	0	0	18	18	0	0	0	0	0	18
Beja	0	0	15	15	0	0	0	0	0	15
Braga	0	1	10	11	0	6	6	0	0	17
Bragança	0	0	9	9	0	0	0	0	0	9
Castelo Branco	0	0	10	10	0	2	2	0	0	12
Coimbra	2	1	13	16	0	2	2	0	0	18
Évora	0	0	12	12	0	2	2	0	0	14
Faro	3	0	11	14	1	2	3	0	0	17
Guarda	0	0	17	17	0	0	0	1	1	18
Leiria	1	0	15	16	0	1	1	0	0	17
Lisboa	0	1	35	36	0	5	5	3	3	44
Portalegre	0	0	12	12	1	2	3	0	0	15
Porto	0	2	19	21	0	2	2	0	0	23
Santarém	8	0	12	20	0	2	2	1	1	23
Setúbal	0	1	11	12	0	1	1	0	0	13
Viana do Castelo	1	0	8	9	0	1	1	0	0	10
Vila Real	0	0	13	13	0	3	3	0	0	16
Viseu	1	0	23	24	0	1	1	0	0	25
Total	16	6	271	293	2	32	34	5	5	332

Fonte: Inquérito próprio/2007.

No distrito de Lisboa (que não é um distrito de alto risco de incêndios florestais), dos 44 CB's que responderam 36 (81,8%) detinham competências nesta área do socorro. Já o Porto, em que o índice de incêndios florestais é maior do que em Lisboa, está bem apetrechado neste

domínio do socorro, considerando que, dos 23 CB's que responderam, 21 (91,3%) detinham nos seus quadros activos chefes de equipa de incêndios florestais.

Finalmente, em Setúbal, dos 13 CB's que responderam 12 (92,3%) detinham esta competência nos respectivos quadros activos.

Em síntese, as carências de formação ao nível de chefes de equipa em distritos de alto risco, são particularmente visíveis nos domínios do *Salvamento e Desencarceramento*, dos *Incêndios Urbanos e Industriais*, e dos *Acidentes em Matérias Perigosas*, abstraindo, curiosamente, a área de *Incêndios Florestais* em que o défice, em termos formativos, é bastante menos acentuado, mesmo tratando-se de distritos com menor índice de risco de incêndio florestal.

Em síntese, a análise conjugada dos dados obtidos no inquérito, com os dados fornecidos pela ENB, quanto ao número de cursos/acções/módulos realizados, permitem concluir que a formação ministrada, não foi de encontro às necessidades dos corpos de bombeiros nas áreas da formação especializada e específica.

2.2.2. Volume de formação realizada pela ENB entre 1988 e 2007

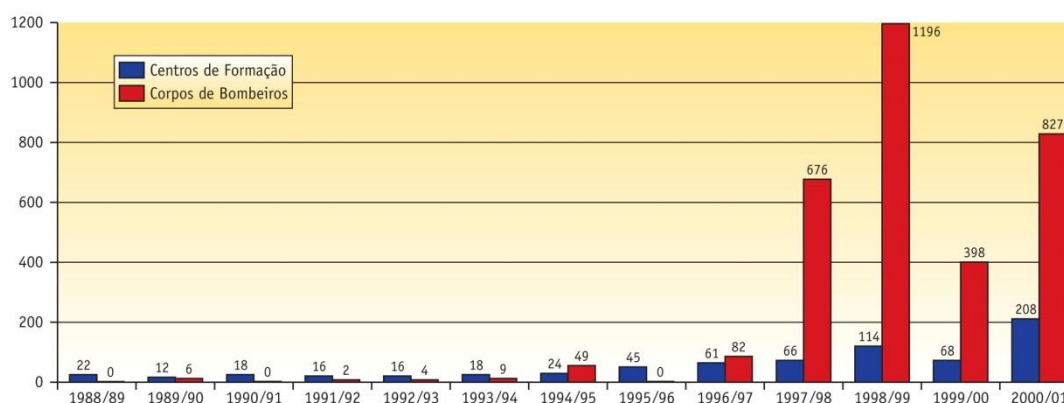
Antes de passarmos à apresentação e comentário dos quadros relativos ao volume de formação realizada pela ENB entre 1998-2007, importa enquadrar esta formação nas três distintas fases de gestão da Escola.

A primeira delas, coincidiu com o período em que a ENB foi gerida por uma Comissão Instaladora, sob a égide do SNB, que era constituída, como atrás foi referenciado, pelo vogal deste serviço, Carlos Ferreira de Castro, pelo chefe de divisão, Manuel Monginho, e pelo Engenheiro Francisco Guedes Soares, (...) “*nomes que ficarão sempre ligados ao início da Escola Nacional de Bombeiros*” (Lourenço, 2001:22).

Embora com posteriores alterações na composição da Comissão Instaladora, a **2.ª fase**, que correspondeu a cerca de cinco anos e meio, começou praticamente com o início do ano lectivo de 1996/97, já sob a presidência do engenheiro Barreira Abrantes (primeiro presidente da Direcção Institucional da ENB) e, a partir do ano lectivo seguinte, em Setembro/98, sob a presidência da direcção do Professor Luciano Lourenço.

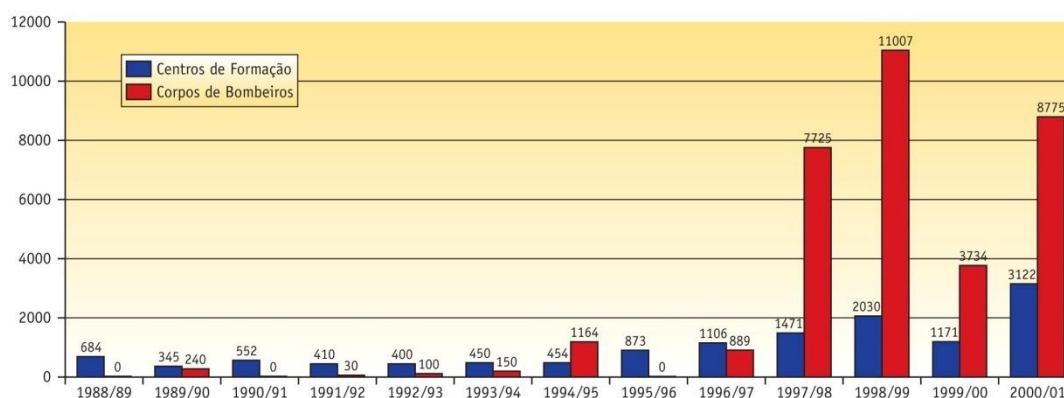
Este modelo de gestão da **2.ª fase**, resultou da aplicação do Decreto-Lei n.º 277/94, de 3 de Novembro, o qual refere que a ENB revistará a forma jurídica de associação de direito privado, sem fins lucrativos, em que são associados o SNB e a LBP (cujos representantes tinham assento, na qualidade de vogais, na Direcção da ENB), conforme reza a escritura de constituição celebrada e assinada em 4 de Maio de 1995, no salão nobre do Ministério da Administração Interna.

Observando o volume de formação ministrado ao longo de todo este período, nota-se que, no período correspondente aos últimos quatro anos, em que a Direcção da ENB foi presidida pelo Professor Doutor Luciano Lourenço se registou um aumento significativo do número de cursos e de elementos formados (fig.s 87 e 88), naturalmente inferior ao desejado, face às manifestas carências dos bombeiros, seja na formação inicial (da responsabilidade dos respectivos CB's), seja da formação contínua, da responsabilidade da ENB.



Fonte: Lourenço, 2001:22

Fig. 87 – Cursos ministrados pela ENB dentro e fora das instalações.



Fonte: Lourenço, 2001:23

Fig. 88 – Elementos formados pela ENB, dentro e fora das instalações.

Contudo, reforçando o que já foi dito, nesta segunda fase, terminada a 31 de Dezembro de 2001, a Direcção da ENB, criou condições infra-estruturais, para, em termos pedagógicos e de oferta formativa, ser possível assegurar, não só a continuidade do modelo fundado nos *perfis funcionais*, mas também, uma maior rentabilidade pedagógica da Escola.

A terceira fase, ainda em curso, que se prevê terminar com a entrada em funcionamento do Centro de Recursos de Protecção Civil, cujo estatuto foi homologado pelo Ministro da

Administração Interna em 23 de Julho de 2009, corresponde a um novo modelo de gestão da exclusiva responsabilidade da Liga dos Bombeiros Portugueses.

Sobre esta opção governamental, da entrega da escola à gestão exclusiva da LBP, importa referenciar, entre outras, a respeitada opinião do ex-presidente do SNB, engenheiro José Laranjeira, Conselheiro da Liga, assinalando que (...) *“a ENB devia estar sob a tutela do Estado e que é um erro a LBP estar nos seus órgãos directivos. A sua correcta posição seria num órgão consultivo e/ou pedagógico, ou outro do género, mas nunca num órgão executivo. A Liga tem que se bater para que a ENB seja o melhor possível e cumpra os objectivos estabelecidos e não pode ser ela, através da sua estrutura directiva, responsável directa pela acção da Escola”* (Laranjeira, CPE, 2007:7).

Efectivamente, esta acção de “promoção”, “incentivo” ou até “fiscalização” da Liga, enquanto entidade representativa das associações/corpos de bombeiros, deixou de ter qualquer sentido, quando o presidente da LBP passou a ser, desde Janeiro de 2002, simultaneamente presidente da Liga e da ENB.

Com toda esta concentração de poderes, pareciam estar criadas condições para um período áureo na formação dos bombeiros portugueses. Contudo, a leitura dos quadros que seguidamente passaremos a expor, não confirmam tal realidade.

Ao contrário, embora tenham sido criados vários cursos novos, muitos outros, que vinham na lógica dos *perfis funcionais*, foram suprimidos, a partir de 2002, uns e outros sem conhecida justificação científica ou técnico-pedagógica.

2.2.2.1. Formação especializada

A formação especializada que, como vimos, tem como objectivo primordial, dotar os CB's de bombeiros especialistas, viu substancialmente reduzida, sem justificação técnica e científico-pedagógica plausível, a oferta formativa entre o ano lectivo 2001/2002 e a oferta formativa a partir do ano 2003 (ou seja, na mudança de um modelo de gestão pedagógica da formação, para um modelo de gestão político-administrativo da formação) respectivamente de 18, para apenas 7 cursos, conforme assinalámos nos Quadros XIX e XX atrás referenciados.

Da análise do Quadro XXXII, sobressai, desde logo, o facto de os cursos de *“condutores de ambulâncias,” “hidráulica aplicada,” “topografia aplicada,” “animador de preparação física”* e *“combate a incêndios para equipas de primeira intervenção,”* apenas se terem realizado no ano 2000, o que não deixa de ser estranho por se tratar de cursos importantes, não só para a formação de progressão, que a Direcção vigente praticamente suprimiu, mas também para reforço da formação básica, como, por exemplo, no caso do curso de *“animador de preparação física”*.

Dos restantes cursos, de registar o volume assinalável de edições, dos de “*salvamento em grande ângulo*”, “*operador de central*”, “*condução todo-o-terreno*”, *TAS*, e “*bombeiro mergulhador*”, verificando-se, menor volume de edições, nos cursos de “*nadador salvador*” e “*condutor de embarcação de socorro*”, sem nenhuma edição realizada entre 1998-2002.

Quadro XXXII - Cursos de Formação Especializada entre 1998/99 e 2007.

Cursos	98/99		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007	
	N.º Cursos	N.º fmds	N.º Cursos	N.º fmds	N.º Cursos	N.º fmds	N.º Cursos	N.º fmds	N.º Cursos	N.º fmds	N.º Cursos	N.º fmds	N.º Cursos	N.º fmds	N.º Cursos	N.º fmds	N.º Cursos	N.º fmds
Condutores Ambulâncias	—	—	4	40	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Hidráulica Aplicada	—	—	1	18	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Topografia Aplicada	—	—	1	18	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Animador Preparação Física	—	—	1	20	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Salvamento Grande Ângulo	19	190	18	180	2	32	10	100	10	140	31	450	—	—	10	100	50	500
Operador Central	12	240	12	240	24	456	5	100	32	568	—	—	—	—	13	251	20	342
Combate a Incêndios p/ equipas de 1ª Intervenção	—	—	16	320	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Condução Todo-o-Terreno	44	220	36	180	—	—	107	535	238	1190	137	695	—	—	—	—	111	555
Curso TAS	—	—	5	80	10	160	7	100	14	280	8	160	—	—	2	32	8	117
Bombeiro mergulhador	—	—	—	—	2	22	15	251	2	22	2	22	3	30	2	22	2	21
Nadador Salvador	—	—	1	12	—	—	—	—	16	240	—	—	4	45	3	36	5	60
Condutor Embarcação de Socorro	—	—	—	—	—	—	—	—	33	495	—	—	23	276	16	192	17	204

Fonte: Elaboração própria, com dados fornecidos pela ENB.

2.2.2.2. Formação específica

No quadro desta tipologia formativa, de formação contínua, também se verificou um virar de página a partir de 2002, com a supressão a partir de 2003, de três dos sete cursos que constavam da oferta formativa anterior, respectivamente: “*chefe de equipa de salvamento em grande ângulo*”, de “*bombeiro mergulhador*” e de *chefe de equipa de centro de coordenação de socorro*”.

De qualquer forma, tal como se verificou para a formação especializada, o número de cursos de formação específica, realizados pela ENB, no período 1998 – 2007, com excepção dos dirigidos a “*chefes de equipa de incêndios florestais*” denota, claramente, as **insuficiências formativas da Escola**, que, após 2002, não realizou nenhum curso dirigido a chefes de equipa de “*salvamento e desencarceramento*”, “*incêndios urbanos e industriais*”, “*acidentes com matérias perigosas*” e “*salvamento em grande ângulo*” (Quadro XXXIII).

Quadro XXXIII - Formação Específica realizada na ENB entre 1998 e 2007.

Designação do Curso	98/99		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007	
	Nº Cursos	Nº fmds	Nº Cursos	Nº fmds	Nº Cursos	Nº fmds	Nº Cursos	Nº fmds	Nº Cursos	Nº fmds	Nº Cursos	Nº fmds	Nº Cursos	Nº fmds	Nº Cursos	Nº fmds	Nº Cursos	Nº fmds
Chefe de Equipa de Salvamento e Desencarceramento	2	30	1	16	3	48	1	20	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Chefe de Equipa de Combate a Incêndios Urbanos e Industriais	—	—	—	—	1	16	1	16	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Chefe de Equipa de Acidentes c/ Matérias Perigosas	—	—	1	14	1	18	1	18	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Chefe de Equipa de Salvamentos em Grande Ângulo	—	—	—	—	—	—	2	36	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Chefe de Equipa de Combate a Incêndios Florestais	—	—	1	15	26	426	3	54	32	519	20	400	3	52	9	169	—	—

Fonte: Elaboração própria, com dados fornecidos pela ENB.

2.2.2.3. Formação de formadores.

É sabido que a formação de profissionais se reveste de carácter estratégico para o desenvolvimento de qualquer actividade. No caso do socorro, em que é indispensável “*saber para salvar e salvar-se*”, esta asserção ganha particular acuidade, pelo que sem formadores certificados, dificilmente pode haver formação de qualidade.

Ora, conforme podemos observar (Quadro XXXIV), sobressai, de imediato, o facto de, entre 98 e 2007, não ter sido realizado nenhum curso de formação de formadores relativo aos módulos de formação inicial de “*tecnologia de base*”, “*combate a incêndios e educação física*” e a reduzida realização de cursos de formadores nas áreas de “*salvamento em grande ângulo*” e “*condução de embarcação de socorro*”, com apenas duas edições, o que constitui uma falha grave da Escola, considerando o défice de formação inicial existente em muitos CB’s do País.

Quadro XXXIV - Formação de Formadores.

Designação do Curso	98/99		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007	
	Nº Cursos	Nº fmds	Nº Cursos	Nº fmds	Nº Cursos	Nº fmds	Nº Cursos	Nº fmds	Nº Cursos	Nº fmds	Nº Cursos	Nº fmds	Nº Cursos	Nº fmds	Nº Cursos	Nº fmds	Nº Cursos	Nº fmds
Formação Pedagógica	7	105	7	98	8	114	8	114	9	126	2	270	2	270	1	15	—	—
Socorrismo Básico	1	18	2	24	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Todo-o-Terreno	1	2	1	10	1	10	—	—	15	251	—	—	—	—	1	10	1	10
Nadador Salvador	—	—	1	12	—	—	—	—	—	—	1	16	—	—	—	—	1	19
Tripulante Ambulância Transporte	—	—	—	—	3	42	—	—	3	50	1	16	1	16	1	17	—	—
Salvamento/ Desencarceramento	—	—	—	—	2	32	—	—	15	248	1	16	—	—	—	—	—	—
Salvamento Grande Ângulo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	22	—	—	—	—
Condução Embarcação de Socorro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	24	—	—
Tecnologia de Base	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Combate Incêndios	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Educação Física	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

Fonte: Elaboração própria, com dados fornecidos pela ENB.

2.2.2.4. Formação de aperfeiçoamento

A formação de aperfeiçoamento para quadros de comando, é também uma área de importância estratégica para o sector dos bombeiros, considerando não só as exigências das funções desempenhadas nos CB's, mas também o facto de muitos elementos ligados ao comando, mormente comandantes, não serem oriundos da carreira de bombeiro.

Ora, também neste domínio formativo, se constatou uma baixa taxa de realização de acções formativas, sendo de assinalar, desde logo, que os cursos de “*topografia aplicada*”, “*identificação de causa de incêndios*” e de “*coordenação de meios aéreos*”, apenas se realizaram, uma só vez, os dois primeiros, no ano de 2000 e o segundo, em 2004, com duas edições.

Já o curso de “*aplicação de planos prévios*” teve quatro edições respectivamente em 2000 e 2002, não se realizando qualquer edição do curso de “*analista de segurança contra incêndios*” (Quadro XXXV).

Quadro XXXV - Formação Aperfeiçoamento para Quadros de Comando entre 98 -2007.

Designação do Curso	98/99		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007	
	Nº Cursos	Nº frmds	Nº Cursos	Nº frmds	Nº Cursos	Nº frmds	Nº Cursos	Nº frmds	Nº Cursos	Nº frmds	Nº Cursos	Nº frmds	Nº Cursos	Nº frmds	Nº Cursos	Nº frmds	Nº Cursos	Nº frmds
Topografia Aplicada	—	—	1	18	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Identificação Causa Incêndios	—	—	1	18	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Coordenação de Meios Aéreos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	30	—	—	—	—	—	—
Aplicação de Planos prévios	—	—	3	54	—	—	1	20	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Analista de Segurança contra incêndios	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

Fonte: Elaboração própria, com dados fornecidos pela ENB.

2.2.2.5. Recertificações

Em áreas profissionais de rápida evolução das técnicas, práticas e tecnologias associadas, o processo pedagógico das recertificações é fulcral, não só para actualização dos profissionais, mas também para a melhoria contínua da qualidade do socorro.

Neste quadro, ressalta, de imediato, que, no período em estudo (1998 – 2007), não se realizou nenhuma recertificação no domínio dos cursos de “*salvamento em grande ângulo*” e “*nadador salvador*” (Quadro XXXVI), o que constitui omissão pedagógica de vulto, considerando que as recertificações nestas áreas devem efectuar-se, conforme assinala a própria ENB, no primeiro caso, de três em três anos e, no segundo caso, de cinco em cinco anos (ENB, 2003:67-73).

Também, nos domínios dos cursos de “*salvamento e desencarceramento*” e “*condução todo-o-terreno*,” que são áreas de importância estratégica do socorro, com recertificação de três em três

anos, de salientar a insuficiência de resposta constatada, com a realização de apenas três cursos, no primeiro caso, e de um curso, no segundo caso.

E mesmo a realização de 79 cursos de recertificação de TAT e 107 de TAS, com recertificações previstas de três em três anos, ficou aquém das verdadeiras necessidades, nestas áreas de importância nevrálgica do socorro quotidiano.

Quadro XXXVI - Número de recertificações entre 1998 e 2007.

Designação do Curso	98/99		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007	
	Nº Cursos	Nº fmds	Nº Cursos	Nº fmds	Nº Cursos	Nº fmds	Nº Cursos	Nº fmds	Nº Cursos	Nº fmds	Nº Cursos	Nº fmds	Nº Cursos	Nº fmds	Nº Cursos	Nº fmds	Nº Cursos	Nº fmds
Salvamento Desencarceramento	—	—	3	48	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Tripulante Ambulância de Transporte	—	—	2	32	67	1996	7	112	3	94	—	—	—	—	—	—	2	27
Tripulante Ambulância Socorro	4	79	10	160	33	548	16	208	6	77	6	120	14	221	10	157	18	294
Salvamento Grande Ângulo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Todo-o-Terreno	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	25	—	—
Nadador Salvador	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

Fonte: Elaboração própria, com dados fornecidos pela ENB.

2.2.2.6. Seminários/Workshops/Encontros

É sabido que, entre outros, os “seminários/workshops” e ou “encontros técnicos” constituem processos de formação pedagógica possibilitadores da divulgação, não só de novas temáticas, mas também de actualização de conteúdos, em simultâneo para um vasto auditório, o que, em termos formativos e de aprendizagem se revela bastante vantajoso, face à tradicional falta de disponibilidade dos bombeiros.

Por esta razão, a realização dos seminários foi pensada para os fins-de-semana, à média de três, por ano lectivo, com a preocupação de, desde logo, se divulgarem, em brochuras próprias, os textos das respectivas comunicações, tendo-se, aliás, conseguido, publicar, antecipadamente, nalguns anos, os textos das comunicações distribuindo-as aos participantes juntamente com a demais documentação relativa ao seminário/workshop/encontros.

Neste caso particular, reconheça-se que a Direcção vigente, não tendo conseguido manter, entre 2003 e 2006, a média de três seminários por ano civil (dado que, como já salientamos, após a saída do Professor Doutor Luciano Lourenço a Escola deixou de funcionar paradoxalmente, por anos lectivos), em 2007 levou a efeito a realização de sete acções formativas, seis, das quais, referentes a cursos sobre o novo “*regulamento geral de segurança contra incêndios em edifícios*”, realizados em Lisboa e Porto, envolvendo 600 participantes (bombeiros e não bombeiros) e um seminário sobre *gestão da emergência*, realizado em Castelo Branco envolvendo 700 participantes.

Quadro XXXVII - Seminários/Workshops/Encontros

Técnicos entre 98 e 2007.

98/99	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
5	5	3	3	2	1	2	1	7

Fonte: Elaboração própria, com dados fornecidos pela ENB.

Finamente, para termos uma ideia das “transformações curriculares” ocorridas entre o modelo de gestão, da segunda para a terceira fase e, não obstante ter sido salientado, pela Direcção de então, que “*o modelo de formação protagonizado pela ENB, não é estático, mas sim dinâmico e evolutivo, pelo que se admite a inclusão de outros cursos que se venham a identificar como necessários aos CB’s, em função da dinâmica gerada por novas tecnologias e novos riscos, bem como das exigências resultantes dos **perfis funcionais** por cada categoria de bombeiro*” (ENB:2003:), a relação dos principais cursos, suprimidos da oferta formativa, a partir de 2002, bem como a relação dos novos cursos entretanto criados (Quadro XXXVIII) “desautorizam” tal asserção, não se vislumbrando a coerência, enquadramento e a justificação técnica e científico-pedagógica de tais medidas.

Quadro XXXVIII – Relação dos cursos extintos e dos novos Cursos incluídos na Oferta Formativa da ENB, a partir de 2002, até 2007.

Cursos/Módulos Extintos (a)	Cursos/Módulos Novos(b)
Liderança e Motivação Humana;	Curso Geral de Protecção Civil;
Liderança e Dinâmica de Grupos;	Curso de Estado Maior;
Liderança e Gestão de Recursos Humanos;	Curso de Técnicas de Estado Maior
Liderança e Comando	Curso de Planeamento de Emergência (c);
Comunicação Pedagógica;	Curso de Protecção Civil e Organização Municipal do Território (rede);
Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho	Curso de Supervisor de Mergulho
Auditoria Pedagógica de Formação;	Curso de Brigadas Helitransportadas de Combate a Incêndios;
Gestão de Formação;	Comandante de Operações Aéreas.
Aplicação de Planos Prévios de Intervenção;	Curso de Organização de Postos de Comando;
Curso de Combate a Incêndios Florestais de 1ª Intervenção;	Curso de Organização de Teatro Inicial de Operações no Combate a Incêndios Florestais;
Curso de Combate a Incêndios Urbanos e Industriais de 1ª Intervenção;	Chefe de Grupo Especial de Intervenção Helitransportado
Determinação de Causas de Incêndio;	Postos de Comando;
Elaboração de Processos Disciplinares;	Sensibilização e Intervenção Ambiental (1.ª edição);
Disposições Construtivas;	Formador de Brigadas de Incêndio (1.ª edição);
Identificação e preservação de meios de prova;	Formador de Laboratório Móvel de Fogo (1.ª edição);
Topografia Aplicada;	Curso de Comandante de Operações Aéreas/Coordenação meios aéreos;
Hidráulica Aplicada;	Curso de Técnicas de Apoio à Decisão;
Gestão Operacional.	Curso de Fogos Táticos;
Animador de educação física;	Curso de Aplicação de conceitos táticos
Medidas de segurança contra incêndios;	Curso de condução fora da Estrada;
Protecção e segurança na intervenção;	Pós-Graduação em Gestão de Emergência (2.ª edição 2006/7 e 2007/8). (d)
Planeamento e gestão de crises;	
Controlo de matérias perigosas	

a) cursos formatados na óptica dos perfis funcionais e que constavam da oferta formativa até 2002.
b) cursos novos que surgiram após 2003, desenquadrados da filosofia dos perfis funcionais.
c) cursos novos com apenas uma edição realizada, comprovando-se o funcionamento avulso e desenquadrado.
d) não parece adequado que uma instituição que não está autorizada a conferir qualquer grau académico, nem tem natureza de ensino superior, possa utilizar tal designação, sem prejuízo da eventual competência e credibilidade técnicas dos respectivos formadores.

Fonte: Elaboração própria, com dados fornecidos pela ENB.

2.3. Bombeiros certificados pela ENB no âmbito da portaria 277/2004

Uma data referencial muito importante para a formação dos bombeiros, teve a ver com a publicação, em 2004, da Portaria nº 247/2004 de 6 de Março, que cria a **certificação profissional do bombeiro**, antiga ambição da ENB, reconhecendo-a, “*como entidade certificadora com competência para emitir os Certificados de Aptidão Profissional (CAP) relativos ao perfil profissional de*

bombeiro, assim como homologar os cursos de formação profissional relativos ao sector dos bombeiros.” (art.º 3º da Portaria 247/2004).

Não obstante ser possível a obtenção do CAP de bombeiro, respectivamente pela via da formação, da experiência profissional e da equivalência de títulos, o panorama é bastante desolador quanto aos números de CAP’s já emitidos pela ENB, entre **Março/2004 e 26/Setembro/2007**, (Quadro XXXIX).

Quadro XXXIX – Bombeiros certificados entre Março/2004 e 26/Setembro/2007.

Bombeiros Voluntários		Bombeiros Municipais/Sapadores		Bombeiros Privativos	
V. Alverca	1	M. de Abrantes	9	OGMA	3
V. Carcavelos	1	M. do Cartaxo	39	ANA	1
V- Linda - Pastora	1	M. de Olhão	2	FAP	20
V. Parede	1	M. do Funchal	1		
V. Queluz	1	M. Setúbal (sapadores)	11		
V. S. Pedro de Sintra	4				
V. Colares	8				
V. Cacem	1				
V. Loures	1				
V. Samora Correia	3				
V. Estoril	2				
Total	24	Total	66	Total	24

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela ENB.

A linguagem fria dos números permite-nos concluir que apenas 11 dos 413 CB’s ditos voluntários, das zonas geograficamente próximas da ENB, enviaram 24 elementos para a certificação, contrariamente aos CB’s municipais que, sendo apenas 18 no total do Continente, obtiveram 53 certificações, embora apenas relativas a 3 CB’s.

Tal facto pode explicar-se, não só pela reduzida importância que é atribuída ao CAP, mas também pela famigerada falta de disponibilidade dos bombeiros voluntários, situação menos justificável quanto aos municipais que, por deterem estatuto de funcionário das autarquias, poderão ser dispensados mais facilmente para formação, nos termos da lei.

Este facto, aliado à competência e profissionalismo do respectivo comandante, ajuda a explicar que 39 bombeiros do CB municipal do Cartaxo hajam obtido o respectivo CAP.

Além destes bombeiros obtiveram CAP na ENB, no período atrás referido, 20 elementos da Força Aérea Portuguesa, 3 das OGMA (Oficinas Gerais de Material Aeronáutico) e 1 da ANA (Aeroporto Navegação Aérea).

Por outro lado, no art.º 9.º da citada Portaria era definido o referencial de qualificação inicial de bombeiro nos domínios sócio-cultural e científico-tecnológico.

Ora, como veremos de seguida, algumas das competências estratégicas definidas no corpo deste artigo não são cumpridas em parte significativa dos corpos de bombeiros.

É o caso, por exemplo, da competência para **utilizar processos de desimpedimento de vias**, em que 35,2% dos CB's não detinham essa competência (fig. 89), designadamente por falta da componente de desobstrução no módulo de salvamento e desencarceramento.

Quanto à análise por tipologia de CB verificou-se que é nos sapadores que esta competência está mais desenvolvida (83,3%), seguindo-se os municipais (66,7%) e finalmente os voluntários onde, esta competência aparecia menos desenvolvida, embora largamente acima do 50% (fig. 90).

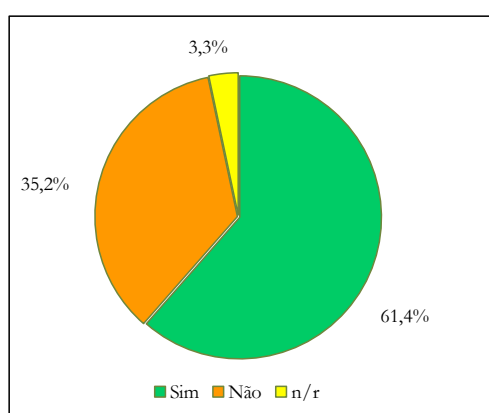
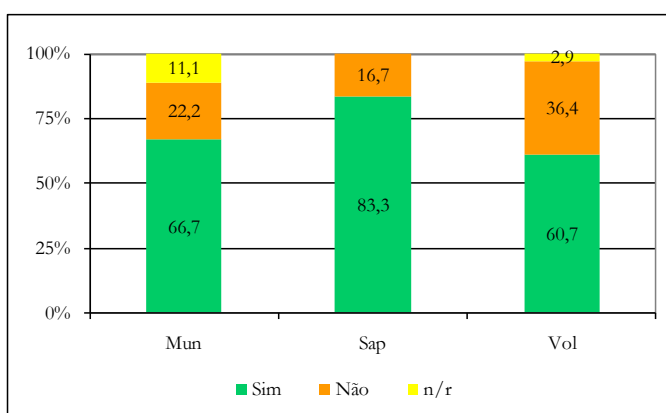


Fig. 89 – Competência para utilizar processos de desimpedimento de vias.



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 90 – Competência para utilizar processos de desimpedimento de vias, por tipologia de CB.

Quanto à competência estratégica para **utilizar técnicas de despoluição de águas** verificou-se um défice muito maior, dado que, 85,8% dos CB's, não detinha tal competência (fig. 91).

Na análise por tipologia de CB's verificou-se que o maior défice desta competência se encontra, mais uma vez, nos voluntários (86,7%), seguindo-se os municipais com 83,3% e os sapadores com 50% de respostas positivas (fig. 92).

Quanto ao domínio da competência para **utilizar técnicas de intervenção com matérias perigosas**, verificou-se que 75,9% dos CB's detinham essa competência (fig. 93).

Por tipologia de corpo de bombeiros, observou-se, curiosamente, que o maior défice desta competência se encontrava nos CB's municipais 33,3%, ou seja, dos 18 corpos municipais, 6 não detinham competências nesta área (fig. 94).

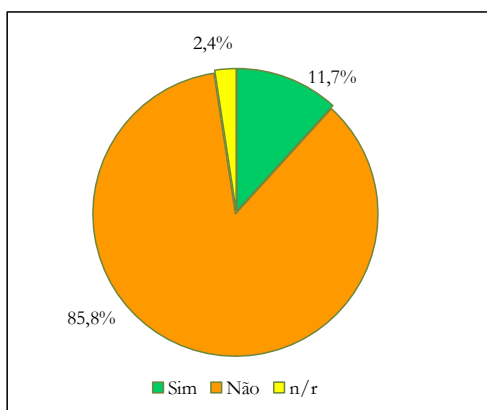
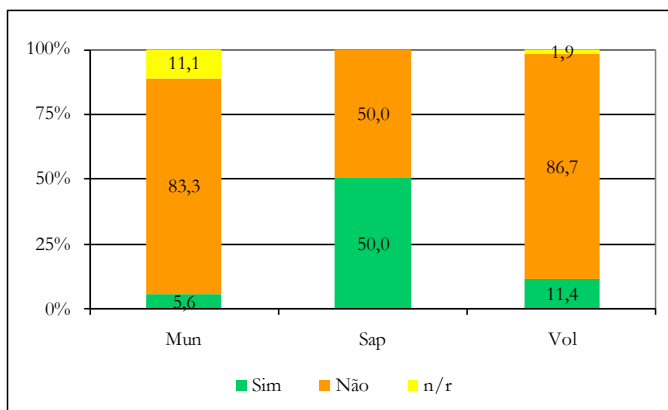


Fig. 91 – Competência para utilizar técnicas de despoluição de águas.



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 92 – Competência para utilizar técnicas de despoluição de águas, por tipologia de CB.

Quanto aos voluntários apenas 21,8% dos inquiridos responderam negativamente, ou seja, dos 308 CB's inquiridos, 67 não possuíam bombeiros com esta competência, que é detida por 100% dos CB's sapadores (fig. 94).

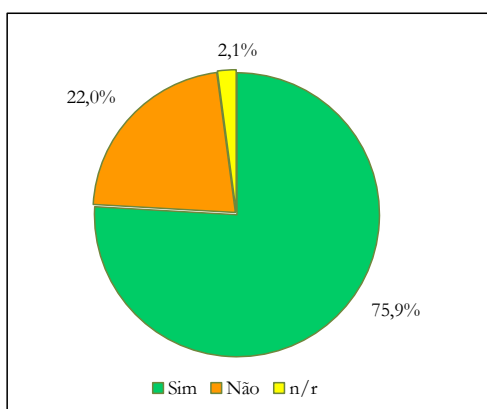
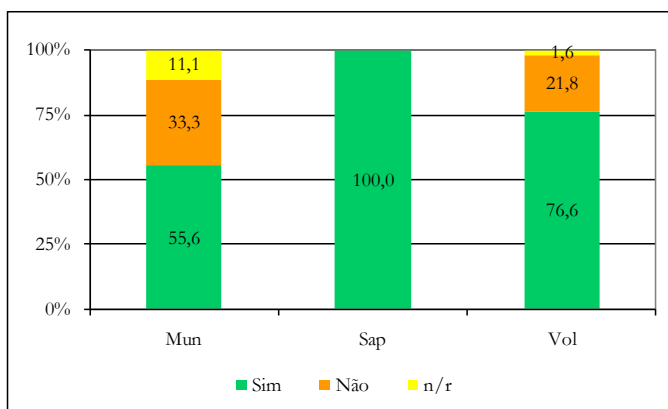


Fig. 93 – Competência para utilizar técnicas de intervenção em acidentes com matérias perigosas.

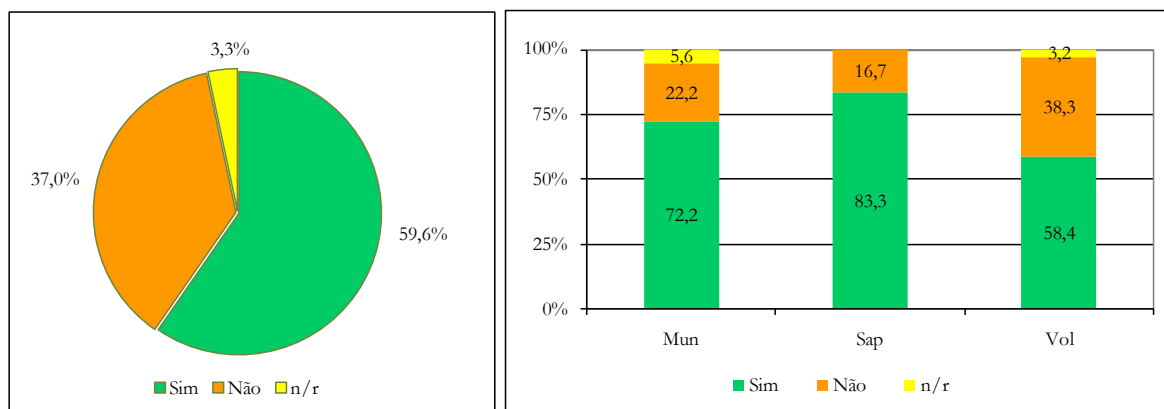


Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 94 – Competência para utilizar técnicas de intervenção em acidentes com matérias perigosas, por tipologia de CB.

Finalmente, quanto à competência estratégica para **utilizar técnicas de inspeção de sistemas e equipamentos de prevenção e segurança**, de salientar que 59,6% dos CB's referiram possuir essa competência (fig. 95).

Por tipologia de CB, é nos voluntários que a carência de bombeiros detentores desta competência estratégica é mais flagrante (38,3%), já que nos sapadores e municipais apenas um (16,7%) e dois (22,2%) CB's, respectivamente, afirmaram não deter bombeiros com esta competência (fig. 96).



Fonte: Inquérito próprio/2007.

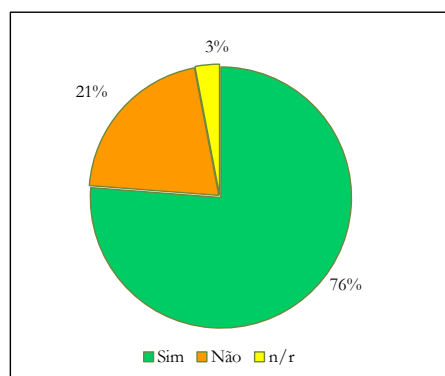
Fig. 95 – Competência para utilizar técnicas de inspecção de sistemas e equipamentos de prevenção e segurança.

Fig. 96 – Competência para utilizar técnicas de inspecção de sistemas e equipamentos de prevenção e segurança, por tipologia de CB.

2.4. Análise e cumprimento das necessidades de Formação pela ENB

A análise/diagnóstico das necessidades de formação está associada à detecção de situações de carência/discrepância formativa detectadas nos CB's, constituindo a primeira etapa de todo um processo que se pretende direccional para a satisfação real das necessidades/expectativas dos bombeiros e das suas organizações de suporte, numa perspectiva de concepção e implementação de uma política de qualidade formativa.

Neste sentido, se inquiriram os corpos de bombeiros sobre esta matéria, sendo particularmente relevante assinalar que 76% dos CB's inquiridos tenham respondido, de forma clara, que a ENB procedeu ao levantamento das suas necessidades de formação, tendo respondido negativamente, apenas 21%, com 3% de abstenção (fig. 97).



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 97 – Levantamento, pela ENB, das necessidades de formação.

Observando a mesma realidade por tipologia de CB's constatámos que 17 dos 18 CB's municipais existentes afirmaram que a ENB procedia ao levantamento da necessidades de formação, enquanto nos CB's sapadores, apenas 3 dos 6 corpos de bombeiros responderam afirmativamente.

Nos voluntários responderam positivamente 233 CB's (75,6%), 65 (21,1%) responderam negativamente e 10 CB's não se pronunciaram (Quadro XL).

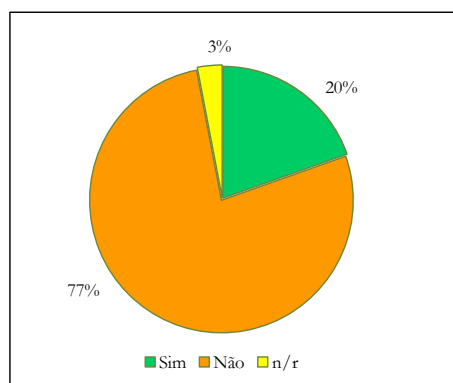
Quadro XL - Levantamento das necessidades de formação pela ENB, por tipologia de CB's.

12.3.4	Mun	Sap	Vol	Total	Mun %	Sap %	Vol %	Total %
Sim	17	3	233	253	94,4	50,0	75,6	76,2
Não	1	3	65	69	5,6	50,0	21,1	20,8
n/r	0	0	10	10	0,0	0,0	3,2	3,0
Total	18	6	308	332	5,4	1,8	92,8	100,0

Fonte: Inquérito próprio/2007.

Pelo contrário, quanto à rapidez de resposta da ENB relativamente ao suprimento das carências de formação, em especial da formação de formadores, 255 CB's (77%) responderam de forma negativa, tendo-se pronunciado afirmativamente apenas 20%, com 3% de abstenção (fig. 98).

Por tipologia, constatou-se que a maioria dos CB's municipais e sapadores respectivamente 15 (83,3%) e 5 (83,3%) responderam negativamente o mesmo sucedendo com 237 (76,9%) CB's voluntários (Quadro XLI).



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 98 – Rapidez de resposta, por parte da ENB, às carências de formação de formadores dos CB's.

Quadro XLI – Rapidez de resposta da ENB às carências de formação de formadores, por tipologia dos CB's.

12.3.3	Mun	Sap	Vol	Total	Mun %	Sap %	Vol %	Total %
Sim	3	1	61	65	16,7	16,7	19,8	19,6
Não	15	5	237	257	83,3	83,3	76,9	77,4
n/r	0	0	10	10	0,0	0,0	3,2	3,0
Total	18	6	308	332	5,4	1,8	92,8	100,0

Fonte: Inquérito próprio/2007.

Resumindo, pelas respostas obtidas, parece claro, que a ENB insta os CB's a apresentarem as suas necessidades formativas, ficando estes a aguardar que a Escola lhes responda atempadamente. Ora, como observámos nos quadros atrás referenciados, tal situação não se verifica.

Por outro lado, a tão necessária e propalada formação descentralizada continua por fazer, não obstante a apresentação, pela ENB, a 9 de Maio/2009, não só do Guia para o **Curso de Instrução Inicial do Bombeiro**, (documento essencial, à largos anos anunciado e prometido) mas também a **criação** de onze unidades de formação descentralizada respectivamente, nos CB's de Águeda, Caldas das Taipas, Caxarias, Guarda, Mangualde, Montemor-o-Velho, Oliveira do Hospital, Viana do Alentejo e Municipais do Cartaxo, com formação “*assegurada, a curto prazo, por 110 formadores externos da ENB, repartidos pelas áreas de Combate a Incêndios Florestais, Combate a Incêndios Urbanos e Industriais e Controle de Acidentes com Matérias Perigosas*” (ENB, in forma, *newsletter* n°3/2009).

Todos sabemos que, do anúncio da criação, à efectiva implementação e funcionamento e feição prática vai, em regra, “acentuada distância”, importando reconhecer que, “*as instituições*

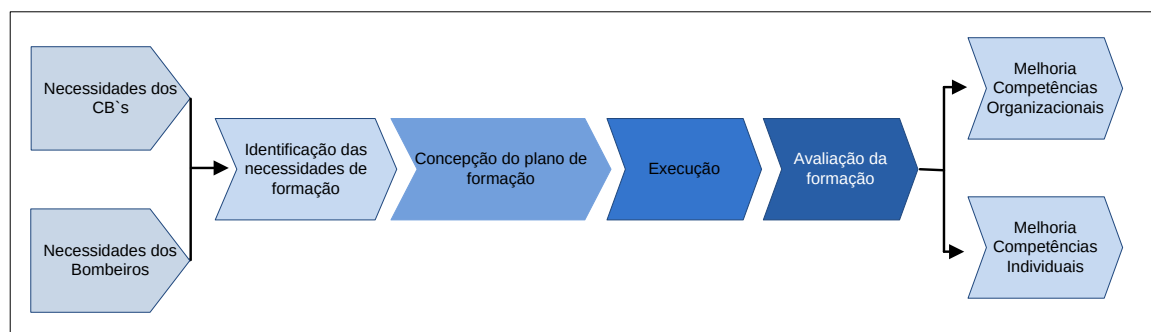
são o espelho dos recursos humanos que possuem. Se pretendemos fazer formação descentralizada com o mínimo de qualidade é imperioso criar uma rede de formadores credenciados nas áreas da formação inicial e da formação especializada” (Lourenço et al, 2001:13-14).

Em suma, as respostas para esta problemática da formação descentralizada têm de ser debatidas de forma séria e racional e integradas numa política de formação global e integrada dos bombeiros, que não conseguimos vislumbrar, por ora, na actual Escola.

Para se conseguir esta visão integrada da formação global dos bombeiros portugueses é preciso que exista na ENB uma linha de orientação e uma estratégia científico-pedagógica, **apoiadas ao mais alto nível por todos os intervenientes** (Corpos de Bombeiros, ANPC, LBP, ANBP e ANMP) de molde a lançar-se um Plano de Formação Global, com base nos respectivos perfis funcionais e profissionais, congruente com as necessidades diagnosticadas e não sujeito a sucessivas alterações pelas entidades tutelares, seja por “conveniências políticas”, “modismos” ou meros “interesses corporativos”.

É nesse Plano de Formação Global que deveriam equacionar-se, não só as acções/cursos/módulos em termos de conteúdos formativos (com base nos perfis profissionais), a identificação das modalidades formativas mais adequadas face à população alvo, mas também as formas de execução que melhor correspondam à distribuição geográfica dos CB's e bem assim, a orçamentação global.

Após a construção do Plano, o mesmo deverá ser executado com acompanhamento/controlo/avaliação permanentes das acções dos formadores e dos formandos, em diferentes momentos temporais, com vista à obtenção de melhores competências/performances dos CB's (competências organizacionais) e dos bombeiros (competências individuais) seguindo, de perto, o modelo seguinte (fig. 99).



Fonte: Elaboração própria, 2008.

Fig. 99 – Metodologia de concepção do plano de formação dos bombeiros.

Ainda, como breve comentário final quanto à “*produção de estudos e investigação nos vários domínios do socorro*” e da “*concepção, normalização e aprovação de técnicas, equipamentos e materiais de socorro,*” vale a pena assinalar que o papel da ENB tem sido muito pouco expressivo, nestas áreas estatutárias, não só pela carência em recursos técnicos e competências, mas também porque a política pedagógica da Escola não tem assumido, como prioritários, estes domínios.

Aliás, “*a própria edição e distribuição de publicações de natureza informativa e formativa relativamente às actividades dos bombeiros*” tem sido muito intermitente não estando ainda finalizados todos os manuais necessários aos diferentes níveis de formação dos bombeiros.

Também merece uma reflexão crítica, o papel “decorativo” a que foi remetido o Conselho Científico-Pedagógico da Escola, cuja audição e parecer nas áreas da inovação e qualidade científica e pedagógica da formação, poderia constituir assinalável mais-valia, nos termos previstos no n.º 1 do art.º 23 do estatuto da ENB.

Finalmente, não obstante a vasta legislação publicada, os Ministérios da Educação e do Trabalho e Solidariedade, continuam “arredados” do processo de formação dos bombeiros, prosseguindo a “*babílonia*” da falta de uniformidade e reconhecimento dos cursos ministrados, não só na ENB e na Escola do Regimento (cujas formações voltam a não se reconhecer reciprocamente e sendo ambas reconhecidas, apenas, no âmbito do MAI), mas também na diferenciação curricular já referenciada entre todas as tipologias e mesmo no seio das próprias tipologias.

Entre outros, é o caso, por exemplo, da diferenciação de habilitações, entre bombeiros municipais sapadores e municipais não sapadores (ambos profissionais dos respectivos municípios), quanto ao estágio previsto no n.º 2, artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 106/2002, de 13 de Abril, em que “*podem candidatar-se ao estágio para bombeiro sapador e para bombeiro de 3.ª classe os indivíduos com idade inferior a 25 anos, completados no ano da abertura do concurso, habilitados, respectivamente, com o 12.º ano e 9.º ano de escolaridade*”.

Outro exemplo de diferenciação está patente nos artigos 9.º e 12.º do referenciado diploma quanto à remuneração dos cargos de comando dos CB’s sapadores e municipais.

Finalmente, o facto dos CB’s voluntários dependerem funcionalmente do MAI e os municipais (mistos e sapadores), das respectivas autarquias e estas, do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território (sem prejuízo das respectivas articulações em termos do SIOPS) torna mais complexa a clarificação que tem de ser feita, seja sobre a estrutura e uniformização da formação básica dos bombeiros portugueses e da sua credibilidade e reconhecimento, seja sobre as carreiras, nomenclaturas, e respectivas dependências hierárquicas e funcionais.

Concluindo, não faz sentido que, quer a Autoridade Nacional de Protecção Civil, com competências bem claras na *orientação, fiscalização, formação e prevenção e segurança sanitária dos corpos de bombeiros* (n.º 5 alíneas a) b) c) e d) do artigo 2.º de Decreto-lei n.º 75/2007) quer o Regime Jurídico dos Bombeiros Portugueses que, nos termos do art.º 1.º do Decreto-Lei n.º 241/2007, *define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território nacional*, sejam aplicáveis, na prática, apenas, aos voluntários.

2.5. Criação de uma academia de Protecção Civil e Bombeiros

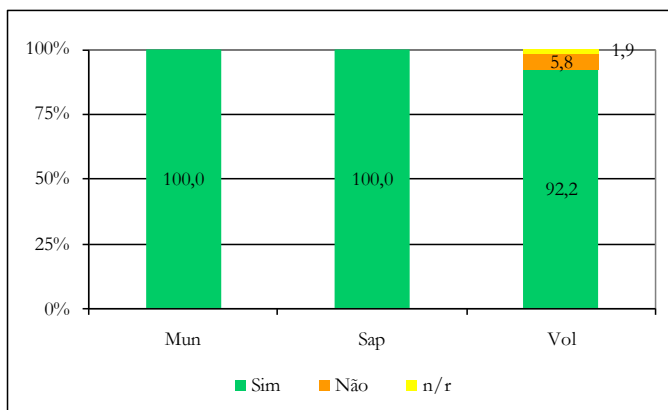
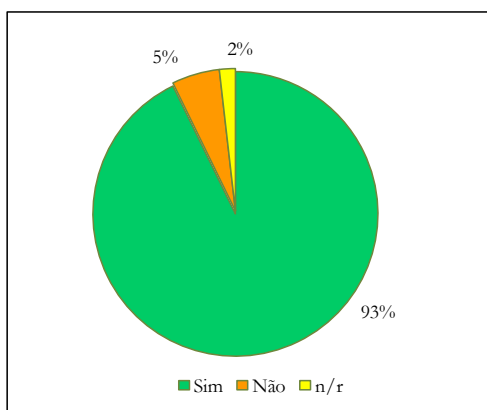
Implementar uma formação de nível superior destinada aos quadros dos bombeiros portugueses, semelhante à existente na maior parte dos países europeus, constituía um objectivo primordial da ENB desde a tomada de posse do Professor Doutor Luciano Lourenço em Setembro de 1998. *“A ENB, foi também pensada para que um dia fosse a universidade dos bombeiros e dos elementos da protecção civil, e continuo a pensar que esse objectivo está ao seu alcance, dependendo tudo da vontade política e das competências que lhe forem atribuídas onde se englobaria a formação superior (...) sob tutela directa do Estado”* (Laranjeira, CPE, 2007:7).

Neste quadro, **o projecto de criação de uma academia de protecção civil e bombeiros sob tutela directa do Estado, que ministrasse formação técnico-profissional e superior aos bombeiros** é esmagadoramente apoiado por 92,8% CB's (fig. 100).

Analisando as respostas obtidas, por tipologia de corpos de bombeiros, observámos que nos sapadores e municipais existe unanimidade (100%) quanto à criação de uma Academia de Protecção Civil e Bombeiros, enquanto nos voluntários a larga maioria dos CB's 284 (92,2%) responderam positivamente, com abstenção de 6 CB's (1,8%) e 18 (5,4%) respostas negativas (fig. 101).

Ficava assim demonstrado que, quer quanto à criação de uma Academia, quer quanto à existência de uma *carreira única*, existe forte unanimidade de posições nos bombeiros portugueses, independentemente do seu estatuto e natureza.

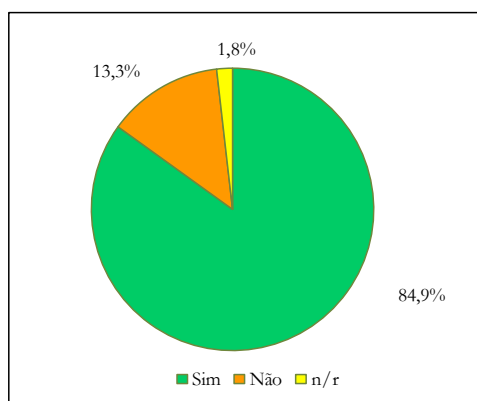
Por outro lado, pediu-se a opinião dos CB's sobre a possibilidade de transformação da actual Escola Nacional de Bombeiros, em Academia de Protecção Civil e Bombeiros, tendo-se obtido, de igual modo, respostas largamente positivas dos CB's (84,9%) quanto a este desiderato (fig. 102).



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 100 – Criação de uma Academia de Protecção Civil e Bombeiros.

Fig. 101 – Criação de uma Academia de Protecção Civil e Bombeiros, por tipologia de CB.



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 102 – Opinião sobre a transformação da ENB em Academia de Protecção Civil e Bombeiros.

Na análise por tipologia constatou-se que apenas um dos seis CB's sapadores respondeu negativamente à questão, enquanto nos municipais, três dos dezoito CB's discordaram da transformação da ENB em Academia de Protecção Civil e Bombeiros.

Nos voluntários, dos 308 CB's inquiridos, 262 (83,3%) responderam afirmativamente e apenas 40 CB's discordaram da transformação da ENB em Academia, não se tendo pronunciado 6 CB's (Quadro XLII).

Em resumo, perante as exigências de uma prestação, sempre eficaz, de serviços de socorro, a formação de bombeiro, em especial a formação técnico-profissional certificada, assume um papel de importância basilar, não só para a qualidade da prestação de socorro, mas também para a segurança e dignificação da profissão.

Sem formação séria, rigorosa e sujeita a *avaliação*, não há mudança ao nível dos conhecimentos teóricos, das capacidades e perícias técnico-operacionais, dos saberes sociais e relacionais e do desenvolvimento cognitivo, ou seja, não há bombeiros com competências, para um desempenho com qualidade.

Quadro XLII - Opinião sobre a transformação da ENB em Academia de Protecção Civil e Bombeiros por tipologia de CB.

10.3	Mun	Sap	Vol	Total	Mun %	Sap %	Vol %	Total %
n/r	0	0	6	6	0,0	0,0	1,9	1,8
Não	3	1	40	44	16,7	16,7	13,0	13,3
Sim	15	5	262	282	83,3	83,3	85,1	84,9
Total	18	6	308	332	100	100	100	100

Fonte: Inquérito próprio/2007.

Infelizmente, nos CB's, ditos voluntários, e nos municipais mistos em geral, tem avultado a regra da não avaliação, "*não se conhecendo regulamentos/modelos de avaliação oficialmente aprovados e em uso nos corpos de bombeiros.*" (Moura, CPE, 2007:2).

Concluindo, na história, ainda curta, da ENB, a definição dos *perfis funcionais* aprovados pelo SNB em 1 de Agosto de 2001, constituiu, indubitavelmente, dos maiores **saltos pedagógicos** da Escola, no sentido da estruturação do edifício de formação dos bombeiros portugueses.

Com efeito, sem este instrumento pedagógico orientador, não teria sido possível passar de cursos avulsos à definição dos curricula, aplicáveis a todas as categorias de bombeiros profissionais e voluntários, formatando cursos, em perfeita articulação de disciplinas e conteúdos programáticos.

A entrega da Escola à gestão da LBP (transformada em mero centro de formação profissional, com gritante falta de pedagogos de reconhecida formação superior), trouxe como consequência, quase imediata, não só, a diminuição da oferta formativa designadamente ao nível da **formação de progressão** e da **formação de formadores**, mas também o regresso a novos cursos avulsos, desenquadrados da metodologia estratégica definida nos *perfis funcionais*.

Por outro lado, o objectivo prioritário de dotar cada distrito de um grupo de formadores, em diversas áreas da formação inicial e da formação especializada, que pudessem responder às necessidades reais e específicas de cada um dos distritos, não foi minimamente atingido, não obstante constituir um dos projectos mais emblemáticos iniciados na anterior Direcção.

Também não logrou implementar a ligação da ENB aos ministérios significativos e significantes para dinamização e acreditação da vida escolar e técnico-profissional da Escola, designadamente o Ministério da Educação e do Trabalho e da Solidariedade Social.

Finalmente, não foi conseguido o desiderato crucial, de implementar, a nível nacional, a formação inicial do bombeiro, certificada pela ENB, com vista ao estabelecimento de uniformidade pedagógica nas matérias leccionadas nos cinco módulos que a constituíam:

- Tecnologias de Base
- Combate a incêndios
- Manobras, Educação Física
- Tripulante de Ambulância e Transporte
- Salvamento, Desencarceramento e Desobstrução

Ora, este objectivo estratégico está na essência da própria ENB, (...) *“porque se considerava ser fundamental constituir uma estrutura que uniformizasse, dinamizasse e coordenasse o sistema de formação, foi criada a Escola Nacional de Bombeiros. Sempre estive no espírito de equipa que criou a ENB, que esta fosse uma Escola para todo o País e como tal preparasse os cursos, e elaborasse a necessária documentação, para todos os níveis hierárquicos dos CB’s, tendo também presente que cada quartel é uma escola básica e que a ENB, devia, assim desenvolver a formação dos responsáveis por essa formação, isto dos Comandos e chefias intermédias”* (Laranjeira, CPE, 2007:7).

Também o programado ensino à distância que visava proporcionar formação profissional, flexibilidade e localizada aos bombeiros, com dificuldade de acesso devido à sua falta de disponibilidade e/ou afastamento dos Centros de Formação, não passou de um louvável objectivo, sem caracterização prática, posto que, o **Manual de Formação Inicial** que poderia constituir uma ferramenta essencial para se realizar a primeira experiência nesta modalidade de ensino, não foi concluído, decorridos nove anos, não obstante ter sido deixado, em fase adiantada de elaboração, pela Direcção anterior.

A este propósito, em artigo publicado na Revista Técnica e Formativa da ENB, n.º 30/2004, p. 19, a Direcção da Escola assumia que *“até ao final do ano a ENB prevê ter finalizado a edição dos Manuais de Formação Inicial, iniciando posteriormente a publicação de sebetas e livros técnicos para apoio em outras áreas da formação”*, o que veio a acontecer, apenas em Maio de 2009.

Em síntese, ficou demonstrado que a ENB, sob a responsabilidade exclusiva da LBP, levou a efeito, com toda a legitimidade, um conjunto razoável de novos cursos/acções de formação, muito embora não se vislumbre na formatação de tais cursos, uma visão estratégica de conjunto ou um referencial científico ou técnico-pedagógico que os enquadre, na linha estruturante dos *perfis funcionais*, enquanto matriz de todo o sistema formativo.

Pelo contrário, tais cursos pareciam surgir numa perspectiva *avulsa* e *reactiva*, muitas vezes ao sabor da disponibilidade pessoal e curricular dos formadores, com o conselho científico-pedagógico da Escola completamente arredado deste processo.

Por outro lado, ficou claro o descurar, não só da formação inicial do bombeiro que é essencial para a consistência pedagógica das formações subsequentes, mas também a **formação de progressão** e a **formação de formadores** sem a qual não é possível atingir a uniformidade pedagógica nos CB's, muito em especial, dos módulos da formação de base.

Finalmente, quanto à estratégia falhada para a formação de quadros técnicos, quer para os bombeiros, quer para o sistema de protecção civil, não deixa de ser paradoxal que a ENB venha reconhecer através do seu presidente que *“a maior fragilidade esta relacionada com a falta de uma estratégia para a formação e qualificação dos quadros de chefia e comando, de modo a dotar o sistema de lideranças geradas nas, e para as suas estruturas, em especial na estrutura de bombeiros. O sistema de protecção civil só ganhará verdadeiramente maturidade no nosso País, quando for capaz de recrutar no seu âmbito aqueles que, dotados das competências necessárias, possam assumir cargos de direcção e chefia correspondentes ao perfil exigível para a função. Até lá, queiramos ou não, ainda teremos de trabalhar muito e, sobretudo, termos o engenho e a arte de construirmos um edifício pedagógico e científico que responda ao novo ciclo iniciado com um processo legislativo que, sendo importante no Estado de Direito, não resolve tudo por si só”* (Caldeira, 2007:3).

Sem pretendermos ser exaustivos, mencionámos algumas das muitas áreas em que se verificam falhas assinaláveis no papel formativo da ENB e que são de crucial importância para facultar mais e melhor **saber** aos bombeiros para que possam vir a melhor **servir** nas missões de socorro que forem chamados a desempenhar, sem prejuízo de se reconhecer a insuficiência de formadores, quer ao nível interno, quer ao nível externo, além da “habitual” falta de disponibilidade dos voluntários para a formação, confirmando a hipótese/interrogação principal deste estudo.

Concluindo, uma ENB, com verdadeiro espírito de Escola, actuando em áreas científico-pedagógicas multidisciplinares e pluridimensionais, exige, não só a existência de um currículo estruturado e fundado nas reais necessidades dos destinatários, mas também pedagogos, docentes e dirigentes reconhecidos pelas entidades competentes, nas áreas científicas aprovadas.

Uma verdadeira Escola ou Academia de Protecção Civil e Bombeiros, tem, de ter, no cerne da sua actuação, não só, uma dinâmica de conjugação sistemática de sinergias e denodados esforços de articulação com as entidades significativas e significantes do sector, mas também, com as instituições da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, do Ministério do Trabalho, e das Agências de Acreditação nacionais e internacionais, em ordem à credibilidade e reconhecimento do seu papel estratégico na formação de **todos** os agentes de protecção civil.

Capítulo 3

Cultura de Segurança nos Bombeiros Portugueses

1. Enquadramento

Actualmente a problemática da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SHST) começa a ultrapassar a simples subordinação à gestão dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais, focalizando-se como uma área fundamental para a competitividade e produtividade, integrando-se, assim, através da gestão estratégica do risco profissional, na gestão global das empresas e organizações.

Esta abordagem encontra-se intencionalizada na Convenção 155 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Decreto-Lei n.º 1/85, de 16 de Janeiro, e na Directiva n.º 89/391/CE de, 12 de Junho, operacionalizada, entre nós, através do Decreto-Lei n.º 441/91, de 14 de Novembro, em cujo preâmbulo se assevera que *“a realização pessoal e profissional encontra na qualidade de vida do trabalho, particularmente a que é favorecida pelas condições de segurança, higiene e saúde, uma matriz fundamental para o seu desenvolvimento”*.

Por outro lado, a recente Resolução do Parlamento Europeu, de 15 de Janeiro de 2008, sobre a estratégia comunitária 2007 – 2012 para a saúde e segurança no trabalho, veio reforçar a importância e o lugar cimeiro destas matérias (insertas no art.º 137 do Tratado da Comunidade Europeia) na efectiva redução da sinistralidade laboral, que se assume como um dos grandes problemas socioeconómicos mundiais.

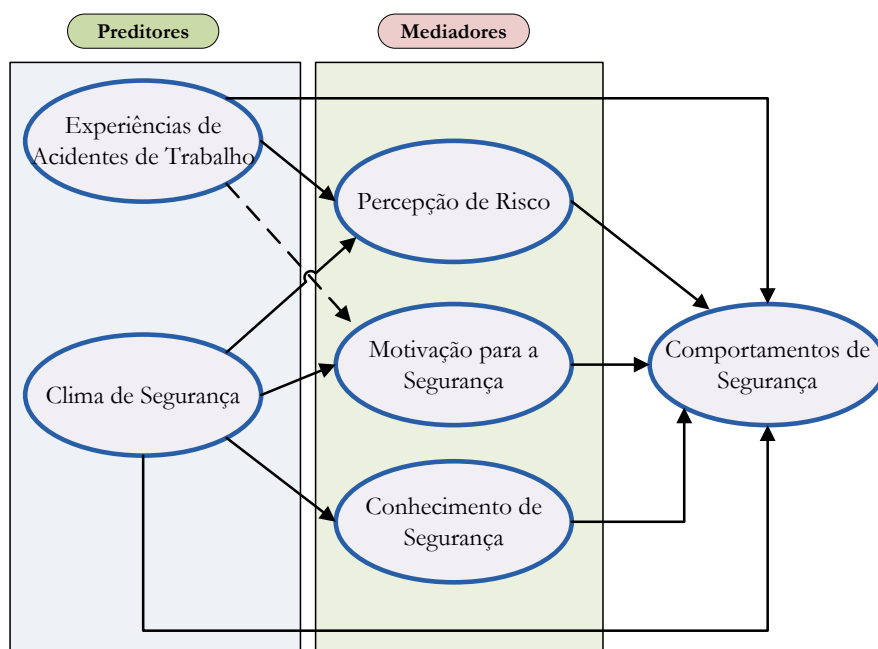
Versando a mesma temática, no Relatório do Bureau Internacional do Trabalho (BIT) para o dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho, Genebra, 2007, *“estimava-se que em 2005, a nível mundial, cerca de 2,2 milhões de pessoas morriam por ano em consequência de acidentes e doenças de trabalho. Cerca de 270 milhões de trabalhadores são afectados por lesões graves não mortais e 160 milhões de trabalhadores sofrem de doenças de curta ou longa duração em virtude de factores relacionados com a vida laboral. O custo destes acidentes e doenças representa, segundo estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cerca de 4% do Produto Interno Bruto mundial, um valor mais de 20 vezes superior ao valor da ajuda mundial ao desenvolvimento”* (OIT, 2007:1).

Também é sabido que *“Portugal é um dos países europeus com valores mais elevados de acidentes de trabalho, estando mesmo no topo da lista do países da União Europeia com mais acidentes fatais em 2000 (Eurostat, 2001). Os acidentes de trabalho em Portugal representam um grave problema social pelas suas consequências e repercussões. Estatisticamente estes acidentes afectam anualmente cerca de 4% da população activa nacional, o que constitui um valor bastante elevado.”* (Gonçalves, et al, 2007:1139).

Face a este grave problema, os comportamentos, valores, atitudes e práticas de segurança (que constituem a cultura de segurança) assumem importância decisiva na prevenção dos acidentes como forma de diminuição da sinistralidade. Tais comportamentos e práticas são

influenciados, “pela experiência de acidentes de trabalho e pelas percepções dos trabalhadores sobre a evolvente organizacional em matérias de segurança e, a posteriori, influenciam a ocorrência de acidentes de trabalho” (Oliveira e Silva, 2007:1100).

Em suma, a experiência de acidentes de trabalho e o clima de segurança (percepções de segurança partilhadas pelos colaboradores num determinado momento da vida organizacional) surgem como antecedentes dos comportamentos de segurança, comportamentos esses, mediados pela percepção do risco, pela motivação para a segurança e pelo conhecimento de segurança (sobretudo através da formação). Parte-se do pressuposto “que quanto mais experiência de acidentes de trabalho e mais positivo e forte for o clima de segurança e, quanto mais próxima da realidade for a percepção de risco dos trabalhadores, maior será o numero de comportamentos de segurança desenvolvidos.” (Oliveira e Silva, 2007:1103) (fig. 103).



Fonte: Oliveira e Silva, 2007:1103.

Fig. 103 – Modelo de análise da cultura de segurança.

Acidentes com grandes repercussões, como, por exemplo, o de Chernobyl ou o do Challenger, que marcaram o final do século, realçaram a multiplicidade de factores antecedentes ao acidente, sobrevalorizando valores, normas e práticas de segurança. Nesta linha, “a cultura de segurança é identificada com frequência, como primordial no sucesso da gestão da segurança, assumindo-se como um dos pilares fundamentais para uma estratégia global de SHST” (Monteiro e Duarte, 2007:1167).

Perante este consenso, sobre a importância da cultura de segurança nas práticas e comportamentos de segurança nas organizações, importa saber como intervir a este nível, conciliando a cultura de segurança com a cultura organizacional, uma vez que esta integra aquela. De forma explícita ou implícita existem em todas as organizações regras que regulam a segurança e que designamos por cultura de segurança, que é tanto mais progressista e eficaz quanto o for a cultura de organização. Assim, uma cultura organizacional que promova a segurança é essencial para a prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais. E se é verdade que os programas de formação podem ajudar a melhorar o enquadramento para a promoção e execução de medidas de prevenção, *“não é menos verdade que estas só alcançam pleno sucesso em função da percepção dos colaboradores acerca do valor da segurança para si próprios e da importância para a organização”* (Freitas, 2003:92).

Por outro lado, fomentar uma cultura de segurança implica, necessariamente, que o órgão de topo (no caso dos bombeiros o comando e a direcção da associação humanitária) assuma a segurança com uma prioridade da organização *“e que passe a ser um valor declarado”* para com o tempo e o envolvimento genuíno de todos os colaboradores, passe a *“estar em uso”* para que possa vir ser um valor nuclear da organização. É por isso que, *“a consciência da gestão de riscos não pode ser uma preocupação administrativa passageira, mas pelo contrário, deve levar à redefinição da organização, fazer a ligação entre as suas diferentes funções e processos, até mesmo tornar-se o eixo integrador do sistema complexo e interdependente que é a empresa”* (Amaro, 2005:7).

Em síntese, instituir e manter uma cultura nacional de prevenção em matéria de gestão eficaz das questões de segurança e saúde no trabalho significa *“aumentar a sensibilização, o conhecimento e a compreensão gerais dos conceitos de risco e de perigo a começar na idade da educação básica e prosseguindo ao longo de toda a vida laboral. Esta cultura requer o desenvolvimento de práticas que contribuam para a prevenção e controlo de riscos a todos os níveis. Deve incluir a promoção de uma consciência da segurança em geral e uma abertura que permita utilizar os ensinamentos aprendidos. Este processo pode ser significativamente reforçado através de uma forte liderança e de compromissos inequívocos quanto a elevados níveis de segurança e saúde no trabalho”* (OIT, 2007:8).

A legislação em vigor sobre SHST, aplica-se a todos os ramos de actividade, nos sectores público, privado, cooperativo e social, alínea a) do n.º 2 do Decreto-Lei 441/91, onde se inserem naturalmente as Associações Humanitárias de Bombeiros, não se aplicando a actividades da função pública cujo exercício seja condicionado por critérios de segurança e emergência, caso das forças armadas ou de polícia e actividades do serviço de protecção civil, *“sem prejuízo da adopção de medidas que visem garantir a segurança e a saúde dos respectivos trabalhadores”* (n.º 4 do art.º 2).

Ainda que a legislação em vigor não fosse totalmente aplicável aos bombeiros (o que não é o caso relativamente aos voluntários, atendendo a que estes são suportados e instituídos por uma organização da economia social sem fins lucrativos), a legislação de protecção civil refere-se a esta problemática, com ênfase, em vários normativos legais. Por exemplo a alínea d) do n.º 5 do art.º 2 do Decreto-Lei n.º 75, de 29 de Março, assinala que à Autoridade Nacional de Protecção Civil compete, no âmbito das actividades dos bombeiros, *“assegurar a prevenção sanitária, higiene e a segurança do pessoal dos corpos de bombeiros bem como a investigação de acidentes em acções de socorro”*. Mais adiante no art.º 15, alínea c), está bem explícito que compete à direcção nacional de bombeiros da ANPC *“desenvolver, implementar e manter os programas de prevenção sanitária, higiene e segurança do pessoal dos corpos de bombeiros”*, tendo sido criada uma chefia de divisão para tal efeito.

Por outro lado, na alínea d) do n.º 1 do art.º 4.º do Regime Jurídico dos Bombeiros Portugueses, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 241/2007, assinala-se como deveres do bombeiro do quadro activo *“cumprir as normas de higiene e segurança”* e na alínea g) *“usar o fardamento e equipamento adequado às acções a que participe.”* Já no n.º 2 do art.º 5.º do mesmo Decreto-Lei, se refere que os bombeiros devem *“beneficiar de vigilância médica da saúde através de inspecções médico-sanitárias periódicas e ainda da vacinação adequada, estabelecida para os profissionais de risco”*. Ainda, na alínea i) do corpo do mesmo artigo, está bem expresso que são direitos dos bombeiros dos quadros de comando e activo *“ter acesso a um sistema de segurança, higiene e saúde o trabalho organizado nos termos da legislação vigente, com as necessárias adaptações.”* Vale a pena referenciar, ainda, que incumbe aos elementos do quadro de comando o dever especial de *“zelar pela segurança e saúde dos bombeiros”* alínea f), do n.º 2 do art.º 4.º do Decreto-Lei 241/2007).

Em termos gerais, ao longo da sua história, a problemática da segurança e saúde ocupacional dos bombeiros não tem merecido, salvo raras excepções, a devida atenção dos respectivos organismos e entidades tutelares. Com efeito, desde 1951, ano de publicação do paradigmático Decreto-Lei n.º 38439, de 27 de Setembro, que durante largos anos regeu a vida dos corpos de bombeiros, *“os contornos do serviço de saúde evoluíram, na medida em que as solicitações para socorro a pessoas aumentaram exponencialmente, ao mesmo tempo que os bombeiros concluíram que, não só a prestação de cuidados para ser exercida com competência exigia que eles próprios tivessem a formação adequada, mas também que o perfil físico e psíquico do bombeiro fosse o desejável. Assim, em termos funcionais tornar-se-ia necessário que o Serviço de Saúde assumisse as vertentes da medicina ocupacional, da formação e da intervenção. Por despacho de 30 de Setembro de 1982, do então Presidente do novel SNB, Padre Vítor Melícias, foi ao primeiro autor deste artigo cometida a função de elaborar uma proposta para funcionamento do referido Serviço da Saúde, tendo como co-autor Eduardo Agostinho, médico, ao tempo Comandante dos*

Bombeiros Voluntários de Rio Maior. Mais tarde, a 10 de Maio de 1995, surgiu uma proposta de trabalho da Comissão de Saúde do SNB/LBP. Posteriormente, um outro documento foi elaborado a 10 de Novembro de 1999, tendo igualmente como autores, Romero Bandeira, Dr.ª Céu Teiga e Enfermeira Sara Gandra, dando assim cumprimento ao solicitado pela inspecção superior dos bombeiros através de ofícios de 13 e 14 de Outubro de 1999” (Bandeira et al, 2007: 98).

Não obstante estes louváveis esforços, nos primórdios deste terceiro milénio, a política e gestão da segurança e saúde ocupacional no seio dos corpos de bombeiros continua adiada, como veremos mais adiante, constituindo *“o reflexo lógico da falta de cultura de exigência e de sensibilidade existente em grande parte das associações de bombeiros.”* (Curto, 2008:4).

2. Perfil de Risco dos Bombeiros Portugueses

Em boa verdade, o socorro das populações, abstraindo as grandes cidades, continua a depender dos bombeiros voluntários, seja para uma urgência pré-hospitalar, um desencarceramento ou um incêndio, correndo riscos para os quais, muitas vezes, não estão devidamente preparados e equipados. De facto, *“os bombeiros, em Portugal, como em qualquer outra parte do mundo, desempenham as suas funções em ambientes que estão em alteração constante e que são, muitas vezes, instáveis: por exemplo, a actuação dos bombeiros em incêndio urbano, num edifício em chamas, com varias pessoas a necessitar de socorro, realiza-se em circunstâncias em que a integridade estrutural do edifício está em causa, ou a actuação em incêndio florestal, onde as sucessivas mudanças na rumo e na velocidade do vento são imprevisíveis. Para além disso, os bombeiros em Portugal são chamados a intervir em ambientes muito diversificados: veículos automóveis, resgate em altitude, resgate debaixo do solo, socorro a náufragos e buscas subaquáticas, por exemplo.”* (Caldeira e Vicente, 2006:26)³⁹.

Neste quadro, a preparação física, técnica e pessoal para a resposta, a prevenção e auto-protecção são aspectos de extrema relevância para a eficácia do trabalho do bombeiro. O ambiente hostil em que normalmente desenvolve a sua actividade gera riscos diferenciados que podem causar danos físicos, com maior ou menor gravidade, ou até mesmo a morte.

³⁹ Vincent Dunn, antigo comandante do Fire Department of New York, em artigo publicado na revista ENB, nº 28/2003, referencia 50 causas de morte e ferimentos dos bombeiros, em especial no combate a incêndios urbanos e industriais. Embora o texto reflecta sobretudo a realidade dos EUA, trata-se de um trabalho relevante (de leitura obrigatória) para a segurança dos bombeiros e dos riscos inerentes à sua missão, independentemente da parte do mundo onde esta se desenvolve.

Seguindo de perto Caldeira e Vicente (2006:29), apresentam-se, de seguida, os riscos mais comuns a que os bombeiros podem estar sujeitos no âmbito a sua missão:

- **Acidentes** – quedas em altura (escadas, colapso de estruturas edificadas); queda de objectos; cortes em superfícies metálicas, vidradas ou outras; esmagamento por colapso de estruturas edificadas; esforço físico excessivo em operações de socorro; contacto com ar quente ou gases muito quentes; inalação de ar quente e/ou produtos da combustão; contacto com ou exposição a produtos químicos; interrupção do fornecimento de ar durante as operações de combate ao fogo; ferimentos devido a acidentes durante a resposta a emergências; deslizes e quedas no teatro de operações;

- **Riscos físicos** – colapso de tectos, telhados e paredes; ignição súbita de gases; exposições ao calor que geram queimaduras; exposições ao calor que geram stress; exposição ao frio em operações de emergência durante o Inverno ou em operações de socorro marítimo; explosão de objectos no teatro de operações; exposição ao ruído perto de bombas, de sirenes ou de qualquer outro equipamento;

- **Riscos químicos** – percentagem inadequada de oxigénio no ar; presença de monóxido de carbono ou de outros produtos da combustão no ar; exposição a químicos durante as operações de combate em acidentes que envolvam químicos;

- **Riscos biológicos** – exposição a doenças transmissíveis durante o tratamento de doentes em tarefas de urgência pré-hospitalar (operações de desencarceramento, por exemplo);

- **Riscos ergonómicos, psicossociais e organizacionais** – stress psicológico devido à síndrome de stress pós-traumático; perturbações músculo-esqueléticas derivadas à movimentação manual de cargas pesadas e/ou difíceis de transportar (por exemplo, macas durante o transporte de doentes, tesouras e extensores durante as operações de desencarceramento, mangueira de grande caudal ou de caudal súbito variado, equipamento de protecção individual pesado, etc.);

- **Factores culturais ou de mentalidade** – desconhecimento e não cumprimento da legislação de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho aplicável aos corpos de bombeiros, legislação desajustada face aos riscos a que os bombeiros estão expostos (a não obrigatoriedade do uso de cinto de segurança nas viaturas dos bombeiros é o exemplo mais significativo), a criação e manutenção sistemática da fantasia do bombeiro super-herói (Caldeira e Vicente, 2006:29).

Conhecendo o risco, e não o podendo eliminar, os bombeiros podem minimizá-lo se cumprirem, pelo menos, as três condições básicas, a seguir indicadas, que devem constituir o seu *triângulo de segurança*:

- Boa condição física e psíquica;
- Conhecimento e treino (formação actualizada);
- Vestuário e equipamento de protecção individual adequado.

No desempenho das suas missões, os bombeiros têm muitas vezes que trabalhar em condições desconhecidas e, não raras vezes, forçados a entrar em acção sem que antes tenham a possibilidade de adaptação aos perigos existentes.

Ora, como dissemos, perante a existência de perigo, uma boa forma física e psíquica permite diminuir ou evitar a situação de acidente, já que, entre outras tarefas, efectuar escaladas e descidas, transportar pessoas, materiais e equipamentos pesados, implica que os bombeiros se mantenham permanentemente, enquanto membros do quadro activo, nas melhores condições físicas e psíquicas. Se assim não for, estão a colocar em risco a sua vida e a de terceiros, porque “não é bombeiro quem quer mas quem pode ser”, ou seja, como diria Luciano Lourenço (2006:65) para se ser um bom bombeiro voluntário, tem que “querer” (altruísmo), “poder” (disponibilidade) e “saber” (formação actualizada).

De facto, como veremos de seguida, quer o número de feridos, entre 2005 e 2007⁴⁰, por tipologia de acidentes, quer o número de bombeiros mortos entre 1980 e 2007, comprovam que há um longo caminho a percorrer para a redução do risco profissional dos bombeiros portugueses.

2.1 Bombeiros feridos em serviço entre 2005 e 2007

Os dados constantes no SITREP, organizados por famílias de sinistralidade, foram agrupados em incêndios, subdivididos em rurais/florestais, urbanos e industriais, acidentes de trabalho, subdivididos em acidentes de viação e acidentes de trabalho e, finalmente, em urgências de saúde.

Apenas para os anos de 2005 e 2006, foi possível organizar a informação disponível consoante o distrito onde ocorreu o sinistro.

⁴⁰ No SITREP Nacional apenas encontramos dados disponíveis de bombeiros feridos para os anos 2005 e 2006. Dado que o processo de apuramento de dados não utiliza a mesma metodologia nos dois anos, em termos das “famílias” de acidentes, adoptamos, com ligeiras alterações, o modelo SITREP por distrito, de 2005, que nos parece mais apropriado para os fins em vista.

Começando por analisar a evolução do número de bombeiros feridos entre 2005 e 2007, verificamos que os bombeiros feridos durante este intervalo de tempo se enquadram, maioritariamente, na família de sinistralidade em incêndios rurais/florestais, com destaque para o ano de 2005, apresentando os incêndios urbanos e industriais valores pouco significativos. Seguem-se, em números globais, 17% dos bombeiros sinistrados com causa em família de acidentes rodoviários, 13,8% em acidentes de trabalho respectivamente e 9,2% em urgências de saúde (Quadro XLIII).

Quadro XLIII - Evolução do número de bombeiros feridos entre 2005 e 2007.

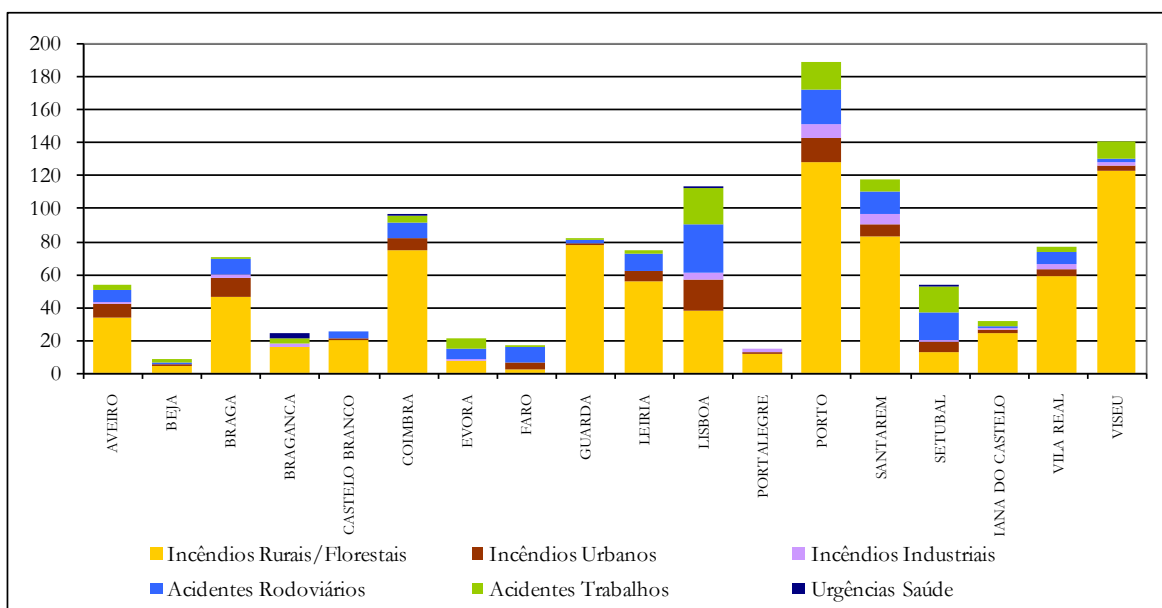
Feridos	2005		2006		2007		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Incêndios rurais	818	67,4	281	34,1	179	24,4	1278	46,2
Incêndios urbanos	97	8,0	51	6,2	70	9,5	218	7,9
Incêndios industriais	35	2,9	68	8,3	60	8,2	163	5,9
Acidentes rodoviários	155	12,8	175	21,3	142	19,4	472	17,0
Acidentes de trabalho	102	8,4	180	21,9	101	13,8	383	13,8
Urgências de saúde	6	0,5	68	8,3	181	24,7	255	9,2
Total	1213	43,8	823	29,7	733	26,5	2769	100

Fonte: SNBPC/ANPC.

Quanto à distribuição do número de bombeiros feridos por distrito, tendo como causa os incêndios rurais/florestais, destacam-se, ara o ano de 2005, os distritos do Porto, Viseu, Santarém, Guarda e Coimbra, respectivamente (fig. 104).

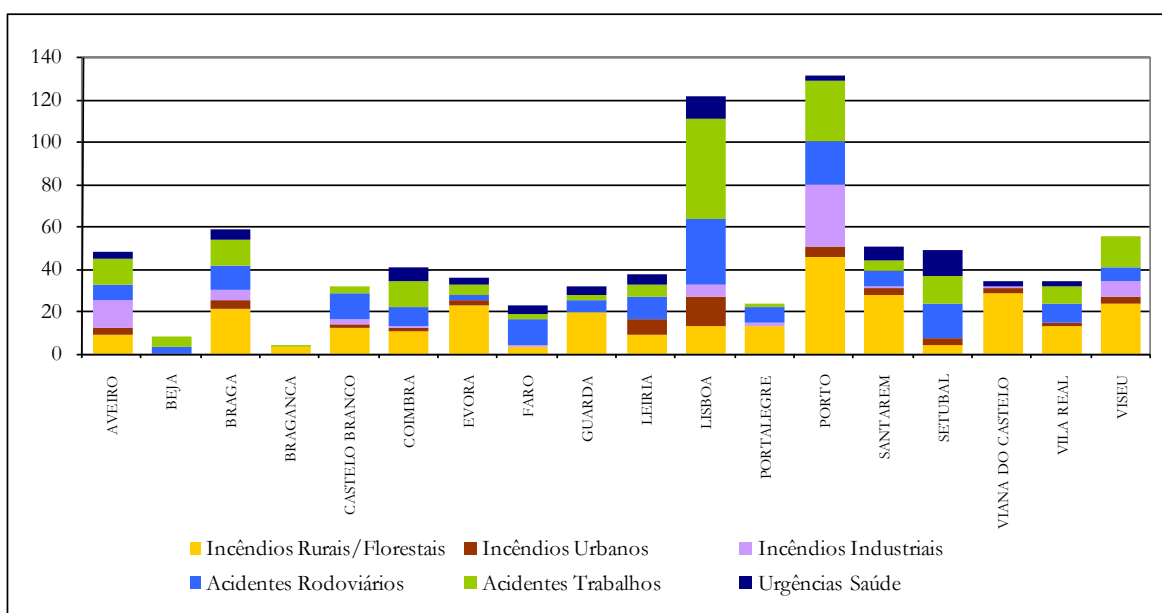
Em 2006, ano de menor número de acidentes quanto aos incêndios rurais/florestais, verificou-se um aumento relativamente significativo de outras causas de ferimentos no bombeiros como sejam acidentes rodoviários e os acidentes de trabalho, destacando-se, neste caso, Lisboa e Porto (fig. 105).

Em síntese, em termos globais, entre 2005 e 2007, verificou-se uma redução do número de bombeiros acidentados, de 43,8%, em 2005, muito por força do enquadramento incêndios florestais, para 26,5%, em 2007, não se apresentando, para este ano, a distribuição, por distrito, por falta de elementos.



Fonte: SNBPC/ANPC.

Fig. 104 – Total de bombeiros feridos, em 2005, por distrito, segundo a causa.



Fonte: SNBPC/ANPC.

Fig. 105 – Total de bombeiros feridos, em 2006, por distrito, segundo a causa.

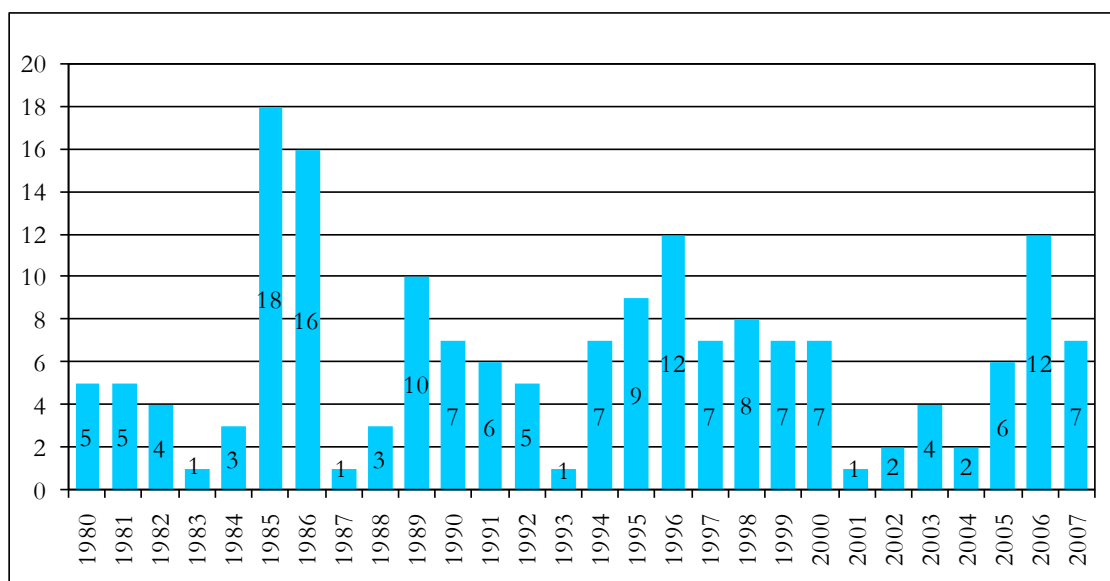
2.2. Bombeiros falecidos em serviço entre 1980 e 2007

Os dados apresentados neste item e seguinte têm como fonte, o Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil - SNBPC, actualmente designado por Autoridade Nacional de Protecção Civil – ANPC.

Estes permitiram caracterizar a mortalidade segundo o **distrito**, o **sexo**, o **estado civil**, a **faixa etária**, a **categoria**, o **mês**, a **causa** e o **enquadramento** do serviço no qual se deu o sinistro. No entanto, para os valores do ano de 2006, apenas foi possível apurar as estatísticas com este grau de detalhe, para 6 dos 12 casos registados. Para 2007, as estatísticas disponíveis apenas permitem quantificar o total nacional de bombeiros mortos.

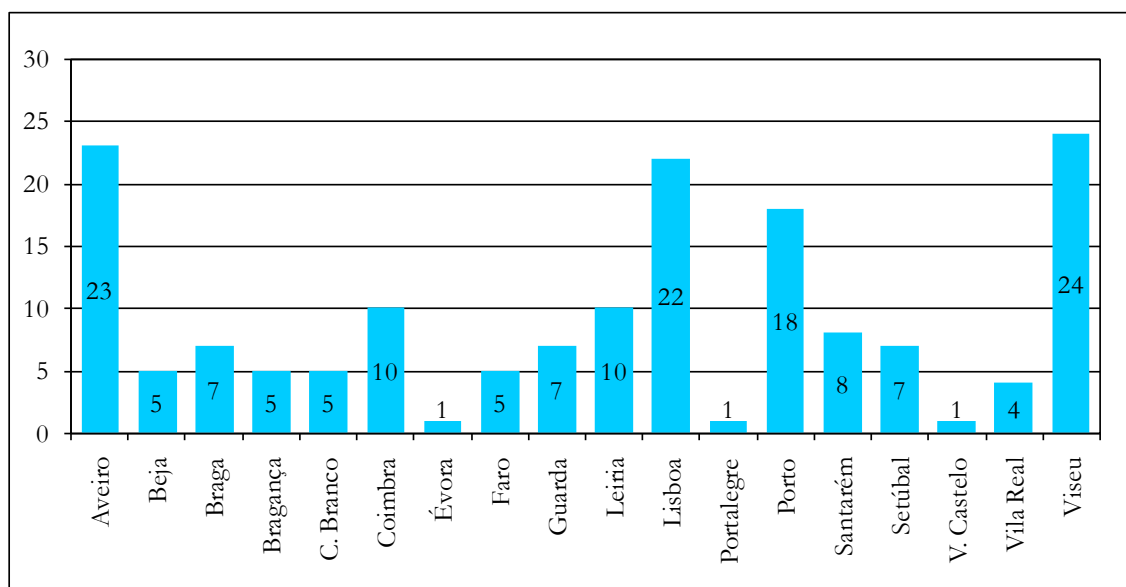
Passando agora à análise da evolução dos bombeiros falecidos entre 1980 e 2007, o maior número de bombeiros falecidos verificou-se nos anos de 1985 e 1986 (fig. 106).

Quanto à análise por distrito, constatou-se que Viseu, Aveiro e Lisboa ocupam os primeiros lugares no número de mortos (fig. 107).



Fonte: SNBPC/ANPC.

Fig. 106 - Evolução do número de bombeiros mortos entre 1980 e 2007.



Fonte: SNBPC/ANPC.

Fig. 107 - Evolução do número de bombeiros mortos entre 1980 e 2006, por distrito.

Na distribuição do número de bombeiros mortos entre 1980 e 2006, por **sexo**, constata-se que 94,1% dos bombeiros mortos, ou seja 159, eram do sexo masculino e apenas 4, que correspondem a 2,4% do total, eram do sexo feminino, havendo 6, que representam 3,6% do total, sem dados definidos (fig. 108).

No domínio da distribuição dos bombeiros falecidos por estado civil, verifica-se que 39,1%, ou seja, 66 bombeiros mortos eram casados, 36 (21,3%) eram solteiros e 65 (38,5%) não tinham dados definidos, sendo um divorciado e um viúvo (fig. 109).

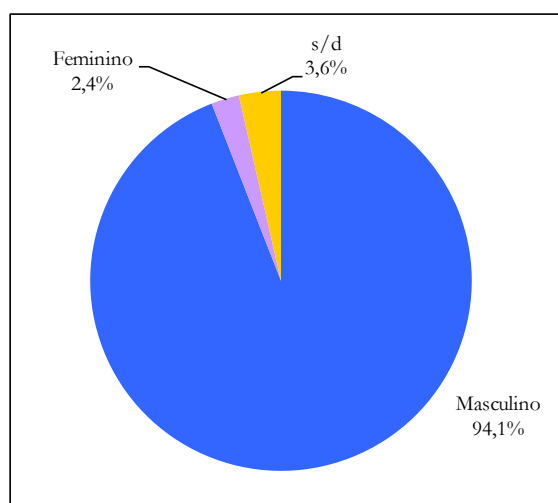


Fig. 108 - Distribuição do número de bombeiros mortos entre 1980 e 2006, por sexo.

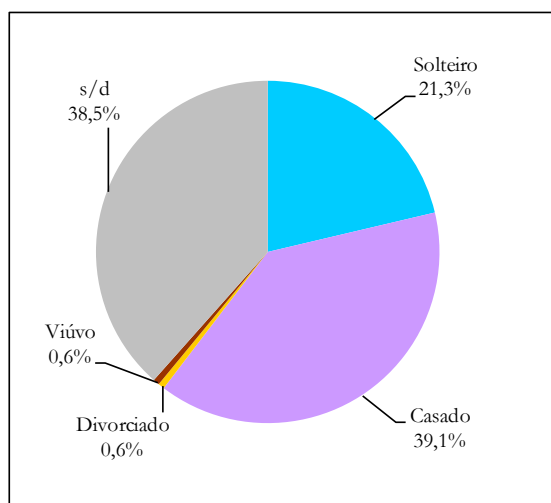
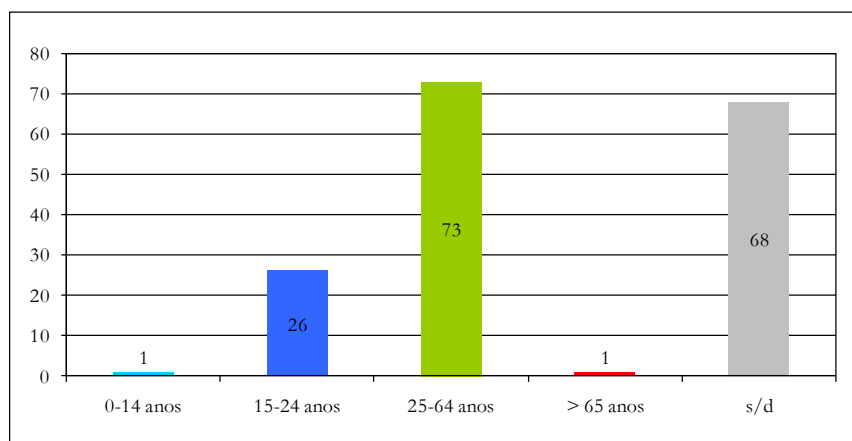


Fig. 109 - Distribuição do número de bombeiros mortos entre 1980 e 2006, por estado civil.

Fonte: SNBPC/ANPC.

Quanto a distribuição por grau etário, verifica-se que a maioria dos bombeiros mortos (43,2%) se situa no intervalo 25-64 anos, havendo 68 casos sem dados definidos (40,2%) e 26 bombeiros falecidos (15,4%) situados na faixa etária 15-24 anos. De salientar a morte de um elemento situado na faixa 0-14 anos e um bombeiro com mais de 65 anos (fig. 110).



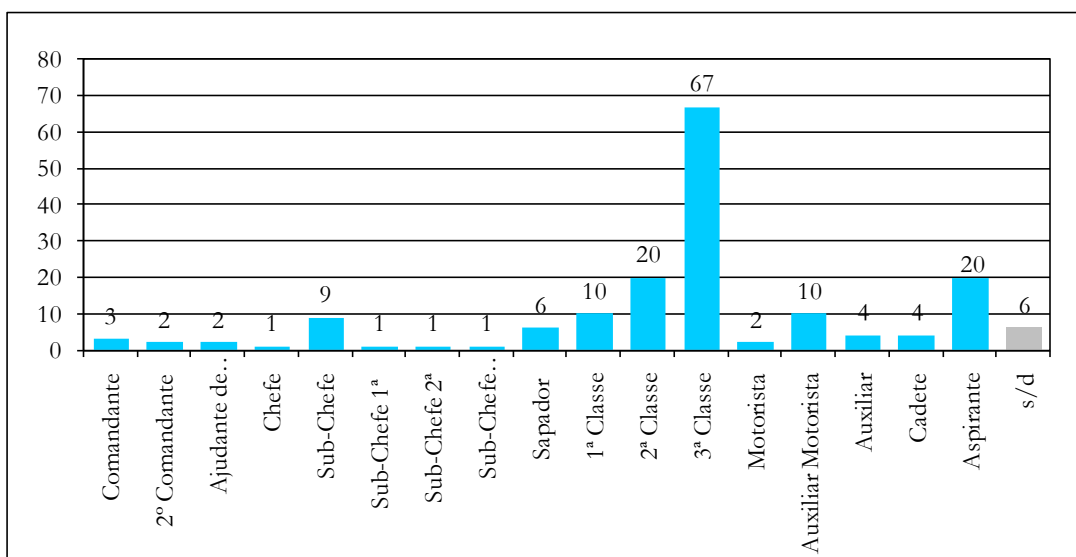
Fonte: SNBPC/ANPC.

Fig. 110 - Distribuição do número de bombeiros mortos entre 1980 e 2006, por faixa etária.

Na distribuição por categoria profissional, verificou-se que a esmagadora maioria dos bombeiros falecidos (40%), ou seja, 47 bombeiros, detinham a categoria de bombeiros de 3.^a classe (que constitui a categoria de ingresso no quadro activo nos corpos de bombeiros voluntários e municipais não sapadores), seguindo-se, na linha hierárquica, 20 bombeiros de 2.^a classe.

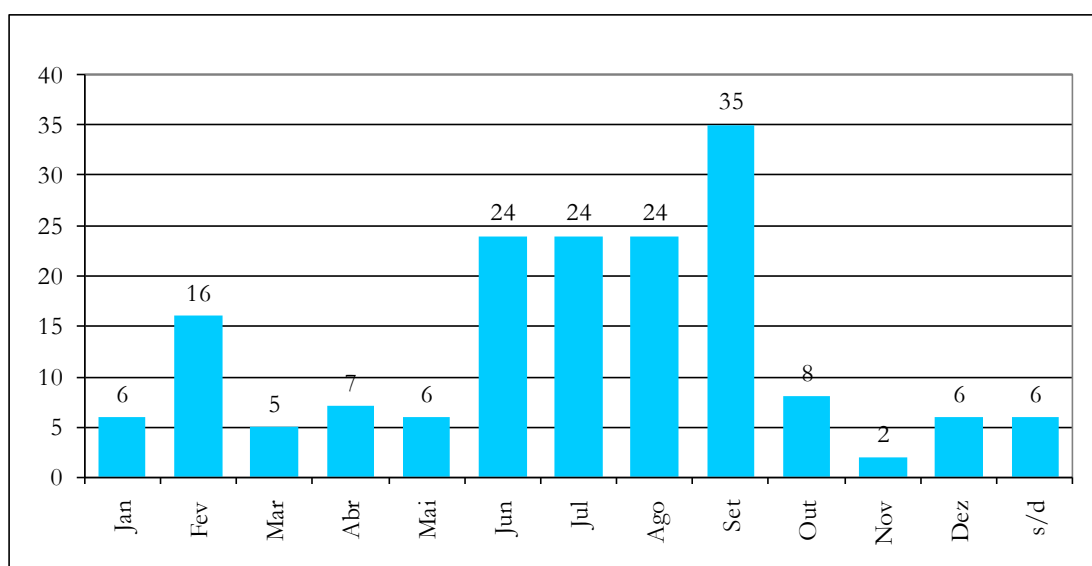
Por outro lado, faleceram 20 aspirantes a bombeiro, o que constitui infracção grave do comando e da direcção da associação humanitária, ao permitirem que jovens que ainda não eram bombeiros pudessem participar no teatro de operações. Além destes, faleceram também 4 cadetes, ou seja, jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 16 anos também legalmente impedidos de participar em teatros de operações de socorro (fig. 111).

Constatou-se ainda que foi nos meses de Verão que ocorreram o maior número de mortos entre 1986 e 2006, sobretudo por influência dos incêndios florestais (fig. 112).



Fonte: SNBPC/ANPC.

Fig. 111 - Distribuição do número de bombeiros mortos entre 1980 e 2006, por categoria.



Fonte: SNBPC/ANPC.

Fig. 112 - Distribuição do número de bombeiros mortos entre 1980 e 2006, por mês.

2.2.1. Número de mortos, segundo o enquadramento do serviço em que ocorreu o sinistro e a causa que provocou a morte

No tratamento dos dados agrupados por causas e enquadramentos, para uma maior facilidade de análise, algumas das situações verificadas foram agrupadas em classes que se mostraram mais representativas. Assim, no Quadro XLIV) dá-se conta das situações que foram sujeitas a uma reclassificação.

Quadro XLIV – Reclassificação da terminologia das causas e enquadramentos das mortes ocorridas.

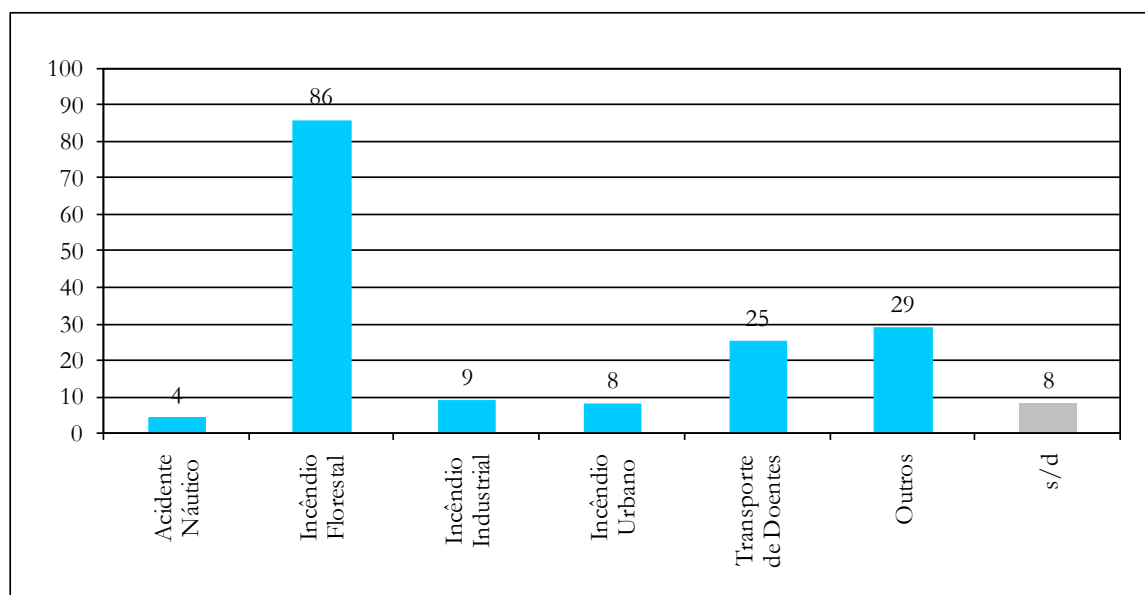
Nº ocorrências		Classe	Reclassificação
Causa	1	Intoxicação e queda num poço (4 dias)	TO
	1	Queda num precipício	TO
	1	Queimaduras no TO (13 dias)	TO
	4	Veículo apanhado pelo fogo	TO
	1	Explosão em fábrica de tintas	TO
	1	Explosão de garrafa de oxigénio	Outros
	1	Queda	Outros
	1	Intoxicação num poço	TO
	1	Rebentamento de Cilindro	Outros
	1	cabo de guincho partido	Outros
	3	Abastecimento de Água	Outros
Enquadramento	1	Incêndio em navio	Outros
	1	Incêndio em viatura	Outros
	1	Instrução Fanfarra	Outros
	1	Lavagem de Estrada	Outros
	1	Missão Internacional	Outros
	1	Prevenção	Outros
	1	Prevenção a fogo de artifício	Outros
	2	Salvamento	Outros
	1	Serviço de Piquete	Outros
	2	Serviço de Reboque	Outros
	1	Serviço Interno	Outros
	1	Treino recuperador-salvador	Outros

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SNBPC/ANPC

Por outro lado, no cruzamento das causas e enquadramento dos sinistros, foram retiradas as 6 ocorrências de 2006 das quais não dispomos de dados.

Começando pela distribuição do número de bombeiros mortos entre 1980 e 2006, por enquadramento do tipo de serviço em que ocorreu o sinistro, é notório que mais de 50% dos bombeiros falecidos, ou seja 86 elementos, ocorreram no âmbito dos incêndios florestais (o

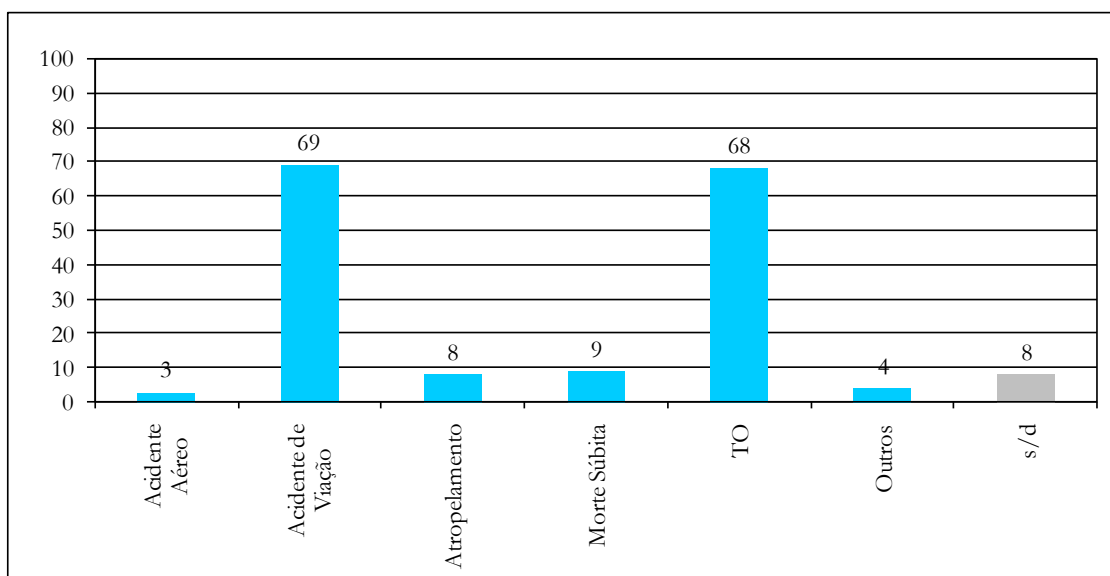
que não significa que tenham falecido no combate ao fogo, uma vez que grande parte destes óbitos resultaram de acidentes de viação, na ida, ou no regresso do teatro de operações), seguindo-se 29 mortos por outros enquadramentos e 25 ocorridos no âmbito do transporte de doentes (fig. 113).



Fonte: SNBPC/ANPC.

Fig. 113 - Distribuição do número de bombeiros mortos entre 1980 e 2006, por enquadramento do tipo de serviço que originou o óbito.

Quando analisamos o número de bombeiros falecidos segundo a causa, os *acidentes de viação* foram responsáveis por 69 mortes, o que representa 40,8% do total, seguindo-se, de imediato, 68 mortes no *teatro de operações* (40,2%). Em terceiro lugar aparece como causa a *morte súbita* e o *atropelamento* em quarto lugar, conjuntamente com 8 casos sem causa definida (fig. 114).



Fonte: SNBPC/ANPC.

Fig. 114 - Distribuição do número de bombeiros mortos entre 1980 e 2006, por tipo de causa.

Em resumo, podemos concluir, quanto ao papel sócio-profissional dos bombeiros falecidos entre 1980 e 2006, que:

- A esmagadora maioria (94,1%) dos bombeiros falecidos eram do sexo masculino;
- Na sua maioria, em termos de ao estado civil, eram casados;
- Se enquadravam, maioritariamente, no intervalo etário de 25-64 anos;
- Estavam inseridos, em larga maioria, na categoria de bombeiros de 3.^a classe;
- Cerca de metade (50,9%), faleceram no enquadramento *incêndios florestais*;
- As principais causas, 40,8% e 40,2% respectivamente, foram *acidentes de viação* e *teatro de operações*;
- A grande maioria (63,3%) ocorreu durante os meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro, que são, em regra, os meses dos incêndios florestais, por excelência.

De sublinhar, mais uma vez, como particularmente grave e de enorme irresponsabilidade das entidades competentes, a morte de 26 jovens, dos 15 aos 24 anos, sendo que 20 deles detinham a “categoria” de aspirantes e 4 de cadetes, ou seja, nos termos da legislação em vigor (ontem, como hoje), não eram ainda bombeiros e, por isso, não deveriam ter sido “chamados” ao teatro de operações. Registe-se, ainda, a gravidade da morte de um indivíduo, com menos de 14 anos, ou seja, um infante, nos termos da legislação em vigor.

3. Política e Gestão de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho⁴¹

Se a lei vigente sobre SHST refere que a entidade patronal tem o dever de assegurar a segurança e saúde dos seus colaboradores, também a direcção e o comando de cada Associação/corpo de bombeiros deve pugnar pela existência de uma política de prevenção em segurança e saúde, apropriada à escala dos riscos inerentes à missão dos bombeiros e associada a um compromisso de melhoria contínua. Nesta perspectiva, as oito questões a seguir analisadas, com base em dados recolhidos, em inquérito próprio, procuraram diagnosticar o ponto de situação da prevenção dos riscos profissionais nos bombeiros portugueses.

3.1 Documento definidor de uma política de prevenção de riscos profissionais

Ao contrário do que se poderia imaginar, 75,3% dos corpos de bombeiros disseram não possuir um documento definidor de uma política de prevenção de riscos profissionais (fig. 115).

Por tipologia de CB, verificou-se que a maioria dos sapadores (66,7%) detinha um documento orientador da prevenção de riscos profissionais, enquanto nos voluntários apenas 21,1% dos corpos de bombeiros, ou seja, 65 dos 308 CB's inquiridos afirmaram possuir um documento definidor da prevenção de riscos profissionais. Nos municipais responderam afirmativamente 27,8%, ou seja, 5 dos 18 CB's existentes (fig. 116).

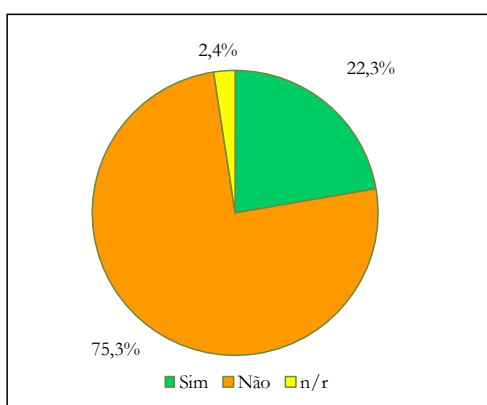
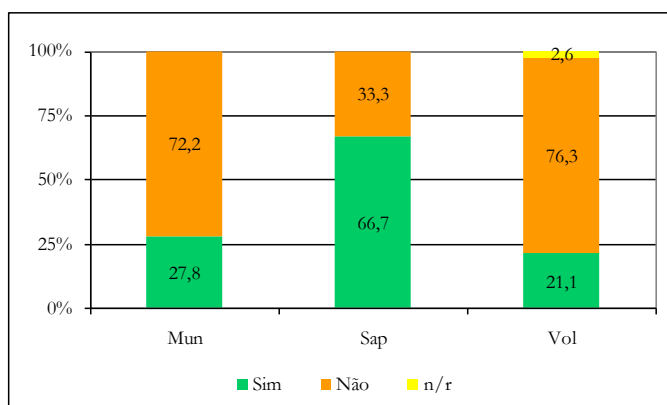


Fig. 115 – Existência de documento definidor de uma política de prevenção de riscos



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 116 – Existência de documento definidor de uma política de prevenção de riscos profissionais, por tipologia de CB.

⁴¹ As questões que vão ser analisadas, correspondem ao ponto 1 do inquérito aos CB's, em anexo II.

3.2. Estrutura externa com missão de prevenção de riscos profissionais

Tendo sido perguntado aos inquiridos se os respectivos corpos de bombeiros possuíam serviços ou qualquer outra estrutura interna com missão de prevenção de riscos profissionais, observámos que 74,4% dos CB's responderam negativamente (fig. 117).

Por tipologia, uma vez mais, a maioria dos corpos de bombeiros sapadores (66,7%) responderam afirmativamente, enquanto nos voluntários apenas 20,5%, ou seja, apenas 63 de 308 CB's, responderam que detinham serviços de prevenção de riscos profissionais. Nos municipais 27,8% responderam afirmativamente, ou seja, 5 dos 18 CB's existentes (fig. 118).

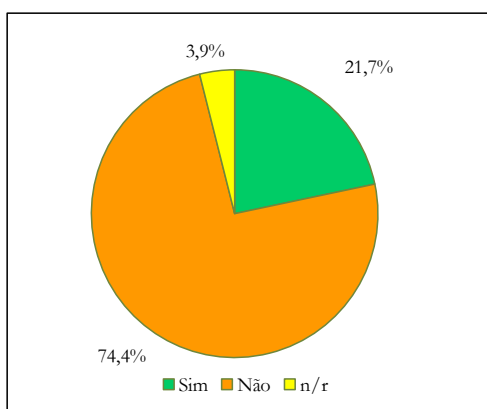
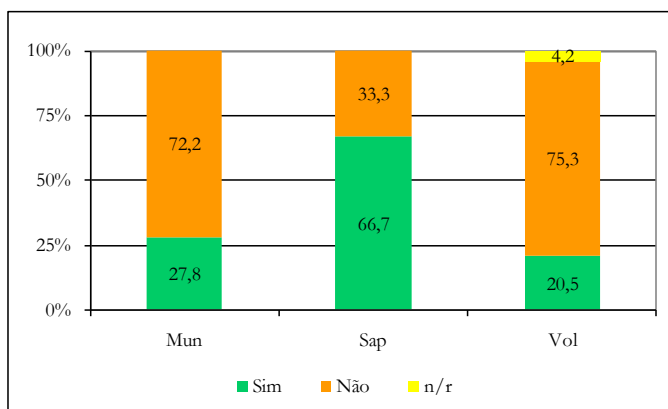


Fig. 117 – Existência de serviços ou outra estrutura interna com missão de prevenção de riscos profissionais.



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 118 – Existência de serviços ou outra estrutura interna com missão de prevenção de riscos profissionais, por tipologia de CB.

3.3. Serviços externos de SHST

Perguntou-se então se os CB's possuíam serviços externos de SHST tendo-se concluído que 71,4% dos corpos de bombeiros não possuíam estruturas externas de apoio à Segurança e Saúde, respondendo positivamente 25,6% e não tendo respondido 3% de CB's (fig. 119).

Por tipologia, constatou-se que o maior défice destes serviços é nos CB's voluntários 73,1%, ou seja, 225 corpos de bombeiros, seguindo-se dos municipais com 55,6%, ou seja, 10 em 18 CB's não detinham serviços externos. Já nos sapadores apenas 2 dos 6 CB's (33,3%) não detinham serviços externos (fig. 120).

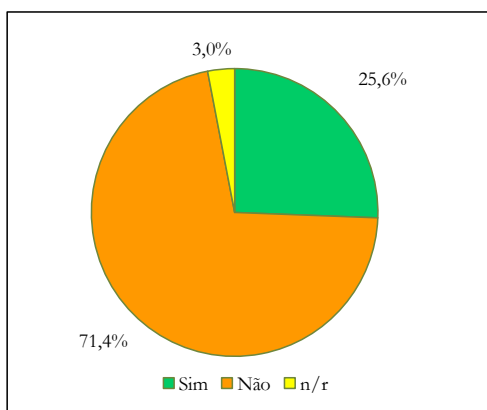
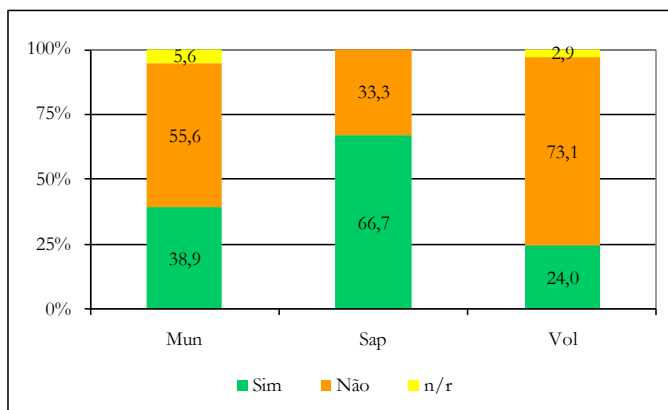


Fig. 119 – Existência de Serviços Externos de SHST.



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 120 – Existência de Serviços Externos de SHST, por tipologia de CB.

3.4. Bombeiros certificados em SHST

Perguntou-se ainda aos inquiridos se nos CB's existiam bombeiros certificados na área de SHST, tendo-se constatado que em 72% dos corpos de bombeiros não existiam elementos certificados nesta área (fig. 121).

Por tipologia, verificou-se que 50% dos CB's sapadores e municipais detinham, nos respectivos corpos de bombeiros, elementos certificados nesta área. Nos voluntários, apenas 24% responderam afirmativamente (fig. 122).

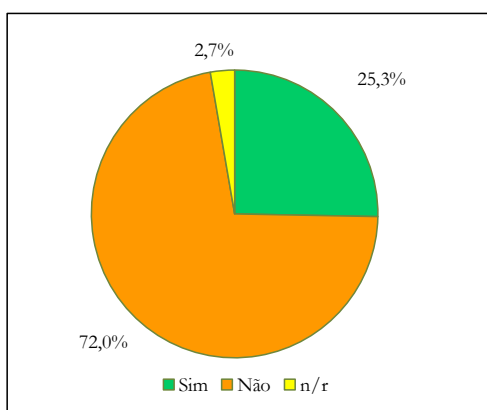
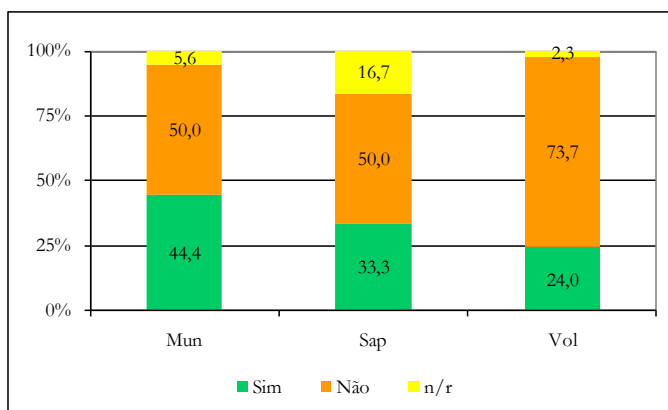


Fig. 121 – Existência de bombeiros certificados em SHST.



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 122 – Existência de bombeiros certificados em SHST, por tipologia de CB.

3.5. Equipamentos de medida em SHST

Quanto à existência de equipamentos de medida, em matéria de SHST, ajustados aos riscos profissionais dos bombeiros verificou-se que em cerca de 70% dos CB's não existiam equipamentos com estas características (fig. 123).

Por tipologia, uma vez mais, foi nos voluntários que a carência destes equipamentos de medida se mostrou mais visível (69,5%), seguindo-se os municipais, com 66,7%. Já nos sapadores, apenas 33,3%, ou seja, 2, dos 6 CB's existentes, não detinham equipamentos de medida nesta área (fig. 124).

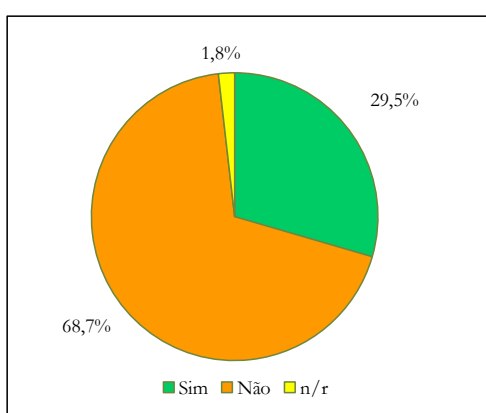
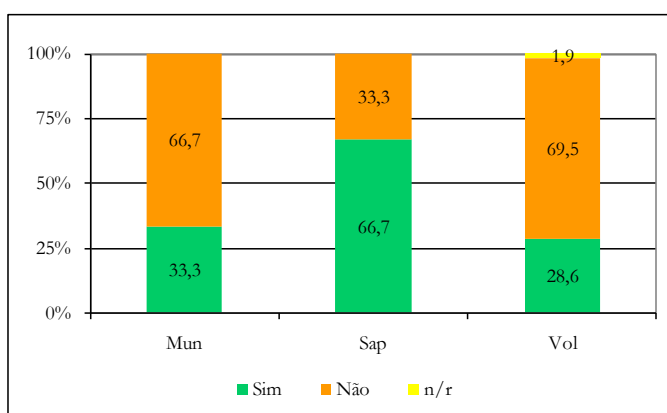


Fig. 123 – Existência de equipamentos de medida em SHST ajustados aos riscos profissionais dos bombeiros.



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 124 – Existência de equipamentos de medida em SHST ajustados aos riscos profissionais dos bombeiros, por tipologia de CB.

3.6. Plano de emergência nos Corpos de Bombeiros

Tendo-se questionado se o corpo de bombeiros tinha plano de emergência implementado, verificaram-se apenas 31,6% respostas positivas, com 4,2% dos CB's a não responderem (fig. 125).

Por tipologia, verificou-se que 50% dos sapadores, ou seja, 3, dos 6 CB's, tinham plano de emergência implementado. Nos voluntários apenas 29,9%, ou seja, 92 CB's tinham plano de emergência implementado, não tendo respondido 14 corpos de bombeiros desta tipologia. Quanto aos municipais responderam positivamente 55,6%, ou seja, 10 em 18 CB's detinham plano de emergência implementado (fig. 126).

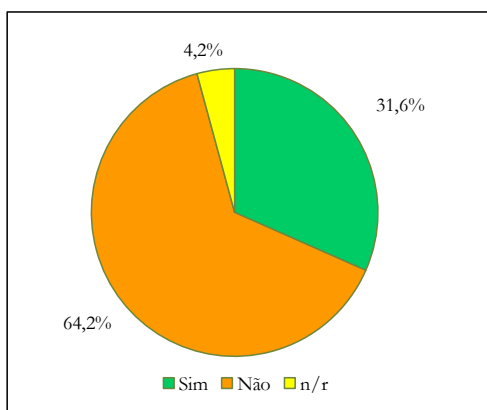
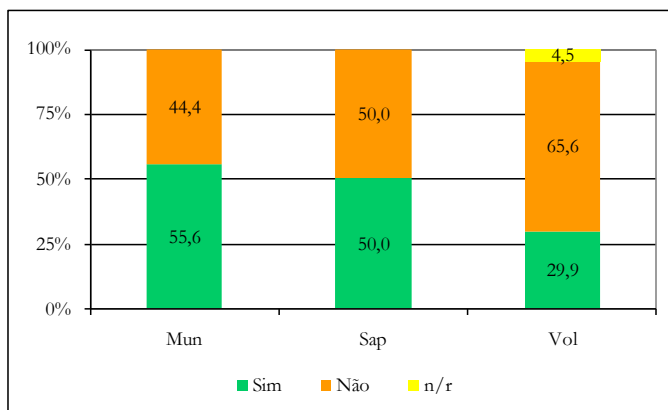


Fig. 125 – Existência de plano de emergência implementado nos CB's.



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 126 – Existência de plano de emergência implementado nos CB's, por tipologia de CB.

3.7. Responsável certificado em SHST

Perguntou-se ao corpo de bombeiros se havia nomeado para desenvolver essa função, algum responsável certificado em segurança, higiene e saúde no trabalho tendo-se concluído que a esmagadora maioria dos CB's (88%) não o haviam feito (fig. 127).

Por tipologia, esta preocupação com a cultura de segurança apenas se continua a verificar nos sapadores, onde metade dos CB's (50%) respondeu afirmativamente. Já os municipais (88,9%) e os voluntários (88,6%), responderam negativamente, ficando demonstrado não existirem preocupações nesta matéria (fig. 128).

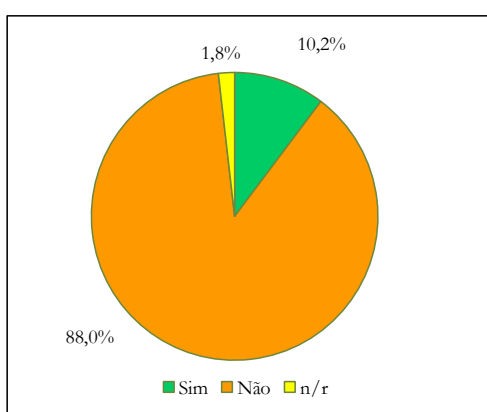
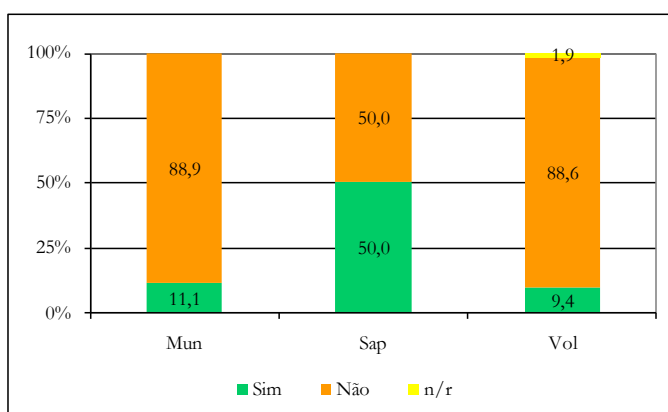


Fig. 127 – Nomeação pelo CB de responsável certificado em SHST.



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 128 – Nomeação pelo CB de responsável certificado em SHST, por tipologia de CB.

3.8. Plano anual de prevenção de riscos profissionais

Como questão final nesta matéria inquiriram-se os CB's sobre a existência de um plano anual de prevenção de riscos profissionais tendo-se concluído que em cerca de 80% dos CB's não existe tal plano (fig. 129).

Por tipologia a maior percentagem de respostas negativas (78,9%) pertencem aos voluntários, seguindo-se os municipais com 72,2%. Curiosamente, nesta matéria, a situação dos sapadores também não era muito favorável apresentando um elevado número de respostas negativas (66,7%), ou seja, 4, dos 6 CB's existentes, não detinham um plano anual de prevenção de riscos profissionais (fig. 130).

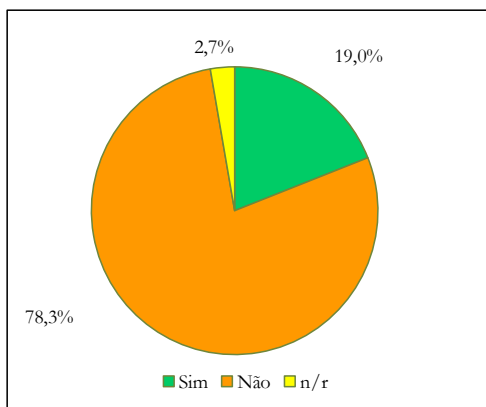
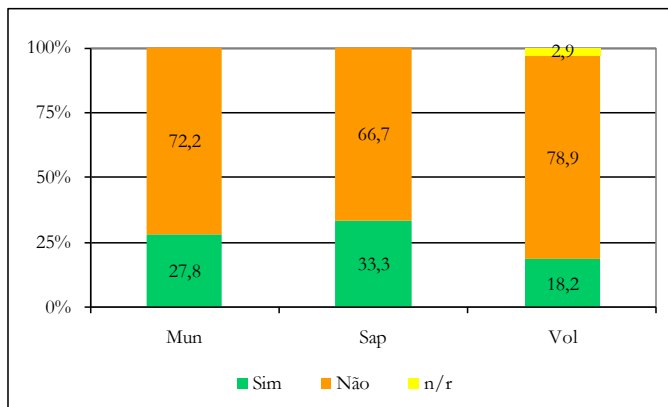


Fig. 129 – Existência de plano anual de prevenção de riscos profissionais.



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 130 – Existência de plano anual de prevenção de riscos profissionais, por tipologia de CB.

Em síntese, nas 8 questões relacionadas com a Política e Gestão de SHST existente nos corpos de bombeiros, verificou-se que lhe é dada pouca importância por parte dos corpos de bombeiros. No entanto, foi visível uma clara distinção entre a implementação dessas políticas nos corpos de sapadores e nos corpos voluntários e municipais.

Ao analisar os valores totais, verificou-se que a percentagem das respostas positivas, entre as questões 1.1. e 1.5 do inquérito oscila entre cerca de 21% e 31% enquanto as respostas negativas ultrapassaram sempre 70%, com exceção para a questão 1.5, acerca da existência de um plano de emergência implementado no corpo de bombeiros, na qual se verificou um ligeiro aumento das respostas positivas, 31,6% do total de corpos de bombeiros inquiridos.

Nas duas últimas questões, a primeira acerca da nomeação de um responsável certificado em Segurança e Saúde no Trabalho e a segunda, sobre a existência de um plano anual de prevenção de riscos profissionais no corpo de bombeiros, verificou-se um agravamento das respostas negativas. No primeiro caso, dos 332 inquéritos recebidos, apenas 34 deles (10,2%) afirmaram existir responsável nomeado e certificado em SHST, em contraposição aos 292 (88%) corpos de bombeiros onde tal não se verificou. No segundo caso, a existência de planos anuais de prevenção de riscos profissionais verifica-se apenas em 56 corpos de bombeiros (19%).

Ao distribuir os resultados pelas três diferentes tipologias de corpos de bombeiros, foi possível constatar que as respostas positivas têm comportamentos diferentes. É nos corpos de sapadores que as respostas positivas alcançaram maior percentagem, com valores superiores a 50% em todas as questões, à excepção das questões 1.3 e 1.7, as quais registam um valor próximo dos 33%. Os corpos municipais surgiram em segundo lugar, embora distantes dos resultados verificados para os primeiros, salvo nas questões 1.3 e questão 1.5 que registaram maiores valores percentuais que os sapadores. Os bombeiros voluntários são os menos sensibilizados para as questões relacionadas com a política de SHST. Em nenhuma questão, o total de respostas positivas ultrapassou 30%, sendo que os valores registados para as questões 1.1 à 1.3 foram inferiores a 25 %. Nos corpos voluntários, a resposta que registou o valor mais elevado foi a relativa à existência de um plano de emergência no corpo de bombeiros (29,9%), em contraponto com a questão 1.6 que apenas registou 9,4%.

4. Avaliação e controlo de riscos⁴²

A avaliação de riscos constitui um processo ou sistema de avaliação dos riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores decorrentes de perigos no local de trabalho e/ou nos diferentes cenários em que se desenvolvem actividades laborais. É, pois, uma análise sistemática de todos os aspectos do trabalho que identifica:

- aquilo que é susceptível de causar lesões ou danos;
- a possibilidade dos perigos serem eliminados e, se tal não for o caso, as medidas de prevenção ou protecção que existem, ou deveriam existir, para controlar/minimizar os riscos.

⁴² As questões que vão ser analisadas, correspondem ao ponto 2 do inquérito aos CB's, em anexo II.

Segundo a Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho, os princípios orientadores que devem ser tidos em consideração no processo de avaliação dos riscos podem ser divididos em cinco etapas:

- identificação dos perigos e das pessoas em risco;
- avaliação e priorização dos riscos;
- decisão sobre medidas preventivas;
- adoção de medidas;
- acompanhamento e revisão.

Nesta perspectiva, as onze questões a seguir analisadas, em inquérito próprio, procuraram diagnosticar o ponto de situação quanto à avaliação e controlo dos riscos profissionais nos bombeiros portugueses.

4.1. Metodologia formal de avaliação dos riscos em SHST

À exceção de 8 corpos de bombeiros voluntários, que perfazem 2,4% do total, todos os intervenientes no inquérito responderam a esta questão. As respostas negativas rondam 80% (245), contra apenas 55 respostas positivas, cerca de 18% do total de inquéritos (fig. 131).

Por tipologia, a tendência é similar nos corpos de bombeiros, notando-se apenas uma ligeira diminuição nos sapadores, ainda assim com valores superiores a 60% de respostas negativas (fig. 132).

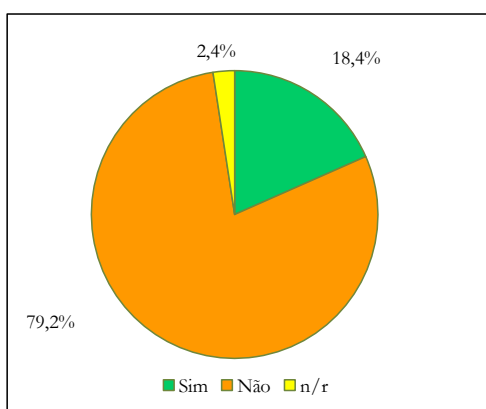


Fig. 131 – Existência de metodologia formal de avaliação em SHST.

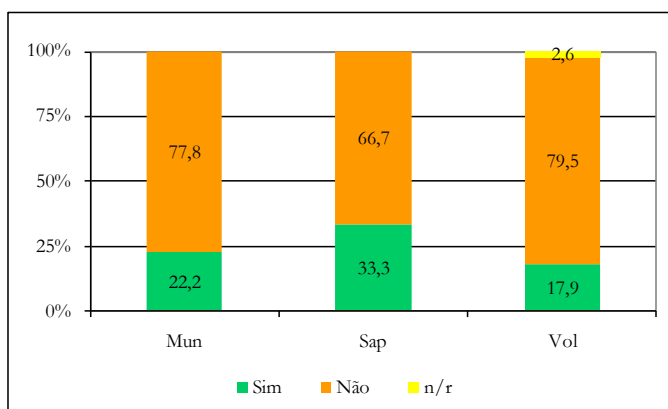


Fig. 132 - Existência de metodologia formal de avaliação em SHST, por tipologia de CB.

Fonte: Inquérito próprio/2007.

4.2. Metodologia formal de avaliação de riscos em matéria de condições ambientais de trabalho/riscos físicos, químicos e biológicos

À excepção de 9 corpos de bombeiros voluntários, que perfazem 2,7% do total, todos os intervenientes no inquérito responderam a esta questão. As respostas negativas rondam 75% (251), contra apenas 72 respostas positivas, ou seja cerca de 21,7% do total de inquéritos (fig. 133).

A tendência é similar entre as três tipologias de corpos de bombeiros, notando-se apenas um agravamento em cerca de 10% das respostas negativas, nos corpos de bombeiros voluntários (76,3%). Em termos relativos, as respostas positivas, quer dos sapadores, quer dos municipais, registaram 33,3%, o que equivale a 2 e 6 corpos de bombeiros, respectivamente. Já os voluntários vêem diminuir o registo para 20,8%, apenas 64 CB's entre um total de 308 (fig. 134).

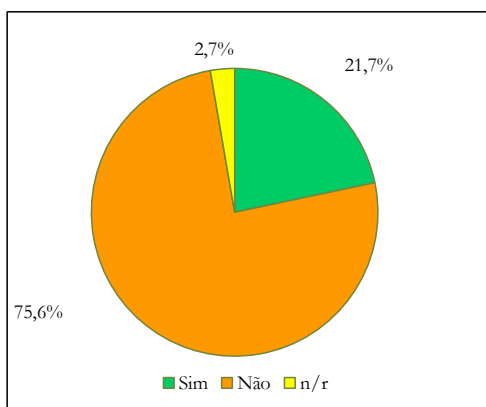
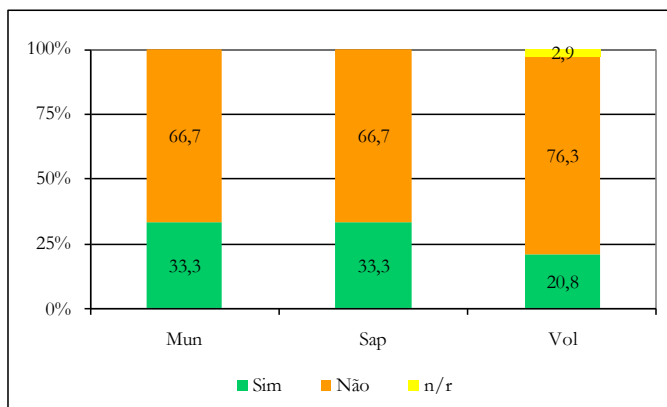


Fig. 133 - Existência de metodologia formal de avaliação de riscos em matéria de condições ambientais de trabalho/riscos físicos, químicos e biológicos.



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 134 - Existência de metodologia formal de avaliação de riscos em matéria de condições ambientais de trabalho/riscos físicos, químicos e biológicos, por tipologia de CB.

4.3. Metodologia de avaliação dos riscos ergonómicos, psicossociais e organizacionais

No total de inquéritos, as respostas negativas rondam os 85% (283) contra apenas 33 respostas positivas, cerca de 9,9% do total de inquéritos. Este facto é ainda agravado com uma maior abstenção, cerca de 5% (16) que, na sua maioria, se traduz por uma resposta negativa e que correspondem a CB's voluntários (fig. 135).

Entre as três tipologias de corpos de bombeiros, notam-se diferenças, principalmente uma ligeira diminuição no número de respostas negativas entre os corpos sapadores, ainda assim superiores a 65% (4). Entre os corpos municipais e voluntários existe uma diferença mínima de apenas 2,4%. Ambos ultrapassam 80% de respostas negativas. No primeiro caso, os 83,3% se referem a 15 corpos de bombeiros, enquanto nos voluntários os 85,7% referem-se a 264 corpos num total de 308 (fig. 136).

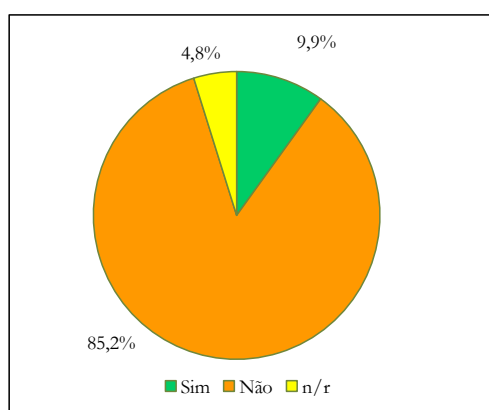
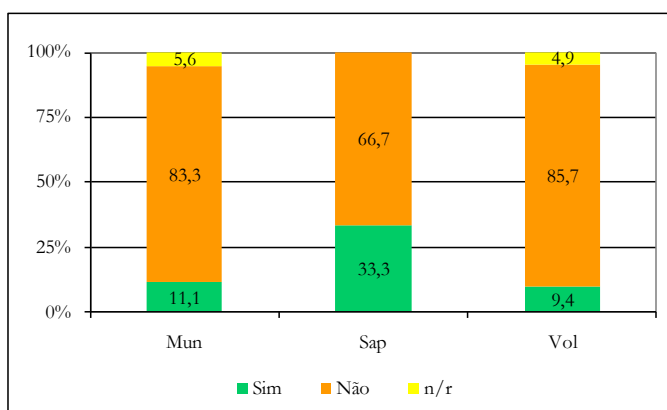


Fig. 135 – Existência de metodologia de avaliação dos riscos ergonómicos, psicossociais e organizacionais.



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 136 – Existência de metodologia de avaliação dos riscos ergonómicos, psicossociais e organizacionais, por tipologia de CB.

4.4. Mecanismos de abordagem específica das lesões músculo-esqueléticas

No total de inquéritos, as respostas negativas rondam os 80% (267) contra apenas 48 respostas positivas, cerca de 14,5% do total de inquéritos. A abstenção é de 5,1% (17) que, na sua maioria se traduz por uma resposta negativa. Os corpos que não responderam são voluntários, à excepção de 2 corpos municipais (fig. 137).

Entre as três tipologias de corpos de bombeiros notam-se diferenças. Em primeiro lugar, deve-se destacar a distribuição equitativa entre respostas positivas e negativas dadas pelos corpos de sapadores. Por outro lado, é visível um ligeiro agravamento das respostas negativas por parte dos corpos voluntários (81,5%), face aos 72,2% registados pelos municipais. Em termos absolutos significa que para os 18 corpos municipais, 13 responderam negativamente, enquanto nos corpos voluntários, apenas 48 corpos dos 308, responderam afirmativamente (fig. 138).

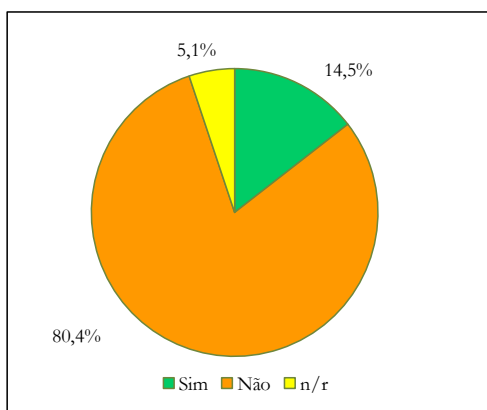
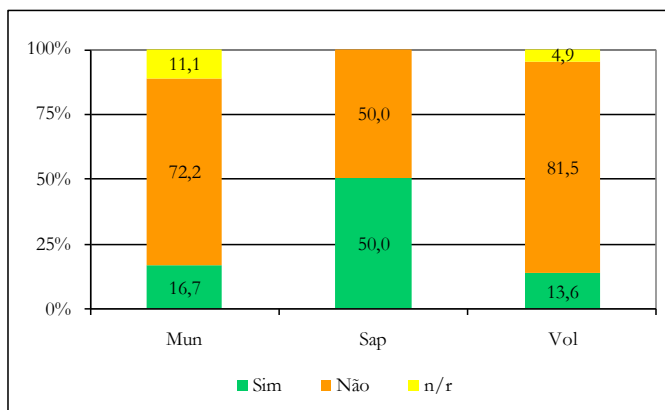


Fig. 137 – Existência de mecanismos de abordagem específica das lesões músculo-esqueléticas.



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 138 - Existência de mecanismos de abordagem específica das lesões músculo-esqueléticas, por tipologia de CB.

4.5. Formação ou informação acerca dos factores ergonómicos mais relevantes (posturas de trabalho e equipamentos dotados com visor)

Relativamente a esta temática verificou-se uma forte aproximação entre as respostas negativas e respostas positivas, ambas a rondarem os 48%, apesar do ligeiro aumento em 0,6% das respostas negativas. Em termos absolutos significa que 161 corpos de bombeiros responderam negativamente, enquanto 159 responderam afirmativamente.

No presente grupo, das questões relativas à avaliação e controlo de riscos, é esta questão aquela que registou o saldo mais positivo. Por outro lado, os 12 corpos que não responderam (3,6%) são voluntários, à excepção de 1 corpo municipal (fig. 139).

Por tipologia, verifica-se um grande distanciamento, em termos relativos, entre os corpos sapadores e os restantes. Na verdade, apenas 16,7% dos sapadores responderam negativamente, enquanto nos municipais e voluntários, os valores oscilaram entre 44,4% (8) e 49,4% (152), respectivamente (fig. 140).

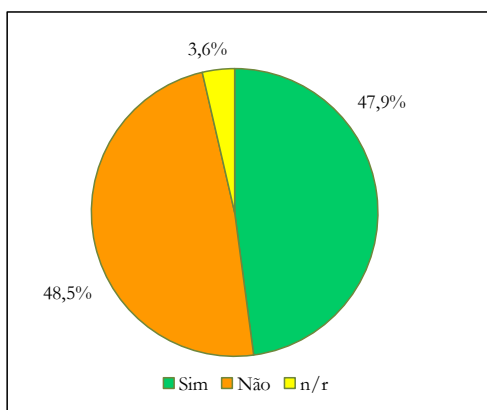
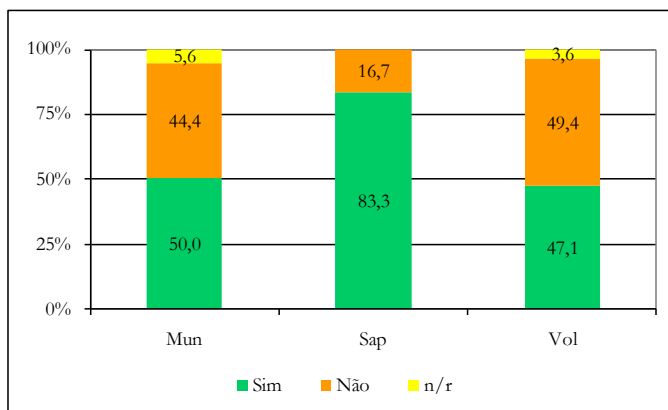


Fig. 139 – Fornecimento de formação ou informação acerca dos factores ergonómicos mais relevantes.



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 140 – Fornecimento de formação ou informação acerca dos factores ergonómicos mais relevantes.

4.6. Estudo dos factores de organização e segurança do trabalho

Em termos gerais, verifica-se que 70,8% dos corpos de bombeiros responderam negativamente, contra 25,3% de respostas positivas. Em termos absolutos significa que 235 corpos de bombeiros responderam negativamente, enquanto 84 responderam afirmativamente. O número de abstenções voltou a ser similar, mais concretamente, 13 corpos que não responderam (3,9%) dos quais 1 pertence a um corpo de bombeiros municipal (fig. 141).

Entre as três diferentes tipologias de corpos de bombeiros, de destacar o facto de, nos corpos de bombeiros sapadores, existir um perfeito equilíbrio entre respostas positivas e negativas. Por outro lado, verifica-se que, em termos relativos, o número de respostas positivas a esta questão, é superior nos voluntários, quando comparados com os municipais.

Com efeito, dos 18 corpos municipais a nível nacional, apenas 3 respondem afirmativamente enquanto nos voluntários, dos 308 que responderam ao inquérito, 78 fazem-no afirmativamente. A diferença entre as respostas negativas de municipais e voluntários é de 7% (fig. 142).

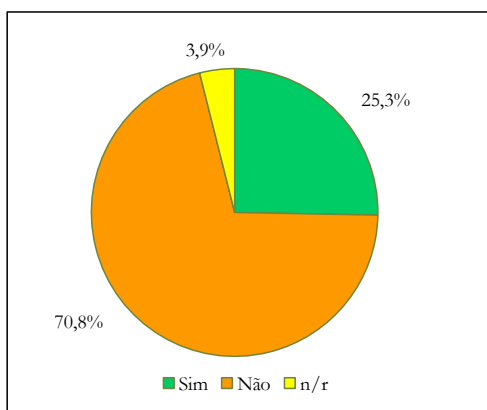
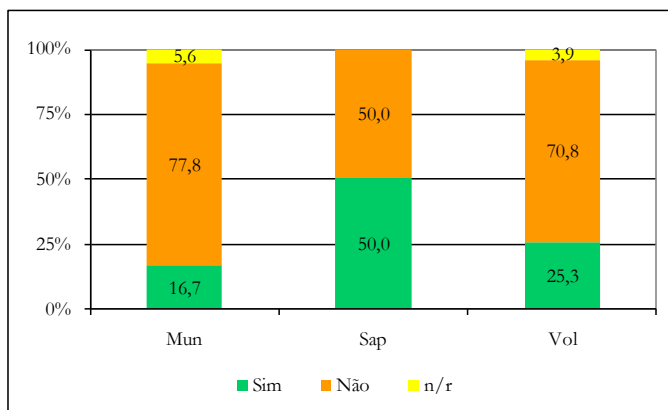


Fig. 141 – Existência de estudos dos factores de organização e segurança no trabalho.



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 142 - Existência de estudos dos factores de organização e segurança no trabalho, por tipologia de CB.

4.7. Metodologia de avaliação do stress profissional

É nesta temática que as respostas negativas assumem uma maior dimensão, ultrapassando 88% (294). Apenas 27 corpos (9%), num total de 332, afirmam possuir uma metodologia de avaliação do stress profissional. Por outro lado, a par com a questão 2.1, esta regista uma abstenção de apenas 8 corpos de bombeiros (2,4%), todos corpos voluntários (fig. 143).

Entre as três diferentes tipologias de corpos de bombeiros de destacar, em primeiro lugar, o facto de todos os corpos de bombeiros municipais terem respondido negativamente. Em segundo, o facto de se tornar a verificar equilíbrio entre respostas positivas e negativas nos corpos de bombeiros sapadores. Finalmente, de destacar o diminuto número de respostas positivas por parte dos voluntários, nomeadamente, 8,8%, o que corresponde a apenas 27, numa amostra com 308 corpos (fig. 144).

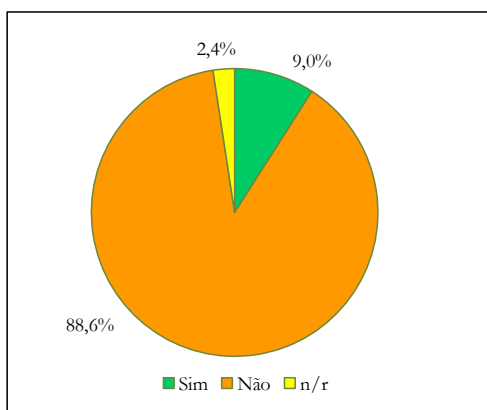
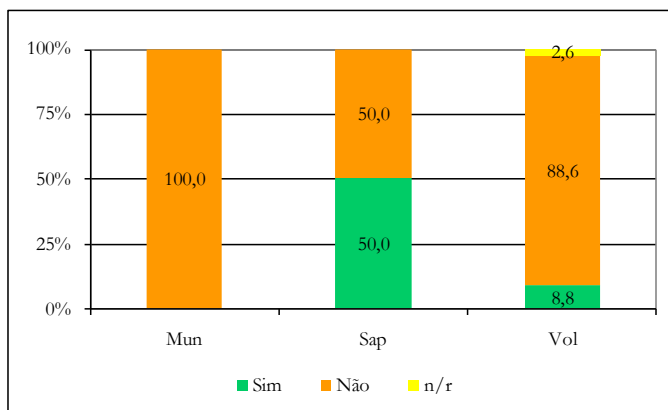


Fig. 143 – Existência de metodologia de avaliação do stress profissional.



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 144 – Existência de metodologia de avaliação do stress profissional, por tipologia de CB.

4.8. Avaliação dos riscos de movimentação manual de cargas

Em termos gerais, as respostas negativas rondam 80%, o que equivale a 265 corpos de bombeiros. As respostas positivas não vão além de 16%, 53 corpos de bombeiros. A abstenção ronda 4% e equivale a 14 corpos, 12 dos quais são voluntários e os restantes são municipais (fig. 145).

Nesta questão, entre as três diferentes tipologias de corpos de bombeiros, de destacar apenas que os corpos de sapadores obtêm, em termos relativos, uma percentagem de respostas positivas que ultrapassa 33,3% (2). Nos municipais, dos 18 existentes, apenas 2 afirmam avaliar os riscos de movimentação manual de cargas enquanto nos voluntários, a percentagem aumenta ligeiramente para os 15,9% (49). Entre os municipais e os voluntários, para além desta ligeira diferença, destaque apenas para o facto da percentagem de abstenções ser superior entre os municipais (fig. 146).

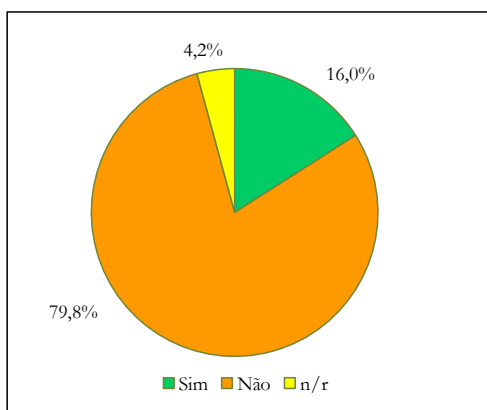
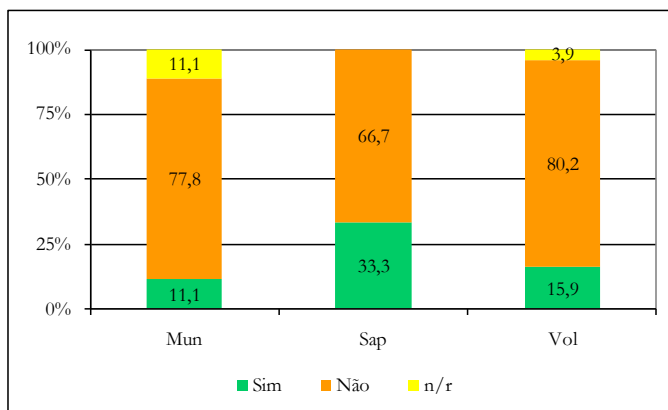


Fig. 145 – Existência de avaliação dos riscos de movimentação manual de cargas.



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 146 – Existência de avaliação dos riscos de movimentação manual de cargas, por tipologia de CB.

4.9. Formação na área de avaliação de riscos

Face à resposta relativa à temática anterior, com a qual existe uma certa relação, verifica-se que o número de corpos de bombeiros que possuem elementos aos quais foi administrada formação na área de avaliação de riscos, aumentou para o dobro relativamente à anterior. Na verdade, 30,7% correspondem a 102 corpos de bombeiros, enquanto na questão anterior não iam além de 53 (16%). Logo á partida, parece existir aqui uma discrepância que revela um certo descuido pela avaliação dos riscos, já que existem elementos com a formação referida sem no entanto a colocarem em prática (fig. 147).

Por tipologia, os sapadores, atingem a maior percentagem relativa de respostas positivas, 83,3% equivalentes a 5 CB's, seguindo-se os voluntários com 30,8% e os municipais com apenas 11% de respostas positivas (fig. 148).

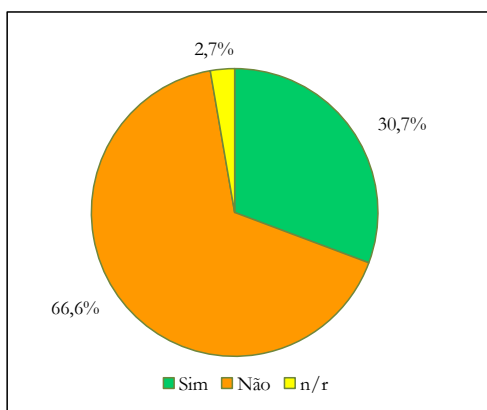
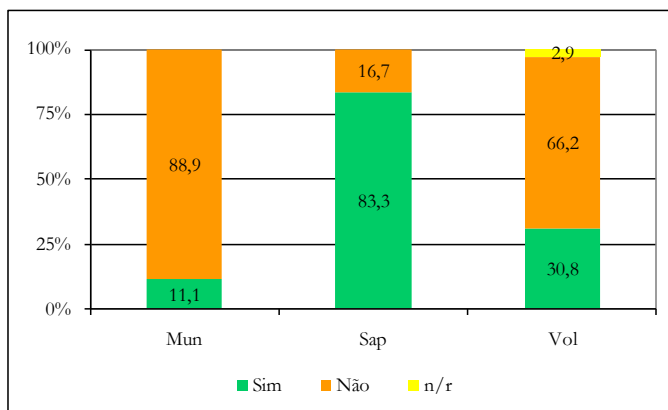


Fig. 147 – Formação na área de avaliação de riscos.



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 148 – Formação na área de avaliação de riscos, por tipologia de CB.

4.10. Normas e procedimentos internos escritos ajustados às diferentes situações de risco

Das 11 questões que constituem o grupo 2 do inquérito, esta é a que regista uma maior taxa de abstenção, ultrapassando 5% (18), equivalentes a 16 corpos de bombeiros voluntários e 2 municipais. Em termos gerais, as respostas positivas constituem 31% (103), enquanto que as respostas negativas registam cerca de 63%, ou seja, 211 corpos de bombeiros (fig. 149).

Entre as três diferentes tipologias de corpos de bombeiros verifica-se bastante equilíbrio. Com efeito, todas elas registam mais de 30%, destacando-se apenas os corpos municipais que se aproximam de 40%. Entre 308 corpos voluntários, destaque para o facto de apenas 94 afirmarem possuir normas e procedimentos internos aplicados às diferentes situações de risco. Ainda assim, no conjunto do grupo 2, esta questão regista um dos maiores índices de respostas positivas, juntamente com as questões relativas à *formação ou informação acerca dos factores ergonómicos mais relevantes e da formação na área de movimentação manual de cargas* (fig. 150).

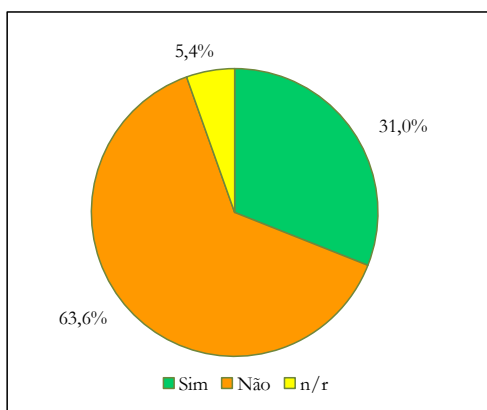
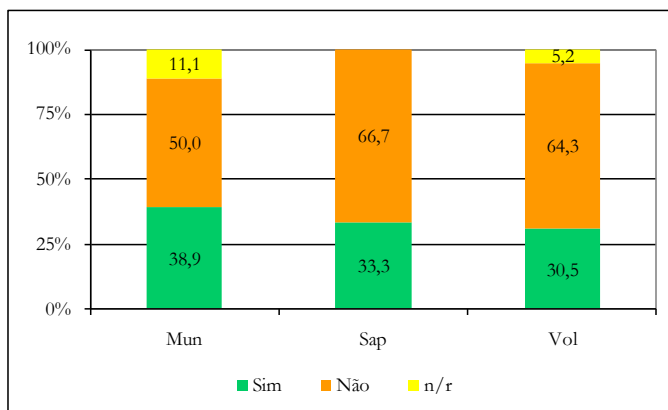


Fig. 149 – Existência de normas e procedimentos internos ajustados às diferentes situações de risco.



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 150 - Existência de normas e procedimentos internos ajustados às diferentes situações de risco, por tipologia de CB.

4.11. Programa de inspeções periódicas de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

Quanto a esta temática, as respostas negativas registaram 69%, o que equivale a 229 corpos de bombeiros. Apesar de elevada, consegue ser inferior à percentagem média de respostas negativas no somatório dos valores obtidos nas 11 questões, que foi de 73,4%.

Por outro lado, as respostas positivas conseguem ser ligeiramente superiores à média registada para o total das questões, ou seja, do total dos inquéritos, 89 corpos responderam afirmativamente, o que equivale a 26,8%, quando a média do grupo ficou pelos 22,8%. A taxa de abstenção registou um total de 14 corpos (4,2%), todos voluntários, à excepção de um corpo municipal. A média de abstenção para o grupo 2 foi de 3,8% (fig. 151).

Entre as diferentes tipologias, destaca-se o número de respostas positivas entre os corpos sapadores, nomeadamente, 5 corpos num total de 6 (83,3%). Os voluntários voltam a ser a tipologia cujo valor relativo de respostas negativas é maior (70,1%), o equivalente a 216 corpos. No entanto, a abstenção foi ligeiramente superior nos municipais, o que poderia, caso tivessem respondido, aproximar mais os valores entre os voluntários e os municipais, tipologias que, na sua generalidade, ainda se assemelham bastante (fig. 152).

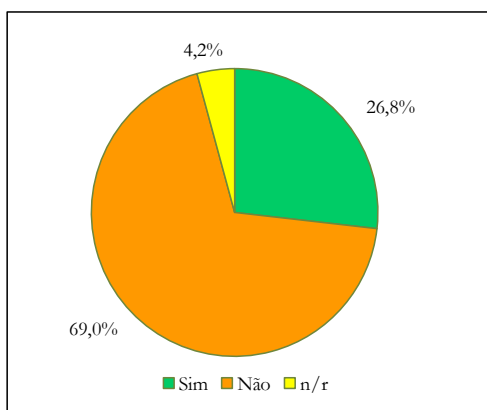
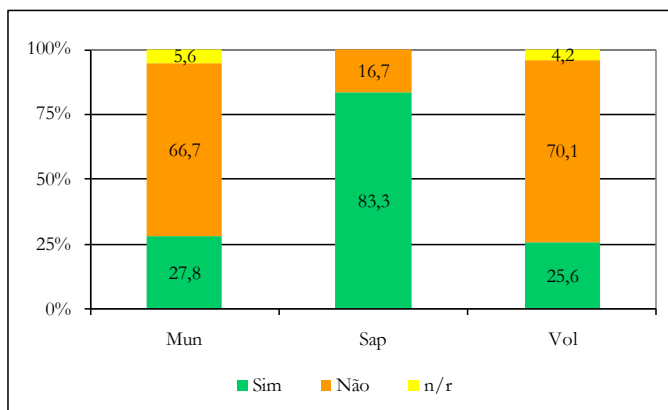


Fig. 151 – Existência de um programa de inspeções periódicas de SHST.



Fonte: Inquérito próprio/2007.

Fig. 152 – Existência de um programa de inspeções periódicas de SHST, por tipologia de CB.

Em conclusão, de uma forma geral, registaram-se valores positivos mais baixos do que os obtidos relativamente à anterior questão, estrutural, sobre **política e gestão de SHST**. Com efeito, entre as 11 questões que constituem este grupo, dedicado à avaliação e controlo dos riscos inerentes ao exercício da função de bombeiro, registou-se uma média de 22,8%, ligeiramente mais baixa que os 23,2% registados anteriormente.

De destacar ainda uma maior oscilação e variabilidade dos valores registados entre as várias questões. A que registou o valor mais elevado foi a 2.3.2, com 47,9% (159). Entre 25% e 30%, valores aproximados, surgem 4 questões, nomeadamente, 2.3.3, 2.6, 2.4.1, 2.5. O valor mais baixo refere-se á questão 2.3.4, acerca da existência de uma metodologia de avaliação do stress profissional, não indo além de 9%, ou seja, apenas 30 corpos de bombeiros entre 332.

Constatam-se diferenças entre as três tipologias de corpos de bombeiros, começando pela média de respostas positivas mais elevada entre os corpos de bombeiros sapadores, superior a 50% (51,5%). Em três questões, nomeadamente nas 2.3.2, 2.4.1 e 2.6, dos 6 corpos de bombeiros sapadores existentes no país, 5 responderam afirmativamente (83,3%)⁴³.

Entre os municipais e voluntários, a média de respostas afirmativas foi idêntica, com uma ligeira vantagem de 22,3% dos voluntários, contra 21,7% dos municipais.

⁴³ O CB que respondeu negativamente refere-se a Braga que, como atrás assinalámos, se encontra em circunstâncias muito especiais, de bombeiros com a categoria de sapador (a extinguir quando vagarem), ao lado de outros que apenas detêm a categoria de bombeiros municipais, cujo grau de exigência formativa e de cultura de segurança é semelhante aos dos restantes 18 CB's municipais.

Entre estes, as questões que revelaram as maiores diferenças foram a relativa à não existência de uma metodologia de avaliação do stress profissional em nenhum dos corpos municipais (questão 2.3.4), enquanto nos voluntários esse valor registou 8,8%, equivalentes a 27 corpos de bombeiros. Outra questão que marca a diferença entre municipais e voluntários, refere-se à formação na movimentação manual de cargas (questão 2.4.1). Entre os municipais, apenas 2 dos 18 corpos de bombeiros existentes admitem a existência de formação nessa área. Já entre os voluntários, esse valor sobe para 30,8%, ou seja, 95 entre 308 corpos.

São os inquéritos anónimos (8) que registaram a média de respostas positivas mais elevada, nomeadamente, 48,9%.

5. Segurança de Instalações e Equipamentos⁴⁴

As instalações e equipamentos podem ser fonte de diversos e graves acidentes, bem como de doenças profissionais nos corpos de bombeiros. Determinados tipos de acidentes e doenças profissionais como quedas, esmagamentos e alergias, entre outros, estão frequentemente relacionados com factores de risco ligados à concepção e *lay out* das instalações e à segurança dos equipamentos.

Neste contexto, procurámos saber se os equipamentos utilizados pelos bombeiros no âmbito da sua missão de socorro, respeitavam a legislação de segurança. Constatou-se que à excepção de 8 corpos de bombeiros, que perfazem 2,4% do total, todos os intervenientes no inquérito responderam a esta questão. As respostas positivas rondam 82% (272), contra apenas 52 respostas negativas, cerca de 16% do total de inquéritos (fig. 153).

A tendência é similar entre os corpos de bombeiros voluntários e sapadores, notando-se apenas uma ligeira diminuição nos voluntários, de apenas 0,5%. A excepção pertence aos corpos de bombeiros municipais, apesar de registar valores positivos, superiores a 65%, ou seja 12 CB's (fig. 154).

⁴⁴ As questões que vão ser analisadas, correspondem ao ponto 3 do inquérito aos CB's, em anexo II.

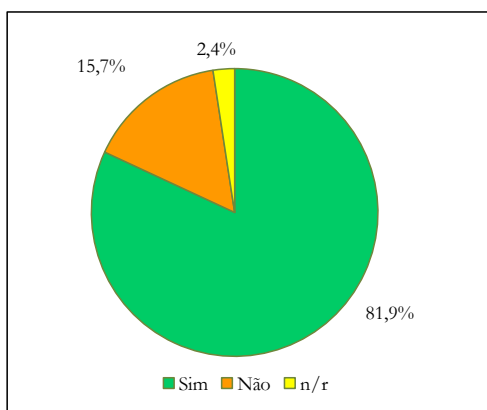
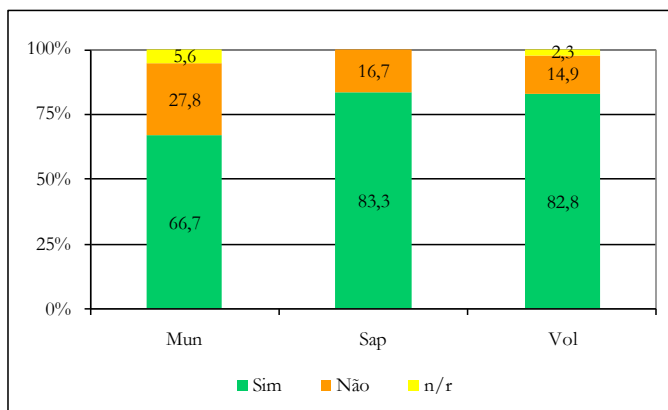


Fig. 153– Cumprimento da legislação de segurança relativa aos equipamentos.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 154 - Cumprimento da legislação de segurança relativa aos equipamentos, por tipologia de CB.

5.1. Cumprimento dos requisitos de segurança na compra de bens ou produtos para os corpos de bombeiros

Relativamente a esta questão, apenas 4 corpos de bombeiros voluntários não responderam, o que constitui a taxa de abstenção mais baixa em todo o grupo, nomeadamente 1,2%. Por outro lado, também foi nesta questão que os valores de respostas positivas registaram o valor mais elevado, nomeadamente, 85,8%, o que equivale a 285 corpos enquanto, as respostas negativas representam, apenas, 13% do total de inquéritos (43/332) (fig. 155).

À semelhança da questão anterior, os valores registados pelos corpos de sapadores e voluntários são similares, notando-se, apenas, uma maior diferença nos CB's municipais. No entanto, neste caso, essa diferença é positiva já que foi esta tipologia que registou o valor relativo mais elevado de respostas positivas, nomeadamente, 94,4% (17/18) (fig. 156).

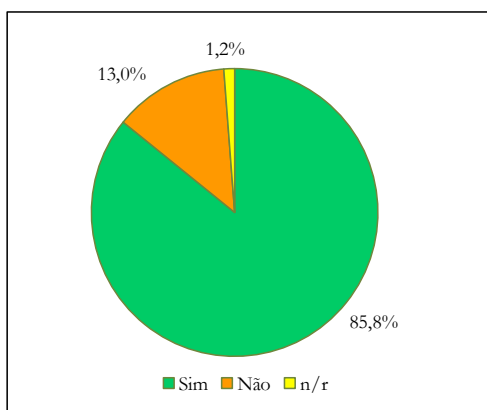
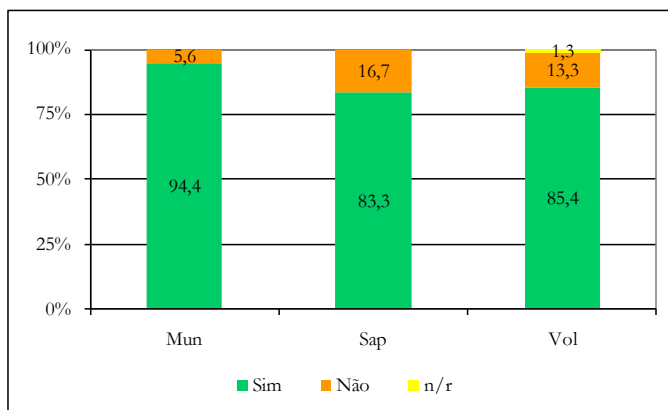


Fig. 155 – Cumprimento dos requisitos de segurança na compra de bens ou produtos para os corpos de bombeiros.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 156 - Cumprimento dos requisitos de segurança na compra de bens ou produtos para os corpos de bombeiros, por tipologia de CB.

5.2. Manutenção dos equipamentos por pessoal com formação adequada

No total de inquéritos, as respostas positivas decrescem ligeiramente face às anteriores, ainda assim, registam 71,7% (238). As respostas negativas representam 25,9%, o que equivale a 80 corpos de bombeiros. Existem 8 corpos de bombeiros (2,4%) que não respondem a esta questão, sendo um deles um corpo municipal e os restantes voluntários (fig. 157).

Entre as três tipologias de corpos de bombeiros, a diferença de destaque prende-se com o facto de serem os corpos de sapadores a registarem o valor relativo de respostas negativas mais elevado, nomeadamente 66,7% (2/4), enquanto os corpos voluntários registam valores não superiores a 26% (80/308) e, os municipais, apenas 22,2% (4/13) (fig. 158).

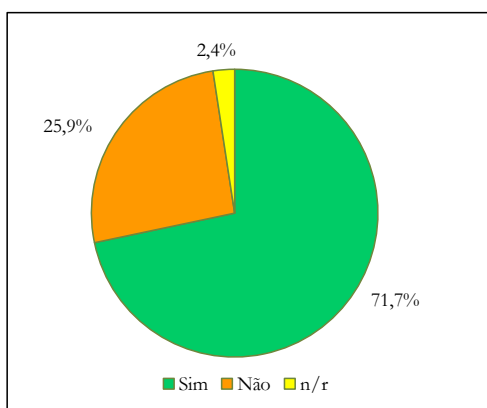
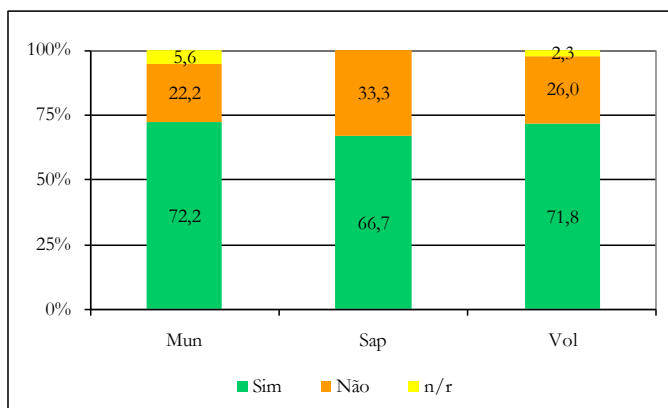


Fig. 157 – Manutenção dos equipamentos por pessoal com formação adequada.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 158- Manutenção dos equipamentos por pessoal com formação adequada, por tipologia de CB.

5.3. Escolha de equipamentos (máquinas e ferramentas) que comportam menor risco

No total de inquéritos, as respostas positivas rondam 80% (267) contra apenas 57 respostas negativas, cerca de 17,2% do total de inquéritos. A abstenção representa 2,4% (8), todos voluntários à exceção de um corpo municipal. Em termos gerais do grupo, esta é a terceira questão com maior número de respostas positivas (fig. 159).

Entre as três tipologias de corpos de bombeiros notam-se diferenças. Em primeiro lugar, deve-se destacar a totalidade de respostas positivas dadas pelos 6 corpos de bombeiros sapadores (fig. 160).

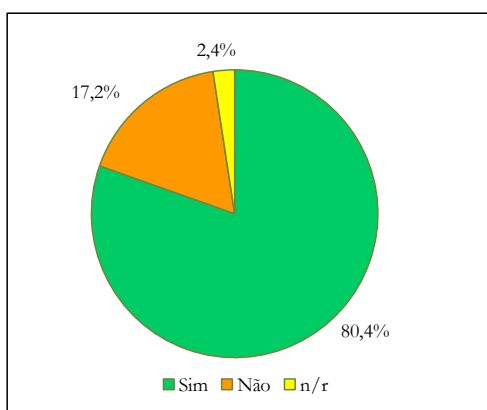


Fig. 159 – Escolha de equipamentos com menor risco.

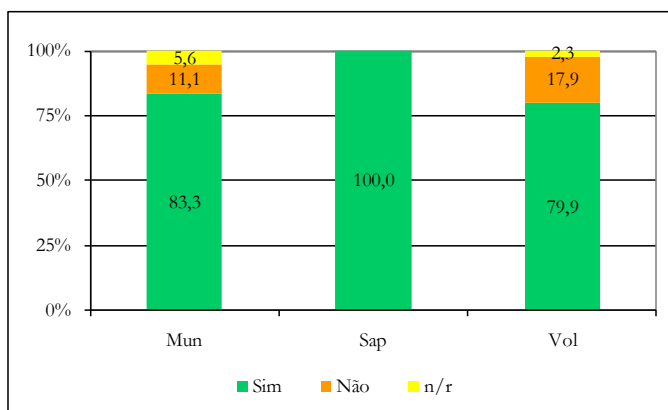


Fig. 160 - Escolha de equipamentos com menor risco, por tipologia de CB.

Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Entre os voluntários e municipais, existe uma ligeira diferença de 3,4% a favor dos municipais. No entanto, verifica-se que a taxa de abstenção foi superior entre os municipais (5,6%) o que em parte, iria equilibrar ainda mais os valores entre as duas tipologias.

5.4. Procedimentos para isolar instalações e equipamentos danificados ou defeituosos

Relativamente a esta problemática, verifica-se um acentuado decréscimo das respostas positivas, encontrando-se separadas por apenas 9,3% das respostas negativas. Assim, dos 332 corpos de bombeiros, 177 afirmam a existência de procedimentos para isolar instalações e equipamentos danificados ou defeituosos, o que representa 53,3%.

Por seu turno, os valores negativos representam 146 corpos de bombeiros (44%). A abstenção totaliza 9 corpos de bombeiros voluntários (2,7%) (fig. 161).

Entre as diferentes tipologias, de destacar o facto de serem os sapadores a registar o valor relativo de respostas positivas mais elevado, nomeadamente, 66,7% (4/6). Os corpos voluntários registaram valores mais positivos face aos corpos municipais, que não ultrapassaram 44,4%, totalizando um incremento de 9,2% (fig. 162).

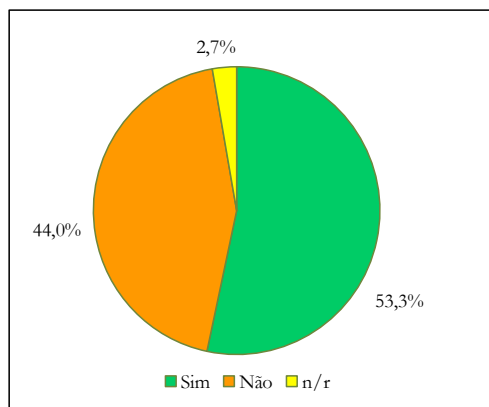
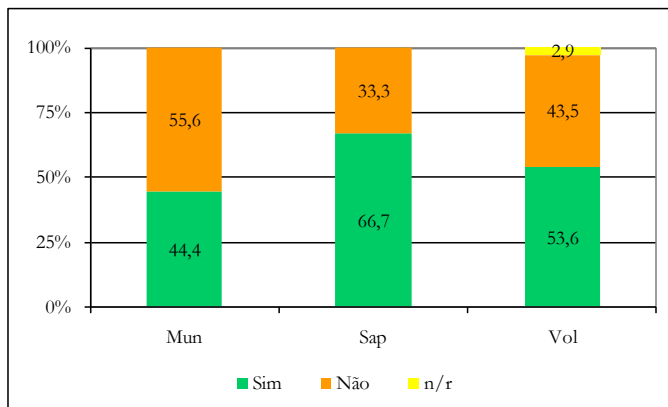


Fig. 161 – Existência de procedimentos para isolar instalações e equipamentos danificados ou defeituosos.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 162 - Existência de procedimentos para isolar instalações e equipamentos danificados ou defeituosos, por tipologia de CB.

5.5. Sinalização de segurança nas zonas de manutenção

Nesta temática, em todo o grupo, a presente questão foi a que obteve o maior número de respostas negativas, nomeadamente 196 corpos (64,8%). Dos 332 corpos de bombeiros, apenas 104 (31,3%) responderam afirmativamente. A abstenção representa 3,9% (13) e contempla apenas corpos de bombeiros voluntários (fig. 163).

Entre as três diferentes tipologias de corpos de bombeiros de destacar o escasso valor relativo registado pelos corpos municipais, no que se refere à existência deste tipo de sinalização. Dos 18 corpos existentes, apenas 3 (16,7%) respondem positivamente, constituindo a taxa mais baixa no conjunto das questões do grupo 3. Entre os corpos sapadores e voluntários, à excepção da taxa de abstenção registada nos voluntários, os valores são similares (fig. 164).

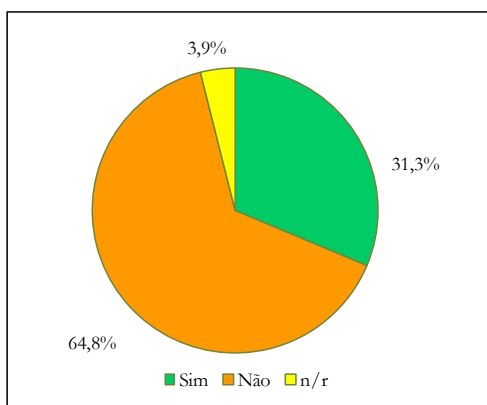
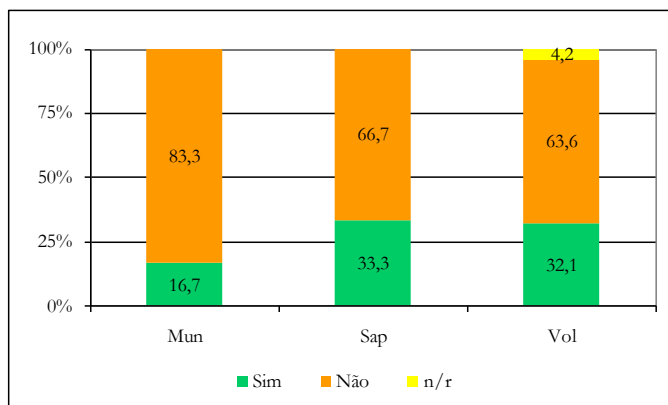


Fig. 163 – Sinalização de segurança nas zonas de manutenção



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 164 - Sinalização de segurança nas zonas de manutenção, por tipologia de CB.

5.6. Sinalização e desobstrução das vias e saídas de emergência

Esta questão, bem exemplificativa da cultura da segurança existente numa determinada instituição, paradoxalmente, parece ficar aquém daquilo que seria de esperar nos corpos de bombeiros. As respostas positivas registam 72%, ou seja, dos 332 corpos de bombeiros da amostra, 221 respondem afirmativamente. Ainda assim, as respostas negativas devem dar lugar a alguma reflexão. Cerca de 25% (84 CB's) afirmaram que as saídas de emergência não se encontram sinalizadas e desobstruídas (fig. 165), configurando um verdadeiro “atentado” à cultura de prevenção e segurança que deve ser apanágio da profissão de bombeiro.

Entre as várias tipologias, verifica-se que, são os sapadores que revelam melhor resposta. Com efeito, a totalidade dos 6 corpos de bombeiros sapadores respondeu afirmativamente. Já os corpos municipais obtiveram o maior valor relativo de respostas negativas, cerca de 28% (5/12) embora este número possa ser ainda agravado, tendo em conta a taxa de abstenção de 5,6% (fig. 166).

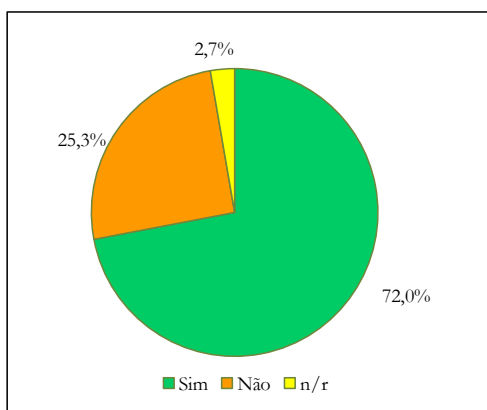


Fig. 165 – Sinalização e desobstrução das vias e saídas de emergência.

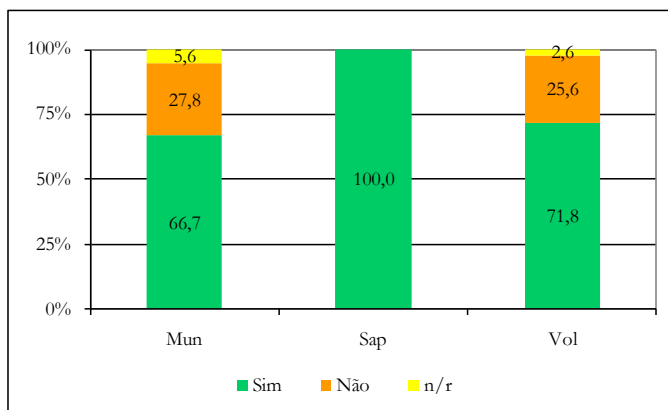


Fig. 166 - Sinalização e desobstrução das vias e saídas de emergência, por tipologia de CB.

Fonte: Inquérito próprio, 2007.

5.7. Iluminação de segurança

Nesta questão, cerca de 77% dos corpos de bombeiros (257/332) responderam afirmativamente, quanto à existência de iluminação de segurança. Por outro lado, 68 corpos de bombeiros afirmam não possuir este tipo de iluminação, ou seja, 20,5%. A taxa de abstenção registou o segundo valor mais baixo, cerca de 2%, que se referem a 7 corpos de bombeiros voluntários (fig. 167).

Por tipologia, foram os bombeiros sapadores que registaram o valor relativo mais elevado de respostas afirmativas, 83,3%. Entre os municipais e voluntários, o comportamento é praticamente idêntico (fig. 168).

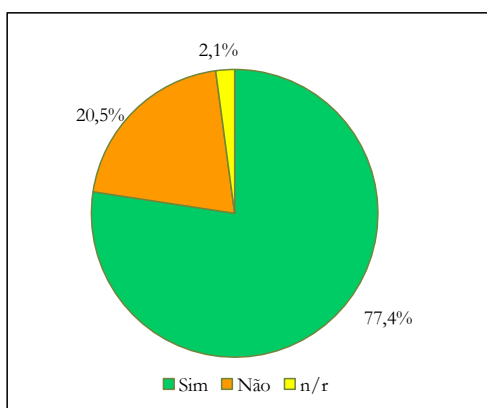


Fig. 167 – Existência de iluminação de segurança.

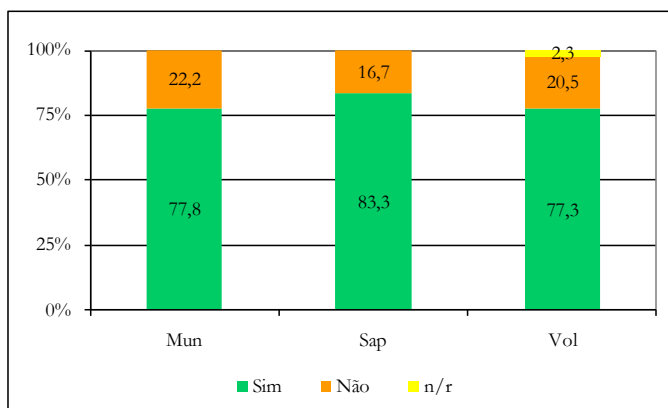


Fig. 168 - Existência de iluminação de segurança, por tipologia de CB.

Fonte: Inquérito próprio, 2007.

5.8. Abertura das portas de emergência para o exterior de forma rápida e acessível

Intimamente relacionada com a antepenúltima questão, verificou-se que, apesar de cerca de 70% dos CB's afirmarem a existência de portas de segurança, apenas 47,9% (159/332) dos corpos admite que essas portas são eficazes. Na verdade, nesta questão regista-se o valor mais equitativo entre respostas positivas e negativas, enquanto a taxa de abstenção é a mais elevada do conjunto das 12 questões deste grupo (fig. 169).

Foram os bombeiros municipais que registaram o valor mais elevado de respostas negativas, enquanto voluntários e sapadores apresentam valores muito próximos (fig. 170).

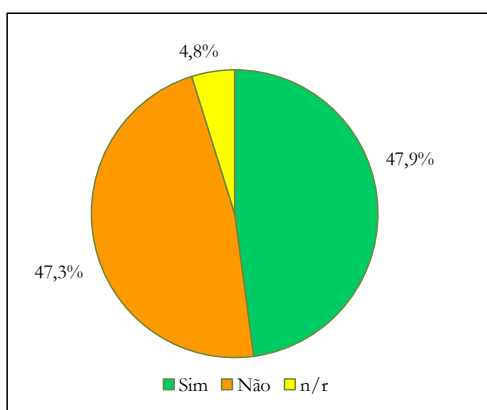
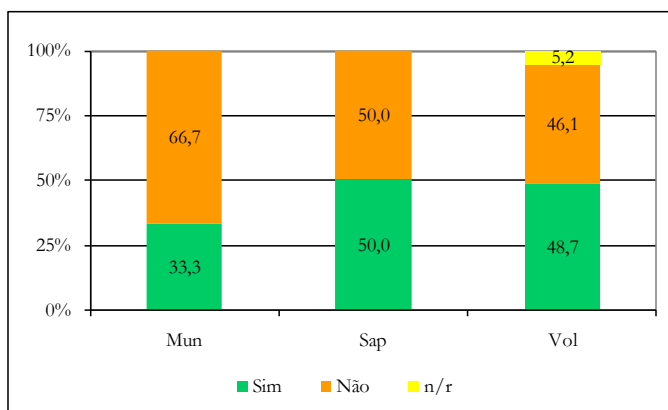


Fig. 169 – Abertura das portas de emergência para o exterior de forma rápida e acessível.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 170 - Abertura das portas de emergência para o exterior de forma rápida e acessível, por tipologia de CB.

5.9. Pisos anti-derrapantes nas instalações

Nesta questão, regista-se o terceiro valor negativo mais elevado em todo o grupo. Dos 332 corpos de bombeiros, 199 responderam negativamente (59,9%) enquanto 126 corpos responderam positivamente (38%).

Entre as três tipologias, destaca-se o número de respostas positivas entre os corpos de bombeiros sapadores, os quais representa 83,3% (fig. 171). Já entre os municipais e voluntários, esse valor desce consideravelmente para 33,3 e 37,3%, respectivamente (fig. 172).

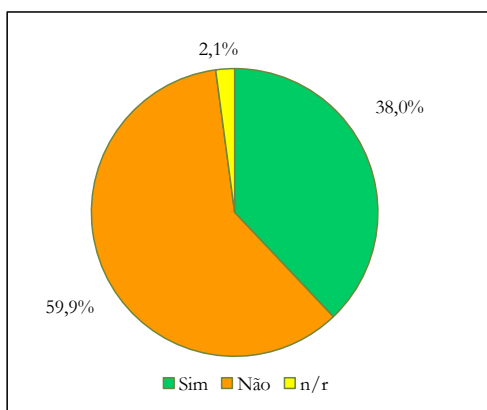
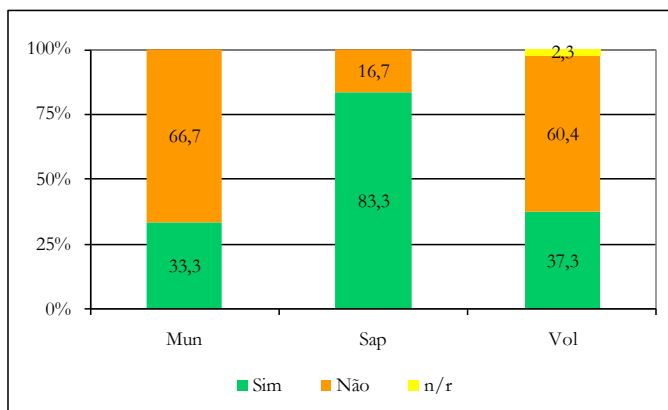


Fig. 171 – Existência de pisos anti-derrapantes nas instalações.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 172 - Existência de pisos anti-derrapantes nas instalações, por tipologia de CB.

5.10. Escadarias e escadas fixas anti-derrapantes

As respostas negativas registaram 66,9%, o que equivale a 222 corpos de bombeiros. Em todo o grupo, este é o valor mais elevado de respostas negativas. O número de corpos de bombeiros a afirmar que possuem escadarias e escadas fixas anti-derrapantes, representa apenas 30,4% (101/332) (fig. 173).

Este valor deve-se na sua maioria aos 210 corpos de bombeiros voluntários que responderam negativamente, representando 68,2% dessa tipologia. Já os corpos sapadores registaram apenas 33,3% de respostas negativas, o valor mais baixo. Os corpos de bombeiros municipais têm um comportamento mais positivo, quando comparados com os voluntários (fig. 174).

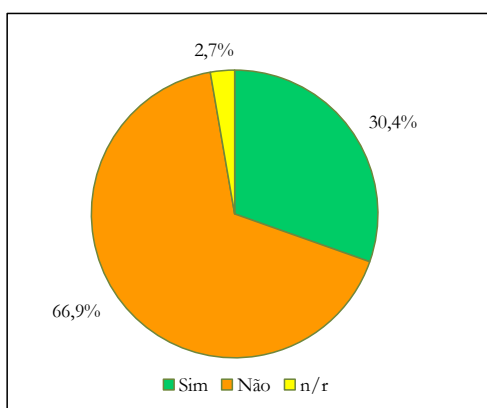
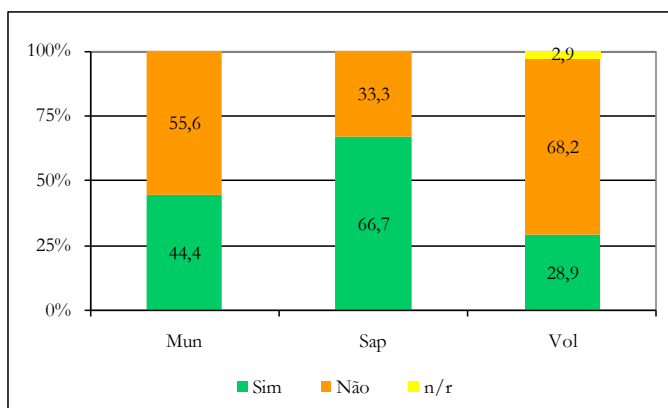


Fig. 173 – Existência de escadarias e escadas fixas



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 174 - Existência de escadarias e escadas fixas anti-derrapantes, por tipologia de CB.

5.11. Cumprimento das normas legais relativamente à temperatura e humidade das instalações operacionais

As respostas negativas registaram 43,4%, o que equivale a 144 corpos de bombeiros. As respostas positivas conseguem ser ligeiramente superiores, ou seja, do total dos inquiridos, 180 CB's responderam afirmativamente, o que equivale a 52,2%. A taxa de abstenção registou um total de 8 corpos de bombeiros voluntários (2,4%) (fig. 175).

Esta questão tem a característica particular de poder ser interpretada de diferentes formas consoante a pessoa que responde ao inquérito (a não ser que haja mínimos exigidos ou conhecidos). Esta incerteza pode, em parte, explicar a maior equidade entre respostas positivas e negativas. Por outro lado, verifica-se que os sapadores registam o valor positivo mais baixo. Usando este valor como referência, verifica-se que talvez possa haver uma ligeireza das respostas dadas pelos corpos de bombeiros voluntários e municipais, já que estes registam respostas positivas fracamente mais elevadas (fig. 176).

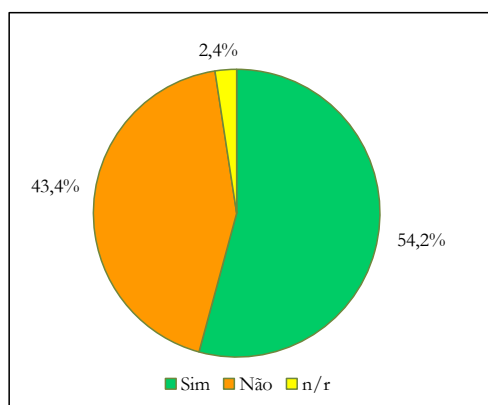


Fig. 175 – Cumprimento das normas legais relativamente à temperatura e humidade das instalações operacionais.

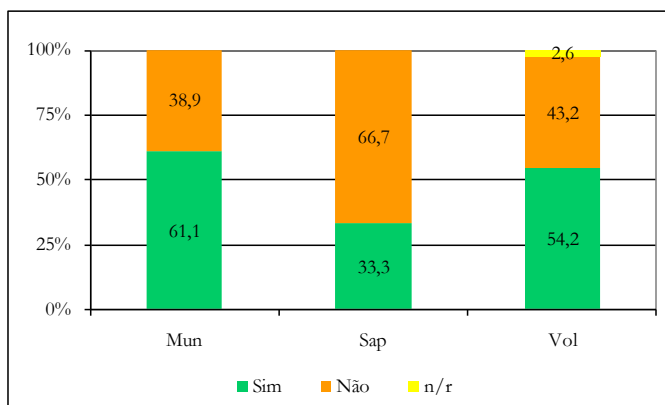


Fig. 176 - Cumprimento das normas legais relativamente à temperatura e humidade das instalações operacionais, por tipologia de CB.

Em resumo, de uma forma geral, registam-se valores positivos mais elevados do que nos grupos anteriores. Com efeito, entre as 12 questões que constituem este grupo, dedicado à segurança de instalações e equipamentos, registou-se uma média de respostas positivas de 60,4%.

O valor mais elevado registou-se na questão 3.2, com 85,8% (285/332) enquanto que o valor mais baixo se registou na questão 3.11, com 30,4% (101/332). As questões 3.1, 3.2 e 3.4 registaram, valores positivos superiores a 80%. Por outro lado, existem 4 questões com valores inferiores a 50%.

Constatam-se diferenças entre as três tipologias de corpos de bombeiros, começando pela média de respostas positivas mais elevada entre os corpos de bombeiros sapadores. Em duas questões, nomeadamente a 3.4 e 3.7, verificou-se que a totalidade respondeu afirmativamente. Para além disso, pode ainda dizer-se que o número de questões com respostas positivas superiores a 80% subiu para 6. Apenas, por três vezes, as respostas negativas foram iguais ou superiores a 50%, nomeadamente nas questões 3.6, 3.9 e 3.12.

Os corpos municipais ultrapassaram os 80% de respostas positivas em duas questões, nomeadamente, nas questões 3.2 e 3.4. Por outro lado, o número de questões com respostas negativas superiores a 50% sobe para 5, destacando-se os 83,3% negativos registados na questão 3.6.

Entre os corpos de bombeiros voluntários, as questões 3.1 e 3.2 ultrapassam os 80% de respostas positivas. Em 4 questões esse valor não ultrapassa os 50%. Em suma, os sapadores obtêm uma média de respostas positivas de 70,8%, os voluntários atingem os 60,3%, logo seguidos pelos municipais que registam 57,9%, ou seja, por tipologia, a **prevenção e cultura de segurança**, é, em regra, mais frágil, entre os corpos de bombeiros municipais (não sapadores).

Finalmente, e apesar de algumas diferenças evidentes entre algumas questões, a média de respostas positivas foi de 60,4%, o que perfaz um número médio a rondar os 200 corpos de bombeiros.

6. Formação em Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SHST)⁴⁵

A literatura sobre gestão de recursos humanos relativamente à informação e segurança, coincide na ideia de que a formação e participação dos colaboradores nesta área tem efeitos benéficos ao nível dos comportamentos de SHST reduzindo, muito significativamente, a incidência nos acidentes. No entanto, a eficácia da formação nos comportamentos de segurança irá depender ao nível organizacional não só do compromisso geral da organização em fornecer um ambiente de trabalho seguro, mas também das percepções dos colaboradores quanto ao reconhecimento desse compromisso ao mais alto nível (Freitas, 2003:75-80).

Neste pressuposto, procurámos verificar no inquérito levado a efeito, qual o ponto de situação dos corpos de bombeiros nesta matéria.

⁴⁵ As questões que vão ser analisadas, correspondem ao ponto 4 do inquérito aos CB's, em anexo II.

6.1. Formação em SHST dos elementos de comando dos CB's

À exceção de 8 corpos de bombeiros, que perfazem 2,4% do total, todos os intervenientes no inquérito responderam a esta questão. As respostas positivas perfazem 34% (113) ao contrário das respostas negativas que representam a maioria dos corpos de bombeiros abrangidos pelo presente inquérito. Assim, ao contrário do registado no grupo de questões anterior, verifica-se que, em média, os valores das respostas negativas aumentaram significativamente.

Com efeito, dos 332 corpos de bombeiros da amostra, cerca de 63% afirmam que os elementos do Comando nunca frequentaram algum curso sobre gestão de SHST, o que equivale a 211 (fig. 177).

Entre as três tipologias, são os bombeiros municipais que revelam uma melhor preparação neste domínio, com cerca de 67% (6/18), logo seguidos dos corpos de sapadores que em metade dos casos (3/6) afirmam possuir formação nesta área. Foi nesta questão que as respostas positivas dos corpos de sapadores registaram o seu valor mais baixo.

Comparativamente, os corpos de bombeiros voluntários registam o valor menos satisfatório, já que em apenas 31,8% dos corpos de bombeiros (98/308) se afirma que elementos do comando tenham recebido formação nesta área (fig. 178).

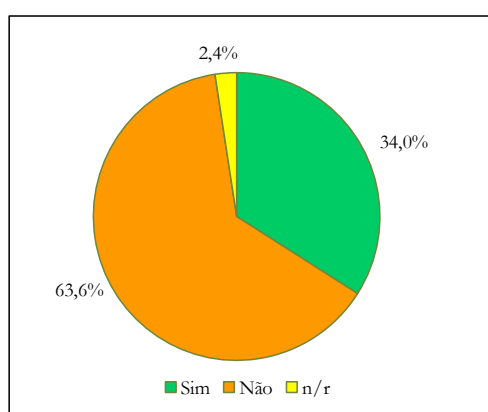


Fig. 177 – Formação dos elementos do comando em SHST.

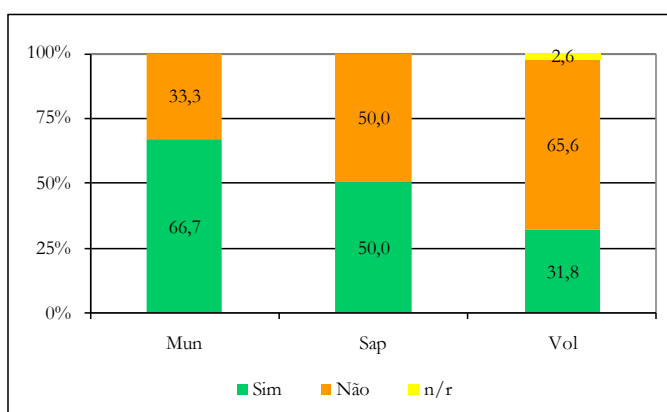


Fig. 178 - Formação dos elementos do comando em SHST, por tipologia de CB.

Fonte: Inquérito próprio, 2007.

6.2. Formação em SHST das chefias dos CB's

Relativamente às restantes questões do grupo 4, foi a questão relacionada com a formação em SHST por parte das chefias intermédias, aquela que registou a maior taxa de abstenção. Dos 332 corpos de bombeiros, 11 corpos voluntários evitaram responder (3,3%).

Por outro lado, a percentagem de respostas negativas aumentou cerca de 12%, face à questão anterior, totalizando 252 corpos de bombeiros nos quais não existem elementos de chefia com formação em SHST (75,9%). Assim, apenas 69 corpos (20,8%) afirmam possuir chefias formadas em SHST. Este é o valor de respostas positivas mais baixo em todo o grupo 4 (fig. 179).

Entre as tipologias de corpos, destaque para a grande diferença existente entre os corpos de sapadores e os restantes. Se, entre os corpos sapadores, em mais de 66% dos casos existem chefias com formação, já nos outros, esses valores decrescem significativamente para cerca de 40%, no caso dos corpos municipais e, no caso dos voluntários, essa descida é ainda mais acentuada, pois dos 308 corpos, apenas 58 afirmam ter tido formação (18,8%) (fig. 180).

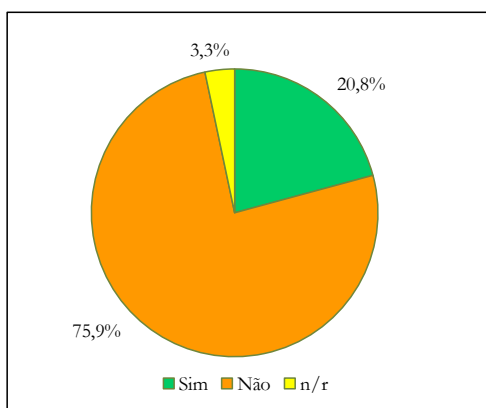


Fig. 179 – Formação das chefias em SHST.

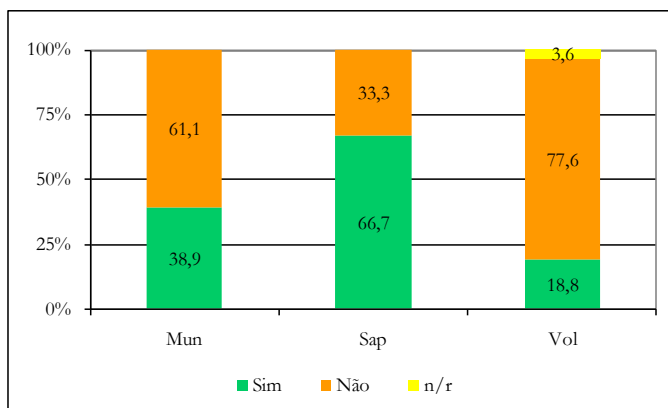


Fig. 180 - Formação das chefias em SHST, por tipologia de CB:

Fonte: Inquérito próprio, 2007.

6.3. Formação inicial sobre prevenção de riscos profissionais

A questão 4.3 incide sobre uma temática mais geral e inicial que, à partida, supõe um maior número de respostas positivas. Assim, em 62,3% dos casos, os corpos de bombeiros responderam afirmativamente, ou seja, 207 corpos afirmam ter elementos com formação inicial em riscos profissionais e aplicação de princípios gerais de prevenção (fig. 181).

Entre municipais e voluntários, os valores positivos são similares e, em ambos os casos, superiores a metade da amostra, destacando-se apenas os corpos de bombeiros sapadores que registaram uma percentagem francamente superior (83,3%) (fig. 182).

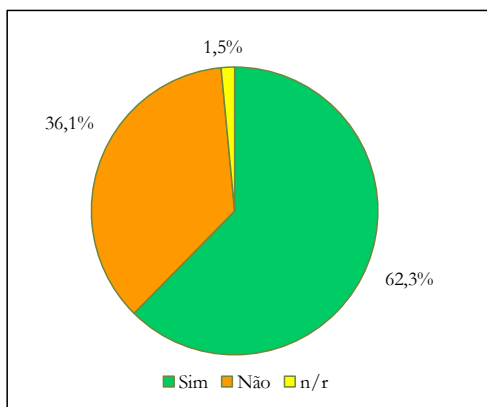
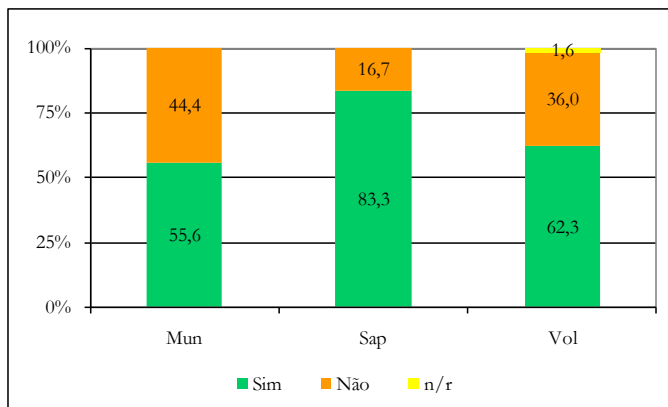


Fig. 181 – Formação inicial sobre prevenção de riscos profissionais nos bombeiros.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 182 - Formação inicial sobre prevenção de riscos profissionais nos bombeiros, por tipologia de CB.

6.4. Formação específica sobre acesso a zonas de risco grave

No total de inquéritos, as respostas positivas rondam 68% (227) contra 91 respostas negativas, ou seja, cerca de 28,6% do total de inquéritos. A abstenção representa 3% (10), todos voluntários (fig. 183).

Entre as três tipologias de corpos de bombeiros, corpos municipais e sapadores registam o mesmo valor, nomeadamente 83,3%. Já os voluntários, decrescem cerca de 16% e ficam-se pelos 67,2% (fig. 184).

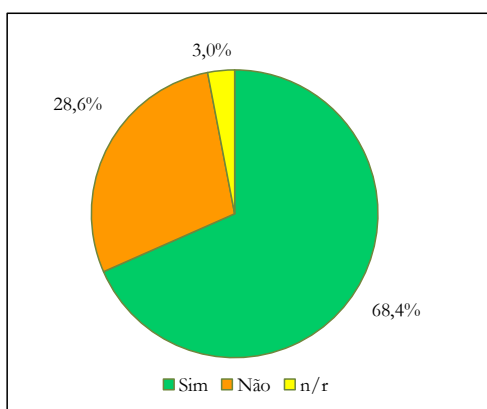
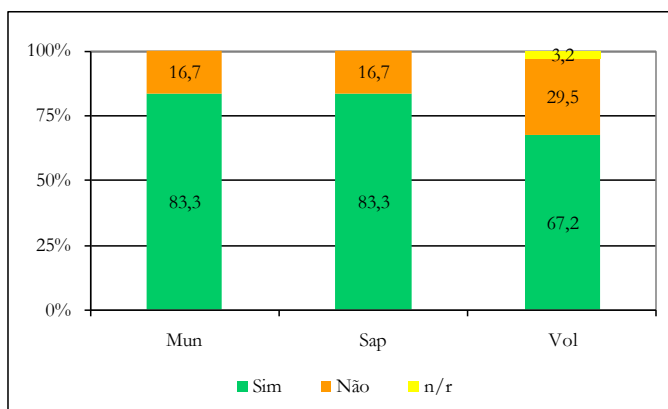


Fig. 183 – Formação específica sobre acesso a zonas de risco grave.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 184 - Formação específica sobre acesso a zonas de risco grave, por tipologia de CB.

6.5. Formação inicial em matérias perigosas

A formação inicial em matérias perigosas, quando ministradas pelo próprio corpo de bombeiros, é a questão que regista o maior número de respostas positivas. Com efeito, dos 332 corpos, 293 afirmam ter essa formação, perfazendo cerca de 88%. Por oposição, as respostas negativas decrescem para uns expressivos 10,8% (36/332). A taxa de abstenção também foi a mais baixa ao longo do grupo, nomeadamente, 0,9% correspondente a 3 corpos de bombeiros voluntários (fig. 185).

Das três tipologias, todas com mais de 80% de respostas positivas, é nos corpos municipais que se regista o valor mais elevado, nomeadamente, cerca de 94% (17/18). Quer os corpos municipais, quer os voluntários, obtêm nesta questão, os valores mais elevados de respostas positivas ao longo de todo o grupo (fig. 186).

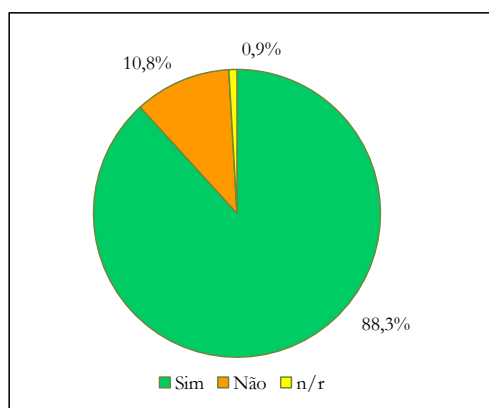
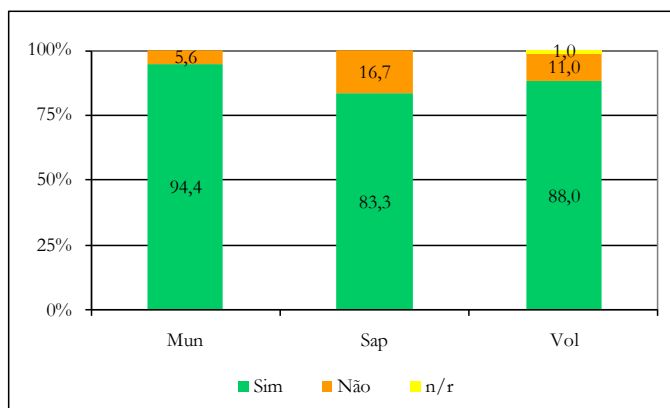


Fig. 185 – Formação inicial em matérias perigosas.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 186 - Formação inicial em matérias perigosas, por tipologia de CB.

6.6. Existência de planos prévios de intervenção para acidentes com matérias perigosas

Em 64,2%, ou seja, em 213 corpos de bombeiros existiam planos de intervenção para acidentes com matérias perigosas. Os corpos onde ainda não existiam planos, rondavam 34%, equivalentes a 115 corpos de bombeiros. A taxa de abstenção é de 1,2%, representada por apenas 4 corpos de bombeiros voluntários (fig. 187).

De destacar que a totalidade dos sapadores tem implementado os referidos planos nos seus corpos. Já entre os municipais e voluntários o comportamento é muito similar, apesar de um ligeiro acréscimo das respostas positivas entre os municipais (fig. 188).

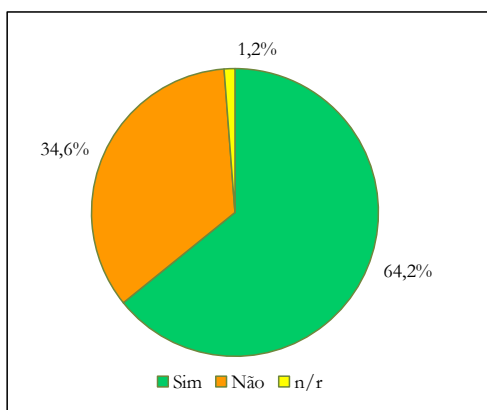
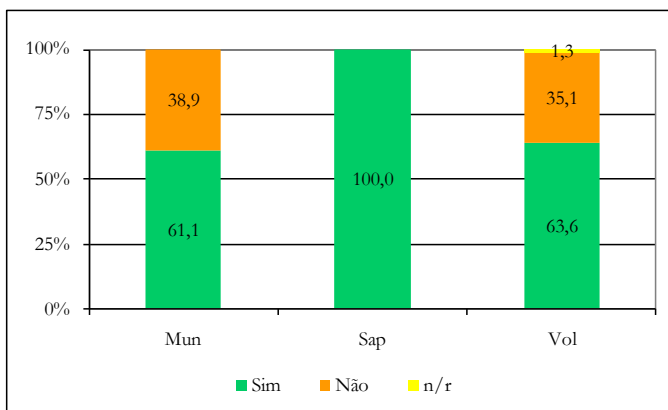


Fig. 187 – Existência de planos prévios de prevenção para acidentes com matérias perigosas.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 188 - Existência de planos prévios de prevenção para acidentes com matérias perigosas, por tipologia de CB.

6.7. Informação sobre medidas de controlo de riscos com matérias perigosas

Fortemente relacionada com a questão anterior, esta problemática revela, mais uma vez, que quando não existe uma obrigatoriedade ou um carácter mais formal de uma determinada medida, as respostas positivas aumentam consideravelmente. Assim, a questão 4.6.1 registou o segundo valor positivo mais elevado, totalizando 272 corpos de bombeiros (81,9%). As respostas negativas correspondem apenas a 16,3% (54) (fig. 189).

A totalidade dos corpos sapadores respondeu afirmativamente e os corpos municipais registam cerca de 89% de respostas positivas (16/18) (fig. 190).

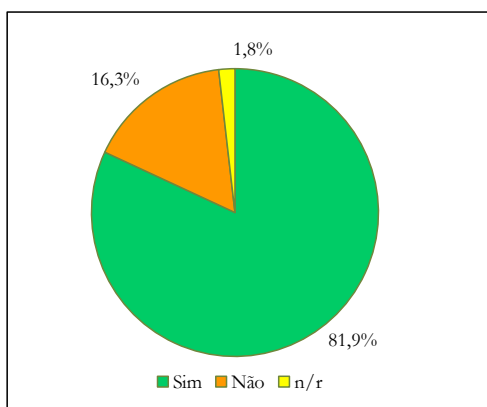
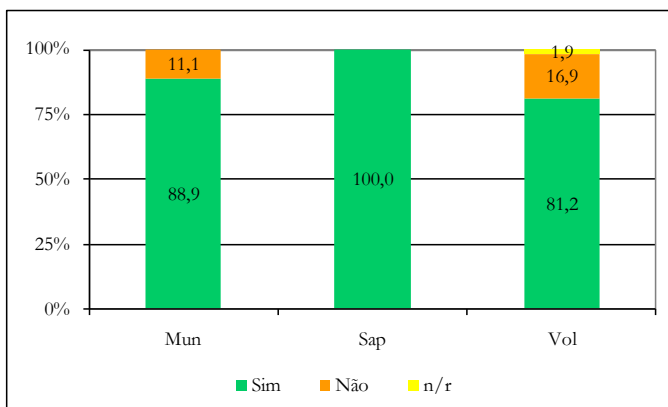


Fig. 189 – Informação sobre medidas de controlo de riscos com matérias perigosas.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 190 - Informação sobre medidas de controlo de riscos com matérias perigosas, por tipologia de CB.

6.8. Avaliação das necessidades de formação em SHST

Algumas das questões anteriores já deixavam adivinhar que a presente questão, relacionada com a avaliação das necessidades de formação em SHST, iria ter um acréscimo de respostas negativas. Na verdade, esta foi a questão que registou o segundo valor mais elevado em termos de respostas negativas, cerca de 64%, o que representa 214 dos 332 corpos de bombeiros abrangidos pelo inquérito. Em apenas 95 corpos parece existir uma efectiva preocupação em administrar formação na área de SHST (fig. 191).

Esta questão assume maior défice entre os corpos de bombeiros voluntários, que ficam a rondar 30% de respostas positivas. Pelo contrário, os sapadores são os mais sensibilizados, já que apenas 1 corpo dos 6 existentes afirma não ter avaliado as necessidades de formação nesta área (fig. 192).

Em resumo, neste grupo de questões assistiu-se a uma ligeira diminuição das respostas positivas face ao grupo anterior. Ainda assim, a média das respostas positivas ao longo das 8 questões sobre SHST é de 56,6%.

O valor mais elevado registou-se na questão 4.5, com 88,3% (293/332) enquanto que o valor mais baixo se registou na questão 4.2, com 20,8% (69/332). A questão 4.6.1, atrás referida, registou um valor positivo superior a 80%. Por outro lado, existem 3 questões com valores inferiores a 50%, nomeadamente as questões 4.2 (20,8%), 4.7 (32,5%) e 4.1 (34%).

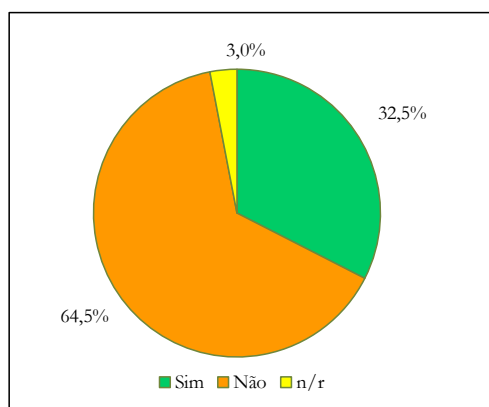
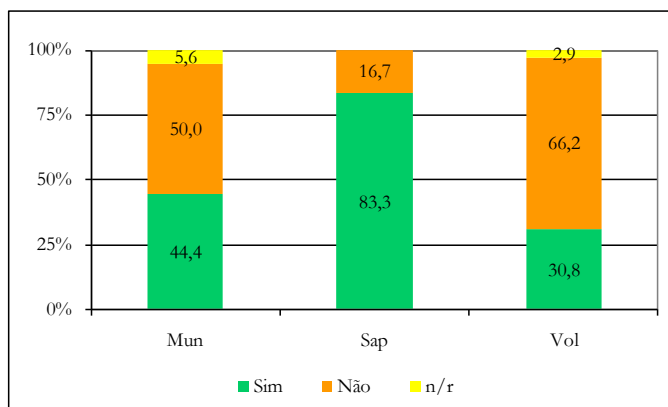


Fig. 191 – Avaliação das necessidades de formação em SHST.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 192 - Avaliação das necessidades de formação em SHST, por tipologia de CB.

Entre as três tipologias, destacou-se a média de respostas positivas, de 81,3% para os sapadores, enquanto para os municipais decresce para 66,7%. Os corpos voluntários registaram o valor mais baixo, ligeiramente superior a metade da amostra (55,5%).

Entre os sapadores, 6 questões obtiveram valores positivos superiores a 80%, das quais, 2 questões atingiram 100%, nomeadamente as questões 4.6 e 4.6.1. Nenhuma delas registou um valor inferior a 50%. Já nos municipais, duas questões que não atingiram metade da amostra, nomeadamente as questões 4.2 e 4.7. A que atingiu o valor mais elevado foi a questão 4.5 com 94,4%.

Os voluntários, que registaram a média mais baixa (55,5%), apenas ultrapassaram 80% em duas questões, nomeadamente a questão 4.5 e 4.6.1. Por outro lado, na questão 4.2 não foram além de 18,8% de respostas positivas o que equivale a 58 corpos num total de 308. As questões 4.7 e 4.1, rondaram 30% de CB's com respostas positivas.

7. Segurança Ocupacional nos Corpos de Bombeiros⁴⁶

É sabido que, com frequência, acontecem acidentes de trabalho que atingem os bombeiros, no seu dia-a-dia. Tais acidentes podem assumir formas diferentes mais ou menos graves, e também são de vários tipos, conforme as condições em que ocorrem e os agentes que neles estão implicados. E a somar aos acidentes há a considerar a ocorrência de doenças agudas crónicas.

As duas situações podem gerar mortalidade e morbilidades, podendo estas ser temporárias ou tornarem-se permanentes, gerando incapacidades para a profissão ou para todo e qualquer trabalho.

Por outro lado “*as normas de recrutamento para o pessoal interventor que actua nas situações de urgência dimanadas de emergências correntes, para além dos requisitos físicos habitualmente exigidos não contemplam como deveriam o equilíbrio psicológico daquele*” (Bandeira, 1995:244). Mais adiante assinala o mesmo autor que “*as normas de aptidão aprovadas para sapadores bombeiros profissionais e a tempo inteiro, equacionaram os seguintes parâmetros, pela ordem que se segue: altura, peso, visão, audição, equilíbrio, psiquismo, aparelho locomotor, aparelho cardiovascular, aparelho respiratório, outros aparelhos*” (Bandeira, 1995:244).

⁴⁶ As questões que vão ser analisadas, correspondem ao ponto 5 do inquérito aos CB's, em anexo II.

Ora, entre nós, abstraindo os sapadores de Lisboa, que por deliberação número 89/2001, da Assembleia Municipal de Lisboa, são sujeitos a inspecção médica segundo *a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde e Afins* (ICB10), exame psicológico e provas de desenvolvimento e destreza física, a admissão, nos CB's voluntários e municipais mistos, não obedece, em regra, a uma rigorosa metodologia de recrutamento e selecção⁴⁷.

Foi neste contexto que, desde o nascimento do SNB se equacionou, sem êxito, a criação de um sistema de saúde ocupacional que procedesse *“a prevenção dos riscos, à vigilância da saúde, à reparação e reintegração dos bombeiros (...) devendo ser dada atenção às questões que têm a ver com a educação, formação e informação sobre todos os riscos para a sua segurança e saúde e os ensinamentos sobre condutas e protecção e prevenção”* (Agostinho:2000:9).

Como já se referenciou ficou a dever-se aos médicos e, ao tempo, Comandantes de Bombeiros Drs. Romero Bandeira e Eduardo Agostinho, o primeiro *“estudo para a implementação e funcionamento de um Departamento de Saúde ao nível do SNB”* realizado em 1982, seguindo-se outras tentativas, infrutíferas (envolvendo também a LBP), no sentido da dignificação e do bem-estar e qualidade de vida dos bombeiros.

Esta proposta previa a existência, junto de cada Inspecção Regional, de um Departamento de Saúde com vários objectivos, entre os quais, ministrar formação, elaborar pareceres técnicos sobre viaturas e equipamentos inseridos na área da saúde, promover Juntas Médicas para promoção ao posto imediato, para motoristas segundo os parâmetros da Direcção Geral da Saúde e uma Junta de Recrutamento, para todo o pessoal a admitir para os CB's, inclusive os elementos do comando. *“O padrão a seguir seria por exemplo SICVAJE, utilizado na selecção de pessoal para as Forças Armadas, bem como o uso respectivo da tabela de lesões.”* (Bandeira e Agostinho, 1982:6).

Seguramente, a existência de um serviço de Saúde Ocupacional tenderia a evitar que bombeiros sem condições físicas e psicológicas adequadas enchessem os quadros activos, projectando imagens de pouca disciplina e amadorismo operacional. Por outro lado, evitar-se-iam também situações de bombeiros “psicologicamente perturbados”, que, nalguns casos, relatados pela imprensa, sejam eles próprios ateadores de fogos florestais, como, lamentavelmente, aconteceu nos CB's de Marvão e Loriga. Tal não significa que deva tolher-se o altruísmo e a abnegação de todos os que desejem disponibilizar-se para ajudar a comunidade. Contudo, no caso concreto dos bombeiros, considerando a exigência da função, o processo de recrutamento e selecção para o quadro operacional deve reger-se pelos mesmos padrões que são seguidos para os bombeiros do Regimento de Sapadores de Lisboa, desde logo para os candidatos às Equipas de Intervenção Permanente.

⁴⁷ Importa realçar que, mesmo entre os CB's sapadores, que pertencem aos respectivos municípios, existem diferenças, não negligenciáveis, não só quanto à exigência do processo de recrutamento e selecção, mas também quanto à formação e cultura de segurança.

Em suma, muito embora a legislação estruturante sobre bombeiros designadamente o Decreto-Lei nº 241/2007, se refiram à importância desta problemática, a relevância que lhe foi dada no quadro da Autoridade Nacional de Protecção Civil, resume-se, por ora, “*a uma divisão orgânica com um médico*”.

Neste quadro, através da análise das 11 questões colocadas aos CB's, relativas a esta matéria, procurámos obter o ponto de situação relativa à saúde ocupacional dos nossos bombeiros.

7.1. Exame médico prévio à admissão no corpo de bombeiros

À excepção de 6 corpos de bombeiros voluntários, que perfazem 1,8% do total, todos os intervenientes no inquérito responderam a esta questão. Trata-se do segundo valor mais baixo em termos de abstenção, apesar da média para o grupo ser de 3,6%. As respostas positivas perfazem cerca de 83% (275) ao contrário das respostas negativas que representam apenas 15,4% (51). Ao longo de todo o grupo, esta questão registou o terceiro valor mais positivo (fig. 193).

Entre as três tipologias, quer os bombeiros municipais, quer os bombeiros sapadores afirmam na sua totalidade proceder a exames médicos de admissão dos novos elementos. Já entre os bombeiros voluntários, ainda se registam algumas falhas graves numa questão de índole básica e obrigatória. Na verdade, do total de 308 corpos de bombeiros, 51 (16,6%) CB's voluntários afirmam não efectuar qualquer exame prévio de admissão ao seu corpo de bombeiros (fig. 194). Sabe-se, aliás, que em muitos CB's, seja por carência de voluntários disponíveis, seja por não existir metodologia e equipa médica de recrutamento e selecção, basta a apresentação de um simples atestado médico e, *por vezes, nem isso*, para ser admitido no corpo de bombeiros.

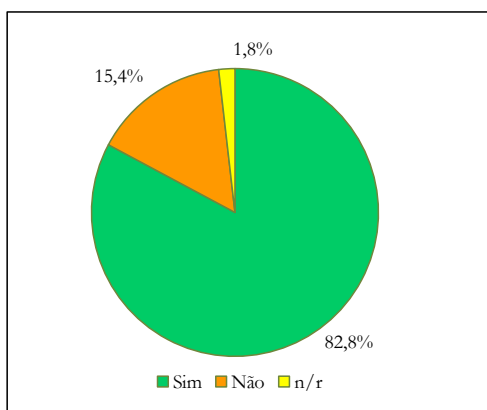


Fig. 193 – Existência de exame médico prévio de admissão.

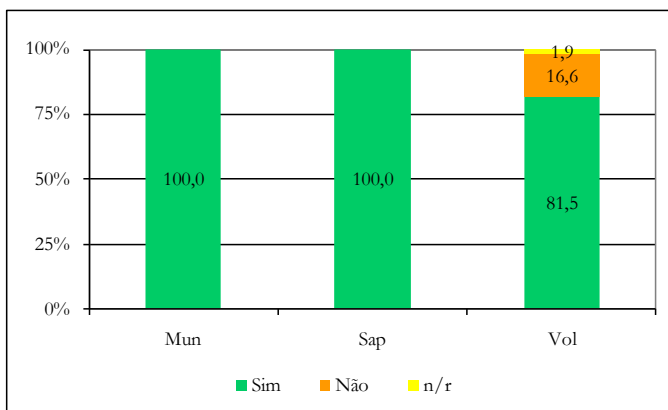


Fig. 194 – Existência de exame médico prévio de admissão, por tipologia de CB.

Fonte: Inquérito próprio, 2007.

7.2. Programa de Inspeção Médica de Saúde nos corpos de bombeiros

Em termos gerais, e antes de se proceder a uma análise mais pormenorizada dos resultados obtidos, de referir que existe um equilíbrio entre o número de corpos de bombeiros que responderam ao inquérito. Assim, 49,7% (165) afirmam que não existe um programa de inspeção periódica de saúde, enquanto 47,9% dos corpos de bombeiros (159) afirmam a existência de inspeção médica (Quadro XLV).

Quadro XLV – Existência de programa de inspeção médica periódica ao corpo de bombeiros.

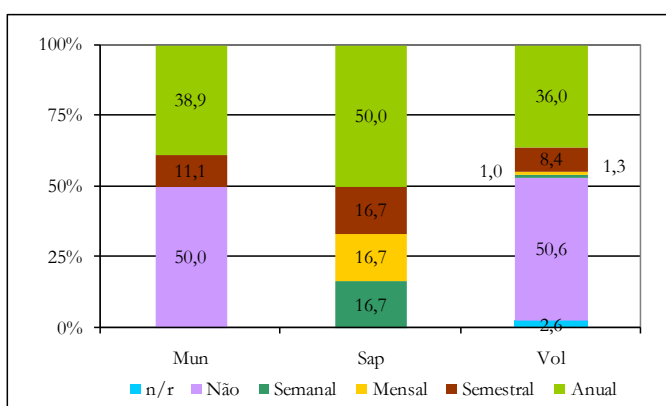
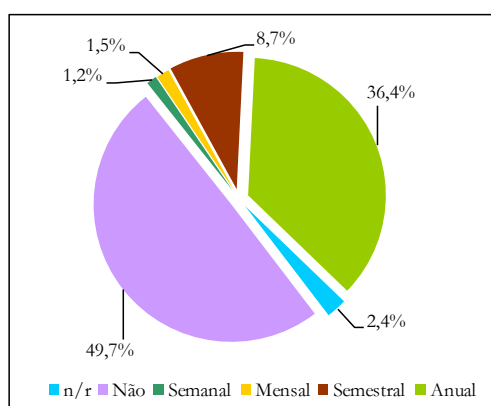
Resposta	Mun	Sap	Vol	Total	Mun %	Sap %	Vol %	Total %
n/r	0	0	8	8	0,0	0,0	2,6	2,4
Não	9	0	156	165	50,0	0,0	50,6	49,7
Semanal	0	1	3	4	0,0	16,7	1,0	1,2
Mensal	0	1	4	5	0,0	16,7	1,3	1,5
Semestral	2	1	26	29	11,1	16,7	8,4	8,7
Anual	7	3	111	121	38,9	50,0	36,0	36,4
Total	18	6	308	332	100	100	100	100

Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Destes 159 corpos de bombeiros que respondem afirmativamente, 121 fazem-no anualmente, correspondendo a 36,4% de toda a amostra. Em segundo lugar, a periodicidade mais representada é a semestral, que reúne 29 corpos de bombeiros (8,75). Mensalmente, apenas 5 corpos admitem realizar inspeções periódicas de saúde (1,5%).

Finalmente, de referir 4 corpos de bombeiros (1,2%) que admitem proceder a essas inspecções, uma vez por semana, situação que nos suscita grandes dúvidas, atento o conhecimento que detemos do grau de cultura de segurança predominante no sector. (fig. 195).

Quanto ao comportamento entre as três tipologias, verifica-se que todos os corpos sapadores procedem a inspecções periódicas. Entre municipais e voluntários, a percentagem de respostas negativas ronda os 50%. A periodicidade mais representada nos três casos, é a anual e a semestral. Destaque para o facto de existirem 3 corpos de bombeiros que admitem realizar inspecções periódicas. Finalmente, de referir que a taxa de abstenção diz respeito apenas a 8 corpos voluntários (2,6%) (fig. 196).



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 195 – Periodicidade de inspecção médica ao corpo de bombeiros.

Fig. 196 – Periodicidade de inspecção médica ao corpo de bombeiros, por tipologia de CB.

7.3. Preenchimento de questionários de saúde ocupacional

De toda a amostra, apenas em 65 corpos de bombeiros preencheram questionários de saúde ocupacional, totalizando 19,6%. As respostas negativas representam 258 corpos, cerca de 78%. Em todo o grupo, este é o segundo valor mais elevado. A taxa de abstenção, que se situa abaixo da média registada no grupo 5, representa 9 corpos de bombeiros voluntários (2,7%) (fig. 197).

Em termos relativos, são os sapadores que reúnem o valor positivo mais elevado, nomeadamente 66,7% (4/6), já os municipais e voluntários apresentam comportamentos idênticos, totalizando 22,2% e 18,5%, respectivamente (fig. 198).

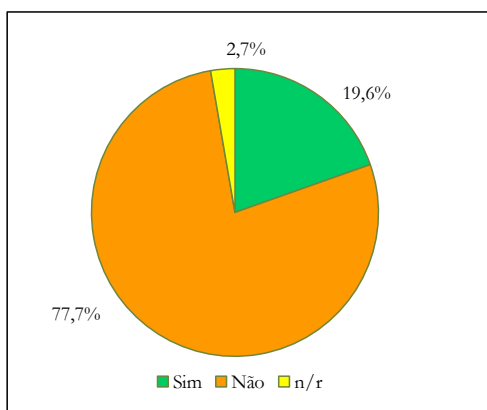
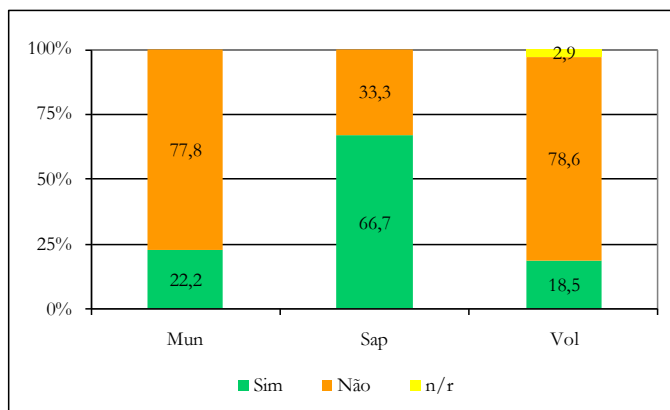


Fig. 197 – Preenchimento de questionários de saúde ocupacional.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 198 – Preenchimento de questionários de saúde ocupacional, por tipologia de CB.

7.4. Observação médica dos bombeiros que contactam com matérias perigosas

Cerca de 54% dos corpos de bombeiros (181) afirmam que os seus elementos não são vistos pelo médico após contactarem com substâncias perigosas. Os que responderam afirmativamente, perfazem 40,7% (135). A taxa de abstenção sobe consideravelmente para 16 corpos de bombeiros voluntários, aproximadamente 5% de toda a amostra (fig. 199).

Apenas os bombeiros sapadores ultrapassam metade da amostra, com 66,7% a responder afirmativamente. Já os municipais e voluntários ficam pelos 38,9% e 40,3%, respectivamente (fig. 200).

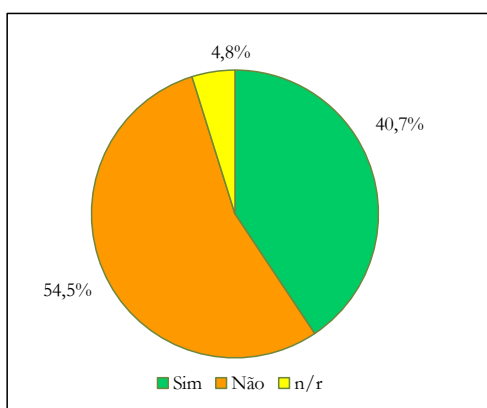
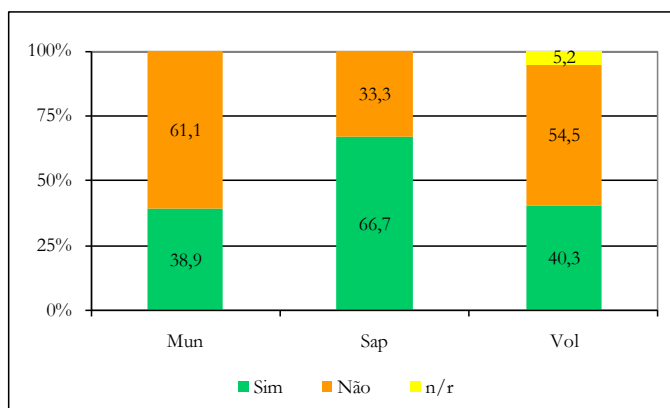


Fig. 199 – Observação médica dos bombeiros que contactam com matérias perigosas.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 200 - Observação médica dos bombeiros que contactam com matérias perigosas, por tipologia de CB.

7.5. Registo comprovativo da realização de exames médicos

Nesta questão volta a verificar-se um equilíbrio entre o número de respostas negativas e positivas. Em 48,2% dos corpos de bombeiros (160) faz-se o registo dos exames médicos, enquanto que o número de corpos onde tal não se verifica, é de 47,9% (159). A taxa de abstenção totaliza 13 corpos de bombeiros voluntários, representando 3,9% da amostra (fig. 201).

A totalidade dos corpos de bombeiros sapadores afirmou realizar o registo dos exames médicos. Curiosamente, os corpos municipais registaram o menor número de respostas positivas, cerca de 33%, enquanto, nos voluntários, cerca de 48% afirmaram registar os exames médicos realizados (fig. 202).

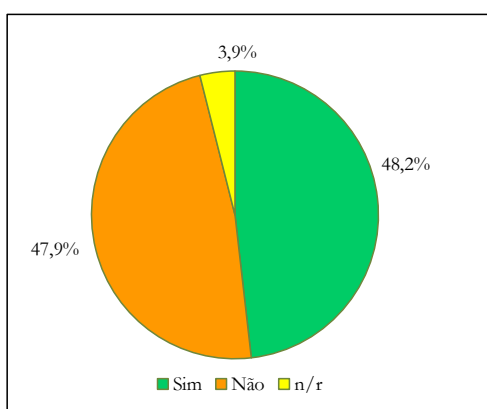


Fig. 201 – Existência de registo comprovativo da realização de exames médicos.

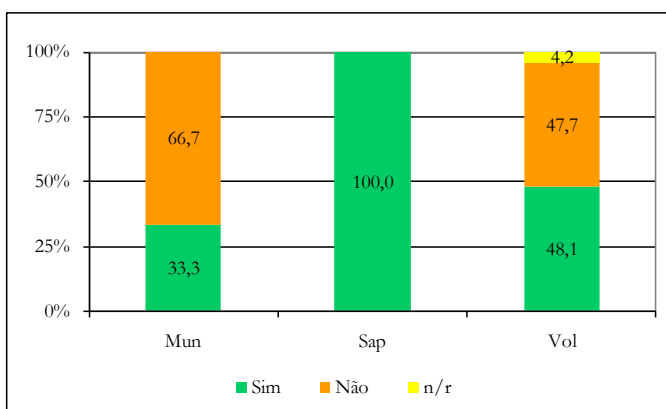


Fig. 202 - Existência de registo comprovativo da realização de exames médicos, por tipologia de CB.

Fonte: Inquérito próprio, 2007.

7.6. Aconselhamento dos bombeiros sobre vacinação

Mais uma vez, confirma-se que quando as questões não se referem a regulamentos ou medidas concretas, os valores positivos sobem. Com efeito, na questão 5.4.2 foi registado o segundo valor mais elevado de respostas positivas, nomeadamente, 86,7% dos corpos de bombeiros (288). Apenas 36 corpos de bombeiros admitem não existir um aconselhamento sobre vacinação (10,8%) (fig. 203).

Entre municipais e sapadores, a totalidade dos corpos de bombeiros afirma esse aconselhamento. Assim, as respostas negativas dizem respeito apenas a 36 corpos de bombeiros voluntários, cerca de 12% (fig. 204).

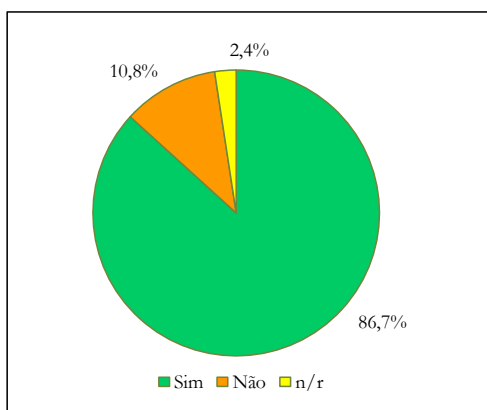
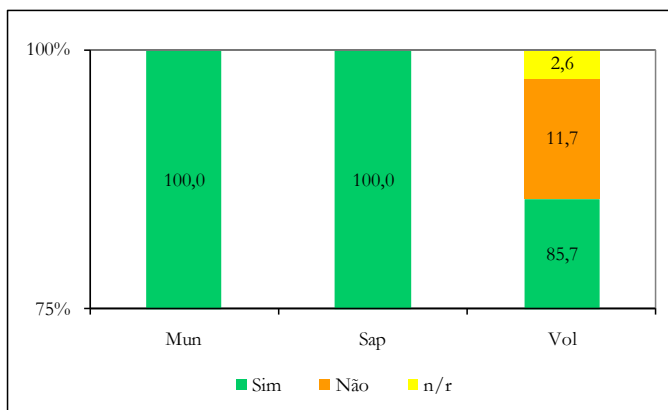


Fig. 203 – Aconselhamento dos bombeiros sobre vacinação.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 204 - Aconselhamento dos bombeiros sobre vacinação, por tipologia de CB.

7.7. Comunicação obrigatória da alteração do estado de saúde do bombeiro

Na questão 5.5, apesar de importante, nota-se o carácter subjectivo que algumas das respostas acarretam, já que, como vimos anteriormente, as respostas a questões de carácter obrigatório, como por exemplo, as inspecções de saúde periódicas, obtiveram valores menos satisfatórios. Desta forma, esta foi a questão que registou o valor mais elevado de respostas positivas, com 88,6% dos corpos de bombeiros a responder positivamente (294) (fig. 205). Apenas em 31 corpos parece existir um completo desleixo pelo estado de saúde dos bombeiros, pois nem as alterações de saúde, de comunicação obrigatória, são olhadas com a seriedade devida. Desses 31 corpos de bombeiros, 30 (9,7%) são voluntários e apenas 1 corpo de bombeiros é municipal (fig. 206).

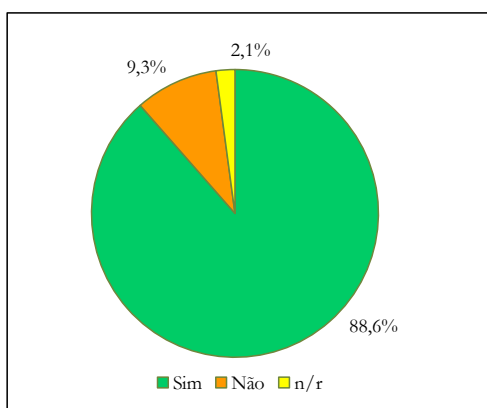
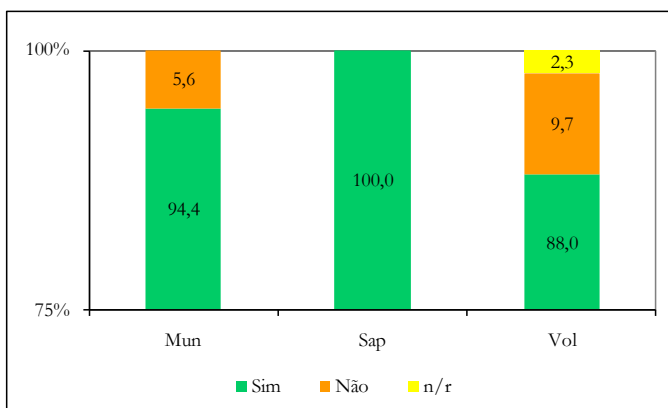


Fig. 205 – Comunicação da alteração do estado de saúde.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 206 - Comunicação da alteração do estado de saúde, por tipologia de CB.

7.8. Realização de exames complementares de diagnóstico

Dos 332 corpos de bombeiros, 171 deles responderam negativamente, ou seja, cerca de 51%. As respostas positivas totalizam 144 corpos de bombeiros (43,4%). A taxa de abstenção é elevada, cerca de 5%, referente a 17 corpos de bombeiros voluntários (fig. 207).

Foram os corpos de bombeiros sapadores que registaram o valor positivo mais elevado, mais de 80%, referentes a 5 corpos, num total de 6 (fig. 208).

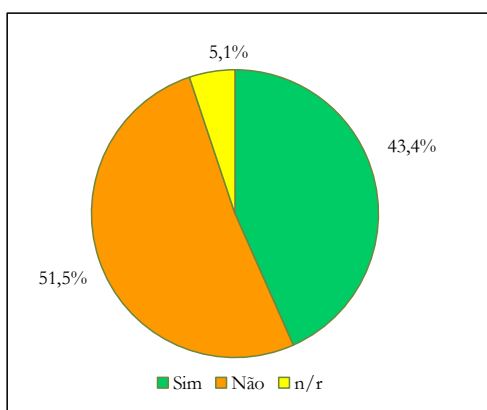
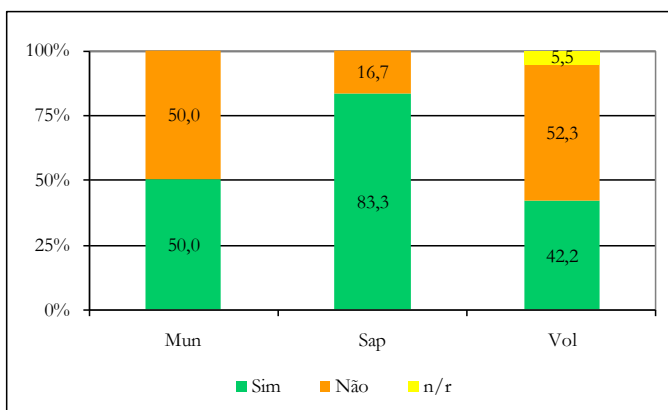


Fig. 207 – Realização de exames complementares de diagnóstico.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 208 - Realização de exames complementares de diagnóstico, por tipologia de CB.

7.9. Gabinete de saúde ocupacional com médico disponível

Apenas 84 corpos de bombeiros admitem a existência de gabinetes de saúde ocupacional, ou seja, cerca de 25%. Por oposição, mais de 73% responderam negativamente, o que totaliza 244 corpos de bombeiros. A taxa de abstenção é de apenas 4 corpos de bombeiros, sendo um municipal e os restantes voluntários (fig. 209).

Comparativamente, foram os sapadores que registaram o maior número de respostas positivas, seguidos de longe pelos corpos municipais, com 33,3% (6/18) e os voluntários, com apenas 73 corpos, que representam 23,7% (fig. 210).

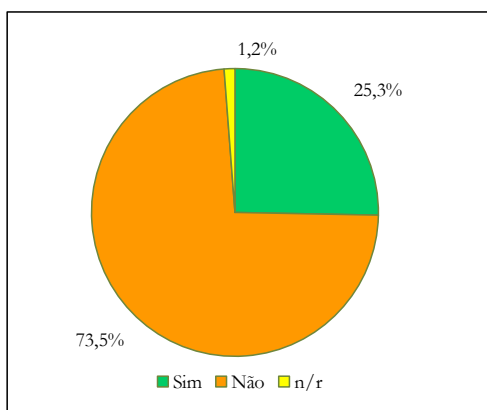
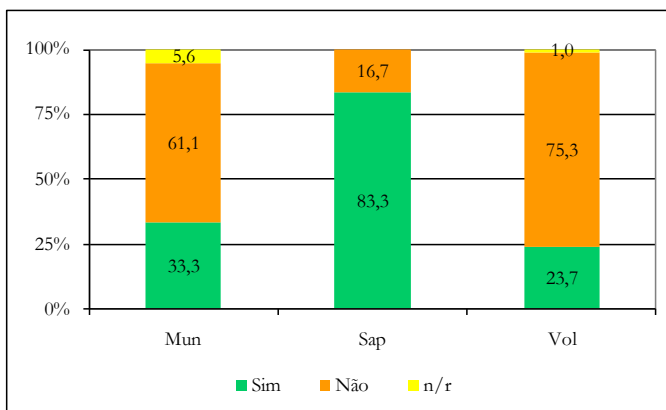


Fig. 209 – Existência de gabinete de saúde ocupacional.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 210 - Existência de gabinete de saúde ocupacional, por tipologia de CB.

7.10 Metodologias de investigação das doenças profissionais

Em todo o grupo, esta talvez represente a questão mais técnica e minuciosa. Talvez, por esse facto, se explicam os valores negativos tão elevados. Na verdade, em 332 corpos de bombeiros, apenas em 22 deles se aplicam estas medidas de investigação (6,6%), contra cerca de 90% que responderam negativamente e representam 297 corpos de bombeiros (fig. 211).

De destacar, no entanto, que entre os sapadores se registou uma igualdade entre respostas negativas e positivas. Já nos municipais e voluntários, as repostas positivas foram inferiores a 6% (fig. 212).

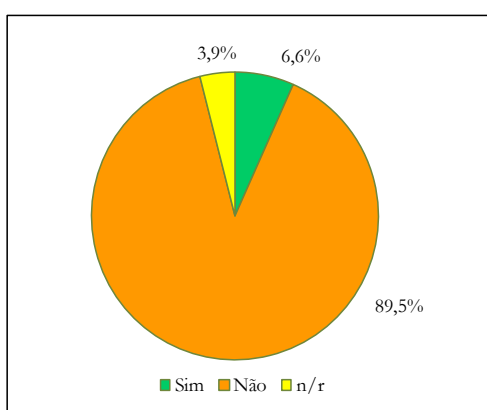
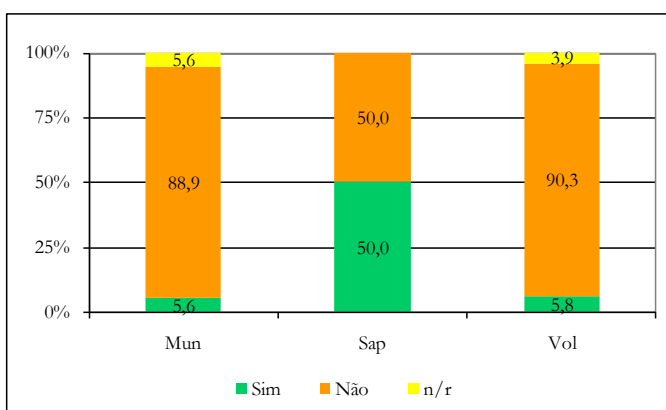


Fig. 211 – Existência de metodologias de investigação das doenças profissionais.



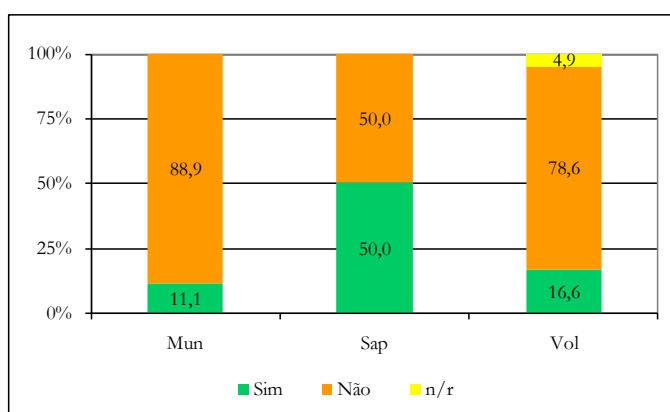
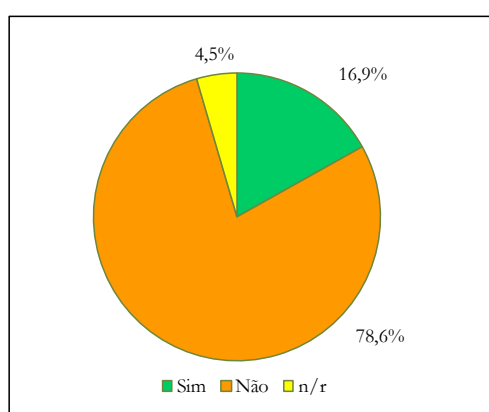
Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 212 – Existência de metodologias de investigação das doenças profissionais, por tipologia de CB.

7.11. Planos de investigação de acidentes

Em 78,6% (261) dos casos, não existem planos de investigação de acidentes, pois, apenas 16,9%, ou seja, 56 corpos de bombeiros responderam positivamente. A taxa de abstenção é elevada (4,5%) e refere-se a 15 corpos de bombeiros voluntários, que, possivelmente, aumentariam as respostas negativas, caso tivessem respondido (fig. 213).

Com efeito, dessa forma, os municipais e voluntários teriam tido resultados ainda mais semelhantes. Nos sapadores, tal como na questão anterior, verificou-se uma igualdade entre as respostas positivas e negativas (fig. 214).



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 213 – Existência de planos de investigação de acidentes.

Fig. 214 – Existência de planos de investigação de acidentes, por tipologia de CB.

7.12. Informação sobre riscos e medidas de prevenção relativas ao posto de trabalho e função no corpo de bombeiros

Na presente questão, os valores positivos atingem uma maior percentagem da amostra, designadamente, 58,7% (195) contra 36,1% (120) de respostas negativas. No entanto, a taxa de abstenção atinge um dos valores mais elevados, cerca de 5% correspondentes a 16 corpos de bombeiros voluntários e 1 corpo municipal (fig. 215).

Entre as três tipologias o valor relativo mais elevado foi registado entre os corpos de sapadores (5/6), enquanto que os voluntários registaram a menor prestação, cerca de 58% (179/308). Apesar dos municipais possuírem um melhor índice de respostas positivas, realça-se também o facto de apresentarem uma taxa de abstenção de 5,6%, o que poderá, em termos reais, evidenciar um comportamento muito similar ao demonstrado pelos corpos voluntários (fig. 216).

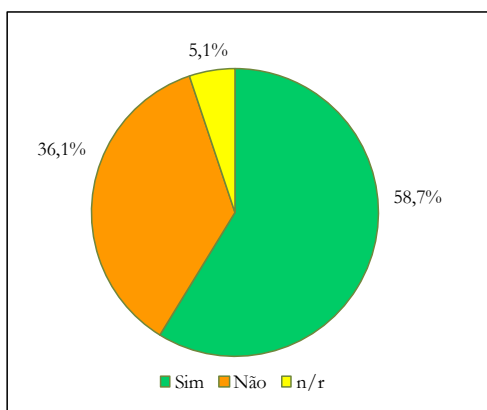


Fig. 215 – Informação sobre riscos e medidas de prevenção.

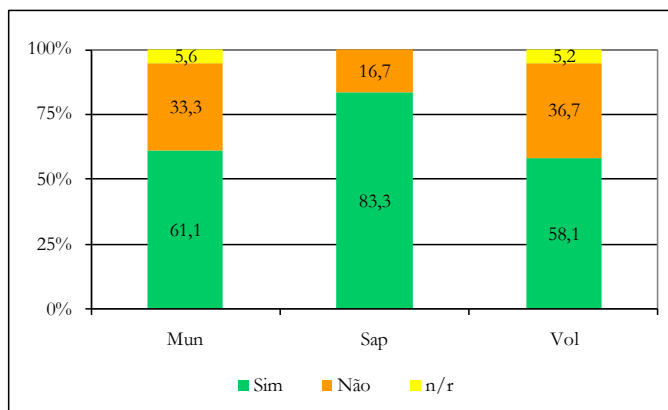


Fig. 216 – Informação sobre riscos e medidas de prevenção, por tipologia de CB.

Fonte: Inquérito próprio, 2007.

7.13. Informação sobre riscos decorrentes da introdução de novos equipamentos ou novas tecnologias no corpo de bombeiros

Esta questão encontra-se intimamente relacionada com a anterior. Assim, parece existir uma contradição ao observar o comportamento das respostas dadas, quando comparadas com a anterior. Com efeito, as respostas positivas tiveram um acréscimo de 15,1%, situando-se agora nos 73,8% (245). Já as respostas negativas diminuíram para 21,7% (72) (fig. 217).

Entre as três tipologias os valores registados são similares, notando-se apenas o facto do valor mais elevado pertencer aos corpos municipais, cerca de 94% (17/18) (fig. 218).

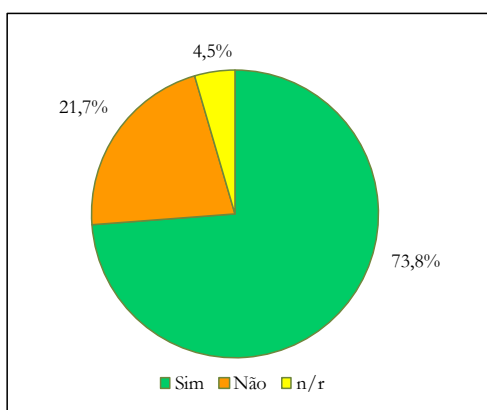


Fig. 217 – Informação sobre riscos de novos equipamentos e tecnologias.

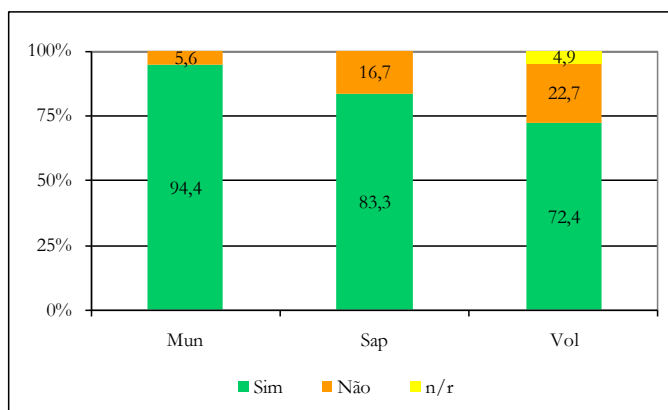


Fig. 218 – Informação sobre riscos de novos equipamentos e tecnologias, por tipologia de CB.

Fonte: Inquérito próprio, 2007.

7.14. Informação sobre medidas a adoptar em caso de perigo grave e iminente

Esta questão registou um comportamento idêntico à questão anterior, notando-se apenas uma ligeira diferença positiva de 1,2 %. Dos 332 corpos de bombeiros, 243 afirmam prestar informações acerca de medidas a adoptar em caso de perigo grave ou eminente. Já as respostas negativas rondam os 20,5%, que se materializam em 68 corpos de bombeiros (fig. 219).

Destes, a maioria pertence aos voluntários que, em termos relativos, perfazem 21,1%, agravados ainda pelo facto da taxa de abstenção nesta questão ser a maior em todo o grupo, nomeadamente, 6,3%, correspondente a 21 corpos de bombeiros voluntários, que optaram por não expressar a situação existente no seu corpo. Este facto, de certa forma, encobre algumas situações que, na maioria dos casos, iriam fazer aumentar a percentagem de respostas negativas entre esta tipologia de bombeiros, face às restantes. Curiosamente, foram os municipais que registaram o valor negativo mais baixo (11,1%) (fig. 220).

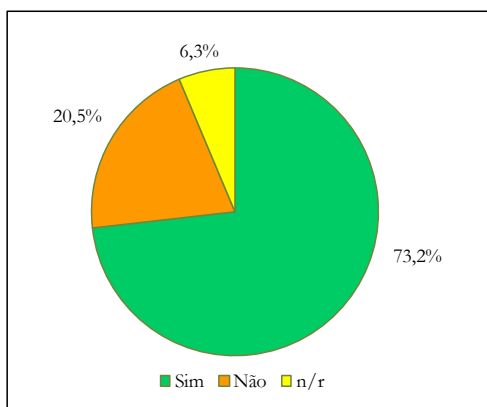


Fig. 219 – Informação sobre medidas a adoptar em caso de perigo grave e iminente.

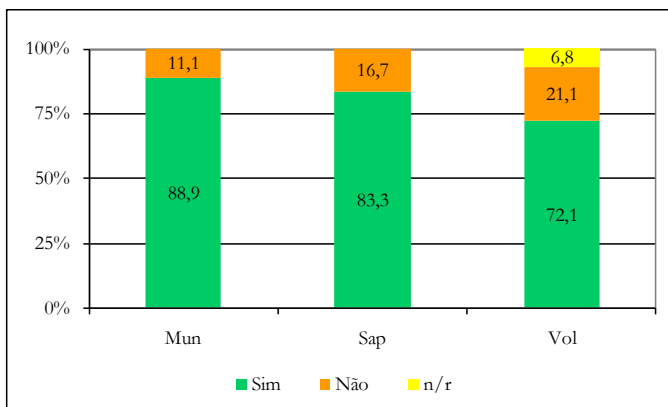


Fig. 220 - Informação sobre medidas a adoptar em caso de perigo grave e iminente, por tipologia de CB.

Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Assiste-se a uma ligeira diminuição das respostas positivas face ao grupo anterior, ainda assim, a média das respostas positivas ao longo das 14 questões é de 50,9%.

O valor mais elevado registou-se na questão 5.5, com 88,6% (294/332) enquanto o valor mais baixo se registou na questão 5.8, com uns impressionantes 6,6% (22/332). As questões 5.4.2 e 5.1 apresentam valores superiores a 80%.

Contudo, existem 8 questões com valores inferiores a 50%, destacando-se as questões 5.3, 5.9 e 5.8 com 19,6%, 16,9% e 6,6%, respectivamente.

A taxa de abstenção média foi de 3,6% da amostra, embora tenha atingido 6,3% na questão 5.11 e 5,1% nas questões 5.6 e 5.10.

Entres as três tipologias, destaca-se a média de respostas positivas, de 82,2% para os sapadores, enquanto que para os municipais, decresce para 56,0%. Os corpos voluntários registaram o valor mais baixo, correspondente a metade da amostra (50%). Entre os sapadores, 10 questões obtêm valores positivos superiores a 80%, das quais, 5 delas atingem 100%, nomeadamente as 5.1, 5.2, 5.4.1, 5.4.2 e 5.5. Os valores mais baixos, ainda assim, correspondentes a metade da amostra, dizem respeito às questões 5.8 e 5.9.

Entre os municipais, existem seis questões cujas respostas positivas não atingem metade da amostra, das quais se destacam as 5.9 e 5.8, com 11,1% e 5,6%, respectivamente.

Os voluntários, que registaram a média mais baixa (50%), ultrapassam 80% em três questões, nomeadamente a 5.5 e 5.4.2 e 5.1. Por sua vez, as perguntas 5.8 e 5.9 registaram os valores mais baixos, com 5,8% e 11,1%, respectivamente.

8. Registos sobre Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho⁴⁸

Os registos e a gestão de registos em segurança e saúde são fundamentais e fazem parte tanto da prevenção, como da cultura de segurança das organizações.

Estas devem manter os registos da SST legíveis, identificáveis e rastreáveis às actividades envolvidas, de modo a poder demonstrar-se a sua conformidade com os requisitos previstos na legislação em vigor (Legislação Específica de SHST e Código de Trabalho).

Considerando que esta legislação é aplicável às Associações de Bombeiros Voluntários no âmbito da promoção e vigilância de saúde, as Direcções e Comandos respectivos devem programar a realização periódica de exames médicos e complementares de diagnóstico, para verificar a aptidão física e psíquica do bombeiro para o exercício da profissão, organizando e mantendo os respectivos registos.

A análise das respostas às seis questões relativas aos registos de SHST nos CB's vai permitir-nos verificar em que medida se encontram documentados os acidentes e doenças profissionais e bem assim, os cuidados que foram postos no âmbito do recrutamento e selecção dos bombeiros, através da existência de registos de fichas clínicas e de aptidão.

⁴⁸ As questões que vão ser analisadas, correspondem ao ponto 6 do inquérito aos CB's, em anexo II.

8.1. Relatório anual de actividades sobre SHST

Apenas em 13,6% (45) dos corpos de bombeiros existem relatórios anuais de actividades de SHST, o que confirma a fraca predisposição e sensibilização para esta temática. As respostas negativas alcançam 84%, ou seja, 279 corpos de bombeiros num total de 332. Em todo o grupo, esta foi a questão que obteve piores resultados (fig. 221).

Entre as três tipologias, apenas os corpos sapadores atingem 50% da amostra, enquanto os voluntários ficam pelos 13,3% (41/308) e os municipais por uns escassos 5,6%, ou seja, apenas 1 corpo de bombeiros (fig. 222).

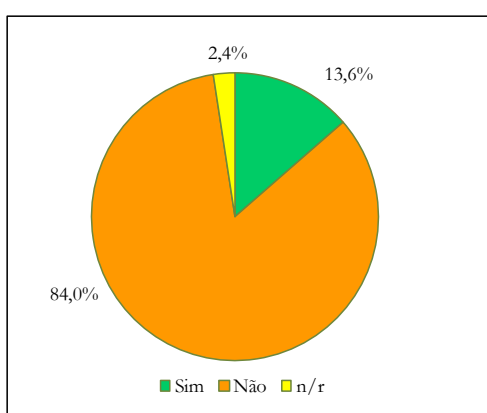
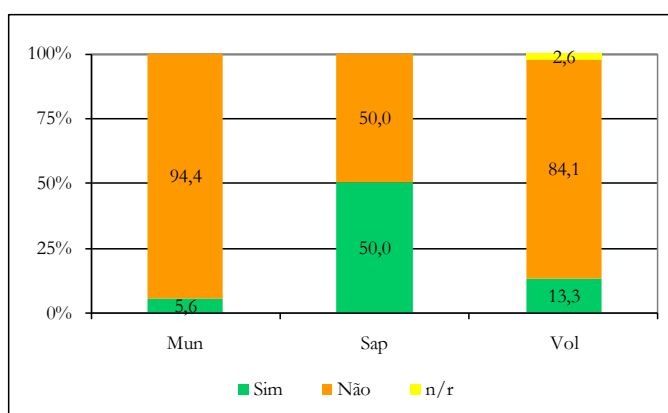


Fig. 221 – Existência de relatório anual sobre SHST.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 222 – Existência de relatório anual sobre SHST, por tipologia de CB.

8.2. Listagem de acidentes de serviço que ocasionaram incapacidade para o trabalho

Cerca de 62% (205) dos corpos de bombeiros não efectuam o registo de acidentes de trabalho que resultaram em incapacidade para o exercício da actividade. Numa amostra de 332 de corpos de bombeiros, essa preocupação atinge apenas 35% (117) (fig. 223).

Mais uma vez, são os sapadores a evidenciar maior preocupação pela implementação de regras de SHST e de prevenção de acidentes de trabalho. Já os municipais e voluntários revelam comportamentos idênticos, situando-se nos 38,9% e 34,4%, respectivamente (fig. 224).

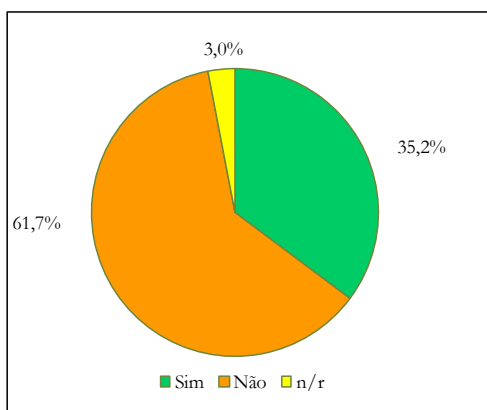
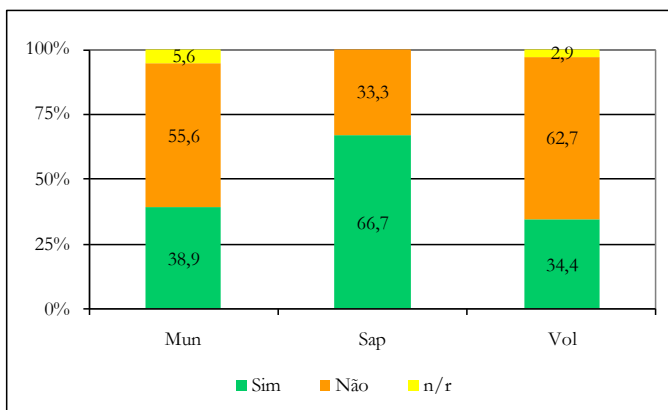


Fig. 223 – Existência de listagem de acidentes de serviço que ocasionaram incapacidade para o trabalho.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 224 – Existência de listagem de acidentes de serviço que ocasionaram incapacidade para o trabalho, por tipologia de CB.

8.3. Listagem de baixas por doença e número de dias de ausência

Relativamente às baixas e ausências por questões de doença, já se registam valores positivos a rondar os 57%, equivalentes a 190 corpos. Este ligeiro aumento pode ser explicado não tanto pelas preocupações em estudar o fenómeno e a sua prevenção, mas sim, pela necessidade interna em controlar os funcionários e as suas escalas de serviço. Ainda assim, 40,7% afirmam não realizar qualquer registo, ou seja, 135 corpos de bombeiros (fig. 225).

De destacar que a totalidade dos corpos de bombeiros sapadores, exclusivamente constituídos por bombeiros profissionais, responderam afirmativamente (fig. 226).

Por outro lado, quer os municipais, quer os voluntários registaram respostas positivas em cerca de metade da amostra, apesar de um ligeiro acréscimo em 6,8% dos voluntários.

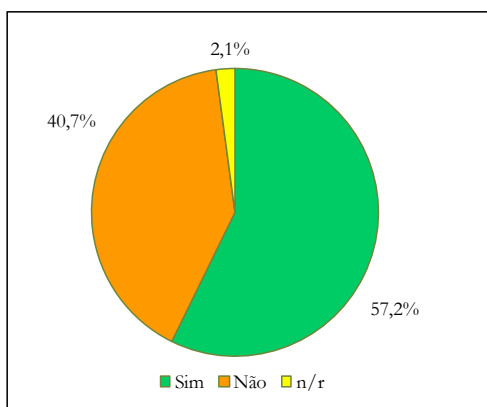
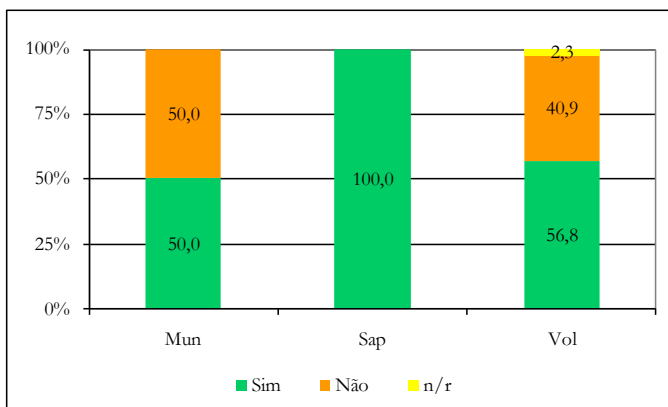


Fig. 225 – Listagem de baixas por doença e número de dias de ausência.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 226 – Listagem de baixas por doença e número de dias de ausência, por tipologia de CB.

8.4. Registo e participação da totalidade dos acidentes ocorridos nos CB's

Apenas 19 corpos de bombeiros afirmam não registar os acidentes, cerca de 5,7% da amostra. Por outro lado, esta foi também a questão que obteve a menor taxa de abstenção. Com efeito, 287 corpos de bombeiros (93,4%) os acidentes de trabalho que sucedem no decurso da sua actividade (fig. 227). No entanto, é de estranhar que esta massiva participação não se tenha reflectido nas questões anteriores. Parece que se resume apenas à participação e ao simples registo do sucedido, sem sequer tentar apurar causas e consequências desses mesmos acidentes.

Os sapadores obtiveram 100% de respostas positivas, enquanto os municipais e voluntários ultrapassam 90%, em ambos os casos (fig. 228).

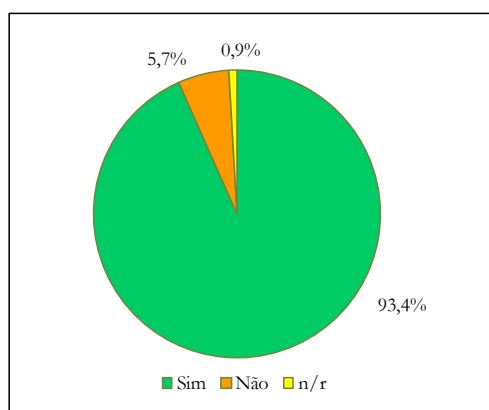
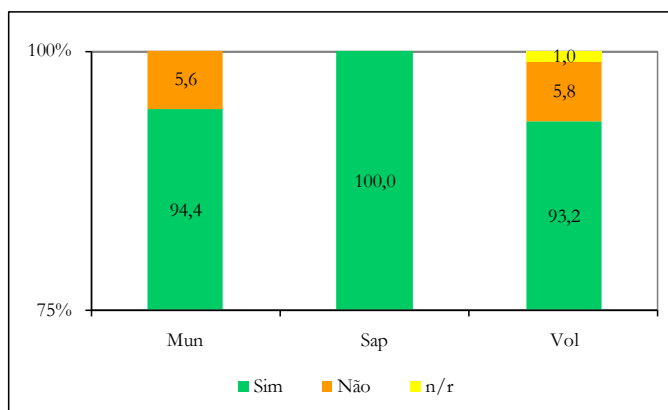


Fig. 227 – Registo e participação da totalidade de acidentes.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 228 – Registo e participação da totalidade de acidentes, por tipologia de CB.

8.5. Investigação formal de todos os acidentes

Nesta questão foi obtido o segundo valor mais elevado de respostas positivas, ainda assim, ficou bastante aquém do verificado anteriormente. Deste modo, cerca de 66% afirmaram investigar os acidentes mais relevantes, ou seja, em 221 corpos de bombeiros. Pelo contrário, existe um número significativo, cerca de 31% (104), onde tal ainda não acontece (fig. 229).

O comportamento entre as três tipologias é bastante similar, apesar de um ligeiro decréscimo das respostas positivas obtidas pelos municipais. De destacar ainda que, estranhamente, em dois corpos de bombeiros sapadores (33,3%), os acidentes significativos não são investigados. Sendo profissionais, os procedimentos deveriam ser uniformes a todos os corpos (fig. 230).

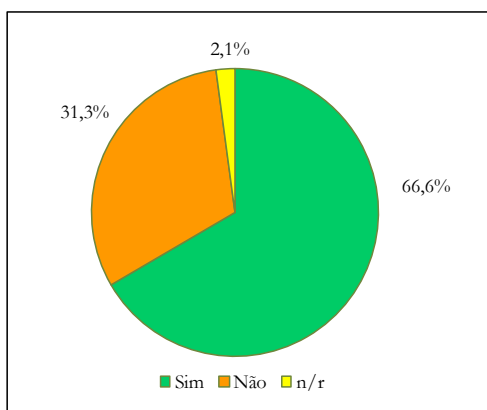
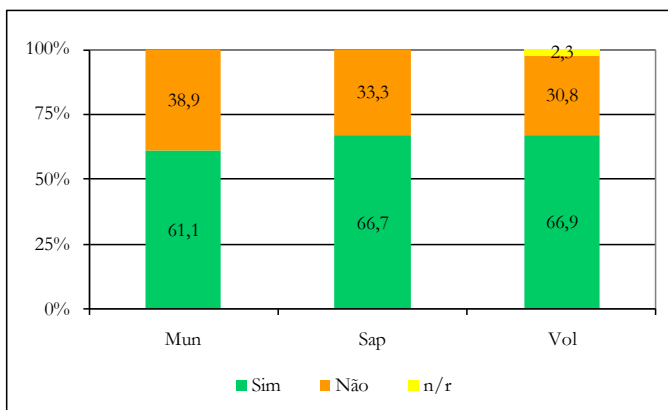


Fig. 229 – Investigação formal de todos os acidentes.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 230 – Investigação formal de todos os acidentes, por tipologia de CB.

8.6. Registo de fichas clínicas e de aptidão

Antes de se proceder a análise *per si* das respostas obtidas nas duas alíneas da questão 6.6, convém fazer uma caracterização mais geral, de forma a saber quais são os corpos de bombeiros que não possuem nenhum dos tipos de registos (quer as fichas de aptidão, quer as fichas clínicas), quantos são os corpos que possuem os dois tipos de registos e, ainda, aqueles que, apenas, possuem um único destes tipos de registo (fig. 231).

Assim, verifica-se que 36,4% da amostra, ou seja, 121 corpos de bombeiros não possuem qualquer tipo de registo. Pelo contrário, em 78 corpos de bombeiros (23,5%) existem os dois tipos de registo. Os que apenas possuem um dos tipos de registo, somam cerca de 34%, ou seja, 114 corpos. Finalmente, de referir que 5,7% (19) não responderam em ambos os casos.

Entre as três tipologias, foram os sapadores que registaram maior percentagem de respostas positivas (50%) enquanto os corpos de bombeiros voluntários, registaram o valor mais baixo (22,7%) (fig. 232).

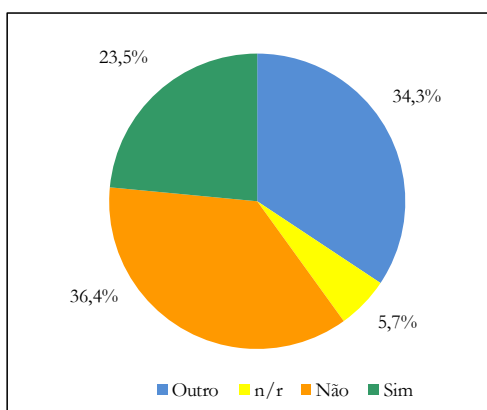
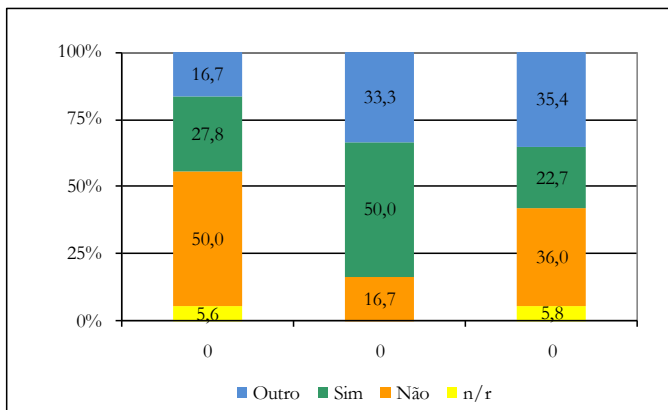


Fig. 231 – Registos de fichas clínicas e de aptidão.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 232 – Registos de fichas clínicas e de aptidão, por tipologia de CB.

8.6.1. Registos de fichas clínicas

Apenas 31,9% dos corpos (106) afirmam efectuar o registo de fichas clínicas, contra 52,1% (173) onde tal não se verifica. Por outro lado, assiste-se a uma elevada taxa de abstenção de 16%, correspondente a 53 corpos de bombeiros (fig. 233).

Os sapadores obtêm o maior valor relativo, de respostas positivas, equivalente a metade da amostra, no entanto, um dos corpos não respondeu à questão. Os bombeiros voluntários obtêm um índice de respostas positivas maior do que os municipais, contudo, é de realçar que 16,2% dos corpos não responderam (fig. 234).

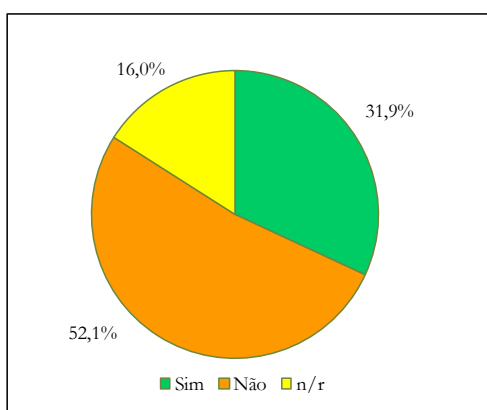
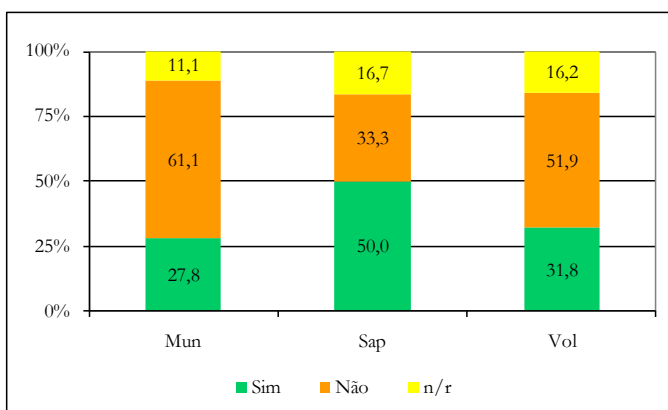


Fig. 233 – Registo de fichas clínicas.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 234 – Registo de fichas clínicas, por tipologia de CB.

8.6.2. Registos de fichas de aptidão

Relativamente à questão anterior, verificou-se um aumento do registo de fichas de aptidão, de 16,3%. Assim, em cerca de 48% (160) da amostra procedeu-se ao registo, contra 42,8% (142) dos corpos de bombeiros onde, este já não se verificou. Apesar de elevada, a taxa de abstenção decresceu para 9% (30) (fig. 235).

Entre as três tipologias, de registar a elevada taxa de abstenção nos corpos de bombeiros voluntários. As respostas positivas foram superiores entre os sapadores e, finalmente, de referir que o comportamento entre municipais e voluntários foi similar (fig. 236).

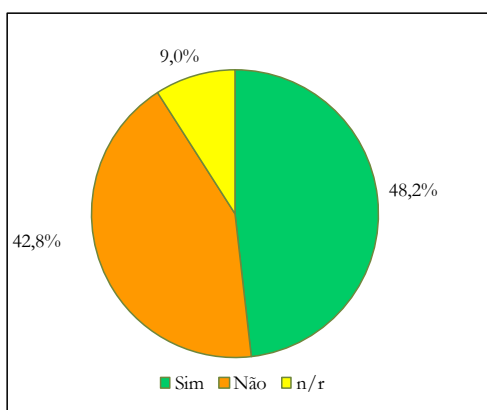
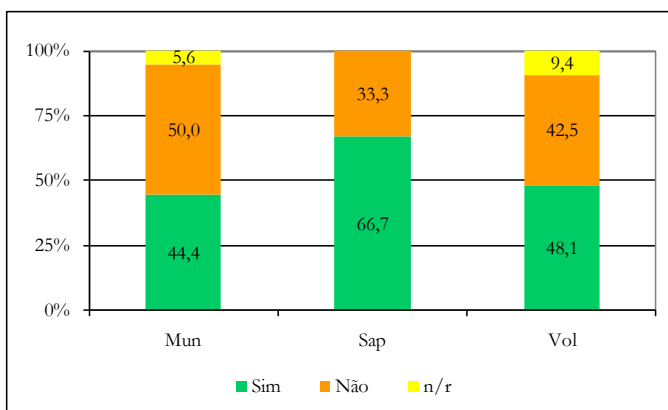


Fig. 235 – Registos de fichas de aptidão.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 236 – Registos de fichas de aptidão, por tipologia de CB.

Em resumo, em termos médios, as respostas positivas são ligeiramente superiores às do item anterior. O valor mais elevado registou-se na questão 6.4, com 93,4% (310/332) enquanto que o valor mais baixo se registou na questão 6.1, com 13,6% (45/332). A questão 6.5 regista o segundo valor mais elevado de respostas positivas, concretamente 66,6% (221/332).

Existem 4 questões em que as respostas positivas não alcançaram metade da amostra, designadamente, as questões 6.1, 6.2, e 6.6 (fichas clínicas) e 6.6 (fichas de aptidão). A taxa de abstenção média foi de 5,1% da amostra, muito por força do resultado obtido na questão 6.6.

Entre as três tipologias, destaca-se a média de respostas positivas de 71,4% para os sapadores, enquanto para os municipais decresce para 46,0%. Os corpos voluntários registaram 49,2%, pese embora o facto da taxa de abstenção média ser superior a 5%.

Nos sapadores, todas as questões registam valores superiores a 50% de respostas afirmativas, com destaque para as questões 6.3 e 6.4, nas quais se verificou 100% de respostas positivas.

Entre os municipais, existem 4 questões cujas respostas positivas não atingiram metade da amostra, das quais se destaca a questão 6.1 com apenas 5.6% dos CB's a responder afirmativamente. De igual forma, os voluntários também não ultrapassam 50% nas questões 6.1, 6.2, 6.6 C e 6.6 A e destas, de destacar a questão 6.1 com, apenas, 13,3%.

9. Segurança de Veículos⁴⁹

É sabido que a condução de um veículo normal, cumprindo todas as regras e sinais, já comporta riscos resultantes das acções e das manobras daqueles que não respeitam tais normas, obrigando a uma condução defensiva.

Ora, naturalmente, a condução de veículos prioritários dos bombeiros (entre outros, ambulâncias, pronto-socorro e viaturas de incêndio) comporta riscos acrescidos para o condutor desde logo, pelo facto do mesmo sentir que tem direitos e que não está obrigado a cumprir regras e sinais, como, por exemplo, exceder velocidade, circular em sentido proibido, inverter marcha ou ultrapassar em local proibido.

Paralelamente o “*stress*” de chegar depressa ao centro de saúde ou ao hospital e entregar com vida as vítimas do socorro e, ainda, outras pressões, como por exemplo, de famílias das vítimas. São tantas as situações que podem deparar-se e criar perigo que, se o bombeiro condutor não conduzir de forma prudente e consciente dos riscos que a condução nessas circunstâncias envolve, pode causar, como tem acontecido muitas vezes, danos irreparáveis à sua integridade física, às próprias vítimas e a terceiros.

Neste quadro, a formação dos bombeiros para conduzir veículos prioritários, deveria ser específica e diferenciada da condução normal “*preparando e inculcando confiança ao condutor, treinando-o com meios e em ambiente de risco semelhantes aos que na realidade vai encontrar no exercício posterior da sua profissão. Há ainda a formação moral dos condutores de veículos prioritários, a sua capacidade de compreender quais os procedimentos de risco, a sua capacidade de prever, evitar e tolerar os erros dos outros sem lhes pagar na mesma moeda*” (Antunes, 2000:21-22).

Por outro lado, importa considerar ainda, os riscos resultantes da falta de instrumentos de prevenção (por exemplo, possuir extintor ou kit de primeiros socorros) e de manutenção preventiva e funcionamento dos “*órgãos vitais*” do veículo, sabendo-se que, ao trabalhar, por turnos, a viatura pode passar de um condutor bombeiro para outro, sem que o anterior lhe dê conta das deficiências notadas.

⁴⁹ As questões que vão ser analisadas, correspondem ao ponto 7 do inquérito aos CB's, em anexo II.

Vejam, de seguida, o que nos diz a análise das respostas às sete questões colocadas no inquérito próprio sobre “*segurança de veículos*”, quanto à problemática atrás referenciada.

9.1. Orientação escrita sobre segurança de veículos de emergência

Entre as 5 questões que compõem o grupo 7, referente à segurança de veículos, a questão 7.1 regista o valor mais baixo de respostas positivas, ou seja, 60,5% (201). Por outro lado, apresenta também a taxa de abstenção mais elevada, equivalente a 10 corpos de bombeiros voluntários (3%). Só este facto explica que as respostas negativas não tivessem sido superiores aos 36,4% registados (121) (fig. 237).

Entre as três tipologias, o comportamento foi similar, apesar de se registarem valores mais negativos entre os corpos de bombeiros voluntários, nomeadamente, 36,7% de respostas negativas e 3,2% de abstenção (fig. 238).

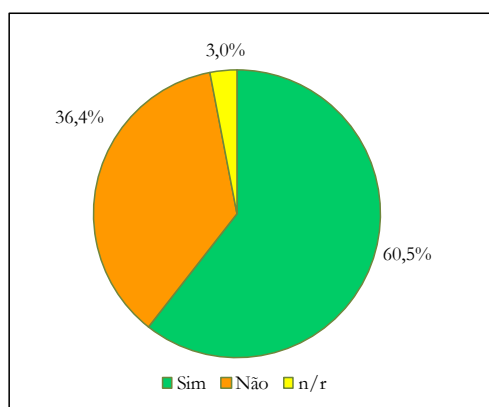


Fig. 237 – Existência de orientação escrita sobre segurança de veículos de emergência.

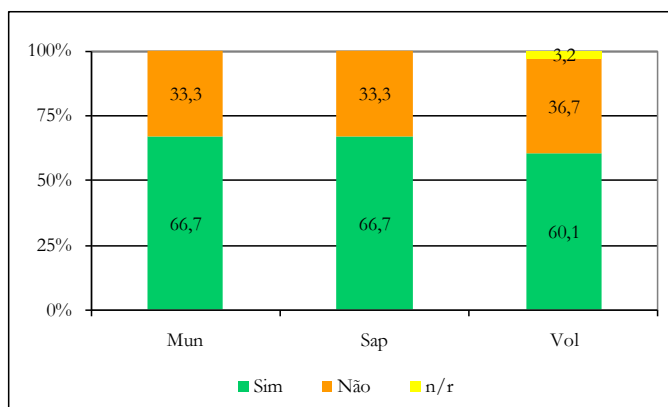


Fig. 238 – Existência de orientação escrita sobre segurança de veículos de emergência, por tipologia de CB.

Fonte: Inquérito próprio, 2007.

9.2. Extintor nos veículos de emergência

Apenas 5 corpos de bombeiros voluntários (1,5%) afirmaram não possuir extintores em todos os veículos do corpo. A acrescentar a estes, referir ainda que 2 corpos de bombeiros voluntários (0,6%) não responderam á questão 7.2. Nas restantes tipologias, a totalidade da amostra respondeu afirmativamente (fig.s 239 e 240).

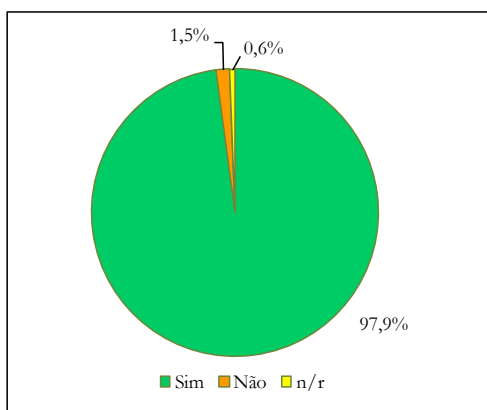
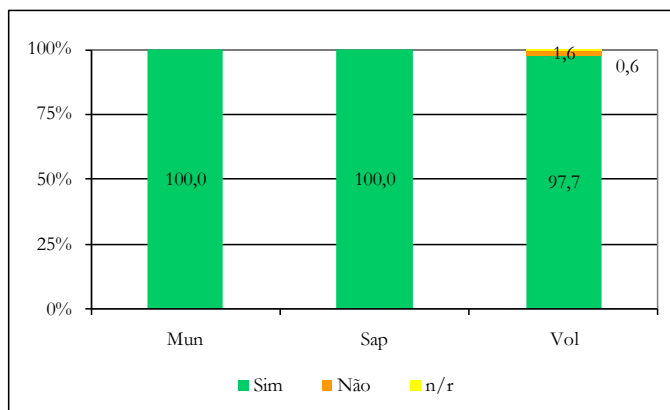


Fig. 239 – Existência de extintor nos veículos de emergência.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 240 - Existência de extintor nos veículos de emergência, por tipologia de CB.

9.3. Kit de primeiros socorros nos veículos de emergência

Em 88 corpos de bombeiros ainda existem veículos sem equipamento de primeiros socorros, que totalizam 27,1% da amostra. Por outro lado, 72% da amostra (217) respondeu afirmativamente. A taxa de abstenção refere-se apenas a 3 corpos de bombeiros voluntários (0,9%) (fig. 241).

Os bombeiros municipais registam 100% de respostas afirmativas, enquanto os sapadores e voluntários possuem um comportamento idêntico, com cerca de 30% de respostas negativas (fig. 242).

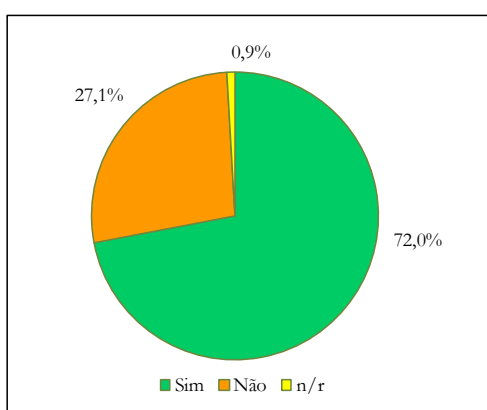
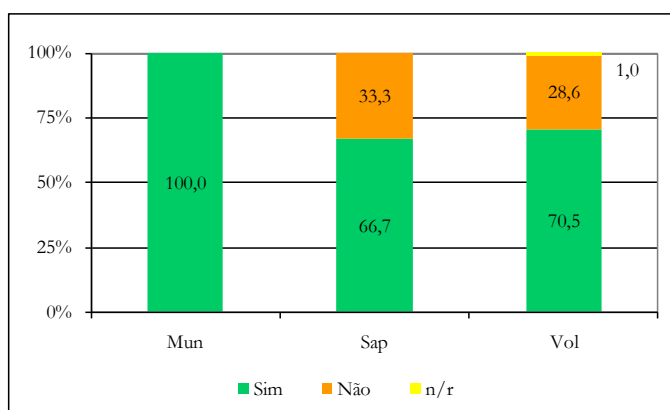


Fig. 241 – Existência de kit de primeiros socorros nos veículos de emergência.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 242 - Existência de kit de primeiros socorros nos veículos de emergência, por tipologia de CB.

9.4. Carta de condução actualizada dos condutores de veículos de emergência

A questão 7.4 registou a maior percentagem de respostas positivas, nomeadamente, 98,2% (302). Apenas 5 corpos de bombeiros voluntários (1,5%) responderam negativamente. Assim, apenas os bombeiros voluntários ficam aquém dos 100% da amostra a responder afirmativamente (fig.s 243 e 244).

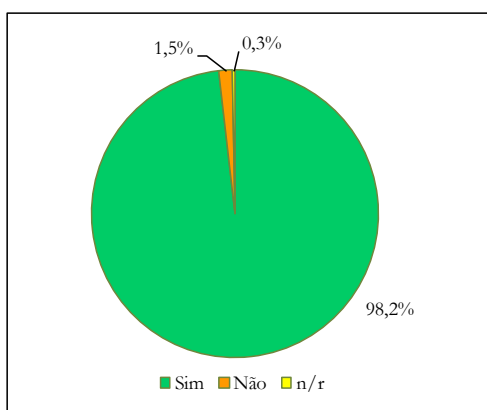
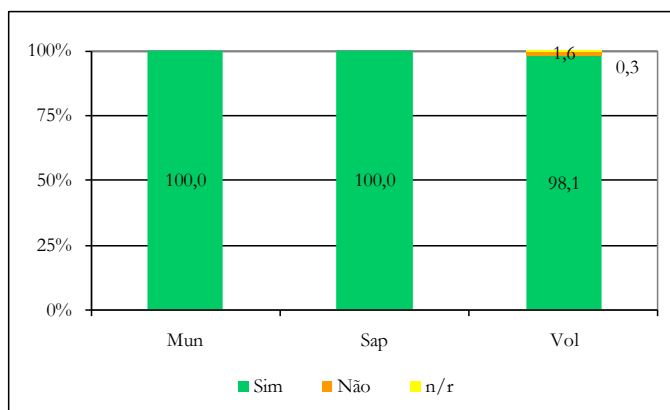


Fig. 243 – Carta de condução actualizada dos condutores de veículos de emergência.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 244 - Carta de condução actualizada dos condutores de veículos de emergência, por tipologia de CB.

9.5. Formação especial para condutores de ambulância de socorro

No conjunto do grupo 7, a presente questão é das que melhor podem definir o grau de preparação e formação dos vários corpos de bombeiros. Na verdade, conclui-se que cerca de 40% da amostra (126) não possui formação especializada numa área tão sensível e com tão elevado peso nas actividades dos bombeiros portugueses. Assim, verifica-se que em 61,4% dos corpos de bombeiros (187) existem condutores com formação especializada (fig. 245).

Os sapadores possuem na sua totalidade, condutores devidamente formados, enquanto os municipais e voluntários descem para valores a rondar os 60% (fig. 246).

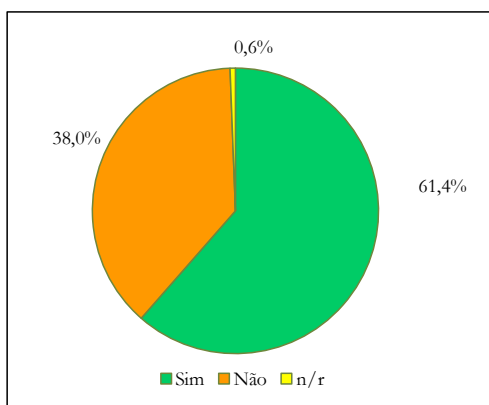
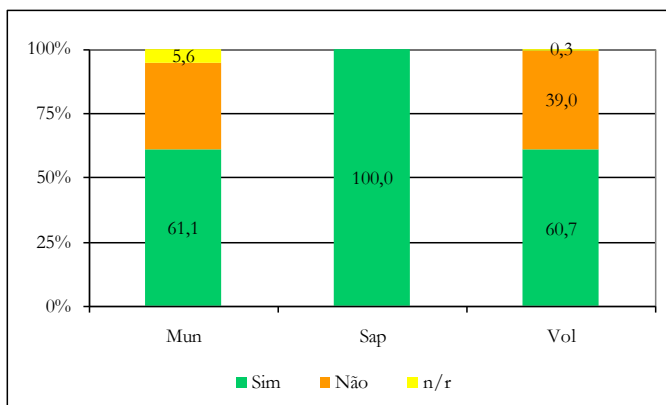


Fig. 245 – Formação especial de condutores de ambulância de socorro.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 246 - Formação especial de condutores de ambulância de socorro, por tipologia de CB.

Resumindo, em termos médios, as respostas positivas atingem 78% da amostra. O valor mais elevado registou-se nas questões 7.4, com 98,2% (326/332) e 7.2, com 97,9% (325/332) e o valor mais baixo na questão 7.1, com 60,5% (201/332).

Todas elas registaram valores superiores a 60% de respostas positivas. A taxa de abstenção média foi de 1,1% da amostra.

Entres as três tipologias, destaca-se a média de respostas positivas, de 86,7% para os sapadores, enquanto que para os municipais decresceu ligeiramente para 85,6%. Os corpos voluntários registaram 77,4%. A taxa de abstenção foi de 1,1 quer para os voluntários, quer para os municipais. Todos os corpos sapadores responderam a totalidade das questões.

Entre os sapadores e municipais, destaque para as questões 7.2, 7.3 e 7.4 nas quais se verificou 100% de respostas positivas. Já os voluntários, não registaram 100% da amostra em nenhuma das cinco questões.

10. Treino Físico

Considerada como uma das mais exigentes profissões ao nível da resistência cardio-respiratória, força física e resistência musculares, uma má aptidão física global, limita, obviamente, a performance dos bombeiros, assim como diminui a sua saúde e equilíbrio bio-psico-social.

Nesta linha, a deficiente aptidão física do bombeiro não só prejudica o próprio, mas também o corpo de bombeiros em que presta serviço, colocando em causa, igualmente, a

segurança das pessoas e bens da comunidade que é suposto proteger, ou seja, quem não está preparado “não salva, nem se salva”.

“Todos os equipamentos por ele utilizados, tantos e tão diversos, necessitam, na sua maior parte, de força e de destreza. As intervenções em atmosferas agressivas, como o fumo e o calor exigem sangue frio e um controlo absoluto da respiração, o caminhar sobre um telhado ou sobre uma viga, o trepar a uma escharpa necessitam do desenvolvimento do equilíbrio e da força, assim como todo o trabalho conducente à extinção de um incêndio florestal” (Cascada:2002:27).

É sintomático, assinala António Nunes (E-2008) que *“na operação de resgate no Gerês, em 4-2-2008, o helicóptero tenha evacuado, em primeiro lugar, os bombeiros socorristas, que estavam mais maltratados, que os três montanhistas socorridos.”*

Estes e outros exemplos da mais variada ordem, mostram a imperiosa necessidade de um treino físico, o mais completo possível, posto que, sem esse treino permanente o próprio bombeiro pode achar-se não só incapaz para o pleno desempenho do seu trabalho, mas também arriscar-se a expor inutilmente a sua vida, e, por consequência, a dos seus companheiros de acção.

Neste quadro, assevera o Inspector João Cascada (2002), *“o treino físico é, portanto, ao mesmo tempo, um dever profissional e uma salvaguarda pessoal do bombeiro”* (Cascada:2002:28).

A análise das quatro questões colocadas no inquérito vai mostrar-nos que, infelizmente, em muitos CB's, a exigência do treino e preparação física do bombeiro são ainda palavras vãs, sem sentido, valendo a abnegação.

10.1. Plano de formação com treino físico obrigatório

Apenas metade dos 332 corpos de bombeiros, afirmaram a existência de treino físico obrigatório (166), no respectivo plano de formação. Assim, cerca de 45% dos corpos de bombeiros (151), agravados por uma taxa de abstenção de 4,5% (15), afirmaram não ser obrigatória a prática de exercício físico enquanto dever profissional (fig. 247).

Entre os sapadores, o treino físico integra a totalidade dos planos de formação dos 6 corpos existentes no país. Os bombeiros voluntários registam os resultados mais negativos, não indo além dos 48,7% da amostra, ao afirmarem possuir o treino físico como parte obrigatória do plano de formação (fig. 248).

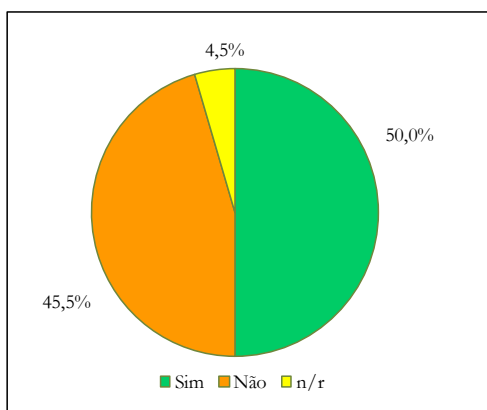
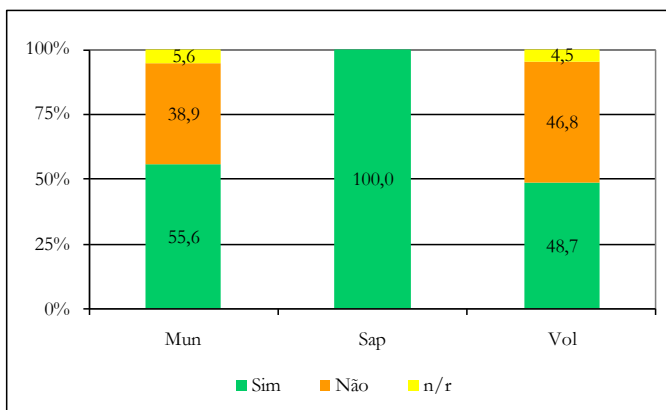


Fig. 247 – Treino físico obrigatório no plano de formação.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 248 – Treino físico obrigatório no plano de formação, por tipologia de CB.

10.2. Periodicidade do treino físico

Dos 332 corpos de bombeiros, 62,3% (207) afirmou realizar treino físico periodicamente. Contudo, ainda existem 74 corpos (22,3%) a afirmar que não realizam exercício físico de forma regular. A agravar esta situação, de destacar que 15,4% dos corpos (51) não respondeu a esta questão.

Entres as respostas positivas, a periodicidade mais frequente pertence à classe *Outra*, ou seja, apesar de não ser indicada, sabe-se que ela deverá ser inferior a 3 vezes por semana. Nesta categoria, encontram-se a maioria dos corpos de bombeiros, 126, o que corresponde a 38%. Com exercício físico uma vez por semana, encontra-se 21,4% da amostra, ou seja, 71 corpos de bombeiros. Finalmente, a classe que reúne menor numero de corpos (10) é referente à de maior periodicidade, de 3 vezes por semana, com apenas 3% (fig. 249).

Os bombeiros sapadores distribuem-se de igual forma entre a classe *Outra* e 3 vezes por semana. Já os municipais e voluntários repartem a amostra pelas várias classes. Em primeiro lugar, de referir que é nos voluntários onde se regista o maior número de respostas negativas (23,1%). Em ambos os casos, a classe *Outra* é a mais representada. Finalmente, de referir que a taxa de abstenção é superior (15,9%) nos corpos de bombeiros voluntários (fig. 250).

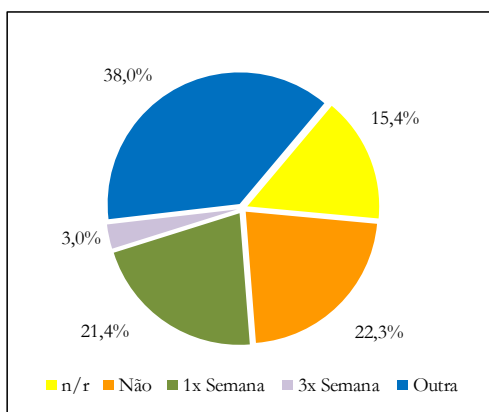
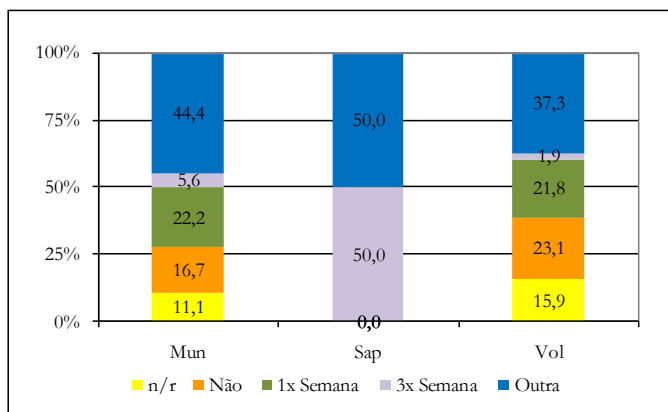


Fig. 249 – Periodicidade do treino físico.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 250 – Periodicidade do treino físico por tipologia de CB.

10.3. Treino semanal para escadas de difícil acesso

Face ao treino físico convencional, a percentagem de corpos de bombeiros a efectuar este tipo de treino, desceu consideravelmente. Na verdade, apenas 73 corpos de bombeiros afirmaram realizar treino semanal em escada (22%). A grande maioria, cerca de 75%, afirmou não realizar este tipo de treino semanalmente (248) (fig. 251).

Foram os sapadores que registaram a maior percentagem de respostas positivas, cerca de 83% (5/6). Nos corpos municipais, deve-se destacar a elevada taxa de abstenção de 11,1%. Já as respostas negativas são similares entre municipais e voluntários, com 72,2% e 76%, respectivamente (fig. 252).

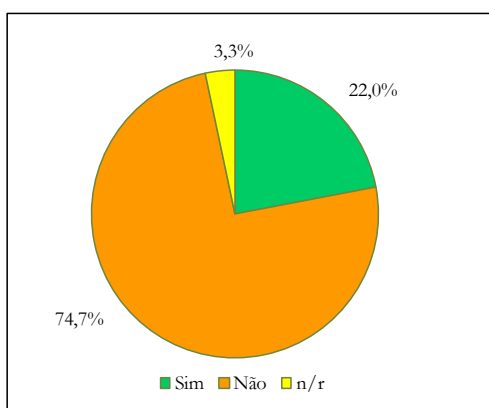
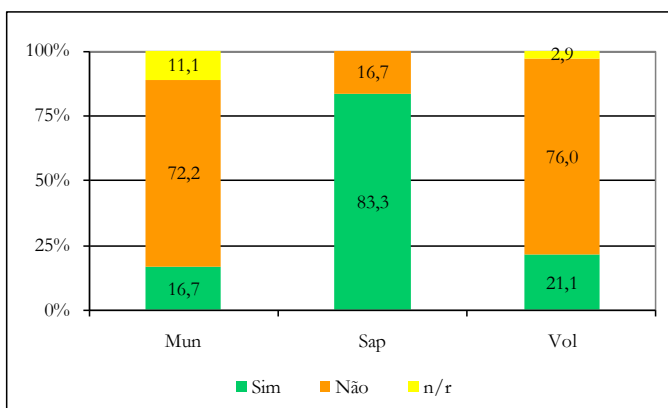


Fig. 251 – Treino semanal para escadas de difícil acesso.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 252 - Treino semanal para escadas de difícil acesso, por tipologia de CB.

10.4. Realização de treino físico uma vez por semana

Por último, a presente questão registou o valor mais elevado de respostas negativas, nomeadamente, 80,4% da amostra (267). Assim, pode-se afirmar que apenas 54 corpos de bombeiros, cerca de 16%, afirmaram realizar sessões de treino físico. Estes resultados vêm, mais uma vez, reforçar a deficiente importância dada a uma questão fulcral inerente à actividade de bombeiro, que é o treino e a prontidão do ponto de vista físico (fig. 253).

As diferenças entre os sapadores e os municipais e voluntários são abissais. Se em 83,3% dos sapadores se realizam sessões de treino semanais, já entre os municipais e voluntários, esses valores situam-se nos 11,1% e 15,3% da amostra, respectivamente (fig. 254).

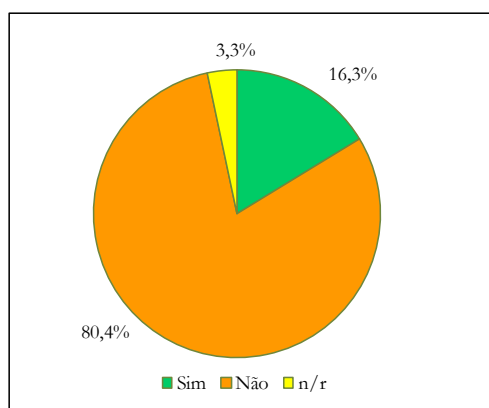
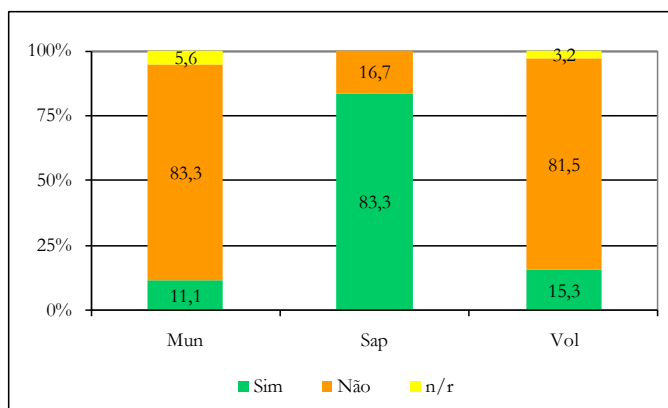


Fig. 253 – Realização de treino físico uma vez por semana.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 254 - Realização de treino físico uma vez por semana, por tipologia de CB.

Resumindo, em termos médios, as respostas negativas foram superiores a 55% da amostra. O valor positivo mais elevado registou-se na questão 8.1.1, com 62,3% (207/332) enquanto que o valor mais baixo se registou na questão 8.1.3, com 16,3% (54/332).

A taxa de abstenção média foi de 6,6% da amostra, muito por força do resultado obtido na questão 8.1.1. Se para os sapadores, essa taxa de abstenção é nula, já para os municipais e voluntários foi de 8,3% e 6,7%, respectivamente.

Entre as três tipologias, destaca-se a média de respostas positivas de 91,7% para os sapadores, enquanto que para os municipais decresceu para 38,9%. Os corpos voluntários registaram 36,5%.

11. Equipamentos de Protecção Individual (EPI)

Um elevado número de acidentes que, todos os anos, atinge os bombeiros, deve-se não só ao incumprimento das regras de segurança estabelecidas, mas também à não utilização dos equipamentos de protecção individual (EPI) adequados às características da missão de socorro, levada a cabo em ambiente hostil. Ora, se os equipamentos de protecção individual forem de qualidade e utilizados correctamente, os acidentes pessoais dos bombeiros podem ser minimizados ou mesmo evitados. *“Os requisitos a atender no desenho e concepção destinam-se a garantir que o EPI é eficaz, robusto, de utilização prática, e fácil conservação, cómodo, pouco volumoso, leve e perfeitamente adaptável/regulável”* (Freitas:2003:136).

Por outro lado, ao nível técnico, as exigências do EPI devem estar associadas a factores ergonómicos e de adaptação à morfologia do utilizador, além das características do trabalho a desenvolver, tendo-se presente a gravidade do risco e a frequência da exposição.

Em todo o caso, a segurança do bombeiro, depende não só de bons equipamentos e vestuário de protecção individual, mas também da formação e aptidão física e psíquica adequada.

Efectivamente, alguns bombeiros tendem a dispensar a utilização de certos EPI que, dependendo das suas características, requerem esforço suplementar devido à dificuldade de movimentação e, por vezes, de visibilidade. No entanto, este argumento de “facilitismo” e “comodismo” não podem servir de desculpa para a não utilização dos EPI, devendo, por isso, ser desenvolvida uma pedagogia de cultura de segurança e treino sistemático de forma a colmatar as dificuldades referidas.

Neste contexto, importa referir que compete ao comandante das operações de socorro, nos termos da legislação em vigor, assegurar que os bombeiros sob as suas ordens estão a actuar com equipamentos de protecção adequados, ou seja, devem ter-se em conta os riscos existentes, as condições de trabalho e as partes do corpo a proteger.

Infelizmente, a divisa *“saber para salvar e para se salvar”* não é, ainda, inerente a todos os bombeiros e comandantes.

A análise das 23 questões seguintes procura verificar em que ponto estamos quanto à utilização dos EPI pelos corpos de bombeiros.

11.1. Equipamentos de Protecção Individual para todos os bombeiros do corpo activo

Segundo o inquérito próprio realizado a 332 corpos de bombeiros, apenas 49,1% (142) afirmaram que todos os elementos do corpo activo possuíam EPI, contra 49,7% (162) sem esse tipo de equipamento. A abstenção foi de apenas 4 corpos de bombeiros voluntários (1,2%) (fig. 255).

A totalidade dos corpos sapadores afirmou possuir EPI. Os municipais registaram 83,3% de respostas positivas (15/18) enquanto os corpos voluntários registaram apenas 46,1% (142/308) (fig. 256).

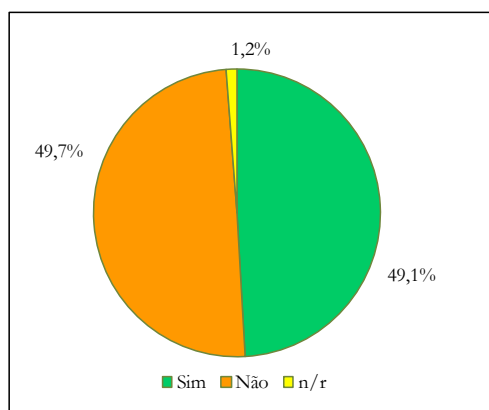
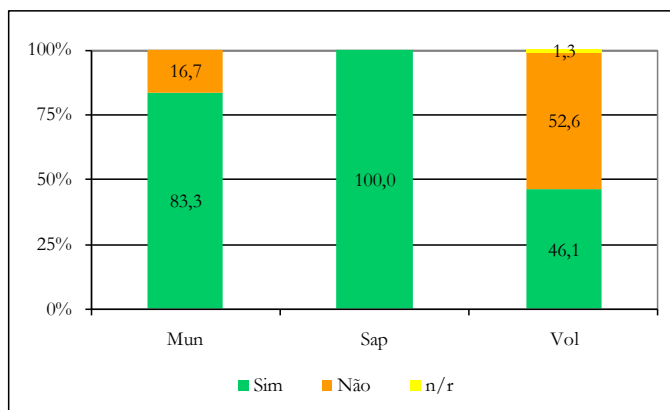


Fig. 255 – Existência de EPI para todos os bombeiros do corpo activo.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 256 - Existência de EPI para todos os bombeiros do corpo activo, por tipologia de CB.

11.2. Legislação em vigor sobre a utilização de EPI's

Apesar de apenas metade dos corpos de bombeiros ter afirmado que possui EPI para a totalidade do corpo efectivo, cerca de 78% (258) afirmou cumprir a legislação em vigor sobre esta matéria. Ainda assim, existem 58 corpos (17,5%) que responderam negativamente. A taxa de abstenção foi de 4,8% e refere-se a 16 corpos de bombeiros voluntários (fig. 257).

Entre as tipologias, de destacar que 1 corpo de bombeiros sapadores, o do Porto, não cumpre com a legislação. Quer os municipais, quer os sapadores registaram 83,3% da amostra a responder afirmativamente. Nos voluntários, esse valor decresceu para cerca de 77% (238/308) (fig. 258).

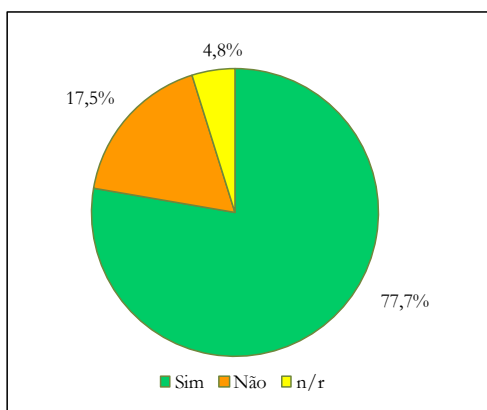
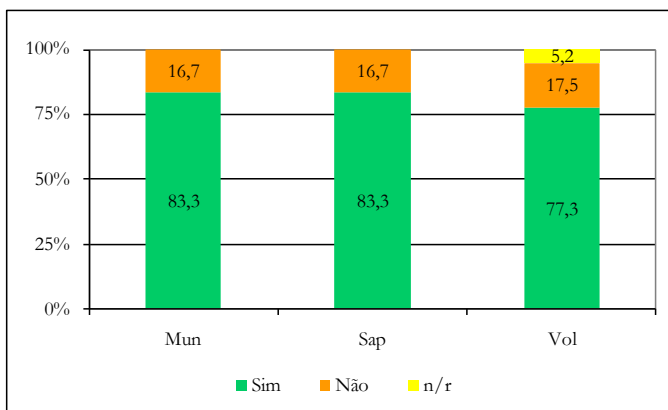


Fig. 257 – Cumprimento da legislação em vigor sobre EPI's.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 258 - Cumprimento da legislação em vigor sobre EPI's, por tipologia de CB.

11.3. EPI's para matérias perigosas

Somente 73 corpos de bombeiros (22%) se encontram equipados com fatos de protecção para matérias perigosas. Existe um claro défice no que diz respeito a protecção contra matérias perigosas, como se verá em questões seguintes. Efectivamente, cerca de 77%, ou seja, 256 corpos de bombeiros responderam negativamente. Por outro lado, a taxa de abstenção é de apenas 3 corpos de bombeiros voluntários (0,9%), o que poderá, em certa medida, indiciar alguma naturalidade em assumir a falta de preparação nesta área, comparativamente a outras (fig. 259).

De destacar que a totalidade dos corpos sapadores possuem este tipo de protecção. Entre os municipais e voluntários, o cenário é bem diferente, pois, apenas 16,7% e 20,8%, respectivamente, o detinham (fig. 260).

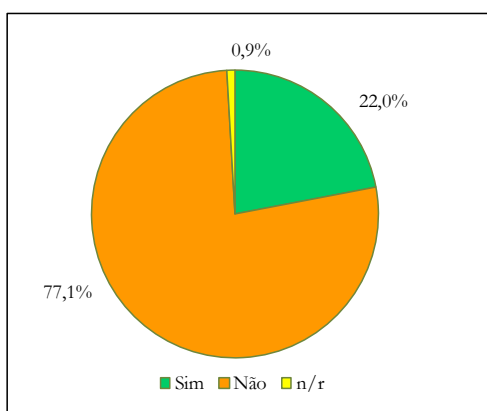
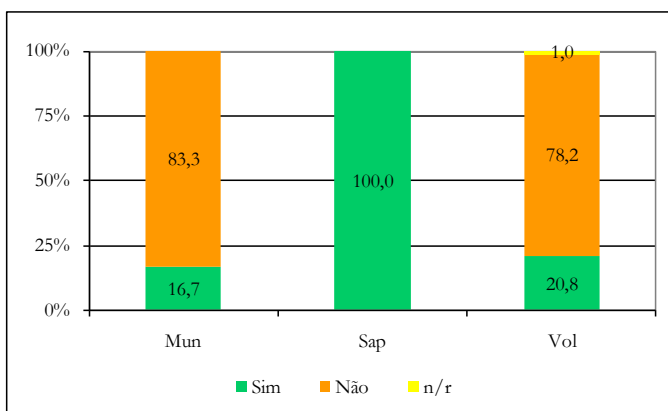


Fig. 259 – Existência de EPI's para matérias perigosas.



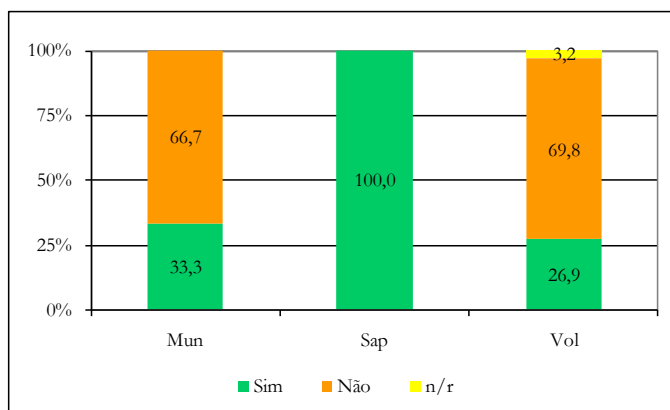
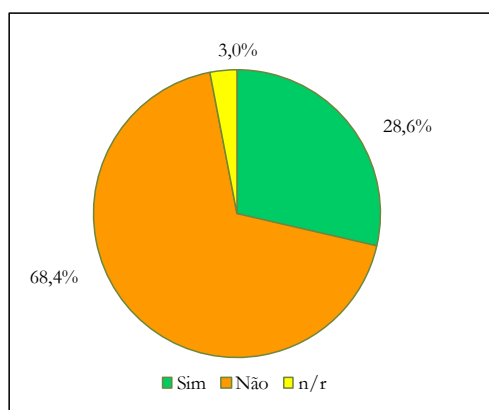
Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 260 - Existência de EPI's para matérias perigosas, por tipologia de CB.

11.4. Equipamentos de controlo e medida para matérias perigosas

O valor das respostas positivas é 28,6%, ou seja, 95 corpos de bombeiros. Cerca de 68% dos inquiridos (227) afirmaram não possuir outros equipamentos de matérias perigosas (fig. 261).

Os voluntários registaram o valor positivo mais baixo, com apenas 26,9% (215/308), enquanto os sapadores registaram 100% (6/6) (fig. 262).



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 261 – Existência de equipamentos de controlo e medida para matérias perigosas.

Fig. 262 - Existência de equipamentos de controlo e medida para matérias perigosas, por tipologia de CB.

11.5. EPI's para a cabeça no combate a incêndios urbanos

A percentagem de respostas positivas rondou 95% (290/332) dos corpos de bombeiros (fig. 263).

Apenas 10 corpos de bombeiros voluntários afirmaram não possuir equipamentos de protecção para a cabeça no combate a incêndios urbanos. De referir ainda que 2,4% (8), todos CB's voluntários, não responderam à questão (fig. 264).

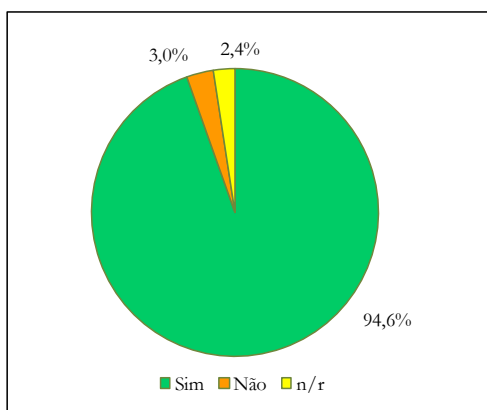
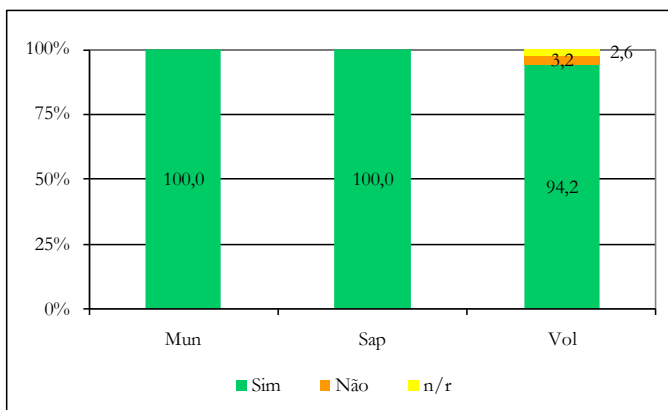


Fig. 263 – EPI's para a cabeça em incêndios urbanos.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 264 - EPI's para a cabeça em incêndios urbanos, por tipologia de CB.

11.6. EPI's para a cabeça no combate a incêndios florestais

Face á questão anterior, registou-se um número ainda maior de respostas positivas, 97,3%, ou seja, 323 corpos de bombeiros. A taxa de abstenção foi de, apenas 0,6%, correspondente a 2 corpos de bombeiros voluntários. Todos os corpos municipais responderam afirmativamente (fig. 265). Apenas 7 corpos afirmam não possuir este tipo de protecção, dos quais se destacam 2 corpos de sapadores pertencentes ao distrito do Porto e Lisboa (fig. 266). Esta situação pode explicar-se pelo facto destes CB's terem como missão principal o combate a incêndios urbanos e industriais, dado que, o perímetro florestal é muito reduzido.

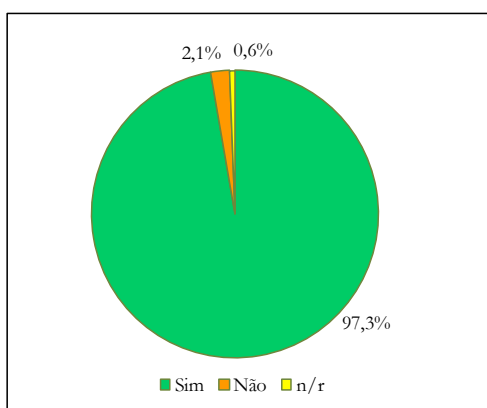
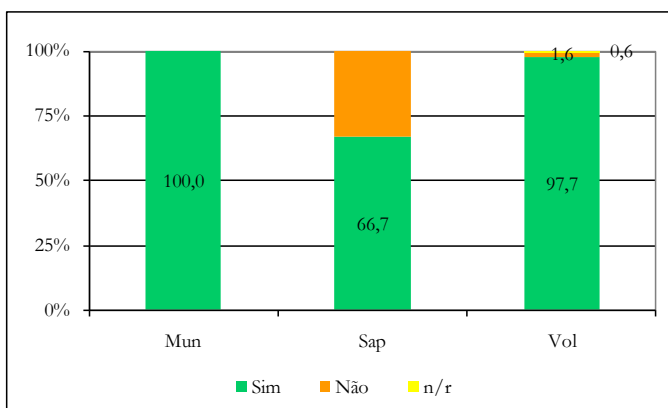


Fig. 265 – EPI's para a cabeça em incêndios florestais.

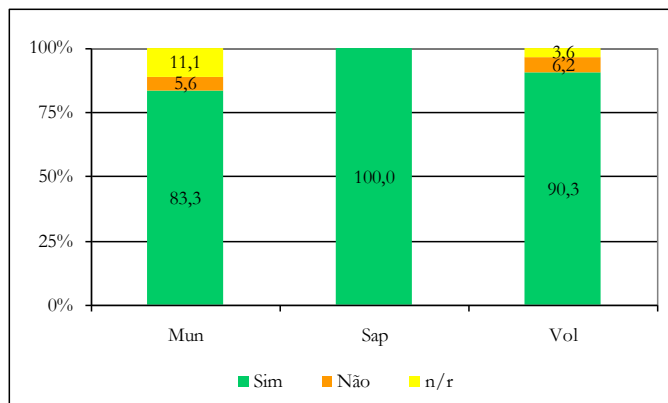
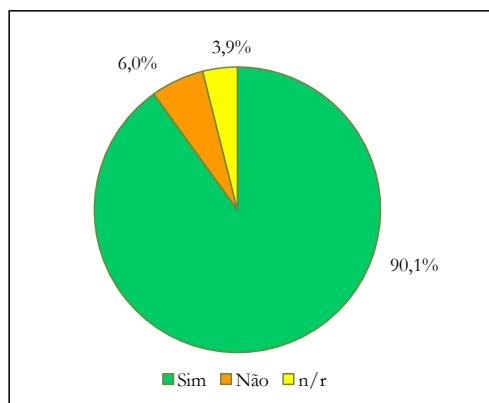


Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 266 - EPI's para a cabeça em incêndios florestais, por tipologia de CB.

11.7. EPI's para protecção dos olhos em incêndios urbanos

Relativamente a esta questão, 90% dos CB's registou valores positivos, sendo que os sapadores obtiveram 100% de respostas positivas, seguindo-se os voluntários com 90,3% e, finalmente, os municipais com 83,3% (fig.s 267 e 268).



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

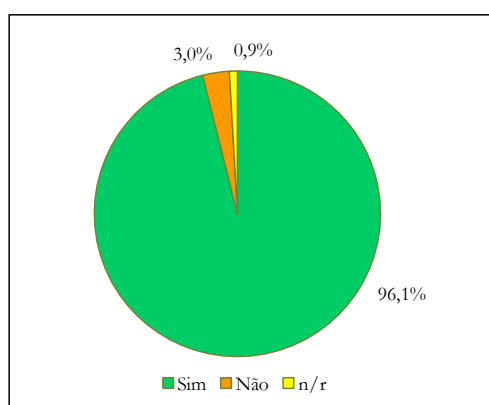
Fig. 267 – EPI's para protecção dos olhos em incêndios urbanos.

Fig. 268 - EPI's para protecção dos olhos em incêndios urbanos, por tipologia de CB.

11.8. EPI's para protecção dos olhos em incêndios florestais

Neste caso, a percentagem de respostas positivas foi ainda mais alta 96,1% (319/332) com, apenas, 3% de CB's a responderem negativamente e com abstenção de menos de 1%. (fig. 269).

Por tipologia, 33,3% (2/6) dos sapadores responderam negativamente, sendo o valor dos voluntários ligeiramente mais alto do que o dos municipais (fig. 270).



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

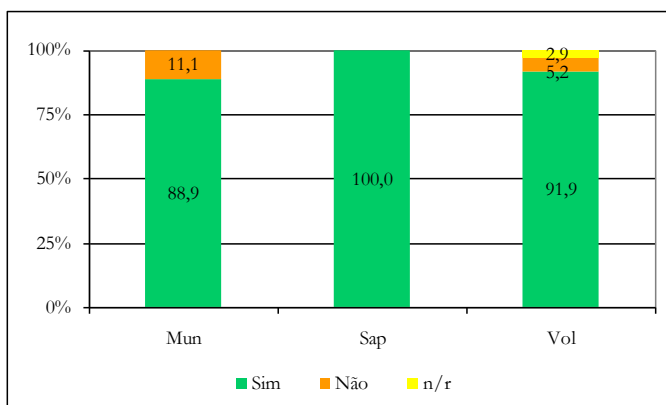
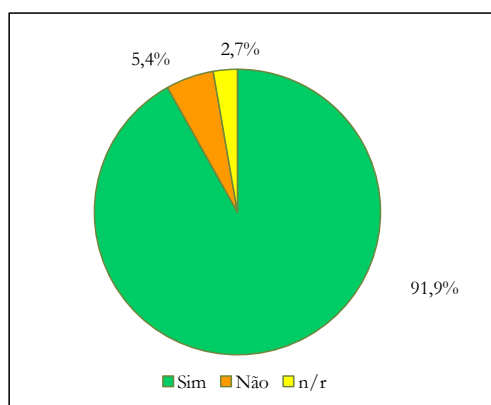
Fig. 269 – EPI's para protecção dos olhos em incêndios florestais.

Fig. 270 - EPI's para protecção dos olhos em incêndios florestais, por tipologia de CB.

11.9. EPI's para protecção dos olhos em desencarceramento

Também nesta questão as respostas positivas foram superiores a 90%, com 2,7% de abstenção e 5,4% de respostas negativas (fig. 271).

Por tipologia, os sapadores voltaram a apresentar 100% de respostas positivas, seguindo-se os voluntários com 91,9% e os municipais, com valores ligeiramente inferiores (fig. 272).



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 271 – EPI's para protecção dos olhos em desencarceramento.

Fig. 272 - EPI's para protecção dos olhos em desencarceramento, por tipologia de CB.

11.10. EPI's para protecção dos olhos em matérias perigosas

Nesta temática verificou-se, novamente, um abaixamento significativo das respostas positivas (31%), contra cerca de 39% de respostas negativas e uma taxa de abstenção bastante alta (30,4%) (fig. 273).

Por tipologia, nos sapadores apuraram-se 83,3% (5/6) de respostas positivas, contra 44,4% dos municipais e 29,2% dos voluntários (fig. 274).

Resumindo, relativamente aos equipamentos de protecção dos olhos, verifica-se que em todas as situações se registaram valores positivos, superiores a 90%. A única excepção prende-se com a protecção aplicada às matérias perigosas, a qual registou uma taxa de abstenção de 30,4% (101/332), enquadrando-se nos valores próximos das questões anteriores relativas a esta temática das matérias perigosas.

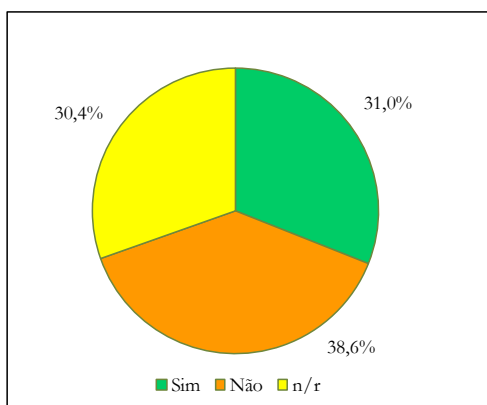
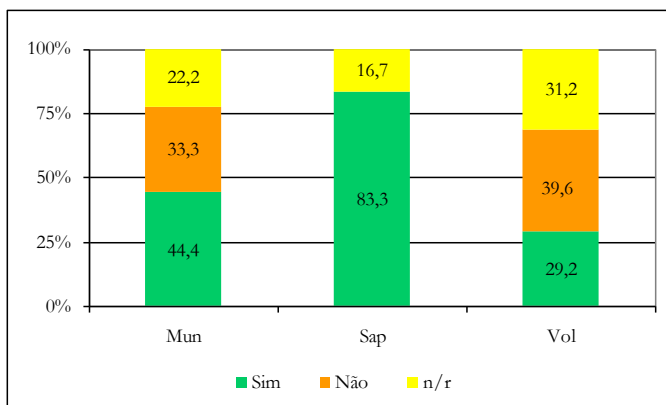


Fig. 273 – EPI's para protecção dos olhos em matérias perigosas.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 274 - EPI's para protecção dos olhos em matérias perigosas, por tipologia de CB.

Este resultado, deve-se, em grande parte, ao facto de ter existido um erro na formatação do inquérito, que colocou esta questão no início da folha, de uma forma pouco visível, em vez de estar agregada às restantes questões do subgrupo 9.6.

Foi no caso dos incêndios florestais que se registou o maior número de respostas positivas, 96,1% (319/332). Seguiu-se o desencarceramento, com 91,9% (305/332) e os incêndios urbanos com 90,1% (299/332). A taxa de abstenção regista um comportamento inverso, sendo mais baixa no caso dos incêndios florestais, com apenas 0,9%, seguida do desencarceramento, com 2,7% e, finalmente, dos incêndios urbanos, com 3,9%.

Entre os sapadores, nota-se a menor vocação em incêndios florestais (o que se aceita atendendo a que os seis corpos de bombeiros sapadores existentes estão sedeados nas maiores cidades portuguesas onde predomina o tecido urbano), sendo esta a questão que registou o valor mais reduzido, concretamente, 66,7%. No entanto, tanto nos incêndios urbanos, como no desencarceramento, registaram, compreensivelmente, 100%. Quanto às matérias perigosas, 1 corpo não respondeu à questão e, os restantes cinco, responderam afirmativamente.

Entre os municipais, o valor mais elevado registou-se nos equipamentos de protecção dos olhos para incêndios florestais, nomeadamente, 94,4%. Seguiu-se os de desencarceramento, com 88,9% e o de incêndios urbanos, com 83,3%. Finalmente, de referir que os equipamentos aplicados a matérias perigosas, registaram uma abstenção de 22,2% da amostra (4/18).

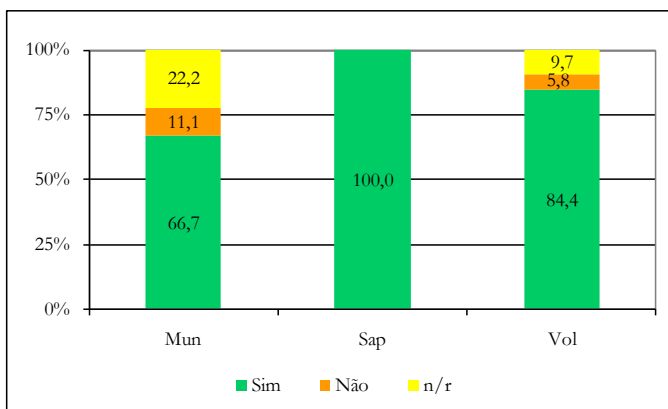
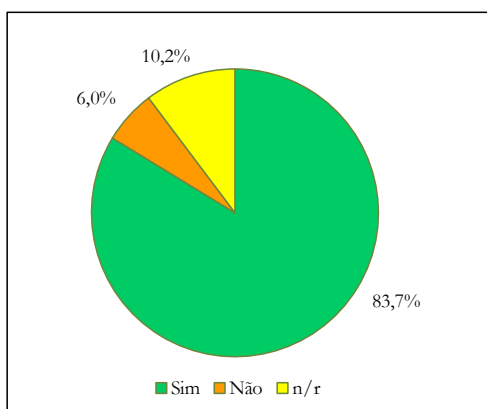
Entre os voluntários, o valor mais elevado pertence aos equipamentos de protecção dos olhos aplicados aos incêndios florestais, com 96,8%. Os incêndios urbanos e o desencarceramento apresentaram comportamentos similares, com 90,3% e 91,9%, respectivamente. Paradoxalmente, os bombeiros voluntários possuem valores relativos mais

elevados, do que os municipais. A única excepção prende-se com a questão aplicada às matérias perigosas, na qual, os voluntários registam uma taxa de abstenção de 31,2% e as respostas positivas somam apenas 29,2% (90/308).

11.11. EPI de protecção da face

Apenas 20 corpos de bombeiros (6%) afirmaram não possuir equipamentos de protecção da face, contra cerca de 84% que afirmaram a sua existência (278). No entanto, registou-se uma taxa de abstenção invulgarmente elevada para uma questão de resposta taxativa, superior a 10% da amostra, ou seja, 30 corpos de bombeiros voluntários e 4 corpos municipais. Proporcionalmente, a taxa de abstenção foi superior nos corpos de bombeiros municipais, sendo superior a 22% da amostra (4/18) (fig. 275).

Assim, verificou-se que foram os municipais a registar a menor percentagem de respostas positivas, afectadas ainda pela referida taxa de abstenção elevada. Seguem-se os corpos voluntários com 84,4%, apesar da taxa de abstenção rondar os 10% da amostra (30/308). Todos os 6 corpos de bombeiros sapadores responderam afirmativamente (fig. 276).



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 275 – EPI's para protecção da face.

Fig. 276 - EPI's para protecção da face, por tipologia de CB.

11.12. EPI de protecção de ouvidos em incêndios urbanos

Com 6% de abstenção e 36,4% de respostas positivas, maioritariamente 57,5% dos CB's não possuem EPI de protecção de ouvidos em incêndios urbanos (fig. 277).

Por tipologia, apenas os sapadores apresentaram 50% (3/6) de respostas positivas, seguindo-se os voluntários, com 36,4%, e os municipais, com 33,3% (fig. 278).

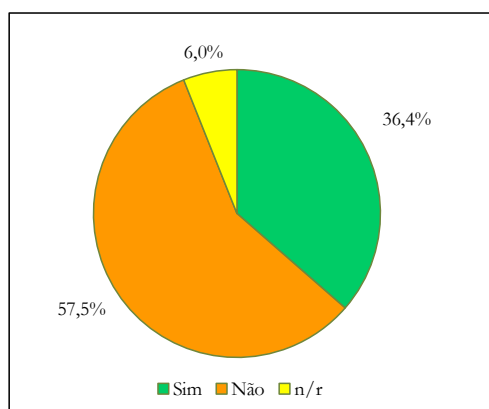
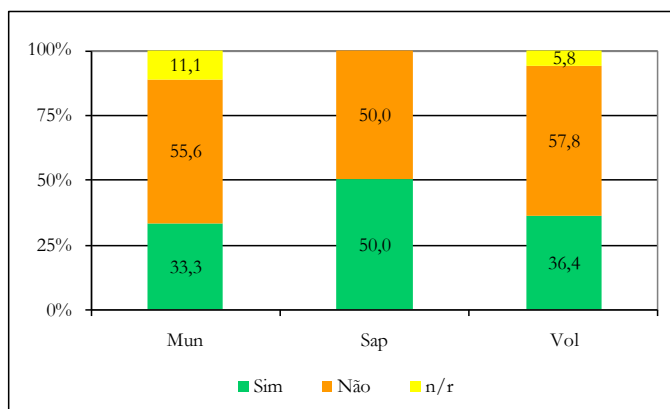


Fig. 277 – EPI's para protecção dos ouvidos em incêndios urbanos.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 278 - EPI's para protecção dos ouvidos em incêndios urbanos, por tipologia de CB.

11.13. EPI de protecção de ouvidos em incêndios florestais

Também nesta questão, com 3,6% de abstenção, as respostas positivas não foram além de 36,7% (fig. 279).

Por tipologia, as respostas negativas ultrapassaram 50% nos voluntários e municipais, com os sapadores a apresentarem a maior taxa de respostas negativas, 83,3% (5/6) (fig. 280).

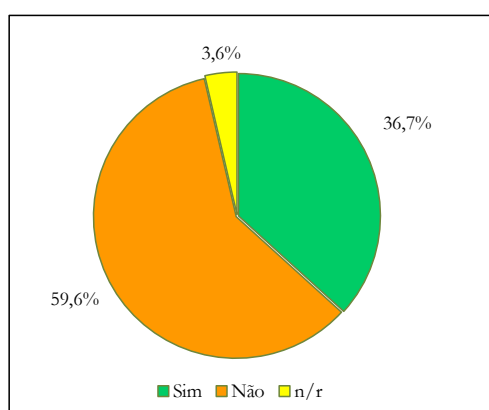
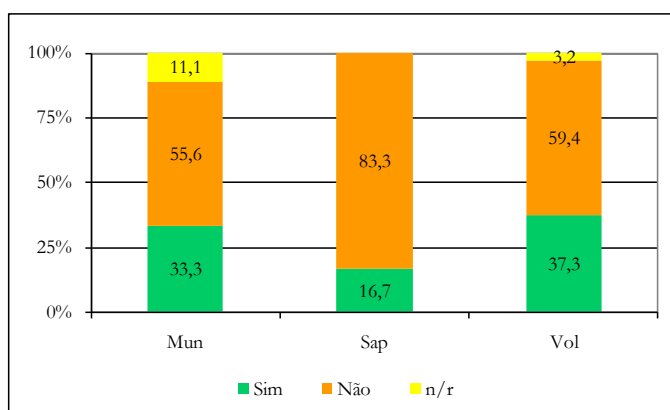


Fig. 279 – EPI's para protecção dos ouvidos em incêndios florestais.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 280 - EPI's para protecção dos ouvidos em incêndios florestais, por tipologia de CB.

11.14. EPI de protecção de ouvidos em desencarceramento

Nesta temática as respostas positivas alcançaram 38,3%, com taxa de abstenção de 5,1% (fig. 281). Por tipologia, os sapadores voltaram a apresentar 50% (3/6) de respostas positivas, seguindo-se os voluntários, com 38,3%, e em último lugar, mais uma vez, os municipais (fig. 282).

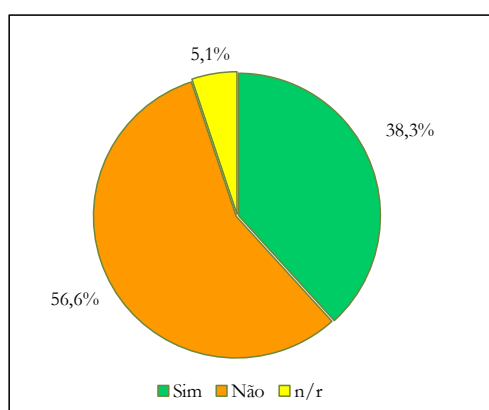


Fig. 281 – EPI's para protecção dos ouvidos em desencarceramento.

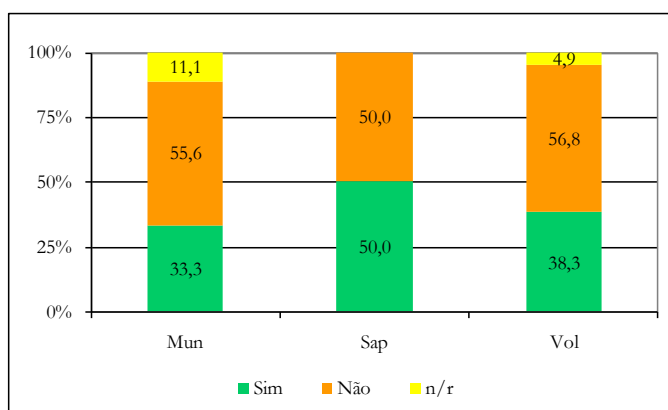


Fig. 282 - EPI's para protecção dos ouvidos em desencarceramento, por tipologia de CB.

Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Em resumo, em termos gerais, existe um défice no que diz respeito a equipamentos de protecção de ouvidos, transversal às três categorias em questão. Em nenhum dos casos foi atingida uma percentagem da amostra superior a 40%.

O desencarceramento registou o valor mais elevado, com 38,3% (127/332), que, em parte, se explica pelo uso da maquinaria de corte. Os incêndios urbanos e florestais registam valores muito idênticos, com 36,4% (121/332) e 36,7% (122/332) da amostra, respectivamente. A taxa de abstenção foi superior nos incêndios urbanos (6%), com, 18 corpos voluntários e 2 municipais. Seguiu-se a categoria de desencarceramento, com 5,1%, ou seja, 15 corpos voluntários e 2 municipais. Finalmente, os incêndios florestais, com 10 corpos voluntários e 2 municipais, correspondentes a 3,6% da amostra.

Entre os sapadores, à excepção da categoria incêndios florestais, em que registaram apenas 16,7%, metade da amostra afirmou possuir este tipo de equipamento de protecção nas restantes categorias. Os municipais registam o mesmo valor para as categorias, nomeadamente 33,3% da amostra, ou seja, 6 corpos num total de 18. Finalmente, entre os corpos voluntários, verificou-se igualmente um resultado idêntico para as três categorias às quais se aplica o referido equipamento de protecção. Os valores oscilaram entre 36,4% para os incêndios urbanos e 38,3% para o desencarceramento.

11.15. EPI de protecção para as mãos em incêndios urbanos

Com abstenção de 1,8% e 3% de respostas negativas, os CB's responderam positivamente com elevada percentagem, 95% (fig. 283). Por tipologia, os sapadores e municipais apresentaram 100% de respostas positivas contra 94,8% dos voluntários (fig. 284).

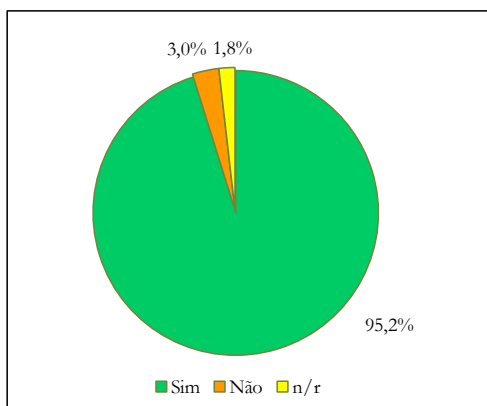
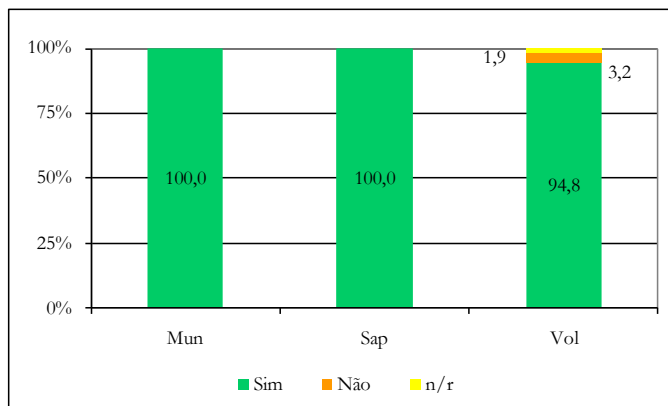


Fig. 283 – EPI's para protecção das mãos em incêndios urbanos.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 284 - EPI's para protecção das mãos em incêndios urbanos, por tipologia de CB.

11.16. EPI de protecção para as mãos em incêndios florestais

Nesta questão, a percentagem de respostas positivas foi ainda maior (96,4%) do que na anterior, diminuindo a abstenção para 1,2% (fig. 285).

Por tipologia, os voluntários (porque se trata de incêndios florestais) apresentam o maior valor de respostas positivas, seguindo-se os municipais e os sapadores (fig. 286).

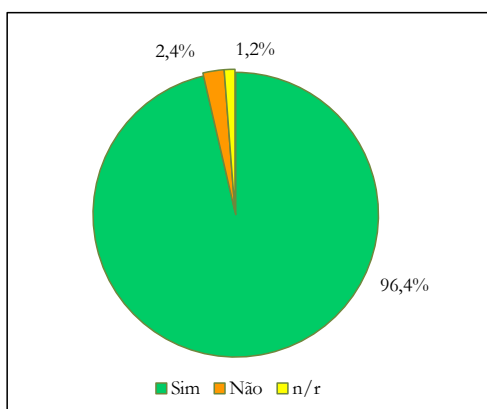
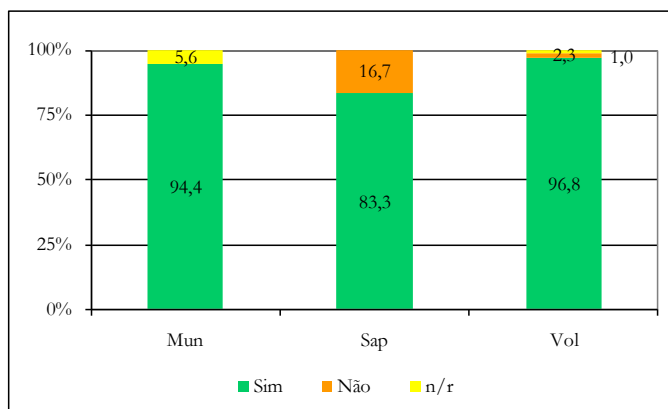


Fig. 285 – EPI's para protecção das mãos em incêndios florestais.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 286 - EPI's para protecção das mãos em incêndios florestais, por tipologia de CB.

11.17. EPI de protecção das mãos em desencarceramento

A percentagem de respostas positivas a esta questão voltou a descer ligeiramente, para 95%, com aumento da abstenção para 2,7% (fig. 287).

Por tipologia, os sapadores apresentaram 100% de respostas positivas, seguindo-se, como vem sendo habitual, os voluntários com cerca de 95% e os municipais com 90% de respostas positivas (fig. 288).

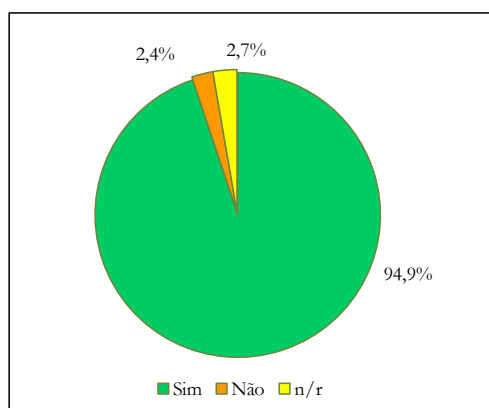
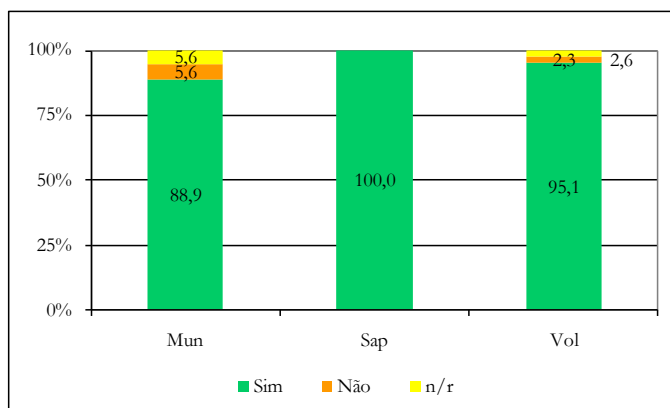


Fig. 287 – EPI's para protecção das mãos em desencarceramento.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 288 - EPI's para protecção das mãos em desencarceramento, por tipologia de CB.

Resumindo, relativamente aos equipamentos de protecção de mãos, torna a assistir-se a resultados positivos bastante expressivos. No caso dos incêndios florestais, 96,4% da amostra respondeu afirmativamente (320/332). Segue-se a categoria incêndios urbanos, com 95,6% (316/332) e, finalmente, a categoria desencarceramento, que registou 94,9% (315/332).

A taxa de abstenção foi superior na categoria desencarceramento, ainda assim não ultrapassou 2,7% da amostra, correspondente a 8 corpos de bombeiros voluntários e 1 corpo municipal. A categoria incêndios urbanos registou 1,8%, ou seja, 6 corpos de bombeiros voluntários. Finalmente, a categoria incêndios florestais, com apenas 1,2% da amostra, equivale a 3 corpos voluntários e 1 municipal.

Entre os sapadores, à excepção da categoria incêndios florestais, que registou apenas 83,3%, a totalidade da amostra afirmou possuir este tipo de equipamento de protecção nas restantes categorias. Os municipais registaram 100% de respostas positivas nos incêndios urbanos, 94,4% em incêndios florestais e 88,9% em desencarceramento. Finalmente, entre os corpos voluntários, o maior número de repostas positivas foi nos incêndios florestais, nomeadamente 96,8%, seguido do desencarceramento, com 95,1% e, finalmente, dos incêndios urbanos, com 94,8%.

11.18. Protecção respiratória nos CB's

Dos 332 corpos de bombeiros, 315 afirmaram possuir equipamentos de protecção respiratória, ou seja, aproximadamente 95% da amostra. Apenas 6 corpos de bombeiros voluntários não possuem os referidos equipamento de protecção (3,3%) (fig. 289).

A taxa de abstenção foi de 3,3%, referente a 9 corpos de bombeiros voluntários e 2 corpos municipais. Entre os municipais, o valor relativo é largamente superior ao registado entre voluntários, cerca de 11%, contra 2,9% para os voluntários. Assim, os sapadores obtiveram 100% de respostas afirmativas, sendo seguidos pelos voluntários, com 95,1% (293/308), e pelos municipais, com 88,9% (16/18) (fig. 290).

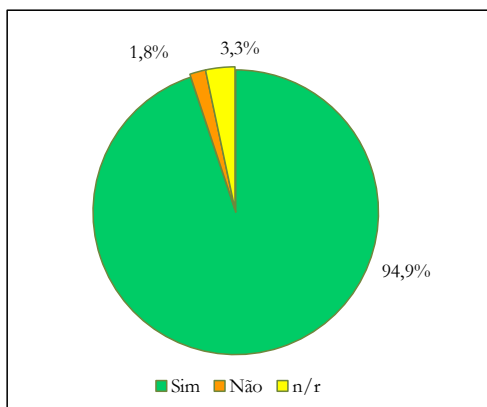
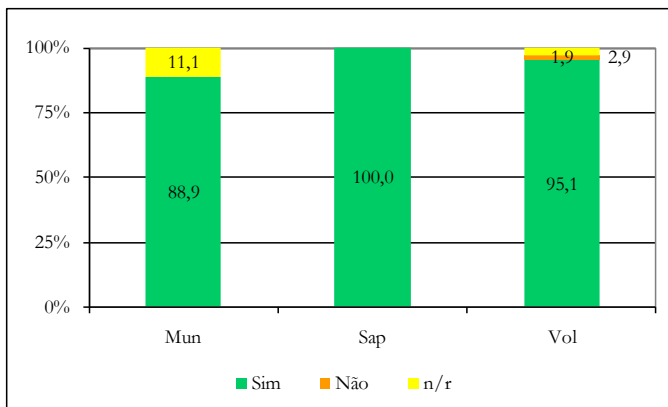


Fig. 289 – Existência de equipamentos de protecção respiratória nos CB's.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 290 - Existência de equipamentos de protecção respiratória, por tipologia de CB's.

11.19. EPI de protecção do tronco, abdómen e braços

Os resultados revelaram que este tipo de protecção se encontra menos divulgado e implantado entre os 332 corpos de bombeiros abrangidos pelo inquérito. Com efeito, neste caso concreto, os valores decresceram para 61,1% da amostra, ou seja, 203 corpos responderam afirmativamente. Ainda assim, subsistem 116 corpos de bombeiros onde esse equipamento não existe (34,9%). A taxa de abstenção, cerca de 4%, corresponde a 13 corpos de bombeiros voluntários (fig. 291).

Por tipologia, de salientar 100% de respostas positivas nos sapadores, seguindo-se os voluntários com mais de 60% e, em último lugar, os municipais, com cerca de 39% (fig. 292).

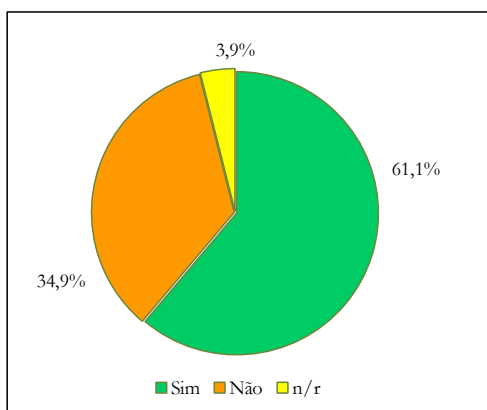
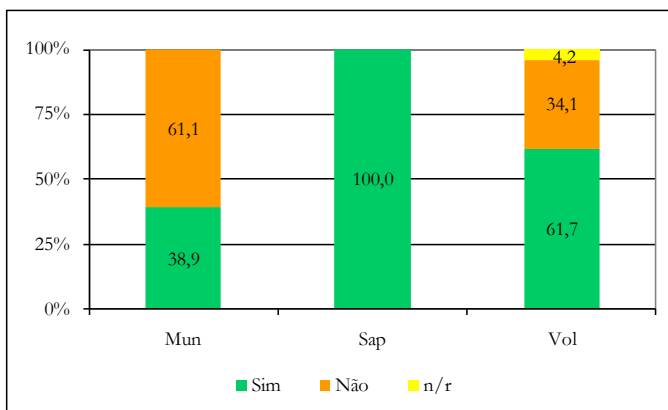


Fig. 291 – Existência de EPI de protecção do tronco, abdómen e braços.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 292 - Existência de EPI de protecção do tronco, abdómen e braços, por tipologia de CB.

11.20. EPI para protecção de membros inferiores em incêndios urbanos

Com abstenção de 4,5%, 66,3% dos CB's responderam positivamente a esta questão (fig. 293). Por tipologia, os sapadores apresentam 100% de respostas positivas contra cerca de 66% dos voluntários e 61,1% dos municipais (fig. 294).

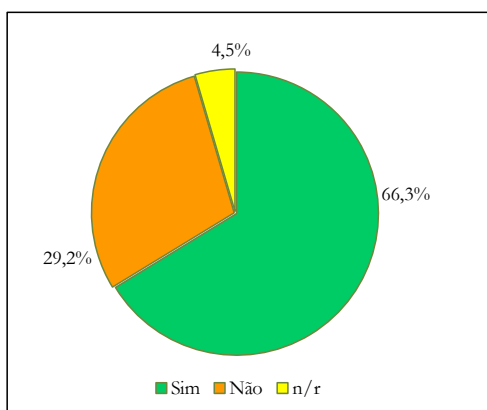
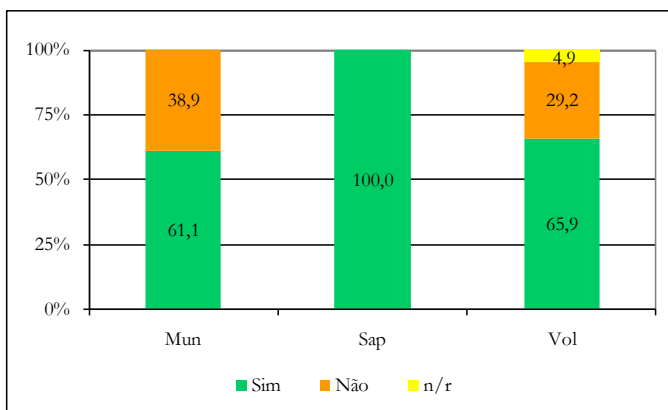


Fig. 293 – EPI para protecção dos membros inferiores em incêndios urbanos.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 294 - EPI para protecção dos membros inferiores em incêndios urbanos, por tipologia de CB.

11.21. EPI para protecção de membros inferiores em incêndios florestais

Nesta questão verificou-se um ligeiro abaixamento das respostas positivas para 65,4% e um aumento também ligeiro da abstenção (4,8%) (fig. 295).

Por tipologia, a maior percentagem de respostas positivas foi nos voluntários (65,9%) seguindo-se os municipais, com 61,1%, e, por fim, os sapadores, com apenas 50% (fig. 296).

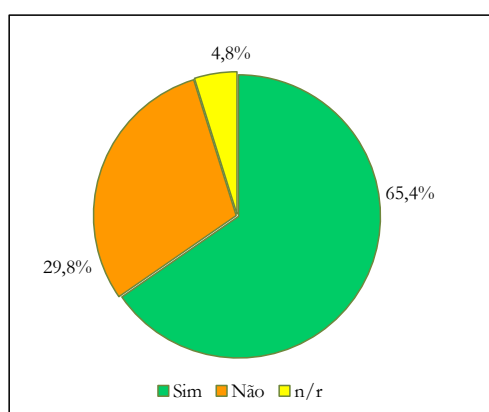
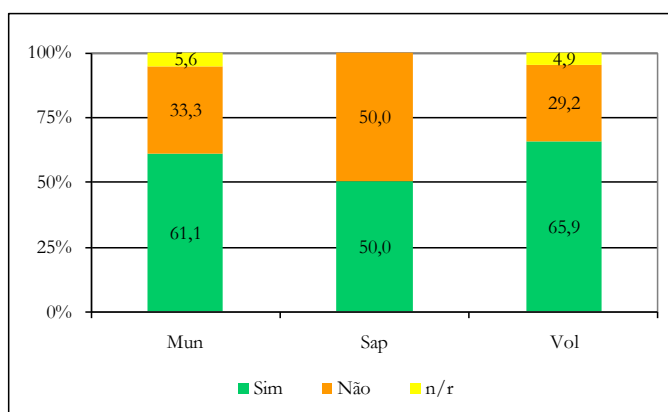


Fig. 295 – EPI para protecção dos membros inferiores em incêndios florestais.



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 296 - EPI para protecção dos membros inferiores em incêndios florestais, por tipologia de CB.

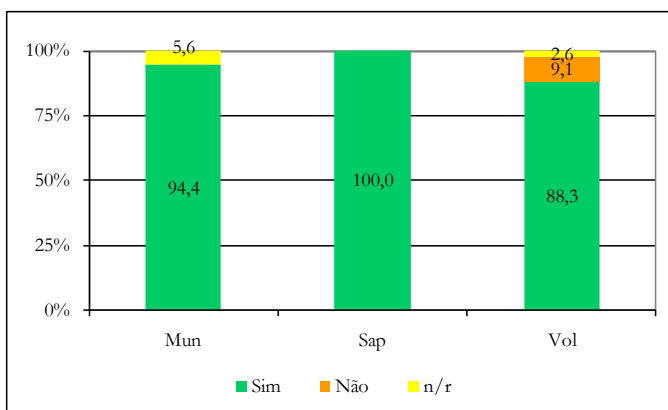
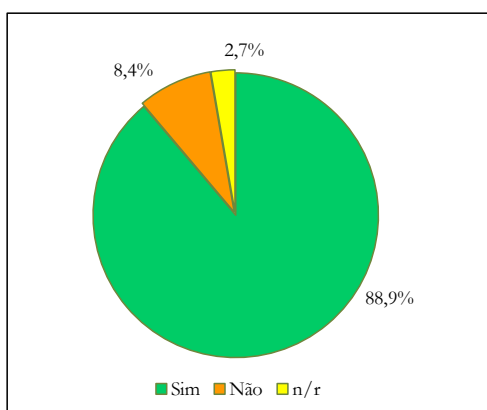
Em suma, esta questão obteve resultados similares aos verificados para os equipamentos de protecção de tronco, abdómen e braços. Na categoria de incêndios urbanos, registaram-se 66,3% (220/332) de respostas positivas, enquanto que na categoria incêndios florestais, o valor desceu ligeiramente, para 65,4% (217/332). A taxa de abstenção foi ligeiramente superior para a categoria de incêndios florestais, cerca de 5%, correspondente a 16 corpos de bombeiros, sendo 1 deles, municipal. Para a categoria de incêndios urbanos, a taxa de abstenção foi de 4,5%, ou seja, referente a 15 corpos de bombeiros voluntários.

Nos sapadores, este tipo de equipamento preenche a totalidade da amostra, quando aplicados aos incêndios urbanos. Já no caso dos incêndios florestais, o valor decresce para 50%. Entre os municipais, em ambos os casos, o valor das respostas positivas cifrou-se nos 61,1% (11/18). Entre os bombeiros voluntários acontece uma situação idêntica, ou seja, em ambos os casos, verificou-se que 65,9% da amostra respondeu afirmativamente (203/332).

11.22. EPI de protecção para os pés

Cerca de 89% da amostra afirmou possuir equipamentos de protecção para os pés, ou seja, 295 corpos de bombeiros. Apenas em 28 corpos (8,4%) não existia esse equipamento. A taxa de abstenção foi de 2,7%, equivalente a 8 corpos de bombeiros voluntários e 1 municipal (fig. 297).

Entre as três tipologias, de destacar que a totalidade dos sapadores respondeu afirmativamente e, a dos municipais, apesar de não ter obtido respostas negativas, registou uma taxa de abstenção de 5,6% (fig. 298).



Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Fig. 297 – EPI para protecção dos pés.

Fig. 298 - EPI para protecção dos pés, por tipologia de CB.

11.23. EPI para protecção de riscos eléctricos

Cerca de 55% da amostra (182/332) respondeu afirmativamente, quanto à existência de equipamentos de protecção para riscos eléctricos. As respostas negativas abrangem 141 corpos de bombeiros (42,5%). A taxa de abstenção foi de 2,7%, correspondente a 7 corpos voluntários e 2 municipais (fig. 299).

Os corpos de bombeiros municipais e voluntários registaram cerca de 55% de respostas positivas, apesar da taxa de abstenção, nos municipais, ser superior, 11,1%. Nos sapadores, 2 corpos de respondem negativamente, correspondendo a 33,3% da respectiva amostra (fig. 300).

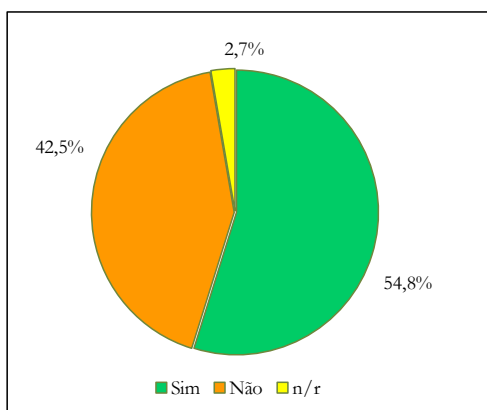


Fig. 299 – EPI para protecção de riscos eléctricos.

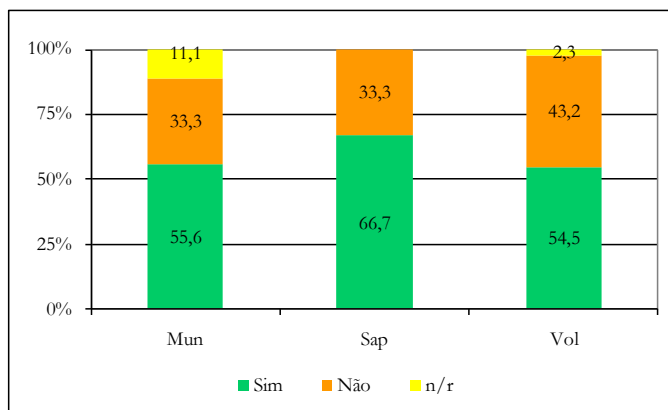


Fig. 300 - EPI para protecção de riscos eléctricos, por tipologia de CB.

Fonte: Inquérito próprio, 2007.

Como síntese final, importa realçar que a média das respostas positivas ao longo das 23 questões, relativas à cultura de segurança nos CB's, foi de 69,2%. Ainda assim, existem 9 questões com valores superiores a 90%. Destas, o valor mais elevado registou-se na questão 9.5 IF (*os bombeiros possuem equipamentos de protecção para a cabeça para combate a incêndios florestais?*), com 97,3% (323/332). O valor mais baixo registou-se na questão 9.3 (*o corpo de bombeiros possui fatos de protecção individual para matérias perigosas?*), com apenas 22% (72/332). Para além desta, existem mais 6 questões com valores inferiores a 50% da amostra.

A taxa de abstenção média foi de 4,5% da amostra, embora tenha atingido 30,4% na questão 9.6 MP (*os bombeiros possuem equipamentos de protecção dos olhos para matérias perigosas?*) e 10,2% na questão 9.7 (*os bombeiros possuem equipamentos de protecção da face?*).

Entres as três tipologias, destaca-se a média de respostas positivas de 83,3% para os sapadores, enquanto para os voluntários decresce para 68,9%. Os corpos municipais registaram o valor mais baixo, correspondente a 68,6% da amostra. Entre os sapadores, 13 questões obtêm a afirmação da totalidade da amostra. Os valores mais baixos, correspondem às questões 9.12 IF (*os bombeiros possuem equipamentos de protecção dos membros inferiores para combate a incêndios florestais?*) e 9.8 IF (*os bombeiros possuem equipamentos de protecção dos ouvidos para combate a incêndios florestais?*), com 50% e 16,7%, respectivamente.

Entre os municipais, existem 3 questões cujas respostas positivas atingiram a totalidade da amostra. Os valores mais baixos correspondem à questão 9.3 (*o corpo de bombeiros possui fatos de protecção para matérias perigosas?*), com 16,7% de respostas positivas.

Os voluntários, ultrapassam os 90% em 9 questões, destacando-se a questão 9.5 IF (*os bombeiros possuem equipamentos de protecção para a cabeça para combate a incêndios florestais?*), com

97,7% da amostra a responder afirmativamente. As questões 9.3 (*o corpo de bombeiros possui fatos de protecção para matérias perigosas?*) e 9.4 (*o corpo de bombeiros possui outros equipamentos de controlo e medida para matérias perigosas?*) registam os valores mais baixos, com 20,8% e 26,9%, respectivamente.

Por outro lado, fica, desde já, sobejamente comprovada, face aos dados obtidos, a sub-hipótese inicial de que “*os resultados em segurança e saúde ocupacional nos corpos de bombeiros estão associados à cultura organizacional e de segurança neles existente*” o que corresponde inteiramente à verdade, em relação aos CB’s sapadores e, em menor grau, aos CB’s municipais, não sapadores.

Capítulo 4
Análise e Perspectivas de mudança na
Organização do Socorro

1. Enquadramento

Neste quarto e último capítulo, procuraremos, em primeiro lugar, (re)confirmar a hipótese e sub-hipóteses do corpo central deste trabalho, ou seja, o acentuado défice de instrução/formação e de cultura de segurança nos bombeiros portugueses mormente nos CB's voluntários e municipais (não sapadores), através da análise de conteúdo das 24 “*comunicações pessoais escritas*” (que constituem a amostra) utilizando uma metodologia de nível informacional/quantitativa.

Em segundo lugar, apresentaremos perspectivas de superação dessas fragilidades estruturais dos CB's, no caso do défice de instrução/formação, através de um modelo integrado de formação global da ENB, baseado em pressupostos de qualidade, e quanto ao défice de cultura de segurança, através da implementação de um modelo de gestão de segurança e saúde no trabalho (SST), a gerir em cada CB, com recurso às unidades locais de saúde.

Em terceiro e último lugar, será apresentada uma nova visão da protecção civil assente não só, no desenvolvimento do binómio Município – Associações Humanitárias de Bombeiros, mas também na lógica da assunção do reforço da prevenção, em detrimento do aumento sistemático da resposta.

1.1. Análise do défice de instrução/formação nos CB's

A análise de conteúdo é hoje uma das técnicas ou métodos mais comuns na investigação empírica realizada pelas diferentes ciências humanas e sociais.

Trata-se de uma técnica de análise textual que se utiliza na análise de comunicações escritas, discursos, cartas pessoais, questionários de questões abertas e, sempre, no caso de entrevistas.

Neste sentido, a análise de conteúdo deve contribuir para o estudo do “(...) *contenido manifesto de una comunicación, clasificando sus diferentes partes conforme a categorías establecidas por el investigador – su sistema teórico de referencia, con el fin de identificar de manera sistemática y objetiva dichas categorías dentro del mensaje*” (Ander-egg, 1995:330) e “*uma categoria é habitualmente composta por um termo chave, que indica a significação central do conceito que se quer aprender, e de outros indicadores que descrevam o campo semântico do conceito.*” (Vala, 1986:110).

De qualquer modo, a análise do material recolhido deve ficar focado na problemática escolhida (causalidade dos défices de instrução/formação e de cultura de segurança nos CB's) e seguir, de certa forma, as regras e as questões que presidem à sua constituição.

Na análise do conteúdo, começa-se por uma fase de integração, que consiste em ler várias vezes os textos em análise, fazer a sua decomposição/fragmentação em elementos mais simples para a sua compreensão e resumi-los, de maneira a fazer emergir os elementos factuais pertinentes para a problemática em estudo, procedendo à construção de um modelo de análise, ou seja, palavras ou grupos de palavras que expressem esta ou aquela representação do autor. *“Cada investigação exige do investigador uma parte de capacidade inventiva e de criatividade, que se manifestará nomeadamente na maneira como ele fará notar sentido do seu material, em vez de aplicar passivamente um conjunto de regras “a priori”. Importa saber que muitas vezes as regras são em grande parte construídas “a posteriori” pelos investigadores, no fim do trabalho.”* (Albarrello et al, 1997:224).

Nesta perspectiva, considerando a multidisciplinaridade do conceito, o procedimento normal na investigação leva-nos ao confronto entre o quadro de referência do investigador e o material empírico recolhido, ou seja, *“a análise de conteúdo tem uma **dimensão descritiva**, que visa dar conta do que nos foi narrado, e uma **dimensão interpretativa**, que decorre das interrogações do analista face a um objecto de estudo, com recurso a um sistema de conceitos teórico-analíticos cuja articulação permite formular as regras de inferência”* (Guerra, 2008:62).

Contudo, o accionamento de análise de conteúdo também se torna difícil quando estamos perante textos, comunicações escritas ou entrevistas longas *“que tornam impossível a análise sistemática de todo o acervo disponível.”* (Guerra, 2008:62).

Esta é a situação com que nos deparámos, posto que as “pretensas” 24 entrevistas se transformaram em autênticas *“comunicações pessoais escritas”*, algumas delas com 19 páginas, totalizando, globalmente, 332 páginas de texto para analisar, sobre várias temáticas dos bombeiros.

Por isso, *“a escolha da técnica mais adequada para analisar o material recolhido depende dos objectivos e do estatuto da pesquisa, bem como do posicionamento paradigmático e epistemológico do investigador. O tratamento do conteúdo varia, pois, consideravelmente de pesquisa para pesquisa e de investigador para investigador.”* (Guerra, 2008:63).

Assim, de entre os vários tipos de análise de conteúdo, sugeridos por Bardim (1975), citado por Guerra (2008:63), designadamente: **categorial**, **avaliação**, **enumeração** e **expressão**, optamos pela análise categorial, que configura um *“tipo de análise temática geralmente*

descritiva” e que se inicia por um resumo sequencial de fragmentos de texto, das 24 “*comunicações pessoais escritas*” (que constituem a amostra e versando livremente as diferentes temáticas da organização do socorro, que fomos introduzindo ao longo de todo o trabalho) contendo os elementos significantes para a problemática, que passamos a expor (Quadro XLVI).

Quadro XLVI – Défice de Instrução/Formação nos CB’s.

Grelha Analítica		
Categorias	Segmentos de Comunicação	Nº
Comando	[...] “a instrução e a formação no CB é da responsabilidade primeira, única e última do comandante” [...]	1
	[...] “o comandante é o líder do CB, dele parte tudo. Se ele quiser pode haver boa formação no CB. Mas há comandantes sem perfil” [...]	2
	[...] “o problema passa pelo saber e pelo saber fazer do comandante, primeiro responsável pela formação no seu quartel” [...]	3
	[...] “a formação está regulada desde 1988 pelo Conselho Superior de Bombeiros. O problema está no facto de muitos comandantes (à moda portuguesa) inventarem modelos, matérias e manuais” [...]	4
	[...] “por detrás da falta de formação estiveram aqueles elementos do Comando que davam mau exemplo e criavam sérias dificuldades à divulgação e implementação dos cursos que se iam lançando” [...]	5
	[...] “falta de preparação e profissionalismo dos comandos e chefias dos CB’s que gostariam que a ENB tivesse milhares de formadores que fizessem o trabalho que eles não sabem (ou não querem) fazer” [...]	6
	[...] “o défice de formação dos CB’s deve-se ao pouco empenho do comandante” [...]	7
ENB	[...] “a ENB desviou-se da sua missão, deveria ir ao encontro das necessidades dos CB’s no que respeita à formação específica e especializada” [...]	8
	[...] “a deficiente malha geográfica de instalação da rede de formação da ENB, associada a iniciativas de muito boa vontade, conduziu a uma assimetria formativa que não serve a ninguém” [...]	9
	[...] “a melhor forma de combater a falta de formação e de descentralizar a ENB é colocar formadores formados na Escola com capacidade de liderança e conhecimentos [...] optaram por escolinhas dispersas em que não vejo vantagem para os formandos e formadores” [...] “no meu entender o actual modelo de descentralização formativa da ENB não corresponde às verdadeiras necessidades dos bombeiros portugueses” [...]	11
	[...] “na verdade não há sistema de formação que resista à inexistência de formadores credenciados nos CB’s. [...] a formação de formadores pela ENB devia ser planificada de molde a que fosse criada uma rede de formadores credenciados a nível nacional distribuídos com base na malha dos CB’s existentes e seus efectivos” [...]	12
	[...] “só recentemente a ENB apresentou os manuais de formação. Até aí cada CB desenvolvia a formação à medida das capacidades dos seus formadores que nalguns casos advinha apenas da sua longa experiência prática, com tudo de bom e mau que isso representava”	13

Grelha Analítica (cont.)		
Categorias	Segmentos de Comunicação	Nº
ANPC (Tutela)	[...] “a falta de formação dos bombeiros portugueses deve-se à falta de capacidade de resposta de quem os tutela (ANPC)” [...]	14
	[...] “o referencial das 280h é o mínimo que se aplica a todos os aspirantes a bombeiros. Se tal não acontece é porque a quem compete fiscalizar os CB’s (ANPC) não o faz” [...]	15
ENB+Disp.	[...] “a falta de disponibilidade dos bombeiros voluntários para frequentarem cursos fora das suas áreas de trabalho profissional só pode ser ultrapassada com a presença da ENB nos CB’s” [...]	16
	[...] “a ENB tem dificuldade em chegar aos CB’s. Não é justo que alguém tenha de abdicar de férias para ter ações de formação.” [...]	17
	[...] “além da deficiente malha geográfica da instalação da rede de formação da ENB, [...] não nos podemos esquecer de forma nenhuma, que, no âmbito dos voluntários a formação deve ir aos mesmos e não aqueles a esta, uma vez que não se trata de profissionais que hoje e cada vez mais não podem pôr em causa a sua família e os seus postos de trabalho [...] porque ser bombeiro é uma vocação de todos mas é profissão de uma ínfima minoria” [...]	18
ENB+ANPC	[...] “a falta de formação deve-se à falta de formadores bem formados (que poderia ser a principal função da ENB) passando pela falta de fiscalização” [...]	19
Comte+ANPC	[...] “falta de cultura de exigência e sensibilidade por parte dos comandos e da falta de inspeção/fiscalização dos CODIS” [...]	20
Comte+Disp.	[...] “Além da falta de sensibilidade de alguns comandantes avulta a indisponibilidade dos bombeiros” [...]	21
Comte+ANPC+ENB	[...] “a falta de formação explica-se em primeiro lugar pelo não cumprimento da responsabilidade de formação por parte dos respectivos comandantes e por falta de cumprimento das outras entidades que detêm essas responsabilidades (ANPC+ENB)” [...]	22
Comte+ENB+Disp.	[...] “a falta de formação nos CB’s resume-se a três factores: ENB, disponibilidade dos bombeiros e comandos” [...]	23
Comte+ENB+ANPC+Disp	[...] “porque o plano de instrução é da responsabilidade de cada comandante que estabelece as actividades mínimas a desenvolver. [...] assim sendo não é de estranhar a não uniformidade de formação nos CB’s . No entanto, compete à ANPC aprovar esse plano e assim diminuir a diferenciação [...] face à matriz dos bombeiros a ENB descentralizada é a única solução para se alcançarem melhores resultados na formação [...] mas, neste momento, releva mais a relativa indisponibilidade dos bombeiros. [...]”	24

Da análise de conteúdo das 24 *comunicações pessoais*, conclui-se, no que diz respeito ao défice de instrução/formação nos corpos de bombeiros, que são apontadas 4 causas principais, nomeadamente, *Comando*, *ENB*, *Tutela* e *disponibilidade dos Bombeiros*, aparecendo como categorias isoladas ou agrupadas (Quadro XLVII).

Quadro XLVII – Défice de Instrução/Formação nos CB's, segundo a causa.

Resumo				
Causas	Isoladas	Agrupadas	Total	%
Comando	7	5	12	50
ENB	6	7	13	54,2
Tutela (ANPC)	2	4	6	25
Disp.	-	6	6	25

Como pode observar-se, na hierarquia das causas do défice de instrução/formação nos CB's, aparecem à cabeça, de forma isolada, ou de forma agrupada, o Comando e a ENB, ou seja, mais de 50% das personalidades que se pronunciaram sobre o assunto, atribuíram o défice de formação existente nos corpos de bombeiros, ao papel e perfil do Comandante e à dinâmica e performance da ENB, seguindo-se o papel da tutela (falhas de fiscalização) e à falta de disponibilidade dos bombeiros, ambos com 25%.

Finalmente, das vinte e quatro comunicações analisadas com apenas um registo para o défice formativo dos bombeiros, foram apontadas as seguintes seis causas conjuntas:

- ENB+ANPC;
- Comte+ANPC;
- Comte+Disp.;
- Comte+ANPC+ENB;
- Comte+ENB+Disp;
- Comte+ENB+ANPC+Disp.

Confirmado, pela análise efectuada no segundo capítulo, e reconfirmado o acentuado défice de instrução/formação nos CB's e as suas causas, pelo tratamento das comunicações pessoais escritas, importa agora apresentar um modelo formativo global de superação desta fragilidade estrutural dos bombeiros portugueses, mormente dos ditos voluntários dado que (...) *“deverá ser esclarecido que a grandíssima parte da formação contínua do pessoal dos CB's se deve, propriamente, não só aos cursos que são efectivamente ministrados, dado os hiatos existentes entre os mesmos, mas também, a uma manutenção de rotina em que os mais novos aprendem com os mais velhos e os menos experientes com os mais expeditos, mas sempre sem uma metodologia programada e ao sabor do modus vivendi de cada corpo de bombeiros”* (Bandeira, 1995:2).

1.2. Proposta de Nova Estrutura Formativa para os Bombeiros

Seguindo de perto Lourenço (2007) o modelo de formação mais ajustado à superação do comprovado défice de formação nos CB's, mormente nos voluntários e municipais (não sapadores), passaria pela implementação de um modelo baseado em cinco patamares sucessivos de formação *“que seja capaz de abarcar toda a formação necessária aos diferentes agentes de protecção civil, desde a formação inicial, até à formação superior”* (Lourenço, 2007:8) implicando, naturalmente, a criação de novas estruturas descentralizadas, não só quanto à localização geográfica, mas também quanto às funções e objectivos pedagógicos (fig. 301).

Nesta perspectiva o **primeiro** patamar, constituiria a base de todo o edifício formativo e corresponderia à formação inicial do estagiário bombeiro, *“a ministrar nos CB's por formadores devidamente credenciados”* (Lourenço, CPE, 2007:5).

O **segundo** patamar seria constituído por 18 campos de treino (um por distrito) em cujas instalações seriam efectuadas, não só, diversos tipos de treino no combate a incêndios, desencarceramento e desobstrução, exercícios em espaços confinados, designadamente para apoio à formação inicial ministrada nos corpos de bombeiros, mas também para as avaliações da formação ministrada nos CB's, por formadores credenciados, tendo em vista o acesso a novas categorias da carreira, e ainda, para a regularização periódica das certificações dos bombeiros e dos especialistas.

O **terceiro** patamar do edifício formativo, onde seria ministrada formação específica, especializada e formação de formadores, para além da possibilidade de instalação de ensino técnico profissional de nível II e III, implicaria a existência de três centros de formação, da ENB, com autonomia delegada, respectivamente no Norte, Centro e Sul, os quais, simultaneamente, poderiam albergar o campo de treinos do respectivo distrito.

O centro de formação do **Norte** sediado na área do Grande Porto *“onde existe a maior concentração de CB's do norte e onde confluem os principais eixos rodoviários”* (...) outro no **Centro**, *“na área de Coimbra, pela sua posição central, não só em termos regionais mas também do País, tendo em conta a distribuição dos efectivos dos CB's; o terceiro, no Sul, “que também poderia funcionar num espaço físico da ENB, embora com relativa autonomia similar à dos outros centros”* (Lourenço, 2007:4).

O **quarto** patamar formativo, a funcionar na ENB-Sintra, destinar-se-ia não só, à formação de Quadros de Comando (que não sejam detentores do curso de Oficial Bombeiro), aos cursos de progressão para promoção às categorias de chefe e subchefe e ainda, cursos de actualização para Comandos e Chefias, mas também à formação dos Dirigentes das Associações Humanitárias de Bombeiros, cuja qualificação gestionária é de primordial importância no equilíbrio da dinâmica funcional e operacional de um corpo de bombeiros.

5º	Escola Superior de Ciências Cindínicas* ENB – Sintra (Ensino Superior Politécnico)	Formação Superior
	• Curso de Oficial Bombeiro (para ingresso na carreira) • Cursos de Ciências Cindínicas (para Técnicos Superiores de Protecção Civil) • Curso de Técnico Superior de Segurança	
4º	Centros de Formação Nacional ENB – Sintra (Ensino Técnico-Profissional)	
	• Curso de Formação para Dirigentes (destinado aos Dirigentes de Associações de Bombeiros) • Cursos de Quadros de Comando (para ingresso como Comandante, não sendo Oficial Bombeiro) • Cursos de Progressão (para promoção às categorias de Chefe e Subchefe) • Cursos de Actualização (para Chefes e Comandantes dos CB's)	
3º	Centros de Formação Regionais ENB – Região Norte, Região Centro e Sul (Ensino Técnico-Profissional)	Formação Contínua: • Actualização • Aperfeiçoamento • Formadores • Progressão • Específica • Especializada • Recertificação Instrução e Treino
	• Cursos de Formação de Formadores (para formadores dos CB's) • Cursos de Formação de Aperfeiçoamento (para Subchefes e chefes de dos CB's) • Cursos de Formação Específica (para Chefes de Equipa de Intervenção dos CB's) • Cursos de Formação Especializada (para os elementos das diferentes Equipas de Intervenção dos CB's) • Curso de Formação de Técnicos de Segurança (para Técnicos de Segurança dos CB's) • Recertificação de Formadores (de formação inicial, especializada e específica)	
2º	Campos de Treino Distritais da ENB Um CT em cada distrito (Avaliação, Recertificação, Instrução e Treino)	
	• Avaliação dos Cursos de Formação Inicial ministrados nos CB's (para ingresso na carreira de bombeiro) • Recertificação (cursos de formação inicial, especializada e específica) • Instrução de Acesso (para ingresso na carreira de bombeiro) • Treino periódico (das diferentes Equipas de Intervenção)	
1º	Corpos de Bombeiros Escola do CB (Ensino Técnico-Profissional)	Formação Inicial Instrução e Treino
	• Curso de Formação Inicial de Bombeiros (para ingresso na carreira) • Instrução e Treino adequados aos riscos da AAP do CB (para todos os bombeiros do quadro activo)	

Fig. 301 – Estrutura de Formação Integral dos Bombeiros Portugueses.

* Naturalmente, poderão adoptar-se outras designações como, por exemplo, *Escola Superior de Protecção Civil* ou até *Escola Superior de Protecção e Socorro*.

No **quinto** patamar, também a funcionar na ENB-Sintra, implementar-se-ia a formação superior de tipo politécnico (incluindo a função de Técnicos Superiores de Protecção Civil e Oficiais Bombeiros), a realizar autonomamente pela Escola ou “*protocolado com estabelecimento de ensino superior de qualidade, com mérito reconhecido internacionalmente.*” (Lourenço, CPE-2007:4).

Poderiam ainda justificar-se, segundo Lourenço (CPE-2007:4) a criação de outros centros especializados, à semelhança do da Lousã (especializado em incêndios florestais), por exemplo,

um centro especializado para incêndios urbanos e industriais, a sediar na área do Porto (o actual centro de S. João da Madeira poderia cumprir estas funções e a de Centro Regional do Norte e o de Bragança poderia ser transformado em Campo de Treinos).

Finalmente, o centro do Sul (Sintra) poderia especializar-se em Salvamento, Desencarceramento e Desobstrução em espaços confinados e poderia ser criado um centro especializado em Matérias Perigosas, a funcionar, por exemplo, na Escola do Regimento, independentemente de esta manter a sua actual função de escola de formação inicial de sapadores bombeiros.

Embora com configuração diferente e não abarcando a formação superior, Bandeira (CPE 2007) assinala que *“a ENB poderá e deverá ter um Centro Nacional Especializado Coordenador (CNEC-Sintra), existirem 6⁵⁰ Centros de Formação Geral Regionais (CFGR), com alguns componentes específicos de acordo com o mapa de riscos, designadamente em Porto/Braga, Vila Real/Bragança, Coimbra/Covilhã/Guarda, Évora e Algarve. Para além destes centros intermediários a formação contínua e de base deveria ser feita nos corpos de bombeiros, quer pelos formadores internos, credenciados pela ENB, quer por formadores dos CFGR que se deslocariam aos CB's, a fim de colmatarem as lacunas existentes. Não nos podemos de forma alguma esquecer que no âmbito dos voluntários, a formação deve ir aos mesmos e não aqueles esta, uma vez que não se trata de profissionais que hoje e cada vez mais não podem pôr em causa a sua família e os seus postos de trabalho”* (Bandeira, CPE-2007:4).

Por outro lado, considerando a imperiosa necessidade da melhoria de desempenho organizacional da ENB, quer como autoridade pedagógica, quer como entidade formadora por excelência dos bombeiros portugueses, propõe-se que a gestão do seu sistema formativo seja norteadada pelos seguintes “pilares” de qualidade (fig. 302).

⁵⁰ Contudo, este modelo parece-nos de difícil sustentabilidade. Efectivamente, se podemos admitir cinco Centros, um por região, já nos custa a entender que, por exemplo, os distritos de Viana do Castelo, Viseu, Leiria, entre outros, não estejam contemplados nos respectivos CFGR. Por outro lado, numa pequena região, como é a do Algarve, não se justifica a existência de um centro semelhante ao dos anteriores.

Do mesmo modo, não se compreende a valorização da Covilhã, em detrimento de Castelo Branco, ou a inclusão de Évora, deixando de fora Portalegre e Beja. Também não há referência a Lisboa, Setúbal e Santarém, porventura, por ficarem ligados ao CNEC.

Embora sejam possíveis vários modelos, parece-nos que o anterior se encontra mais “amadurecido”, podendo apresentar uma relação de custo-benefício mais favorável.

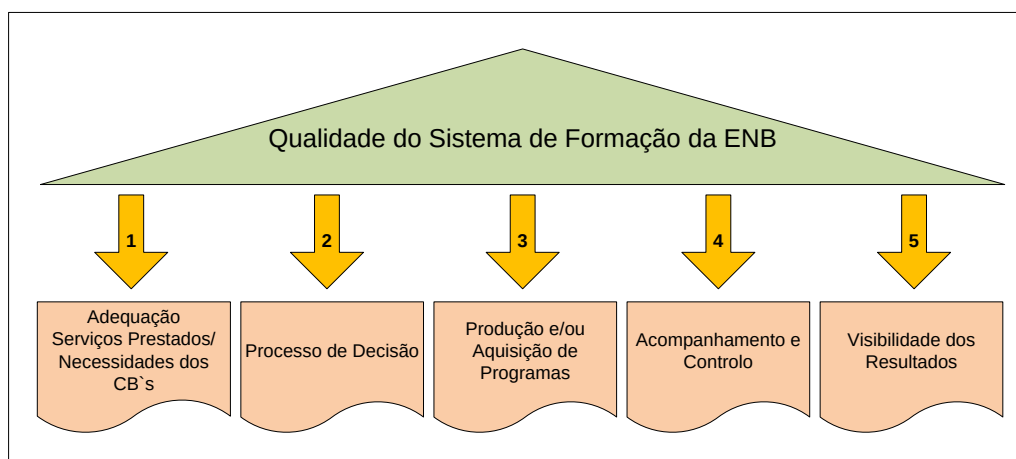


Fig. 302 – Proposta de Modelo de Qualidade subjacente ao Sistema de Formação da ENB.

1. Adequação permanente entre os serviços de formação prestados e as necessidades efectivamente comprovadas dos Corpos de Bombeiros.

Esta adequação implica, desde logo:

- Formadores internos e externos com qualificações reconhecidas e informados sobre as necessidades dos bombeiros participantes das acções de formação, ou seja, formadores seleccionados de acordo com perfil definido e aprovado pelo Conselho Científico-Pedagógico.
- Concepção de programas baseados na correcta definição dos perfis de saída e de entrada dos bombeiros participantes.
- Concertação entre os bombeiros participantes e o comando respectivo sobre as necessidades a satisfazer e ou competências a adquirir e os objectivos da formação.

2. Processo de Decisão (Políticas e Plano de Formação).

Este processo deve desenvolver-se nos termos dos pressupostos seguintes:

- Existência de documento escrito e actualizado, definindo o “referencial” da política de desenvolvimento da formação da ENB: objectivos, prioridades, princípios enformadores e “regras pedagógicas”.
- Lançamento de novos cursos/programas condicionado, não só à fase de estudo prévio, envolvendo a audição dos principais interessados no desenvolvimento da acção e nos resultados esperados, mas também a aprovação do Conselho Científico-Pedagógico.

- Planos de formação definidos a partir dos objectivos operacionais das CB's, conjugados com os respectivos perfis funcionais e profissionais.

3. Produção e/ou compra de programas de formação.

Este desiderato passa pela:

- Realização interna, pela ENB, dos programas de formação em que o alto profissionalismo da Escola seja reconhecido, ou a aquisição de formação no exterior, com base em parcerias com entidades de mérito e de qualidade científico-pedagógica comprovada, pelo órgão competente, nas áreas à contratualizar.
- Definição de metodologia geral e regras pedagógicas coerentes para a concepção e aplicação dos programas de formação ministrados pelo conjunto de formadores.
- Definição de metodologia de selecção/orientação dos participantes, para evitar o acesso aos programas propostos de bombeiros que, por não possuírem os pré-requisitos indicados, não possam tirar deles pleno proveito.
- Dispor de boa informação sobre a oferta e a qualidade dos organismos externos susceptíveis de serem parceiros na realização dos seus objectivos pedagógicos.
- Dispor de mecanismos de “feedback” sobre a eficácia dos programas de formação propostos, no sentido da optimização da relação custo/benefício.

4. Acompanhamento e controlo da formação ministrada.

Tarefas essenciais para o êxito da missão e que implicam:

- Meios de acompanhamento que permitam ajuizar, não só dos diferentes meios envolvidos (locais, equipamentos, apoios pedagógicos e taxa de ocupação dos formadores permanentes e outros), mas também ter retorno da qualidade de prestação dos serviços de formação ministrados.
- Quadro de bordo eficaz, que lhe permita, para além do acompanhamento administrativo e previsional (que facilite “prestar contas” à ANPC e outros parceiros), ter visão clara do estado de avanço da realização das orientações políticas e estratégicas da formação.

5. Visibilidade dos Resultados.

Um aspecto que não deve ser descurado e que passa por:

- Institucionalização de mecanismos de avaliação periódica, que permitam verificar, no terreno, dos conhecimentos e dos saberes-fazer adquiridos, implicando os responsáveis hierárquicos dos CB's e o Departamento de Formação da Escola.
- Dispor de procedimentos sistemáticos e de instrumentos para avaliar, não só os resultados atingidos nas diferentes acções formativas, mas também o grau de satisfação dos formandos com os resultados obtidos.
- Difusão sistemática, por cada acção, de relatório de avaliação dos resultados obtidos e respectiva relevância para a melhoria da operacionalidade do CB;
- Concertação/audição sistemática dos participantes sobre as condições a reunir para otimizar os resultados das acções de formação.
- Divulgação periódica (ano lectivo) das actividades formativas desenvolvidas e dos resultados obtidos.

Entretanto, na sequência do acordo firmado entre o Ministério da Administração Interna e o Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) para estudo de um novo modelo jurídico-organizacional de uma nova estrutura de protecção e socorro, o Governo, através do ministro da Administração Interna, apresentou um modelo institucional que enquadra as seguintes vertentes:

- *“Uma **Escola de Bombeiros**, de excelência, com capacidade pedagógica científica e técnica, vocacionada para formar todos os agentes de Protecção Civil;*
- *Um **Centro de Recursos**, que integre uma vertente operacional e resolva, em definitivo, um conjunto de situações anómalas de gestão de recursos humanos existentes há anos neste domínio, designadamente ao nível do enquadramento dos operadores de comunicações dos CDOS e das companhias de bombeiros profissionais Canarinhos;*
- *Um **Centro de Prestação de Serviços**, que permita gerar receitas próprias a partir da prestação de serviços à comunidade. (Intervenção do Ministro da Administração Interna, em 2008-10-12).*

Mais adiante, no seu discurso, asseverou (...) *ao integrar a Escola Nacional de Bombeiros nesta nova realidade institucional, iremos melhorar e modernizar o actual modelo, garantindo a flexibilidade necessária para que a formação chegue aos bombeiros de todo o país. Apesar de estarem previstas novas fórmulas de formação através da Internet ou da criação de pólos móveis de deslocação pontual de formadores é necessário que a escola dê formação junto dos quartéis, evitando situações inoportáveis de trabalhadores que são obrigados a ausentar-se 15 dias seus postos de trabalho para poderem aceder à qualificação e formação. Teremos, desse modo, capacidade para reintegrar e dar perspectivas de carreira a cerca de 500 pessoas que hoje*

estão dispersas pelo País, fazendo da protecção civil e do socorro uma boa oportunidade para uma carreira profissional” (Intervenção do Ministro da Administração Interna, em 2008-10-12).

Não se conhecendo, para já, outras especificações do Governo nesta matéria, importa, salientar, relativamente à ENB, que a actual configuração estatutária não tem conseguido ser eficaz no combate ao acentuado défice de instrução/formação **básica, especializada e, específica** e de **formação de formadores**, sem prejuízo de ter efectuado inúmeros cursos “*avulsos*” não consonantes com a estratégia formativa assente nos perfis funcionais definidos e aprovados desde 2001.

Por outro lado, independentemente da designação de “Academia de Protecção Civil e Socorro” ou “Academia de Protecção Civil e Bombeiros” o cerne da questão encontra-se não só na actual situação estatutária, que os bombeiros maioritariamente rejeitaram ao preferirem uma **Escola que dependa directamente do Estado**, mas também o quadro de **autonomia** que deve ser apanágio de uma instituição que se pretende de formação superior e de investigação.

Este princípio da **autonomia**, quer ao nível administrativo e financeiro, quer ao nível científico, técnico e pedagógico, é de importância vital para que a ENB, munida de um corpo docente altamente qualificado e reconhecido, possa levar por diante um projecto de ensino e formação que ajude a valorizar e credibilizar os bombeiros e outros agentes de protecção civil.

Nesta linha, não sendo a Escola suficiente e muito menos auto-suficiente, aos níveis científico, técnico e pedagógico é ainda fundamental a sua articulação com os Ministérios que tutelem as áreas da **Educação, da Ciência e Ensino Superior** e do **Trabalho e Solidariedade Social**, via **IEFP**, para efeitos de acreditação do ensino técnico profissional dos bombeiros e, via **ACT** (Autoridade para as Condições do Trabalho), para acreditação dos cursos de Segurança e Higiene no Trabalho.

Como nota final, parece-nos segura a ideia de que a aprendizagem e gestão por competências devem passar a constituir o novo paradigma da formação nos Corpos de Bombeiros, enquanto via de superação do comprovado défice de instrução.

Efectivamente, a gestão das competências, centrando-se nas pessoas e nas infra-estruturas de recursos humanos, é hoje uma das tendências de gestão mais utilizada para melhorar a qualidade do trabalho e dos respectivos processos, (Sousa *et al*, 2006:154-157) ao possibilitar o desenvolvimento das competências consideradas determinantes, para os profissionais fazerem face à mudança, com sucesso, em contextos culturais e organizacionais específicos, como é o caso dos bombeiros.

Nesta linha, os planos de formação devem estar estreitamente ligados ao planeamento estratégico de recursos humanos, delineados pelos órgãos máximos da organização, orientando-se para a realização de projectos e para a resolução de problemas, o que implica uma tripla articulação dos aspectos formativos, de investigação e acção, em ordem à aprendizagem ao longo da vida.

Em suma, a adaptação aos Corpos de Bombeiros do modelo de gestão de competências, a seguir apresentado e desenvolvido de modo sumário, irá permitir que, em cada momento, vão existir nos CB's as competências pessoais e organizacionais necessárias para a prevenção e resposta eficaz às situações de risco deparadas nas respectivas comunidades.

Naturalmente, a implementação deste modelo implica, desde logo, que o Comandante, o mais alto responsável pelos recursos humanos do Corpo de Bombeiros, detenha, ele próprio, as condições/competências, pessoais, técnicas, de liderança e gestão (entre outras, saber gerir pessoas e recursos, formar equipas, dinamizar, motivar, delegar e ser exemplo de “comandante de corpo inteiro”) sem as quais não é possível operar esta mudança de paradigma.

1.3 Proposta de Modelo de Gestão de Competências

O modelo de Gestão de Competências a seguir sumariamente apresentado (fig. 303) (Sousa *et al*, 2006:157) é constituído por sete conjuntos de actividades sistemicamente integradas cuja implementação adequada permitirá transformar os Corpos de Bombeiros em organizações verdadeiramente **formadoras, qualificantes e aprendentes**, sem prejuízo da incorporação técnico-científica e pedagógica da experiência empírica vivida no território e realizada historicamente.



Fig. 303 – Actividades do Modelo de Gestão de Competências dos Bombeiros.

1. Perfil de Funções e de Competências

Esta primeira actividade deve ter em conta os seguintes aspectos:

- Enquadramento da função na categoria funcional;
- Menção à respectiva hierarquia directa e funcional;
- Missão, responsabilidades e tarefas associadas à função;
- Requisitos para a função: experiência e formação;
- Nível de desempenho e proficiência exigida para a função (perfil de competências).

Com base no Perfil Funcional (disponível na ENB desde 2001) e no Plano Estratégico de Recursos Humanos de cada CB (definido, anualmente e em sintonia, pelo Comandante e Direcção) nomeiam-se as competências organizacionais, comportamentais, de gestão e técnicas essenciais para o cumprimento dos objectivos pré-delineados pelo CB e, de seguida, o nível de desempenho/proficiência (escala de valores) exigida a cada função.

2. Recrutamento e Selecção

De harmonia com o perfil de competências definido para cada categoria funcional, o processo deve incluir:

- Exame psicológico;
- Exame médico;
- Provas práticas de selecção.

Estes exames podem ter como referência o modelo em vigor no Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa.

3. Integração, Acompanhamento e Orientação

A recepção de novos estagiários nos CB's (designação que está contida no Regulamento das Carreiras de Oficial Bombeiro e de Bombeiro Voluntário – Despacho n.º 9915/2008, do Presidente da ANPC) deve ser programada e cuidada, pelo mais alto responsável pelos recursos humanos, o Comandante, de molde a facilitar o processo de integração na cultura organizacional e operacional do respectivo corpo.

Deverá ser entregue ao candidato a bombeiro, um *manual de integração*, que contenha o respectivo regulamento, o perfil de competências exigido, a avaliação de riscos profissionais e respectivas medidas de eliminação/prevenção, os direitos e deveres do bombeiro e algumas informações gerais relevantes para o exercício da função.

Por outro lado, tanto quanto possível, a par da formação inicial deve ser encarada a possibilidade de acompanhamento e orientação profissional tutorial por profissionais de referência e pedagogia de exemplo.

Podem ainda ser contempladas outras acções, nomeadamente:

- Realização de *workshops* internos, como instrumentos de promoção de debate e partilha de dificuldades e lacunas existentes no exercício das actividades de socorro, quer a nível técnico, quer a nível funcional.
- Acções de tutoria e ou *mentoring* (formal ou informal) tendo em conta o *Plano Individual de Desenvolvimento* de cada estagiário bombeiro.

4. Gestão da Formação

Consiste na identificação dos *gaps* (défices e ou desvios) no desempenho dos bombeiros e, depois, na resolução dos mesmos, através da implementação de acções formativas específicas e adequadas a cada situação.

Na sequência deste diagnóstico de necessidades de formação (registado no Plano Individual de Desenvolvimento), o responsável de recursos humanos do CB's define o Plano de Formação, o qual deve indicar a designação das acções, os objectivos, as formas de organização e as modalidades de formação, o local e a carga horária.

A ENB deverá proceder à concepção de planos de formação protótipo (de “qualificação inicial” e “formação contínua” nas diferentes modalidades) sem prejuízo de ajustamentos à realidade da área de intervenção dos CB's.

O sucesso do *Modelo de Competências* proposto dependerá também da localização e organização da formação. Conforme, se propôs anteriormente, a formação inicial (básica) deve realizar-se nas instalações dos respectivos CB's (que, além de espaços/campos de treino prático, devem dispor de uma sala de formação devidamente apetrechada de meios audiovisuais e pedagógicos adequados) e a formação contínua deverá decorrer tendencialmente nos centros de formação descentralizados da ENB ou na própria ENB, consoante o caso.

No final das acções de formação, a equipa técnico-pedagógica (formadores e o responsável de recursos humanos do CB, ou seja, o comandante) deverão analisar a eficiência e eficácia da formação ministrada, tendo em conta:

- a avaliação da reacção dos formandos e do formador;
- os resultados da aprendizagem (conhecimentos, atitudes e comportamentos);

- os resultados efectivos da formação, verificados na performance individual e organizacional, ou seja, no impacto uso-função das competências entretanto adquiridas.

5. Avaliação de desempenho

A avaliação de desempenho constitui responsabilidade do comandante (nos termos da legislação em vigor – Despacho n.º 9368/2008, do Presidente da ANPC) o qual deverá determinar os respectivos momentos de avaliação, que a lei determina deverem situar-se entre Janeiro e Março de cada ano.

A chefia directa e o comandante avaliam o desempenho do bombeiro, aferindo os pontos fortes e as competências a melhorar. Com base no processo de avaliação (que deve conter relato de auto-avaliação do avaliado), define-se um plano de acções a desencadear para colmatar as lacunas existentes, o qual será registado no Plano Individual de Desenvolvimento.

6. Remuneração, Compensação e Incentivos

Neste ponto, de harmonia com a política que vier a ser definida pela ANPC ou Município com o qual existe contratualização, poderão existir compensações “simbólicas” (nos casos do voluntários seguindo padrões europeus, como o modelo francês) e remunerações efectivas nos casos dos profissionais, de acordo com as competências detidas.

Contudo, deverá caminhar-se no sentido da profissionalização da figura do Comandante, a seleccionar, via concurso público, posto que, só um comandante a tempo inteiro e com perfil adequado, poderá pôr em prática este modelo de gestão de competências.

7. Gestão da Carreira de Bombeiro

Na sequência da avaliação de desempenho, e mediante as necessidades organizacionais detectadas, poderá existir a possibilidade de integrar o bombeiro numa categoria funcional superior, devendo o comandante, conjuntamente com a chefia directa, traçar um plano individual de desenvolvimento, delineando-se as acções necessárias à aquisição de competências de acesso à categoria superior.

Em síntese, a introdução da metodologia de gestão de competências nos CB's, permitiria atingir os seguintes objectivos:

- Alinhar as actividades dos bombeiros com os objectivos estratégicos da Associação/CB;

- Melhorar o desempenho global do CB, que passaria a dispor das competências necessárias à prevenção e resposta aos riscos da sua área de actuação;
- Aumentar a sustentabilidade da Associação/CB;
- Constituir uma base para decidir sobre progressões, promoções, demissões e rescisões e bem assim sobre incentivos e recompensas;
- Identificação permanente das necessidades de formação no CB;
- Garantir *feedback* e aconselhamento aos bombeiros sobre desempenho e carreira, no quadro de uma política estratégica de gestão de recursos humanos, rigorosa, exequível e eficaz.

2. Análise do Défice de Cultura de Segurança nos CB's

A análise do défice de cultura de segurança nos CB's, mantém, como amostra referencial, as 24 “comunicações pessoais escritas” (QUADRO XLVIII).

Como vamos poder observar, relativamente ao défice de Cultura de Segurança (SST) nos corpos de bombeiros, são apontadas três causas principais, nomeadamente *Limitações Financeiras das Associações Humanitárias dos Bombeiros*, *Tutela dos Bombeiros* e *Comandos/Dirigentes*.

No total das 24 *Comunicações Pessoais*, apenas, em 16 delas, são mencionadas causas objectivas do défice de segurança, destacando-se, embora ligeiramente, a que se refere à tutela dos bombeiros, ou seja, ao papel da ANPC, a qual é assinalada com 6 registos (25%), sendo que, as outras duas causas, respectivamente as *limitações financeiras* das Associações e o papel dos *Dirigentes/Comandos* são apontadas em 5 entrevistas cada, o que perfaz cerca de 21% do total da amostra (Quadro XLIX).

Quadro XLVIII – Défice de Cultura de Segurança (SST) nos CB's.

Grelha Analítica		
Categorias	Extractos de Comunicação	Nº
Limitações Financeiras das AHB	[...] “a SST é uma área deixada ao abandono porque traduz despesas.”	1
	[...] “há razões financeiras e a falta de EPI's.” [...]	2
	[...] “no caso das associações as limitações financeiras levam-nos a considerar não ser uma prioridade.” [...]	3
	[...] “na generalidade dos CB's não existe, infelizmente, SST por várias razões. Os voluntários estão por sua conta e risco e depois há os custos envolvidos.” [...]	4
	[...] “nalguns casos falta de dinheiro, mas casos há onde o dinheiro para este fim acaba por ser canalizado para outras áreas.” [...]	5
Tutela dos Bombeiros	[...] “a ausência quase generalizada de SST deve-se ao facto de os órgãos de tutela não valorizarem devidamente este assunto.” [...]	6
	[...] “infelizmente esta é uma área que tem merecido pouca atenção por parte dos responsáveis máximos.” [...]	7
	[...] “os organismos que tutelam os bombeiros pouco têm valorizado este aspecto.” (...)	8
	[...] “porque os diferentes organismos que tutelam os bombeiros nunca valorizaram a questão da SST, caso contrário teria sido solucionado.”	9
	[...] “há um total alheamento das autoridades.” [...]	10
	[...] “o apoio ou melhor a existência de um sistema de SST nos bombeiros é da responsabilidade do órgão tutelar – ANPC. Até hoje nada feito. É um escândalo.” [...]	11
Comandos/Dirigentes	[...] “falta de interesse das Direcções/Comandos em pôr em prática o que está regulamentado.” [...]	12
	[...] “temos bombeiros, comandantes e dirigentes sem consciência dos perigos e pouco motivados para a prevenção da SST.” [...]	13
	[...] “cabe às chefias e aos comandos pugnar pelo trabalho executado em segurança.” [...]	14
	[...] “é o reflexo da falta de cultura de exigência de comandos e dirigentes. A grande parte das Associações não valoriza esse aspecto por manifesta falta de sensibilidade.” (...)	15
	[...] “a maioria dos comandos e dirigentes dos CB's ainda coloca este aspecto em segundo plano.” [...]	16

Quadro XLIX - Défice de Cultura de Segurança nos CB's, segundo a causa.

Défice de Cultura de Segurança nos CB's		
Causas	Nº Entrevistas	%
Tutela dos Bombeiros	6	25,0
Limitações Financeiras das Associações Humanitárias dos Bombeiros	5	20,8
Comandos/Dirigentes	5	20,8
Sem Referência	8	33,3
Total Entrevistas	24	100

Em oito “comunicações” não encontramos opiniões explícitas e objectivas sobre estas matérias, o que se pode compreender considerando que é uma área ainda pouco “dignificada” inclusive pelo próprio Estado que, em regra, não cumpre a legislação em vigor nos seus próprios serviços (fig. 304).

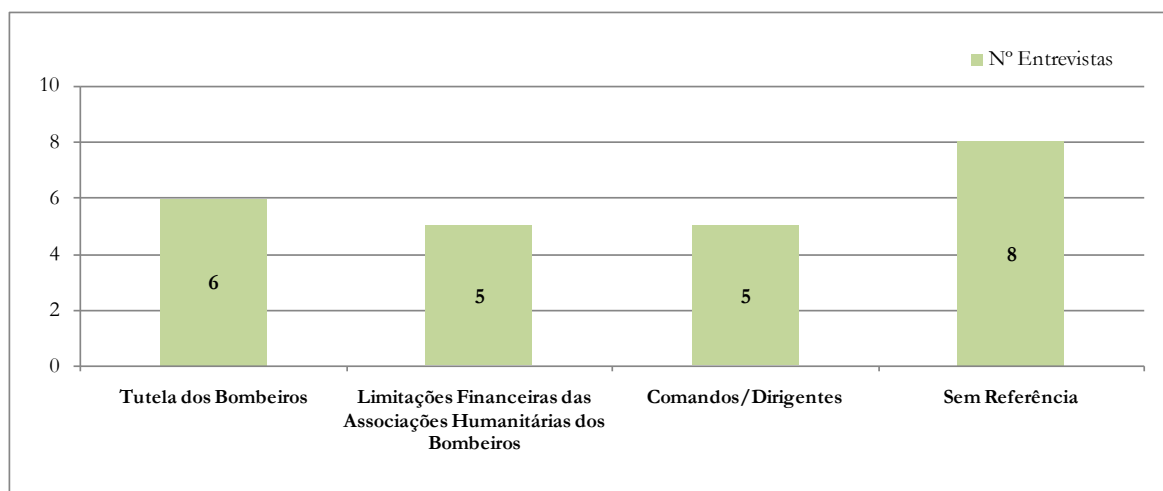


Fig. 304 - Défice de cultura de segurança nos CB's, segundo a causa.

Constatado o défice de cultura de segurança nos bombeiros portugueses e a sua causalidade, mormente nos voluntários e municipais não sapadores, apresenta-se, de seguida, uma proposta de modelo de gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), a implementar com recurso à existência, em cada corpo de bombeiros, de um técnico ou técnico superior de segurança, a formar pela Escola Nacional de Bombeiros, e em articulação estreita com as unidades de saúde locais.

2.1. Modelo de Gestão de SST nos CB's

O modelo, a seguir apresentado, tem por base não só os requisitos da legislação em vigor, sobre segurança e saúde no trabalho, aplicável às Associações Humanitárias de Bombeiros e Corpos de Bombeiros por elas tutelados, mas também os requisitos da norma OHSAS 18002 - Occupational Health and Safety Management Systems – Guidelines for the implementation of N8 (Norma Portuguesa 4397), conforme síntese descrita a seguir (Quadro L).

Como pode observar-se, no lado esquerdo do Quadro, é feita menção aos requisitos que constam da legislação portuguesa aplicável com as necessárias adaptações aos bombeiros. Do lado direito, estão os requisitos correspondentes da norma OHSAS 18001 com a respectiva indicação numérica das secções/subsecções normativas.

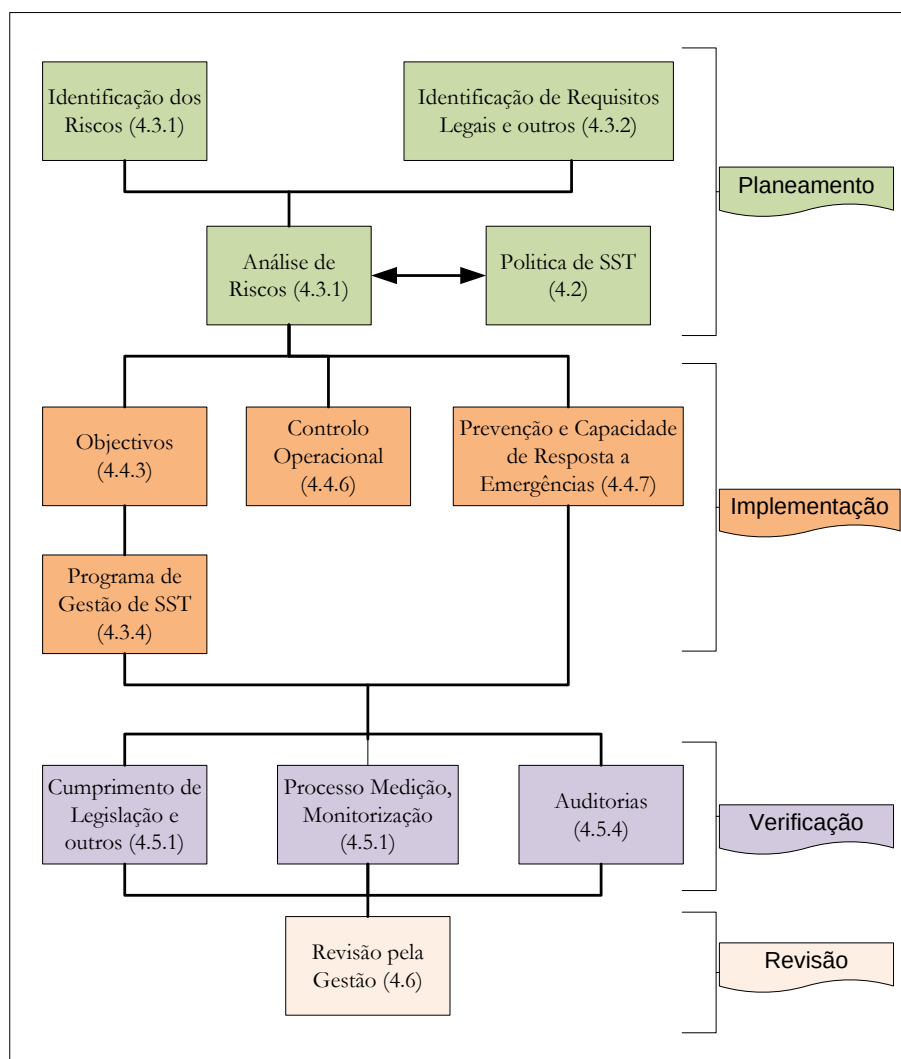
Quadro L – Orientações para a gestão de SST dos Bombeiros.

Requisitos Legais (Dec. Lei 441/91 + Dec. Lei 109/2000)	Requisitos da norma OHSAS 18001
Identificação e avaliação dos riscos nos bombeiros portugueses	4.3.1 – Planeamento para a identificação, avaliação e controlo dos riscos
Elaboração de um programa de prevenção de riscos profissionais	4.3.4 – Programa de gestão da SST
Análise de acidentes e doenças profissionais	4.5.2 – Acidentes, incidentes, não conformidades e acções correctivas e preventivas
Recolha e tratamento dos elementos estatísticos	4.5.1 – Monitorização e medição do desempenho
Coordenação de inspecções internas de segurança e saúde	4.5.4 – Auditorias
	4.5.2 – Acidentes, ocorrências, não conformidades e acções correctivas e preventivas
Implementação das medidas e das instruções a adoptar em caso de perigo grave e iminente	4.4.7 – Prevenção e capacidade de resposta a emergências
Implementação das medidas que, pelo seu impacte nas tecnologias e nas funções, tenham repercussão sobre a segurança e a saúde	4.4.6 – Controlo operacional
Designação dos bombeiros encarregados de pôr em práticas as medidas de socorro de 1ª intervenção	4.4.7 – Prevenção e capacidade de resposta a emergências
	4.4.1 – Estrutura e Responsabilidade
Formação e informação dos bombeiros	4.4.2 – Formação, sensibilização e competência
Consulta e audição dos bombeiros	4.4.3 – Consulta e comunicação

Fonte: Adaptado de Calmeiro, 2007.

O modelo de gestão proposto (fig. 305) assenta nas seguintes fases, a seguir explicitadas e desenvolvidas:

- **Planeamento;**
- **Implementação;**
- **Verificação;**
- **Revisão.**



Fonte: Elaboração própria com base na NP 439T e OHSAS18002.

Fig. 305 – Modelo de Gestão de Segurança e Saúde nos Bombeiros Portugueses.

2.1.1. Planeamento

Na fase do Planeamento, que deve anteceder a definição, pela Direcção/Comando, da política de SST, procede-se à identificação, à avaliação e controlo dos riscos, processos que devem ser documentados e incluir os seguintes elementos:

- Identificação de todos os riscos significativos para a SST, incluindo actividades de rotina e ocasionais;
- Avaliação da adequabilidade das unidades de controlo do risco implementadas;
- Classificação dos riscos e a identificação dos que devem ser eliminados ou controlados por medidas estabelecidas em 4.3.3 e em 4.3.4 (Programa de Gestão da SST);
- Avaliação da aceitabilidade do risco residual.

Adicionalmente, os processos devem incluir a definição dos seguintes objectos:

- Periodicidade, objectivos e metodologia para a identificação do perigo, da avaliação e do controlo de riscos que devem ser utilizados;
- Legislação aplicável da SST
- Necessidades de formação.

No seguimento do desempenho dos processos de identificação do risco e da sua avaliação devem desenvolver-se as seguintes acções subsequentes:

- Monitorizarão de todas as acções correctivas ou preventivas até à sua conclusão atempada;
- Revisão pela Direcção/Comando e estabelecimento de novos objectivos de SST, caso se justifique;
- Avaliar se a competência dos elementos que executam tarefas perigosas específicas está de acordo com o processo de avaliação do risco.

Considerando que a identificação, a avaliação e o controlo dos riscos estão no cerne de um sistema de gestão bem sucedido da SST e devem estar reflectidos na política da Associação/CB, a participação e o compromisso de todos os bombeiros são vitais para uma política de Segurança e Saúde, devendo estes estar cientes das obrigações individuais nestas matérias.

2.1.2. Implementação

Nesta fase, a Direcção/Comando deve estabelecer os objectivos relativos a SST, em cada tarefa/função e níveis mais relevantes da área operacional, considerando os requisitos aplicáveis.

Os objectivos devem ser percebidos por todos, por exemplo, através de acções de sensibilização/informação ou formação consistentes com a política de SST e incluir o compromisso de melhoria contínua.

Por outro lado, devem definir-se indicadores apropriados para cada objectivo da SST, de molde a permitir a monitorização e mensurabilidade da sua execução, como por exemplo:

- Redução de níveis de riscos;
- Introdução de características adicionais ao sistema de gestão de Segurança e Saúde;
- Eliminação ou redução da frequência de acidentes de viação.

Ao mesmo tempo que se definem os objectivos, deve definir-se a estrutura, responsabilidade e autoridade de quem controla, executa e verifica as actividades que têm efeito sobre os riscos para a Segurança e Saúde.

Competirá à Direcção/Comando, ao mais alto nível, dirigir ou nomear representantes seus, com autoridade, funções e responsabilidades bem definidas, para assegurar que o sistema de SST seja correctamente implementado e cumpra os requisitos em todas as posições e esferas de acção do CB, providenciando os recursos necessários para a implementação, o controlo e melhoria do sistema.

Para se alcançar este desiderato é fundamental que haja formação, sensibilização e competência na área de SST, incluindo os seguintes temas:

- Definição dos papéis e responsabilidades;
- Descrição/análise do trabalho (incluindo detalhes sobre as tarefas perigosas a serem executadas);
- Apreciação do desempenho dos bombeiros;
- Identificação, avaliação e resultados do controlo dos riscos;
- Procedimentos e instruções de funcionamento de equipamentos, política de SST e objectivos da SST;
- Planos para identificar e remediar falhas requeridas ao nível da SST;
- Avaliação dos conhecimentos e competências da SST.

Ao nível do controlo operacional do processo da implementação, a *“organização deve identificar as operações e actividades que estão associadas aos riscos identificados e em que seja necessário aplicar medidas de controlo”* (NP 4397, 2001:29).

Neste quadro, o CB deve planear as actividades que envolvam riscos acrescidos, assegurando que as mesmas são realizadas sob condições de segurança especificadas considerando os seguintes pressupostos:

- Definição e manutenção de procedimentos e protocolos documentados que abranjam situações nas quais a sua inexistência pode conduzir a desvios da política e objectivos de SST;
- Definição de critérios operacionais nos procedimentos;
- Definição e manutenção de procedimentos relacionados com riscos para a SST identificáveis em bens, equipamentos e prestação de serviços operacionais;
- Redução de riscos para a SST na fonte, através da definição e manutenção de procedimentos operativos e de organização do trabalho seguro, incluindo a sua adaptação (ergonómica) às capacidades humanas;
- Avaliação e reavaliação periódica das competências individuais e organizacionais em SST;
- Identificação de tarefas perigosas e qualificação prévia dos bombeiros para a sua realização;
- Condições e acesso aos dados de segurança dos materiais e outra informação relevante sobre segurança e protecção individual e colectiva;
- Fornecimento, controlo e manutenção dos EPI's (Equipamentos de Protecção Individual);
- Inspeção e ensaio sistemático, não só dos equipamentos relacionados com SST, mas também de muitos outros equipamentos de socorro, por exemplo, gruas, auto-escadas, guindastes, motobombas e aparelhos de corte, de molde a garantir a sua total integridade/fiabilidade e segurança operacional dos utilizadores.

Além disso, para satisfação do requisito *Prevenção e capacidade de resposta a emergências*, da norma (NP 4397), o CB deve estabelecer e manter procedimentos para identificar o potencial de ocorrência de respostas a acidentes e situações de emergência, e ser capaz de reagir com prontidão, de modo a prevenir e minimizar as possíveis lesões e doenças que lhes possam estar associadas.

O corpo de bombeiros deve, por isso, analisar e rever o seu estado de prontidão para resposta a emergências, desenvolvendo um ou mais planos e identificando e fornecendo os EPI's mais apropriados, do mesmo modo que deve testar, regularmente, através de exercícios práticos, a eficácia das partes mais críticas dos planos de emergência e a integridade do seu planeamento.

2.1.3. Verificação

Nesta fase, a Associação/CB deve estabelecer e manter procedimentos documentais para monitorizar e medir periodicamente o desempenho em SST, que devem incluir, nos termos do n.º 4.5.1 da NP 4397, o seguinte:

- Monitorização da medida de cumprimento dos objectivos de SST definidos;
- Medidas proactivas do desempenho que monitorizem a conformidade com o programa de gestão de SST, com critérios operacionais e com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis;
- Medidas reactivas do desempenho, para a monitorização de acidentes, doenças e outras evidências históricas do desempenho deficiente em SST.
- Registo dos dados e dos resultados da monitorização e da medição suficientes para permitirem as subseqüentes análises das acções preventivas e correctivas.

A organização deve ainda estabelecer e manter procedimentos para definir responsabilidades e actividades para analisar e investigar:

- Acidentes;
- Não conformidades;
- Executar as acções destinadas a minimizar todas as consequências dos acidentes ou das não conformidades;
- Definir o início e a conclusão de acções correctivas e preventivas;
- Comprovar a eficácia das acções correctivas e preventivas tomadas.

Antes da sua implementação, estes procedimentos devem exigir que todas as acções correctivas e preventivas devam ser revistas através do processo de avaliação de riscos, devendo documentar-se e registar-se todas as alterações resultantes dessa avaliação. *“Os registos de SST devem ser legíveis, identificáveis e rastreáveis às actividades envolvidas. Os registos de SST devem ser conservados e mantidos de forma a serem facilmente consultáveis e devem estar protegidos contra danos, deterioração ou perda. O tempo de conservação deve definido e documentado.”* (NP 4397, 2001:16).

Ainda na fase da verificação, a organização deve estabelecer e manter um ou mais programas e procedimentos que permitam a realização de auditorias periódicas (internas ou externas) ao sistema de SST, de forma a determinar se o sistema de gestão:

- Está em conformidade com as disposições planeadas;
- Foi adequadamente implementado e mantido;
- Cumpre de forma eficaz a política e os objectivos da organização.

Nesta perspectiva *“o programa de auditorias, incluindo a sua calendarização, deve basear-se nos resultados das avaliações de risco das actividades da organização e nos resultados de auditorias anteriores (...) devendo ser realizadas por pessoas independentes das que detêm a responsabilidade directa pela actividade que esteja a ser examinada.”* (NP 4397, 2001:16).

2.1.4. Revisão

Nos termos da NP 4397, *“a direcção, ao mais alto nível da organização, deve, com a periodicidade por si determinada, rever o sistema de gestão da SST, por forma a assegurar que o sistema continua adequado, suficiente e eficaz. O processo de revisão pela Direcção deve assegurar que é recolhida toda a informação necessária para permitir que a avaliação seja realizada. Esta análise deve ser documentada”* (NP 4397, 2001:17).

A revisão, ampla ou restrita, visa considerar se a política de SST continua a ser apropriada, devendo aplicar-se, entre outros, aos seguintes domínios:

- Vantagens da política actual da SST;
- Definição ou actualização dos objectivos para a melhoria contínua;
- Adequação dos processos actuais de identificação, avaliação e controlo do risco;
- Níveis de risco actuais e eficácia das medidas de controlo existentes;
- Adequação dos recursos (financeiros, pessoais, materiais);
- Eficácia do processo de inspecção da SST;
- Dados relacionados com os acidentes e as ocorrências verificadas;
- Casos registados de procedimentos que não se mostravam eficazes;
- Resultados e eficácia das auditorias internas e externas ao sistema de gestão da SST;
- Estado de preparação e prontidão para resposta a emergências;
- Utilidade de algumas investigações em acidentes e ocorrências;
- Avaliação dos efeitos de alterações previsíveis da legislação ou da tecnologia.

Em síntese, o défice de Segurança e Saúde nos CB's, mais acentuado nos voluntários, deve ser resolvido nos próprios corpos de bombeiros, considerando que a existência de uma Direcção de Núcleo de SST, centralizada em Lisboa, na sede da ANPC, não é solução, nem resposta adequada (atenta, entre outras, a distância, dispersão geográfica e volume das organizações em causa), sem prejuízo de se poder aceitar o papel técnico-normativo do referido núcleo. De resto, ao criar-se uma Direcção de Núcleo (nível mais baixo da estrutura dirigente) para uma problemática de importância vital na actividade dos bombeiros, está a dar-se um sinal claro da pouca relevância que este assunto continua a merecer do organismo tutelar.

Ora, o modelo de gestão de SST que acabámos de apresentar (fig. 305), a implementar em cada CB, precedendo vontade expressa da respectiva Direcção/Comando, implica, tão só, a existência de bombeiro (ou de um membro dos Corpos Sociais) com formação, a realizar na ENB, para obtenção do respectivo CAP em Técnico(a) Superior ou Técnico(a) de Segurança e Higiene no Trabalho, preenchendo os seguintes requisitos:

- Licenciatura ou Bacharelato;
- 12º Ano e frequência, com aproveitamento, de curso de formação Técnico de SHT homologado;
- 9º Ano e frequência, com aproveitamento, de curso de formação de SHT homologado pelo ACT (Autoridade para as Condições do Trabalho).

Este Técnico de Segurança e Higiene no Trabalho (SHT) devidamente enquadrado pela Direcção/Comando faria a ligação permanente com o Centro de Saúde local para efeitos de segurança sanitária (exames/inspecções periódicas dos bombeiros) ou, caso existam médicos ou outros profissionais de saúde no CB, seria então adequado criar uma equipa de SST, juntando profissionais de saúde e o técnico de SHT.

3. Mudança de Paradigma na Organização do Socorro

O número de catástrofes naturais e induzidas pelo desenvolvimento tecnológico que têm assolado o mundo bem como outros conflitos de natureza social, com origem em causas antrópicas, mostra que a sociedade está perante uma enorme variedade de riscos. Em Portugal e na União Europeia os grandes acidentes constituem uma preocupação do ponto de vista dos impactes ambientais e da saúde pública, entre outros.

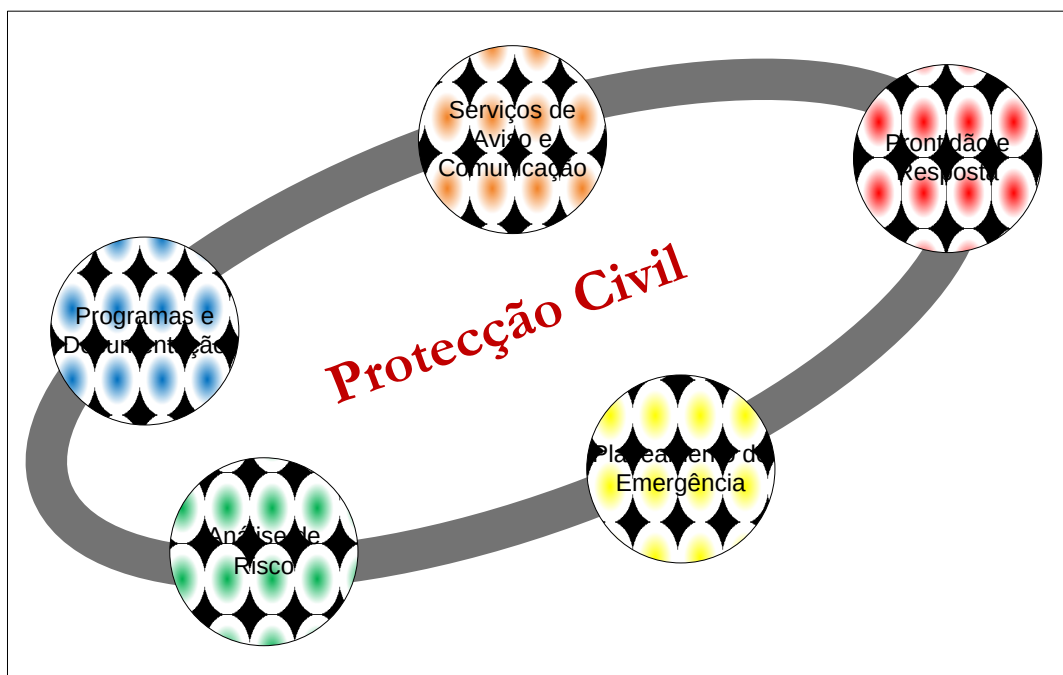
Muito embora o risco nulo seja quase uma impossibilidade, é possível tomar medidas de preparação e de mitigação no caso dos riscos naturais e antrópicos, definindo e adoptando, com base na análise de riscos, medidas de prevenção no que respeita tanto aos riscos naturais (originados por causas naturais), como nos antrópicos (provocados por acções humanas) ou nos mistos (com origem combinada em condições naturais e acções antrópicas), na asserção de Lourenço (2007:107).

No passado, *“não existiam sistemas nacionais de protecção civil, estando o combate aos desastres a cargo das autoridades locais da aldeia, vila ou cidade, com os cidadãos voluntários a intervirem de modo espontâneo (...) surgindo a Inglaterra em 1935, como primeiro exemplo do Sistema Nacional de Protecção Civil.”* (Martins, 2009:16).

Curiosamente, esta é, ainda, de algum modo, a realidade portuguesa configurada na emanção popular das Associações Humanitárias de Bombeiros, para socorro das comunidades locais, face à demissão do Estado e, na maioria dos casos, das próprias autarquias [...] *“estamos a falar de um sector que se fez a si próprio por demissão do Estado durante anos [...] permitindo que, por necessidades locais, as pessoas se fossem organizando. [...] no momento em que o Estado percebe que essa é uma obrigação sua, enfrenta uma estrutura já montada com tudo o que isso tem de bom e de mau, continuando a coabitar sentimentos de associativismo e de puro voluntarismo com outros já de grande profissionalismo técnico e profissional* (José Medeiros, Secretário de Estado da Protecção Civil, entrevista ao Bombeiros de Portugal, Maio/2008:24).

Hoje, assevera Martins (2009:16), *“tanto os países onde o conceito é o de protecção civil (Europa) como nos países onde ainda persiste o conceito de defesa civil (América), as funções principais da protecção civil são fundamentalmente as mesmas e aparecem estruturadas geralmente em cinco dimensões integradas visando a segurança humana das populações (fig. 306). Essas dimensões são:*

- Análise de Risco;
- Planeamento de Emergência;
- Prontidão e Resposta;
- Sistemas de Aviso e Comunicação;
- Programas e Documentação.



Fonte: Adaptado de Leal Martins (2009).

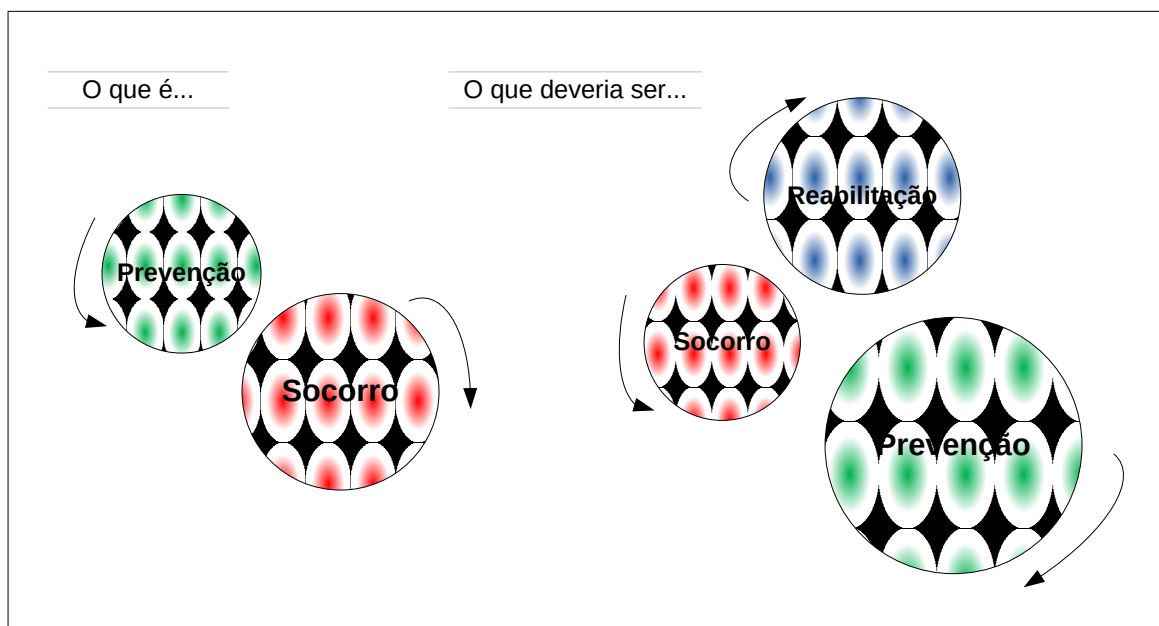
Fig. 306 – Modelo integrado de Protecção Civil⁵¹.

Ora, entre nós, a **Análise de Risco** instrumento de importância vital em Protecção Civil, respeitando a análise dos riscos nas vertentes de *identificação, avaliação, percepção, gestão e comunicação*, não está suficientemente institucionalizada no sistema e, muito menos, culturalmente interiorizada na diversidade dos agentes, sendo pertinente questionar, se o sistema de Protecção Civil pode planejar e gerir, com segurança, o que não conhece.

As vantagens da análise de risco para a protecção civil são fundamentais, não só para apoio ao planeamento, com base tanto em índices e diferentes níveis de risco, como na criação de cultura de uma protecção civil e de mais e melhores planos de acção, mas também para ajudar a trazer a prevenção e a reabilitação para o nível do socorro, e, ainda, para possibilitar a entrada dos seguros no sistema.

Em suma, uma protecção civil moderna investe em estratégias intensivas de **planeamento**, em lugar das estratégias *intensivas* de **equipamento**, ou seja, a dinâmica do sistema deve ser mais **prevencionista** (com os CB's a desempenhar função crucial nesta área) e menos **socorrista**, dando adequado relevo e espaço à **reabilitação** (fig. 307).

⁵¹ O ciclo da catástrofe, conforme é sabido, constitui-se como um modelo teórico que foi desenvolvido para interpretar a evolução de um acidente grave ou de uma catástrofe e compreende as seguintes 4 fases, que se interligam: Prevenção/Mitigação, Preparação, Emergência (Resposta/intervenção), Recuperação (Reabilitação). O papel dos Serviços Municipais de Protecção Civil, não descurando as outras, deve centrar-se com particular incidência nas duas primeiras fases do ciclo da catástrofe: **Prevenção e Preparação** (Gaspar, 2009:10).



Fonte: Adaptado de Leal Martins (2009).

Fig. 307 – Gestão da Protecção Civil.

No nosso País, as áreas de protecção civil, são, por enquanto, estruturalmente, apenas duas, a **prevenção** e o **socorro**, paradoxalmente dissociadas e divididas por competências ministeriais diferenciadas, por exemplo, ao nível da problemática dos incêndios florestais.

Em suma, se o **socorro** (salvar e evacuar pessoas, tornar o ambiente seguro e restabelecer condições aceitáveis de vida o mais cedo possível) implica planos, protocolos, procedimentos, normas, regulamentos e estruturas legais, o **planeamento** visa a coordenação entre os vários actores, exigindo-se uma “*linguagem comum e uma cultura de protecção civil*”, que possibilite o envolvimento dos simples cidadãos nas tarefas da sua própria auto-protecção.

Importa que a nossa Protecção Civil, deixe de [...] “*sobreavaliar o seu papel e missão operacional, concentrando e dirigindo os respectivos recursos para a temática dos incêndios florestais e, por inerência, para os bombeiros, não acautelando o trabalho adicional em termos de sistema de protecção civil, localizado nos restantes domínios, como sejam a prevenção, preparação e reabilitação*” (Ribeiro, CPE-2005:6) e, ainda, que se deixe impregnar pela institucionalização da filosofia da **análise de risco** nas suas dimensões de *avaliação, percepção, gestão e comunicação*, sendo que [...] *se se redesenhar o mapa dos CB’s em função de critérios de risco, de distâncias, de população, de acessibilidades, o País ficará diferente* (Marinho, 2008:3).

Ainda assim, não obstante tudo isto, será difícil à protecção civil ter bom desempenho, se não começar por ser bem organizada na base, a nível **municipal**, posto que quando as emergências ocorrem, é no nível **local municipal** que está o teatro de operações.

De facto, considerando as distâncias, bloqueios de estradas, diminuição de recursos e pressão do factor tempo, não há substituição credível para a prontidão e a intervenção **localmente** organizadas, devendo os outros níveis do governo ou da hierarquia administrativa, apenas harmonizar e coordenar (e não suplantam) os esforços locais, ou seja, “*a gestão e a actuação face aos desastres deve ter um cunho **eminentemente local**, por razões de ordem prática e porque propicia um conhecimento mais exacto e directo dos cidadãos, do seu grau de preparação face aos riscos a que estão sujeitos, das suas vulnerabilidades e das suas representações sociais*” (Ribeiro, 2009).

Por outro lado, é da maior importância para a mudança de paradigma na organização do socorro, [...] “*desenvolver e implantar o conceito de **prevenção** e a sua prática, em todos os CB’s, ou seja, a prevenção passar a ser a sua missão. Esta mudança [...] pode exigir cuidados de comunicabilidade pela dificuldade em alterar comportamentos e práticas de actuação em sistemas centenários guarnecidos por pessoas altamente conhecedoras e cumpridoras. [...] Depois, ou ao mesmo tempo, reavaliar as valências de qualificação e formação da ENB que poderia designar-se Escola Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, integrando os meios dos Sapadores e criando um ou dois cursos superiores, podendo designar-se **Engenharia de Prevenção, Protecção e Socorro e Planeamento e Gestão de Emergências***” (Pena, 2005:296).

O termo engenharia parece-nos redutor. As Ciências Cínicas vão muito além da Engenharia. Do mesmo modo, Planeamento e Gestão, são apenas duas fases da análise de risco, pelo que este termo seria bem mais abrangente. Além disso, seria ainda necessário contemplar a *reabilitação*, para deixar de ser o parente pobre do sistema.

3.1. Os Municípios como base de uma protecção civil mais eficaz

Conforme observámos no Capítulo I, em particular após o primeiro quartel do século XIX, os sucessivos Códigos Administrativos já atribuíam aos concelhos a responsabilidade de “*organizar serviços ordinários e extraordinários para extinção de incêndios e contra inundações* (Código de 1878) ou “*responsabilidade para deliberar sobre a organização de serviços para extinção de incêndios e para prevenir ou atenuar os males resultantes de calamidades públicas (...) promovendo a prestação e distribuição de socorro*” (Código 1900).

Na mesma linha de pensamento, a Lei de Bases da Protecção Civil (Lei n.º 27/2006) define a Protecção Civil Municipal como a base do sistema, do mesmo modo que a Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro, confere às Câmaras Municipais um novo enquadramento e maiores responsabilidades em matérias de protecção e socorro, entre as quais, nos termos da

alínea a) do n.º 1, a responsabilidade dos municípios em *“prevenir no território municipal os riscos colectivos e a ocorrência de acidente grave ou catástrofe destes resultantes”*.

Muito embora, como bem assinala Laranjeira (2007), as questões da **prevenção** possam encontrar boa resolução, quer ao nível dos Serviços Municipais de Protecção Civil, quer em termos da Comissão Municipal de Protecção Civil, já **socorrer e assistir no território municipal as pessoas e outros seres vivos em perigo e proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público**” (alínea c) do n.º 1 do art.º 2) implica uma estrutura operacional com meios humanos e materiais adequados ao tipo de risco que enfrenta e com resposta pronta e em permanência, ou seja, um Corpo de Bombeiros.

Competindo à Câmara Municipal e ao respectivo Presidente na qualidade de “Autoridade Municipal de Protecção Civil (n.º 1 do art.º 6.º), com competência para *declarar a situação de alerta de âmbito municipal* (n.º 2 do art.º 6.º) e garantir a eficácia do socorro dos seus munícipes, impõe-se que a autarquia crie o seu próprio CB ou estabeleça com uma ou mais Associações de Bombeiros **um protocolo de prestação de serviços de socorro**, onde se definam claramente as responsabilidades recíprocas, com base nos seguintes pressupostos:

- Análise dos riscos na área territorial do Município;
- Definição, dos meios humanos e materiais mínimos para garantir um socorro adequado, em tempo e qualidade;
- Definição da tipologia e níveis de risco, com vista à clarificação ou tipificação do(s) CB(s) do Município, quanto aos meios humanos e materiais necessários à eficiente e eficaz operacional do corpo de bombeiros.

Efectivamente, *“caso existam diversos corpos de bombeiros no mesmo município, os financiamentos terão de ser distribuídos numa óptica municipal de rentabilização e optimização dos meios disponíveis, e não de multiplicação de equipamentos idênticos por todas as unidades existentes”* (ANMP, 2000:2).

Ainda na perspectiva defendida neste Relatório (2000:3) *“a tipificação actualmente em vigor deveria ser revista de acordo com os seguintes princípios:*

- *Equipamento adequado aos riscos do território a abranger;*
- *Não deve ser superior às dificuldades normalmente encontradas no terreno;*
- *Racionalização de meios por concelho e não por corpos de bombeiros;*
- *Dotar os CB's com equipamento adequado para o tipo de intervenção para que está vocacionado.”*

Esta clarificação permitiria programar os meios necessários para responder às exigências específicas de cada município, através do(s) respectivo(s) corpo(s) de bombeiros, *“financiando apenas a tipificação adequada”* em função das características da área em que intervêm e dos tipos e níveis de risco que lhe estão associados, *“num quadro de sobrelotação de corpos de bombeiros em alguns*

concelhos, como presentemente se verifica” (Laranjeira, 2008:26) situação que, com base na análise dos riscos municipais, poderia resolver-se transformando alguns CB’s em “secções” do Corpo de Bombeiros Municipal, este, sim, garantido pelo esforço da autarquia.

Esta seria, sem dúvida, a solução mais adequada, a implementar a médio prazo, atribuindo ao CB do município (ou, no caso de existir mais do que um, ao mais antigo) a responsabilidade do socorro – o que, por exemplo, permitiria que o seu comandante fosse o comandante Operacional Municipal – e cometendo aos restantes, intervenções complementares, de acordo com as situações de proximidade ou de reforço, em caso de acidente grave ou catástrofe.

Permitiria, ao mesmo tempo, balizar ou delimitar com maior rigor as responsabilidades do Estado nesta área, quer a nível do poder central, quer a nível do poder local, eliminando critérios de discricionariedade ou puramente subjectivos, baseados muitas vezes em “jogos” de influências políticas a nível central, regional e local.

Efectivamente, no momento em que finalizamos este trabalho, foi publicada a Portaria n.º 174/2009, com o objectivo de regulamentar o Programa de Apoio aos Equipamentos (PAE) de protecção e socorro, aplicável aos CB’s municipais e aos CB’s detidos pelas Associações Humanitárias, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 32/2007, de 13 de Agosto, definindo os critérios técnicos para a determinação das dotações mínimas por município.

Lamentavelmente, o modelo de atribuição de equipamento proposto na referida Portaria, ignora, mais uma vez, a **análise dos riscos municipais**, (sabemos que, até hoje, a ANPC não definiu um modelo de análise de risco) baseando-se, por um lado, em critérios do histórico de ocorrências ao nível **dos incêndios urbanos, industriais, comerciais, florestais e acidentes rodoviários** (art.º 3.º), e, por outro, em parâmetros de dotação mínima relativos à densidade populacional, número de instalações industriais, área florestal e média diária de acidentes rodoviários dos últimos cinco anos (art.º 4.º).

Esta legislação tem merecido fortes críticas da LBP que assinala que o *“governo optou pela via descaracterizadora da identidade e especificidade dos corpos de bombeiros [...] estabelecendo uma “lógica de equipamentos municipal e nós defendemos que os equipamentos devem ser estabelecidos em função da área de actuação própria de cada corpo de bombeiros”* (Bombeiros de Portugal, 2009:2).

De facto, mais uma vez, se legislou sem previamente se concluírem as cartas de risco municipais e sem uma efectiva e séria tipificação dos bombeiros, ficando o Governo (não obstante o discutível referencial proposto) refém das famigeradas pressões políticas e interesses corporativos, tão comuns nestas áreas.

É, por isso, claro, que só a articulação entre os Municípios e as Associações Humanitárias de Bombeiros, através de um **Protocolo de Prestação de Serviços** poderá trazer mais transparência e um socorro de proximidade mais adequado em tempo e qualidade, ou seja, tempos máximos de resposta, indicadores de prioridade para as diferentes áreas ou riscos a proteger, aumentar e fortalecer o nível de profissionalização, sobretudo ao nível da 1ª intervenção.

Mas, para que tal seja viável e mais facilmente exequível seria necessário uniformizar as carreiras dos diferentes tipos de bombeiros, criando uma carreira única, conforme preconizado no Capítulo I.

Com efeito, só muita coragem e vontade política poderão dotar o País de um sistema de Prevenção, Socorro e Reabilitação capaz, com padrões de eficácia e qualidade exigíveis em pleno século XXI.

Para que tal desiderato possa ser efectivamente atingido é fundamental a articulação institucional entre a ANPC, ANMP e LBP, devendo a Associação Nacional de Municípios assumir a primeira linha na definição das condições a estabelecer entre os seus associados – os Municípios e as Associações Humanitárias de Bombeiros.

Nesta perspectiva, não deixa de se estranhar que a ANMP permaneça “alheia” a todo o processo legislativo e de “mudança” na Protecção Civil, sobretudo quando a base desta, os Municípios, têm hoje, como vimos, acrescidas responsabilidades.

Em suma, só na base de uma relação **contratualizada** entre Município e Associação (ou Associações) poderia a autarquia definir, racionalmente, no quadro das suas atribuições legais, os apoios às Associações/CB's, não só quanto a instalações, viaturas e outros equipamentos, mas também quanto ao pessoal mínimo para manter uma equipa permanente (profissionalizada) para garantia de um socorro pronto e eficaz.

Desta forma, as duas partes saberiam com o que podiam contar, não ficando a Associação dependente da boa ou má disposição dos Executivos Camarários, ou estes sujeitos às decisões das Direcções das Associações, que, *“por vezes, criam sérios e até injustos, problemas de ordem política a quem depende dos votos dos cidadãos. Uma situação destas defenderia as populações e daria força ao Associativismo e Voluntariado que continuaria a participar em segunda linha nos períodos diurnos e a colaborar, em primeira linha, durante os períodos nocturnos e aos sábados, domingos e feriados”* (Laranjeira, CPE-2008:3).

Este modelo de protecção civil de base **municipal**, assente no binómio Município-Associação, parece-nos mais adequado e coerente, já com bons exemplos, como Cascais, em que a autarquia suporta “Grupos Permanentes de 1.º Socorro” (duas equipas permanentes de cinco bombeiros, distribuídos por dois turnos, em cada CB do concelho, de 2.ª a 6.ª), ao invés do modelo de Equipas Permanentes de 1.ª Intervenção (EPI) actualmente preconizadas pelo

Governo, suportadas a três pelas AHB, pela CM e pelo Estado, considerando que [...]” o recrutamento não é cuidado, porque principalmente o objectivo do Estado (leia-se CDOS e CNOS) é dispor a seu belo prazer destas equipas, desviando-as da sua missão principal no Verão, tal como acontece com as actuais ECIN. Naturalmente que há locais onde os corpos de bombeiros devem ser assumidamente ou mesmo profissionais, como as capitais de distrito e outras grandes cidades. Por outro lado os bombeiros voluntários só se tornarão mais eficazes se alterarem a sua postura perante a instrução contínua. E aqui, incluo os comandantes que, nalguns locais, acabam por ser os piores inimigos da instrução contínua (Gomes, CPE-2009:2).

Como é óbvio, para a assumpção pelos Municípios, dos protocolos/acordos com as Associações, o Governo central teria que transferir verbas e competências para as autarquias para que estas pudessem corresponder às exigências protocoladas, (na perspectiva de “engordar” o local, “emagrecendo” o central) em função dos riscos da sua área geográfica, passando a colaborar na definição do tipo de quartel, viaturas, equipamento e quadro de pessoal e, sob este enquadramento, firmariam os acordos correspondentes, posto que [...] “os Municípios não podem estar sujeitos às deliberações das Direcções que, por vezes, se lançam na aquisição de viaturas e outro material, que já teria resposta adequada num outro CB vizinho, exigindo posteriormente que o Município participe nessa aquisição, sem que este tenha participado na decisão”. (Laranjeira, CPE-2007:3).

A este propósito e sobre a idiosincrasia “cultural” dos CB’s ditos voluntários quanto ao pontificar de uma política de investimento ilógico, sem critério, arbitrário e, acima de tudo, sem prévia análise de riscos, assinala Caldeira (2007) [...] “a relação do bombeiro com os veículos de socorro (em especial os de combate a incêndios) é muito forte, constituindo mesmo um exemplo de motivação. O CB que no prazo de três anos não inaugura um novo carro entra numa espécie de depressão colectiva. Esta é uma realidade que é preciso transformar, mas sem rupturas abruptas (Caldeira, 2008:2).

Resumindo, a proposta de valorizar a componente **municipal**, como base do sistema de protecção civil do nosso País, encontra paralelo, de uma maneira geral, nos Países Europeus, cujos corpos de bombeiros, embora de natureza profissional, são de dependência **municipal** ou regional, sendo que “o modelo de Associações Humanitárias de Bombeiros é uma particularidade do nosso país, havendo algumas experiências do mesmo tipo na Catalunha, em Espanha. Nos países onde os Corpos de Bombeiros são maioritariamente profissionais, os corpos de voluntários inserem-se igualmente no âmbito da autoridade política municipal e funcionam como estrutura de apoio complementar” (Caldeira, CPE-2007:1).

É, também assim, nos Estados Unidos, onde existem muitas dezenas de milhares de Voluntários, que actuam complementarmente aos profissionais, distribuídos pelas

comunidades, “counties”, em pequenos quartéis operacionais com uma ou duas viaturas (equipas de cinco elementos) e uma sala de treino físico (fot. 16).

Particularmente ilustrativo é o exemplo de um pequeno país, como a Suíça, com um total de 108 mil bombeiros, dos quais “a grande maioria, 104 mil, são voluntários que não ficam nos quartéis mas podem ser chamados a intervir em caso de necessidade. Os quatro mil profissionais centram-se sobretudo nas grandes cidades. Os bombeiros suíços são pagos na grande maioria pelas cidades, conforme decisões cantonais (estaduais) e municipais” (Martins, 2008).

Já em Espanha, por exemplo, os serviços de combate a incêndios estão descentralizados e dependem das comunidades autónomas e municípios. “Não existe um corpo nacional de bombeiros, por isso é difícil contabilizar o número total de profissionais no país. Os municípios maiores dispõem de uma corporação de bombeiros, que acedem aos diversos postos por intermédio de testes e provas físicas. Os mais pequenos, cujos orçamentos não permitem ter um corpo de bombeiros, são auxiliados pelos serviços da Comunidade Autónoma, que se encarrega também de resolver os problemas dos incêndios florestais. De uma forma geral não existem bombeiros voluntários” (Calle, 2008).



Fot. 16 – Corpo de Bombeiros, City of Linden (Newark).

No Chile, um país com cerca de quatro mil quilómetros de comprimento e 17 milhões de habitantes, existem mais de um milhar de companhias de bombeiros voluntários (fot. 17), apoiados pelas respectivas comunidades e municípios, não existindo qualquer estrutura profissional.

Tal é possível, não só porque existem recursos humanos disponíveis (sobretudo nas classes médias altas, dado que ser bombeiro é uma grande honra) mas também porque os bombeiros voluntários **apenas têm por missão o salvamento e desencarceramento (resgate) e o combate a incêndios urbanos e industriais**, já que os incêndios florestais estão a cargo de sapadores florestais, pagos pelo Estado.

A título de exemplo, a cidade de Santiago do Chile, com seis milhões de habitantes, dispõe, ao nível da organização do socorro, de 22 companhias (que emanaram de “clubes de bairro” de pessoas das classes médias e altas, com efectivos entre 60 e 115 elementos), 12 das quais dedicadas aos incêndios urbanos e industriais, 8 de salvamento e desencarceramento (resgate) e 2 especializadas em matérias perigosas e salvamento em espaços confinados. Todas elas estão estrategicamente distribuídas por quartéis que, normalmente, possuem duas ou três viaturas, de acordo com a respectiva área de intervenção.



Fot. 17 – Companhia de Bombeiros Chilena (Viña del Mar).

Também, à semelhança das Associações/CB's de Portugal, os quartéis do Chile têm acoplado, em regra, um sector social (com restaurante, sala de jogos e outras actividades socioculturais, abertas à comunidade) para angariação de fundos, [...] embora, assegura Curto (CPE-2008) *“este modelo de organização social encontra-se esgotado, devido à não disponibilidade de pessoas para o exercício do voluntariado até por um conjunto de condições de lazer e divertimento que os jovens de hoje dispõem. Não nos podemos esquecer que as Associações de Bombeiros eram um dos pólos de divertimento, por vezes os únicos, que levavam à fixação do voluntariado.* (Curto, 2008:13).

Contudo, se isso pode ser válido nalgumas grandes cidades, mas ser discutível em termos de lazer e divertimento, estamos convictos de que não se aplica à generalidade das cidades e vilas do interior (e até de muitos do litoral). O problema tem mais a ver com os modelos de sociedades que são transmitidos aos jovens, muito mais através da comunicação social ou de política, onde a educação e a pedagogia do exemplo deixaram de ser prioridades.

Muito embora se possam encontrar algumas similitudes entre o “*modus vivendi*” das nossas Associações/CB’s e das Companhias do Chile, para o Comandante Nacional Gil Martins, “*o único país que tem associações de bombeiros é Portugal. Mas somos o 20º país no mundo com bombeiros voluntários. Normalmente os Corpos de Bombeiros pertencem ao poder local e aí desenvolvem o seu trabalho. Cabe à autarquia a definição de toda a organização e financiamento do Corpo de Bombeiros. Mas as tradições históricas portuguesas têm sido exemplo para outros países. A Espanha por exemplo tenta já há alguns anos copiar o nosso modelo nomeadamente na Catalunha. É que o empenhamento da sociedade civil é hoje em dia decisivo para a diminuição do risco. E que melhor exemplo que os bombeiros portugueses enquanto emanam dessa mesma sociedade, para se envolver todos os cidadãos nesta moderna luta contra os desastres naturais ou tecnológicos, já que eles transportam em si um dos conceitos transversais a esta nova realidade o conceito de proximidade*” (Martins, CPE-2008:2).

De facto, o modelo de voluntariado, em que assenta (ainda) a organização do socorro, nos moldes em que se pratica em Portugal é caso único. [...] “*noutros países (Alemanha, por exemplo) há uma componente significativa de voluntariado mas sob organização das Câmaras Municipais. Isto é, a espinha dorsal assenta numa estrutura profissional, complementada em voluntários enquadrados pelas Câmaras. Em cidades de menor dimensão, a estrutura é apenas de voluntários embora enquadrados pela Câmara. O voluntariado, tal como existe, tem os seus dias contados. Mais tarde ou mais cedo, quanto mais não seja por pressão da comunidade, deixará de ser aceitável a figura do “bom rapaz” que dá o que tem e não se pode exigir mais. A sociedade está cada vez mais exigente e exige mais do que o voluntariado, tal como existe, consegue dar. Penso que, mais tarde ou mais cedo, caminharemos para uma outra organização, mais profissional, que enquadrará estruturas voluntárias ainda que noutros moldes (ou integradas em Câmaras Municipais ou na sequência de protocolos claros entre a estrutura governamental e as associações e voluntários)*” (Macedo, CPE-2008:18).

Na França, os voluntários, **que têm a mesma carreira que os profissionais**, estão integrados nos CB’s de nível departamental (mais ou menos os nossos distritos) sempre constituídos por subunidades (quartéis) só com profissionais e voluntários ou só voluntários, que, “*desde 1991, recebem compensações pecuniárias, em valores diferentes conforme se desempenham funções de comandante, 2º comandante ou Adjunto do comando (exigindo-se curso superior) podendo ser um pouco mais ou menos simbólicas, género 500, 300 e 200 Euros.* (Pena, 2005:285).

Já na Holanda, assevera Gomes (CPE-2007:3) “há corpos de bombeiros profissionais, mistos e voluntários, **todos municipais**, que respondem perante um Corpo de Bombeiros Regional, profissional, suportado pelas câmaras municipais que detêm os respectivos corpos de bombeiros, que só tem equipamentos especiais e o comando regional”.

Neste quadro, parece claro que, o **primeiro passo** para uma verdadeira reforma da Protecção Civil, tem de implicar a definição de um modelo científica e tecnicamente consensualizado, de **Análise de Risco**, a definir pela ANPC, que possibilite a implementação de uma verdadeira tipificação dos CB's e dos respectivos Municípios, em função dos riscos, e com a colaboração/participação inequívoca da Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

Esta tipificação, “*sonho que já vem dos anos oitenta* “ teria reflexos positivos, não só na evolução do relacionamento entre os Municípios e as Associações Humanitárias de Bombeiros, mas também [...] “*os apoios financeiros das autarquias seriam mais justos e, certamente, mais rentáveis porque dirigidos, exclusivamente, aos tipos de serviços oficialmente atribuídos a cada corpo de bombeiros e a incapacidade de cumprir em qualquer das áreas estabelecidas e aceites determinaria a transferência dos serviços para os outros CB's da Zona e correspondente apoio financeiro. Estas disposições seriam um “incentivo” acrescido ao despertar do imobilismo de muitos responsáveis associativos e operacionais* (Laranjeira, CPE- 2007: 4-5).

Finalmente, esta colaboração **contratualizada** entre os Municípios e as Associações, mesmo correndo o risco da politização, poderia constituir “tábua de salvação” para aquelas que hoje se debatem *com grandes dificuldades em manter os respectivos Corpos de Bombeiros*, considerando, não só a instabilidade das *receitas* (porque as comunidades que as apoiavam também mudaram), mas também, “*o amadorismo de gestão*” que ainda se verifica em muitas delas, embora este sector se caracterize por uma grande heterogeneidade.

Neste sentido, como veremos de seguida, as Associações Humanitárias de Bombeiros, têm de evoluir numa perspectiva organizacional, capaz de as pôr a cooperar entre si para prestarem serviços, com maior racionalidade económica.

3.2. O Futuro das Associações Humanitárias de Bombeiros na Organização do Socorro do Século XXI

A primeira constatação a fazer é que as 413 Associações Humanitárias que sustentam os respectivos CB's, “ditos voluntários”, são muito diferentes, autónomos e independentes entre si, seja quanto ao número de efectivos, seja quanto aos modelos de gestão, sendo possível encontrar Associações com cerca de 100 funcionários, mais de duas centenas de bombeiros e mais de dezasseis mil associados, configurando verdadeiras estruturas de “média empresa” e outras com menos de uma dezena de funcionários e cerca de 40 efectivos, configurando estruturas de “pequena ou, até, micro empresa.”

Neste quadro, o papel das Associações Humanitárias no desenvolvimento sócio-local, de integração, coesão social de jovens e adultos, mormente nas pequenas comunidades, não pode, de modo algum, ser negligenciado.

Contudo, umas e outras, debatem-se, hoje, ao nível da organização e gestão, com os seguintes problemas:

- Dirigentes voluntários, em regra, pouco disponíveis e, muitas vezes, sem preparação técnica e pessoal nos domínios da liderança, gestão e enquadramento institucional;
- Dependência financeira de apoios estatais o que reduz a sua autonomia e poder reivindicativo;
- Área de intervenção economicamente pouco significativa e com objectivos subvalorizados;
- Recursos humanos, em boa parte, sem formação adequada e poucas expectativas de progressão na carreira;
- Perspectiva de competição e pouca cooperação entre as Associações da mesma freguesia e concelho.
- Insuficiente investimento na formação dos recursos humanos;
- Reduzida participação dos Associados.

Além destes problemas, impõe-se “*uma análise aprofundada da situação que vivemos em muitas das “nossas casas” e não nos acomodemos. Aos comandantes que o são por acidente, solicitemos-lhes que prestem um serviço público e abandonem as suas funções. Aos dirigentes legitimados pelo voto democrático dos associados, mas que apenas se apropriam desse voto para fins que não são os da instituição em movimento associativo e dêem lugar a outros [...] o futuro dos bombeiros de Portugal não depende de organizações fracas e dispersas no território, conduzidas por líderes de circunstância ou instalados no poder, permanentemente*

apostados em protagonizar conflitos induzidos por mágoas políticas. O futuro constrói-se com uma Liga forte, federações fortes e associações fortes, a rumar um sentimento comum, estrategicamente concertado. (Caldeira, 2008:2-3).

Ainda quanto aos problemas internos das Associações/CB's, o Presidente da Associação Portuguesa de Bombeiros Voluntários, afirmou que [...] *“há pessoas que têm falta de formação cívica e que ocupam cargos de comando por acaso nem formação têm e nem sabem o que é ser bombeiro. Enquanto houver esta mentalidade, haverá muitos corpos de bombeiros que vão continuar a ter 30 homens disponíveis apesar de terem 100 inscritos. E depois vão andar a falsear os números [...] para não terem de descer na tipologia.”* (Jesus, 2009:6).

Também no domínio da qualidade gestonária das Associações, cujos Corpos Gerentes (Mesa da Assembleia Geral, Direcção e Conselho Fiscal) eleitos, geralmente, por mandatos de 2 ou 3 anos, funcionando em regime de voluntariado e sem quaisquer exigências de qualificações prévias, *“não existem dados disponíveis quanto às qualificações dos dirigentes associativos. Entretanto, posso afirmar com segurança, que nos últimos cinco anos registou-se uma grande renovação de dirigentes, em especial resultante do movimento de reforma antecipada de trabalhadores do sector de serviços e a disponibilidade destes para intervir nas Associações Humanitárias de Bombeiros. Em particular, inserem-se nesta “nova” geração de dirigentes, ex. funcionários públicos, bancários e comerciais. Deste facto decorre a constatação da elevação do nível médio das qualificações dos dirigentes associativos, com especial incidência nos Presidentes de Direcção e nos Tesoureiros. [...] Acabou o primado da boa vontade que, só por si, gerava soluções* (Caldeira, CPE-2008:1).

No sentido da ultrapassagem dos problemas atrás enunciados na vida das associações, que constituem, muitas delas, exemplo de boas práticas de economia solidária, propõe-se uma estratégia de mudança assente nos seguintes pressupostos:

- Liderança participativa, assente no reforço das equipas técnicas;
- Incremento da visibilidade da acção das associações, como pólos de desenvolvimento social, geradores de riqueza e criadores de mais emprego;
- Investimento na procura de auto-financiamento através de actividades complementares (ora autorizadas pela Lei n.º 32/2007) dirigidas a outros segmentos da população;
- Definição de uma clara, coerente e integrada política de recursos humanos para as Associações Humanitárias que estabeleça perfis, formação base, formação em exercício e correlativa dignificação socioprofissional;
- Valorizar o vector formação, como alavanca para a qualidade;

- Desenvolver metodologias e técnicas de animação organizacional, baseadas no *empowerment*.

Esta estratégia só resultará se os dirigentes associativos e os comandos forem capazes de se afirmar pelas competências efectivamente detidas e não pelo sentido de “oportunismo/interesse político” ou mero egoísmo e vaidade de conquista de estatuto na comunidade.

Já foi dito, e importa repetir, que as Associações/CB's em Portugal, não são uma realidade homogénea (porque alicerçadas em histórias e culturas locais diferenciadas), diferindo umas das outras, em competências organizacionais, cultura de liderança, capacidade operacional e solvência económico-financeira.

Nesta “vasta” heterogeneidade, [...] *“existem comandantes que deveriam ter o bom senso de reconhecer que não podem ser meros carregadores de galões e que têm de demonstrar qualidades técnicas e humanas para o desempenho da sua missão [...] falta-lhes requisitos de base, falta-lhes perfil de liderança, falta-lhes cultura de exemplo, falta-lhes isenção de interesses, falta-lhes tempo e vontade [...] existem também direcções sedentas de poder por concepções desajustadas neste tipo de instituições, incapazes de perceber que o poder numa associação humanitária de bombeiros, constrói-se com respeito, competência e bom senso, numa perspectiva de projecto de boas práticas [...] cegos nas suas obsessões e nas suas vaidades mesquinhas, tais comandantes e dirigentes não percebem que eles são o problema, que estão a destruir o que sucessivas gerações construíram, também com conflitos e divergências, mas tendo por limite o respeito pelas competências de uns e outros, numa fidelidade absoluta ao interesse da instituição e da comunidade que a criou.”* (Caldeira, 2008:3).

Ainda nesta matéria, importa salientar o sentido de responsabilidade, transparência, dignidade e isenção que deve existir nas associações quanto ao processo de nomeação de quem comanda. [...] *“É absurdo defender que os comandantes devem ser eleitos pelos comandados, mas também é irresponsável nomear como comandante um qualquer cidadão, sem se avaliar se ele está em condições objectivas de assumir uma tão grande responsabilidade. [...] o mesmo se aplica aos dirigentes, embora, neste caso, eles não são nomeados mas sim eleitos pela base em que se alicerça a associação.”* (Caldeira, 2008:3)

Em conclusão, é hoje incontroverso que a qualidade do factor humano, seja nos dirigentes, seja nos operacionais, e a forma como ele se organiza e estrutura, são elementos decisivos de diferenciação das organizações, no que respeita à capacidade para competirem, crescerem e terem sucesso.

Os equipamentos e as tecnologias ajudam, mas para tecnologias idênticas e modelos financeiros semelhantes, são a estrutura organizacional, a qualidade dos recursos humanos e, em consequência, o quadro comportamental decorrente (valores, atitudes, práticas) que

constituem os reais factores determinantes das vantagens competitivas de cada organização (Amaro, 2001:5).

Ora, se o objectivo, por excelência, da organização/CB é socorrer eficazmente as vítimas, garantindo o rigoroso cumprimento de especificações de serviço e de técnicas de segurança, o individualismo, o mito do “super herói”, o “desenrascanço” o “deixa andar” e o improviso têm de ceder passo, ao planeamento, à coordenação, à disciplina, ao profissionalismo e trabalho em equipa, realidades ainda distantes da cultura organizacional das nossas Associações/CB’s (no quadro da heterogeneidade atrás referenciada), conforme uma breve análise SWOT poderá demonstrar (Quadro LI).

Quadro LI - Análise SWOT dos CB’s (pontos fortes/fracos).

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Proximidade e familiaridade com as comunidades envolventes;	Défice de prontidão e preparação para o socorro, ao nível da 1.ª intervenção;
Esteio de socorro, sobretudo em comunidades isoladas e longínquas;	Défice de formação inicial e treino em áreas específicas e especializadas do socorro;
Polivalência no Socorro;	Défice de disciplina, planeamento, coordenação e organização;
Espírito de abnegação e sacrifício;	Défice de cultura de segurança individual e colectiva;
Estatuto de prestígio na comunidade;	Défice de Lideranças e competências de gestão;
Existência de legislação de enquadramento e de definição da organização.	Défice de conhecimento e treino para o exercício de funções na cadeia de comando;
	Défice de avaliação de desempenho.
Oportunidades	Ameaças
Prestígio profissional, conhecimento único e privilegiado das comunidades;	Perda de influência local;
Influência política e social;	Total profissionalização do Socorro;
Existência de estruturas de formação nomeadamente a ENB, com potencialidades para melhoria de formação dos bombeiros.	“Espírito de quinta” e “cultura de individualismo”;
	Falta de coesão e espírito de equipa inter-associativo.

Não obstante esta perspectiva diagnóstica da análise SWOT, a profissão de bombeiro continua a dispor de um capital de prestígio assinalável conforme foi verificado “*num inquérito*

recente realizado em 22 países, em que 94% dos inquiridos afirmou confiar na profissão de bombeiro. O estudo refere que os bombeiros têm uma profissão prestigiada porque estão presentes quando as pessoas mais precisam". (Curto, 2007:3)

Também, entre nós, mormente nas comunidades de menor dimensão, os bombeiros continuam a ser acarinhados, embora a “sociedade pedagógica” com todos os seus mecanismos comunicacionais aumente, dia a dia, o grau de exigência e qualidade da prestação do serviço de socorro, tornando-se mais difícil *“continuar a esconder muitas das suas debilidades, sobretudo em termos organizacionais, as quais vêm mais ao de cima nas situações de crise e onde os jornalistas normalmente abundam.”* (Lourenço, CPE- 2007:14).

Sendo certo que é na base do sistema de protecção civil – o Município – e na dinâmica de articulação do binómio **Município/Associações** que deve centrar-se, hoje, o maior esforço de modernização, aos bombeiros compete aumentar exponencialmente, os padrões de exigência, ao nível **organizacional** (interna, externa e inter-associativa), **comportamental** (práticas, atitudes, valores profissionais) e da **qualificação**, enquanto vector fundamental para a mudança, posto que, *de outro modo, seremos cada vez menos ouvidos e, pior do que isso, virá o dia em que as populações olharão as nossas estruturas, os nossos corpos de bombeiros, com desconfiança, abandonando, depois, a nossa retaguarda.*" (Caldeira, 2008:3).

Nestes primórdios do século XXI, o futuro do voluntariado reclama não só, mais disciplina, mais honestidade, pessoal e institucional e mais responsabilidade e competência, através do “regresso” à **autenticidade** do valor *“voluntários na doação e opção, profissionais na acção”*, como código de honra daqueles que se disponibilizaram para “servir uma causa e não servir-se.”

Conclusão

Conclusão

Como observámos ao longo do trabalho, a base da organização do socorro em Portugal, assente no modelo actual de voluntariado, está a abrir brechas e apresenta enormes fragilidades, seja na componente associativa, designadamente nas áreas de gestão, seja na operacional, com défices acentuados em muitos corpos de bombeiros, não só ao nível da instrução/formação inicial e contínua, mas também da cultura de segurança, num contexto profissional específico, muito exigente em recursos físicos, cognitivos e emocionais.

Naturalmente, importa, salvaguardar, desde já, a profunda heterogeneidade e idiossincrasia, que caracteriza os 432 CB's de Portugal continental, quanto à natureza histórica, idade, tipologia, evolução e grau de desenvolvimento, não obstante a indisfarçável praxis corporativa vivenciada no sector, repercutida nas próprias representações sociais, nas atitudes, valores e comportamentos característicos, *“estamos a falar de um sector que se fez a si próprio por demissão do Estado durante vários anos, continuando a coabitar sentimentos de associativismo e de puro voluntarismo com outros já de grande profissionalismo e carácter técnico-profissional (...) no momento em que o Estado percebe que essa é uma obrigação sua, enfrenta uma estrutura já montada, com tudo o que isso tem de bom e de mau”*(Medeiros, 2008:24-25).

Mas o voluntariado, *consciente, autêntico* e com *espírito profissional*, não está, nem poderia estar, em causa, em si mesmo, e tem ainda força suficiente e bastante para se revigorar e reinventar, sem exageradas exaltações do passado que tendem a valorizar as qualidades e a esquecer os defeitos, na perspectiva de que *quando a gente ama, finge que não vê*.

Existem, hoje, sérias preocupações quanto à continuidade do fluxo de voluntários, mormente em zonas de menor desenvolvimento, devido às alterações demográficas e socioeconómicas que atravessam as sociedades avançadas.

Neste quadro, os jovens disponíveis actualmente para servir nos bombeiros não são, como eram, esmagadoramente assalariados rurais, agricultores ou operários de uma sociedade agrícola ou industrial.

São jovens de uma sociedade de serviços e de comunicação, com outras aptidões e qualificações, ou seja, já não é possível ter jovens (homens e mulheres) do século XXI, com o mesmo nível e perfil de escolaridade, formação, disponibilidade, estilos de lazer e de actividades sociais que tinham os jovens dos anos 50 ou 60 do século anterior, o que aliás é natural, pois o sistema organizacional dos bombeiros tende a reflectir, numa dada época, a sociedade onde se insere (...) *“nos bombeiros há hoje um ritmo grande de inscrições, saídas, mudanças de Associações, factores que prejudicam uma radiografia rápida e real.* (Medeiros, 2009:32).

No entanto, continua a existir simpatia e carinho pelo voluntariado e pela profissão de bombeiro, uma das mais valorizadas socialmente, mas o grau de disponibilidade alterou-se face aos apelos e poderosos aliciamentos duma sociedade desenfreadamente consumista e virtual, que enaltece o TER em detrimento do SER, valor norteador do voluntariado autêntico, que carece de ser revigorado e reorganizado, atento o seu papel inestimável e, nalguns casos, único, na segurança e no socorro das respectivas comunidades.

Após a ocorrência do catastrófico sismo de 17 de Agosto de 1999, que semeou destruição e morte nas cidades de Izmit, Bolu e Yalova da Turquia, criaram-se, neste País, Equipas de Resgate e Salvamento constituídas por Voluntários, enquadrados numa Associação Nacional designada por AKUT (Arama Kurtarma Takimi), comprovando-se que a generosidade e o altruísmo continuam presentes na essência do ser humano.

Os cidadãos, no seu conjunto, são o maior recurso do voluntariado e o uso dos meios de comunicação social, a par de um papel mais interventivo dos Municípios (base do sistema de protecção civil, ora com redobradas responsabilidades legais nestas áreas), além de uma maior pedagogia de exemplo, profissionalismo e cidadania, por parte dos próprios bombeiros, podem contribuir, decididamente, para o renascer de um voluntariado mais consciente, maduro e moderno.

Por outro lado, a educação das crianças nas escolas (agora mais dependentes dos Municípios) designadamente sobre matérias de protecção civil, poderá promover, no futuro, cidadãos mais esclarecidos e responsáveis para uma nova geração de voluntários, removendo, assim, algumas das dificuldades de sensibilização e motivação que hoje se sentem.

O Estado, por seu turno, pouco interventor no passado, como atrás assinalámos, entrou, recentemente, numa vaga legislativa sem precedentes, no sentido de levar a efeito a chamada “revolução tranquila do sector”, disseminando, pelos CB’s do País, Equipas de Intervenção Permanente (200 EIP a instalar entre 2007-2009) reconhecendo, de forma implícita, a falta de preparação e prontidão para o socorro que existe nalguns deles.

Tal perspectiva, denota ainda uma certa tendência para a profissionalização do sector, sobretudo ao nível da primeira intervenção, comprovando-se a tese do esgotamento do actual modelo baseado no voluntariado como espinha dorsal do sistema de organização do socorro em protecção civil.

Por isso, para a clarificação da organização do socorro do século XXI e na sequência do que referimos ao longo do trabalho é chegada a altura da afirmação inequívoca do binómio Municípios-Bombeiros, enquanto suporte “infra-estrutural” da segurança e socorro das comunidades, sob auspícios “super-estruturais” da Associação Nacional de Municípios e do

Governo (via ANPC), no sentido de se definir um modelo de financiamento protocolado que, baseado numa análise objectiva dos riscos municipais, garanta condições adequadas de operacionalidade ao pleno exercício das missões que em cada município, legalmente, estão confiadas aos respectivos corpos de bombeiros.

De facto, cada vez mais, ganha terreno, a tese de que “ *a resolução de 90 a 95% das ocorrências que se manifestam hoje em dia na área da protecção civil podem e devem ser resolvidas ao nível municipal. Para que isso aconteça os municípios devem assumir as suas responsabilidades, pois, não é em vão que, tantas vezes, se ouve dizer que os municípios são um pilar essencial da protecção civil e depois tudo lhes passa ao lado. Considero que é fundamental e urgente a criação e implementação do **Centro Municipal de Operações de Socorro (CMOS)**. Este seria o primeiro centro de triagem e de despacho de meios de nível municipal e que se interligará, segundo o princípio da subsidiariedade com o CDOS, de acordo com as necessidades.*” (Silva, 2009:8).

Neste quadro, a figura “contestada” do Comandante Operacional Municipal (COM) ganharia lógica, no quadro da actual filosofia do sistema, enquanto Comandante do CMOS, sem prejuízo da responsabilidade politico-administrativa do Presidente do Município e da existência de serviços municipais de protecção civil, no quadro das singularidades municipais.

Por outro lado, transitoriamente, a “polémica” quanto à nomeação do COM, poderia ser resolvida, em municípios com mais de um corpo de bombeiros voluntários, por “roulement” a estabelecer entre os respectivos Comandantes.

Naturalmente, outra solução alternativa, na lógica do actual sistema, seria atribuir ao comandante operacional municipal o comando do CB sedado no município, com recursos adequados à escala dos riscos em presença, a quem caberia, em primeira instância, organizar e coordenar o socorro, em perfeita consonância com os CB’s existentes no município, com os quais contratualizaria as condições para a subdelegação de competências nas respectivas áreas de actuação.

Outras questões tão importantes como a mobilização, comando, coordenação e controlo, níveis de competência e treino, equipamentos de socorro e de segurança individual e auto-suficiência logística, entre outros, permanecem assuntos-chave a clarificar antes do estabelecimento de mecanismos definitivos.

Em todo este processo, de mudança e transformação do sistema, a formação e o treino são cruciais para um socorro eficaz e de qualidade em áreas com vulnerabilidades previsíveis.

Se os voluntários forem adequadamente formados e treinados (de acordo com os riscos em presença) e tiverem disponibilidade, podem desempenhar as suas tarefas melhor do que ninguém, uma vez que têm conhecimento das ameaças e do meio social e físico onde vivem,

podendo sensibilizar, difundir informações sobre os riscos, fazer pedagogia à população local das técnicas de autoprotecção e mitigação – ou seja, serem verdadeiros “prevencionistas” da segurança das respectivas comunidades, na perspectiva eufemística de que “*os fogos não se apagam, previnem-se*”, e “*os bombeiros não se podem fechar nos quartéis e isolar-se da sua comunidade*”.

Infelizmente, a realidade formativa dos bombeiros portugueses observada neste estudo, comprova, cientificamente, tanto o défice de instrução inicial, como o de formação contínua nas diferentes tipologias de CB's, embora mais acentuado nos ditos voluntários, ou, melhor, nos corpos de bombeiros associativos, designação que muitos, como o Padre Victor Melícias (primeiro Presidente do SNB), consideram hoje mais adequada, numa perspectiva de transparência e autenticidade da organização nacional do socorro.

Começando pela formação inicial (ministrada nos respectivos CB's), constatou-se, com base no referencial mínimo de 280h, aprovado pelo SNB, em 1 de Agosto de 2001, que 42% (134) CB's voluntários não cumpriam este referencial, dos quais 9,3% (31) CB's nem sequer cumpriam 100h de formação inicial.

Nos Municipais não sapadores, cinco, dos 18 CB's existentes, também não cumpriam o referencial mínimo e, mesmo nos sapadores, cujo referencial é de 1810h, apenas 50% (3 CB's) cumpriam tal desiderato.

Entrando, agora, no domínio da formação contínua, da responsabilidade da ENB, enquanto autoridade pedagógica da formação dos bombeiros portugueses, o défice de formação é também bastante significativo, não só na formação **especializada** e **específica**, mas também, e sobretudo, na formação de **formadores**, no âmbito do quadro referencial dos *Perfis Profissionais*, definidos e aprovados, pelo SNB, em 1 de Agosto de 2001.

Na formação **especializada**, no intervalo 1998 - 2007, apenas foram realizados, por exemplo, 17 e 50 cursos respectivamente de “*Combate a incêndios urbanos e industriais para equipas de 1.ª intervenção*” e “*Combate a incêndios florestais para equipas de 1.ª intervenção*”, (cursos que deixaram de funcionar a partir de 2002) beneficiando 289 bombeiros no primeiro caso e 900 no segundo, o que é manifestamente insuficiente para um período de nove anos.

Quanto à formação **específica**, a situação de défice formativo é ainda mais acentuada, considerando que, no mesmo intervalo de tempo (exceptuando 112 cursos de “*Chefe de Equipa de Combate a Incêndios Florestais*” de que beneficiaram 1919 bombeiros) apenas se realizaram, respectivamente, **cinco**, **dois** e **três** cursos de Chefe de Equipa de “*Salvamento Desencarceramento*”, de “*Incêndios Urbanos e Industriais*” e “*Acidentes com Matérias Perigosas*”, num total de 166 bombeiros formados, número demasiadamente exíguo para um período de nove anos.

Mais desoladora ainda é a situação do número de cursos de **formação de formadores**, dado que, no período 1998 – 2007, exceptuando dois cursos de “*formador de salvamento em grande ângulo*” de que beneficiaram 22 bombeiros, **não se realizou qualquer curso de formadores para ministrar formação inicial aos bombeiros de todo o País**, concretamente nos módulos de, *formadores de tecnologias de base, formadores de combate a incêndios e formadores de manobras, educação física e desportos*, o que constitui uma omissão pedagógica e estatutária de gravidade inquestionável da ENB, e que ajuda a comprovar o acentuado défice de formação básica detectada nos corpos de bombeiros, designadamente nos voluntários.

Neste domínio da formação de formadores, deve salientar-se ainda, a realização de 9 cursos de formadores de TAT, num total de 141 elementos formados e 18 cursos de formação de formadores de *salvamento e desencarceramento* num total de 296 elementos formados, o que, apesar de tudo, é também, manifestamente insuficiente para as necessidades dos 432 CB's do continente, em especial dos 413 CB's voluntários.

Ainda no domínio das insuficiências estruturais e pedagógicas da ENB, não pode deixar de aludir-se ao número, quase insignificante, de 24 bombeiros voluntários e 66 municipais, certificados entre 2004-2007, com o CAP-Bombeiro (Certificado de Aptidão Profissional de Bombeiro) com base na credenciação obtida pela Escola, no âmbito da Portaria n.º 247/2004, de 6 de Março.

De assinalar, nesta matéria, que 83% dos CB's municipais e sapadores e 76,9% dos CB's voluntários, deram resposta negativa à capacidade da ENB responder, com rapidez, às suas necessidades de formação, o que não é de estranhar considerando que a Escola dispõe apenas de **17 formadores internos** (com perfil técnico-profissional) respectivamente 9 em Sintra, 3 na Lousã, 3 em Bragança e 2 no Centro de S. João da Madeira - o que, só por si, ajuda a explicar a pouca relevância que as autoridades têm conferido à formação dos bombeiros, quiçá, a vertente estratégica mais decisiva para a mudança efectiva do sector.

Como remate final, explicativo do défice de formação, mormente da formação básica inicial a ministrar nos CB's, encontra-se (segundo a análise de conteúdo das 24 comunicações pessoais dos especialistas consultados), a incompetência e a irresponsabilidade de alguns comandos, aliados à ineficácia formativa da ENB, seguindo-se a incapacidade da ANPC enquanto entidade fiscalizadora e, por fim, a falta de disponibilidade dos voluntários.

Também, a análise da cultura de segurança nos CB's, efectuada com base em nove grandes questões relativas à *política de gestão de SHST, avaliação de riscos, segurança de instalações, formação, saúde ocupacional, registos, segurança de veículos, treino físico e equipamentos de protecção individual*, evidenciou défices de segurança em todas as tipologias de CB's, com destaque para os

voluntários, indicando, claramente a pouca importância que tem sido dada a estas matérias, não obstante o número de feridos e mortos ao longo dos últimos anos.

A iniciar, merece particular destaque, a ausência de um *plano anual de prevenção de riscos profissionais* em cerca de 80% dos CB's voluntários, seguindo-se os municipais com 72% e os sapadores com 56,7%.

Na *avaliação e controlo de riscos* registaram-se valores similares aos anteriores nos CB's voluntários e municipais, com melhoria substancial ao nível dos sapadores com valores médios positivos da ordem dos 51,5%.

Já no domínio de *seguranças de instalações e equipamentos* registou-se uma média de respostas positivas, de 60,4%, ao nível de todas as tipologias, com os sapadores a manterem a percentagem mais alta, cerca de 80%, em média.

No âmbito da *formação em segurança* nos CB's a média de respostas positivas foi de 56,6%, destacando-se a média de 89,3% para os sapadores e 66,7% para os municipais, tendo os voluntários registado o valor mais baixo, ligeiramente superior a metade da amostra (55,5%).

Na *segurança ocupacional*, assiste-se a uma ligeira diminuição das respostas positivas face ao grupo anterior, mas, ainda assim, a média de respostas positivas, ao longo das 14 questões deste grupo, é de 50,9%, com os sapadores a destacar-se, uma vez mais, com média de respostas positivas de 82,2%, seguidos dos municipais, com 56% e dos voluntários com 50%, registando as questões relativas à “*existência de investigação das doenças profissionais*” e “*existência de gabinete de saúde ocupacional*” respectivamente 50,3% e 75,3% de respostas negativas.

Na problemática dos *registos em SHST*, destaca-se a média de respostas positivas de 71,4% para os sapadores, seguidos dos voluntários que registam a média de 49,2% superando os municipais, com apenas 46% de respostas médias positivas, surgindo a questão relativa à “*existência de relatório anual sobre segurança em SHST*” com maior percentagem de respostas negativas, respectivamente 50% para os sapadores, 84,1% para os voluntários e 94,4% para os municipais.

Quanto à *segurança de veículos*, em termos médios, as respostas positivas atingem 78% da amostra, registando todas as questões deste grupo valores superiores a 60% das respostas positivas, com 86,7% para os sapadores, seguindo-se os municipais com 85,6% e os voluntários com 77,4%.

No domínio da realização de *treino físico* frequente, considerando-se que a profissão de bombeiro é uma das mais exigentes nesta matéria, a média de respostas positivas foi de 91,7% para os sapadores, decrescendo para 38,9% nos municipais, com os voluntários a registarem o valor mais baixo de 36,5%.

Deste grupo, os valores mais baixos verificaram-se na questão relativa à *“participação uma vez por semana em sessões de treino físico”*, 83,3% de respostas negativas nos CB’s Municipais e 81,5% nos voluntários, o que denota bem a pouca importância dada a uma área crucial, considerando a exigência de esforço físico a que os bombeiros podem estar sujeitos.

Finalmente, quanto à existência de *Equipamentos de Protecção Individual (EPI)* relativamente a *“incêndios urbanos e industriais”*, *“florestais”*, *“desencarceramento”* e *“matérias perigosas”*, importa realçar que a média de respostas positivas ao longo das 23 questões deste grupo é de 69,2%.

Entres as três tipologias, destaca-se a média de respostas positivas de 83,3% para os sapadores, decrescendo 68,9% para os voluntários, com os municipais a registarem o valor mais baixo, correspondente a 68,6% da amostra.

Nos sapadores, 13 questões deste grupo obtiveram 100% de respostas positivas para a totalidade da amostra (6 CB’s), correspondendo os valores mais baixos, às questões *“os bombeiros possuem equipamentos de protecção dos membros inferiores para incêndios florestais?”* e *“os bombeiros possuem equipamentos de protecção dos ouvidos para incêndios florestais?”*, com 50% e 16,7%, respectivamente, o que é compreensível dado que a generalidade destes CB’s estão vocacionados para actuarem em áreas urbanas.

Já nos CB’s municipais, existem 3 questões cujas respostas positivas atingem a totalidade da amostra (18 CB’s), correspondendo os valores mais baixos à questão *“o corpo de bombeiros possui fatos de protecção para matérias perigosas?”*, com 16,7% de respostas positivas.

Os voluntários, ultrapassam 90% em 9 questões, destacando-se a de *“os bombeiros possuem equipamentos de protecção para a cabeça para Incêndios Florestais?”*, com 97,7% da amostra (308 CB’s) a responder afirmativamente, registando as questões *“o corpo de bombeiros possui fatos de protecção para matérias perigosas?”* e *“o corpo de bombeiros possui outros equipamentos de controlo e medida para matérias perigosas?”* os valores mais baixos, com 20,8% e 26,9%, respectivamente.

Face aos dados obtidos e explicitados ao longo do capítulo sobre *“Cultura de Segurança nos CB’s”*, fica sobejamente comprovado, não só o défice de segurança e saúde ocupacional nos corpos de bombeiros, em especial nos voluntários e municipais não sapadores, mas também a sub-hipótese inicial de que *“os resultados em segurança e saúde ocupacional nos corpos de bombeiros estão associados à cultura organizacional e de segurança neles existente”*, o que corresponde inteiramente à verdade relativamente aos CB’s sapadores e, em menor grau, aos CB’s municipais não sapadores.

Acabámos de dar nota dos défices de instrução/formação inicial e contínua e de cultura de segurança existentes nos CB’s portugueses, sejam eles voluntários, municipais ou

sapadores, evidenciando a heterogeneidade existente entre as diferentes tipologias e mesmo no seio das próprias tipologias.

Contudo, independentemente da sua natureza e estatuto, 86% dos 332 CB's inquiridos, que constituíram a amostra, responderam positivamente à existência de uma carreira única para os bombeiros, considerando que a missão e os riscos são idênticos.

Nesta linha, urge, interpretar este fenómeno, criando condições de uniformidade de formação básica, seriedade nos processos de recrutamento e selecção, formação contínua e permanente, adequada aos riscos em presença, cultura de segurança individual e colectiva, mobilidade inter-tipologias, progressão e promoção com base no mérito e rigor da avaliação de desempenho.

A superação da actual situação passa, na perspectiva defendida neste estudo, pela criação de uma nova estrutura formativa, de cariz descentralizado, baseada numa filosofia pedagógica de qualidade, dotada que seja a ENB de corpo docente qualificado, estrutura científico-pedagógica reconhecida pelas entidades ministeriais tutelares da Educação, Trabalho e Ensino Superior, recursos educativos adequadas e planos curriculares coerentes com os perfis funcionais e de competências que forem definidos.

Este quadro de superação do défice formativo ficará completo, com a implementação de um modelo de gestão de competências nos CB's (o que implica comando com perfil adequado) que, em permanente articulação com a ENB (entidade detentora e fornecedora de competências especializadas, específicas, de formação pedagógica e de formação superior) garantirá, através das diferentes estruturas descentralizadas, as competências individuais e organizacionais em falta para a eficácia do socorro nas comunidades de inserção dos CB's.

Ficou claramente demonstrada a necessidade de igual formação para o desempenho das mesmas funções, independentemente do tipo de CB (sapador, municipal ou associativo). Sendo assim, justifica-se também a uniformização, das respectivas carreiras e categorias separando-se claramente a função de comando da categoria de quem a detém.

Quanto ao défice da cultura de segurança nos CB's, (justificado pela limitada intervenção do organismo tutelar ANPC, pelas dificuldades financeiras das Associações/CB's e pela falta de interesse/sensibilidade dos respectivos dirigentes/comandos) poderá ser superado, dotando cada CB, de um Técnico de Segurança (indiscutivelmente apoiado pela Direcção/Comando) e o recurso às unidades de saúde locais para segurança sanitária, ao nível de exames e inspecções periódicas.

A proposta de modelo apresentada neste trabalho (em detrimento do Núcleo de SHST, existente na estrutura orgânica central da ANPC, que pouco poderá fazer para obviar à situação) implica, apenas, que cada CB seleccione um bombeiro com perfil adequado para

realizar, na ENB, a formação de técnico/técnico superior de segurança (que funcione como verdadeira consciência activa da segurança) credenciado pela ACT, protocolando-se com as unidades de saúde local as inspecções sanitárias consideradas adequadas e indispensáveis.

Em suma, só a superação do défice do binómio, formação e cultura de segurança, poderá criar condições para a mudança organizacional dos CB's e construir os bombeiros do século XXI, baseados na convergência entre desempenhos voluntários com verdadeira competência profissional e desempenhos profissionais com sensibilidade voluntária.

Por outro lado, considerando a importância crescente atribuída à avaliação de riscos, fruto de uma maior consciencialização individual e colectiva na sua gestão, parece-nos que a perda de toque para reduzir as vulnerabilidades das populações face aos riscos naturais, antrópicos e mistos será a de integrar as medidas de prevenção, mitigação e preparação numa política de desenvolvimento integral aos níveis local, regional e nacional.

Nesta linha, a concepção de protecção civil (centrada nas abordagens reactivas da gestão dos desastres, tem de ceder o passo à priorização e institucionalização do planeamento preventivo e à preparação comunitária, na governação dos territórios, ligando todos os agentes na filosofia de que **“a protecção civil somos todos nós”** e reaprendendo o viver solidariamente neste mundo de riscos globalizados, porque **“o problema do meu vizinho passa também a ser meu”**.

Finalmente, considerando a proximidade e o conhecimento privilegiado que os CB's têm das comunidades em que estão sediados, é de importância crucial desenvolver e implantar o conceito de “Prevenção”, e a sua prática, em todos os corpos de bombeiros, de molde a que a prevenção passe a constituir a sua principal missão e papel na comunidade (...) *“os bombeiros não se podem fechar nos quartéis e isolar-se da sua comunidade (..) é preciso ouvir a rua, dar oportunidade aos cidadãos para conhecerem melhor os seus bombeiros e de participarem na resolução dos seus problemas”* (Caldeira, 2009:3).

Desta forma, é possível contar com cidadãos mais informados com conhecimentos sobre os perigos, as normas de prevenção e auto-protecção e capazes de se integrarem e participarem na organização da resposta à emergência, porque ninguém é suficiente e muito menos auto-suficiente.

Tal significa, bombeiros qualificados, na pluridimensionalidade das suas capacidades técnicas, físicas, motoras, psíquicas e afectivas, reconhecidos na comunidade, porque incorporam e transportam o espírito e a filosofia do **“saber para servir”** e do saber **“para prevenir, salvar e salvar-se”**, em suma, é necessário que o cidadão bombeiro, **“homem cultural e solidário”**, nos orgulhe e se imponha no contexto europeu, neste século XXI.

BIBLIOGRAFIA

A - Livros, artigos e outros trabalhos científicos

- ABRANTES, José, Barreira, (2009) – *A Formação dos Bombeiros ao longo do século XX e nos primórdios do século XXI*, V Encontro Nacional e I Congresso Internacional de Riscos, Coimbra.
- ABREU, Uriel, *et al.*, (2008) – “Processos de Perigosidade Natural no Município de Câmara de Lobos – Madeira. Contributos para a Gestão do Risco e da Emergência”, *Revista Territorium* n°15, pp.53-71.
- AGOSTINHO, Eduardo, (1995) – “Desenvolvimento do Serviço de Saúde nos Bombeiros Portugueses”, in *Bombeiros Portugueses, seis séculos de História*, Eds. SNB/LBP, vol. I, pp. 43-60.
- AGOSTINHO, Eduardo, (1995) – “A Saúde na Perspectiva Associativa” in *Bombeiros Portugueses, seis séculos de História*, 1395-1995, Ed. SNB/LBP, vol. II, pp. 149-152.
- ALBARELLO, Luc *et al.*, (1997) – “*Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*”, Ed. Gradiva, Lisboa.
- ALEXANDER, D., & Klein, S. (2001). “Ambulance personnel and critical incidents: Impact of accidente and emergency work on mental health and emotional well-being”, *British Journal of Psychiatry*, n° 178(1), pp. 76-81.
- ALMEIDA, João Ferreira e PINTO, José Madureira, (1986) – “Da Teoria à Investigação Empírica - Problemas Metodológicas Gerais”, in Silva Augusto Santos e Pinto, José Madureira (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento.
- ALMEIDA, Mónica da Anunciata, Duarte, (1995) – “As Corporações de Bombeiros e os Municípios – Memórias de Antanho, Relações do Presente”, in *Bombeiros Portugueses, seis séculos de História*, 1395-1995, vol. I, pp. 161 – 174.
- ALMEIDA, Mónica da Anunciata, Duarte, (1997) – “Do Exercício do Fogo”, *Edição da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais*, Lisboa.
- ALMEIDA, Lúcio, Meneses, (2007) – “Comunicação do Risco em Saúde Pública”, in *Riscos Públicos e Industriais*, C. Guedes Soares, A. P. Teixeira e P. Antão (Eds), Edições Salamandra, Lisboa, pp. 97-114.
- ALVES, Laurinda, (2001) – “Ser Voluntário Hoje”, *Revista Cidade Solidária*, n° 7, Lisboa, pp. 8-16.
- AMARAL, J., & PEREIRA, A. (2004). “O Stresse dos profissionais do INEM”. J. Pais-Ribeiro, & I. Leal (Eds.), *Actas do 5º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde* (pp. 707-711). Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

- AMARO, António (1991) – “A orientação profissional no sucesso e qualidade da formação”, in *Revista Emprego e Formação*, n.º 14, pp. 59-62
- AMARO, António (1996) – “Recursos humanos em emergência”, comunicação apresentada no Centro Escolar e Turístico do Estoril, em 1 de Novembro de 1996, no âmbito das 3.ª Jornadas Nacionais de Emergência, organizadas pela Associação de Bombeiros Voluntários de Algueirão - Mem-Martins.
- AMARO, António (1997) – “Voluntariado, Qualidade e Emergência”, comunicação apresentada no Centro Escolar e Turístico do Estoril, em 1 de Novembro de 1997, no âmbito das IV Jornadas Nacionais de Emergência, organizadas pela Associação de Bombeiros Voluntários de Algueirão - Mem-Martins.
- AMARO, António, (1998a) – “Voluntariado, Qualidade e Urgência Pré-Hospitalar”, in *Revista ENB*, n.º 5, ano II, Sintra, pp. 37-43.
- AMARO, António, (1998b) – “Educação e Formação dos Bombeiros Portugueses no dealbar do século XXI”, in *Revista ENB*, n.º 7, Ano II, Sintra, pp. 15-23.
- AMARO, António, (1998c) – “Por uma Gestão Competitiva das Organizações de Bombeiros”, *Revista ENB*, n.º 8, Ano II, Sintra, pp. 35-38.
- AMARO, António, (2000) – “Formação, Qualidade e Mudança nos Bombeiros Portugueses”, comunicação apresentada no 8.º Encontro Nacional de Bombeiros Profissionais (ANBP), Fórum Picoas, Lisboa, 23 de Novembro de 2000.
- AMARO, António, (2000a) – “Bombeiros de Portugal: Força e Limites do seu Voluntariado”, *Revista ENB*, n.º 16, Ano XVI, Sintra, pp. 7 -17.
- AMARO, António (2000b) – “Principais Linhas de Força da Formação dos Bombeiros Portugueses nos Primórdios do Século XXI”, (documento apresentado ao conselho científico-pedagógico da ENB, posteriormente aprovado pela Direcção e enviado à tutela com ligeiras alterações) *Revista ENB*, n.º 16, Escola Nacional de Bombeiros, Sintra, p. 19-24.
- AMARO, António, (2001) – “Do Voluntariado à Filosofia da Gestão da Qualidade”, *Revista ENB*, n.º 20, Ano V, Sintra, pp. 7-13.
- AMARO, António, (2001) – “Fundamentos da Qualidade e vida das Associações de Bombeiros”, *Cadernos ENB*, Sintra, pp.15-25.
- AMARO, António, (2002) – “Para um cultura de segurança”, conferência proferida em 1 de Março, no auditório do Serviço Nacional de Protecção Civil, Carnaxide, por ocasião da Comemoração do dia Internacional da Protecção Civil.
- AMARO, António, (2003) – “Para uma cultura dos riscos”, *Revista Territorium*, n.º 10, Coimbra, pp. 113-120

- AMARO, António, (2005) – “Consciência e Cultura de Risco nas Organizações”, *Revista Territorium* nº 12, Coimbra, pp. 5-9.
- AMARO, António, (2006) – “Protecção do património contra o risco de incêndio: o papel do Estado e dos cidadãos”, comunicação apresentada no dia 29 de Maio de 2006, no Workshop organizado pela Faculdade de Letras, no âmbito do programa Europeu INTERREG IIIC – CQR NOÉ, destinado à prevenção de riscos naturais sobre património.
- AMARO, António (2008) – “Segurança Humana na Sociedade do Risco. A Crise do Modelo Estadocêntrico na(s) Segurança(s)”, *Revista Territorium*, nº 15, pp. 83-94.
- ANDER-EGG, Ezequiel, (1995) – *El Análise de Contenido. Técnicas de Investigación Social*, Ed. Lumem, Buenos Aires.
- ANPC – Autoridade Nacional de Protecção Civil (2000) – Relatório do XII Congresso da Associação Nacional de Municípios, 6 de Maio, Vilamoura, 29 p., inédito.
- ANPC – Autoridade Nacional de Protecção Civil (2008) – *Glossário de Protecção Civil*, 2008, <http://www.proteccaocivil.pt/glossario/pages/default.asp>
- ANTUNES, José Manuel (2000) – “Aspectos Comportamentais na condução de veículos prioritários”, *Revista ENB* nº 14, Sintra, pp. 19 – 25.
- APIF – AGÊNCIA PARA A PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS (2005) – *Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios*, Miranda do Corvo, 2 vol. 236 pp. e anexos.
- ARCHAMBAULT, Edith, (2002) – *Le Travail B'Névole en France et en Europe; Résultats du Programme de Recherche de L'Université Johns Hopkins de Comparaison Internationale du Secteur Sans But Lucratif*, in *Revue Française Des Affaires Sociales*, A 56, nº 4, p. 13-36.
- AREOSA, J., (2004), *Uma visão sociológica sobre a actividade profissional num serviço de imagiologia*, ISCTE, Lisboa (Inédito).
- AREOSA, J., (2005), *A hegemonia contemporânea dos «novos» riscos*, Guedes Soares, C. et al. (Eds), *Análise e gestão de riscos, segurança e fiabilidade*, Edições Salamandra, Lisboa.
- AREOSA, João, (2007) – “As Percepções de Risco num Serviço de Imagiologia Hospitalar” in Guedes Soares e al. (Eds.) *Riscos Públicos e Industriais*, vol. 33, Ed. Salamandra, Lisboa.
- AREZES, P., (2002) - *Percepção do risco de exposição ocupacional ao ruído*, Universidade do Minho, Guimarães (Inédito).
- BANDEIRA, Romero (1995) – *Medicina de Catástrofe. Da Exemplificação Histórica à Iatroética*. Tese de Doutoramento, ICBAS, Universidade do Porto.

- BANDEIRA, Romero e AGOSTINHO, Eduardo (1982) – *Estudo para a Implementação e Funcionamento de Departamento de Saúde ao nível do SNB*. Documento policopiado, 6 p. (inédito).
- BANDEIRA, Romero e PINTO, Sandra, Pereira, (1998) – “A Emergência das Urgências e das Catástrofes”, *Revista da Escola Nacional de Bombeiros* (ENB) nº 5, Sintra, pp. 7-16.
- BANDEIRA, Romero et al, (1999) – “*Organização dum Corpo de Especialistas do Serviço de Saúde a nível dos Corpos de Bombeiros*”, proposta apresentada ao SNB e LBP em 10-Novembro-1999, doc.n/publicado, elaborado no Corpo de Bombeiros da Associação Humanitária e Cultural de S.Pedro da Cova.
- BANDEIRA, Romero, et al (2007) – *O Serviço de Saúde nos Bombeiros. A sua importância, da univítima à medicina de catástrofe*, Revista Territorium, nº 14, Coimbra, pp. 99 – 110.
- BAPTISTA, José, Manuel, Lourenço, (1995) – *A Liga dos Bombeiros Portugueses*, Bombeiros Portugueses, Seis Séculos de História, 1395-1995, Ed. SNB/LBP, vol. I, pp. 109-118.
- BARBOSA, Paulo (2007) – *Compreender e Gerir os Riscos*, Bertrand Editora, Lisboa.
- BARBOSA, Paulo, (2007) – *Histórias de Vida (e Morte) dos Bombeiros Portugueses*, Ed. Prime Books, Lisboa.
- BARDIN, L.(1977) – *Análise de Conteúdo*, Edições 70, Rio de Janeiro.
- BARREIROS, Rita, (2002) – *A Evolução Histórica do Equipamento dos Bombeiros*, Actas do II Encontro Nacional sobre a História dos Bombeiros Portugueses, Ed. da AHBV de Coimbra, pp. 131-152.
- BASTOS, Susana Teixeira e ABREU, Luis (2000) – “Formação em 2000/2001” *Revista ENB*. Nº 19, Sintra, p. 13-17.
- BATEIRA, Carlos (1997) - "A importância da definição de áreas de risco natural e/ou antrópico dos planos de protecção civil. Estudo de caso: a escarpa de Guindais." Comunicações das Jornadas de Protecção Civil. Organização da Câmara Municipal de Gaia em 24 de Maio. Publicação policopiada, 36 ps.
- BATEIRA, Carlos (2003) - “Valongo: a paisagem, a urbanização e riscos naturais”. Policopiado, divulgado no Colóquio Desenvolvimento e Urbanismo, realizado pelo GEDES, na FLUP, em 27 de Junho de 2003.
- BATEIRA, Carlos (2006) - “O Fluxo de Sta. Marinha do Zêzere (NW de Portugal): ensaio metodológico”. Revista de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Departamento de Geografia.
- BATEIRA, Carlos; PEREIRA, S.; SANTOS, M. (2008) - “Base de dados de movimentos de vertente: um instrumento de apoio ao PROT -Norte”, Inforgeo, revista da APG, 14 ps. No prelo.

- BRANCO, Lopes, (1995) – *Quartéis de Bombeiros*, in *Bombeiros Portugueses, seis séculos de História, 1395-1995*, vol. I, pp. 331-336.
- BECK, Ulrich (1992) – *Risk Society: To Wards a New Modernity*, Sage, London.
- BECK, Ulrich, (1998) – *Qué es la Globalización? – Falacias del Globalismo, Respuestas a la Globalización*; Paidós, Estado y Sociedad, Barcelona.
- BECCK, Ulrich, (2002) – *La Sociedad del Riesgo Global*, Ed.Siglo veintiuno, Madrid.
- BECK, Ulrich, (2007) – *La Sociedad del Riesgo Mundial*, Paidós, Barcelona.
- BECK, Urich; GIDDENS; A. LASH, S. (1997) – “*Modernización Reflexiva – Política, Tradition y Estética en el Orden Social Moderno*”, Alianza, Universidad, Madrid.
- BELL, Judith (1997) – *Como realizar um Projecto de Investigação*, Eds, Gradiva, Lisboa.
- BENTO, Luis, (2008) – *Nova Gestão de Recursos Humanos*, Edição do Autor, Lisboa.
- BUGALHO, José, Manuel, Serra, (1995) – “Preocupações Sociais dos Bombeiros Portugueses”, *Bombeiros Portugueses, seis Séculos de História, 1395-1995*, Ed. SNB/LBP, vol. II; pp. 141-148.
- CAETANO, A. (2007) - *Avaliação da Formação: Estudos em Organizações Portuguesas*, Livros Horizonte, Lisboa.
- CAETANO, A.(2008) – *Avaliação de Desempenho*, Livros Horizonte, Lisboa
- CAETANO, José, Pedro, (1995) – “As Associações de Bombeiros em Portugal”, in *Bombeiros Portugueses, Seis Séculos de História, 1395-1995*, Ed. SNB/LBP, vol. I, pp. 131-160.
- CALDEIRA, Duarte, (1995a) – “A Imprensa nos Bombeiros”, in *Bombeiros Portugueses, seis séculos de história, 1395-1995*, Ed. SNB/LBP, vol. II, pp. 217-224.
- CALDEIRA, Duarte, (1995b) – “Congresso dos Bombeiros Portugueses”, in *Bombeiros Portugueses, Seis Séculos de História, 1395-1995*, Ed. SNB/LBP, vol. I, pp. 191-202.
- CALDEIRA, Duarte (2001) – “Prefácio”, in *Bombeiros, Perfis Funcionais*, Ed. ENB, Sintra, n.º 5.
- CALDEIRA, Duarte, Nuno, (2003) – “Reforma do Socorro em Portugal”, *Revista ENB*, n.º 25 de Jan./Março/2003 pp. 15-21.
- CALDEIRA, Duarte (2007a) – “Uma estratégia para a formação de Quadros Técnicos”, *Revista ENB*, n.º 38, p. 3.
- CALDEIRA, Pedro Zany e BRIGITE, Vicente, (2006) – *Análise e Controlo de Riscos Profissionais nos Bombeiros Voluntários Portugueses*, Brochura de Informação Técnica nº 24, Editada pelo Instituto de Segurança e Higiene no Trabalho (ISHT) hoje ACT (Autoridade para as Condições no Trabalho).
- CALMEIRO, Alice (2007) – “*Apontamentos do Curso de Gestão e Auditorias a Sistemas de Gestão da Segurança, Higiene e Saúde do Trabalho*”, TUV Akademie Rheinland, Lisboa.

- CAPUCHA, Luís (2005) – *Desafios da Pobreza*, Celta Editores, Oeiras.
- CARAPINHEIRO, Graça, (2001) – “A Globalização do Risco Social” Boaventura Sousa Santos (org.) in *Globalização: Fatalidade e Utopia*, Ed. Afrontamento, Porto.
- CARDIM, José, C. (2006) – “O Compendio Técnico de Vegécio: um livro antigo com conclusões modernas”, *Revista DIRIGIR*, Out/Dez, 2006, Lisboa, pp. 51-53.
- CARMO, Hermano, FERREIRA, Manuela Malheiro (1998) – *Metodologia da Investigação, Guia para a Auto-Aprendizagem*, Universidade Aberta, Lisboa.
- CARUNA, António, (1995) – “Associações Extintas”, *Bombeiros Portugueses, Seis Séculos de História*, 1395-1995, Ed. SNB/LBP, vol. I, pp. 119-130.
- CARTAXO, Vicente, (2003) – *Organização de Segurança*, apontamentos policopiados, 132 p., distribuídos no âmbito do curso de Técnico Superior de Segurança, TÜV AKADEMIE, Lisboa, inédito.
- CASCADE, João Lima (2002) – “A necessidade do Treino Físico nos Bombeiros”, *Revista ENB*, nº21 pp. 27-31.
- CASTELLS, Manuel (2004) – *A Galáxia Internet – Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade* Ed. Gulbenkian, Lisboa.
- CASTRO, Carlos, e ABRANTES, José, (2004) – *Manual de Segurança contra Incêndios em Edifícios*, Edição ENB, Sintra.
- CATARINO, Acácio, (2003), “Voluntariado: Uma Leitura da Experiência”, *Revista Sociedade e Trabalho*, nº 19, Lisboa, pp. 7-15.
- CID, Consuelo, e BRITO, Jesus, (2005) – *Práticas para la comprensión de la Realidad Social*, Ed. McGraw Hill, Madrid.
- COMISSÃO NACIONAL PARA O ANO INTERNACIONAL DO VOLUNTÁRIO, (2001), *Relatório de Actividades*, Edição CNAIV, Lisboa
- COMISSÃO EUROPEIA (2001) – *Guia para a Avaliação de Riscos no Local de Trabalho*, p.11.
- CONSELHO NACIONAL PARA A PROMOÇÃO DO VOLUNTARIADO, (2005), *Formação em Voluntariado – Manual do Formado*, Ed.CNPV, Lisboa.
- CRUZ, Arnaldo José (2009) – *Protecção Civil. “Velhas” e “Novas” Missões*. Comunicação apresentada no V Encontro Nacional e I Congresso Internacional de Riscos, Coimbra.
- CUTTER, Susan, et Al (1997) – *Handbook for conducting Hazards Assessment at County Level*, Office of de Adjutant General, South Carolina Emergency Preparedness Division, 55p.
- DAUPHINÉ, André (2001) – *Risques et Catastrophes. Observer, Spatialiser, Comprendre, Gérer*. Paris, Armand Colin, 2001, 288 p.

- DELICADO, Ana, (2001) – “Caracterização do Voluntariado Social em Portugal: Análise de Alguns Quantitativos”, *Revista Cidade solidária*, nº 7, Lisboa, pp. 21-28.
- DESHAIES, Bruno (1997) – *Metodologia da Investigação em Ciências Humanas*, Ed. Instituto Piaget, Lisboa.
- DELICADO, Ana, (2002) - “Caracterização do Voluntariado Social em Portugal”, *Revista Intervenção Social*, nº 25/26, Lisboa, p. 127-140.
- DIONISIO, Cecília, (2001) – “Ano Internacional dos Voluntariados: Porquê? Para quê? Para quem?”, *Revista Pretextos*, nº 3, Lisboa, pp. 14-18.
- DINIS, José F. Freitas (1998), “Voluntariado: Reafirmação da Solidariedade e Empenhamento no Desenvolvimento Harmónico da Sociedade”, *Revista Dirigir*, nº 56, Lisboa, pp. 23-24.
- DIRECÇÃO da ENB (1999) – “A Formação Ministrada na ENB, durante o Ano Lectivo de 1998/99, em Gráficos, Mapas e Quadros” *Revista ENB*, nº 11, Jul-Set/99, Escola Nacional de Bombeiros, Sintra, p. 41-54.
- DIRECÇÃO da ENB (2000) – “Formação em 1999/2000” *Revista ENB*, nº 15, Jul-Set, Escola Nacional de Bombeiros, Sintra, p. 35-37.
- DOMINGO Moratalla, Augustin, (1997), “*Ética y Voluntariado: Uma Solidaridad sin Fronteras*”, Madrid.
- DUBET, François, (1994) – *Sociologia da Experiência*, Instituto Piaget, Lisboa.
- EASTWOOD, David et Al., (2008) – *Emergencies: Planing for and Managing*.: The Association of University Chief Security Officers, London .
- ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS (1997) – *Plano Pedagógico 1997/1998*, Sintra, 49 p. (policopiado).
- ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS (1998a) – *Plano Pedagógico – Ano Lectivo 1998/1999*, Sintra, 55 p.
- ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS (1998b) – *Programa de Concurso para Promoção à Categoria de Bombeiro Sapador/Bombeiro de 3ª Classe*, Sintra, 31 p.
- ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS (1999) – *Plano de Formação 1999/2000*, Sintra, 72 p.
- ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS (2001 a) – *Bombeiros. Perfis Funcionais*, Sintra, 88 p.
- ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS (2001 b) – *Plano de Formação 2001/2002*, Sintra.
- ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS (2001 c) – *Brochura de Apresentação da ENB, s/paginação*.
- ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS (2002) – *Plano de Actividades*, Sintra, 30p
- ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS (2003) – *Plano Geral de Formação*, Sintra, 51 p.
- FALK, J. R, (2002) – *La Globalizacion Depredadora, Siglo XXI*, Madrid.

- FEITEIRA, Alice, (2006) – “Segurança e Defesa: Um Domínio Único”, *Revista Segurança e Defesa*, nº 1, Nov./2006, pp. 81-88.
- FERNANDES, Ernesto, (2003) – “O Associativismo no Tempo da Globalização: Voluntariado e Cidadania Democrática”, *Revista Intervenção Social*, nº 27, Lisboa, pp. 159-190.
- FERNANDES, F. & Pinheiro, R. (2004). Avaliação da Perturbação de Stresse Pós-Traumático nos Bombeiros Voluntários Portugueses. *Revista Técnica e Formativa – Escola Nacional de Bombeiros*, 32, 7-19.
- FERNÁNDEZ, Prados, Juan Sebastián, (2002) – “La Categoría Social de Voluntariado y su Realidad em Espanã”, *Revista Internacional de Sociologia*, nº 32, pp. 181-198.
- FERREIRA, J.M. Carvalho; NEVES, J. & CAETANO, A.(2001). *Manual de Psicossociologia das Organizações*. Lisboa: McGrawHill de Portugal
- FERREIRA, Maria Manuela (2000) – *Les competences des ergothérapeutes: une analyse en termes de constuction sociale. Les compétences supposées requises et acquises au Portugal*, Doctorat au Sciences Sociales-, Université Libre de Bruxelles, (inédito).
- FIALHO, Gabriel, (1995) – “Apontamentos Históricos sobre a Participação dos Bombeiros nos Socorros a Náufragos”, in *Bombeiros Portugueses, seis séculos de História*, 1395-1995, Ed. SNB/LBP, vol. I, pp. 61-74.
- FONSECA, António Manuel, (2002) – *O Envolvimento das Empresas e dos seus Trabalhadores em Actividades de Voluntariado*, in *Intervenção Social*, (Lisboa), nº 25/26, pp. 141-170.
- FRADE, D., & Frasquilho, M. (1998). “Stress” Ocupacional em Emergência Medica Pré-Hospitalar (INEM), Escola Nacional de Saúde Pública. Lisboa (Inédito).
- GANDRA, R.(2007) – “Quem não sabe, não salva, nem se salva”, *Revista da Federação dos Bombeiros do Distrito do Porto*, Ano I, nº 0:7, Porto.
- GASPAR, Paulo (2009) – “O papel dos Serviços Municipais de Protecção Civil”, *Revista Segurança em Protecção Civil*, n.º 3, Março/2009, pp. 9-11.
- GAVILÀN, Christian (2005) – *Los Bomberos de Chile*, Editorial Sudamericana, Santiago de Chile.
- GIDDENS, Anthony (1987) – “*Modernidade e Identidade Pessoal*”, Celta Editora, Oeiras.
- GIDDENS, Anthony (1988) – “*Consequências da Modernidade*”, Celta Editora, Oeiras.
- GIDDENS, Anthony (1997) – “*Para além da Esquerda e da Direita*”, Celta Editora, Oeiras.
- GIDDENS, Anthony (1998) – “*Política, Sociologia e Teoria Social*”, Celta Editora, Oeiras.
- GIDDENS, Anthony (2000) – “*O Mundo na Era da Globalização*”, Editorial Presença, Lisboa.
- GOMES, Artur (2008) – “Comando Único e coordenação”, *Revista Segurança em Protecção Civil*, nº2, Lisboa, pp. 23-27.

- GOMES, Júlio, (1995) – “Os Bombeiros sem Farda”, *Bombeiros Portugueses, Seis Séculos de História*, 1395-1995, Ed. SNB/LBP, vol. I, pp. 311-328.
- GOMES, Júlio, (1995) – “O Comércio e a Indústria de Equipamento nos Bombeiros Portugueses” in *Bombeiros Portugueses, Seis Séculos de História*, 1395-1995, Ed. SNB/LBP, vol. I, pp. 397-408.
- GOMES, Júlio de Sousa, (2002) – “Figuras Ilustres dos Bombeiros. O exemplo impar do Coronel Cansado”, *Actas do II Encontro Nacional sobre a História dos Bombeiros Portugueses*, Ed. AHBV, Coimbra, pp. 103-129.
- GÓMEZ, Amalia, (1999) – “Las ONG son la gran Esperanza del siglo XXI”, *Revista de los Voluntarios*, Madrid9, nº 18, pp. 28-32.
- GÓMEZ, Amalia, (2000) – “El Voluntario como Expresión Solidaria en el Siglo XXI”, *Revista del Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales*, Madrid, nº 25 pp. 13-18.
- GONZALO, Luis A. (2001) – “Repensar el Voluntariado”, in *Documentación Social*, Madrid, nº 122, pp. 7-351.
- GONÇALVES, Maria, Eduarda (2002) – “Ciência e Política dos Riscos Alimentares: o Caso da BSE”, in *Actas dos IX Cursos Internacionais de Cascais*, Ed. Câmara Municipal de Cascais, pp. 5 -115.
- GONÇALVES, Sónia, et al (2007) – “Os Acidentes de Trabalho, na perspectiva do trauma,” in Guedes Soares, C. et al. (Eds), *Riscos Públicos e Industriais*, Vol.II, Ed. Salamandra, Lisboa.
- GRANJO, P., (2006), “Quando o conceito de “risco” se torna perigoso”, *Revista Análise Social*, nº 191, Lisboa
- GUERRA, António Matos (2005) “Segurança e Protecção Individual: uma prioridade”, *Revista ENB*, nº 34; Sintra, pp. 7-15.
- GUERRA, Isabel, (2008) – *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo*, Principio Editora, Cascais.
- HÈRITIER, Luc, (2002) – “La Protection Sociale des Bénévoles et des Volontaires: Présentation des Dispositions”, *Revue Française des Affaires Sociales*, A. 56, nº 4, pp. 83-95.
- HORN, Garcia, A. (2005) – *Negociar el Riesgo*, Ariel, Barcelona.
- HOOD, Cristopher, e tal, (2005) – *Accident and Design: Contemporary Debates in Risk Management*, Cristopher Hood & David Jones, London.
- IDICT (2000). *Semana Europeia 2000: Prevenção das Perturbações Músculo-Esqueléticas. Série Divulgação nº9 Segurança e Saúde no Trabalho*. 1ª Edição. IDICT, Lisboa
- JEFFRIES, David, et Al, (1996) - *Formar para a Gestão da Qualidade Total*, Col. Monitor, Lisboa.
- JORDÃO, Albertina. (1997) – *O balanço de competências*, Colecção “Bem-me-quer”, Lisboa.
- KITZINGER, Jenny, REILY, Jacquie (2002) – “*Ascensão e Queda de Notícias de Risco*” Minerva Coimbra.

- LARANJEIRA, José, António, (1995a) – “As Relações Internacionais dos Bombeiros Portugueses” in *Bombeiros Portugueses, Seis Séculos de História, 1395-1995*, Ed. SNB/LBP, vol. II, pp. 123-130.
- LARANJEIRA, José António (1999) – A Escola Nacional de Bombeiros no período entre 1981 e 1991, *Actas do I Encontro Nacional sobre a História dos Bombeiros Portugueses*, Sintra (no prelo).
- LARANJEIRA, José, António, (2002) - “Contributo para a Organização Associativa nos Bombeiros. Os Bombeiros do Distrito de Aveiro na Criação da 1ª Federação” *Actas do II Encontro Nacional sobre a História dos Bombeiros Portugueses*, Edição da. Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Coimbra.
- LARANJEIRA, José, António, (2009) – O Socorro e a sua Organização. *Funções dos Municípios e dos Corpos de Bombeiros. Subsídios para o estudo da sua evolução nos últimos cinquenta anos*, V Encontro Nacional e I Congresso Internacional de Riscos, Coimbra.
- LEANDRO, José, Eduardo, Garcia, (2007) – “O Estado, o Cidadão e a Segurança. Novas Soluções para um Novo Paradigma”, *Revista Segurança e Defesa*, Fev./2007, pp. 12-20.
- LEWIS, Jane (2002) – “Secour Populaire ou Catholique...Bénévoles Contre Professionnels”, in *Liaisons Sociales-Magazine*, (Paris), pp.52-55.
- LIGA DOS BOMBEIROS PORTUGUESES (2003) – *Livro Aberto*, s/ autor, editado pela Liga dos Bombeiros Portugueses, Set/2003, Lisboa (inédito).
- LIMA, Marinus, Pires, (1987) – “*Inquérito Sociológico - Problemas de Metodologia*”, Editorial Presença, Lisboa.
- LIMA, M. L., e SILVA, S., (2005), “Avaliar a cultura de segurança: Instrumentos desenvolvidos para as empresas portuguesas”. In Soares, C.G. Teixeira, A.P., Antão, P., (Eds). *Análise e gestão de riscos, segurança e fiabilidade*. Edições Salamandra, Lisboa.
- LOURENÇO, Luciano (1998) – “ENB, Balanço e Perspectivas” *Revista ENB.*, nº 5, Sintra, p. 25-34.
- LOURENÇO, Luciano (2001a) – “ENB – Um investimento pedagógico que carece de rendibilização prática”, *ENB, Revista Técnica e Formativa da Escola Nacional de Bombeiros*, Sintra, n.º 20, p. 21-36.
- LOURENÇO, Luciano (2001b) – “Incidentes e Ocorrências”, *ENB, Revista Técnica e Formativa da Escola Nacional de Bombeiros*, Sintra, n.º 17, p. 48.
- LOURENÇO, Luciano, (2002) – Formação dos Bombeiros Portugueses, *Actas do II, Encontro Nacional sobre a História dos Bombeiros Portugueses*, Ed. AHBV de Coimbra.

- LOURENÇO, Luciano, (2003) – “Análise de Riscos e Gestão de Crises. O Exemplo dos Incêndios Florestais”, *Revista Territorium*, Minerva, Coimbra, pp 89-110.
- LOURENÇO, Luciano, (2004a) – “*Risco Meteorológico de Incêndio Florestal, Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais, NICIF*” Colectânea Cindínicas II, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), Coimbra.
- LOURENÇO, Luciano, (2004b) – “*Risco Dendrocaustológico em Mapas*”. Colectâneas Cindínicas, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, NICIF, 201 p.
- LOURENÇO, Luciano (Coord.) et al. (2005a) “*Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios*” Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais, Miranda do Corvo, II Vol. (236+387 p.).
- LOURENÇO, Luciano (Coord.) et al. (2005b) – “*Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais*”, Miranda do Corvo, II vol. (236 + 387 p.).
- LOURENÇO, Luciano (Coord.) et al. (2006a) – “*Relatório de Actividades 2004-2006. Um Legado para o Futuro, Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais*”, Miranda do Corvo II vol. (91 + 265 p.).
- LOURENÇO, Luciano (2006b) – “Incêndios Florestais. Algumas Reflexões sobre Prevenção e Mitos do Combate”, *Territorium*, 13, Riscos – Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança, Coimbra, p. 59-70 <http://www.igeo.pt/gdr/gdf/Freire2002.pdf>
- LOURENÇO, Luciano, (Coord.) (2006c) – “*Riscos de Socalcos e Riscos Naturais em Vales do Rio Alva, (NICIF)*”, Colectânea Cindínicas VI, (FLUC), Coimbra.
- LOURENÇO, Luciano, (2006d) – “Incêndios Florestais: algumas reflexões sobre prevenção e mitos de combate”, *Revista Territorium* nº 13, Coimbra, pp. 59-70.
- LOURENÇO, Luciano, (Coord.), (2007a) – “*Riscos Ambientais e Formação de Professores*” (Actas das VI Jornadas Nacionais do PROSEPE) – Projecto de Sensibilização e Educação Florestal da População Escolar, (NICIF), Colectâneas Cindínicas VII, (FLUC), Coimbra.
- LOURENÇO, Luciano, (2007b) – Riscos Naturais Antrópicos e Mistos, *Revista Territorium*, 14, pp.109-113.
- LOURENÇO, Luciano, GONÇALVES, A., Bento, LOUREIRO, João (1997) – “Sistema de Informação de Risco de Incêndio Florestal”, *ENB, Revista Técnica e Formativa da Escola Nacional de Bombeiros*, Sintra, n.ºs 3/4, p. 16-25.
- LOURENÇO, Luciano; MATEUS Américo e MATIAS Valentim, (2001) – “Formação dos Bombeiros na Aurora do Terceiro Milénio. Objectivos Estratégicos para uma Formação Descentralizada e com Certificação Profissional”, *Revista ENB* nº 18, Sintra, p. 6 – 15;

- MAGALHÃES, António José (1991) – “*Planeamento Estratégico de proteção Civil*”, Ed. Escher, Lisboa.
- MARBAN, Gallego, Vicente, (2002) – “Sociedad Civil, Tercer Sector y Entidades de Acción Social en España”, in *Revista Internacional de Sociología*, nº 30, pp. 169-205.
- MARC, Edmond, et Al, (1997) – *Guia de Métodos e Práticas em Formação*, Ed. Instituto Piaget, Lisboa.
- MARINHO, Joaquim Rebelo (2001) – “Prefácio”, in Bombeiros, *Perfis Funcionais*, Ed. ENB, Sintra p. 3-4.
- MARTINS, António e tal (2006) – “O stresse no Tripulante de Ambulância de Socorro”, *Revista ENB*, nº36, pp.25-31.
- MARTINS, Leal, (2009) – *Proteção Civil: importância da Análise de Risco na Prevenção, Socorro ...e Reabilitação*, comunicação apresentada ao V Encontro Nacional e I Congresso Internacional de Riscos, Coimbra (inédito).
- MASSENA, Manuela de Melo (2006) – “*Potencialidades da Análise Ergonómica do Trabalho na Construção de uma Prevenção Integrada e Participada*”, Ed- ISHST, Lisboa.
- MATOS, António M., (1987) – “*O Voluntariado é uma Instituição ou Estado de Espírito*”, in Serviço Nacional de Bombeiros, Lisboa, pp. 31, (inédito).
- MATOS, António, Maria, (1995) – “*O Panorama da Evolução da Organização dos Bombeiros Portugueses nos 500 anos da sua Existência*”, documento policopiado,, 153p.(inédito).
- MENDES, José, Manuel, (2007) – “Vulnerabilidade Social, Risco e Segurança das Populações: o Papel do Planeamento”, in *Riscos Públicos e Industriais*, C. Guedes Soares, A. P: Teixeira e P. Antão (Eds.), Edições Salamandra, Lisboa, PP. 33-44.
- MENDONÇA, Bernardette, (2002) – “La Loi sur les Voluntariats Civils: Éléments de Présentation”, *Revue Française des Affaires Sociales*, nº 4, Paris, pp. 75-82.
- MENEZES DE ALMEIDA, Lúcio (2004) – Análise e comunicação de saúde pública, risco em saúde pública: definições e conceitos, *Revista Anamnesis*, Vol.13, 35, pp.21-24.
- MENEZES, A; CÓNEGO, M. A., (2007) – “Qualificação do voluntariado. Uma Aposta na Qualidade”, *Revista Cidade Solidária*, nº 180, pp. 90-95.
- MESQUITA, Mário (2003) – “*O Quarto Equívoco, o Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*”. Minerva, Coimbra.
- MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA (2003) – “Livro Branco dos Incêndios Florestais ocorridos no Verão de 2003, Ed. do MAI, Lisboa (inédito)
- MINTZBERG, Henry (1995) – *Estrutura Dinâmica das Organizações*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.

- MONGINHO, Manuel, (1995) – “A Mulher nos Bombeiros”, *Bombeiros Portugueses, seis séculos de História, 1395-1995*, Ed. SNB/LBP vol. I, pp. 319-324.
- MONTEIRO, Alcides (2004) – *Associativismo e Novos Laços Sociais*, Quarteto, Coimbra.
- MONTEIRO, E., (2006), *Cultura de segurança: Implicações na prevenção em segurança e saúde no trabalho*, Dissertação e Mestrado, Universidade Fernando Pessoa, Porto (inédito).
- MONTEIRO, Paiva, (2009) – *Os Riscos e o Sistema Europeu de Protecção Civil*, V Encontro Nacional e I Congresso Internacional de Riscos, Coimbra.
- MONTEVERDE, Salvador et al, (2005) – *Temario y Questionario de Bomberos*, Ed. Adams, Madrid.
- MOREIRA, Carlos, Diogo, (1994) – “Planeamento e Estratégias da Investigação”, ISCSP, Lisboa.
- MOREIRA, S., & Maia Â. (2005). *Bombeiros e episódios de emergência pré-hospitalar: Impacto da exposição a acontecimentos traumáticos*. Mestrado em Psicologia da Saúde, não publicado: Universidade do Minho, (inédito).
- MOREAU, Franck, (2003) – “Compreender e Gerir os Riscos”, Bertrand Editora, Lisboa.
- NORMA Portuguesa, (ISO 9004:2000) – *Sistemas de Gestão de Qualidade - Linhas de Orientação para a Melhoria de Desempenho*, Ed. Instituto Português de Qualidade, Lisboa.
- OIT, (2007), “*Locais de Trabalho Seguros e Saudáveis. Tornar o Trabalho Digno*”, Relatório do BIT para o Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho, Genebra, Bureau Internacional do Trabalho.
- OLIVEIRA, Maria João e SILVA, Sílvia (2007) – “*Acidentes de Trabalho, Clima de Segurança e Comportamentos de Segurança: um estudo na Indústria dos moldes*”, In Soares, C.G. Teixeira, A.P., Antão, P., (Eds). *Análise e gestão de riscos, segurança e fiabilidade*. Lisboa: Edições Salamandra, pp. 1022 – 1114.
- OLIVEIRA, Gisela, (2007) – “Comunicar numa situação de emergência ou de crise”, *Revista Territorium*, nº14, Coimbra, pp.113-119.
- PAIS, José Machado, (2002) – *Sociologia da Vida Quotidiana*, Instituto Estudos Sociais, Lisboa.
- PAGNEY, Pierre, (1994) – *Les Catastrophes Climatiques*, PUF, Paris.
- PEREIRA, Juan Pablo, (2006) – *La Seguridad Humana*, Edição Ariel, Barcelona.
- PEREIRA, Rui (2008) – “Época de Incêndios. Prova de Fogo do Dispositivo”, *Dossier Especial do Semanário Expresso*, nº 1867, p. 3.
- PERRENOUD, Philippe, (1999) – *Construir as competências desde a Escola*, Artmed, Porto Alegre.
- PINTASSILGO, M. de Lurdes (2002) – “Inventar a democracia”, *Revista Visão*, nº 470, Ed. Coleccionador, pp. 40-43.

- PINTO, Teresa (2005) – “*Percepção e Avaliação de Qualidade de Vida*”, Tese de Doutoramento em Sociologia, no ISCTE, Lisboa. (inédito)
- QUEIRÓS, M. (2001), “Ambiente e sublimação da territorialidade: uma leitura do processo de co-incineração”, *Cadernos de Geografia*, Nº Especial, pp. 77-89.
- QUEIRÓS, M. Vaz, T. e Palma, P. (2007), “Uma reflexão a propósito do risco”, *Actas do VI Congresso da Geografia Portuguesa Pensar e intervir no território. Uma geografia para o desenvolvimento*, Lisboa: APG e UNL (no prelo).
- QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van (1992) – *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Ed. Gradiva, Lisboa.
- REBELO, Fernando, (1994) – “*Risco e Crise – Grandes Incêndios Florestais*”, Actas do II Encontro Pedagógico sobre Incêndios Florestais, Coimbra, pp. 19-32.
- REBELO, Fernando (2003) – “*Riscos Naturais e Acção antrópica. Estudos e Reflexões*. 2ª Edição, revista e aumentada, Coimbra, Imprensa da Universidade, 286 p.
- REBELO, Fernando (2005) – “*Riscos Naturais. Problemática da sua Definição e Adaptação aos Principais Elementos da Teoria do Risco*”. *Análise e Gestão de Riscos, Segurança e Fiabilidade*. C. Guedes Soares, A. P. Teixeira e P. Antão (Eds.). Lisboa, Edições Salamandra, vol. I, p. 301 – 315.
- REBELO, Fernando (2005) – “*Uma Experiência Europeia em Riscos Naturais*”, Minerva, Coimbra, 123 p.
- RIBEIRO, Manuel João (2009) – *A Protecção Civil Municipal*, comunicação apresentada ao V Encontro Nacional e I Congresso Internacional de Riscos, Coimbra (inédito).
- ROBALO, J. ROSÁRIO, P. (2007) – “Gestão do Risco e Emergência em Saúde Pública”, in *Riscos Públicos e Industriais*, C. Guedes Soares, A. P. Teixeira e P. Antão (Eds), Edições Salamandra, Lisboa, pp. 85-95.
- SANTOS, António, Alberto (2008) – *Formação – Dados Estatísticos*, (documento policopiado da Escola do Regimento de Sapadores de Lisboa,) 15p. (inédito)
- SANTOS, Hermínio, F. (1995) – “Bombeiros Portugueses – Síntese de 600 anos de Acção”, *Bombeiros de Portugal*, Ed. SNB/LBP, vol. I, pp. 13-42.
- SANTOS, Cristiano, (1995a) – “Evolução da Organização Operacional”, in *Bombeiros Portugueses, Seis Séculos de História*, 1395-1995, Ed. SNB/LBP, vol. I, pp. 211-218.
- SANTOS, Cristiano, (1995b) – “O Equipamento dos Bombeiros Portugueses”, in *Bombeiros Portugueses, Seis Séculos de História*, 1395-1995, Ed. SNB/LBP, vol. I, pp. 367-390.
- SCHNAPPER, Dominique (1999) – *La Démarche d l'Analyse Typologique, Compréhension Sociologique*: PUF, Paris.
- SENNET, R. (2001) – *A Corrosão do Carácter: as Consequências Pessoais do Trabalho no nosso Capitalismo*, Terramar, Lisboa”.

- SILVA, Rui e MONGINHO, M. (1995) – “Formação dos Bombeiros”, *Bombeiros Portugueses, seis séculos de História 1395-1995*, Ed. SNB/LBP, vol. II, pp. 13-24.
- SILVA, S. (2004) – “*Culturas de Segurança e Prevenção de Acidentes de Trabalho numa Abordagem Psicossocial: Valores Organizacionais Declarados e em Uso*”, Dissertação de Doutoramento, ISCTE, Lisboa. (inédito).
- SILVA, S., e LIMA, M.L., (2004), “*Culturas de segurança e aprendizagem com acidentes*”. In Vala, J., Garrido, M., Alcobia, P., (Org.). *Percursos de investigação em psicologia social e organizacional*. Colibri, Lisboa.
- SILVA e JAMAL, (2007) – “Comportamentos de segurança em contexto militar”, in *Riscos Públicos e Industriais*, C. Guedes Soares, A. P. Teixeira e P. Antão (Eds), Edições Salamandra, Lisboa.
- SILVEIRINHA, Maria João, (2007) – “A Vida no Arame. A Mediatização do Risco” *Revista Territorium*, nº 14, Coimbra, pp. 11-19.
- SLOVIC, Paul (2000) – *The Perception of Risk*, Earthcan, UK, London.
- SNBPC (2005) – *Guia Prático de Protecção Civil para Autarcas*, Ed. SNBPC, Carnaxide, 16p.
- SOARES, Guedes (2006) – Metodologia para a Análise e Gestão de Riscos, in Soares, C.G. Teixeira, A.P., Antão, P., (Eds). *Análise Gestão de Riscos, Segurança e Fiabilidade*, Edições Salamandra, Lisboa.
- SOUSA, Maria José *et al*, (2006) – *Gestão de Recursos Humanos, Métodos e Práticas*, Ed. Lidel, Lisboa.
- STERNECKERT, Alan B. (2004) – *Critical Incident Management*, Auerbach Publications, Toronto.
- STRAHLER, A. N. e STRAHLER, A. H., (2000) – *Geografia Física*, Ediciones Omega, S.A., Barcelona.
- STROOBANTS, M. (1997) - *A visibilidade das competências.*, TANGUY, L. e ROPÉ, F. (org). *Saberes e Competências*. Papirus, Campinas, Brasil.
- SUBIRATS, Joan (2001) – “Sociedade Civil y voluntariado: responsabilidades colectivas e valores públicos en España”, *Documentación Social*, nº 122, Madrid, pp. 41-66.
- TARAPANOFF, K.(org.) – *Inteligência Emocional e Competitiva*, Edtiora UNB, Brasília.
- TAVARES, David, (2007) – *Escola e Identidade Profissional*, Edições Colibri, Lisboa.
- TEDIM, Fantina; Herrmann Lúcia (2007) - A Comparative Analysis of Forest Fire Policies in Protected Areas in Portugal and in the State of Santa Catarina (Brazil): A General Approach, *Territorium*, 14, pp.75-83.

- TEDIM, Fantina; Gonçalves, João (2007) - Simulation of the 1755 tsunami flooding area in the Algarve (Southern Portugal): The Case-Study of Portimão, *Territorium*, 14, pp.25-35.
- TEDIM, Fantina; PAULA HERRMANN, Maria Lúcia (2007) - “A Analysis of Frest Fire Poliucses in Protected Areas in Portugal and in the State of Santa Catarina(Brazil) : a General Approach, Comparative”, *Revista Territorium*, nº14, Coimbra, pp.71-79.
- TEDIM, Fantina (2008) - The management of forest fires in protected areas in Portugal, in R.Efe, G. Cravins, M. Öztürk, I. Atalay (eds.), *Natural Environment and Culture in the Mediterranean Region*, *Cambridge Scholars Press*, pp.473-488.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, (coord). (2003) – Segurança Internacional e Segurança Interna: Novas Perspectivas, *Actas dos Cursos Internacionais de Verão de Cascais*”, Ed. Câmara Municipal de Cascais, pp. 5-90.
- TORRES, Eduardo Cintra (2006) – “*A Tragédia Televisiva: Um género Dramático da Informação Audiovisual*” Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.
- UVA, António Sousa (2006) – “*Diagnóstico e Gestão de Risco em Saúde Ocupacional*”, Ed. ISHST, nº17, Lisboa.
- VALA, Jorge, (1986) – *A Análise de Conteúdo*; in SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira, *Metodologia das Ciências Sociais*, Ed.Afrontamento, Lisboa.
- VAUGHAN, Emmett and VAUGHAN, Therese.,(2003) – *Essentials of Risk Management and Insurance*, John Willey & Sons, New York.
- VIEIRA, Pedro Almeida (2006) – “*Portugal: O Vermelho e o Negro. A Verdade Amarga e a Dolosa Realidade dos Incêndios Florestais*”. Dom Quixote, Lisboa, 469 p.
- WISNER, Benjamin, *et al* (2004) – *At Risk: natural hazards, people's vulnerability and disasters*. Routledge, Londres.
- WITTORSKI, R. (2002) – *Le développement des compétences individuelles, partagées et collectives*, Sans Cadres, nº41, pp. 38-4
- ZARAFIAN, Ph. *Objectivo competência. Por uma nova lógica*. Atlas São Paulo.
- ZÊZERE, J; PEREIRA, A. R., MORGADO, P; (2006) – “Perigos Naturais e Tecnológicos no território de Portugal Continental. Apontamentos de Geógrafo.” *Série Investigação nº 19*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.

B – Jornais e artigos de revistas de divulgação específica

- ANTUNES, António (2007) – “Quando Acontecer uma Tragédia vamos funcionar com água benta”, *Jornal Bombeiros de Portugal*, Janeiro/2007, pp. 17-119.
- CALDEIRA, Duarte (2007b) – “Pensar Global, agir localmente”, *Bombeiros de Portugal*, Set./2007, p. 5.
- CALDEIRA, Duarte (2007c) – “Escola Nacional de Bombeiros: que futuro”, *Jornal Bombeiros de Portugal*, Dezembro/2007, p. 3.
- CALDEIRA, Duarte (2008b) – “Voluntários por opção, profissionais na acção”, *Bombeiros de Portugal*, Janeiro 2008, p. 3.
- CALDEIRA, Duarte (2008c) – “Quem paga, jamais mandará só porque paga”, *Bombeiros de Portugal*, Maio/2008, p. 3.
- CALDEIRA, Duarte (2008a) – “Mandar por dentro, credibilizar por fora”, *Jornal Bombeiros de Portugal*, Julho/2008, p. 3.
- CALDEIRA, Duarte (2009a) – “A Hora da Verdade”, *Bombeiros de Portugal*, Abril 2009, p. 3
- CALDEIRA, Duarte (2009b) – “Fogo que arde sem se ver”, *Bombeiros de Portugal*, n.º 271, p. 34 (também publicado na edição do Diário de Notícias de 5 de Abril de 2009).
- CALDEIRA, Duarte (2009c) – “Parte da solução, porque a missão foi cumprida”, *Bombeiros de Portugal*, Maio/2009, p. 3.
- CALDEIRA, Duarte (2009d) – “É preciso ouvir a rua”, *Jornal Bombeiros de Portugal*, Julho/2009, p.3.
- CARMO, Eunice (2008) – “A minha protecção civil”, *Revistas Segurança em Protecção Civil*, n.º 1, pp. 23-24.
- CERDEIRA, Patrícia (2007) – “Governo fala em Revolução, LBP lembra que as leis não resolvem tudo”, *Jornal Bombeiros de Portugal*, Set/2007, p. 9.
- CERDEIRA, Patrícia (2008) – “Municípios e Bombeiros, não estão a responder ao desafio”, *Jornal Bombeiros de Portugal*, Jan/2008, p. 21.
- COELHO, Paulo (2006) – “Deixemo-nos de amadorismo”, *Jornal Alto Risco*, Out/2006, pp. 8-19.
- COSTA, Luis Belo (2008) – “A primeira intervenção tem de ser profissionalizada”, *Revista Alto Risco*, n.º 32, Lisboa, pp. 35-41.
- CRUZ, Ribeiro, Arnaldo José (2007) – “A missão é proteger as pessoas e o património”, *Revista Alto Risco*, n.º 26, 2ªSérie,Lisboa, pp. 32 – 39.
- CURTO, Fernando (2009) – “Estudo ‘Marcas de Confiança’ põe bombeiros no topo da lista dos mais confiáveis”, *Jornal Alto Risco*, Março/2007, p. 3.

- JESUS, Paulo (2009) – “O respeito não se impõe, conquista-se”, *Jornal Alto Risco*, Março/2009, pp. 6-7.
- LARANJEIRA, José, António, (1995b) – “Bombeiros Portugueses nos Concursos Internacionais”, *Bombeiros Portugueses, Seis Séculos de História*, 1395-1995, Ed. SNB/LBP, vol. II, pp. 131-138.
- LARANJEIRA, José, António (2008) – “Quem me Ajuda?”, *Jornal Bombeiros de Portugal*, Maio/2008, p.26.
- LIGA DOS BOMBEIROS PORTUGUESES (2008) – “Liga quer ver repostos quadros”, *Jornal Bombeiros de Portugal*, n.º 265/2008, p. 20.
- MALHEIRO, A. Silva (2007) – “A Protecção Civil... do que Dependemos”. *Revista Segurança* n.º 180, Lisboa, pp. 47-49.
- MALHEIRO, A. Silva (2008) – “Emergência Pré-Hospitalar”, *Revista Segurança*, n.º 182, Lisboa, pp.49-50
- MEDEIROS, José (2008) – “Não me deixo paralisar pelo diálogo”, *Jornal Bombeiros de Portugal*, Maio/2009, p. 24-25.
- MEDEIROS, José (2009) – “Fico triste quando põem em causa a operacionalidade dos bombeiros”. *Jornal Bombeiros de Portugal*, Abril/2009, pp. 31-33.
- MEDEIROS, José (2009) – “Futuro da ENB”, *Bombeiros de Portugal*, edição n.º 271, Abril/2009, p. 32.
- MEDEIROS, José (2009) – “Vivemos sempre em tensão”, *Revista Alto Risco*, Março/2009, pp. 23-29.
- MONTEIRO, Paiva, (2004) – “Estamos Preparados”, *Revista Alto Risco*, n.º 14, Junho/2004, pp. 6 -10.
- PINTO, Victor Vaz (2008) – “Não pode haver desigualdade na formação dos bombeiros”, *Revistas Alto Risco*, Junho (2008), ANBP, Lisboa, p. 24.
- RIBEIRO, Cunha (2008) – “Não sei se quero voltar a trabalhar para o Estado”, *Jornal Expresso*, de 16/Fev/2008 (Caderno Cultura), p. 5.
- SANCHES, José Luís, Saldanha (2009) – “O falso voluntário é o cúmulo do desperdício”, *Jornal Alto Risco*, Maio 2009, pp. 10-11.
- SEQUEIRA, Eugénio (2006) – “Os Comandos devem ser sempre profissionais”, *Revista Alto Risco*, Junho, 2006, pp. 10-12.
- SILVA, Helder Sousa (2009) – “A resolução de 90 a 95% das ocorrências que se manifestam hoje em dia na área de protecção civil pode e devem ser resolvidas ao nível Municipal”, *Revista Segurança em Protecção Civil*, n.º 3, Março/2009, pp. 5-8.

- SILVEIRA, Alberto (2007) – “O passado e o futuro da segurança e saúde do trabalho no nosso País”, *Revista Segurança* n°181, Lisboa, pp. 9-12.
- TRINDADE, Artur (2009) – “Os Municipais devem ter o mesmo tratamento que os profissionais”, *Jornal Bombeiros de Portugal*, n.º 271, Abril 2009, p. 4.
- VELOSO, Manuel, (2002) – “O Sistema Nacional de Protecção Civil”, in *Revista Portuguesa de Protecção e Socorro*, n° 1, Jan./2002, Lisboa, pp. 10-12.
- ZORRINHO, Carlos, (2002) – Reforma Tranquila, *Revista Portuguesa de Protecção Civil*, n° 1 Jan./2002, Ed. SNPC, pp 8-9.

C - Comunicações pessoais escritas

1. ABRANTES, José (2007) – *Comunicação Pessoal Escrita*, recebida em 11-10-2007.,22p
2. BANDEIRA, Romero, (2007) - *Comunicação Pessoal Escrita*, recebida em 3-08-2007, 16p
3. BRAZ, Custódio, (2008) – *Comunicação Pessoal Escrita*, recebida em 2-1-2008.
4. CALDEIRA, Duarte, (2008) - *Comunicação Pessoal Escrita*, recebida em 23-05-2007,7p
5. CARTAXO, Vicente, (2007) - *Comunicação Pessoal Escrita*, recebida em 26-06-2007,10p
6. GOMES, Artur, (2007) - *Comunicação Pessoal Escrita*, recebida em 18-06-2007, 22p
7. GUERRA, Matos, (2007) - *Comunicação Pessoal Escrita*, recebida em 12-07-2007,13p
8. CASCADA, João, (2007) - *Comunicação Pessoal Escrita*, recebida em 24-10-2007, 15p
9. CASTRO, Ferreira de, (2008) - *Comunicação Pessoal Escrita*, recebida em 10-03-2008,12p
10. CERDEIRA, Patrícia, (2009) - *Comunicação Pessoal Escrita*, recebida em 15-01-2009,15p
11. CURTO, Fernando, (2007) – *Comunicação Pessoal Escrita*, 10-03-2008, 20 p.
12. HELIODORO, Neves, (2007) - *Comunicação Pessoal Escrita*, recebida em 18-07-2007,7p
13. HENRIQUES, Júlio, (2007) - *Comunicação Pessoal Escrita*, recebida em 10-08-2008,15p
14. LARANJEIRA, José, (2007) – *Comunicação Pessoal Escrita*, recebida em 3-12-2007. 13p
15. LOPES, Pedro, (2007) - *Comunicação Pessoal Escrita*, recebida em 11-01-2008,15p.
16. LOURENÇO, Luciano, (2007) - *Comunicação Pessoal Escrita*, recebida em 5-07-2007, 22p
17. MACEDO, Mário, (2008) - *Comunicação Pessoal Escrita*, recebida em 6-06-2008, 23p
18. MARINHO, Joaquim, (2008) – *Comunicação Pessoal Escrita*, recebida em 20-05-2008; 3p.
19. MARTINS, Gil, (2008) - *Comunicação Pessoal Escrita*, recebida em 3 -03-2007,8p
20. MOURA, A. Guedes (2007) – *Comunicação Pessoal Escrita*, recebida em 12-12-2007,12p
21. PENA, António, (2008) - *Comunicação Pessoal Escrita*, recebida em 18-06-2008,14p
22. PEREIRA DE JESUS, (2007) – *Comunicação Pessoal Escrita*, recebida em 10-04-2007, 4p.
23. RIBEIRO, Manuel (2007) – *Comunicação Pessoal Escrita* recebida em 10-07-2007,9p.
24. SANTOS, Cristiano, (2007) - *Comunicação Pessoal Escrita*, recebida em 15-11-2007,16p

D – Entrevistas

1. ENTREVISTA ao Dr. Américo Mateus, na qualidade de Ex. Comandante de Corpo de Bombeiros, e de Vogal da ENB, realizada em 7/02/2007.
2. ENTREVISTA ao Padre Victor Melícias, na qualidade de 1.º Presidente do Serviço Nacional de Bombeiros, realizada em 29/06/2007.
3. ENTREVISTA ao Senhor Coronel António Antunes, na qualidade de Ex. Vice-Presidente do extinto Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, realizada em 4/11/2007.
4. ENTREVISTA ao Dr. António Nunes na qualidade de Ex-Inspector Superior de Bombeiros e Ex-Presidente do Serviço Nacional de Protecção Civil, realizada em 19/02/2008.
5. ENTREVISTA ao Senhor General Paiva Monteiro, na qualidade de Presidente do extinto Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, realizada em 5/11/2008.
6. ENTREVISTA ao Senhor Coronel Albano Ribeiro de Almeida, na qualidade de Inspector Regional de Bombeiros do Centro, realizada em 18-10-2009.

E – Legislação Consultada

LEI N° 113/91 de 29 de Agosto – Lei de Bases da Protecção Civil.

LEI N° 33/96 de 17 de Agosto – Lei de Bases da Política Florestal.

LEI N° 71/98 de 3 de Novembro – Lei de Bases do Enquadramento Jurídico do Voluntariado.

LEI N° 27/2006, de 3 de Julho – Lei de Bases da Protecção Civil

LEI n.º 44/2006, 30 de Setembro – Lei do Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência.

LEI N.º 32/2007, de 13 de Agosto – Regime Jurídico das Associações Humanitárias de Bombeiros.

LEI N° 65/2007, de 12 de Novembro – Enquadramento institucional e operacional da protecção civil municipal, organização dos serviços municipais de protecção civil e competências do comandante operacional municipal.

LEI N°53/2008, de 29 de Agosto – Lei de Segurança Interna

DECRETO-LEI N° 38435/51 de 17 de Setembro – 1º Regulamento dos Corpos de Bombeiros.

DECRETO-LEI Nº 511/71 de 22 de Novembro – Cria o Serviço Nacional de Ambulâncias.

DECRETO-LEI Nº 418/80 de 29 de Setembro – 1ª Lei Orgânica do Serviço Nacional de Bombeiros, na sequência da Lei nº 10/79 que criou o SNB.

DECRETO-LEI Nº 510/80 – Lei Orgânica da Protecção Civil.

DECRETO-LEI Nº 234/81 de 3 de Agosto – Criação do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM).

DECRETO-LEI Nº 153/91, de 23 de Abril – Lei Orgânica do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência.

DECRETO-LEI Nº 252/92, de 19 de Novembro – Estatuto e Competências dos Governadores Cívicos, com as alterações introduzidas pelos: Decreto-lei nº 316/95, de 28 de Novembro; Decreto-Lei nº 213/2001, de 2 de Agosto e Decreto-Lei nº 264/2002, de 25 de Novembro.

DECRETO-LEI Nº 293/92 de 30 de Dezembro – Estabelece o Regime Jurídico dos Bombeiros Profissionais.

DECRETO-LEI Nº 407/93, de 14 de Dezembro – Estabelece o Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros.

DECRETO-LEI Nº 15/94, de 22 de Janeiro – Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Marítimo.

DECRETO-LEI Nº 253/95, de 30 de Setembro – Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Aéreo.

DECRETO-LEI Nº 293/2000 de 17 de Novembro – Aprova a Nova Lei Orgânica do Serviço Nacional de Bombeiros (SNB).

DECRETO-LEI Nº 295/2000 de 17 de Novembro – Aprova o Novo Regulamento Geral dos Corpos de Bombeiros.

DECRETO-LEI Nº 297/2000, de 17 de Novembro – Estatuto Social do Bombeiro.

DECRETO-LEI Nº 186/2001, de 22 de Junho – Acesso na Carreira de Bombeiro Sapador e de Bombeiro Municipal.

DECRETO-LEI Nº 43/2002, de 2 de Março – Cria a autoridade marítima nacional, organização e atribuições.

DECRETO-LEI Nº 44/2002, de 2 de Março – Lei Orgânica da Autoridade Marítima Nacional.

DECRETO-LEI Nº 106/2002, de 13 de Abril – Estatuto de Pessoal dos Bombeiros Profissionais da Administração Local.

DECRETO-LEI Nº 165/2002, de 17 de Julho – Protecção contra Radiações Ionizantes.

DECRETO-LEI Nº 49/2003 de 25 de Março – Cria o Serviço Nacional de Bombeiros de Protecção Civil (SNBPC).

DECRETO-LEI Nº 80/2004, de 10 de Abril – Cria a Direcção Geral de Recursos Florestais

DECRETO-LEI Nº 5/2004, de 21 de Abril – Cria a Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais (APIF).

DECRETO-LEI Nº 173/2004, de 21 de Junho – Cria o Sistema Nacional de Gestão de Crises.

DECRETO-LEI Nº 21/2006, de 2 de Fevereiro – Quadro de competências do CNOS (Comando Nacional de Operação de Socorro) e CDOS (Comando Distrital de Operação de Socorro).

DECRETO-LEI Nº 22/2006, de 2 de Fevereiro – Consagra no âmbito da Guarda Nacional Republicana o SEPNA, cria o GIPS e extingue na DGRF o Corpo Nacional da Guarda – Florestal, transitando o pessoal da carreira de Guardas Florestais para o quadro de pessoal civil da GNR.

DECRETO-LEI Nº 134/2006, de 25 de Julho – Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS).

DECRETO-LEI Nº 203/2006, de 27 de Outubro – Lei Orgânica dos Governos Cívicos.

DECRETO-LEI Nº 75/2007, de 29 de Março – Lei Orgânica da Autoridade Nacional de Protecção Civil.

DECRETO-LEI Nº 270/2007 de 29 de Maio – Lei Orgânica do INEM.

DECRETO-LEI Nº 241/2007, de 21 de Junho – Regime Jurídico dos Bombeiros Portugueses.

DECRETO-LEI Nº 247/2007, de 29 de Junho – Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros.

DECRETO-LEI Nº 254/2007, de 12 de Julho – Prevenção de Acidentes Graves com Substâncias Perigosas (Transpõe para o Direito Interno a Directiva nº 2003/105/CE do Parlamento Europeu – Directivo – SEVESO).

DECRETO-LEI Nº 49/2008, de 14 de Março – Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses.

DECRETO-LEI Nº 56/2008, de 26 de Março – Comissão Nacional de Protecção Civil.

DECRETO-LEI Nº 112/2008, de 1 de Julho – Conta de Emergência.

DECRETO REGULAMENTAR Nº 18/93, de 28 de Junho – Exercício de funções de protecção civil pelas Forças Armadas.

DECRETO REGULAMENTAR Nº 13/93, de 5 de Maio – Comissões de Planeamento de Emergência.

DECRETO REGULAMENTAR Nº 41/97 de 7 de Outubro – Estabelece o regime jurídico da tipificação dos Corpos de Bombeiros.

DECRETO REGULAMENTAR N.º 86/2007, de 12 de Dezembro – Articulação, nos espaços marítimos sob soberania e jurisdição nacional, entre autoridades de polícia.

PORTARIA Nº 1147/2001 – Regulamenta o Transporte de Doentes explicitando o Licenciamento, Tipo de Ambulância, Tripulantes e respectiva Formação.

PORTARIA Nº 247/2004, de 6 de Março – Certificado de Aptidão Profissional de Bombeiro.

PORTARIA N.º 1524/2004 – Autoriza a 1.ª Licenciatura em Protecção Civil.

PORTARIA Nº 980-A/2006, de 14 de Junho – Medalha de Mérito de Protecção e Socorro.

PORTARIA Nº 333/2007, de 30 de Março – Unidades Orgânicas Flexíveis da Autoridade Nacional de Protecção Civil.

PORTARIA Nº 338/2007, de 30 de Março – Unidades Orgânicas Nucleares da Autoridade Nacional de Protecção Civil.

PORTARIA Nº 1358/2007, de 15 de Outubro – Equipas de Intervenção Permanente.

PORTARIA Nº 1562/2007, de 11 de Dezembro – Programa de Apoio Infra-Estrutural (PAI) às Associações Humanitárias de Bombeiros.

PORTARIA Nº 104/2008, de 5 de Fevereiro – Programa Permanente de Cooperação (PPC) com as Associações Humanitárias de Bombeiros.

PORTARIA Nº 302/2008, de 18 de Abril – Normas de funcionamento da Comissão Nacional de Protecção Civil.

PORTARIA Nº 571/2008, de 3 de Julho – Serviço Operacional dos Bombeiros Voluntários.

PORTARIA Nº 702/2008, de 30 de Julho – Cartão de Identificação da Autoridade Nacional de Protecção Civil.

PORTARIA Nº 703/2008, de 30 de Julho – Regulamento Disciplinar dos Bombeiros Voluntários.

PORTARIA N.º 845/2008, de 12 de Agosto – Plano de Uniformes, Insígnias e Identificação dos Bombeiros.

DESPACHO CONJUNTO Nº 297/2006, de 31 de Março – Cursos de Promoção de Bombeiro Sapador e Bombeiro Municipal.

DESPACHO CONJUNTO Nº 298/2006, de 31 de Março – Regulamento Geral do Estágio dos Bombeiros Profissionais.

DESPACHO do Presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil nº 9390/2007, de 24 de Maio – Unidades Orgânicas Flexíveis da Autoridade Nacional de Protecção Civil

DESPACHO do Secretário de Estado da Protecção Civil nº 22298/2007, de 25 de Setembro – Impedimentos dos Órgãos das Associações Humanitárias de Bombeiros.

DESPACHO do Secretário de Estado da Protecção Civil nº 22396/2007, de 26 de Setembro – Força Especial de Bombeiros.

DESPACHO do Secretário de Estado da Protecção Civil nº 22397/2007, de 26 de Setembro – Transição dos Quadros de Auxiliares e Especialistas.

DESPACHO do Ministro da Administração Interna nº 6915/2008, de 10 de Março – Dia da Protecção Civil.

DESPACHO do Presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil n.º 9368/2008, de 1 de Abril – Regulamento do Sistema de Avaliação de Desempenho dos Oficiais Bombeiros e dos Bombeiros Voluntários.

DESPACHO do Presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil n.º 9915/2008, de 4 de Abril – Regulamento das Carreiras de Oficial Bombeiro e de Bombeiro Voluntário.

DESPACHO do Secretário de Estado da Protecção Civil nº 11392/2008, de 21 de Abril – Adjuntos de Operações Distritais.

DESPACHO do Secretário de Estado da Protecção Civil nº 11735/2008, de 24 de Abril – Projectos de Candidatura ao Quadro de Referencia Estratégico Nacional (QREN).

DESPACHO do Presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil nº 14425/2008, de 26 de Maio – Apoios Extraordinários às Associações Humanitárias de Bombeiros.

DESPACHO do Director Nacional de Bombeiros nº 14619/2008, de 27 de Maio – Ingressos e Acessos nas Carreiras de Oficial Bombeiro e de Bombeiros Voluntário.

DESPACHO do Secretário de Estado da Protecção Civil nº 15619/2008, de 5 de Junho – Equipas de Intervenção Permanente.

DESPACHO do Presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil nº 20915/2008, de 11 de Agosto - Regulamento do Modelo Organizativo dos Corpos de Bombeiros.

DESPACHO do Presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil nº 20916/2008, de 11 de Agosto – Modelo do Cartão de Identificação do Bombeiro.

DESPACHO do Director Nacional de Bombeiros nº 21236/2008, de 13 de Agosto – Listagem Orientadora dos Objectivos e Indicadores relativos ao Sistema de Avaliação dos Bombeiros Voluntários.

DESPACHO do Presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil nº 21722/2008, de 20 de Agosto – Regulamento dos Cursos de Formação, Ingresso e Promoção do Bombeiro.

DESPACHO do Presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil nº 22549/2008, de 2 de Setembro – Modelo de Processo Individual do Bombeiro.

DECLARAÇÃO da Comissão Nacional de Protecção Civil nº 97/2007, de 16 de Maio – Estado de alerta especial para o Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS).

RESOLUÇÃO da Comissão Nacional de Protecção Civil nº 25/2008, de 18 de Julho – Critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência e protecção civil.

Índice

Agradecimentos	5
Resumo	7
Abstract	9
Sumário	11
Índice de Abreviaturas	13
Introdução	19
1. Segurança e Socorro: Novo Paradigma	21
2. Objectivos e estrutura do trabalho	33
3. Metodologia	36
4. Definições e Conceitos	45
Capítulo I – A Organização do Socorro em Portugal	63
1. Evolução histórica	65
1.1. O Nascimento e desenvolvimento nos séculos XV, XVI e XVII – as medidas de prevenção e iniciativas das Câmaras de Lisboa e Porto	65
1.2. Século XIX – Relevo para a acção dos municípios, nascimento e desenvolvimento do associativismo	69
1.3. Expansão do Associativismo nos Bombeiros	73
1.4. Os Bombeiros no Século XX	76
1.5. Organização do Sistema de Socorro até 2002	84
1.6. Fusão do SNB e SNPC – Antes, durante e depois	88
1.6.1. Criação do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil (SNBPC) – Decreto-Lei nº 49/2003 de 25 de Março	92
2. Novo Ordenamento Jurídico, Funcional e Operacional do Sistema de Protecção Civil e Socorro (2005 – 2008)	98
3. Atribuições, Competências e Responsabilidades dos agentes de protecção civil no Socorro	122
3.1. Corpos de Bombeiros	125
3.1.1. Missão dos Corpos de Bombeiros	125
3.1.2. Estrutura de comando dos Corpos de Bombeiros	127
3.1.3. Centralidade da função do Comandante na Organização Interna de um Corpo de Bombeiros.....	130
3.1.3.1. Habilitações literárias e proveniência da estrutura de comando dos bombeiros.....	135

2.2.1.3. Número de chefes de equipa por tipologia de	
corpo de bombeiros	214
2.2.1.3.1. Salvamento e Desencarceramento	216
2.2.1.3.2. Incêndios Urbanos e Industriais.....	217
2.2.1.3.3. Acidentes com matérias perigosas	218
2.2.1.3.4. Incêndios Florestais	218
2.2.1.4. Chefes de equipa nos CB's dos distritos de alto risco: Aveiro,	
Lisboa, Porto e Setúbal (Portaria n.º 1033/95, de 25 de Agosto)	221
2.2.1.4.1. Salvamento e Desencarceramento	221
2.2.1.4.2. Incêndios Urbanos e Industriais.....	222
2.2.1.4.3. Acidentes com matérias perigosas	224
2.2.1.4.4. Incêndios Florestais	225
2.2.2. Volume de formação realizada pela ENB entre 1988 e 2007	226
2.2.2.1. Formação Especializada	228
2.2.2.2. Formação Específica	229
2.2.2.3. Formação de Formadores	230
2.2.2.4. Formação de Aperfeiçoamento	231
2.2.2.5. Recertificações	231
2.2.2.6. Seminários/Workshops/Encontros	232
2.3. Bombeiros Certificados pela ENB no âmbito da portaria 277/2004.....	234
2.4. Análise e cumprimento das necessidades de Formação pela ENB	238
2.5. Criação de uma academia de Protecção Civil e Bombeiros	243
 Capítulo III – Cultura de Segurança nos Bombeiros Portugueses	249
1. Enquadramento	251
2. Perfil de Risco dos Bombeiros Portugueses	255
2.1. Bombeiros feridos em serviço entre 2005 e 2007	257
2.2. Bombeiros falecidos em serviço entre 1980 e 2007	260
2.2.1. Número de mortos, segundo o enquadramento do serviço em que	
ocorreu o sinistro e a causa que provocou a morte.....	264
3. Política e Gestão de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho	267
3.1. Documento definidor de uma política de prevenção	
de riscos profissionais	267
3.2. Estrutura externa com missão de prevenção de riscos profissionais	268
3.3. Serviços externos de SHST'	268
3.4. Bombeiros certificados em SHST'	269
3.5. Equipamentos de medida em SHST'	270

3.6. Plano de emergência nos Corpos de Bombeiros	270
3.7. Responsável certificado em SHST'	271
3.8. Plano anual de prevenção de riscos profissionais	272
4. Avaliação e controlo de riscos	273
4.1. Metodologia formal de avaliação dos riscos em SHST'	274
4.2. Metodologia formal de avaliação de riscos em matéria de condições ambientais de trabalho/riscos físicos, químicos e biológicos	275
4.3. Metodologia de avaliação dos riscos ergonómicos, psicossociais e organizacionais.....	275
4.4. Mecanismos de abordagem específica das lesões músculo-esqueléticas	276
4.5. Formação ou informação acerca dos factores ergonómicos mais relevantes	277
4.6. Estudo dos factores de organização e segurança do trabalho	278
4.7 Metodologia de avaliação do stress profissional	279
4.8 Avaliação dos riscos de movimentação manual de cargas	280
4.9. Formação na área de avaliação de riscos.....	281
4.10. Normas e procedimentos internos escritos ajustados às diferentes situações de risco	282
4.11. Programa de inspecções periódicas de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.....	283
5. Segurança de Instalações e Equipamentos	285
5.1. Cumprimento dos requisitos de segurança na compra de bens ou produtos para os corpos de bombeiros.....	286
5.2. Manutenção dos equipamentos por pessoal com formação adequada	287
5.3. Escolha de equipamentos (máquinas e ferramentas) que comportam menor risco	288
5.4. Procedimentos para isolar instalações e equipamentos danificados ou defeituosos	288
5.5. Sinalização de segurança nas zonas de manutenção	289
5.6. Sinalização e desobstrução das vias e saídas de emergência	290
5.7. Iluminação de segurança	291
5.8. Abertura das portas de emergência para o exterior de forma rápida e acessível	292
5.9. Pisos anti-derrapantes nas instalações	292
5.10. Escadarias e escadas fixas anti-derrapantes	293
5.11. Cumprimento das normas legais relativamente à temperatura e humidade das instalações operacionais	294
6. Formação em Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SHST)	295
6.1. Formação em SHST dos elementos de comando dos CB's	296

6.2. Formação em SHST das chefias dos CB's	297
6.3. Formação inicial sobre prevenção de riscos profissionais	297
6.4. Formação específica sobre acesso a zonas de risco grave	298
6.5. Formação inicial em matérias perigosas	299
6.6. Existência de planos prévios de intervenção para acidentes com matérias perigosas	299
6.7. Informação sobre medidas de controlo de riscos com matérias perigosas	300
6.8. Avaliação das necessidades de formação em SHST	301
7. Segurança Ocupacional no Corpos de Bombeiros	302
7.1. Exame médico prévio à admissão no CB	304
7.2. Programa de Inspeção Médica de Saúde nos CB's	305
7.3. Preenchimento de questionários de saúde ocupacional	306
7.4. Observação médica dos bombeiros que contactam com matérias perigosas	307
7.5. Registo comprovativo da realização de exames médicos	308
7.6. Aconselhamento dos bombeiros sobre vacinação.....	308
7.7. Comunicação obrigatória da alteração do estado de saúde do bombeiro	309
7.8. Realização de exames complementares de diagnóstico	310
7.9. Gabinete de saúde ocupacional com médico disponível	310
7.10. Metodologias de investigação das doenças profissionais	311
7.11. Planos de investigação de acidentes	312
7.12. Informação sobre riscos e medidas de prevenção relativas ao posto de trabalho e função no CB	312
7.13. Informação sobre riscos decorrentes da introdução de novos equipamentos ou novas tecnologias no CB	313
7.14. Informação sobre medidas a adoptar em caso de perigo grave e iminente	314
8. Registos sobre Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho	315
8.1. Relatório anual de actividades sobre SHST	316
8.2. Acidentes de serviço que ocasionaram incapacidade para o trabalho	316
8.3. Baixas por doença e número de dias de ausência.....	317
8.4. Registo e participação da totalidade dos acidentes ocorridos nos CB's	318
8.5. Investigação formal de todos os acidentes	318
8.6. Registo de fichas clínicas e de aptidão	319
8.6.1. Registos de fichas clínicas	320
8.6.2. Registos de fichas de aptidão	321
9. Segurança de Veículos	322
9.1. Orientação escrita sobre segurança de veículos de emergência	323
9.2. Extintor nos veículos de emergência	323

9.3 Kit de primeiros socorros nos veículos de emergência	324
9.4 Carta de condução actualizada dos condutores de veículos de emergência	325
9.5. Formação especial para condutores de ambulância de socorro	325
10. Treino Físico	326
10.1. Plano de formação com treino físico obrigatório	327
10.2. Periodicidade do treino físico	328
10.3. Treino semanal para escaladas de difícil acesso	329
10.4. Realização de treino físico uma vez por semana	330
11. Equipamentos de Protecção Individual	331
11.1. EPI's	332
11.2. Legislação em vigor sobre a utilização de EPI's	332
11.3. EPI's para matérias perigosas	333
11.4. Equipamentos de controlo e medida para matérias perigosas	334
11.5. EPI's para a cabeça no combate a incêndios urbanos	334
11.6. EPI's para a cabeça no combate a incêndios florestais	335
11.7. EPI's para protecção dos olhos em incêndios urbanos	336
11.8. EPI's para protecção dos olhos em incêndios florestais	336
11.9. EPI's para protecção dos olhos em desencarceramento	337
11.10. EPI's para protecção dos olhos em matérias perigosas	337
11.11. EPI de protecção da face	339
11.12. EPI de protecção de ouvidos em incêndios urbanos	339
11.13. EPI de protecção de ouvidos em incêndios florestais	340
11.14. EPI de protecção de ouvidos em desencarceramento	341
11.15. EPI de protecção para as mãos em incêndios urbanos	342
11.16. EPI de protecção para as mãos em incêndios florestais	342
11.17. EPI de protecção das mãos em desencarceramento	343
11.18. Protecção respiratória nos CB's	344
11.19. EPI de protecção do tronco, abdómen e braços	344
11.20. EPI para protecção de membros inferiores em incêndios urbanos	345
11.21. EPI para protecção de membros inferiores em incêndios florestais	346
11.22. EPI de protecção para os pés	347
11.23. EPI para protecção de riscos eléctricos	347
Capítulo IV – Análise e Perspectivas de mudança na Organização do Socorro	351
1. Enquadramento	353
1.1. Análise do défice de instrução/formação nos CB's	353
1.2. Proposta de nova estrutura formativa para os bombeiros	358

1.3. Proposta de modelo de gestão de competências	365
2. Análise do défice de cultura de segurança nos CB's	369
2.1. Modelo de gestão de SST nos CB's	372
2.1.1. Planeamento	374
2.1.2. Implementação	375
2.1.3. Verificação	377
2.1.4. Revisão	378
3. Mudança de paradigma na organização do socorro	379
3.1. Os municípios como base de uma protecção civil mais eficaz	383
3.2. O futuro das Associações Humanitárias de Bombeiros na organização do socorro do século XXI	392
Conclusão	397
Bibliografia	409
Índice Geral	435
Índice de Quadros	443
Índice de Figuras	447
Índice de Fotografias	461
Anexos	463

Índice de Quadros

Quadro I - Bombeiros em Missão de Protecção Civil	22
Quadro II - Definições de conceitos	55
Quadro III - Teoria do Risco e Gestão de Crises em Protecção Civil	56
Quadro IV - Disposições dos Códigos Administrativos no Âmbito da Organização dos Serviços de Bombeiros – de 1836 a 1906	72
Quadro V – Diplomas confinantes com a problemática da Protecção Civil e Bombeiros	97
Quadro VI - Proposta de carreira única	138
Quadro VII - Programa referencial de concurso para promoção á categoria de bombeiro sapador/bombeiro de 3ª classe.....	167
Quadro VIII - Novo referencial de Formação Inicial para Bombeiro Recruta/Aspirante	169
Quadro IX - Oferta formativa para o ano lectivo 2001/2002.....	172
Quadro X - Oferta Formativa da ENB – 2003	173
Quadro XI – Novo referencial da Formação Inicial do bombeiro voluntário	174
Quadro XII - Formação Inicial do Recruta/Sapador.....	175
Quadro XIII - Domínios programáticos do curso de formação de qualificação inicial de bombeiro	175
Quadro XIV – Carga horária global do plano de formação inicial nos CB's, por tipologia.....	185
Quadro XV - N.º de formadores do módulo de <i>combate a incêndios</i> certificados, e carência, por distrito	189
Quadro XVI – Carga horária ministrada no módulo “ <i>Salvamento, Desencarceramento e Desobstrução</i> ” por tipologia de CB.....	190
Quadro XVII - Valores absolutos, segundo tipologia do corpo de bombeiros, por distrito	192
Quadro XVIII - Existência de formador certificado no módulo “ <i>Manobras, Educação Física e Desportos</i> ”, por tipologia de CB	192
Quadro XIX - Existência de formador certificado no módulo “ <i>Manobras, Educação Física e Desportos</i> ”, por tipologia de CB e distrito	193
Quadro XX - Formação realizada na ENB de 1998 – 2007	194

Quadro XXI - Número de Bombeiros detentores do curso de Combate a Incêndios Urbanos e Industriais para Equipas de Primeira Intervenção, por distrito	197
Quadro XXII - Número de bombeiros detentores do curso de combate a incêndios florestais para equipas de primeira intervenção	198
Quadro XXIII - Número de bombeiros detentores do curso de tripulante de ambulância de socorro	201
Quadro XXIV – Número de bombeiros detentores do curso de salvamentos em grande ângulo	203
Quadro XXV – Número de bombeiros detentores do curso de todo o terreno.....	205
Quadro XXVI - N.º de Cursos de Formação Especializada realizada na ENB de 1998-2007.....	207
Quadro XXVII - Número de cursos de formadores em termos de formação especializada da ENB, entre 98-2007.....	220
Quadro XXVIII - Número total de CB`s com chefes de equipa de salvamento e desencarceramento, segundo tipologia, por distrito	222
Quadro XXIX - Número total de CB`s com chefes de equipa de incêndios urbanos e industriais, segundo tipologia de CB, por distrito	223
Quadro XXX - Número total de CB`s com chefes de equipa de acidentes com matérias perigosas, segundo tipologia de CB, por distrito	224
Quadro XXXI - Número total de CB`s com chefes de equipa de incêndios florestais, segundo tipologia de CB, por distrito	225
Quadro XXXII - Cursos de Formação Especializada entre 1998/99 e 2007	229
Quadro XXXIII - Formação Específica realizada na ENB entre 1998 e 2007.....	230
Quadro XXXIV - Formação de Formadores	230
Quadro XXXV - Número Formação Aperfeiçoamento para Quadros de Comando entre 98 -200.....	231
Quadro XXXVI - Número de recertificações entre 1998 e 2007	232
Quadro XXXVII – Seminários/Workshops/Encontros Técnicos entre 98 e 2007.....	233
Quadro XXXVIII - Relação dos cursos extintos e dos novos Cursos incluídos na Oferta Formativa da ENB, a partir de 2002, até 2007.....	234
Quadro XXXIX - Bombeiros certificados entre Março/2004 e 26/Setembro/2007.....	235

Quadro XL – Levantamento das necessidades de formação pela ENB, por tipologia de CB's	239
Quadro XLI - Rapidez de resposta da ENB às carências de formação de formadores, por tipologia dos CB's	240
Quadro XLII - Opinião sobre a transformação da ENB em Academia de Protecção Civil e Bombeiros por tipologia de CB	245
Quadro XLIII - Evolução do número de bombeiros feridos entre 2005 e 2007	258
Quadro XLIV – Reclassificação da terminologia das causas e enquadramentos das mortes ocorridas	264
Quadro XLV – Existência de programa de inspecção médica periódica ao corpo de bombeiros	305
Quadro XLVI - Défice de Instrução/Formação nos CB's	355
Quadro XLVII - Défice de Instrução/Formação nos CB's, segundo a causa	357
Quadro XLVIII - Défice de Cultura de Segurança (SST) nos CB's	370
Quadro XLIX - Défice de Cultura de Segurança nos CB's, segundo a causa	371
Quadro L - Orientações para a gestão de SST dos Bombeiros	372
Quadro LI - Análise SWOT dos CB's (pontos fortes/fracos)	395

Índice de Figuras

Fig. 1 - Paradigma Tradicional das Responsabilidades de Segurança e Defesa	29
Fig. 2 - Novo Paradigma de Segurança	30
Fig. 3 - Os Pilares da Segurança Humana na Sociedade da Globalização do Risco	31
Fig. 4 - Distribuição geográfica dos corpos de bombeiros	32
Fig. 5 - Incidência geográfica do inquérito, por município.....	44
Fig. 6 - Amostragem do Inquérito dos Corpos de B.V., por distrito.....	45
Fig. 7 - Tipologia de Competências dos Bombeiros.....	52
Fig. 8 - Objectivos da Protecção Civil.....	62
Fig. 9 - Domínios da actividade da Protecção Civil.....	62
Fig. 10 - Mulheres com os seus cântaros e homens com seus machados e enxadas	65
Fig. 11 - Utilização de baldes em madeira com cercadura de ferro para extinção dos incêndios	66
Fig. 12 - Bomba com suporte para baldes	67
Fig. 13 - Salvamento a náufragos com cabos de vaivém	74
Fig. 14 - Organização política e operacional da protecção civil	101
Fig. 15 - Rede estratégica de Protecção Civil de âmbito Nacional	102
Fig. 16 - Rede estratégica de Protecção Civil de âmbito Distrital	103
Fig. 17 - Organigrama do Comando Nacional de Operações de Socorro	104
Fig. 18 - Organograma do Sistema de Comando Operacional à directiva operacional nacional nº 01/2008	105
Fig. 19 - Organização Global da Resposta à Directiva Operacional Nacional N.º 01/2008	106
Fig. 20 - Evolução institucional da organização do socorro	108
Fig. 21 - Organização Superior da ANPC	108
Fig. 22 - Opinião sobre a criação do comandante operacional municipal	110
Fig. 23 - Opinião sobre a criação do comandante operacional municipal por tipologia de CB's	110
Fig. 24 - Opinião dos CB's sobre a existência de profissionais nos CB's voluntários	112
Fig. 25 - Opinião sobre a existência de profissionais nos CB's voluntários por tipologia	112
Fig. 26 - Opinião sobre a existência de corpos de bombeiros mistos	113
Fig. 27 - Opinião sobre a existências de corpos de bombeiros mistos por tipologia	113

Fig. 28 - Organograma de um CB voluntário, segundo o modelo organizativo definido no Despacho nº 2091/2008 da ANPC	128
Fig. 29 - Habilitações literárias dos comandos dos CB's	135
Fig. 30 - Habilitações literárias do comando por tipologia	135
Fig. 31 - Proveniência do Comandante nos CB's	136
Fig. 32 - Proveniência do Comandante, por tipologia	136
Fig. 33 - Opinião dos bombeiros sobre a carreira única	137
Fig. 34 - Opinião dos bombeiros segundo a tipologia dos CB's	137
Fig. 35 - Concordância com a proposta de Carreira Única.	139
Fig. 36 - Percentagem de respostas afirmativas quanto à proposta de carreira única	139
Fig. 37 - Opinião sobre a criação da carreira de Oficial Bombeiro	139
Fig. 38 - Opinião sobre a criação da carreira de Oficial Bombeiro por tipologia	139
Fig. 39 - Fluxograma do socorro Pré-hospitalar: O que acontece quando ligamos o 112?	149
Fig. 40 - Número de CB's com protocolos de ambulâncias PEM e protocolos de ambulâncias RES, por concelho	152
Fig. 41 - Distribuição geográfica dos CB's sem protocolo com o INEM e dos concelhos sem protocolos PEM ou RES.....	153
Fig. 42 - Principais Linhas de Força da Formação dos Bombeiros nos Primórdios do Século XXI	179
Fig. 43 - Carga horária global do plano de formação inicial nos CB's	184
Fig. 44 - Carga horária ministrada no módulo " <i>Combate a Incêndios – 70 horas</i> ".....	186
Fig. 45 - Carga horária ministrada no módulo " <i>Combate a Incêndios – 70 horas</i> " por tipologia de CB	187
Fig. 46 - Existência nos CB's de formador certificado no combate a incêndios	187
Fig. 47 - Formador certificado no combate a incêndios por tipologia de CB	187
Fig. 48 - Carga horária ministrada no módulo " <i>Salvamento, Desencarceramento e Desobstrução</i> "	189
Fig. 49 - Existência de formador certificado no módulo " <i>Salvamento e Desencarceramento</i> "	190
Fig. 50 - Existência de formador certificado no módulo " <i>Salvamento e Desencarceramento</i> " por tipologia	190
Fig. 51 - Cumprimento do referencial estabelecido no módulo " <i>Manobras, Educação Física e Desportos</i> ".....	191

Fig. 52 - Cumprimento do referencial estabelecido no módulo “Manobras, Educação Física e Desportos”, por tipologia de CB	191
Fig. 53 - Número de Bombeiros detentores do curso de Combate a Incêndios Urbanos e Industriais para Equipas de Primeira Intervenção, por distrito	196
Fig. 54 - Existência de formador certificado no Combate a Incêndios Urbanos e Industriais para Equipas de Primeira Intervenção, por distrito	197
Fig. 55 - Número de Bombeiros detentores do curso de Combate a Incêndios Florestais para Equipas de Primeira Intervenção, por distrito	199
Fig. 56 - Existência de formador certificado no combate a incêndios florestais para equipas de primeira intervenção, por tipologia	200
Fig. 57 - Número de Bombeiros detentores do curso de Tripulante de Ambulância de Socorro, por distrito	201
Fig. 58 - Existência de formador certificado no curso de Tripulante de Ambulância de Socorro, por distrito	202
Fig. 59 - Número de bombeiros detentores do curso de salvamentos em grande ângulo, por distrito	203
Fig. 60 - Existência de formador certificado do curso de salvamentos em grande ângulo	204
Fig. 61 - Número de bombeiros detentores do curso de todo o terreno, por distrito	206
Fig. 62 - Existência de formador certificado no Curso de condução todo o terreno	206
Fig. 63 - Existência de chefes de equipa em salvamento e desencarceramento	208
Fig. 64 - Existência de chefes de equipa em salvamento e desencarceramento por tipologia	208
Fig. 65 - Número de corpos de bombeiros com cursos de chefe de equipa em Salvamento e Desencarceramento, por distrito	209
Fig. 66 - Existência de chefes de equipa em incêndios urbanos e industriais	210
Fig. 67 - Existência de chefes de equipa em incêndios urbanos e industriais, por tipologia de CB.....	210
Fig. 68 - Número de corpos de bombeiros com cursos de chefe de equipa em Incêndios Urbanos e Industriais, por distrito	210
Fig. 69 - Existência de chefes de equipa de acidentes em matérias perigosas	211
Fig. 70 - Existência de chefes de equipa de acidentes em matérias perigosas, por tipologia de CB	211

Fig. 71 - Número de corpos de bombeiros com cursos de chefe de equipa em Matérias Perigosas, por distrito	212
Fig. 72 - Existência de chefes de equipa em incêndios florestais	212
Fig. 73 - Existência de chefes de equipa em incêndios florestais, por tipologia de CB	212
Fig. 74 - Número de corpos de bombeiros com cursos de chefe de equipa em Incêndios Florestais, por distrito	213
Fig. 75 - Distribuição do total de chefes de equipa segundo tipologia de CB	214
Fig. 76 - Número total de chefes de equipa, segundo área de socorro	214
Fig. 77 - Distribuição do número de chefes de equipa, por tipo de CB e área específica do socorro	215
Fig. 78 - Distribuição por distrito, do número total de chefes de equipa segundo o tipo de urgência	215
Fig. 79 - Distribuição do total de chefes de equipa segundo tipologia de CB	216
Fig. 80 - Número total de chefes de equipa em Salvamento e Desencarceramento, por distrito	216
Fig. 81 - Distribuição do total de chefes de equipa segundo tipologia de corpo de bombeiros	217
Fig. 82 - Número total de chefes de equipa em Incêndios Urbanos e Industriais, por distrito	217
Fig. 83 - Distribuição do total de chefes de equipa segundo tipologia de CB	218
Fig. 84 - Número total de chefes de equipa de Matérias Perigosas, por distrito	218
Fig. 85 - Distribuição do total de chefes de equipa de Incêndios Florestais por tipologia de CB	219
Fig. 86 - Número total de chefes de equipa de incêndios florestais por distrito	219
Fig. 87 - Cursos ministrados pela ENB dentro e fora das instalações	227
Fig. 88 - Elementos formados pela ENB, dentro e fora das instalações	227
Fig. 89 - Competência para utilizar processos de desimpedimento de vias	236
Fig. 90 - Competência para utilizar processos de desimpedimento de vias por tipologia de CB	236
Fig. 91 - Competência para utilizar técnicas de despoluição de águas	237
Fig. 92 - Competência para utilizar técnicas de despoluição de águas por tipologia	237

Fig. 93 - Competência para utilizar técnicas de intervenção em acidentes com matérias perigosas	237
Fig. 94 - Competência para utilizar técnicas de intervenção em acidentes com matérias perigosas por tipologia	237
Fig. 95 - Competência para utilizar técnicas de inspecção de sistemas e equipamentos de prevenção e segurança	238
Fig. 96 - Competência para utilizar técnicas de inspecção de sistemas e equipamentos de prevenção e segurança por tipologia de CB	238
Fig. 97 - Levantamento das necessidades de formação	239
Fig. 98 - Rapidez de resposta da ENB às carências de formação de formadores dos CB's	240
Fig. 99 - Metodologia de concepção do plano de formação dos bombeiros	241
Fig. 100 - Criação de uma Academia de Protecção Civil e Bombeiros	244
Fig. 101 - Criação de uma Academia de Protecção Civil e Bombeiros por tipologia	244
Fig. 102 - Opinião sobre a transformação da ENB em Academia de Protecção Civil e Bombeiros	244
Fig. 103 - Modelo de análise da cultura de segurança	252
Fig. 104 - Total de bombeiros feridos, em 2005, por distrito, segundo a causa	262
Fig. 105 - Total de bombeiros feridos, em 2006, por distrito, segundo a causa	259
Fig. 106 - Evolução do número de bombeiros mortos entre 1980 e 2007	260
Fig. 107 - Evolução do número de bombeiros mortos entre 1980 e 2006, por distrito	261
Fig. 108 - Distribuição do número de bombeiros mortos entre 1980 e 2006, por sexo	261
Fig. 109 - Distribuição do número de bombeiros mortos entre 1980 e 2006, por estado civil	261
Fig. 110 - Distribuição do número de bombeiros mortos entre 1980 e 2006, por faixa etária	262
Fig. 111 - Distribuição do número de bombeiros mortos entre 1980 e 2006, por categoria	263
Fig. 112 - Distribuição do número de bombeiros mortos entre 1980 e 2006, por mês	263
Fig. 113 - Distribuição do número de bombeiros mortos entre 1980 e 2006, por enquadramento	265
Fig. 114 - Distribuição do número de bombeiros mortos entre 1980 e 2006, por causa	266

Fig. 115 - Existência de documento definidor de uma política de prevenção de riscos profissionais	267
Fig. 116 - Existência de documento definidor de uma política de prevenção de riscos profissionais, por tipologia de CB	267
Fig. 117 - Existência de serviços ou outra estrutura interna com missão de prevenção de riscos profissionais	268
Fig. 118 - Existência de serviços ou outra estrutura interna com missão de prevenção de riscos profissionais, por tipologia de CB	268
Fig. 119 - Existência de Serviços Externos de SHST	269
Fig. 120 - Existência de Serviços Externos de SHST por tipologia	269
Fig. 121 - Existência de bombeiros certificados em SHST	269
Fig. 122 - Existência de bombeiros certificados em SHST, por tipologia	269
Fig. 123 - Existência de equipamentos de medida em SHST ajustados aos riscos profissionais dos bombeiros	270
Fig. 124 - Existência de equipamentos de medida em SHST ajustados aos riscos profissionais dos bombeiros por tipologia	270
Fig. 125 - Existência de plano de emergência implementado nos CB's	271
Fig. 126 - Existência de plano de emergência implementado nos CB's por tipologia	271
Fig. 127 - Nomeação pelo CB de responsável certificado em SHST	271
Fig. 128 - Nomeação pelo CB de responsável certificado em SHST por tipologia	271
Fig. 129 - Existência de plano anual de prevenção de riscos profissionais	272
Fig. 130 - Existência de plano anual de prevenção de riscos profissionais por tipologia	272
Fig. 131 - Existência de metodologia formal de avaliação em SHST	274
Fig. 132 - Existência de metodologia formal de avaliação em SHST por tipologia	274
Fig. 133 - Existência de metodologia formal de avaliação de riscos em matéria de condições ambientais de trabalho/riscos físicos, químicos e biológicos	275
Fig. 134 - Existência de metodologia formal de avaliação de riscos em matéria de condições ambientais de trabalho/riscos físicos, químicos e biológicos por tipologia ...	275
Fig. 135 - Existência de metodologia de avaliação dos riscos ergonómicos, psicossociais e organizacionais	276
Fig. 136 - Existência de metodologia de avaliação dos riscos ergonómicos, psicossociais e organizacionais por tipologia	276

Fig. 137 - Existência de mecanismos de abordagem específica das lesões músculo-esqueléticas	277
Fig. 138 - Existência de mecanismos de abordagem específica das lesões músculo-esqueléticas por tipologia	277
Fig. 139 - Fornecimento de formação ou informação acerca dos factores ergonómicos mais relevantes	278
Fig. 140 - Fornecimento de formação ou informação acerca dos factores ergonómicos mais relevantes por tipologia	278
Fig. 141 - Existência de estudos dos factores de organização e segurança no trabalho	279
Fig. 142 - Existência de estudos dos factores de organização e segurança no trabalho por tipologia	279
Fig. 143 - Existência de metodologia de avaliação do stress profissional	280
Fig. 144 - Existência de metodologia de avaliação do stress profissional por tipologia	280
Fig. 145 - Existência de avaliação dos riscos de movimentação manual de cargas	281
Fig. 146 - Existência de avaliação dos riscos de movimentação manual de cargas por tipologia	281
Fig. 147 - Formação na área de avaliação de riscos	282
Fig. 148 - Formação na área de avaliação de riscos por tipologia	282
Fig. 149 - Existência de normas e procedimentos internos ajustados às diferentes situações de risco	283
Fig. 150 - Existência de normas e procedimentos internos ajustados às diferentes situações de risco por tipologia	283
Fig. 151 - Existência de um Programa de inspecções periódicas de SHST	284
Fig. 152 - Existência de um Programa de inspecções periódicas de SHST por tipologia	284
Fig. 153 - Cumprimento da legislação de segurança relativa aos equipamentos	286
Fig. 154 - Cumprimento da legislação de segurança relativa aos equipamentos por tipologia	286
Fig. 155 - Cumprimento dos requisitos de segurança na compra de bens ou produtos para os corpos de bombeiros	287
Fig. 156 - Cumprimento dos requisitos de segurança na compra de bens ou produtos para os corpos de bombeiros por tipologia	287

Fig. 157 - Manutenção dos equipamentos por pessoal com formação adequada	287
Fig. 158 - Manutenção dos equipamentos por pessoal com formação adequada por tipologia	287
Fig. 159 - Escolha de equipamentos com menor risco	288
Fig. 160 - Escolha de equipamentos com menor risco por tipologia	288
Fig. 161 - Existência de procedimentos para isolar instalações e equipamentos danificados ou defeituosos	289
Fig. 162 - Existência de procedimentos para isolar instalações e equipamentos danificados ou defeituosos por tipologia	289
Fig. 163 - Sinalização de segurança nas zonas de manutenção	290
Fig. 164 - Sinalização de segurança nas zonas de manutenção por tipologia	290
Fig. 165 - Sinalização e desobstrução das vias e saídas de emergência	291
Fig. 166 - Sinalização e desobstrução das vias e saídas de emergência por tipologia	291
Fig. 167 - Existência de iluminação de segurança	291
Fig. 168 - Existência de iluminação de segurança por tipologia	291
Fig. 169 - Abertura das portas de emergência para o exterior de forma rápida e acessível	292
Fig. 170 - Abertura das portas de emergência para o exterior de forma rápida e acessível por tipologia	292
Fig. 171 - Existência de pisos anti-derrapantes nas instalações	293
Fig. 172 - Existência de pisos anti-derrapantes nas instalações por tipologia	293
Fig. 173 - Existência de escadarias e escadas fixas anti-derrapantes	293
Fig. 174 - Existência de escadarias e escadas fixas anti-derrapantes por tipologia	293
Fig. 175 - Cumprimento das normas legais relativamente à temperatura e humidade das instalações operacionais	294
Fig. 176 - Cumprimento das normas legais relativamente à temperatura e humidade das instalações operacionais por tipologia	294
Fig. 177 - Formação dos elementos do comando em SHST'	296
Fig. 178 - Formação dos elementos do comando em SHST' por tipologia	296
Fig. 179 - Formação das chefias em SHST'	297
Fig. 180 - Formação das chefias em SHST' por tipologia	297
Fig. 181 - Formação inicial sobre prevenção de riscos profissionais nos bombeiros	298
Fig. 182 - Formação inicial sobre prevenção de riscos profissionais nos bombeiros por tipologia	298

Fig. 183 - Formação específica sobre acesso a zonas de risco grave	298
Fig. 184 - Formação específica sobre acesso a zonas de risco grave por tipologia	298
Fig. 185 - Formação inicial em matérias perigosas	299
Fig. 186 - Formação inicial em matérias perigosas por tipologia	299
Fig. 187 - Existência de planos prévios de prevenção para acidentes com matérias perigosas	300
Fig. 188 - Existência de planos prévios de prevenção para acidentes com matérias perigosas por tipologia	300
Fig. 189 - Informação sobre medidas de controlo de riscos com matérias perigosas	300
Fig. 190 - Informação sobre medidas de controlo de riscos com matérias perigosas por tipologia	300
Fig. 191 - Avaliação das necessidades de formação em SHST	301
Fig. 192 - Avaliação das necessidades de formação em SHST por tipologia	301
Fig. 193 - Existência de exame médico prévio de admissão	305
Fig. 194 - Existência de exame médico prévio de admissão por tipologia	305
Fig. 195 - Periodicidade de inspecção médica ao corpo de bombeiros	306
Fig. 196 - Periodicidade de inspecção médica ao corpo de bombeiros por tipologia	306
Fig. 197 - Preenchimento de questionários de saúde ocupacional	307
Fig. 198 - Preenchimento de questionários de saúde ocupacional por tipologia	307
Fig. 199 - Observação médica dos bombeiros que contactam com matérias perigosas	307
Fig. 200 - Observação médica dos bombeiros que contactam com matérias perigosas por tipologia	307
Fig. 201 - Existência de registo comprovativo da realização de exames médicos	308
Fig. 202 - Existência de registo comprovativo da realização de exames médicos por tipologia	308
Fig.203 – Aconselhamento dos bombeiros sobre vacinação	309
Fig.204 – Aconselhamento dos bombeiros sobre vacinação por tipologia	309
Fig.205 – Comunicação da alteração do estado de saúde	309
Fig.206 – Comunicação da alteração do estado de saúde por tipologia	309
Fig.207 – Realização de exames complementares diagnóstico	310
Fig.208 – Realização de exames complementares diagnóstico por tipologia	310

Fig.209 – Existência de gabinete de saúde ocupacional	311
Fig.210 – Existência de gabinete de saúde ocupacional por tipologia	311
Fig.211 – Existência de metodologias de investigação das doenças profissionais	311
Fig.212 – Existência de metodologias de investigação das doenças profissionais por tipologia	311
Fig.213 – Existência de planos de investigação de acidentes	312
Fig.214 – Existência de planos de investigação de acidentes por tipologia	312
Fig.215 – Informação sobre riscos e medidas de prevenção	313
Fig.216 – Informação sobre riscos e medidas de prevenção por tipologia	313
Fig.217 – Informação sobre riscos de novos equipamentos e tecnologias	313
Fig.218 – Informação sobre riscos de novos equipamentos e tecnologias por tipologia	313
Fig.219 – Informação sobre medidas a adoptar em caso de perigo grave e iminente	314
Fig.220 – Informação sobre medidas a adoptar em caso de perigo grave e iminente por tipologia	314
Fig.221 – Existência de relatório anual sobre SHST'	316
Fig.222 – Existência de relatório anual sobre SHST' por tipologia	316
Fig.223 – Existência de listagem de acidentes de serviço que ocasionaram incapacidade para o trabalho	317
Fig.224 – Existência de listagem de acidentes de serviço que ocasionaram incapacidade para o trabalho por tipologia	317
Fig.225 – Listagem de baixas por doença e número de dias de ausência	317
Fig.226 – Listagem de baixas por doença e número de dias de ausência por tipologia	317
Fig.227 – Registo e participação da totalidade de acidentes	318
Fig.228 – Registo e participação da totalidade de acidentes por tipologia	318
Fig.229 – Investigação formal de todos os acidentes	319
Fig.230 – Investigação formal de todos os acidentes por tipologia	319
Fig.231 – Registos de fichas clínicas e de aptidão	320
Fig.232 – Registos de fichas clínicas e de aptidão por tipologia	320
Fig.233 – Registo de fichas clínicas	320
Fig.234 – Registo de fichas clínicas por tipologia	320
Fig.235 – Registos de fichas de aptidão	321
Fig.236 – Registos de fichas de aptidão por tipologia	321

Fig.237 – Existência de orientação escrita sobre segurança de veículos de emergência	323
Fig.238 – Existência de orientação escrita sobre segurança de veículos de emergência por tipologia	323
Fig.239 – Existência de extintor nos veículos de emergência	324
Fig.240 – Existência de extintor nos veículos de emergência por tipologia	324
Fig.241 – Existência de kit de primeiros socorros nos veículos de emergência	324
Fig.242 – Existência de kit de primeiros socorros nos veículos de emergência por tipologia	324
Fig.243 – Carta de condução actualizada dos condutores de veículos de emergência	325
Fig.244 – Carta de condução actualizada dos condutores de veículos de emergência por tipologia	325
Fig.245 – Formação especial de condutores de ambulância de socorro	326
Fig.246 – Formação especial de condutores de ambulância de socorro por tipologia	326
Fig.247 – Treino físico obrigatório no plano de formação	328
Fig.248 – Treino físico obrigatório no plano de formação por tipologia	328
Fig.249 – Periodicidade do treino físico	329
Fig.250 – Periodicidade do treino físico por tipologia	329
Fig.251 – Treino semanal para escaladas de difícil acesso	329
Fig.252 – Treino semanal para escaladas de difícil acesso por tipologia	329
Fig.253 – Realização de treino físico uma vez por semana	330
Fig.254 – Realização de treino físico uma vez por semana por tipologia	330
Fig.255 – Existência de EPI para todos os bombeiros do corpo activo	332
Fig.256 – Existência de EPI para todos os bombeiros do corpo activo por tipologia	332
Fig.257 – Cumprimento da legislação em vigor sobre EPI's	333
Fig.258 – Cumprimento da legislação em vigor sobre EPI's por tipologia	333
Fig.259 – Existência de EPI's para matérias perigosas	333
Fig.260 – Existência de EPI's para matérias perigosas por tipologia	333
Fig.261 – Existência de equipamentos de controlo e medida para matérias perigosas	334
Fig.262 – Existência de equipamentos de controlo e medida para matérias perigosas por tipologia	334
Fig.263 – EPI's para a cabeça em incêndios urbanos	335
Fig.264 – EPI's para a cabeça em incêndios urbanos por tipologia	335
Fig.265 – EPI's para a cabeça em incêndios florestais	335

Fig.266 – EPI's para a cabeça em incêndios florestais por tipologia	335
Fig.267 – EPI's para protecção dos olhos em incêndios urbanos	336
Fig.268 – EPI's para protecção dos olhos em incêndios urbanos por tipologia	336
Fig.269 – EPI's para protecção dos olhos em incêndios florestais	336
Fig.270 – EPI's para protecção dos olhos em incêndios florestais por tipologia	336
Fig.271 – EPI's para protecção dos olhos em desencarceramento	337
Fig.272 – EPI's para protecção dos olhos em desencarceramento por tipologia	337
Fig.273 – EPI's para protecção dos olhos em matérias perigosas	338
Fig.274 – EPI's para protecção dos olhos em matérias perigosas por tipologia	338
Fig.275 – EPI's para protecção da face	339
Fig.276 – EPI's para protecção da face por tipologia	339
Fig.277 – EPI's para protecção dos ouvidos em incêndios urbanos	340
Fig.278 – EPI's para protecção dos ouvidos em incêndios urbanos por tipologia	340
Fig.279 – EPI's para protecção dos ouvidos em incêndios florestais	340
Fig.280 – EPI's para protecção dos ouvidos em incêndios florestais por tipologia	340
Fig.281 – EPI's para protecção dos ouvidos em desencarceramento	341
Fig.282 – EPI's para protecção dos ouvidos em desencarceramento por tipologia	341
Fig.283 – EPI's para protecção das mãos em incêndios urbanos	342
Fig.284 – EPI's para protecção das mãos em incêndios urbanos por tipologia	342
Fig.285 – EPI's para protecção das mãos em incêndios florestais	342
Fig.286 – EPI's para protecção das mãos em incêndios florestais por tipologia	342
Fig.287 – EPI's para protecção das mãos em desencarceramento	343
Fig.288 – EPI's para protecção das mãos em desencarceramento por tipologia	343
Fig.289 – Existência de equipamentos de protecção respiratória nos CB's	344
Fig.290 – Existência de equipamentos de protecção respiratória nos CB's por tipologia	344
Fig.291 – Existência de EPI de protecção do tronco, abdómen e braços	345
Fig.292 – Existência de EPI de protecção do tronco, abdómen e braços por tipologia	345
Fig.293 – EPI para protecção dos membros inferiores em incêndios urbanos	345
Fig.294 – EPI para protecção dos membros inferiores em incêndios urbanos por tipologia	345
Fig.295 – EPI para protecção dos membros inferiores em incêndios florestais	346
Fig.296 – EPI para protecção dos membros inferiores em incêndios florestais por tipologia	346
Fig.297 – EPI para protecção dos pés	347

Fig.298 – EPI para protecção dos pés, por tipologia	347
Fig.299 – EPI para protecção de riscos eléctricos	348
Fig.300 – EPI para protecção de riscos eléctricos por tipologia	348
Fig.301 – Estrutura de Formação Integral dos Bombeiros Portugueses	359
Fig.302 – Proposta de Modelo de Qualidade subjacente ao Sistema de Formação da ENB.....	361
Fig.303 - Actividades do Modelo de Gestão de Competências dos Bombeiros	365
Fig.304 - Défice de Cultura de Segurança (SST) nos CB's, segundo a causa	371
Fig.305 - Modelo de Gestão de Segurança e Saúde nos Bombeiros Portugueses	373
Fig.306 - Modelo Integrado de Protecção Civil	381
Fig.307 – Gestão da Protecção Civil	382

Índice de Fotografias

Fotografia 1 - Bomba braçal dos B.M. de Santarém	68
Fotografia 2 - Bomba portuguesa concebida por Mateus da Costa – 1796	68
Fotografia 3 - Bomba a vapor Shando Mason e Co. (finais séc. XIX)	71
Fotografia 4 - Macas rodadas	74
Fotografia 5 - Manobras em esqueleto	76
Fotografia 6 - Exercícios de salvamento	76
Fotografia 7 – Hipomóvel	78
Fotografia 8 - Viatura mecânica	78
Fotografia 9 – B.V. Benedita em 1995	83
Fotografia 10 - B.V. Bombarral em 1995	83
Fotografia 11 - B.V. Torres Vedras em 1995	84
Fotografia 12 – Sede da Escola Nacional de Bombeiros (Sintra)	180
Fotografia 13 – Centro de Formação da Lousã	181
Fotografia 14 - Centro de Formação de Bragança	181
Fotografia 15 – Centro de Formação de São João da Madeira	182
Fotografia 16 – Corpo de Bombeiros, City of Linden (Newark)	388
Fotografia 17 - Companhia de Bombeiros Chilena (Viña del Mar)	389

Anexos

Anexo 1

Questionário de caracterização dos Bombeiros Portugueses

1ª Questão – Verifica-se, no contexto actual, vasta produção legislativa no domínio dos Bombeiros/Protecção Civil, no sentido da eventual “reforma”, do sector. Estamos ou não perante uma verdadeira situação de reforma? A nível operacional, o que mudou considerando que 80% do socorro continua a ser prestado por Corpos de Bombeiros ditos voluntários?

2ª Questão – Num artigo notável, publicado na Revista Técnica da ENB em 2004, o Senhor Comandante Nacional Operacional considerava, nevrálgico o papel dos Municípios na organização e concepção do sistema de Socorro. Não seria lógico que o sistema de Protecção Civil e Socorro emanasse da análise do risco municipal?

3ª Questão – A actual distribuição geográfica dos Corpos de Bombeiros obedeceu a alguma lógica específica de Segurança Interna, à análise técnica, científica ou operacional dos riscos em presença nos diferentes espaços geográficos do País, ou ao livre arbítrio da sociedade civil (homens bons) dos concelhos e freguesias face às necessidades de segurança sentidas? É correcto afirmar-se que há corpos de bombeiros a mais nalguns concelhos ou distritos? Como se justificam as disparidades de meios existentes nos Corpos de Bombeiros do mesmo concelho/distrito quando existe mais que um Corpo?

4ª Questão – Sabendo-se que é um dos mais profundos conhecedores da problemática da Protecção Civil e dos Bombeiros, mesmo a nível internacional, como se processa noutros Países, a articulação dos bombeiros voluntários, com os corpos profissionais no âmbito da protecção civil? Estribar os corpos de bombeiros às Câmaras Municipais, ao invés das Associações, poderia ser uma boa solução para melhorar o sistema de Socorro? Existem Corpos de Bombeiros sustentados por Associações noutros Países?

5ª Questão – Conhecendo-se a centralidade da figura do Comandante em cada Corpo de Bombeiros, que vantagens e inconvenientes constata na nomeação dos Comandantes pelas Direcções das Associações? A situação anterior era mais adequada? O problema é mais de competências do que do processo de nomeação?

6ª Questão – Ainda quanto ao processo de nomeação do Comandante, considera de carácter eliminatório, um curso prévio específico para a função?
Que habilitações básicas e experiência considera adequadas à função de Comandante? A função é eminentemente técnica e operacional?
Os Comandantes devem ter iguais conhecimentos e “galões” independentemente de serem Comandantes em Vimioso, Aveiro, Sintra ou Marvão? Um Comandante com mais habilitações académicas, será, só por este facto, melhor comandante do seu Corpo de Bombeiros?

7ª Questão - Constata-se uma ausência quase generalizada de um Sistema de apoio à Segurança Higiene e Saúde no Trabalho, nos Corpos de Bombeiros.
A que se deve a actual situação?
Os diferentes organismos que tutelam os bombeiros, nunca valorizaram este aspecto?

8ª Questão – A actual reforma privilegia esta matéria de forma adequada, ou seja, basta criar, a nível central um Núcleo/Divisão, para que o problema fique solucionado?

9ª Questão - Sabendo-se que a profissão de bombeiro é uma das mais perigosas e exigentes ao nível físico, como se justifica que a esmagadora maioria dos Corpos de Bombeiros não lhe dê a devida importância, sendo pouco comuns os exemplos de promoção do treino físico, pelo menos uma vez por semana? Neste particular haverá diferenças substanciais entre os Corpos de Bombeiros Associativos e os Profissionais Sapadores e Municipais?

10ª Questão – Porque é que a instrução/formação básica não é uniforme em todos os Corpos de Bombeiros? Enquanto reputado perito, como explica as actuais disparidades de instrução/formação ao nível do País? A disparidade pode estar ligada à localização geográfica? À falta de formadores internos ou externos?

11ª Questão – Porque é que não existe homogeneidade na distribuição dos meios de socorro básicos, nos fardamentos e nos EPI em todos os Corpos de Bombeiros? No processo de atribuição dos meios e equipamentos, é respeitada a análise de riscos em presença e a tipificação dos Corpos de Bombeiros?

12ª Questão – A Escola Nacional de Bombeiros descentralizada seria uma boa solução para aumentar a formação dos bombeiros? Se é assim, porque não conseguiu implementar-se essa solução? Pode haver uma verdadeira Escola sem campo de treinos adequado e um corpo pedagógico de formadores de comprovada valia científica?

CARREIRA ÚNICA (ver proposta anexa)

13ª Questão – Considerando que os riscos são idênticos para bombeiros profissionais e voluntários, concorda com a criação de uma carreira única para os bombeiros portugueses acontece em França por exemplo? Em anexo está uma proposta? Caso não concorde importa-se de explicitar a sua proposta?

14ª Questão – Concorda com a criação de uma Academia de Protecção Civil e Bombeiros, sob tutela directa do Estado, que ministre formação técnico - profissional e superior dos bombeiros?

A ENB pode ser essa Academia? Qual a tutela mais adequada para essa Academia?

COMPETÊNCIAS

15ª Questão – As competências estratégicas (básicas) para a formação inicial dos bombeiros, no domínio dos saberes-fazer, foram definidos pelo IIEFP em 2004. Como se justifica que a maioria dos elementos dos Corpos de Bombeiros não detenham todas ou parte das competências determinadas, no início da carreira? Por exemplo, a competência para utilizar técnicas de intervenção com matérias perigosas é raro existir, tal como a técnica de despoluição de águas? Como se justifica tal situação?

16ª Questão – A disparidade da formação nos Corpos de Bombeiros dever-se-á à insuficiência de resposta da ENB ou à falta de disponibilidade dos próprios bombeiros para a formação ou ainda ao perfil do comando de cada corpo de bombeiros? Concorda com a “ideia” de que deveria ser a ENB à porta dos bombeiros e não os bombeiros à porta da ENB?

17ª Questão – Como se explica que possa chegar-se a Bombeiro de 3ª sem cumprir no mínimo 280 horas de formação inicial, conforme está estabelecido no Manual de Formação Inicial de Bombeiros e aprovado pelo Conselho Superior de Bombeiros em 1998?

18ª Questão – No tocante à formação especializada e específica, os Corpos de Bombeiros do interior detêm menos formadores nestas áreas. Trata-se de um problema de distância geográfica?

19ª Questão – A figura do Comandante Operacional Municipal é pacífica onde apenas existe um Corpo de Bombeiros?

20ª Questão – É verdade que alguns Corpos de Bombeiros fazem escolas de formação, sem obediência a um programa específico de formação inicial, determinado pelo IIEFP ou ENB?

21ª Questão – Existem, de facto, 41 000 bombeiros voluntários?

22ª Questão – O que distingue verdadeiramente o bombeiro sapador do bombeiro voluntário e do bombeiro municipal?

23ª Questão – Nos Corpos de Bombeiros sapadores o treino físico é diário para todas as categorias?

24ª Questão – Como especialista, qual o futuro dos Bombeiros Voluntários no século XXI? Os voluntários “são pau para toda a colher”? É assim nos Países da Comunidade Europeia? Nestes países existem Associações de Bombeiros do tipo português?

25ª Questão - Se os Corpos de Bombeiros dos distritos de Beja, Castelo Branco, Bragança e até Faro têm em média, mais de 30 mil hectares para controlar ao nível de incêndios florestais, que lógica justifica 54 e 47 corpos de bombeiros respectivamente nos distritos de Lisboa e Porto, cuja área de controlo é de 5113 e 5096 hectares em média?

26ª Questão - É conhecida alguma justificação científica, técnica ou operacional, para a existência de 6 corpos de bombeiros em Alijó (concelho com 14000 mil habitantes) 7 corpos em Loures, Oeiras, Gaia e 8 em Sintra?

27ª Questão - Barcelos/Barcelinhos, Bombeiros Novos/Velhos, Espinho/Espinhenses, S. Tirso/Tirsenses, Cruz Branca/Cruz Verde (Vila Real), Famalicão/Famalicensenses. Esta situação de criação de corpos de bombeiros na mesma localidade teve lógica operacional, técnica ou política? Existem estudos de análise/avaliação de riscos? Continua a ser fácil

Proposta de Carreira Única

ACTUAL DESIGNAÇÃO		NOVA PROPOSTA (Carreira única)	
Sapadores	Voluntários e Municipais	CARREIRA	CATEGORIA
N/existe	N/existe	Oficial Superior	Chefe Superior Principal (1)
			Chefe Superior (2)
Chefe Principal	Comandante	Oficial	Chefe Principal (3)
Chefe de 1ª classe	2ª Comandante		Chefe de 1ª classe (4)
Chefe de 2ª classe	Adjunto do Comando		Chefe de 2ª classe (5)
Subchefe Principal	Chefe (6)	Chefia	Subchefe Principal
Subchefe 1ª classe	Subchefe		Subchefe de 1ª classe
Subchefe 2ª classe	Bombeiro 1ª classe		Subchefe de 2ª classe
Bombeiro Sapador	Bombeiro 2ª classe	Bombeiro	Bombeiro Especialista
	Bombeiro 3ª classe		Bombeiro
(1) - Comandante de Regimento; (2) - Comandante de Batalhão; (3) - Comandante de Companhia (e de C. B. Municipais e Voluntários, tipo 1 e 2); (4) - Comandante de Secção/Pelotão (e de C. B. Voluntários, de tipo 3); (5) - Comandante de C.B. Voluntários, de tipo 4; (6) - Esta categoria passaria a corresponder à carreira de oficial bombeiro, que será subdividida em diversas categorias.			

Anexo 2

Inquérito aos Corpos de Bombeiros Portugueses

UNIVERSIDADE DO PORTO

Faculdade de Letras – Departamento de Geografia

Numa sociedade em constante mudança, com exigências crescentes de desenvolvimento e bem-estar, mas também com mais riscos e cada vez mais informada, os bombeiros (sapadores, municipais, voluntários e privativos) têm vindo a assumir, de forma activa, um papel de crescente destaque na protecção e socorro de pessoas e bens.

Também é por todos conhecido que, com frequência, acontecem acidentes de trabalho que atingem os bombeiros, no seu dia-a-dia, decorrentes da pluralidade das actividades que desempenham em condições e ambientes hostis. A somar aos acidentes há ainda a considerar a ocorrência de doenças profissionais agudas e crónicas que podem gerar incapacidades para a profissão ou para todo e qualquer trabalho.

É dentro desta envolvente, e integrado no meu trabalho de doutoramento, **a Segurança dos Bombeiros e os Riscos Inerentes à sua Missão**, a realizar na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que surge o questionário sobre a Prevenção de Riscos Profissionais nos Bombeiros Portugueses” que tem por objectivo identificar e analisar as condições de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho dos Bombeiros Portugueses e bem assim a formação e competências detidas.

Para atingir tal objectivo, peço o vosso inestimável e imprescindível contributo e disponibilidade, solicitando o preenchimento do referido questionário, que envio em anexo (o que não demorará mais do que cerca de 20 minutos). O Inquérito destina-se a fins científicos, garantindo-se a confidencialidade das respostas.

Certo de que poderei contar com uma resposta o mais breve possível, envio envelope RSF para devolução do questionário após o seu preenchimento.

Agradeço desde já o tempo tomado e subscrevo-me com muita estima e elevada consideração,

Peço-lhe o favor da resposta ao questionário até 30 de Março.

Se tiver dúvidas no preenchimento não hesite em contactar pelo nº 968076960 ou 21 4194227.

Porto, 5 de Março de 2007

António Duarte Amaro



QUESTIONÁRIO

Caracterização Geral dos Bombeiros Portugueses

Por favor, leia atentamente as questões seguintes e assinale com uma X no(s) quadrado(s) a(s) resposta(s) correspondentes

1. Corpo de Bombeiros (facultativo)

2. Distrito onde se localiza

3. Concelho

4. Tipo de Corpo de Bombeiros:

Municipais (Sapadores) ☐

Municipais (Mistos) ☐

(Profissionais + Voluntários)

Voluntários / Associativos ☐

(Integram Voluntários e permanentes)

Privativos (Empresas) ☐

Nº de bombeiros voluntários

Nº de bombeiros profissionais

Nº de funcionários que também são bombeiros voluntários

Nº de Mulheres bombeiros

Identificação do elemento do comando responsável pelo preenchimento:

Comandante ☐

2º Comandante ☐

Adjunto do Comando ☐

Outra Categoria ☐

Habilitações Literárias do elemento do Comando responsável pelo preenchimento:

1º ciclo 4ª classe ☐

2º ciclo 6ª classe ☐

3º ciclo 9ª classe ☐

10º, 11º ou 12º Escolaridade ☐

Bacharelato ☐

Licenciatura ☐

Outra ☐

O Comandante é oriundo:

(escolha apenas uma posição)

Da carreira de bombeiro ☐

Dirigente ou ex: Dirigente ☐

Outra situação ☐

PREVENÇÃO DE RISCOS PROFISSIONAIS NOS BOMBEIROS

	Sim	Não
1. Política e Gestão de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SHST)		
1.1 Existe no corpo de bombeiros documento que defina uma política de prevenção de riscos profissionais?		
1.2 O corpo de bombeiros possui serviços ou qualquer outra estrutura interna com missão de prevenção dos riscos profissionais?		
1.2.1 O corpo de bombeiros possui serviços externos de Segurança Higiene e Saúde no Trabalho?		
1.3 O corpo possui bombeiros certificados na Área de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho?		
1.4 Existem equipamentos de medida em matéria de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, com características ajustadas aos riscos profissionais dos bombeiros?		
1.5 Existe um plano de emergência implementado no Corpo de Bombeiros?		
1.6 O corpo de bombeiros nomeou algum responsável certificado em Segurança e Saúde no Trabalho?		
1.7 Existe um plano anual de prevenção de riscos profissionais para o seu corpo de bombeiros?		
2. Avaliação e Controlo de Riscos		
2.1 Existe uma metodologia formal de avaliação dos riscos para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho?		
2.2 Existe metodologia formal de avaliação de riscos em matéria de condições ambientais de trabalho/riscos físicos, químicos e biológicos?		
2.3 Existe metodologia de avaliação dos riscos ergonómicos, psicossociais e organizacionais?		
2.3.1 Existem mecanismos de abordagem específica das lesões músculo-esqueléticas?		
2.3.2 É fornecida formação ou informação acerca dos factores ergonómicos mais relevantes (posturas de trabalho, equipamentos dotados com visor, etc)?		
2.3.3 O corpo de bombeiros procede ao estudo dos factores de organização e segurança do trabalho?		
2.3.4 Existe uma metodologia de avaliação do stress profissional?		
2.4 Existe avaliação dos riscos de movimentação manual de cargas?		
2.4.1 Os bombeiros receberam formação nesta área?		

2.5 As normas e procedimentos internos estão escritos e ajustam-se às diferentes situações de risco?		
2.6 Existe um programa de inspeções periódicas de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho?		
3. Segurança de Instalações, e Equipamentos		
3.1 As máquinas, ferramentas e outros equipamentos têm marcação de segurança, identificam o fabricante, os riscos e apresentam instruções de segurança?		
3.2 São exigidos requisitos de segurança na compra de bens ou produtos para o corpo de bombeiros?		
3.3 A manutenção dos equipamentos obedece a um programa elaborado por pessoal com formação adequada?		
3.4 São escolhidos produtos, máquinas, ferramentas e outros equipamentos que comportam menos riscos sem prejuízo da eficácia?		
3.5 Existem procedimentos para isolar instalações e equipamentos danificados ou defeituosos?		
3.6 Os riscos que existem nas zonas de manutenção estão claramente sinalizados nas respectivas portas?		
3.7 As vias e saídas de emergência estão bem sinalizadas e desobstruídas?		
3.8 Existe iluminação de segurança?		
3.9 As portas de emergência abrem para o exterior de forma rápida e acessível?		
3.10 Os pisos das instalações são antiderrapantes?		
3.11 As escadarias e escadas fixas são anti-derrapantes?		
3.12 A temperatura e a humidade das instalações operacionais são adequadas?		
4. Formação em Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SHST)		
4.1 Os elementos do comando frequentaram algum curso sobre gestão da Segurança e Saúde no Trabalho?		
4.2 As chefias no corpo de bombeiros frequentaram algum curso sobre gestão da Segurança e Saúde no Trabalho?		
4.3 Os bombeiros receberam formação inicial sobre os riscos profissionais e aplicação dos princípios gerais da prevenção?		
4.4 É dada formação específica sobre acesso a zonas de risco grave?		
4.5 O corpo de bombeiros ministra aos seus bombeiros formação inicial em matérias perigosas?		

4.6 Existem planos prévios de intervenção para acidentes com matérias perigosas?			
4.6.1 Os bombeiros estão informados sobre medidas de controlo destes riscos?			
4.7 As necessidades de formação em Segurança e Saúde no Trabalho foram avaliadas?			
		Sim	Não
5. Saúde Ocupacional			
5.1 Todos os bombeiros admitidos são sujeitos a exame médico de aptidão?			
5.2 Existe um programa de inspecção periódica de Saúde ao Corpo de Bombeiros?			
Qual a periodicidade?	Semanal		
	Quinzenal		
	Mensal		
	Semestral		
	Anual		
5.3 Todos os bombeiros preencheram questionários de saúde ocupacional?			
5.4 Todos os bombeiros que contactam com substâncias perigosas são vistos pelo médico?			
5.4.1 O corpo de bombeiros regista se os exames médicos se realizaram?			
5.4.2 Os bombeiros são aconselhados sobre vacinação?			
5.5 Os bombeiros sabem que têm de avisar em caso de alteração do seu estado de saúde?			
5.6 São efectuados exames complementares de diagnóstico?			
5.7 O corpo de bombeiros possui gabinete de saúde ocupacional com médico disponível?			
5.8 Existem metodologias de investigação das doenças profissionais?			
5.9 Existem planos de investigação de acidentes?			
5.10 É prestada informação sobre os riscos e medidas de prevenção relativas ao posto de trabalho ou função?			
5.10.1 É prestada informação sobre risco de trabalho quando ocorre mudança de funções, introdução de novos equipamentos, ou novas tecnologias?			
5.11 E sobre as medidas a adoptar em caso de perigo grave e eminente?			

6. Registos		
6.1 Existe no corpo de bombeiros um relatório anual de actividades sobre a Segurança, Higiene e Saúde dos bombeiros?		
6.2 Uma lista dos acidentes de serviço que ocasionaram incapacidade para o trabalho?		
6.3 Uma listagem de baixas por doença e do número de dias de ausência?		
6.4 Todos os acidentes são formalmente participados e registados?		
6.5 Todos os acidentes significativos são formalmente investigados?		
6.6 No seu corpo de bombeiros existem registos de:	Fichas clínicas?	
	Fichas de aptidão?	
7. Segurança de veículos		
7.1 Existe uma orientação escrita relativamente à Segurança de Veículos?		
7.2 Todos os veículos estão dotados de extintor?		
7.3 Todos os veículos possuem kit de primeiros socorros?		
7.4 Todos os condutores autorizados possuem carta de condução actualizada?		
7.5 Os condutores de ambulância de socorro têm formação especializada?		
8. Treino físico		
8.1 O Plano de formação da corporação contempla treino físico obrigatório como dever profissional e salvaguarda pessoal?		
8.1.1 Qual a periodicidade do treino físico?	Uma vez por semana	
	Três vezes por semana	
	Outra periodicidade	
8.1.2 É efectuado treino semanal de preparação para escalar e atingir locais de difícil acesso?		
8.1.3 Todos os bombeiros participam uma vez por semana em sessões de treino físico?		
9. Equipamentos de protecção individual EPI		
9.1 Existem equipamentos de protecção individual para todos os bombeiros do corpo activo?		
9.2 O corpo de bombeiros cumpre com a legislação em vigor em relação aos EPI?		

9.3 O corpo de bombeiros possui fatos de protecção para matérias perigosas?			
9.4 O corpo de bombeiros possui outros equipamentos de controlo e medida para matérias perigosas?			
9 9.5 Os bombeiros possuem equipamentos de protecção para a cabeça?	Para incêndios Urbanos		
	Para incêndios Florestais		
9.6 Os bombeiros possuem equipamentos de protecção dos olhos?	Para incêndios Urbanos		
	Para incêndios Florestais		
	Desencarcera- mento		
	Matérias Perigosas		
		Sim	Não
9.7 Os bombeiros possuem equipamentos de protecção da face?			
9.8 Os bombeiros possuem equipamentos de protecção dos ouvidos?	Para incêndios Urbanos		
	Para incêndios Florestais		
	Desencarcera- mento		
9.9 Os bombeiros possuem equipamentos de protecção para as mãos?	Para incêndios Urbanos		
	Para incêndios Florestal		
	Desencarcera- mento		
9.10 Os bombeiros possuem equipamentos de protecção respiratória?			

9.11 Os bombeiros possuem equipamentos de protecção do tronco, abdómen e braços?																															
9.12 Os bombeiros possuem equipamentos de protecção dos membros inferiores?		Para incêndios Urbanos																													
		Para incêndios Florestal																													
9.13 Os bombeiros possuem equipamentos de protecção para os pés?																															
9.14 O corpo de bombeiros possui equipamentos de protecção para riscos eléctricos?																															
10. Carreira Única																															
10.1 Considerando que os riscos são idênticos para bombeiros profissionais e voluntários, concorda com a criação de uma carreira única para os bombeiros portugueses?																															
10.1.1 Concorda com a proposta de carreira única a seguir apresentada?																															
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">ACTUAL DESIGNAÇÃO</th> <th colspan="2">NOVA PROPOSTA (Carreira única)</th> <th>Sim</th> <th>Não</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Sapadores</td> <td>Voluntários e Municipais</td> <td>CARREIRA</td> <td>CATEGORIA</td> <td rowspan="6"></td> <td rowspan="6"></td> </tr> <tr> <td>N/existe</td> <td>N/existe</td> <td>Oficial Superior</td> <td>Chefe Superior Principal (1) Chefe Superior (2)</td> </tr> <tr> <td>Chefe Principal Chefe de 1ª classe Chefe de 2ª classe</td> <td>Comandante 2ª Comandante Adjunto do Comando</td> <td>Oficial</td> <td>Chefe Principal (3) Chefe de 1ª classe (4) Chefe de 2ª classe</td> </tr> <tr> <td>Subchefe Principal Subchefe 1ª classe Subchefe 2ª classe</td> <td>Chefe (5) Subchefe Bombeiro 1ª classe Bombeiro 2ª classe</td> <td>Chefia</td> <td>Subchefe Principal Subchefe de 1ª classe Subchefe de 2ª classe</td> </tr> <tr> <td>Bombeiro Sapador</td> <td>Bombeiro 3ª classe</td> <td>Bombeiro</td> <td>Bombeiro Especialista Bombeiro</td> </tr> </tbody> </table> (1) - Comandante de Regimento, (2) - Comandante de Batalhão, (3) - Comandante de Companhia (e de C. B. Municipais e Voluntários, com n.º de bombeiros equivalente), (4) - Comandante de Secção/Pelotão (e de C. B. Voluntários, com reduzido n.º de bombeiros), (5) - Esta categoria seria anulada				ACTUAL DESIGNAÇÃO		NOVA PROPOSTA (Carreira única)		Sim	Não	Sapadores	Voluntários e Municipais	CARREIRA	CATEGORIA			N/existe	N/existe	Oficial Superior	Chefe Superior Principal (1) Chefe Superior (2)	Chefe Principal Chefe de 1ª classe Chefe de 2ª classe	Comandante 2ª Comandante Adjunto do Comando	Oficial	Chefe Principal (3) Chefe de 1ª classe (4) Chefe de 2ª classe	Subchefe Principal Subchefe 1ª classe Subchefe 2ª classe	Chefe (5) Subchefe Bombeiro 1ª classe Bombeiro 2ª classe	Chefia	Subchefe Principal Subchefe de 1ª classe Subchefe de 2ª classe	Bombeiro Sapador	Bombeiro 3ª classe	Bombeiro	Bombeiro Especialista Bombeiro
ACTUAL DESIGNAÇÃO		NOVA PROPOSTA (Carreira única)		Sim	Não																										
Sapadores	Voluntários e Municipais	CARREIRA	CATEGORIA																												
N/existe	N/existe	Oficial Superior	Chefe Superior Principal (1) Chefe Superior (2)																												
Chefe Principal Chefe de 1ª classe Chefe de 2ª classe	Comandante 2ª Comandante Adjunto do Comando	Oficial	Chefe Principal (3) Chefe de 1ª classe (4) Chefe de 2ª classe																												
Subchefe Principal Subchefe 1ª classe Subchefe 2ª classe	Chefe (5) Subchefe Bombeiro 1ª classe Bombeiro 2ª classe	Chefia	Subchefe Principal Subchefe de 1ª classe Subchefe de 2ª classe																												
Bombeiro Sapador	Bombeiro 3ª classe	Bombeiro	Bombeiro Especialista Bombeiro																												

10.1.1.1. Se respondeu "Não", importa-se de justificar?			
10.2 Concorda com a criação de uma Academia de Protecção Civil e Bombeiros, sob tutela directa do Estado, que ministre formação técnico-profissional e superior aos bombeiros?			
10.3 A actual Escola Nacional de Bombeiros pode ser essa Academia?			
10.4 Concorda com a criação da carreira de oficial bombeiro?			
10.5 Concorda com a existência de bombeiros profissionais nos corpos de bombeiros voluntários?			
10.6 Concorda com a existência de Corpos de Bombeiros mistos (voluntários e profissionais)?			
10.7 Concorda com a criação de Comandantes Operacionais Municipais?			
		Sim	Não
11. As competências estratégicas dos bombeiros no domínio dos saberes-fazer, foram definidas pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) em 2004. Das competências a seguir enunciadas, assinale quais as que são ministradas no seu Corpo de Bombeiros, no curso de formação inicial de bombeiro.			
11.1 Identificar tipos, características e utilização dos diferentes equipamentos de protecção individual?			
11.2 Identificar tipos, características e utilização dos diferentes equipamentos de combate a incêndios e salvamento?			
11.3 Utilizar as técnicas de operação de sistemas de comunicação?			
11.4 Utilizar as técnicas de combate a incêndios florestais?			
11.5 Utilizar as técnicas de combate a incêndios urbanos e industriais?			
11.6 Utilizar as técnicas de ventilação táctica?			
11.7 Identificar tipos, características e utilização dos diferentes agentes extintores?			
11.8 Utilizar técnicas de desencarceramento de pessoas?			
11.9 Utilizar técnicas de primeiros socorros?			
11.10 Utilizar técnicas de inspecção de sistemas e equipamentos de prevenção e segurança?			
11.11 Utilizar processos de desimpedimento de vias?			

11.12 Utilizar técnicas de despoluição de águas?			
11.13 Utilizar técnicas de intervenção em acidentes com matérias perigosas?			
11.14 Os bombeiros de 3ª do seu corpo de bombeiros detêm todas as competências atrás assinaladas?			
11.15 Os bombeiros sapadores detêm todas as competências atrás assinaladas?			
11.16 A formação dada aos recrutas/aspirantes para aquisição das competências atrás referidas foi ministrada por formadores certificados?	Internos		
	Externos		
11.17 A formação dada aos recrutas/aspirantes para aquisição das competências atrás referidas foi ministrada por formadores não certificados?	Internos		
	Externos		
12. Formação Inicial do Bombeiro			
12.1 No seu corpo de bombeiros o módulo de formação inicial “ Combate a Incêndios ” tem a duração de: 70 horas ☐ Entre 35 e 69 horas ☐ Entre 15 e 34 horas ☐ Outra ☐			
12.2.1 O seu corpo de bombeiros tem formador certificado nesta área?			
12.2 No seu corpo de bombeiros o módulo de formação inicial “ Salvamento, Desencarceramento e Desobstrução ” tem a duração de: 35h ☐ Entre 15 – 34 horas ☐ Inferior a 15 h ☐			
12.2.1 O seu corpo de bombeiros tem formador certificado nesta área?			
12.3 No seu corpo de bombeiros o módulo “ Manobras, Educação Física e Desportos ” do curso de formação inicial do bombeiro tem a duração de: 150 h ☐ Entre 70 e 149 horas ☐ Entre 35 e 69 horas ☐ Inferior a 35 h ☐			
12.3.1 O seu corpo de bombeiros tem formador certificado nesta área?			
12.3.2 Plano de formação inicial do bombeiro incluindo a componente teórica e prática em contexto de formação e contexto real de trabalho tem a duração de: 1810 h ☐ Entre 1000 e 1799 ☐ Entre 500 e 999 ☐ Entre 280 e 499 ☐ Entre 100 e 279 ☐ Inferior a 100 h ☐			
12.3.3 A Escola Nacional de bombeiros responde com rapidez às carências de formação de formadores do seu Corpo de Bombeiros?			
12.3.4 A Escola Nacional de Bombeiros procedeu ao levantamento de necessidades de formação do seu corpo de bombeiros?			

13. Formação Especializada do Bombeiro			
Dos cursos de formação especializada a seguir enunciados, assinale quais são ministrados no seu Corpo de Bombeiros:			
13.1 Curso de Combate a Incêndios Urbanos e Industriais para Equipas de Primeira Intervenção (35horas)?			
13.1.1 O corpo de bombeiros tem formador certificado nesta área?			
13.1.1.2 Quantos bombeiros possuem este curso?			
13.2 Curso de combate a Incêndios Florestais para Equipas de Primeira Intervenção (35 horas)?			
13.2.1 O corpo de bombeiros tem formador certificado nesta área?			
13.2.2 Quantos bombeiros possuem este curso?			
		Sim	Não
13.3 Curso de Tripulante de Ambulância de Socorro (210 horas)?			
13.3.1 O Corpo de Bombeiros tem formador certificado nesta área?			
13.3.2 Quantos bombeiros possuem este curso?			
13.4 Curso de Salvamentos em Grande Ângulo (35 horas)?			
13.4.1 O Corpo de bombeiro tem formador certificado nesta área?			
13.4.2 Quantos bombeiros têm este curso?			
13.5 Curso de Condução Todo-o-Terreno(35 horas)?			
13.5.1 O corpo de bombeiros tem formador certificado nesta área?			
13.5.2 Quantos bombeiros possuem este curso?			
14. Formação Específica do Bombeiro			
4.1 Na sua corporação há bombeiros que possuem os cursos de:	Chefe de Equipa de Salvamento e Desencarceramento		
	Chefe de Equipa de Combate a Incêndios Urbanos e Industriais		
	Chefe de Equipa de Acidentes c/ Matérias Perigosas		
	Chefe de Equipa de Combate a Incêndios Florestais		

14.2.1 Se respondeu afirmativamente, quantos bombeiros detém Curso de Chefe de Equipa de: • Salvamento e Desencarceramento • Combate a Incêndios Urbanos e Industriais • Acidentes com Matérias Perigosas • Combate a incêndios florestais		

Muito obrigado pelo seu contributo para o preenchimento do questionário. Solicita-se devolução para a UNIVERSIDADE DO PORTO, no envelope anexo, até 30 de Março.

Anexo 3

Número de CB's com Ambulâncias no SIEM, por concelho

DISTRITO	CONCELHO	PEM	SIV	SBV	RES	NINEM
AVEIRO	AGUEDA	1	1	0	1	0
	ALBERGARIA-A-VELHA	1	0	0	0	0
	ANADIA	1	1	0	0	0
	AROUCA	0	0	1	0	1
	AVEIRO	1	0	0	1	0
	CASTELO DE PAIVA	1	0	0	0	0
	ESPINHO	0	0	1	2	0
	ESTARREJA	0	1	1	1	0
	SANTA MARIA DA FEIRA	0	0	1	4	0
	ILHAVO	0	0	1	1	0
	MEALHADA	1	0	0	0	1
	MURTOSA	0	0	1	1	0
	OLIVEIRA DE AZEMEIS	1	0	0	1	1
	OLIVEIRA DO BAIRRO	0	0	0	1	0
	OVAR	1	0	1	1	0
	SAO JOAO DA MADEIRA	1	0	1	0	0
	SEVER DO VOUGA	1	0	0	0	0
	VAGOS	0	0	0	1	0
	VALE DE CAMBRA	0	0	0	1	0
BEJA	ALJUSTREL	0	0	0	1	0
	ALMODOVAR	0	0	0	1	0
	ALVITO	0	0	0	1	0
	BARRANCOS	0	0	0	0	1
	BEJA	1	0	1	0	0
	CASTRO VERDE	0	0	0	2	0
	CUBA	0	0	0	1	0
	FERREIRA DO ALENTEJO	1	0	0	0	0
	MERTOLA	1	0	0	0	0
	MOURA	1	1	0	0	0
	ODEMIRA	1	1	0	1	0
	OURIQUE	1	0	0	0	0
	SERPA	0	0	0	1	0
BRAGA	VIDIGUEIRA	0	0	0	1	0
	AMARES	0	0	0	2	0
	BARCELOS	1	0	0	5	0
	BRAGA	2	0	1	0	1
	CABECEIRAS DE BASTO	0	1	0	1	1
	CELORICO DE BASTO	0	0	1	2	0
	ESPOSENDE	1	0	0	1	1
	FAFE	0	1	0	2	0
	GUIMARAES	1	0	1	1	0
	POVOA DE LANHOSO	0	0	0	1	0
	TERRAS DE BOURO	0	0	0	4	0
	VIEIRA DO MINHO	1	0	1	1	0
	VILA NOVA DE FAMALICAO	1	0	0	2	1
BRAGANÇA	VILA VERDE	0	0	0	2	0
	VIZELA	0	0	0	1	0
	ALFANDEGA DA FE	0	0	0	1	0
	BRAGANÇA	1	0	0	1	0
	CARRAZEDA DE ANSIAES	0	0	0	1	0
	FREIXO DE ESPADA A CINTA	0	0	0	1	0
	MACEDO DE CAVALEIROS	1	0	0	0	0
	MIRANDA DO DOURO	1	0	1	1	0
	MIRANDELA	1	1	0	1	0
	MOGADOURO	0	0	0	1	0
	TORRE DE MONCORVO	1	0	1	0	0
	VILA FLOR	0	0	0	1	0
	VIMIOSO	1	0	0	0	0
	VINHAIS	1	0	0	0	0

CASTELO BRANCO	BELMONTE	1	0	0	0	0
	CASTELO BRANCO	1	0	0	0	0
	COVILHA	1	0	0	0	0
	FUNDAO	1	0	1	0	0
	IDANHA-A-NOVA	1	0	0	0	0
	OLEIROS	0	0	1	1	0
	PENAMACOR	1	0	0	0	0
	PROENÇA-A-NOVA	1	0	0	0	0
	SERTA	1	0	0	1	0
	VILA DE REI	0	0	0	0	1
	VILA VELHA DE RODAO	0	0	1	1	0
COIMBRA	ARGANIL	1	0	0	0	1
	CANTANHEDE	1	1	0	0	0
	COIMBRA	1	0	2	3	0
	CONDEIXA-A-NOVA	1	0	0	0	0
	FIGUEIRA DA FOZ	1	0	0	4	1
	GOIS	0	0	1	0	1
	LOUSA	0	0	0	1	1
	MIRA	0	0	0	1	0
	MIRANDA DO CORVO	1	0	0	0	0
	MONTEMOR-O-VELHO	1	0	0	1	2
	OLIVEIRA DO HOSPITAL	1	0	0	1	0
	PAMPILHOSA DA SERRA	0	0	0	0	1
	PENACOVA	1	0	0	0	0
	PENELA	1	0	0	0	0
	SOURE	1	0	0	0	0
	TABUA	0	0	1	1	1
	VILA NOVA DE POIARES	1	0	0	0	0
ÉVORA	ALANDROAL	0	0	0	0	1
	ARRAIÓLOS	1	0	0	0	0
	BORBA	1	0	0	0	0
	ESTREMOZ	1	1	0	0	0
	EVORA	1	0	1	0	0
	MONTEMOR-O-NOVO	1	0	0	0	0
	MORA	1	0	0	0	0
	MOURAO	0	0	0	0	1
	PORTEL	0	0	0	0	1
	REDONDO	0	0	0	0	1
	REGUENGOS DE MONSARAZ	1	0	0	0	0
	VENDAS NOVAS	1	0	1	0	0
	VIANA DO ALENTEJO	0	0	0	0	1
	VILA VICOSA	0	0	0	0	1
FARO	ALBUFEIRA	1	0	0	0	0
	ALCOUTIM	0	0	0	1	0
	ALJEZUR	1	0	0	0	0
	CASTRO MARIM	0	0	0	0	0
	FARO	2	0	2	1	0
	LAGOA	1	0	0	0	0
	LAGOS	1	1	0	0	0
	LOULE	1	1	0	0	0
	MONCHIQUE	1	0	0	0	0
	OLHAO	1	0	2	0	0
	PORTIMAO	1	0	1	0	0
	SAO BRAS DE ALPORTEL	0	0	0	1	0
	SILVES	2	1	0	0	1
	TAVIRA	1	1	0	1	0
	VILA DO BISPO	1	0	0	0	0
	VILA REAL DE SANTO ANTONIO	1	1	0	0	0

GUARDA	AGUIAR DA BEIRA	0	0	0	1	0
	ALMEIDA	1	0	0	0	1
	CELORICO DA BEIRA	1	0	0	0	0
	FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	0	0	1	0	1
	FORNOS DE ALGODRES	1	0	0	0	0
	GOUVEIA	1	0	1	0	3
	GUARDA	1	0	0	1	1
	MANTEIGAS	0	0	0	1	0
	MEDA	0	0	0	1	0
	PINHEL	1	0	0	0	0
	SABUGAL	1	0	1	1	0
	SEIA	1	1	0	1	1
	TRANCOSO	1	0	1	0	1
	VILA NOVA DE FOZ COA	0	0	0	1	0
LEIRIA	ALCOBACA	1	1	0	3	0
	ALVAIAZERE	0	0	0	1	0
	ANSIAO	0	0	0	1	0
	BATALHA	1	0	0	0	0
	BOMBARRAL	1	0	0	0	0
	CALDAS DA RAINHA	1	0	1	0	0
	CASTANHEIRA DE PERA	0	0	0	1	0
	FIGUEIRO DOS VINHOS	0	0	1	1	0
	LEIRIA	2	0	1	2	1
	MARINHA GRANDE	1	0	1	0	1
	NAZARE	1	0	0	0	0
	OBIDOS	1	0	0	0	0
	PEDROGAO GRANDE	0	0	0	1	0
	PENICHE	1	1	0	0	0
	POMBAL	1	1	0	0	0
	PORTO DE MOS	1	0	0	2	0
LISBOA	ALENQUER	1	0	0	2	0
	ARRUDA DOS VINHOS	0	0	0	1	0
	AZAMBUJA	1	0	0	1	1
	CADAVAL	0	0	0	1	0
	CASCAIS	3	0	0	2	0
	LISBOA	1	1	18	0	6
	LOURES	3	0	1	4	1
	LOURINHA	1	0	0	0	0
	MAFRA	2	0	0	1	0
	OEIRAS	5	0	0	2	0
	SINTRA	6	1	2	1	2
	SOBRAL DE MONTE AGRACO	0	0	0	0	1
	TORRES VEDRAS	1	1	0	0	0
	VILA FRANCA DE XIRA	2	0	0	4	0
	AMADORA	1	1	1	0	1
PORTALEGRE	ODIVELAS	1	1	0	1	1
	ALTER DO CHAO	0	0	0	0	1
	ARRONCHES	0	0	0	0	1
	AVIS	0	0	0	0	1
	CAMPO MAIOR	0	0	0	1	0
	CASTELO DE VIDE	0	0	0	0	1
	CRATO	0	0	0	0	1
	ELVAS	1	1	0	0	0
	FRONTEIRA	0	0	0	0	1
	GAVIAO	0	0	0	1	0
	MARVAO	0	0	0	1	0
	MONFORTE	0	0	0	1	0
	NISA	1	0	0	0	0
	PONTE DE SOR	1	0	0	0	0
	PORTALEGRE	1	0	0	0	0
	SOUSEL	0	0	0	1	0

PORTO	AMARANTE	1	1	0	1	0
	BAIAO	0	0	1	1	1
	FELGUEIRAS	1	0	0	1	0
	GONDOMAR	2	1	1	2	1
	LOUSADA	0	0	0	1	0
	MAIA	1	0	1	1	0
	MARCO DE CANAVESES	0	0	0	1	0
	MATOSINHOS	1	0	0	1	3
	PACOS DE FERREIRA	0	0	0	3	0
	PAREDES	1	0	0	4	2
	PENAFIEL	1	0	1	2	0
	PORTO	2	0	8	2	1
	POVOA DE VARZIM	1	0	0	0	0
	SANTO TIRSO	1	1	0	2	0
	VALONGO	2	0	0	0	0
	VILA DO CONDE	0	1	0	2	0
	VILA NOVA DE GAIA	4	0	2	2	0
	TROFA	1	0	0	0	0
SANTARÉM	ABRANTES	1	0	1	0	0
	ALCANENA	0	0	0	2	1
	ALMEIRIM	1	0	0	0	0
	ALPIARCA	0	0	0	1	0
	BENAVENTE	2	0	0	0	0
	CARTAXO	1	0	0	0	1
	CHAMUSCA	0	0	0	0	1
	CONSTANCIA	0	0	0	1	0
	CORUCHE	1	0	1	0	0
	ENTRONCAMENTO	0	0	0	1	0
	FERREIRA DO ZEZERE	0	0	0	0	1
	GOLEGA	0	0	0	1	0
	MACAO	0	0	0	0	1
	RIO MAIOR	1	0	0	0	0
	SALVATERRA DE MAGOS	0	0	0	0	1
	SANTAREM	2	0	1	2	0
	SARDOAL	0	0	0	1	0
	TOMAR	1	1	0	0	0
	TORRES NOVAS	1	1	0	0	0
	VILA NOVA DA BARQUINHA	0	0	0	1	0
	OUREM	1	0	0	1	1
SETÚBAL	ALCACER DO SAL	1	0	0	0	1
	ALCOCHETE	0	0	0	1	0
	ALMADA	1	1	1	0	2
	BARREIRO	1	0	1	0	1
	GRANDOLA	1	0	0	0	0
	MOITA	1	0	0	0	0
	MONTIJO	1	1	0	1	1
	PALMELA	3	0	0	0	0
	SANTIAGO DO CACEM	1	0	0	3	0
	SEIXAL	1	1	0	2	0
	SESIMBRA	1	1	0	1	0
	SETUBAL	1	0	2	1	1
	SINES	0	0	0	1	0

VIANA DO CASTELO	ARCOS DE VALDEVEZ	1	1	0	0	0
	CAMINHA	1	0	0	0	1
	MELGACO	1	1	0	0	0
	MONCAO	0	0	0	1	0
	PAREDES DE COURA	0	0	0	0	1
	PONTE DA BARCA	0	0	0	0	1
	PONTE DE LIMA	1	1	0	0	0
	VALENCA	1	1	0	0	0
	VIANA DO CASTELO	1	0	1	2	1
	VILA NOVA DE CERVEIRA	0	0	0	1	0
VILA REAL	ALIJO	0	1	0	0	6
	BOTICAS	0	0	0	0	1
	CHAVES	1	0	1	0	2
	MESAO FRIO	1	0	0	0	0
	MONDIM DE BASTO	0	0	0	0	1
	MONTALEGRE	1	1	0	0	1
	MURCA	1	0	0	0	0
	PESO DA REGUA	0	1	0	0	1
	RIBEIRA DE PENHA	0	0	0	0	2
	SABROSA	0	0	0	1	1
	SANTA MARTA DE PENAGUIAO	0	0	0	0	2
	VALPACOS	1	0	0	0	1
	VILA POUCA DE AGUIAR	1	0	0	0	0
	VILA REAL	2	0	0	0	0
VISEU	ARMAMAR	0	0	0	1	0
	CARREGAL DO SAL	0	0	0	2	2
	CASTRO DAIRE	1	0	0	0	1
	CINFAES	1	0	0	0	1
	LAMEGO	1	1	0	1	0
	MANGUALDE	1	0	0	0	0
	MOIMENTA DA BEIRA	1	0	0	0	0
	MORTAGUA	0	0	1	1	0
	NELAS	0	0	0	2	2
	OLIVEIRA DE FRADES	0	0	0	1	0
	PENALVA DO CASTELO	0	0	0	1	1
	PENEDONO	0	0	0	1	0
	RESENDE	0	0	0	0	1
	SANTA COMBA DAO	1	0	0	0	0
	SAO JOAO DA PESQUEIRA	0	0	1	0	1
	SAO PEDRO DO SUL	0	0	1	2	1
	SATAO	0	0	0	0	1
	SERNANCELHE	0	0	0	1	0
	TABUACO	0	0	0	0	1
	TAROUCA	0	0	0	1	0
	TONDELA	0	1	0	2	0
	VILA NOVA DE PAIVA	0	0	0	0	1
	VISEU	1	0	1	1	1
	VOUZELA	1	0	0	0	0
	TOTAL	192	44	86	190	110

Anexo 4

Formação ministrada pela ENB, entre 2000 e 2007

Descrição do Módulo	Nº de Cursos	Nº de Formandos
Formação ano 2000		
Curso de Condutores de Veículos Prioritários - Ambulâncias	4	40
Curso de Formação Pedagógica de Formadores para chefes	2	28
Módulo de Liderança e motivação humana	3	54
Módulo de Comunicação pedagógica	3	54
Módulo de Elaboração de processos disciplinares	3	54
Módulo de Aplicação de planos prévios de intervenção	3	54
Módulo de Gestão Operacional	3	54
Módulo de Telecomunicações e Informações Públicas	3	54
Módulo de Topografia aplicada	1	18
Módulo de Hidráulica aplicada	1	18
Módulo de Planeamento e Gestão de Acidentes Graves, Catástrofes e Calamidades	1	20
Curso Básico de Socorrismo (TAT)	2	24
Curso de Tripulantes de Ambulância de Transporte	161	1932
Curso de Salvamento e Desencarceramento	145	1160
Curso de Salvamentos em Grande Ângulo (SGA)	18	180
Curso de Operador de Central	12	240
Curso de Combate a Incêndios Florestais para Grupos de Primeira Intervenção	16	320
Curso de Condução Todo o Terreno	36	180
Curso de Chefe de Equipa de Controlo de Acidentes com Matérias Perigosas	1	14
Curso de Tripulante de Ambulância de Socorro (TAS)	5	80
Curso de Chefe de equipa de salvamento e desencarceramento	1	16
Curso de Chefe de equipa de combate a incêndios florestais	1	15
Curso de Animador de Preparação Física	1	20
Curso de Formação pedagógica de formadores	2	28
Curso de Formação pedagógica de formadores	5	70
Curso de Formador de socorrismo básico	2	24
Curso de Formador de salvamento e desencarceramento	2	32
Curso de Formador de condução todo-o-terreno	1	10
Curso de Formador de nadador-salvador	1	12
Módulo de Organização jurídica, administrativa e operacional	3	54
Módulo de Supressão de incidentes	3	54
Curso de Recertificação de Tripulante de Ambulância de Socorro (TAS)	10	160
Recertificação de Formadores de Salvamento e Desencarceramento	3	48
Recertificação de Formadores TAT	2	32
Módulo de Organização jurídica, administrativa e operacional	1	18
Módulo de Tecnologia geral	1	18
Módulo de Protecção e segurança na intervenção	1	18
Módulo de Liderança e dinâmica de grupos	1	18
Módulo de Técnicas básicas de comunicação e Telecomunicações	1	18
Módulo de Incêndios urbanos e industriais	1	18
Módulo de Identificação e preservação dos meios de prova	1	18
Módulo de Controlo de matérias perigosas	2	18
Total	469	5297
Formação ano 2001		
Curso de Auditoria Pedagógica da Formação nos Corpos de Bombeiros	1	20
Bombeiros Mergulhadores	2	22
Módulo de Riscos e Vulnerabilidades	1	20
Módulo de Planeamento e Gestão de Crises	1	10
Curso de Formação pedagógica de formadores	10	14

Módulo de Disposições Construtivas	2	36
Módulo de Medidas de Segurança Contra Incêndios	2	36
Módulo de Regulamentação de Segurança Contra Incêndios I	1	20
Módulo de Regulamentação de Segurança Contra Incêndios II	1	20
Módulo de Telecomunicações e Informação Pública	2	36
Módulo de Liderança e gestão comportamental	1	20
Módulo de Sistema Nacional de Protecção e Socorro	1	20
Módulo de Sistema Integrado de Prevenção e Planos Prévios	1	20
Módulo de Gestão Operacional	248	20
Módulo de Gestão de acidentes	251	18
Módulo de Gestão da formação	1	18
Formação Pedagógica de Formadores	1	16
Actualização da Formação Pedagógica de Formadores	1	14
Curso Geral de Protecção Civil	1	20
Recertificação de Tripulante de Ambulância de Socorro	1	16
Módulo de Comunicação Pedagógica	1	416
Módulo de Topografia Aplicada	1	20
Módulo de Hidráulica Aplicada	1	20
Curso de Tripulante de Ambulância de Socorro (TAS)	10	160
Curso de Salvamento e Desencarceramento	239	1912
Curso de Operador de central	24	456
Curso de Condução Todo o Terreno	102	510
Curso de Chefe de equipa de salvamento e desencarceramento	3	48
Curso de Chefe de Equipa de Combate a Incêndios Urbanos e Industriais	1	16
Curso de Chefe de equipa de combate a incêndios florestais	26	426
Curso de Chefe de Equipa de Controlo de Matérias Perigosas	1	18
Curso de Formação pedagógica de formadores	4	56
Curso de Formador de Tripulante de Ambulância de Transporte	3	42
Curso de Formador de Salvamento e Desencarceramento	2	32
Curso de Formador de Condução Todo-o-Terreno	1	10
Curso de Tripulante de Ambulância de Transporte(TAT)	523	6276
Curso de Salvamento e Desencarceramento	52	416
Módulo de Liderança e Comando	4	72
Módulo de Organização jurídica, administrativa e operacional	4	72
Módulo de Gestão de Acidentes	4	72
Recertificação de Formadores de Salvamentos em Grande Ângulo	1	10
Recertificação de Formadores TAT	1	16
Curso de Técnicas de Salvamento em Grande Ângulo em Edifício	2	32
Curso de Recertificação Tripulante de Ambulância de Socorro	32	532
Curso de Recertificação para Tripulante de Ambulância de Transporte	66	1980
Módulo de Organização jurídica, administrativa e operacional	2	36
Módulo de Liderança e Dinâmica de Grupos	1	18
Módulo de Tecnologia geral	2	36
Módulo de Organização Jurídica, Administrativa e Operacional	1	18
Módulo de Protecção e segurança na intervenção	2	36
Módulo de Tecnologia Geral	1	18
Módulo de Liderança e dinâmica de grupos	2	36
Módulo de Protecção e Segurança na Intervenção	1	18
Módulo de Técnicas básicas de comunicação e telecomunicações	3	54
Módulo de Incêndios urbanos e industriais	2	36
Módulo de Identificação e Preservação de Meios de Prova	4	78
Módulo de Disposições Construtivas	1	18

Módulo de Controlo de matérias perigosas	3	54
Módulo de Medidas de Segurança Contra Incêndios	1	18
Módulo de Disposições Construtivas	2	36
Módulo de Medidas de segurança contra incêndios	2	36
Total	1668	14582
Formação ano 2002		
Curso de Operador de central	5	100
Bombeiros Mergulhadores	2	22
Curso de Chefe de Equipa de Combate a Incêndios Florestais	4	80
Módulo de Disposições Construtivas	1	18
Módulo de Medidas de Segurança Contra Incêndios	10	18
Módulo de Liderança e motivação humana	1	20
Módulo de Regulamentação de Segurança Contra Incêndios I	1	18
Módulo de Regulamentação de Segurança Contra Incêndios II	1	18
Módulo de Elaboração de Processos Disciplinares	1	20
Módulo de Aplicação de Planos Prévios de Intervenção	1	20
Módulo de Gestão Operacional	1	20
Módulo de Telecomunicações e Informação Pública	1	20
Curso de Tripulante de Ambulância de Socorro (TAS)-EFA	7	100
Curso de salvamentos em grande ângulo	248	10
Curso de Bombeiro Mergulhador	251	15
Curso de Condução Todo o Terreno	107	535
Formação Pedagógica de Formadores	1	16
Actualização da Formação Pedagógica de Formadores	1	14
Curso Geral de Protecção Civil	1	20
Recertificação de Tripulante de Ambulância de Socorro	12	144
Curso de Chefe de Equipa de Salvamento e Desencarceramento	1	1228
Curso de Chefe de Equipa de Combate a Incêndios Urbanos e Industriais	1	16
Chefe de Equipa de Salvamentos em Grande Ângulo	2	36
Curso de Chefe de Equipa de Combate a Incêndios Florestais	3	54
Curso de Chefe de Equipa de Controlo de Matérias Perigosas	1	18
Curso de Formação pedagógica de formadores	6	84
Curso de Tripulante de Ambulância de Transporte(TAT)	654	7848
Curso de Salvamento e Desencarceramento	362	2896
Curso de Operador de central	5	100
Curso de Chefe de Equipa de Combate a Incêndios Florestais	5	100
Módulo de Liderança e Comando	6	108
Módulo de Organização jurídica, administrativa e operacional	6	108
Módulo de Gestão de Acidentes	6	108
Módulo de Organização e Liderança	3	54
Módulo de Gestão Operacional	3	54
Módulo de Práticas de Combate a Incêndios	3	54
Recertificação de Tripulantes de Ambulância de Socorro	4	64
Recertificação de Formadores TAT	7	112
Módulo de Liderança e Dinâmica de Grupos	1	18
Módulo de Organização Jurídica, Administrativa e Operacional	1	18
Módulo de Tecnologia Geral	1	18
Módulo de Protecção e Segurança na Intervenção	1	18
Módulo de Técnicas Básicas de Comunicação e Telecomunicações	1	18
Módulo de Identificação e Preservação de Meios de Prova	1	18
Módulo de Disposições Construtivas	1	18

Módulo de Medidas de Segurança Contra Incêndios	1	18
Curso de Salvamento em Grande Ângulo - EFA	1	16
Total	1744	14430
Formação ano 2003		
Salvamento e Desencarceramento	575	4600
Bombeiros Mergulhadores	2	22
Tripulante de Ambulância de Transporte	702	8424
Condução Todo-o-Terreno	238	1190
Salvamentos em Grande Ângulo	10	140
Nadador Salvador	16	240
Condutor de Embarcação de Socorro	33	495
Quadros de Comando	24	440
Tripulante de Ambulância de Socorro	14	280
Operador de Central	32	568
Chefe de Equipa de Combate a Incêndios Florestais	32	519
Formação Pedagógica de Formadores	7	96
Formador de Tripulante de Ambulância de Transporte	3	50
Formador de Salvamento e Desencarceramento	248	56
Formador de Condução Todo-o-Terreno	251	29
Recertificação de Tripulante de Ambulância de Socorro	6	77
Formação Pedagógica de Formadores	1	16
Actualização da Formação Pedagógica de Formadores	1	14
Curso Geral de Protecção Civil	1	20
Total	2193	17226
Formação ano 2004		
Quadros de Comando	24	480
Bombeiros Mergulhadores	2	22
Tripulante de Ambulância de Socorro	8	160
Recertificação de Tripulante de Ambulância de Socorro	6	120
Formador de Tripulante de Ambulância de Transporte	10	16
Formador de Salvamento e Desencarceramento	1	16
Formador de Nadador Salvador	1	16
Formador de Brigadas de Incêndio	1	14
Curso Geral de Protecção Civil	2	36
Chefe de Equipa de Combate a Incêndios Florestais	20	400
Sapadores Florestais	14	280
Coordenação de Meios Aéreos	2	30
Chefe de Grupo Especial de Intervenção Helitransportado	2	30
Operador de Central	248	100
Formação Pedagógica Inicial de Formadores	251	24
Sensibilização e Intervenção Ambiental	1	16
Formação Pedagógica de Formadores	1	16
Actualização da Formação Pedagógica de Formadores	1	14
Curso Geral de Protecção Civil	1	20
Tripulante de Ambulância de Transporte	445	5328
Recertificação de Tripulante de Ambulância de Transporte	3	7138
Postos de Comando	4	80
Salvamento e Desencarceramento	487	4870
Condução Todo-o-Terreno	137	695
Salvamentos em Grande Ângulo	31	450

Bombeiro Mergulhador	3	30
Nadador Salvador	4	45
Condutor de Embarcação de Socorro	23	276
Supervisor de Mergulho	2	12
Total	1735	20734
Formação ano 2005		
Brigadas Helitransportadas	3	84
Bombeiros Mergulhadores	2	22
Organização de Postos de Comando	4	53
Tripulante de Ambulância de Socorro	2	32
Salvamentos em Grande Ângulo	10	100
Operador de Central	13	251
Nadador Salvador	3	36
Condutor de Embarcação de Socorro	16	192
Matérias Perigosas	1	20
Chefe de Equipa de Combate a Incêndios Florestais	3	52
Formador de Tripulante de Ambulância de Transporte	1	16
Formador de Salvamentos em Grande Ângulo	2	22
Formador de Laboratório Móvel de Fogo	3	21
Tripulante de Ambulância de Transporte	248	2976
Salvamento e Desencarceramento	251	2510
Quadros de Comando	6	114
Formação Pedagógica de Formadores	1	16
Actualização da Formação Pedagógica de Formadores	1	14
Curso Geral de Protecção Civil	1	20
Recertificação de Tripulante de Ambulância de Socorro	14	221
Total	585	6772
Formação ano 2006		
Tripulante de Ambulância de Transporte	519	6228
Salvamento e Desencarceramento	371	3710
Curso Geral de Quadros de Comando	8	177
Módulo de Aplicação de Conceitos Táticos	2	46
Curso de Técnicas de Estado Maior	2	46
Curso de Organização de Centros de Operações e Postos de Comando	2	46
Curso de Organização de Postos de Comando	13	172
Curso de Tripulante de Ambulância de Socorro	8	117
Curso de Salvamentos em Grande Ângulo	50	500
Curso de Bombeiro Mergulhador	2	21
Curso de Operador de Central	20	342
Curso de Condução Todo-o-Terreno	111	555
Curso de Nadador Salvador	5	60
Curso de Condutor de Embarcação de Socorro	17	204
Curso de Supervisor de Mergulho	1	6
Curso de Operador de Centro de Operações de Socorro	10	184
Curso de Chefe de Equipa de Combate a Incêndios Florestais	9	169
Curso de Grupo de Combate a Incêndios Florestais	11	153
Curso de Combate a Incêndios Urbanos e Industriais	13	201
Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores	1	15
Curso de Formador de Tripulantes de Ambulância de Transporte	1	17
Curso de Formador de Condução Todo-o-Terreno	1	10

Curso de Formador de Condutor de Embarcação de Socorro	2	24
Recertificação de Tripulantes de Ambulância de Socorro	10	157
Recertificação de Condução Todo-o-Terreno	1	25
Actualização de Formação Pedagógica Inicial de Formadores	2	25
Curso Geral de Protecção Civil	3	49
Curso Básico de Socorrismo - GNR	13	419
GIPS GNR - Curso de Chefe de Brigada Helitransportada de CIF	3	105
Total	1211	13783
Formação ano 2007		
Curso de Organização de Postos de Comando	7	118
Curso de Chefe de Grupo de Combate a Incêndios Florestais	9	104
Curso de Fogos Táticos	3	8
Curso de Organização Inicial de Teatro de Operações no Combate aos Incêndios Florestais	24	543
Curso de Brigadas Helitransportadas - Nivel I	6	150
Curso de Tripulante de Ambulância de Socorro (TAS)	4	71
Curso de Salvamentos em Grande Ângulo	42	137
Curso de Bombeiro Mergulhador	3	32
Curso de Operador de Central	5	95
Curso de Condução Todo-o-Terreno	199	995
Curso de Nadador-Salvador	6	81
Curso de Condutor de Embarcação de Socorro	42	342
Curso de Combate a Incêndios Urbanos e Industriais	4	88
Curso de Práticas de Combate a Incêndios Urbanos e Industriais	5	76
Sensibilização de Práticas de Combate a Incêndios Urbanos	1	16
Formador Todo-o-Terreno	1	10
Formador de Nadador-Salvador	1	19
Curso de Tripulante de Ambulância de Transporte	614	7368
Curso de Salvamento e Desencarceramento	427	4270
Curso Básico de Socorrismo	10	226
Curso de Brigadas Helitransportadas de Combate a Incêndios Florestais	2	30
Curso Geral de Protecção Civil	2	40
Curso Planeamento de Emergência	1	24
Curso de Comandante de Operações Aéreas	2	36
Curso de Protecção Civil e Organização Municipal do Território	1	22
Curso de Técnicas de Apoio à Decisão	2	42
Módulo de Supressão de Acidente	2	35
Módulo de Práticas de Combate a Incêndios	11	178
Módulo de Liderança	2	35
Módulo de Organização Jurídica e Operacional	2	34
Formadores TAT - Actualização do Algoritmo	10	125
Recertificação TAS	18	294
Recertificação Formador TAT	2	27
Teste Conhecimento Recertificação TAS	7	221
Seminário para Quadros de Comando (Bombeiros de Carreira)	2	231
Total	1479	16123

